

Luta Armada em Portugal (1970-1974)

Ana Sofia de Matos Ferreira

Tese de Doutoramento em História
Especialidade em História Contemporânea

Maio de 2015

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do
grau de Doutor em História,
realizada sob a orientação do Professor Doutor Fernando Rosas

Apoio Financeiro da FCT

Aos homens e mulheres que ousaram lutar pela Liberdade

Índice

Índice	pag. 5
Siglas e Abreviaturas	pag. 9
Agradecimentos	pag. 13
Resumo	pag. 15
Introdução	pag. 19
1. Objecto de Estudo: a Luta Armada em Portugal (1970-1974)	pag. 19
2. Definições de violência política	pag. 20
3. A problemática sobre a questão da Luta Armada	pag. 23
4. Estado da Arte	pag. 26
5. Metodologia e Fontes	pag. 30
 Capítulo I – O Mundo em Mudança	pag. 35
1. O fim do colonialismo	pag. 35
2. A Guerra Fria	pag. 37
3. O crescimento económico	pag. 39
4. A transformação da sociedade	pag. 40
5. A Teologia da Libertação, o Concílio do Vaticano II e as mudanças na Igreja	pag. 46
6. A importância da Primavera de Praga	pag. 50
7. Os efeitos do dissídio sino-soviético	pag. 52
8. A Revolução Cubana e a sua influência nos movimentos de guerrilha	pag. 55
9. A violência política na Europa	pag. 59
9.1. França - Maio de 68 e o desencadear da luta estudantil e operária	pag. 63
9.2. Itália - A radicalização da violência	pag. 66
9.3. Alemanha- Baader-Meinhof	pag. 70
9.4. Espanha – ETA: violência nacionalista	pag. 75
 Capítulo II - Das eleições de 1958 à herança “fapista”	pag. 83
1. Um novo ciclo de violência (1958 – 1962)	pag. 83
1.1. Violência durante a campanha eleitoral de 1958	pag. 84
1.2. Ondas de protesto pós-eleitoral: as greves no Porto, um caso concreto	pag. 87
1.3. – As acções armadas: a Sé e Beja	pag. 92
1.4. Lampejos de violência no movimento grevista de 1962	pag. 97

2. O movimento “marxista-leninista” e o “fapismo” -----	pag. 107
2.1. Francisco Martins Rodrigues, o derrube violento do regime e o dissídio sino-soviético-----	pag. 107
2.2. A FAP/CMLP-----	pag. 111
2.3. A bomba no Parque Mayer e as acções violentas da FAP-----	pag. 116
2. 4. A desarticulação FAP/CMLP -----	pag. 119
3. A herança fapista-----	pag. 124
3.1. “Guevarismos” e “Marxismo-Leninismo”: a polémica no seio da FAP -----	pag. 124
3.2. De O Comunista à OCMLP-----	pag. 129
3.3. A incapacidade do movimento marxista-leninista pós-FAP de lançar acções violentas-----	pag. 134
Capítulo III - A LUAR – Três fôlegos-----	pag. 143
1. O primeiro fôlego - Das origens à Covilhã-----	pag. 143
1.1. <i>Operação Mondego</i> : Obtenção de fundos -----	pag. 146
1.2. <i>Operação Diana</i> : obtenção de armas -----	pag. 156
1.3. <i>Operação Matias</i> : voluntarismo e fragilidades -----	pag. 157
2. O segundo fôlego: da Covilhã à fuga de Palma Inácio -----	pag. 164
2.1. Reorganização e nova definição ideológica-----	pag. 164
2.2. “Caparica” - uma base de treinos -----	pag. 166
2.3. A necessidade de uma base política e as dificuldades de “implantação” no interior-----	pag. 168
2.3.1. <i>Operação Primavera</i> : “implantação” no interior”-----	pag. 171
2.4. Sabotagem nos estaleiros de Hamburgo: a primeira acção contra o aparelho militar colonial-----	pag. 173
3. O terceiro fôlego: da fuga de Palma Inácio à agonia da LUAR -----	pag. 174
3.1. O impacto do marcelismo-----	pag. 174
3.2 O regresso do líder -----	pag. 176
3.3. Criar bases no interior e dinamizar o exterior -----	pag. 179
3.4. Assaltos em Paris -----	pag. 182
3.5. O aparelho de falsificação -----	pag. 183
3.5.1. O assalto ao Consulado de Roterdão -----	pag. 187
3.5.2. O assalto ao Consulado do Luxemburgo -----	pag. 188
3.6 A agonia da LUAR -----	pag. 189

Capítulo IV – ARA - “braço armado” do PCP	pag. 193
1. O “desvio esquerdista” do PCP	pag. 193
2. As “acções especiais”	pag. 201
3. As FAL – Forças Armadas de Libertação	pag. 208
4. Da reestruturação das “acções especiais” à formação da ARA	pag. 215
4.1. As eleições de 1969 e a radicalização à esquerda do PCP	pag. 219
5. A ARA	pag. 223
5.1. Acções Armadas	pag. 225
5.1.1. <i>O Cunene</i>	pag. 225
5.1.2. Uma tripla acção – Escola Técnica da PIDE, Centro Cultural dos Estados Unidos da América, Cais da Fundição	pag. 229
5.1.2.1. A Escola Técnica da PIDE	pag. 229
5.1.2.2. O Cais da Fundição	pag. 230
5.1.2.3. O Centro Cultural Americano	pag. 231
5.1.3. <i>Operação “Águia Real”</i> - A sabotagem na base aérea de Tancos	pag. 232
5.1.4. Acção contra a reunião da NATO	pag. 236
5.1.5. Assalto ao paiol da pedreira	pag. 238
5.1.6. O ataque ao <i>Comiberlant</i>	pag. 239
5.1.7. O ataque ao <i>Muxima</i>	pag. 241
5.1.8. A acção falhada na Figueira da Foz	pag. 243
5.1.9. A operação curto-circuito	pag. 244
6. O fim da ARA	pag. 246
Capítulo V – PRP/BR	pag. 249
1. As Brigadas Revolucionárias	pag. 249
2. Das Brigadas Revolucionárias ao Partido Revolucionário do Proletariado	pag. 260
2.1. A constituição do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores	pag. 261
2.2. O Congresso fundador do PRP	pag. 268
3. O aparelho logístico – Os católicos progressistas no PRP/BR	pag. 271
4. Acções das Brigadas Revolucionárias	pag. 278
4.1. Os assaltos a bancos	pag. 279
4.1.1. Primeiro assalto em Alhos Vedros	pag. 279

4.1.2 . Segundo assalto em Alhos Vedros-----	pag. 280
4.1.3. O duplo assalto em Cabo Ruivo -----	pag. 281
4.1.4. Assalto no Bombarral-----	pag. 283
4.2. Outras acções – -----	pag. 283
4.2.1. Acção de sabotagem a instalação secreta da NATO-----	pag. 283
4.2.2. As baterias de canhões de Santo António da Charneca -----	pag. 285
4.2.3. Recuperação de explosivos na pedreira de Boliqueime -----	pag. 286
4.2.4. Destruídos quinze camiões <i>Berliet</i> do exército -----	pag. 287
4.2.5. Petardos, panfletos e porcos à solta nas ruas de Lisboa -----	pag. 288
4.2.6. Sabotagem das instalações da <i>Marconi</i> de Palmela e Sesimbra -----	pag. 288
4.2.7. Assalto aos serviços cartográficos do exército -----	pag. 289
4.2.8. Acções de sabotagem em novas instalações militares-----	pag. 290
4.2.9. Acções contra o aparelho militar e policial-----	pag. 293
4.2.10. Petardos por todo o país-----	pag. 294
4.2.11. Atentado contra o Ministério das Corporações-----	pag. 295
4.2.12. Bombas nos Quartéis Gerais das Regiões Militares do Porto e de Lisboa-----	pag. 297
4.2.13. Sabotagem do Quartel General da Guiné-----	pag. 298
4.2.14. Acção falhada no Gabinete do Ministro do Interior -----	pag. 299
4.2.15. Acção de sabotagem ao navio <i>Niassa</i> -----	pag. 300
5. O 25 de Abril de 1974 e a passagem do PRP/BR à legalidade -----	pag. 301

Conclusões: Violência Política e as Crises do Regime -----pag. 305

1. A crise do pós-guerra. A violência no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial – entre a insurreição, a transição e o *putsch* militar----- pag. 305

2. Segunda crise do regime (1958-1962) – a violência no centro do debate político----- pag. 309

3. A última crise do regime - o papel da luta armada na desagregação do marcelismo-----pag. 311

Fontes-----pag. 317

Bibliografia----- pag. 319

Siglas e Abreviaturas

ADS- Acção Democrato-Social
ANP – Acção Nacional Popular
ARA – Acção Revolucionária Armada
ARCO – Acção Revolucionária Comunista
ARD – Acção Revolucionária Democrática
ASP – Acção Socialista Portuguesa
BAC – Boletim Anti-Colonial
BR – Brigadas Revolucionárias
CALPP - Comités de Ajuda à Luta do Povo Português
CBS – Comissões de Base Socialistas
CC – Comité Central
CCR (m-l) – Comités Comunistas Revolucionários (marxistas-leninistas)
CD25A – Centro de Documentação 25 de Abril
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CGIL – Confederazione Generale Italiana del Lavoro
CGT – Confederação Geral do Trabalho
CLAC – Comité de Luta Anti-Colonial
CMLP – Comité Marxista-Leninista Português
CNDP - Comissão Nacional para a Defesa da Paz
CNUAF – Conselho Nacional de Unidade Antifascista
CR – Causa Republicana
CUF – Companhia União Fabril
DDS – Directório Democrato-Social
DORL – Direcção da Organização Regional de Lisboa
DORN – Direcção da Organização Regional do Norte
DRIL – Directório Revolucionário Ibérico de Libertação
DRM – Distrito de Recrutamento e Mobilização
ETA – Euskadi Ta Askatasuna
EUA – Estados Unidos da América
FAL – Forças Armadas de Libertação
FAP – Frente de Acção Popular

FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FPLN – Frente Patriótica de Libertação Nacional
FPP – Frente Popular Portuguesa
FRAP – Frente Revolucionario Antifascista y Patriota
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
FUR – Frente de Unidade Revolucionária
GAC – Grupos Antifascistas de Combate
GAP – Grupos de Acção Popular
GAP - Gruppi di Azione Partigiana
GAP - Gruppi di Azione Partigiana
GEDOC - Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações, Experiências
GNR – Guarda Nacional Republicana
GRIP – Grupo de Informação sobre a Repressão em Portugal
GRPL – Grupo Revolucionário Português de Libertação
IAN/TT – Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
IAN/TT – PIDE/DGS - Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – Fundo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança
IS – Internacional Socialista
IST – Instituto Superior Técnico
JAP – Junta de Acção Patriótica
JAPPA – Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia
JOC – Juvnetude Operária Católica
JRP – Junta Revolucionária Portuguesa
JUC – Juventude Universitária Católica
LUAR – Liga de Unidade e Acção Revolucionária
MAR – Movimento de Acção Revolucionária
MES – Movimento de Esquerda Socialista
MFA – Movimento das Forças Armadas
MLN – Movimento de Libertação Nacional
MND – Movimento Nacional Democrático
MNI – Movimento Nacional Independente
MPLA – Movimento para a Libertação de Angola
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MUD – Movimento de Unidade Democrática

MUDJ – Movimento de Unidade Democrática Juvenil
 MUNAF – Movimento de Unidade Democrática Antifascista
 NATO – North Atlantic Treaty Organisation
 OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
 ONU – Organização das Nações Unidas
 PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde
 PCC – Partido Comunista da China
 PCE – Partido Comunista da Espanha
 PCE (r) – Partido Comunista de Espanha (reconstituído)
 PCF – Partido Comunista Francês
 PCI – Partido Comunista Italiano
 PCP – Partido Comunista Português
 PCP (m-l) – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)
 PCP (R) - Partido Comunista Português (Reconstruído)
 PCUS – Partido Comunista da União Soviética
 PCCz – Partido Comunista da Checoslováquia
 PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
 PNV - Partido Nacionalista Basco
 PRP – Partido Revolucionário do Proletariado
 PS – Partido Socialista
 PSP – Partido Socialista Português
 PSP – SPIO – Partido Socialista Português – Secção Portuguesa da Internacional Operária
 PSP – Polícia de Segurança Pública
 PR – Presidente da República
 PTP – Partido Trabalhista Português
 PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
 RAF – Rote Armee Fraktion/Baader Meinhof [Fracção do Exército Vermelho]
 RR – Resistência Republicana
 RRS – Resistência Republicana e Socialista
 TAP – Transportes Aéreos Portugueses
 UAR – União de Acção Revolucionária
 UDS – União Democrática Portuguesa
 UEC - Union des Etudiants Communistes
 UN – União Nacional

UNE - Union National des Etudiants de France

UPA - União das Populações de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

US – União Socialista

Agradecimentos

Ao chegar ao fim desta jornada, cabe-me agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, me ajudaram a percorrer este caminho e prestaram o auxílio necessário para que o sonho de tivesse transformado em realidade. Não conseguirei invocar todos mas não esquecerei nenhum.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Professor Doutor Fernando Rosas, meu orientador, e ao Professor Doutor Manuel Loff, meu co-orientador, pelas horas a discutir comigo as ideias do trabalho, as chamadas de atenção, comentários, correcções e pertinentes sugestões, que estimularam a minha investigação e que permitiram a apresentação final deste trabalho.

Depois, uma palavra a todos os que me auxiliaram na investigação, pela simpatia, disponibilidade e ajuda: os funcionários da Torre do Tombo, do Centro de Documentação 25 de Abril, da Fundação Mário Soares, da Biblioteca Nacional; do Arquivo do Governo Civil do Porto; Biblioteca Museu República e Resistência e à Isabel Lindim, que tem em sua casa o Arquivo do PRP/BR.

Uma agradecimento aos actores históricos que entrevistei, que partilharm comigo a sua história e que me ajudaram a compreender melhor esta turbulenta história da luta armada em Portugal.

Não poderia deixar de mencionar os meus colegas do Instituto de História Contemporânea, em particular, os mais próximos de mim, pelo incentivo, pelo encorajamento, pelos debates formais e informais, pelos projectos forjados, pela troca de informações e documentação, pelas sugestões e amizades. Destaco em especial o João Madeira, que sempre me incentivou e apoiou e com quem troquei os mais intensos e profícuos debates. Não posso deixar de salientar os outros elementos do grupo informal de estudos sobre a violência política: Pau Casanellas, Luís Farinha, Albérico Afonso, Constantino Pizarro, Susana Matins e Inácia Rezola.

Quero também agradecer aos meus colegas da Escola Superior de Educação de Setúbal, onde leccionei durante quatro anos, pelo incentivo. E, aos alunos, a quem ao longo dos anos tive a oportunidade de dar aulas, por tudo o que me ensinaram.

Aos amigos, aqueles que estão sempre presentes....a Célia e a Márcia, minhas amigas e companheiras de sempre; a Giulia, que conheci no início do caminho e que me apoiou nos momentos mais difíceis; a Yvette, a Marta, a Alice, a Ângela, que me foram acompanhando e apoiando; o António, que sempre me incentivou e que disponibilizou a sua casa em Londres para a pesquisa na British Library; a Filipa e a Milene, as melhores companheiras de casa que poderia encontrar e que nunca se importaram por a mesa da cozinha estar sempre cheia de livros e fotocópias; a Rita, o Alex, o Jaume e o Pau, a “Grupeta da Ramboia”, pelos momentos mais

divertidos deste percurso.

Um agradecimento especial à minha família. Aos meus tios, aos meus primos e aos meus avós, que sempre me apoiaram. À minha irmã, com quem partilhei as dúvidas e os receios dos momentos mais turbulentos e que sempre acreditou em mim. Aos meus pais pelos sacrifícios que fizeram, pelo apoio, pela confiança, pelo amor que me têm dado. A eles devo tudo o que sou. Um grande Obrigada!

Luta Armada em Portugal (1970-1974)

Palavras-chave: luta armada; violência política; oposição; esquerda radical; guerra colonial; marcelismo

Resumo:

A problemática do recurso à luta armada para derrubar a ditadura em Portugal gerou discussões, debates e rupturas no seio da oposição portuguesa muito antes de terem surgido as primeiras organizações que realizaram acções armadas. Foi no rescaldo da campanha para as eleições presidenciais de 1958, perante o apoio popular à campanha de Humberto Delgado, candidato da oposição, e a constatação da dimensão da fraude eleitoral, que ocorreram as primeiras discussões acerca da inevitabilidade recorrer à violência armada para derrubar a ditadura.

Porém, apenas na década de 70 as circunstâncias políticas, económicas e sociais no país favorecem o aparecimento de outras organizações armadas. Os quase dez anos de guerra colonial tinham desgastado o regime e as manifestações contra a guerra eram cada vez maiores, com o número de desertores e refractários a crescer de ano para ano. Ao mesmo tempo, o país ia-se industrializando e terciarizando; assistia-se ao crescimento da classe média, da escolarização, da emigração e a uma mudança de mentalidade, trazida pelo acesso cada vez maior ao que se passava no mundo. Seria neste contexto que as formas tradicionais de oposição, baseadas em manifestações pacíficas e abaixo-assinados, são sentidas como ultrapassadas e ineficazes e começam a proliferar as organizações marxistas-leninistas que teorizavam sobre a luta armada e concebiam planos de acções armadas contra o regime, aumentando o número daqueles que defendiam que o regime só cairia com o recurso à violência.

Em 1967, a LUAR, levava a cabo a primeira acção armada contra o regime, o assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, para obter dinheiro que seria utilizado no financiamento de futuras acções armadas. Em 1970, o Partido Comunista Português, depois de um prolongadíssimo período de maturação, avançava com a ARA que levou a cabo a primeira acção em Outubro desse ano, a sabotagem ao navio *Cunene* que participa da logística de apoio à guerra colonial. Em 1971, foram as Brigadas Revolucionárias que desencadearam a primeira acção, um

atentado bombista contra o Quartel da Nato na Fonte da Telha. Até ao 25 de Abril de 1974, várias acções armadas seriam cometidas por estas organizações, com a particularidade de apenas atingirem o aparelho repressivo e militar do regime, e de seguirem o princípio irredutível de não fazer vítimas mortais entre os civis.

O 25 de Abril de 1974, corresponderia ao epílogo de um processo de contestação armada ao Estado Novo que foi acelerando nos seus derradeiros anos.

Armed Struggle in Portugal (1970-1974)

Keywords: armed struggle; political violence; opposition; radical left; colonial war; marcelismo

Abstract:

The issue of the use of armed struggle to overthrow the dictatorship in Portugal generate discussions, debates and ruptures within the Portuguese opposition long before the emerging of the first organizations that held armed actions. It was in the aftermath of the campaign for the presidential elections of 1958, with the popular support for the campaign of Humberto Delgado, the candidate from the opposition, and the realization of the large dimension of the electoral fraud, that the first discussions about the inevitability of resorting to armed violence to overthrow the dictatorship occurred.

However, only in the 70s the political, economic and social circumstances in the country favor the appearance of other armed organizations. The nearly ten years of colonial war had outworn the regime and the anti-war demonstrations were increasing, with an increasing number of deserters and refractory to growing from year to year. At the same time, the country was getting more industrialized and with more services; watching the growing of middle class, schooling, immigration and the change of mentality, brought by the increasing access to what was going on in the world. It would be in this context that traditional forms of opposition, based on peaceful demonstrations and petitions, are felt as outdated and ineffective and begin to proliferate Marxist-Leninist organizations that theorized about the armed struggle and conceived plans of armed action against the regime, increasing the number of those who argued that the regime would fall only with the use of violence.

In 1967, LUAR carried out the first armed action against the regime, the assault to the agency of the Bank of Portugal in Figueira da Foz, with the objective of take money that would be used to finance future armed action. In 1970, the Portuguese Communist Party, after a longstanding maturation period, advanced with ARA that carried out the first action in October of that year, the sabotage of the ship *Cunene* that participate with logistics support to the colonial war. In 1971, it was the Revolutionary Brigades that triggered the first step, a bombing attack to Headquarters of NATO at Fonte da Telha. Until the 25th April 1974, several armed actions were committed by these organizations, with the singularity of only reach the repressive and the military regime, and follow the irreducible principle of not doing fatalities among civilians.

The 25th April 1974 would correspond to the epilogue of a process of armed contestation to Estado Novo, that accelerate in his last years.

Introdução

1. Objecto de Estudo: a Luta Armada em Portugal (1970-1974)

A institucionalização do Estado Novo estancou o ciclo de revoltas e movimentos militares que tinha caracterizado o final dos anos 20 e grande parte dos anos 30 em Portugal. Até finais dos anos 50, predomina na oposição portuguesa, a defesa acções não violentas de contestação ao regime, de carácter “legal”, que passavam, no essencial, por manifestações, greves, abaixo-assinados e intervenção nos períodos eleitorais.

O defraudar de esperanças nas eleições presidenciais de 1958, em que muitos sectores oposicionistas terão acreditado numa possível vitória de Humberto Delgado, trouxe novamente para o debate político, no seio da oposição, a questão do recurso à violência para derrubar o regime. No entanto, será apenas no início da década de 70 que as circunstâncias políticas e sociais no país favoreceram o aparecimento de organizações de luta armada.

Esta dissertação de doutoramento incide sobre as organizações que durante o marcelismo realizaram acções armadas ou de carácter violento em Portugal: a Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR); a Acção Revolucionária Armada (ARA) e as Brigadas Revolucionárias (BR). Reportamo-nos às acções armadas que assumiam objectivos políticos, imediatos ou não, de contestação à ditadura e à guerra colonial. Uma questão controversa será a inclusão dos assaltos a bancos neste conjunto de acções armadas. Porém, do nosso ponto de vista, deverão ser considerados actos de violência política, uma vez que foram realizados por organizações oposicionistas com o fim de obterem financiamento para a prossecução da sua actividade, fosse para manter o aparelho organizativo, adquirir armas ou realizar novas acções.

Apesar do âmbito cronológico da tese corresponder ao período 1970-1974, o desenvolvimento da investigação fez-nos compreender que o trabalho teria de abranger um período mais alargado de tempo, pois não fazia sentido tratar da questão da luta armada sem analisar o debate que se travou sobre esta matéria na oposição portuguesa, em particular no Partido Comunista Português, e, que levou a duas das principais cisões ocorridas durante a clandestinidade – a cisão de 1963-64, o que nos remete para o período de formação da Frente de Acção Popular/Comité Marxista-Leninista Português (FAP/CMLP), em 1964, com os debates que se travaram nessa organização e que estão na origem do aparecimento de outras organizações marxistas-leninistas. Do mesmo modo, seria impensável não estudar a LUAR, a primeira organização a realizar acções armadas em Portugal, com o assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz, a 10 de Maio de 1967 e a tentativa de tomada da cidade da Covilhã, em 18 de Agosto de 1968. Optamos por terminar o

trabalho em 1974, com o derrube da ditadura pelo Movimento das Forças Armadas, pois consideramos que a partir daí se inicia outro período histórico, que abre novos problemas e perspectivas e se desenvolve em condições históricas completamente diferentes.

A escolha deste tema para a nossa dissertação e a sua pertinência devem-se ao facto do estudo da violência política e da luta armada no período contemporâneo mais recente não ter constituído objecto de estudo aprofundado e sistemático pela historiografia portuguesa, ao contrário do que acontece na América Latina e na Europa. Os poucos estudos existentes cingem-se a artigos e ensaios científicos publicados em revistas da especialidade e a obras colectivas quase invariavelmente no âmbito de temáticas mais gerais. Este estudo procura analisar e compreender a polémica que decorre dentro das oposições em Portugal quanto à importância do recurso à violência armada para o derrube da ditadura; o papel e importância das organizações de luta armada na agonia do regime, os seus objectivos, e resultados, bem como as formas e modalidades de funcionamento, os aparelhos logísticos, a sua acção no interior e no exterior do país; as alianças políticas efectuadas ou esboçadas e as suas dinâmicas ou tensões internas.

2. Definições de violência política

Na década de 70, os grupos de esquerda radical reactivaram dois conceitos revolucionários formulados no século XIX: o da classe operária como sujeito central da luta política; e o de legitimação da violência política, reclamando-se, designadamente no caso da FAP/CMLP, como os fiéis depositários da tradição marxista-leninista, que teria sido pervertida com o conceito de «coexistência pacífica» adoptado pelos partidos comunistas da Europa Ocidental após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956. Em alguns países, como a Itália ou a França, a esquerda radical considerava que seria necessária uma ruptura violenta com o sistema, defendendo o slogan de Che Guevara “o dever de um revolucionário é fazer a revolução”. Assim, aceitar ou não o recurso à violência política seria uma espécie de “teste de sinceridade revolucionária” e um meio de situar a organização no fragmentado microcosmos revolucionário onde se multiplicavam, nesta época, pequenos grupos que se reivindicavam da esquerda radical. Para estas organizações, a construção de uma “causa revolucionária violenta”, em nome da classe operária, far-se-ia em três etapas: a primeira, consistia na definição da situação revolucionária; a segunda, através da elaboração e utilização de um discurso de legitimação da violência, afirmando-a histórica e eticamente necessária, mas dividindo-se quanto à sua natureza prática (golpe de Estado, insurreição armada ou construção de zonas livres da influência do Estado); e terceira, finalmente, na procura do apoio da classe operária.

No entanto, à esquerda, nem todos os grupos defendiam o recurso à luta armada. Para os

Partidos Comunistas da Europa Ocidental, entre os quais se incluía o PCP, o processo de mudança da sociedade dispensava tais métodos, sustentando a via pacífica, num quadro de subordinação ao Partido Comunista da União Soviética, numa altura de tensões entre este e o Partido Comunista da China se acentuaram, constituindo a questão do carácter violento ou não da Revolução um dos termos desse debate, que se tornou bastante crispado.

Até que ponto, discutia-se, a quem beneficiaria a violência, se às classes dominantes, pela repressão que suscitava, se à classe operária e aos trabalhadores porque acelerava a Revolução.

No quadro desse debate, alguns como Louis Boudin afirmavam que, “nem toda a violência é revolucionária e a revolução é mais a recusa da violência que a utilização da violência”¹; outros como Luigi Bonanate, defendem que, quando imposta pelo inimigo, a violência revolucionária será por consequência uma contra-violência, o exercício da força legítima dos oprimidos² e Toni Negri, na mesma linha de pensamento, sustenta que a violência revolucionária não é somente justa, mas desejada pelas massas³.

Por seu lado, Ted Gurr designa violência política como um acto que tem por objecto um regime político ou um dos seus representantes⁴. Esta definição completa a definição clássica de violência política dos autores anglo-saxónicos que definem a violência como “um comportamento tendente a causar danos em pessoas ou bens.”⁵ No mesmo sentido, Paul Wilkson considera que a violência política é “um acto deliberado ou uma ameaça de lesão física ou danos causados à propriedade com fins políticos» e «uma violência não intencional provocada durante conflitos políticos graves».⁶ Por sua vez, Ted Honderich define violência política como o “uso considerável e destrutivo da força contra pessoas ou coisas; um uso de força interdito pela lei, visando uma mudança de política, de sistema, de jurisdição territorial ou de governo ou elenco governamental, e por consequência procurando igualmente uma mudança na vida dos indivíduos e da sociedade”⁷.

Mas as questões tendem a focalizar-se em formas de violência como os atentados ou as sabotagens, deixando de fora outras acções violentas como, por exemplo, os assaltos a bancos muito

¹BODIN, Louis, 1973, *L’Idée de révolution en France de 1920 à 1968*, séminaire d L’Institut d’Etudes Politiques de Paris, t.1, p. 38

²BONANATE, Luigi, 1978, “Terrorismo política e violenza”, in *Biblioteca della libertà*, Anno XV, p. 24

³ NEGRI, Toni, 1977, in *Textes des prisonniers de la Fraction Armée Rouge et derniers letters d’Ulrike Meinhof*, Paris, Maspero

⁴GURR, Ted, 1970, *Why Men Rebel*, Princeton, Princeton University Press, pág. 3-4

⁵GURR, Ted, GRAHAM, H.D., 1969, *Violence in America*, New York, Signet Books, p. 17

⁶WILKINSON, Paul, 1986, *Terrorism and the Liberal State*, London, Macmillan, p. 30

⁷HONDERICH, Ted, 1982, *Political Violence*, london, Institute of Commonwealth Studies, p.. 1

comuns no caso das organizações de luta armada portuguesas, entre 1967 e 1974, ou as que as organizações armadas italianas praticaram na segunda metade dos anos 70 e que tendem a ser consideradas como de delito comum. No entanto, inserem-se dentro duma nova forma de prática política, que se qualificou de “expropriação proletária”, que permitiria financiar as “organizações revolucionárias”. Neste caso, devemos considerar um outro critério na definição de violência política e podemos recorrer à definição de H.L. Nieburg: “Violência política são actos que causam tal desorganização, destruição, lesões, que o seu objectivo, a escolha dos seus alvos ou das suas vítimas, as suas circunstâncias e os seus efeitos, adquirem um significado político, tendem a modificar o comportamento do outro numa situação que tem consequências para o sistema social.”⁸. Esta definição, bastante mais abrangente será de delito comum ou de carácter revolucionário, não tanto pelos meios utilizados, mas sobretudo em função da natureza política dos seus objectivos.

De acordo com Rui Bebiano, desenvolvem-se duas interpretações diferentes sobre o papel da violência durante os anos de 60 e 70. Uma, tende a atenuar o alcance histórico e a dimensão criadora dos grandes eventos desta época e procura sublinhar as suas consequências perturbadoras⁹. Aqui inserem-se os trabalhos de Todd Gitlin, que considera este período um tempo de cólera e de esperança, marcado por uma sucessão de dias “de um idealismo desenfreado ou de feroz destruição”¹⁰; enquanto Lewis Feuder, se refere a movimentações de pouco impacto histórico e mais próximas de processos de auto-representação desenvolvidas pelos seus próprios actores¹¹. Luc Ferry e de Alain Renaut, por outro lado, insistiram na vacuidade das múltiplas propostas de mudança feitas na altura, que, na sua opinião foram irrelevantes para o desenvolvimento de práticas políticas e culturais posteriores¹². Jean-Paul Debois, nesta linha “negativista” de análise da violência política dos “longos anos 60”¹³ como que sintetiza esse ponto de vista ao aformar que “o mundo não mudou, não mudamos a vida, mudamos talvez, e tão só, as nossas pequenas vidas”¹⁴.

Por sua vez, uma segunda linha interpretativa é bastante mais valorativa da importância da

⁸NIEBURG, H.L., 1974, *La violenza politica*, Napoli, Guida ed., p. 19

⁹BEBIANO, Rui, 2005, *Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo*, in Revista Portuguesa de História, Tomo 37, Coimbra, p. 67

¹⁰GITLIN, Todd, 1987, *The Sixties. Years of Hope, Days of Rage*. New York: Bantam Books, p.13

¹¹FEUER, Lewis, 1969, *The Conflict of Generations: The Character and Significance of Student Movements*. New York : Basis Books, p. 102

¹²FERRY, Luc, e RENAUT, Alain, 1988, *La Pensée 68. Essai sur l'anti-humanisme contemporain*, Paris: Gallimard.

¹³A expressão “longos anos sessenta”, utilizada inicialmente por Frederic Jameson, define o período iniciado em finais da década de 50, com a emergência de uma subcultura juvenil autónoma, e terminado por volta de 1974-1975, indicando-se como marcos conclusivos o golpe de Estado no Chile e a retracção do processo revolucionário português. Cf. JAMESON, Frederic, 1984, “Periodizing the 60s”, in SAYERS, Sohny e STEPHENSOM, Jameson (eds), *The Sixties without Apology*, Minneapolis: University of Minneapolis Press, p. 178-209

¹⁴DUBOIS, Jean-Paul, 2005, Entrevista ao suplemento “Mil Folhas”, *Público*, 5 de Novembro.

violência política para as transformações sociais, políticas e culturais que ocorreram durante os “longos anos 60”¹⁵. Autores como Arthur Marwick, referem-se a uma fase de viragem global, com fluxos constantes, e complementares, que produziram expressões de grande abertura, mas também debates e conflitos marcados por grande agressividade, que permitiram demolir os quadros de valores dominantes, bulindo com os grandes sistemas explicativos que, desde o século XIX, norteavam a sociedade¹⁶. Paul Berman, por exemplo, procede a uma leitura positiva da utopia que dominou a época e que possibilitou a ocorrência de um conjunto de iniciativas e movimentos de natureza fracturante e frequentemente violenta¹⁷.

As organizações de esquerda radical que foram surgindo ao longo dos anos 60 e 70, defendiam a adopção da violência revolucionária, como forma de contestação à autoridade, rejeitando, os instrumentos anteriormente predominantes. No entanto, como refere Rui Bebião, o carácter grupuscular e sectário da maioria destas organizações, levou “à adopção de soluções de tipo messiânico e à valorização extrema do papel redentor e pretendidamente exemplar desempenhado pelas vanguardas armadas”¹⁸. Esta atitude determinava, evidentemente, processos de actuação de natureza espontânea e imediatista, mas conduzia também a uma nova atitude perante o significado e a aplicação da violência, que, em Portugal, teve como repercussão a defesa da luta armada pelos grupos marxistas-leninistas, a aceitação do recurso à violência política pelo Partido Comunista Português e o aparecimento das organizações que levaram a cabo acções armadas contra a ditadura.

3. A problemática sobre a questão da Luta Armada

A polémica em torno da defesa ou da recusa de formas de luta violentas teve no início da década de 60 no quadro do cisma ocorrido no movimento comunista internacional, entre o PCUS e o Partido Comunista da China. Os chineses, liderados por Mao Tsé-Tung, afirmavam que os soviéticos para serem coerentes com a linha da “coexistência pacífica” tiveram de desaconselhar todas as formas de luta de classes que pusessem em causa o “equilíbrio mundial”, deixando o PCUS de ser um partido revolucionário.

A polémica entre o PCUS e o Partido Comunista da China acentuou-se com a publicação em

¹⁵BEBIANO, Rui, 2005, *Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo*, in Revista Portuguesa de História, Tomo 37, Coimbra, p. 67

¹⁶MARWICK, Arthur, 1998, *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States*, c. 1958-C.1974, Oxford, Oxford University Press

¹⁷BERMAN, Paul, 2007, *O Poder e os Idealistas. A geração idealista de 68 e a sua subida ao poder*, Lisboa, Alêtheia Editores

¹⁸BEBIANO, Rui, 2005, *Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo*, in Revista Portuguesa de História, Tomo 37, Coimbra, p. 73

1960 do documento *Viva o Leninismo!*, um conjunto de três textos editado pelas comemorações do 90º aniversário do nascimento de Lenine e parcialmente escrito por Mao Tsé-Tung. Neste documento era criticada a política externa da União Soviética, acusada de abandonar a luta de classes em favor da política da “coexistência pacífica”. Este argumento iria inspirar os movimentos de esquerda europeus que se afastavam dos partidos comunistas e buscavam inspiração nestas teses mais radicais, defendendo o recurso a novas formas de luta, nomeadamente à violência. O primeiro grande confronto destas duas linhas de pensamento político ocorreu na Conferência dos Partidos Comunistas de Novembro- Dezembro de 1960, em Moscovo. Nesta reunião estiveram presentes 81 partidos comunistas, sendo a maioria das delegações dirigidas pelos secretários-gerais ou presidentes dos partidos. Assim a delegação russa era dirigida por Krutchev e a chinesa por Deng Xiaoping. As divergências entre os dois partidos foram notórias com ataques de um lado e de outro durante toda a Conferência. No final, embora não tenha havido votações formais, a esmagadora maioria dos partidos apoiou os soviéticos e ao lado dos chineses ficaram os partidos asiáticos da sua esfera de influência, a Austrália, a Nova Zelândia e a Albânia. No entanto, a declaração final acabou por resultar de um acordo, segundo o qual o PCUS aceitou não incluir uma condenação ao fraccionismo e o Partido Comunista da China aceitou incluir uma referência ao XX Congresso do PCUS.

Em 1962, o Partido Comunista da China alargou a sua crítica a outros partidos comunistas para além dos soviéticos¹⁹, acelerando, dessa forma, o processo de cisão existente dentro desses partidos, fossem ocidentais ou do Terceiro Mundo, numa interferência que alimentava aqueles que internamente afrontavam a linha dominante, mas sobretudo a disciplina partidária, apoiando as manifestações de simpatia com as posições chinesas. Em reacção, os partidos pró-soviéticos actuaram com grande dureza contra qualquer posição pró-chinesa, o que no caso do PCP chegou ao ponto de denunciarem publicamente a presença de militantes pró-chineses no interior do país, facto gravíssimo dado clima de repressão policial existente²⁰. Após o 25 de Abril, o PCP autocriticou-se desta atitude:

O processo de cisão acentua-se com a publicação pelo Partido Comunista da China, em 14 de Junho de 1963, da Proposta sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional, um documento síntese dos pontos de divergência entre este partido e o PCUS. Neste documento, os chineses voltam a afirmar a sua ideia que a guerra é uma forma de fazer política, a contestar a tese da «coexistência pacífica» seguida pelo PCUS e a declarar “a necessidade da luta armada em todo o

¹⁹Nos documentos oficiais do PCC começaram a aparecer críticas aos partidos comunistas da Bulgária, Hungria, Checoslováquia, Itália, França, Índia, RDA e EUA

²⁰ “Cuidado com Eles”, *Avante!*, nº 349, Dezembro de 1964

lado, mesmo nos países capitalistas ocidentais contra o imperialismo e contra a burguesia, tanto para a revolução nacional como para a transição do capitalismo para o socialismo”, afirmando, sem hesitações: “O partido do proletariado e as massas revolucionárias devem dominar todas as formas de luta, inclusive a luta armada. Devem empregar a força armada revolucionária para derrotar a força armada anti-revolucionária quando o imperialismo e os seus lacaios recorram à repressão armada contra a revolução (...). O destacamento da vanguarda do proletariado só será invencível se dominar todas as formas de luta, pacífica e armada, aberta e secreta, legal e ilegal, parlamentar e de massas”²¹. A conclusão mais importante deste documento é que “o desenvolvimento e triunfo de uma revolução dependem da existência de um partido revolucionário do proletariado” que não existia, porque o que havia era um “partido reformista burguês”²², que obedecia a países estrangeiros, que não seguia os princípios marxistas-leninistas e que, consequentemente, não podia dirigir a luta do proletariado. O destinatário destas críticas era, naturalmente, o PCUS.

A partir desta altura, a ruptura entre o PCUS e o Partido Comunista da China é inevitável e este começou a publicar séries de artigos anti-soviéticos que reafirmavam todas as áreas de ruptura teórica e política entre os dois partidos. Os chineses passaram a afirmar a inevitabilidade da divisão e começaram a tecer uma rede internacional, utilizando uma vasta acção de propaganda para disseminar as suas propostas políticas pelos vários partidos comunistas.

Ao impacto do dissídio sino-soviético, juntar-se-iam outros factores como as lutas de libertação nacional em África, as guerrilhas de esquerda na América Latina e no Vietname, o Maio de 68 e a Primavera de Praga, iria levar à formação de organizações armadas em Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Começam em consequência a surgir um crescente número de organizações e movimentos de esquerda radical, principalmente a partir de finais dos anos 60.

Em Portugal, o Partido Comunista apresentava-se como a única força da oposição com capacidade para organizar a luta armada, pelo que é pertinente analisar a forma como o partido se coloca perante o conflito sino-soviético e a questão da violência política. Na realidade, esta é uma situação difícil. Externamente, o PCP necessitava de ser aceite pelo PCUS e como tal, apoiava a sua linha política de “coexistência pacífica”; porém, internamente deparava-se com a crítica de Álvaro Cunhal ao chamado “desvio de direita” da direcção de Julio Fogaça, que defendia a “transição pacífica” da ditadura para o regime democrático. O PCP, agindo sob ditadura, via-se confrontado com a convicção de se manter alinhado com o PCUS, cuja linha política era a da “coexistência pacífica” e por isso ia ressaltando que cada país deveria analisar se, internamente, estavam ou não

²¹Partido Comunista da China, “Proposta sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional”, in PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores, pág. 34, 35

²² Partido Comunista da China, “Proposta sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional”, in PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores, pág. 36, 37

criadas as condições para enveredar pela violência política. Embora admitindo essa possibilidade, os comunistas portugueses concluíam não estarem criadas ainda essas condições e a linha política a seguir devia continuar a ser a de “luta de massas”. Desta forma, não rejeitavam liminarmente a luta armada e mantinham ao mesmo tempo a sua fidelidade à URSS e às orientações do PCUS para o movimento comunista internacional.

Porém, a cisão de Francisco Martins Rodrigues e a criação da FAP, bem como a radicalização à esquerda verificada em certos meios sociais e políticos, com expressão no aparecimento de outros movimentos mais radicais que defendiam a luta armada e na reivindicação de muitos estudantes e operários para passarem a formas de luta mais directas levaram o PCP a admitir, no quadro da sua linha táctica, a possibilidade de lançar uma organização armada, que viria a ser a ARA.

Deste modo, em Portugal, entre 1967 e 1974, afirmaram-se três organizações com capacidade de levarem a cabo acções armadas concretas contra o aparelho repressivo e militar do regime: a LUAR, a ARA e as BR.

4. Estado da Arte

Os temas da luta armada e da violência política têm sido pouco tratados pela historiografia portuguesa, principalmente no que concerne ao estudo das formas de violência utilizadas pela oposição ao Estado Novo. Deste facto resulta que os poucos estudos que se fizeram sobre este tema são meramente circunstanciais ou de divulgação.

Mais recentemente o estudo sobre o maoismo em Portugal, de Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, que resulta da sua tese de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, veio colmatar o escasso conhecimento que se tinha das organizações marxistas-leninistas portuguesas.

Porém, trata-se ainda de um estudo em que as questões da luta armada não constituem o objecto central e são colocadas sobretudo como complemento ao tratamento de um tema substancialmente mais vasto. Exemplo disso são igualmente os trabalhos referentes ao movimento de contestação estudantil ao Estado Novo²³, obras sobre o movimento operário, a repressão política, a oposição ao regime e à guerra.

João Madeira, na sua obra sobre a História do PCP, realça o debate que se travou dentro deste partido, a partir de finais dos anos 50, sobre a questão da passagem ou não à luta armada, realçando os momentos de tensão, de dúvida e de impasse que levaram ao adiamento, até 1970, das

²³Sobre a contestação estudantil ao Estado Novo ver, CARDINA, Miguel, 2008, *A tradição da contestação. Resistência estudantil em Coimbra no marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus; BEBIANO, Rui, 2003, *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*, Coimbra, Angelus Novus

acções armadas²⁴.

Apesar desta falta de estudos teóricos é necessário ressaltar, porém, alguns trabalhos que foram trazendo ao longo do tempo contributos importantes para o estudo desta questão. É o caso de dois artigos de João Paulo Martins e Rui Loureiro publicados na Revista História, em 1980 sobre a emergência da esquerda radical e as organizações de luta armada. Apesar dos erros e omissões, estes foram durante bastante tempo os dois estudos mais aprofundados sobre assunto²⁵. Ainda da década de 80 há um trabalho de José Pacheco Pereira sobre o Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária²⁶. Refira-se, igualmente, o texto de João Madeira *O Marcelismo e as oposições: o PCP e a extrema-esquerda*, em que o autor dedica atenção à posição das diferentes esquerdas face à evolução do marcelismo e à importância que as eleições de 1969 e a guerra colonial tiveram dentro da oposição e na emergência de novas organizações de esquerda radical, traçando um quadro do aparecimento e evolução dos diferentes grupos de esquerda radical portuguesa.²⁷ Mais recentes são os estudos de José Manuel Lopes Cordeiro sobre a oposição estudantil ao Estado Novo, a oposição à guerra colonial e a Esquerda Democrática Estudantil²⁸; de António Monteiro Cardoso sobre a posição do PCP face à guerra colonial e sobre o MRPP²⁹.

No campo das memórias, existem uma série de obras que abordam este tema. Camilo Mortágua, por exemplo, um dos principais dirigentes da LUAR, refere às suas actividades nesta organização no segundo volume de memórias *Andanças para a Liberdade*³⁰.

No caso das memórias dos militantes comunistas que pertenceram à ARA. Francisco Miguel, autor de um livro inicialmente publicado em 1977 e reeditado com alterações substanciais em 1986, pertenceu ao comando central da ARA, mas na primeira edição refere apenas que “Da

²⁴MADEIRA, João, 2013, *História do PCP. Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta da China

²⁵MARTINS, João Paulo e LOUREIRO, Rui, 1980, «A extrema-esquerda em Portugal (1960-1974).1. Os marxistas leninistas e os trotskistas», in *História* nº 17, pag. 8 a 23; MARTINS, João Paulo e LOUREIRO, Rui, 1980, «A extrema-esquerda em Portugal (1960-1974). 2. As organizações armadas em Portugal de 1967 a 1974», in *História* nº 18, pag. 14-26

²⁶PEREIRA, José Pacheco, 1988, «O Partido Comunista Português e a Esquerda Revolucionária», in COELHO, Mário Baptista (coord), *Portugal. O Sistema político e constitucional. 1974-1987*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.

²⁷MADEIRA, João, 2004, *O Marcelismo e as oposições: o PCP e a extrema-esquerda*, in ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires, *A Transição Falhada: o Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, pag. 115

²⁸CORDEIRO, José Manuel, 2009, ““Ao Serviço do Povo Venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)”, *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, nº 5, p. 119-158

²⁹CARDOSO, António Monteiro, 2009, “Desertar ou ficar. Os comunistas e a incorporação no exército colonial”, II Colóquio *Os Comunistas em Portugal – 1921-2009*, Org. Revista Política Operária, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência

³⁰MORTÁGUA, Camilo, 2013, *Andanças para a Liberdade (1961-1974)*, vol. 2, Lisboa, Editora Esfera do Caos

ARA nada sei, mas posso dizer que estava de acordo com a sua orientação e com as suas acções”³¹.

Jaime Serra, outro dos dirigentes da ARA, em edições mais recentes, procura enquadrar o surgimento a organização no quadro da luta contra a guerra colonial, acentuando que a intensificação da luta pelo derrube da ditadura levou à procura de novas formas de luta que permitissem acabar com o regime e com a guerra. Não deixa de referir que desde 1964, e do *Rumo à Vitória*, que o PCP defendia que o recurso à acção armada era uma forma de luta legítima e que a ARA era uma organização autónoma, com uma direcção, organização e acção específica, embora a sua linha política estivesse de acordo com a do PCP. No entanto, é parco em informações sobre a estrutura e os operacionais que constituíam a organização, as formas de recrutamento e as acções³².

Quem mais avança neste terreno é Raimundo Narciso no seu livro sobre a ARA, onde cruza a descrição das acções da ARA com a sua experiência pessoal na organização. Na introdução tem a preocupação de referir que procurou deixar com o maior rigor possível o registo das acções armadas, os factos, as datas e os locais e que para escrever o livro contou com o testemunho de um grande número de protagonistas, embora alguns tenham querido continuar no anonimato, pelo que esses não são identificados. Narciso socorreu-se ainda do material existente no arquivo da PIDE/DGS, de recortes de jornais e de notas pessoais³³. O autor descreve as acções da ARA com bastante pormenor mencionando os operacionais que se destacaram ou que participaram, assim como os momentos que, segundo ele foram mais marcantes. No final do livro acrescenta notas biográficas sobre os operacionais, apresentando um organigrama com as operações e os operacionais envolvidos e uma cronologia. Todavia, é preciso mencionar que o autor pouco se afasta do que pode ser verificável através da análise da documentação que existe no Arquivo da PIDE/DGS, embora esclareça alguns factos e indique o nome de alguns operacionais, até então desconhecidos.

Sem constituírem propriamente memórias, embora muito apoiadas na experiência pessoal, mas combinando-a com alguma investigação e análise documental, há a referir obras da autoria de dirigentes e militantes dessas organizações. Fernando Pereira Marques, da LUAR, desenvolve uma análise que confirma que “no período inicial da sua existência, a LUAR, caracterizou-se pelo cultivo dominante do praticismo e pela ausência e menosprezo pela reflexão política e teórica³⁴”, datando de 1974 o primeiro documento de natureza pragmática elaborado por esta organização,

³¹MIGUEL, Fancisco, *Uma vida na Revolução*, 1977, Porto, A Opinião, pag. 162

³²SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante

³³NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote

³⁴MARQUES, Fernando Pereira, 1976, *Criar poder popular: reflexões e documentos dum ex-militante da LUAR sobre um partido e uma prática*, Lisboa, Edições Ulmeiro

intitulando-se *Por uma utilização correcta dos novos métodos de luta. Pela Revolução Socialista*. Na reflexão a que procede sobre a organização defende que a importância histórica da LUAR está no facto de ter sido a primeira força organizada a pôr a questão da resistência armada ao fascismo e de ter assentado numa base essencialmente composta por trabalhadores que desenvolveram uma acção militante importante, tendo conseguido obter, em alguns pontos do país um apoio de massas incontestável³⁵.

Mais recente neste campo ainda é a obra de Hipólito dos Santos sobre os primeiros anos da LUAR, entre 1967 e 1970, altura em que o autor saiu da organização. Além de mencionar o impacto das acções levadas a cabo por esta organização durante este período, o autor refere a estrutura organizativa, as formas de financiamento e as infiltrações e traições que existiram dentro da organização³⁶.

Sobre o tema da luta armada em Portugal, a bibliografia é efectivamente muito escassa. Refira-se as referências existentes no Dicionário de História de Portugal³⁷ e no Dicionário de História do Estado Novo³⁸. No primeiro, consideram-se como acções de luta armada os levantamentos de tendência republicana que ocorreram entre Fevereiro de 1927 e 1936, o assalto ao Quartel de Beja, em 1961, e as acções da LUAR, da ARA e das BR. Por seu lado, no *Dicionário de História do Estado Novo*, a luta armada é considerada como “acções desencadeadas por grupos civis organizados de índole político-militar e que tiveram como objectivo essencial o desgaste da retaguarda do regime, a realização de iniciativas cuja natureza e carácter exemplar pudessem mobilizar a população contra o poder do estado Novo ou a preparação de um levantamento armado”³⁹, pelo que os GAC são considerados como a primeira tentativa de organização destas acções, e LUAR, a ARA e as BR, as organizações que desencadeiam acções de luta armada em território português.

Rui Bebianio é autor de um trabalho bastante elucidativo sobre o contexto social em que se intensifica o recurso à violência política armada. Em Portugal, nos anos 60, vivia-se um clima em que a violência estava presente no quotidiano dos portugueses havendo um processo de integração

³⁵MARQUES, Fernando Pereira, 1976, *Criar poder popular: reflexões e documentos dum ex-militante da LUAR sobre um partido e uma prática*, Lisboa, Edições Ulmeiro

³⁶ SANTOS, José Hipólito dos, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a Ditadura*, Lisboa, Âncora Editora.

³⁷SERRÃO, Joel, BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, 1999, *Dicionário de História de Portugal*, suplemento 9, Porto, Livraria Figueirinhas

³⁸ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão (direcção de), 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand Editora, pag. 526

³⁹ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão (direcção de), 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand Editora, pag. 526

de representações de violência armada no dia-a-dia. Em primeiro lugar, havia o convívio com as informações que chegavam ao país sobre movimentos de violência armada no exterior, sobretudo, na América Latina, no Vietname, na Palestina e na Irlanda do Norte, cujas notícias eram divulgadas pelos jornais e pela televisão. Depois, havia o impacto da guerra colonial que estava sempre omnipresente e se tornou um factor de descontentamento utilizado pela oposição nos seus combates contra o regime. Começavam também a surgir na oposição dilemas tácticos, desenvolvendo-se a ideia que era necessário desenvolver acções armadas como forma de contestação e desbloqueio do regime, pois não existiam condições para que este fosse derrubado de forma pacífica⁴⁰.

Tereza Viegas publicou um artigo sobre as Brigadas Revolucionárias na revista História. A autora optou por destacar do conjunto das acções das BR, o ataque á base secreta da NATO na Fonte da Telha, descrevendo como foi preparada e efectuada esta acção, na qual estiveram envolvidos Carlos Antunes (fundador das BR) e Artílio Baptista (ex-militante do PCP, expulso do partido por ter participado no assalto ao quartel de Beja). Sublinha, igualmente, a ligação das BR à FPLN, acentuando o debate interno dentro da Frente sobre a questão da luta armada que levou a uma ruptura desta com o PCP, acusado de se opor a uma verdadeira revolução no país, e ao consequente protagonismo de dirigente que defendiam a luta armada. Segundo Tereza Viegas, é necessário separar a orientação ideológica das BR da do PRP. Para a autora, *as Brigadas* “assumiam um compósito de ideologias, onde se destacavam influências de Rosa Luxemburgo, em primeiro lugar, os conselhistas holandeses, Trotsky e Che Guevara” e “afirmavam-se em demarcação quer de concepções pro-soviéticas quer de concepções pro-chinesas”⁴¹. O seu objectivo era a revolução socialista, conjugando a acção armada com a luta de massas e tendo como exemplos a luta armada na China, Cuba, Palestina, Argélia e Vietname”.

Fora do campo da produção científica têm sido importantes os trabalhos jornalísticos, sob a forma de reportagem ou entrevista, pelas informações que veiculam.

5. Metodologia e Fontes

Em termos de fontes recorreu-se à utilização de documentação escrita e de entrevistas orais. Na documentação escrita privilegiou-se a documentação elaborada pelas diferentes organizações de luta armada (panfletos, comunicados, jornais), a documentação encontrada nos arquivos pessoais e os processos existentes no Arquivo da PIDE/DGS, que se encontra na Torre do Tombo.

A utilização de fontes policiais, sendo incontornável para o período e tema em questão,

⁴⁰BEBIANO, Rui, 2005, *Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo*, in Revista Portuguesa de História, Tomo 37, Coimbra .

⁴¹VIEGAS, Tereza, 1996, *As Brigadas Revolucionárias: A Resistência Armada à Ditadura (1970-1974)*, in História (Nova Série)

coloca várias dificuldades ao investigador. Sabe-se que a maioria dos interrogatórios policiais é feita de perguntas e respostas imprecisas, frequentemente com lacunas e parcelas. Os autos de declarações não fornecem uma transcrição do que se passou no interrogatório, mas, são uma criação burocrática posterior. Não se pode esquecer que a maioria dos presos políticos foi sujeito a tortura física e psicológica que está ausente dos autos e que resistiam a dar dados concretos sobre a sua situação, procurando fugir à investigação e iludir responsabilidades. Por outro lado, a polícia omitia ou falsificava nos seus relatórios factos ou objectos da sua investigação de forma a extrair elementos de prova que pudessem sustentar uma condenação em tribunal e fornecer dados susceptíveis de proceder à investigação de outros indivíduos. Além disso, é preciso ter em conta que o conteúdo dos arquivos da PIDE/DGS reportam-se a acontecimentos recentes, encarados ainda de forma traumática pelas pessoas que os viveram ou pelos seus familiares. Portanto, apesar de ser uma documentação fundamental é de evitar considerar a exclusiva utilização desta documentação. É assim dever do historiador ter em conta todas as contingências da utilização das fontes policiais procurando cotejá-las e compará-las com outras fontes escritas e/ou testemunhos orais.

A utilização da chamada história oral foi determinante para a elaboração deste trabalho. Devido à falta de documentação escrita produzida por estas organizações, sobretudo a LUAR e a ARA, e ao facto de grande parte dos protagonistas desta história ainda estarem vivos tornou-se fundamental o recurso às entrevistas orais.

Note-se que por história oral entende-se que é uma técnica específica de investigação, um modo de fazer pesquisa, um método e não uma disciplina particular⁴². O recurso a este método de pesquisa traz consigo um debate, ainda muito intenso no meio académico, sobre a conexão entre história e memória, a subjectividade e o estatuto destas fontes.

A história oral só começou a ganhar protagonismo a seguir à 2ª Guerra Mundial, apesar de o recurso a entrevistas orais já ser amplamente utilizado em outras disciplinas sociais como a sociologia e a antropologia. Os testemunhos orais têm adquirido centralidade na abordagem de temáticas para as quais escasseiam fontes e no tratamento de objectos cuja especificidade exige uma particular atenção aos valores, atitudes e percepções dos actores históricos⁴³. O debate sobre a objectividade deste tipo de fonte continua muito presente. Segundo Irene Pimentel, o depoimento oral não constitui uma prova, embora possa contribuir para esta. O testemunho oral é dado sempre num tempo diferente daquele que actor viveu o acontecimento pelo que já o resultado de uma mediação e reflexão. A memória é selectiva e tem imperfeições, é condicionada pelo esquecimento e pela selecção das lembranças. Ao mesmo tempo, o testemunho oral é provocado pelo historiador

⁴²NIETHAMMER, Lutz (1989), «Para qué sirve la historia oral», *Historia y Fuente Oral*, nº 2, pag. 13

⁴³CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-china

que interroga a testemunha, em função de um saber prévio, e constrói a sua própria fonte com base numa narrativa que já foi por si previamente estabelecida⁴⁴.

Por outro lado, nos últimos anos vários autores têm vindo a salientar as características específicas, as potencialidades e a subjectividade desta fonte, considerando que podem ser uma vantagem e não uma desvantagem epistemológica. É de referir os estudos pioneiros de Luísa Passerini sobre as comunidades operárias de Turim em que a autora enfatiza a intersubjectividade da fonte, considerando importante a construção dinâmica, múltipla, relacional e intersubjectiva que o sujeito faz do acontecimento; assim como realça a interpretação do historiador sobre a narrativa oral⁴⁵.

Actualmente, a historia oral tem vindo a encarar a memória como um objecto de estudo considerando que a credibilidade da fonte não está no grau de exactidão do que é dito mas também no que é silenciado e que possibilita a análise do sentido dado aos acontecimentos. Segundo Miguel Cardina “Se é verdade que os testemunhos nos podem alertar para factos desconhecidos, eles permitem igualmente abordar temas como a subjectividade, a imaginação, o desejo, a estrutura da memória e a relação entre indivíduo e os contextos sociais, políticos, económicos e culturais que o circundam”⁴⁶.

Apesar de todos os constrangimentos as entrevistas orais permitem colocar o historiador frente a frente com o protagonista da história e ainda que a memória seja um processo filtrado pelo tempo, reconstruída pelas vivências e passagem dos anos, a fonte oral é uma peça indispensável para os trabalhos históricos de épocas mais recentes e é incontornável no quadro do esforço da reconstituição histórica.

Utilizou-se também como material de análise a documentação produzida pelas próprias organizações, sendo de ressaltar a inexistência de documentação abundante deste tipo. A LUAR, sendo uma organização que tinha a sua base militante no exterior, sobretudo, em Paris e Bruxelas, e tendo como foco principal da sua atenção a acção directa e não a produção de matéria teórico-ideológico, não produz praticamente documentação, destacando-se sobretudo os comunicados e o jornal *Frenteira*, produzido e editado em França e dirigido aos emigrantes portugueses. Por seu lado, a ARA sendo uma organização clandestina e braço armado do PCP, apenas publica os seus comunicados e não há conhecimento de qualquer produção política e teórica. Outra documentação sobre a organização poderá existir nos arquivos do PCP mas como estes se encontram indisponíveis

⁴⁴PIMENTEL, Irene, 2007, *A historia da PIDE*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores

⁴⁵ASSERINI, Luísa, 1984, *Torino operaria e fascista*, Roma/Bari, Laterza; PASSERINI, Luísa, 2003, *Memoria e utopia. Il primato dell'intersoggettività*. Torino, Bollati Boringhieri

⁴⁶CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 36

à consulta pública não foi possível aceder. As Brigadas Revolucionárias, por sua vez, vão dar origem ao PRP – Partido Revolucionário do Proletariado – pelo que se preocupam em ter uma produção teórica mais vasta. Esta documentação encontra-se disponível para consulta on-line, através do site da Fundação Mário Soares, que se tem preocupado em digitalizar e colocar à disposição o espólio de vários oposicionistas do Estado Novo.

Por outro lado, esta documentação é sempre marcadamente ideológica e propagandística, resultante de intenções muito específicas, constituindo discursos que deixam de fora por exemplo, quaisquer referências aos processos de discussão que conduziram a essas versões.

Além disso, é preciso referir que o facto de lidarmos com a escassez de fontes e de nos depararmos com a contingência de utilizar fontes muito diferentes para cada organização teve necessariamente efeitos na estrutura desta dissertação. Enquanto para a LUAR e a ARA utilizamos mais as fontes orais e produzidas pela PIDE/DGS, para os capítulos sobre o PRP/BR conseguimos trabalhar com uma maior produção teórica.

Importante foi também a consulta de fontes impressas, nomeadamente os jornais clandestinos que circulavam em Portugal na época e os periódicos das organizações de esquerda radical que existiram em Portugal entre 1967 e 1974: *Avante!* (PCP), *Militante* (PCP), *Portugal Livre* (FPLN), *JAPPA* (boletim da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses na Argélia), *Liberdade* (órgão da FPLN), *Passa-Palavra* (órgão dos militares da FPLN), *A Arma Crítica* (FPLN), *Revolução Popular* (CMLP), *Revolução Portuguesa* (Grupo Revolucionário Português de Libertação), *O Proletário* (CMLP), *O Comunista* (CMLP), *Unidade Popular* (CMLP), *Estrela Vermelha* (CMLP), *Viva o Comunismo* (CCR'S), *Bandeira Vermelha* (MRPP), *Folha Comunista* (URML), *Bolchevista* (grupo O Bolchevista), *Grito do Povo* (Grupo o Grito do Povo), *Guerra Popular* (Comités Guerra Popular).

No Centro de Documentação 25 de Abril encontram-se espólios de oposicionistas que viveram grandes períodos no exílio e que integram notas manuscritas tomadas em reuniões, sistematização de ideias, minutas de documentos, correspondência e outros documentos que se tornam fundamentais para aprofundar as actividades referentes às oposições. Apesar de, nem sempre, estes espólios pertencerem a militantes das organizações armadas, foram fundamentais para compreender os debates que se realizavam sobre a questão da violência política no seio da oposição portuguesa.

6. Estrutura

Consideraram-se cinco capítulos na estrutura da dissertação. O primeiro procura contextualizar as principais mudanças ocorridas no mundo durante os “longos anos 60” e o seu impacto em Portugal,

destacando a questão da violência política que emergiu nesta altura em Espanha, França, Itália e Alemanha. Pretende-se traçar o quadro que levou a que nestes países, no final dos anos 60, surgissem organizações que se reivindicavam de esquerda, que defendiam o recurso à luta armada para lutar contra o que consideram ser o autoritarismo do Governo, a sociedade de consumo, a injustiça social, sendo que, no caso espanhol e com a ETA, a questão social se entrelaça com a questão nacional pela independência do País Basco.

No segundo capítulo analisa-se a radicalização da contestação ao Estado Novo, a partir das eleições de 1958, e situa-se o debate sobre o recurso à luta armada neste contexto. Procura-se, também, compreender a cisão do PCP que deu origem ao aparecimento da FAP e as discussões e cisões que irão ocorrer dentro desta última organização em torno da questão da luta armada.

Nos três últimos capítulos, abordam-se as organizações que realizaram efectivamente acções armadas em território português – a LUAR, a ARA e as BR. Nestes capítulos procurar-se-á traçar os antecedentes de cada uma das organizações; descrever sucintamente as suas acções; analisar a sua estrutura e formas de operacionalização; compreender a forma como a repressão da PIDE/DGS e do Governo afectou cada uma delas.

A conclusão, procura sistematizar de modo articulado como se colocou e que efeitos teve o recurso à violência revolucionária por parte dos sectores mais radicalizados das oposições ao Estado Novo.

Capítulo I

O Mundo em Mudança

Depois de vinte e cinco anos de extraordinário crescimento económico e transformação social que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial e que, de acordo com Eric Hobsbawm, “mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período como uma espécie de Era do Ouro, e assim foi visto quase imediatamente após ter acabado, no início dos anos 70”⁴⁷, seguiu-se um período em que a Europa Ocidental viveu uma fase de contestação que atravessou toda a sociedade e que muitos viram como uma préfiguração de um possível projecto revolucionário.

A pergunta que nos cabe fazer é: que mudanças ocorreram no mundo, após a II Guerra Mundial, que permitiram um período de crescimento e desenvolvimento, e acabaram com uma fase de contestação que atravessou toda a sociedade?

1. O fim do colonialismo

Durante os séculos XIX-XX, alguns países, sobretudo europeus, conquistaram com relativa facilidade muitos daqueles que se chamaram, no século XX, países do Terceiro Mundo. Praticamente todas as partes da Ásia e da África eram propriedade de alguns estados do hemisfério Norte ou sentiam-se dependentes deles, uma vez que administravam e dominavam o mundo. Porém, esta era de colonialismo teve o seu fim logo após a II Guerra Mundial, quando se iniciou uma vaga de descolonizações, que deram origem a novos estados soberanos e transformaram a geografia e a geo-política mundial.

Logo em 1945, a Síria, o Líbano e a Indonésia tornaram-se independentes; no ano seguinte, os EUA concederam o estatuto formal de independência às Filipinas; em 1947, foi a Índia e o Paquistão que obtinham a independência; e em 1948, foi a vez da Birmânia, Ceilão (Sri Lanka), Palestina (Israel) e Indonésia. O Império Japonês tinha desaparecido em 1945, e o Norte de África e a maior parte da África Central e Setentrional, assim como as ilhas das Caraíbas e do Pacífico mantinham-se relativamente calmos. Contudo, no Sudeste asiático a descolonização política sofreu resistência, principalmente na Indochina francesa (actualmente dividida em três nações, Vietname, Camboja e Laos), onde a resistência comunista declara a independência, sob a liderança de Ho Chi Minh. Os franceses, apoiados pelos britânicos e pelos EUA lançaram-se numa ofensiva desesperada

⁴⁷HOBBSAWM, Eric, 2011, *A Era dos Extremos. História Breve do século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição, pag. 17

para reconquistar o país mas foram derrotados e obrigados a retirar, em 1954. O país ficou dividido entre o Vietname do Norte, apoiado pela União Soviética, e o Vietname do Sul, apoiado pelos Estados Unidos da América. Esta divisão levou a uma guerra que durou dez anos, na qual os Estados Unidos saíram derrotados, sendo obrigados a retirar, em 1975, depois de uma onda de contestação contra a guerra do Vietname que correu o mundo e levou parte da população norte americana a contestar a continuação desta guerra.

Em 1950, a descolonização asiática estava completa, excepto a Indochina e Malásia. No entanto, começavam as transformações nas zonas do Islão ocidental, que era sacudido por uma série de movimentos populares, golpes revolucionários e insurreições. No Irão, Muhammad Mussadeq, apoiado pelo Partido Tudeh (comunista), chegava ao poder, tendo sido derrubado, em 1953, por um golpe organizado pelos serviços secretos anglo-americanos⁴⁸. No Egipto, Gamal Abdel Nasser dirigiu a Revolta dos Oficiais Livres, o que deu origem à crise do Suez⁴⁹, pois o Reino Unido, a França e Israel uniram-se para tentar derrubar Nasser.

Na Argélia, a situação era bastante complicada, com a França a resistir ao levantamento pela independência nacional argelina. Durante oito anos (1954-1962), o Exército de Libertação Nacional argelino e o exército francês confrontaram-se numa guerra brutal, em que foram utilizadas táticas de guerrilha e foi institucionalizada a prática da tortura pelo exército e forças policiais. Enquanto isso, em 1956, o governo francês negociou a autonomia e a independência da Tunísia e de Marrocos. Neste mesmo ano, a Grã-Bretanha deu a independência ao Sudão.

Em Abril de 1955, reuniram-se na Conferência de Bandung, na Indonésia, os líderes de vinte e nove estados asiáticos e quatro estados africanos. O objectivo era a promoção da cooperação económica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao imperialismo e ao colonialismo, tendo sido afirmado que imperialismo e racismo eram crimes e que todos os povos tinham direito de lutar pela sua auto-determinação. Nesta conferência foram lançados os princípios da *Política do Não-Alinhamento*, ou seja, da postura de equidistância diplomática e geopolítica que os chamados países do Terceiro Mundo deviam manter face às chamadas grandes potências.

Em finais dos anos 50, já era óbvio que os velhos impérios estavam a desabar e que não seria possível travar a sua dissolução. Quase todas as colónias britânicas, francesas e belgas foram libertadas entre 1945 e 1970. Somente Portugal e os Estados de colonos brancos independentes (África do Sul e Rodésia do Sul) resistiam à tendência da descolonização. Porém, os países

⁴⁸HOBBSAWM, Eric, 2011, *A Era dos Extremos. História Breve do século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição, pag. 219

⁴⁹A 30 de Outubro de 1956, começou um dos conflitos no Médio Oriente, que opôs o Egipto por um lado e a França, Grã Bretanha e Israel, pelo outro. O conflito ocorreu na sequência da nacionalização do Canal do Suez, em 26 de Julho desse ano, pelo dirigente egípcio Gamal Abdel Nasser. Até aquela altura o canal era propriedade britânica pelo que esta nacionalização foi considerada uma afronta pelas principais potências ocidentais.

colonialistas estavam cada vez mais isolados. Em Portugal, a política de António Oliveira Salazar e Marcelo Caetano em manter as colónias conduziu o país a treze anos de guerra em Angola, Guiné e Moçambique e, somente, após a Revolução do 25 de Abril de 1974 é que as colónias portuguesas obtiveram a independência.

Quase todos os países do chamado Terceiro Mundo viveram, na segunda metade do século XX, revoluções, golpes militares ou alguma forma de conflito interno armado. No contexto da “coexistência pacífica”, os Estados Unidos identificavam este potencial revolucionário com a influência comunista da União Soviética e procuraram combatê-lo, por todos os meios, desde a propaganda ideológica, à ajuda económica. Por seu lado, a União Soviética, dava apoio aos movimentos revolucionários e de libertação que foram surgindo em diversos países, que se denominavam de anti-imperialistas e de socialistas, mas, procurou não se envolver directamente nos conflitos.

A partir dos anos 60, com o dissídio sino-soviético, nos sectores mais politizados, começou a generalizar-se a ideia que a violência revolucionária era imprescindível, contra a visão da “coexistência pacífica”.

Esta época de revoluções seria interpretada, na Europa, pelos levantamentos estudantis e de operários, sobretudo franceses e italianos, que tiveram o seu epílogo no Maio de 68, pela radicalização geral da sociedade e pelo recurso à violência por parte de grupos minoritários.

2. A Guerra Fria

A Guerra Fria foi o enfrentamento ideológico e político, que teve lugar entre o fim da II Guerra Mundial e o colapso da União Soviética, e que opôs o bloco ocidental-capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América, ao bloco de Leste comunista, liderado pela União Soviética. Durante este período, gerações inteiras cresceram com a crença que a qualquer momento poderia deflagrar uma guerra nuclear entre estas duas potências, que destruiria a humanidade, e acreditaram que só o medo da “destruição mútua inevitável” impedia que um lado ou outro de dar o sinal para essa destruição.

De acordo com Hobsbawm, a peculiaridade da Guerra Fria era de que não existia, objectivamente, o perigo eminente de uma guerra mundial e as duas superpotências tinham aceite a distribuição de forças no final da Segunda Guerra Mundial, o que equivaleria a um equilíbrio de poderes. Por um lado, a União Soviética, controlava ou influenciava uma parte do globo e não procurava aumentar o seu âmbito de influência pelo uso da força. Por outro lado, os EUA exerciam controlo sobre o mundo capitalista, hemisfério ocidental e oceanos e em troca não intervinha na

zona de hegemonia soviética⁵⁰.

De facto a situação mundial tinha-se tornado razoavelmente estável após a guerra e assim se manteve até meados dos anos 70, procurando as duas superpotências resolver as suas disputas sem um choque aberto entre as suas forças armadas. Contudo, o confronto político e ideológico entre elas era uma realidade. Os EUA preocupavam-se com o perigo de uma futura supremacia mundial da União Soviética e esta preocupava-se com a hegemonia presente dos EUA. Mas esta política de permanente rivalidade não implicava necessariamente o perigo diário de uma guerra.

No entanto, os dois lados entraram numa corrida ao armamento para destruição mútua e começaram a aglomerar cada vez mais homens e recurso com vista à preparação da guerra. Durante os quarenta anos de Guerra Fria, o mundo ficou cheio de armas, distribuídas pelas superpotências para armar os seus aliados, vendidas pelos grandes complexos da indústria militar que recebiam financiamento dos governos e, claro, traficadas. Um elemento curioso é que esta corrida desenfreada ao armamento e a ameaça do uso de armas nucleares acabou por produzir movimentos internacionais de paz, que exigiam o desarmamento nuclear⁵¹.

A consequência mais óbvia da Guerra Fria foi a divisão do mundo em dois pólos: “pró-americanos” e “pró-soviéticos”. No ocidente, os comunistas desapareceram dos governos e foram marginalizados, podendo-se dizer que todos os governos europeus ocidentais eram profundamente anti-comunistas e a URSS fez o mesmo, eliminando os não-comunistas dos governos das “democracias populares” que estavam sob a sua esfera de influência⁵².

Foi ainda no contexto da Guerra Fria, que se procedeu à construção da Comunidade Europeia, em 1957, com vista à integração das economias de vários estados-nação independentes do continente europeu e através do qual pretendiam fazer frente ao poder da União Soviética e dos EUA.⁵³

A partir de meados dos anos 50, a Europa Ocidental estava a viver uma era de prosperidade e assistia-se a um afrouxamento da tensão entre os dois pólos. Com a chegada ao poder de Krushev na União Soviética começou a política da *coexistência pacífica*. Prevaleceu um acordo tácito entre as duas potências de não-agressão mútua e o sistema político internacional parecia relativamente estabilizado. Nos anos 60 e 70, tomaram-se medidas para controlar e limitar a proliferação das armas nucleares, com a assinatura do Tratado de Limitação das Armas Nucleares,

⁵⁰HOBBSBAWM, Eric, 2011, *A Era dos Extremos. História Breve do século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição, p. 226

⁵¹WITTNER, Lawrence S., “The Nuclear Threat Ignored: How and Why the Campaign Against the Bomb Disintegrated in the Late 1960s”, in FINK, Carole; GASSERT, Philipp; JUNKER Dettlef, 1998, *1968 The world transformed*, Cambridge, Cambridge University Press, 439-460

⁵²FURTADO, Peter (Direc.), REIS, António (Direc. Da edição portuguesa), 1995, *História do Século XX*, Lisboa, Alfa, vol. 6

⁵³Os países fundadores da União Europeia foram a França, a República Federal da Alemanha, a Itália, países Baixos, Bélgica e Luxemburgo.

entre os EUA e a URSS. As superpotências restabeleceram laços comerciais e estavam satisfeitas com a solidez da sua economia. A desintegração da URSS (1989-1991) levou ao reconhecimento oficial que tinha terminado a Guerra Fria. Era o fim de uma era.

3. O crescimento económico

Após a II Guerra Mundial assistiu-se a um crescimento económico sem precedentes no século XX. Esta constatação é óbvia, sobretudo, nos anos 60, quando o pleno emprego se tornou geral nos países da Europa Ocidental, em que a taxa de desemprego estaciona nos 1,5%. Também nos países da Europa de Leste se assistiu a um crescimento económico, embora não tão significativo como nos países capitalistas⁵⁴.

Significativa foi a expansão da industrialização, quer nos países da Europa Ocidental, como nos países socialistas e no Terceiro Mundo. Assistimos a uma diminuição acentuada do número de países que dependiam economicamente da agricultura e da mão-de-obra agrícola, com as consequências que isso tem: êxodo rural, emigração, despovoamento das zonas rurais, diminuição do peso económico do sector primário em detrimento do sector secundário e terciário.

O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se por todo o mundo e por toda a indústria, bens e serviços, tornando acessível bens e produtos até aí só alcance dos mais ricos. A revolução tecnológica trazia a novidade constante para a vida do consumidor, de tal forma, que a novidade tornou-se a fórmula mágica para a venda de produtos. O novo significava melhor e significava algo revolucionário. A vida quotidiana transformou-se completamente com o acesso generalizado à televisão, às cassetes, aos relógios digitais, calculadoras de bolso, electrodomésticos, câmaras fotográficas e de vídeo, até aos computadores. O processo de inovação passou a ser contínuo e os gastos com o desenvolvimento de novos produtos tornaram-se cada vez mais significativos nos custos de produção. Este processo de industrialização era sustentado, supervisionado e orientado pelos governos, que estavam comprometidos com a política do pleno emprego e com a redução das desigualdades económicas. A memória da Grande Depressão e das suas consequências levou os governos e os economistas a defenderem uma reforma do capitalismo, daí que fosse necessário uma economia planeada que permitisse o contínuo crescimento económico, o emprego, a modernização das economias menos desenvolvidas e a contenção do comunismo⁵⁵.

Havia também um acordo tácito entre patrões e as organizações de trabalhadores para manter as reivindicações destes dentro de limites que não afectassem os lucros das empresas. Desta

⁵⁴HOBBSAWM, Eric, 2011, *A Era dos Extremos. História Breve do século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição, p. 257

⁵⁵HOBBSAWM, Eric, 2011, *A Era dos Extremos. História Breve do século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição, p. 261-264

forma, todos ficavam a ganhar: os patrões não se incomodavam com os salários altos desde que tivessem lucros; os trabalhadores recebiam salários que subiam regularmente e tinham um Estado providência que os protegia; o governo conseguia estabilidade política e o enfraquecimento dos partidos comunistas⁵⁶.

Surpreendentemente este boom económico dos anos 50 foi presidido por governos conservadores moderados. O clima de prosperidade não é propício a mudanças. Todavia subitamente, nos anos 60, deu-se uma viragem à esquerda e os partidos socialistas começaram a conquistar eleitorado ao mesmo tempo que a sociedade de Bem Estar e a economia que a sustentava parecia entrar em desgaste. Simultaneamente, aparecia uma nova geração de adultos, cuja realidade era a do pleno emprego e da inflação contínua, mas que depressa descobriu que os aumentos salariais negociados entre os patrões e os sindicatos eram muito inferiores ao que poderiam conseguir e, por isso, sentiam que estavam a ser explorados pelos patrões e ignorados pelos sindicatos e pelos governos.

Foi esta mudança no estado de espírito dos trabalhadores, que os fez aderir à contestação estudantil de 1968, originando uma grande explosão de contestação que a todos surpreendeu. Os trabalhadores sentiam que tinham direito a maiores salários, melhores condições de trabalho, mais justiça social e que só através da luta é que poderiam atingir os seus objectivos.

4. A transformação da sociedade

Uma das maiores transformações sociais que ocorreu entre os anos 60 e os anos 80 foi o declínio acentuado do campesinato. Esta diminuição da população agrícola deveu-se à mecanização da agricultura e à saída da população do campo para a cidade. Isto pode ser constatado na Europa, onde milhares de pessoas vindas dos campos desaguaram nas cidades e nas suas periferias, engrossando os sectores da indústria, das obras e dos trabalhos indiferenciados mas também na América Latina e Islão Ocidental. Apenas três regiões do globo continuaram a ser predominantemente agrícolas: a África Subsariana, o Sul e o Sudeste da Ásia Continental e a China. Mas mesmo estas regiões sofriam as pressões do desenvolvimento económico dos países vizinhos.

O mundo desta segunda metade do século XX era, sobretudo, urbano. Nos países do chamado Terceiro Mundo multiplicavam-se as cidades com milhões de habitantes, como Jacarta, Manila, Cairo, Cidade do México ou São Paulo. Nos países desenvolvidos, pelo contrário, as grandes cidades já tinham atingido o seu auge e a fuga dava-se para os subúrbios, criando-se novas cidades na periferia enquanto os centros das velhas cidades se tornavam cada vez mais vazios. A

⁵⁶HOBBSAWM, Eric, 2011, *A Era dos Extremos. História Breve do século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição, p. 278-280

necessidade de criar ligações rápidas entre a periferia, onde as pessoas habitavam, e os centros das cidades, onde trabalhavam, levou a uma nova revolução no transporte com a construção de sistemas de autocarros e metros cada vez mais rápidos e eficazes⁵⁷.

Ao mesmo tempo, cresciam as profissões que exigiam um nível de educação secundária ou superior, o que multiplicou a procura de vagas nestes níveis de ensino. Nos anos 60, os estudantes tinham-se tornado uma força social e política muito mais importante do que alguma vez tinham sido. As famílias faziam um esforço acrescido para mandar os seus filhos para a universidade pois esta era uma forma de ascensão social e de proporcionar melhores condições de vida aos seus descendentes. A sociedade terciarizava-se em detrimento dos sectores primário e secundário que iam perdendo o seu peso na economia.

Estas massas de jovens estudantes e professores viviam em permanente contacto entre si nas cidades universitárias, eram transnacionais, movimentando-se e comunicando ideias e experiências, aderiam mais facilmente às novas tecnologias e, como se viu em 1968, eram capazes de dar expressão internacional ao descontentamento político e social que sentiam. As manifestações estudantis de 1968 tiveram o seu epicentro em Paris mas ocorreram um pouco por todo o mundo. Porém, a população estudantil ainda não era suficientemente significativa para fazer qualquer tipo de revolução. Assim, o mais significativo da sua acção foi a capacidade de expandir as suas reivindicações e de provocar ondas de agitação noutros sectores sociais, como os operários, que eram mais inflamáveis. Os estudantes conseguiram estimular outros grupos a reivindicar mais do que o que estavam acostumados, daí a onda de greves operárias por maiores salários e melhores condições de trabalho.

Importante é tentar compreender porque razão estes grupos de estudantes, que viviam numa sociedade de abundância, e que tinham perspectivas futuras, se sentiram atraídos pelo radicalismo político. Primeiro, porque esta massa de estudantes desaguou em universidades que não estavam física, organizacional e intelectualmente preparadas para tal fluxo, o que os levou a perceber que era necessário mudar algo no ensino e que isso só se conseguiria com o recurso a demonstrações de descontentamento, a greves, à agitação. Depois, porque ir para a universidade deixou de ser visto como um privilégio especial, levando a que jovens adultos que não tinham essa oportunidade se sentissem ressentidos, não apenas com a universidade mas com qualquer tipo de autoridade, o que os fazia inclinar-se para a esquerda. Outra razão, é que para estes jovens, o mundo da II Guerra Mundial e o pós-guerra era uma experiência pela qual não tinham passado, daí que as suas insatisfações, as suas críticas (próprias do fosso de gerações) não fosse amortecida pela consciência

⁵⁷FURTADO, Peter (Direc.), REIS, António (Direc. Da edição portuguesa), 1995, *História do Século XX*, Lisboa, Alfa, vol. 7

de estar a viver tempos de impressionantes melhoramentos. Eles pensavam que o mundo podia ser diferente e melhor e estavam dispostos a lutar por isso⁵⁸. Havia uma maior predisposição dos jovens, sobretudo dos intelectuais, para a luta, que lhes era dada pelo desligamento da produção e pela generalidade dos acesso à cultura, que os levava a pensar e criticar a sociedade em que viviam

Ao mesmo tempo, assiste-se na classe operária a mudanças dentro do processo de produção e na sua própria consciência de classe. As velhas indústrias do século XIX e inícios do século XX começaram a desaparecer e a dar lugar a novas indústrias, baseadas na alta tecnologia, espalhadas por uma região ou cidade e que trabalhavam em rede. A velha cidade industrial, dominada por uma grande fábrica estava a começar a desaparecer.

A combinação de décadas de pleno emprego e uma sociedade de consumo de massas transformou a vida dos operários dos países desenvolvidos. Os operários passaram a ter disponível rendimentos que lhes permitiam aceder a bens de consumo antes considerados privilégios dos ricos: televisão, câmaras fotográficas, telefone, produtos de beleza, carros, etc. O acesso a este consumo de massas fez com que a consciências que os operários tinham de ser uma classe unida e singular começasse a esbater-se. Até à Segunda Guerra Mundial sentiam-se unidos pela segregação social, pelo estilo de vida diferente, pela limitação das oportunidades de vida (muito dificilmente o filho de um operário iria para a universidade, nem se esperava que ele continuasse a escola depois de concluir a escolaridade obrigatória) e, pela colectividade (pensavam que os trabalhadores como eles só podiam alterar as coisas através da acção colectiva). Com o desenvolvimento económico que se seguiu à Segunda Guerra Mundial esta coesão de classe foi-se esbatendo, pois foram perdendo a noção que eram pobres à medida que iam conseguindo aceder, melhor ou pior, aos mesmos produtos que as outras classes sociais⁵⁹.

Nesta altura começou-se também a sentir uma diferenciação dentro do operariado. Havia o topo da classe operária, constituída por trabalhadores especializados que se adaptaram mais facilmente às mudanças tecnológicas e à modernização da produção e que ganhavam muito mais que os restantes. Simultaneamente, no pós-guerra, os Estados europeus mais afectados pela guerra começaram a patrocinar a imigração de mão-de-obra que era escassa nos seus próprios países. Estes imigrantes entraram no mesmo mercado de trabalho e com os mesmos direitos que os cidadãos dos países para onde emigraram, o que gerou um clima de tensão e de divisão.

Podemos assim concluir que as mudanças na estrutura de produção, o aparecimento da sociedade de bem-estar e de consumo, a fronteira cada vez mais difusa entre trabalho manual e não

⁵⁸FURTADO, Peter (Direc.), REIS, António (Direc. Da edição portuguesa), 1995, *História do Século XX*, Lisboa, Alfa, vol. 7

⁵⁹FURTADO, Peter (Direc.), REIS, António (Direc. Da edição portuguesa), 1995, *História do Século XX*, Lisboa, Alfa, vol. 8

manual esbateram contornos que antes eram claros do proletariado.

Uma grande mudança que transformou a sociedade foi o papel cada vez mais importante das mulheres na sociedade. No pós-guerra as mulheres entraram de forma impressionante no mercado de trabalho e nas universidades, o que faz reflorescer os movimentos feministas, a partir sobretudo dos anos 60. É preciso referir que inicialmente estes movimentos feministas pertenciam essencialmente ao ambiente das mulheres da classe média, educadas, intelectualizadas mas aos poucos o feminismo começou a espalhar-se pelas outras classes sociais. Há uma mudança no papel desempenhado pelas mulheres na sociedade. Embora a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades nem sempre tenha significado uma mudança nas relações entre os sexos, quer na esfera pública como privada, são inegáveis os sinais de mudança quanto às expectativas que as mulheres começaram a ter de si próprias. Um exemplo, o cada vez maior papel das mulheres na política. Começou a ser possível, e aceite, ter mulheres a chefiar um governo, coisa impensável até 1945. Porém, ainda hoje a percentagem de mulheres na política e nos governos é substancialmente inferior à dos homens.

Inicialmente, as questões que preocupavam os movimentos feministas eram a luta pela igualdade, pelo tratamento igual, pela igualdade de oportunidades que pressupunha a inexistência de diferenças significativas entre homens e mulheres. Mas para a maioria das mulheres do mundo era óbvio que a sua inferioridade social se devia a uma questão de género e as suas preocupações baseavam-se mais nas diferenças entre os géneros que na igualdade⁶⁰.

Além disso, nos meios menos favorecidos, a entrada da mulher no mercado de trabalho era uma necessidade económica. O orçamento limitado e a progressiva escolarização dos filhos levavam as mulheres a sair de casa para trabalhar. Como é referido por Louise Tilly e Joan Scott “no passado os filhos trabalhavam para que as mães pudessem ficar em casa a cumprir as necessidades domésticas e reprodutivas. Agora, quando as famílias precisavam de rendimentos extra, as mães trabalhavam no lugar dos filhos”⁶¹.

Para as mulheres da classe média a entrada no mercado de trabalho tinha uma carga ideológica muito maior, pois a sua saída da esfera do lar representava, sobretudo, uma emancipação, a procura da sua liberdade e autonomia, o transformar de si própria numa pessoa por direito próprio. É evidente que, à medida que se foram tornando mais vulgares os lares da classe média com dois rendimentos, os orçamentos familiares começaram a ser calculados com base nesses dois salários e o salário da mulher passou a ser visto como essencial para equilibrar o orçamento doméstico.

⁶⁰Para a maioria das mulheres, sobretudo as mais pobres, era mais premente a resolução de questões como a facilidade de acesso a métodos contraceptivos que evitasses a gravidez indesejada, o acesso a licença de maternidade ou protecção contra o assédio sexual e a violação.

⁶¹Cf. TILLY, Louise e SCOTT, Joan W., 1987, *Woman, work and family*, Londres, 2ª edição

Contudo, como mostrou o aumento do número de casamentos em que os dois cônjuges tinham de se deslocar diariamente para longe de casa devido ao seu trabalho, generalizou-se a ideia que a mulher também tinha direito a ter uma carreira e a decidir onde exercê-la⁶².

Nos países desenvolvidos, o feminismo da classe média alastrou rapidamente a outras classes sociais, sobretudo porque suscitava questões que interessavam a todas as mulheres. Generalizou-se a sensação que chegara a hora da libertação feminina.

Simultaneamente, verificava-se uma mudança na estrutura familiar tradicional. Até meados do século XX, a maioria da humanidade partilhava um mesmo conceito de estrutura familiar: a família estava baseada num casamento formal; a superioridade do marido em relação à esposa, dos pais em relação aos filhos e das gerações mais velhas relativamente às mais novas. A partir desta altura, esta estrutura familiar começou a mudar com grande rapidez, sobretudo nos países ocidentais. Um dos sintomas desta mudança foi o aumento do número de divórcios, que em países como a França e a Bélgica triplicou entre 1970 e 1985. Mesmo em países católicos, como a Itália, verifica-se um aumento significativo dos divórcios após 1970, ano em que o divórcio se tornou permitido e legal, um direito referendado em 1974⁶³.

A partir dos anos 60, os comportamentos sexuais começaram a alterar-se significativamente: as mulheres ganharam mais liberdade sexual; as práticas homossexuais começam a ser mais toleradas; o acesso a métodos anticoncepcionais vulgarizou-se, o que libertou as mulheres de uma gravidez indesejada; o aborto tornou-se legal em vários países; e o casamento tornou-se muito mais instável.

Se o declínio da família tradicional e o aumento dos divórcios indicava uma crise na relação entre os sexos, o aparecimento de uma cultura juvenil específica e extraordinariamente forte indicava uma crise entre gerações.

Os jovens foram os agentes dos principais acontecimentos políticos dos anos 60 e 70.

A cultura juvenil tornou-se dominante na economia de mercado, pois era uma massa com poder de compra, ávida de novidades e com facilidade de adaptação às mudanças tecnológicas.

Uma outra peculiaridade desta cultura juvenil é o seu cosmopolitismo. Os jovens partilhavam as mesmas referências culturais, ouviam a mesma música, viam os mesmos filmes, vestiam-se da mesma forma, tinha, o mesmo estilo de vida. Havia uma esmagadora hegemonia cultural dos EUA, difundida através da Grã-Bretanha que se tornou a intermediária cultural. A cultura juvenil difundia-se através dos discos, da rádio, dos livros, da televisão, do cinema, do turismo juvenil, das universidades, da moda.

⁶²Cf: TILLY, Louise e SCOTT, Joan W., 1987, *Woman, work and family*, Londres, 2ª edição Cf: TILLY, Louise e SCOTT, Joan W., 1987, *Woman, work and family*, Londres, 2ª edição

⁶³Cf: TILLY, Louise e SCOTT, Joan W., 1987, *Woman, work and family*, Londres, 2ª edição

A cultura juvenil produziu uma revolução nos costumes e nos modos de estar. A partir de meados dos anos 50, os jovens das classes alta e média começaram a adoptar como modelos a música, as roupas e a forma de falar das classes baixas urbanas. O rock irrompeu da cultura negra dos EUA para se tornar um fenómeno de massas entre os jovens brancos; os jeans, utilizados pelos operários, tornaram-se a nova farda da juventude; o calão utilizado pelos operários e pelas classes mais baixas tornou-se recorrente na linguagem juvenil. Podemos dizer que se dá uma viragem para o popular e o estilo informal nos gostos dos jovens da classe média e alta.

Simultaneamente, assistiu-se a uma libertação sexual, com os jovens a encarar as práticas sexuais heterossexuais e homossexuais com muito maior liberdade e com menos preconceitos. Comportamentos até então considerados como inaceitáveis ou desviantes começaram a ganhar visibilidade.

As drogas espalharam-se e o seu uso era um gesto de rebelião contra a autoridade pois na maioria das sociedades o seu consumo era proibido.

A cultura juvenil provocou uma revolução cultural mas também aumentou o fosso entre gerações. Os pais percebiam que o mundo estava a mudar mas muitas vezes não conseguiam acompanhar essa mudança vertiginosa o que trouxe conflitos entre gerações.

De toda esta mudança resultava uma espécie de inquietação e revolta contra o mundo instalado e centro de diferenciação social, o mundo da abundância, do emprego certo, dos políticos e dos sindicatos. Existiam sementes de revolta que germinavam sobretudo na juventude que sentiam necessidade de recusar o sistema de hierarquias e os valores da geração anterior.

Estas transformações também se fizeram sentir em Portugal, ainda que um pouco mais tardiamente, desenvolvendo-se, essencialmente, durante os anos de 1968-1974, aproveitando a relativa abertura proporcionada pelo marcelismo. Esta demora ocorreu devido a um conjunto de factores: atraso na recuperação demográfica, o fraco desenvolvimento urbano, as limitações à afirmação da classe média, o carácter reduzido da população juvenil e os fortes entraves, formais e informais, colocados à afirmação da generalidade das práticas e e dos valores de ruptura que se afirmavam internacionalmente⁶⁴. Além disso, a guerra colonial colocava aos jovens do sexo masculino como horizonte de futuros três anos de serviço militar e, na maioria dos casos, a partida para o cenário de guerra. As raparigas, por outro lado viam adiados os seus projectos de futuro.

No entanto, eram visíveis algumas mudanças, sobretudo nas principais cidades, Lisboa e Porto, onde se fazia sentir um certo cosmopolitismo, e em Coimbra, no seio do meio estudantil. Aliás, o meio académico era mais permeável às mudanças e impulsionador das fracturas

⁶⁴ESTANQUE, Elísio, BEBIANO, Rui, 2007, Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra, Lisboa, ICS, p.15

geracionais. O universo estudantil da época ia-se alargando devido à chegada de “grandes” contingentes de novos estudantes provenientes da classe média e da pequena-burguesia urbana e rural, e ao aumento do número de mulheres, bastante activas no meio académico, cultural e associativo. Estes novos estudantes tinham anseios e aspirações para o futuro que não se coadunavam com o imobilismo da universidade e da sociedade, em geral, provocando choques culturais. Neste contexto, recolhendo as influências dos movimentos de contestação juvenis que percorriam grande parte do mundo e a relativa abertura da “primavera marcelista”, a iniciativa estudantil teve novo impulso durante o ano de 1969, dando origem a um dos maiores momentos de contestação contra a ditadura e a guerra colonial⁶⁵.

Assim, apesar de tardiamente em relação a outros países, também a sociedade portuguesa se ia transformando.

5. A Teologia da Libertação, o Concílio do Vaticano II e as mudanças na Igreja

Os anos 60 foram marcados por grandes mudanças dentro da Igreja Católica, que se abriu mais ao mundo laico e social. Dois grandes factores contribuíram para que isso acontecesse: o aparecimento na América Latina da Teologia da Libertação e o Concílio do Vaticano II, em Roma.

A Teologia da Libertação é um movimento cristão de teologia que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação das pessoas das injustiças económicas, políticas e sociais. Ela foi descrita, pelos seus proponentes como uma interpretação da fé cristã através do sofrimento dos pobres, da sua luta e esperança, e uma crítica da sociedade, da fé católica e do cristianismo através dos olhos dos pobres⁶⁶.

A Teologia da Libertação tornou-se um movimento internacional, sendo sobretudo uma reacção moral à pobreza causada pela injustiça social que era flagrante naquela região do globo.

Segundo José António Veloso existem três correntes principais na Teologia da Libertação:

1 – *A autêntica teologia da libertação*, entendida no sentido católico, apoiada na palavra de Deus, devidamente interpretada pelo Magistério e que consiste na “reflexão teológica centrada no tema bíblico da libertação e da liberdade e nas suas incidências práticas”

2 – *A teologia da libertação que adopta o método marxista* da análise da realidade e da história, apresentando-o como sendo o único método «científico» e, portanto, «necessariamente verdadeiro», segundo a lógica da filosofia dialéctica que lhe serve de base.

3 – *A teologia da libertação que assume explicitamente a ideologia marxista* embora

⁶⁵ESTANQUE, Elísio, BEBIANO, Rui, 2007, Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra, Lisboa, ICS, p. 12 a 22

⁶⁶BARRYMAN, Philip, 1987, *Liberation Theology: essential facts about the revolutionary movement in Latin America and beyond*, Meyer Stone Books

despojando-a – pelo menos teoricamente – do seu ateísmo e materialismo⁶⁷.

A Igreja publicou um documento em que faz uma análise da teologia da libertação e refere que estas duas últimas correntes da teologia da libertação eram de “inspiração marxista” e propunha “uma interpretação inovadora do conteúdo da fé e da existência cristã, interpretação que se afasta gravemente da fé da Igreja, mais ainda, constitui uma negação prática dessa fé” e continua a crítica referindo “conceitos tomados por empréstimo, sem fazer a crítica prévia, à ideologia marxista, e o recurso a teses de hermenêutica bíblica marcadas pelo racionalismo encontram-se na raiz da nova interpretação, que vem corromper o que havia de autêntico no generoso empenho inicial a favor dos pobres”. Com a divulgação deste documento, a Igreja sublinha que “quer chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis, para os desvios e perigo de desvio, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas de teologia da libertação que empregam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista”⁶⁸.

Segundo os teólogos da teologia da libertação, o seu objectivo é construir uma sociedade nova, mais justa, onde a vida humana tenha mais valor e dignidade e para isso é necessário que as classes sociais mais desfavorecidas lutem contra aqueles que a oprimem. Daí que esta teologia não negue a existência da luta de classes, pelo contrário, sublinha-a, afirmando que é esta que faz mover a história e que só através da luta os oprimidos poderão combater os opressores, o que consequentemente legitima a utilização da violência. Esta é justificada como um meio para acabar com as injustiças sociais e à violência que constitui o domínio dos ricos sobre os pobres deve corresponder a contra-violência revolucionária mediante a qual esta relação será invertida⁶⁹.

A linha oficial da Igreja Católica critica a Teologia da Libertação, e, no seu texto crítico oficial, é referido que esta corrente identifica o “Reino de Deus” com o movimento de libertação humana e sócio-política e o “pobre” do Evangelho com o proletariado de Marx; divide a Igreja entre a Igreja do Povo – a igreja da luta libertadora revolucionária que compreende os oprimidos – e a Igreja Hierárquica – aliada aos opressores ou burgueses; rejeita a “doutrina social da Igreja” por ser uma ilusão das classes médias destituída do sentido histórico; faz uma releitura essencialmente política da Bíblia; desacredita o Magistério e a Tradição da Igreja, declarando que pertencem à classe exploradora; a divindade de Cristo é aceite formalmente, contudo, ao “Cristo da Fé” opõe-se o “Jesus da História” e a sua experiência revolucionária libertadora dos pobres; e a Eucaristia é

⁶⁷VELOSO, José António, 1985, A Teologia da Libertação e as Injustiças Sociais, Separata da Revista Celebração Litúrgica, nº 5, Ano B, Braga, pag. 3 e 4

⁶⁸SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, Roma, 1984. É o cardeal alemão Joseph Ratzinger, actual Papa Emérito Bento XVI, e na altura Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, que apresenta num colóquio privado o primeiro “Relatório” que vai dar origem a este texto oficial da igreja Católica sobre a Teologia da Libertação.

⁶⁹GUTIERREZ, G., 1972, *Teologia de la liberación*, Salamanca, pag. 355-358

reduzida a uma celebração do povo que luta⁷⁰.

A Teologia da Libertação continuou influenciar muitos teólogos, sacerdotes, bispos e leigos, essencialmente na América Latina, mas os seus ecos chegaram à Europa. Esta corrente criticava a riqueza e o poder, denunciava a pobreza e as injustiças económicas e sociais, e defendia que os mais pobres e oprimidos deviam lutar para se libertar da opressão e construir um mundo novo e um homem novo. Os ecos desta corrente teológica faziam-se sentir dentro da Igreja e mesmo na Europa eram muitos os católicos que começaram a preocupar-se com as injustiças sociais e a questionar se não seria necessário mudar o estado das coisas. Afinal, acreditavam num Cristo que tinha nascido e vivido pobre, que tinha defendido os mais pobres e injustiçados da humanidade e que tinha proclamado os ideais da igualdade e da justiça. O cristianismo passou a ser visto por estes católicos como um instrumento de transformação correcta do mundo, que devia unir todas as forças progressistas e que devia estar ao serviço da libertação dos oprimidos.

Em Novembro de 1958, morria o Papa Pio XII, pondo fim a um pontificado difícil marcado pela Segunda Guerra Mundial. Nesta altura, a Igreja era atravessada por diversas correntes de ecumenismo, vindas de vários países, animadas por clérigos ou laicos. Preocupado, o colégio dos cardeais elegeu um papa de transição, Angelo Roncalli, cardeal de Veneza, que adoptou o nome de João XXIII. Este prelado, de raízes camponesas, espantou toda a gente pela sua simplicidade que o levou a suprimir os faustos da etiqueta vaticana, a visitar os hospitais e as prisões de Roma e a encetar encontros com os comunistas.

A 25 de Fevereiro de 1959, na Basílica de São Paulo Extramuros, João XXIII anunciava a 17 cardeais as suas decisões, fruto de uma reflexão profunda sobre o mundo em que viviam e que estava a sofrer uma completa transformação: reunião de um sínodo diocesano para a cidade de Roma; refundição do Código de Direito Canónico de 1917; convocação de um concílio para estudar os problemas da Igreja. O principal objectivo destas medidas era aproximar as diversas correntes ecuménicas e aproximar os católicos dos não-católicos e até dos ateus. Constituíram-se comissões preparatórias e um Secretariado para a Unidade e foram convidados observadores não-católicos⁷¹.

O Concílio foi inaugurado em Roma, a 11 de Outubro de 1962, por João XXIII, rodeado de 2778 prelados de todas as raças e nacionalidades, 45% dos quais vinham do Terceiro Mundo. Dos 93 observadores 29 eram laicos, uma Comissão Central presidida pelo Santo Padre coordenava o conjunto dos trabalhos e um Secretariado dos Meio de Comunicação vinha juntar-se ao Secretariado para a Unidade dos Cristãos.

Muito rapidamente, destacaram-se duas tendências dentro do concílio: os tradicionalistas – a

⁷⁰Cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1984, *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, Roma

⁷¹FARIA, Teodoro de, 2014, *O Concílio Vaticano II: 50 anos depois*, Cascais, Lucema

Cúria, os prelados italianos, espanhóis e da América Latina – e os inovadores – outros países da Europa, Ásia e África. O objectivo do Concílio era promover o diálogo dos católicos com todas as outras igrejas e os não-cristãos.

João XXIII morreu a 3 de Junho de 1963, só assistindo à primeira sessão do Concílio e a sucessão recaiu no cardeal Montini, que escolheu o nome de Paulo VI. Nas últimas três sessões do Concílio assistiu-se a algumas modificações: a cúria perdeu o seu poder a favor de um Sínodo constituído por 150 bispos; foi constituído um Secretariado para os Não-Cristãos e um Secretariado para os Não-crentes; as mulheres foram admitidas a participar nos trabalhos (oito religiosas e sete laicas); estabeleceu-se que se devia proceder a uma simplificação das celebrações litúrgicas e que as línguas nacionais substituíam o latim. Há no entanto questões que persistem como a questão do celibato dos padres e a participação das mulheres na vida da Igreja.

A Teologia da Libertação e, sobretudo, o Concílio do Vaticano II tiveram impacto dentro da Igreja Católica portuguesa, quer ao nível do clérigo como dos leigos. Ao longo dos anos 60 assistiu-se a uma radicalização dos católicos em Portugal, para o que contribuiu decisivamente a contestação à guerra colonial e as posições do Vaticano, principalmente o debate e as conclusões do Concílio do Vaticano II, seguidas atentamente pelos católicos portugueses; bem como a política do *aggiornamento*, ou seja da abertura da Igreja Católica aos crentes e não crentes, o estabelecimento de relações com outras religiões e em defesa das liberdades cívicas. A publicação da Encíclica *Pacem in Terris*, que defendia a paz e o direito de todos os povos à sua autodeterminação foi decisiva deste ponto de vista.

Os ventos de mudança da Igreja Católica chegaram rapidamente a Portugal e tocaram, não apenas os leigos mas também os próprios eclesiásticos. Sintoma disso é o caso dos padres que optaram por criticar a guerra colonial e a convivência da hierarquia da Igreja com o regime, o que levou a que alguns destes padres fossem afastados e excomungados enquanto outros optaram por abandonar a Igreja. Além disso, alguns destes ex-membros da Igreja mostraram-se bastante permeáveis à questão da luta armada e acabaram por militar na LUAR e nas BR e por participar inclusivamente em acções armadas ou nos seus aparelhos logísticos de apoio, guardando armas e explosivos e abrigando operacionais destas organizações em Igrejas, conventos e casas paroquiais. Eles consideravam que o regime só cairia através deste tipo de acções e que estas estavam em consciência justificadas pela situação interna que se vivia no país, muito marcado por uma guerra colonial injusta.

Por outro lado, também os leigos católicos se radicalizaram, influenciados pelo Concílio do Vaticano II, pela efervescência do Maio de 68 e pela Teologia da Libertação, na América Latina. Este sector passou a dinamizar as acções de luta contra a guerra colonial e contra a ditadura, e,

formaram o mais importante grupo de apoio logístico da LUAR e do PRP/BR.

6. A importância da Primavera de Praga

A partir de inícios dos anos 60, a Checoslováquia começou, ainda que de forma incipiente e cautelosa, a desestalinizar-se. Simultaneamente, iniciaram-se algumas reformas económicas que exigiam liberalização intelectual, económica e política.

Estas reformas eram exigidas pelos economistas e empresários que reclamavam o alargamento dos mecanismos de mercado, a reforma dos preços, o fim do congelamento salarial, a abertura económica a Ocidente; e pelos intelectuais que protestavam contra as restrições às liberdades individuais e contra a concentração do poder nas mãos de uma minoria da sociedade.

Na Checoslováquia, onde o estalinismo tinha sido particularmente duro e duradouro, persistia na sociedade, e mesmo dentro do Partido Comunista, um sentimento de choque e de incredulidade com o contraste entre as esperanças que ainda tinham no comunismo e a realidade do regime. Por isso, não é de estranhar que as reformas tenham vindo de dentro do próprio partido. Durante os anos 60 foram desenvolvendo dentro do Partido Comunista da Checoslováquia (PCCz) núcleos e sectores reformistas que reclamavam alternativas face ao dogmatismo e à rigidez do regime. Estes estabeleceram contactos e pontes com gente fora do PCCz, integraram comissões e comités de trabalho que o Comité Central auscultava e exprimiam-se em diversas instituições⁷².

Alexander Dubcek, rodeando-se destes reformistas, lentamente, formou uma verdadeira fracção, que se foi espalhando pelos diferentes escalões partidários e órgãos dirigentes do partido. Em 1968, conseguiu chegar a dirigente máximo do PCCz.

Em Abril desse ano foi publicado o *Programa de Acção do Partido* que preconizava um sistema federal em que a população checa e eslovaca tinha igualdade de direitos; admitia uma reforma eleitoral com a possibilidade de escolher entre várias listas e candidatos; dava autonomia às empresas; suprimia a censura e proclamava a liberdade de reunião. O Programa foi entusiasticamente recebido pela população e começaram-se a formar organizações políticas, clubes e associações à margem do Partido Comunista Checo.

A União Soviética temia o contágio destas ideias aos restantes países de “democracia popular” e temiam a aproximação da Checoslováquia a países que manifestavam tendências mais centrífugas, como a Roménia e a Jugoslávia. Embora Dubcek sempre tivesse procurado não hostilizar a União Soviética manifestando sempre a sua fidelidade aos princípios marxista e nunca questionando o papel do partido⁷³.

⁷²FINK, Carole; GASSERT, Philipp; JUNKER, Detlef, 1988, 1968. *The World Transformed*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 121

⁷³FINK, Carole; GASSERT, Philipp; JUNKER, Detlef, 1988, 1968. *The World Transformed*, Cambridge, Cambridge

A União Soviética, embora hesitante, mas temendo a fragmentação do bloco soviético, decidiu avançar com uma intervenção militar e derrubar o novo regime checo. O plano de invasão foi decidido pela Comissão Política do PC da União Soviética nos dias 20-21 de Julho e posto em prática a 16 de Agosto.

Na noite de 20 para 21 de Agosto de 1968, um exército do Pacto de Varsóvia, constituído por 250 mil homens, invadiu as fronteiras da Checoslováquia. Às primeiras horas da madrugada do dia 21, desembarcam no Aeroporto de Praga forças paraquedistas e equipamento de artilharia e começam-se a ouvir nas ruas os barulho dos primeiros tanques. Nos dias seguintes os dirigentes do PCCz, incluindo Dubcek, foram levados pelas tropas soviéticas, sob custódia, para Moscovo. Era imposta a doutrina da *soberania limitada* de Brejnev, ou seja, o poder dos soviéticos intervirem em qualquer país aliado que ameaçasse desligar-se do movimento comunista internacional.

Perante a invasão, o governo e a direcção do PCCz apelaram à não resistência da população contra os invasores. Porém, a população rapidamente transformou a sua estupefacção em resistência e em lampejos espontâneos de revolta. Ainda a meio da tarde do dia 21 de Agosto, as ruas de Praga enchiam-se de gente, colocavam-se vendas nos olhos das estátuas dos heróis nacionais para que não assistissem à invasão das tropas estrangeiras. Nas principais cidades, cordões humanos cercavam as instalações da rádio nacional para que pudesse noticiar livremente a evolução dos acontecimentos. Em várias localidades, os nomes das ruas eram arrancados e as placas das povoações eram destruídas ou os seus nomes substituídos ou tornados ilegíveis para desorientar o exército soviético. Por todo o lado ocorriam manifestações, entoavam-se canções patrióticas e empunhavam-se bandeiras do país. Os tanques soviéticos eram cercados pela população e pintados com a cruz suástica, era, lançados *cocktails Molotov* contra os blindados e nas ruas de Praga ocorriam os primeiros confrontos e troca de tiros entre a população checa e o exército soviético⁷⁴.

Nos primeiros meses de 1969, cerca de setenta mil checos abandonaram o país e ocorreram os primeiros actos de desespero individual. Em Janeiro desse ano, o estudante Jan Palach imolava-se pelo fogo numa praça central de Praga, em protesto pela falta de liberdade; no mês seguinte, o seu exemplo foi seguido por Jan Zajic; e em Abril por Evzen Plocek.

Todavia, a Primavera de Praga ia sendo sufocada. Porém, começa a crescer a consciência de que o modelo soviético estava esgotado, a maioria dos partidos comunistas europeus condenaram a invasão soviética e muitos dos seus militantes começam a questionar o modelo político soviético estaliniano como utopia igualitária.

O Partido Comunista Português, contudo, colocou-se ao lado da União Soviética no ataque

University Press, p. 149-150

⁷⁴TORRES, Falusino, 2008, *Diário da Batalha de Praga. Socialismo e Humanismo*, Porto, Edições Afrontamento

às reformas da Primavera de Praga e apoiou publicamente a invasão. Esta atitude provocou descontentamento e críticas dentro do próprio partido com vários militantes e simpatizantes a criticar esta posição e alguns optaram por sair do partido.

7. Os efeitos do dissídio sino-soviético

O dissídio sino-soviético constituiu um acontecimento de consequências irreversíveis na evolução do movimento comunista internacional. Após a morte de Estaline, em 1953, sucedeu-lhe uma direcção partilhada entre Malenkov e Krutchev, que procedeu a um processo de desenuviamento interno e externo que culminaria, três anos depois, em 1956, no XX Congresso do PCUS, numa altura em que Krutchev se afirmava como principal dirigente, conseguindo afastar Malenkov e reconfigurar o equilíbrio no interior do Partido Soviético.

Criavam-se, desta forma, condições para a implementação de uma política reformista que assentava a nível externo no reforço da ideia de *coexistência pacífica* entre países e blocos com sistemas diferentes.

Assim, uma nova guerra deixava de ser inevitável e a *coexistência pacífica* seria o factor regulador das relações, conflitos e tensões a nível internacional, enquanto que, ao mesmo tempo, se desenvolvia a concepção de que em cada país a transição para o socialismo se podia realizar por via pacífica, designadamente por via eleitoral e parlamentar.

No fundo, admitia-se que a transição para o socialismo e a sua construção em cada país fosse definida no quadro das forças políticas progressistas desse mesmo país. Era aquilo a que Berlinguer, do PC Italiano, viria a designar de *policentrismo*, isto é, a autonomia dos Partidos Comunistas face a Moscovo e a pluralidade de caminhos para o socialismo.

Efectivamente, os diferentes documentos aprovados no XX Congresso do PC da União Soviética, sobretudo o Relatório Secreto de Krutshov, que denunciava os crimes de Estaline, provocaram uma grande comoção e desorientação nos Partidos Comunistas de todo o mundo.

Tanto mais assim, que nesse mesmo ano, no XX Congresso, na Polónia, as greves e manifestações por aumentos salariais ocorridas no complexo metalúrgico de Poznam foram violentamente reprimidas, mas o seu exemplo alastrou pelos países de “democracia popular”, questionando a política repressiva herdada do período estalinista.

No caso da Hungria, a multiplicação de grupos, círculos e associações exigindo eleições livres, o direito à greve, aumentos salariais ou a revisão dos acordos com a União Soviética evoluiu para manifestações e greves, que foram brutalmente reprimidas pela polícia secreta húngara, mas que se revelaria incapaz de sustentar o movimento que se estendeu pelo país, com a criação de organismos autónomos, que só a invasão brutal da Hungria pelos tanques da URSS e do Pacto de

Varsóvia asfixiou.

A reacção aos acontecimentos da Hungria no seio dos Partidos Comunistas, designadamente ocidentais, foi tumultuosa e a deriva ideológica torna-se evidente, dissipando as ilusões de desanuviamento e de *policentrismo* trazidas pelo XX Congresso do PCUS. Eram afinal estreitos os limites da desestalinização.

À “direita” e à “esquerda” irromperam divergências fundas no seio do movimento comunista internacional, desenhando um quadro de crise que seria duradouro e irreversível, e que teve a sua máxima expressão no dissídio sino-soviético.

Na sequência do XX Congresso do PCUS, Mao Tsé-Tung começou a afastar-se da União Soviética. As suas declarações na grande reunião dos Partidos Comunistas, realizada em Novembro de 1957, em Moscovo, assim como na visita que realizou no ano seguinte a Moscovo demarcavam-se das posições soviéticas no que se referia à readmissão da Liga dos Comunistas Jugoslavos no movimento comunista internacional, donde fora expulsa cerca de dez anos antes, pela heterodoxia do seu modelo de construção do socialismo. Do mesmo modo, questionava a posição do PCUS quanto à possibilidade de evitar um confronto mundial, que Mao admitia, contrariamente aos soviéticos. E, finalmente, criticava no PC da União Soviética e nos partidos que o seguiam o modo como encaravam a via pacífica para o socialismo, rebaixando e anulando o papel da violência revolucionária e privilegiando as modalidades reformistas de combate político⁷⁵.

Ainda em 1958, quando Krutchov visitou a China, encontrou da parte de Mao resistência à instalação de submarinos e meios de comunicação soviéticos em território chinês. E, daí em diante, a relação sino-soviética não deixaria de se degradar, com manifestações “nacionalistas” por parte dos chineses e retaliações por parte dos soviéticos.

Em Julho de 1960, as posições chinesas estão cristalizadas e o PC da China refere-se já, ainda que internamente, a uma luta entre o oportunismo e o marxismo no seio do movimento comunista internacional. Os chineses afirmavam que os soviéticos em nome da *coexistência pacífica* desaconselhavam todas as formas de luta de classes que pusessem em causa o “equilíbrio mundial”, o que fez com que o PCUS deixasse de ser um partido revolucionário. Esta polémica acentuou-se com a publicação, em 1960, do documento *Viva o Leninismo!*, um conjunto de três textos editado pelas comemorações do 90º aniversário do nascimento de Lenine e parcialmente escrito por Mao Tsé-Tung.

O primeiro grande confronto destas duas linhas de pensamento político deu-se de modo claro na Conferência dos Partidos Comunistas, que decorreu em Moscovo, em Novembro-Dezembro de 1960, em que estiveram presentes 81 partidos comunistas, cujas delegações foram na

⁷⁵PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores.

maioria dirigidas pelos secretários-gerais ou presidentes dos partidos. A delegação russa era dirigida, por exemplo, por Krutchev e a chinesa por Deng Xiaoping, presidente do PC da China. As divergências entre os dois partidos foram notórias com ataques de um lado e de outro durante toda a Conferência. No final, embora não tenham havido votações formais, a esmagadora maioria dos partidos apoiou os soviéticos e ao lado dos chineses ficaram os partidos asiáticos da sua esfera de influência, a Austrália, a Nova Zelândia e a Albânia. A declaração final resultaria de uma dura negociação em que o PCUS aceitou não incluir uma condenação ao fraccionismo e o Partido Comunista da China aceitou incluir uma referência ao XX Congresso do PCUS⁷⁶.

Em 1962, o PC da China alargou a sua crítica outros partidos comunistas para além dos soviéticos⁷⁷, acelerando, dessa forma, o processo de cisão no movimento comunista internacional, quer dentro de cada partido, quer entre partidos.

O processo de cisão acentuou-se com a publicação pelo PC da China, em 14 de Junho de 1963, da *Proposta sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional*, a síntese sistematizada das divergências entre este partido e o PCUS. Neste documento, os chineses voltam a afirmar a ideia que a guerra é uma forma de fazer política, a contestar a tese da “coexistência pacífica” seguida pelo PCUS e a declarar “a necessidade da luta armada em todo o lado, mesmo nos países capitalistas ocidentais contra o imperialismo e contra a burguesia, tanto para a revolução nacional como para a transição do capitalismo para o socialismo”, afirmando, sem hesitações:

“O partido do proletariado e as massas revolucionárias devem dominar todas as formas de luta, inclusive a luta armada. Devem empregar a força armada revolucionária para derrotar a força armada anti-revolucionária quando o imperialismo e os seus lacaios recorram à repressão armada contra a revolução (...). O destacamento da vanguarda do proletariado só será invencível se dominar todas as formas de luta, pacífica e armada, aberta e secreta, legal e ilegal, parlamentar e de massas”⁷⁸.

A conclusão mais importante deste documento é que “o desenvolvimento e triunfo de uma revolução dependem da existência de um partido revolucionário do proletariado” que não existe, porque o que há é um “partido reformista burguês”, que obedece a países estrangeiros, que não segue os princípios marxistas-leninistas e que, consequentemente, não pode dirigir a luta do proletariado. O destinatário destas críticas era, naturalmente, o PCUS.

A partir desta altura, a ruptura entre o PCUS e o PC da China era inevitável e, este último, começou a publicar séries de artigos anti-soviéticos que reafirmam todas as áreas de ruptura teórica

⁷⁶PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores

⁷⁷Nos documentos oficiais do PCC começaram a aparecer críticas aos partidos comunistas da Bulgária, Hungria, Checoslováquia, Itália, França, Índia, RDA e EUA

⁷⁸Partido Comunista da China, “Proposta sobre a Linha Geral do Movimento Comunista Internacional”, in PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores, pág. 34, 35.

e política entre os dois partidos.

A 26 de Outubro de 1963, os chineses afirmavam a inevitabilidade da divisão e começaram a criar uma rede maiosta internacional, utilizando uma vasta rede de propaganda para disseminar entre os velhos e os novos partidos comunistas a sua teoria política, em que o papel da violência revolucionária para derrubar regimes e destruir o sistema capitalista era incontornável.

Os novos partidos comunistas, designados de marxistas-leninistas para se diferenciarem dos partidos “pró-soviéticos”, iriam alicerçar a sua doutrina e a sua prática nestas teses, alinhando-se com o PC da China.

Em Portugal, o dissídio sino-soviético teve alguma repercussão dentro do Partido Comunista, tendo conduzido à saída de Francisco Martins Rodrigues, que defendia a luta armada como a forma de luta que devia ser adoptada no combate à ditadura. Francisco Martins Rodrigues iria formar, em 1964, juntamente com Rui d'Espiney e João Pulido Valente a primeira organização “marxista-leninista” portuguesa, a FAP/CMLP, que defendia abertamente a luta armada e, inclusivamente, elaborou planos de acções, apesar de não as conseguir concretizar, pois estes três dirigentes foram presos pela PIDE quando se encontravam clandestinamente em Portugal para realizar a primeira acção armada contra a ditadura.

Ao longo dos anos 60 e 70, várias organizações que se reivindicavam marxistas-leninistas foram surgindo em Portugal, influenciados pelo pensamento de Mao e pelo dissídio sino-soviético. Todas estas organizações defenderam o recurso à luta armada para combater a guerra colonial e a ditadura, tinham paióis de armamento, homens treinados e que tinham feito o serviço militar e esboços de acções. Apesar de nenhuma das organizações marxistas-leninistas portuguesas ter conseguido realizar acções armadas, não podemos deixar de destacar que o maoísmo influenciou a sociedade portuguesa da época, sobretudo os sectores mais jovens, politizados e radicalizados.

8. A Revolução Cubana e a sua influência nos movimentos de guerrilha

Após 1945, a forma de luta dominante, sobretudo no Terceiro Mundo, foi a guerra de guerrilha. As suas tácticas eram propagandeadas pela esquerda radical, inspirados por Mao Tsé-Tung, Fidel Castro e pelo general Giap.

A guerra de guerrilha na Indochina, na Malásia e na Argélia fizeram capa de jornais em todo o mundo, mas no imaginário prevalecia o exemplo da Revolução Cubana, pelo que alimentava de luta anti-imperialista, de símbolo de uma juventude rebelde e revolucionária, e de inspiração para os novos movimentos revolucionários que, seguindo a teoria do foco, procuram reproduzir nos seus países a guerrilha cubana.

A 1 de Janeiro de 1959, Fidel Castro tomava o poder na ilha de Cuba, depondo o regime do

general Fulgêncio Batista. O movimento de Fidel Castro contra a ditadura de Fulgêncio Batista começou em 1952, quando o ditador decidiu anular as eleições e um grupo de cidadãos protestou e recorreu desta decisão para o Tribunal das Garantias Constitucionais, que rejeitou o recurso. Com a ajuda dos seus partidários, Fidel tentou apoderar-se do quartel de Moncada, na província de Oriente mas fracassou, é preso, condenado a 15 anos de reclusão na ilha dos Pinheiros. Amnistiado pouco depois, refugiou-se no México, onde se ligou ao médico argentino Ernesto Guevara e ao general Alberto Bayo. Estes ajudaram-no a preparar um golpe contra a ditadura cubana: armaram o navio *Gramma* e prepararam um desembarque na ilha. O *Gramma* que chegou à costa oriental de Cuba a 2 de Dezembro de 1956. Dez dias mais tarde, as forças governamentais apoderaram-se dos rebeldes mas alguns deles conseguiram refugiar-se na Sierra Maestra. Alcançados de “barbudos”, recrutaram e treinaram vários camponeses pobres. Em 1958, dispunham de forças suficientes para declarar guerra ao regime de Fulgêncio Batista, atacaram quartéis, multiplicaram os atentados urbanos e aumentaram o número de recrutados. Só em Dezembro de 1958 é que a guerrilha de Fidel conseguiu conquistar a sua primeira cidade de 1000 habitantes, mas a sua estratégia demonstrava que uma força irregular, com poucos homens (inicialmente não seriam mais de 148 homens aos quais se foram juntando mais, à medida que a força revolucionária ia avançando no terreno), conseguia conquistar e defender um grande território libertado⁷⁹.

Para esta vitória de Fidel contribuiu o facto de o regime de Fulgêncio Batista estar bastante frágil, sem apoio real. Toda a oposição uniu-se contra ele e mesmo os seus próprios apoiantes e agentes concluíram que o seu tempo tinha passado e que era hora de o ditador abandonar o poder. Sem apoios a ditadura desmoronava-se. A vitória do exército rebelde foi sentida pela maioria dos cubanos como um momento de libertação, de promessas de um futuro melhor.

Embora radicais, o objectivo primordial de Fidel Castro e dos seus camaradas era pôr fim à ditadura e não instaurar um regime comunista em Cuba. Aliás, inicialmente, eles não se afirmam como comunistas nem mostram ter simpatias pelo marxismo. Porém, tudo os empurrava para instaurar um regime comunista neste país. Primeiro, a ideologia “nacional-revolucionária” dos movimentos de guerrilha e o anti-comunismo feroz dos EUA, que inclinava quase automaticamente os movimentos de guerrilha da América Latina a aproximarem-se do marxismo. Depois, o clima de Guerra Fria fazia com que a URSS estivesse disposta a apoiar económica e militarmente um regime comunista. Por fim, o Partido Comunista Cubano tinha sobrevivido à ditadura como um partido organizado e os revolucionários precisavam de uma organização. Além disso, em Março de 1960, a CIA classificava o novo regime cubano como comunista e o governo dos EUA decidiam reduzir a quota açucareira cubana nos seus mercados e decretar o embargo à exportação de bens e

⁷⁹FUENTES, Norberto, MASCARENHAS, Oscar, 2011, *Autobiografia de Fidel Castro*, Alfragide, Casa das Letras

equipamento para a ilha. Em resposta, Fidel nacionalizou os bens americanos e assinou um acordo comercial com a União Soviética, que se comprometeu a comprar o açúcar e o petróleo cubano⁸⁰. Em Abril de 1961, a CIA e o governo americano apoiavam a invasão da Baía dos Porcos⁸¹ e Cuba colocava-se sob a protecção de Moscovo, declarando-se uma República marxista-leninista. Dezoito meses mais tarde, a crise dos mísseis⁸² colocava o mundo sob a eminência de uma guerra nuclear.

A revolução cubana tornou-se um exemplo admirado no mundo ocidental e como refere Hobsbawm, tinha todos os ingredientes para atrair e fascinar os jovens dos países desenvolvidos: heroísmo, romance, ex-líderes estudantis muito jovens, um povo exultante, uma região do globo que era um paraíso tropical e podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária, sobretudo por aquela que não se revia na política da coexistência pacífica adoptada pela União Soviética⁸³.

Cuba passou rapidamente a estimular uma série de movimentos guerrilheiros, sobretudo na América Latina. Régis Debray sistematizou uma nova teoria baseada na revolução cubana: *a teoria do foquismo*. Num continente preparado para a revolução, havia apenas a necessidade de importar grupos de guerrilheiros armados, levá-los para montanhas e formar *focos* para desenvolver a luta de libertação⁸⁴. Foi isso que Che Guevara tentou fazer no Congo e na Bolívia.

Por toda a América Latina grupos de jovens lançaram-se na revolução sob a bandeira de Mao ou Fidel. As organizações de guerrilha eram sobretudo constituídas por jovens intelectuais, vindos da classe média e dos centros urbanos embora se tivessem estabelecido em zonas rurais. Em alguns países foram também constituídas guerrilhas urbanas. Estas eram mais fáceis de montar pois

⁸⁰HOBBSAWM, Eric, 2011, *A Era dos Extremos. História Breve do século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição, pag. 428-429

⁸¹A Invasão da Baía dos Porcos, foi uma tentativa frustrada de invadir o sul de Cuba por forças de exilados cubanos anticomunistas formados pelos Estados Unidos Com o apoio das forças armadas americanas, treinados e dirigidos pela CIA, os exilados tentaram invadir Cuba em Abril de 1961 para derrubar o governo e depor o líder cubano Fidel Castro. A arriscada acção terminou em fracasso. As forças armadas cubanas derrotaram os combatentes do exílio em três dias, a maior parte dos agressores foi capturada pelo exército cubano e Fidel declarou vitória sobre o imperialismo americano.

⁸²O episódio conhecido como a crise dos mísseis de Cuba ocorreu em Outubro de 1962 e foi um dos momentos de maior tensão da Guerra Fria. A crise começou quando a URSS em resposta à instalação de mísseis nucleares na Turquia, em 1961, e à invasão de Cuba pelos Estados Unidos no mesmo ano, instalaram mísseis nucleares em Cuba. A 14 de Outubro de 1961, os Estados Unidos divulgaram fotos de um voo secreto realizado sobre Cuba apontando cerca de quarenta silos para abrigar mísseis nucleares. Houve uma enorme tensão entre as duas super-potências pois uma guerra nuclear parecia mais próxima do que nunca. O governo de John F. Kennedy, apesar de suas ofensivas no ano anterior, encarou aquilo como um acto de guerra contra os Estados Unidos. Nikita Krushev o Primeiro-ministro da URSS, afirmou que os mísseis nucleares eram apenas defensivos, e que tinham sido lá instalados para dissuadir outra tentativa de invasão da ilha. Nenhum presidente dos Estados Unidos poderia admitir a existência de mísseis nucleares daquela dimensão a escassos 150 quilómetros do seu território nacional. O presidente Kennedy acautelou Khrushchev de que os EUA não teriam dúvidas em usar armas nucleares contra esta iniciativa russa e fez um ultimato: ou desactivavam os silos e retiravam os mísseis, ou a guerra seria inevitável. Foram treze dias de suspense mundial devido ao medo de uma possível guerra nuclear, até que em 28 de Outubro Krushev, após conseguir secretamente uma futura retirada dos mísseis dos EUA da Turquia, concordou em remover os mísseis de Cuba.

⁸³HOBBSAWM, Eric, 2011, *A Era dos Extremos. História Breve do século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição, pag. 429

⁸⁴DEBRAY, Régis, 1967, *Révolution dans la Révolution. Lutttes Armées et Lutte Politique en Amerique Latine*, Paris, Maspero

podiam explorar o anonimato das grandes cidades e das massas, conseguiam obter dinheiro facilmente para comprar armas (muitas vezes através do assalto a bancos) e apenas necessitavam de um pequeno grupo de simpatizantes que as ajudasse

De 3 a 15 de Janeiro de 1966, o regime cubano promoveu em Havana uma “Conferência de Solidariedade entre os Povos da Ásia, da África e da América Latina”. A Tricontinental reuniu 14 delegações governamentais, vindas de diferentes países do Terceiro-Mundo, entre os quais a China, representantes de movimentos nacionais (sul-vietnamitas, angolanos, moçambicanos, palestinianos) e líderes de movimentos de oposição. Ao todo estavam representados 88 países mais a URSS. O Vietname estava no centro de todas as discussões e todos os participantes foram unânimes em condenar a intervenção americana nesse país e foi fundada a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).

Vítima do bloqueio imposto pelos EUA, Castro tornava-se rapidamente em líder de todas as lutas anti-imperialistas e Cuba tornava-se a base da guerrilha que devia incendiar a América Latina e tornar-se o centro da revolução mundial. Os revolucionários de todo o mundo iam para a ilha receber treino militar e formação ideológica.

O Partido Comunista Português, em processo de formação do organismo denominado “acções especiais”, vocacionado para a realização de acções armadas, também enviou duas vagas de militantes a Cuba para receber treino e formação militar. Nos inícios de 1965, Rogério de Carvalho e Raimundo Narciso foram os primeiros operacionais das “acções especiais” a ir receber treino a esta ilha caribenha. Em 1966, partiu o segundo grupo, constituído por quatro militantes do PCP. Este segundo grupo de quadros enviados pelo PCP a Cuba para receber formação militar, e que deveriam vir a integrar as “acções especiais”, acabaram , após o treino, por seguir a via guerrilheirista, romper com o PCP e formar uma nova organização, as Forças Armadas de Libertação (FAL).

Desde início dos anos 60, que a Revolução Cubana fascinava sectores, dentro e fora do Partido Comunista Português, pois demonstrava a possibilidade de pequenos grupos, recorrendo às armas e a partir de um pequeno foco revolucionário, poderem derrubar uma ditadura apoiada pelo imperialismo. É importante, todavia, ressaltar que a evolução da Revolução Cubana e a aproximação progressiva de Cuba à União Soviética, principalmente a partir da “crise dos mísseis”, em 1961, suscitou reservas na FAP/CMLP, a primeira organização “marxista-leninista” portuguesa que se acentuavam com o tempo, embora os esforços de solidariedade anticolonialista e anti-imperialista desenvolvidos pelo regime cubano contrabalançassem essas reservas.

Por outro lado, exemplo de Che Guevara, distanciando-se dessa aproximação, protagonizando acções tão corajosas quanto voluntaristas, quer em África como depois, e ainda que

tragicamente, na América Latina, era encarado com um certo fascínio, sem perder totalmente de vista o contributo histórico de Che Guevara na Revolução Cubana.

Neste contexto, as tendências guerrilheiristas tendiam a avivar-se dentro das organizações marxistas-leninistas portuguesas. O núcleo formado em torno do jornal *O Comunista*, foi um dos grupos marxistas-leninistas que melhor expressam este deriva “guevarista” e “espontaneista”, em que a luta armada é vista como um factor catalisador da revolução. Hélder Costa, o seu principal dirigente, refere que tinha uma grande admiração pela revolução cubana e por Che Guevara, embora nunca tivesse sido adepto da adopção da linha foquista à realidade portuguesa, considerando que em Portugal seria mais fácil adaptar a táctica da guerrilha urbana⁸⁵.

A LUAR é dos grupos em que a influência cubana mais se manifestou, embora pelo lado da actuação prática e sem grandes preocupações ideológicas. A tentativa fracassada da tomada da Covilhã por um grupo de revolucionários para, a partir daí, liderar uma insurreição contra o regime, não pode deixar de evocar a Sierra Maestra.

As próprias BR, apesar do heteróclito de influências que procuravam conjugar eram influenciadas pelo imaginário guevarista e pelas organizações latino-americanas baseadas na ideia que um grupo de revolucionários poderia derrubar um regime que tinha o apoio dos Estados Unidos.

Também o *Grito do Povo* e a OCMLP, que resulta da fusão daquele com o grupo O Comunista, defenderam a insurreição popular armada, como sendo a única via para tomar o poder em Portugal. No caso da OCMLP, existiu uma nítida divisão no seio da organização, com uma das facções a defender como prioritário a reconstrução do partido, a formação de quadros e a organização de lutas nas fábricas; enquanto outra, defendia que a prioridade era o desenvolvimento da via guerrilheirista, pretendendo armar os Comités Operários e desencadear a luta armada. No início de 1974, chegou a haver uma tentativa de imposição da “linha guerrilheirista”, que acabou por não prevalecer, mas as querelas internas em torno da luta pelo poder e da imposição de uma ou outra via continuaram até ao 25 de Abril de 1974.

As organizações marxistas-leninistas portuguesas buscaram inspiração na Revolução Cubana, nas guerrilhas da América Latina, na luta do povo do Vietname ou nas lutas de libertação colonial.

9. A violência política na Europa

Em 1968/69 uma onda de contestação varreu o mundo, levada a cabo pela nova força social dos estudantes, facilmente mobilizados nas universidades, conseguindo influenciar de forma muito

⁸⁵Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

eficaz os jovens operários que desencadearam uma onda de greves de grandes dimensões em Maio de 68, em França e no *Outono Quente* de 69, em Itália.

A rebelião dos estudantes ocidentais foi sobretudo uma revolução cultural, uma rejeição dos valores conservadores da classe média. Mas foi também uma escola de politização que naturalmente se voltou para os inspiradores da transformação social e radical – Marx, Trotsky e Mao.

A revolta estudantil assumiu-se como revolucionária porque procurava formar uma sociedade nova e procurou realizá-la pela acção, nas ruas, pelas bombas e barricadas. Foi global, não só porque a sua ideologia de tradição revolucionária era universal mas também porque, pela primeira vez, o mundo em que estes jovens viviam era global. Simultaneamente, as lutas estudantis conseguiram influenciar os jovens operários que lançam a luta violenta dentro das fábricas. Foi a união da luta estudantil com a luta operária que deu uma grande dimensão às lutas da esquerda radical nos finais dos anos 60 até meados dos anos 70.

O marxismo forneceu aos grupos da esquerda radical a fonte de legitimação do recurso à violência contra o Estado burguês. Segundo Marx, a violência é “a parteira de toda a velha sociedade”. Um sistema político fundado sobre a violência não se deixará abater sem reagir, daí que conceber a luta no quadro restrito da legalidade é uma ilusão. Assim, quando um partido renuncia ao princípio da violência revolucionária, contribui para desarmar moralmente a classe operária, beneficiando claramente a burguesia.

Luis Bodin, interroga-se sobre a relação violência/revolução e constata a sua relativa fraqueza nos textos marxistas, o que revela uma dupla ambivalência: *ambivalência da violência* – nem toda a violência é revolucionária - e *ambivalência da revolução* – a revolução é tanto uma recusa da violência como uma utilização da violência⁸⁶.

Por seu lado, Luigi Bonanate fala da lógica da *boa violência* que combate a *violência má*. Imposta pelo inimigo, necessária ou inevitável, a violência revolucionária será por consequência uma contra-violência, o exercício da força legítima dos oprimidos, uma legítima defesa⁸⁷.

Se a violência é justificada pela perspectiva de confronto final, ela não é menos urgente e necessária, seja como instrumento de luta contra a repressão da sociedade capitalista, seja como meio de protecção e auto-defesa. De acordo com Toni Negri, “a insurreição representa um ponto de vista razoável face à irracionalidade desesperada da repressão.”⁸⁸

A solidariedade com a luta anti-imperialista do Terceiro Mundo constituiu um dos elementos de identificação e sincronismo dos movimentos de contestação ocidentais. Em Itália e em França,

⁸⁶BODIN, Louis, “L’idée de révolution en France de 1920 à 1968”, in SOMMIER, Isabelle, 2008, *La violence politique et son deuil: L’après 68 en France et en Italie*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, p. 55

⁸⁷BONANATE, Luigi, 1978, “Terrorismo, lotta politica e violenza” in SOMMIER, Isabelle, 2008, *La violence politique et son deuil: L’après 68 en France et en Italie*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, p. 55

⁸⁸NEGRI, Toni, 1978, *La Classe Ouvrière contre l’État*, Paris, Galilée, pag. 190-191

duas lições são tiradas dos eventos internacionais, principalmente da guerra do Vietname: por um lado, o recurso à violência pode não só ser legítimo como necessário; por outro lado, é possível vencer, pela violência, um inimigo considerado invencível. As manifestações a favor do Vietname forneceram as primeiras manifestações de afrontamento com a polícia, antes de 68, e as lutas latino-americanas e asiáticas marcaram o imaginário dos jovens ocidentais radicalizados

Os jovens revolucionários tinham a convicção que a sua violência era justa e sustentada pelas massas que não se reviam nos antigos partidos de esquerda, que designam de “revisionistas” e de “reformistas”. A missão da nova secção de revolucionários era clara: ressuscitar a violência revolucionária através de acções pontuais, eficazes e simbólicas. A convicção de muitos revolucionários é que a sua violência era legítima porque era a da classe operária que queria pôr termo à exploração capitalista. No entanto, a adesão à prática violenta parece ser, muitas vezes, mais emotiva do que a consequência de uma reflexão profunda.

A passagem à prática violenta é vista como um dever do revolucionário. Ela marca uma fronteira sem retorno, pois, sobretudo nos países de democracias ocidentais, ela é vista como a última etapa da transgressão e a única forma que um grupo tem de não ser devorado pelo sistema ou de pactuar com ele.

A violência era um instrumento de libertação colectiva e um utensílio de desalienação individual. Os grupos revolucionários consideravam a violência como uma necessidade histórica. Era através da violência que o revolucionário transformaria a sociedade e faria um homem novo, liberto dos códigos e valores da sociedade capitalista e que reflectia a consciência das massas.

Segundo Benny Lévy, o uso da violência procurava realizar três objectos: primeiro, permite ao revolucionário reconquistar a sua dignidade, purificar o seu estado corrompido pela moral burguesa e tornar-se, desta forma, sujeito da história; depois, ela permite a afirmação de uma identidade colectiva, de uma comunidade que partilha um sistema de valores novo e que está em luta aberta contra a sociedade burguesa. Deste ponto de vista, o recurso à violência passa a ser visto como um sinal de identidade dos grupos de esquerda radical que manifestam as virtudes revolucionárias da coragem e da solidariedade; por fim, a violência permite libertar a imaginação e o pensamento dos explorados, de exacerbar o seu desejo de fazer coisas novas que eram consideradas interditas⁸⁹.

No entanto, os grupos revolucionários europeus não defendem todos a mesma estratégia de violência política. Segundo Isabelle Sommier, podemos distinguir três estratégias de acção perante o processo revolucionário.

A primeira é a chamada *violência defensiva: ou a guerra prolongada de resistência*. Os seus

⁸⁹LÉVY, Benny, (sob o pseudónimo de Pierre Victor), 1974, *On a raison de se révolter*, Paris, Gallimard, pag. 156

defensores, como a Lotta Continua, em Itália, defendiam que a acção violenta deveria abranger franjas cada vez mais vastas da população que se revoltariam contra o Estado. Isto levaria a uma reacção por parte do Estado que se veria obrigado a fascizar. *Lotta Continua* distingue três níveis de evolução autoritária do Estado: a fascização como forma de fechar todos os espaços políticos que podiam ser ocupados pelas massas; a militarização do país e a reestruturação do aparelho de estado tornando-o repressivo; a utilização de tropas de choque⁹⁰.

A utilização do termo fascista por parte destes grupos de esquerda radical estendia-se à luta contra a extrema-direita, contra o despotismo, contra a hierarquia, contra o Estado.

Esta estratégia da *guerra prolongada de resistência* opunha-se à *tese insurreccional* e defendia a instauração progressiva de formas de luta que uniriam as camadas populares do proletariado, que não afrontariam em bloco as forças militares do inimigo, mas provocariam um desgaste prolongado nas suas fileiras. A fascização do Estado devia encontrar resistência nas massas até ao momento do confronto final que era a luta armada⁹¹.

A segunda estratégia é a *violência ofensiva: a insurreiçãoo*, que começou a ser defendida pelo Potere Operaio, a partir de 1971. Em Maio de 1972, esta organização lançava a palavra de ordem “Proletários é a guerra de classe!” para explicar que a crise económica estava a ser utilizada pelo Estado como uma arma contra as lutas operárias o que tornava cada vez mais premente enveredar pela insurreição e fazer a revolução. Para preparar a insurreição eram necessárias estar reunidas duas condições: existir um partido revolucionário e proceder à militarização do movimento. No seu Terceiro Congresso Nacional, no Outono de 1971, o *Potere Operaio* decidiu organizar um sector clandestino para o trabalho ilegal: a *Frente Armada Revolucionária dos Trabalhadores*, dirigida por Franco Piperno e Valerio Morucci.

Em conformidade com a interpretação que faziam da estratégia leninista que defendia que a insurreição devia ser precedida de acções de guerrilha, começaram a formar-se pequenos grupos ofensivos que tinham como missão armar as massas para que estas se preparassem para a insurreição⁹².

A terceira estratégia é a denominada *violência difusa: o contra-poder*, cujo exemplo perfeito é a Autonomia Operaria italiana. O movimento autónomo avançaria com uma forma de revolução e de formas de acção radicalmente subversivas. A revolução não passava mais pela conquista do Estado mas pelo desenvolvimento de uma sociedade capaz modificar as relações de trabalho e o

⁹⁰LUNA, Giovanni de, (sob o pseudónimo) Luigi Barberis, 1976, *Torino: progetto reazionario*, Turim, Ed. Lotta Continua, p. 6

⁹¹SOMMIER, Isabelle, 2008, *La violence politique et son deuil: L'après 68 en France et en Italie*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes. 65 a 75

⁹²SOMMIER, Isabelle, 2008, *La violence politique et son deuil: L'après 68 en France et en Italie*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes. 65 a 75

paradigma económico. A Autonomia Operaria defendia a acção directa e a criação de “territórios livres” geridos directamente pelos cidadãos. Para isso procederam a acção ilegais e violentas como a apropriação directa de bens, a ocupação de fábricas, a auto-redução das tarifas dos serviços públicos (água, electricidade, telefone e transportes) e a realização de pausas nas fábricas. A sua estratégia passava pela organização de sectores sociais, estratos do proletariado e de estruturas territoriais, onde a luta contra o sistema social permitisse instaurar um modo comunista de viver, de se organizar e de lutar, que se transformasse num hinterland político e organizacional a partir do qual se desenvolvesse a luta armada⁹³.

Nos anos 60 e 70, a construção de uma causa revolucionária violenta em nome da classe operária fez-se em três etapas: em primeiro lugar, ela passa por uma definição revolucionária da situação, que se traduz na eclosão de múltiplos grupos, que depois de divisões e reformulações acabaram por forjar uma identidade própria; depois, foi elaborado um discurso de legitimação da violência e definidas as estratégias a utilizar e que tipo de violência defendiam – resistência prolongada, insurreição ou violência difusa; por fim, lançaram-se na agitação de propaganda da violência de forma a suscitar a adesão da classe trabalhadora, tendo sido privilegiadas três frentes - o afrontamento de rua, o antifascismo militante e a violência dentro das empresas.

Em qualquer caso, a acção dos grupos de esquerda radical revelam essencialmente uma operação de mobilização e de reactivação dos ritos e dos símbolos próprios do movimento operário, reivindicando falar em seu nome.

9.1. França - Maio de 68 e o desencadear da luta estudantil e operária

O ano de 1968 foi marcado um pouco por toda a Europa Ocidental e nos Estados Unidos por protestos estudantis que representaram a maior mobilização de massas do período do pós-guerra. Mas os seus acontecimentos foram particularmente significativos em França. Em cada país estes movimentos de protesto tiveram diferentes constituições e modelos, todavia eram similares nos valores, formas de acção e estratégias de mobilização, ao mesmo tempo que tiveram profundas consequências na sociedade e nas instituições políticas dos países ocidentais.

Os movimentos estudantis de protesto iniciaram-se ainda em 1966, em Itália, e rapidamente se difundiram, culminando no Maio de 1968 em França, onde este movimento se radicalizou e expandiu ao mundo operário, unindo trabalhadores e estudantes naquela que foi a maior greve do pós II Guerra Mundial. Esta greve envolveu 11 milhões de trabalhadores, mais de 22% da população francesa, e durou duas semanas, quase causando a queda do Presidente francês Charles

⁹³SOMMIER, Isabelle, 2008, *La violence politique et son deuil: L'après 68 en France et en Italie*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes. 65 a 75

de Gaulle.

Ainda em 1967, houve uma série de greves em universidades e liceus franceses contra o sistema de ensino conservador e a falta de liberdade política, social, cultural e sexual. Em Março de 1968, a contestação radicalizou-se na Universidade de Nanterre, devido à tentativa de introdução no ensino universitário do Plano Fouchet⁹⁴, destinado a reformar o sistema de ensino superior, de forma a torná-lo mais próximo do mundo do trabalho e das necessidades das empresas. Procurava também estabelecer um sistema de eleição para o acesso a determinadas carreiras profissionais.

Os estudantes demonstravam abertamente o seu descontentamento contra o plano e contra os valores morais e sociais que lhe estavam implicitamente ligados e que não correspondiam aos novos valores partilhados pela geração nascida no pós-guerra.

Na Universidade de Nanterre começaram a multiplicar-se as assembleias e os debates. As tentativas das autoridades universitárias para os impedir eram repelidas pelos estudantes que reclamavam liberdade de expressão política no campus universitário.

A radicalização na Universidade de Nanterre já se vinha a fazer sentir há aproximadamente um ano. Em Março de 1967, um grupo de estudantes da faculdade tinha irrompido pelo edifício da residência universitária destinado às raparigas a gritar “liberdade de circulação”, protestando contra a proibição de os rapazes entrarem nas residências femininas. Foram brutalmente reprimidos pela polícia que os tirou da residência e começou a circular uma lista com o nome de vinte e nove estudantes que estavam proibidos de frequentar as aulas. Todavia, ficava o símbolo de um protesto pela igualdade entre os sexos e a liberdade sexual.

Um ano mais tarde, em Março de 1968, durante uma manifestação contra a guerra do Vietname, a sede do *American Express* era apedrejada por manifestantes, entre os quais estava um grande número de estudantes, que foram presos. No dia 22 de Março, vários estudantes ocuparam o edifício da administração da Universidade de Nanterre a protestar contra a prisão dos seus colegas e a exigir o fim da discriminação na sociedade francesa e a autonomia universitária face ao poder político. Durante um mês sucederam-se os meetings e o normal funcionamento da universidade foi perturbado. Para tentar controlar a situação, foi decidido, a 2 de Maio, encerrar a universidade até aos exames, em Junho.

No dia seguinte, 3 de Maio, preparava-se uma manifestação de protesto contra a encerramento da Universidade de Nanterre e a contestação estudantil espalhou-se a outras universidades francesas, entre as quais, a Sorbonne.

Os sindicatos estudantis tradicionais, como a Union National des Etudiants de France

⁹⁴Christian Fouchet (1911-1974), foi um diplomata e político francês, que, entre outros cargos, ocupou a pasta de ministro da Educação entre Novembro de 1962 e Fevereiro de 1967.

(UNEF) e a Union des Etudiants Communistes (UEC) rapidamente se viram ultrapassadas pelos acontecimentos e o movimento estudantil passou a ser controlado por grupos não sindicais, apartidários e de matriz “marxista-leninista” e “libertária”⁹⁵.

O ministro da Educação e o reitor da Sorbonne chamaram a polícia para impedir a manifestação dos estudantes. A polícia invadiu a Universidade, o que não foi aceite pelos estudantes e por muitos professores. No dia 6 de Maio, mais de 20 mil professores e estudantes uniam-se numa marcha de protesto contra a invasão policial, sendo violentamente reprimidos pela polícia que usou a força para os dispersar e prendeu 500 estudantes. Era o início dos confrontos violentos que opuseram estudantes e trabalhadores contra a polícia durante todos o mês de Maio.

Nos dias seguintes continuaram os protestos e exigia-se a libertação dos estudantes presos, a saída das forças policiais da Sorbonne e a reabertura da Universidade. Outras universidades francesas fecham em solidariedade e muitos dos seus estudantes foram participar nas manifestações em Paris.

Na noite de 10 de Maio, os estudantes ocuparam o Quartier Latin, onde se situa a Sorbonne, que estava rodeada pela polícia. Abriu-se um debate entre os estudantes. Alguns defendiam que o movimento devia ser pacífico, enquanto outros respondiam que a violência era justificada.

A primeira barricada foi construída nessa noite com pneus, sinais de trânsito, árvores e pedras arrancadas da calçada. Seguiram-se várias outras pelas ruas daquele bairro histórico de Paris. Os confrontos com a polícia sucediam-se à medida que esta avançava contra as barricadas, procurando destruí-las e afastar os estudantes barricados. As cargas policiais tornavam-se cada vez mais fortes. Os estudantes respondiam atirando pedras arrancadas das ruas e a polícia utilizou o bastão e gás lacrimogénico contra os manifestantes. Ao longo de toda a noite registaram-se feridos e vários manifestantes foram presos.

A brutalidade da carga policial provocou ondas de choque por toda a França e em vários países houve manifestações de solidariedade com os estudantes franceses. O Partido Comunista Francês só relutantemente apoiou as manifestações, rotulando os manifestantes de “aventureiristas” e “anarquistas” e procurando tomar o pulso da situação. Neste sentido foi convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), a maior central sindical francesa, uma greve geral de apoio ao movimento estudantil e de contestação à repressão policial.

No dia 13 de Maio, mais de um milhão de pessoas marcharam em Paris e o Primeiro-Ministro, George Pompidou, anunciou a libertação de todos os presos e a reabertura da Sorbonne. Contudo, esta declaração não acalmou os ânimos e os protestos tornaram-se mais activos.

⁹⁵Le syndicalismo étudiant à Nanterre. Entrevista com Jean François Godchau, in http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mat_0769-3206_1988_num_11_1_403837, acedido a 18 de Julho de 2012

Na Sorbonne, os estudantes ocuparam a reaberta universidade e declararam que ela passaria a ser dirigida por grupos autónomos que seriam eleitos em assembleias de estudantes. Em Nantes, os operários da *Sud Aviation* decidiram continuar com a greve e ocuparam a fábrica e, entre o dia 14 e o dia 16 de Maio, mais de cinquenta fábricas foram ocupadas por trabalhadores na cintura industrial de Paris. No dia 17 Maio, havia cerca de 200 mil trabalhadores em greve. Os protestos deixavam de ser apenas estudantis e estendiam-se ao movimento operário. Na semana seguinte estiveram em greve cerca de 10 milhões de trabalhadores por toda a França, ou seja, dois terços da classe trabalhadora, ultrapassando as fronteiras geográficas de Paris e as fronteiras sociais, pois já não eram apenas os operários que estavam em greve mas quase todos os sectores profissionais⁹⁶.

Apesar da sua envergadura, não havia uma união do movimento grevista. A CGT tentou conter este surto espontâneo de greves, canalizando-as para a luta por melhores salários e outras demandas económicas. Era a tentativa de continuar com o modelo de greves que se tinha tornado hegemónico desde a II Guerra Mundial, as greves económicas. Porém, os trabalhadores tinham uma agenda mais exigente: exigiam mudanças no sistema político e a demissão de De Gaulle e queriam mudanças na estrutura das fábricas, reivindicando maior participação na administração destas, nas tomadas de decisões e na distribuição dos lucros.

Os sindicatos pareciam mais determinados em chegar a um acordo com o poder político do que em escutar as bases de apoio, pelo que no movimento operário começou a intensificar-se um sentimento anti-sindicatos. Os trabalhadores foram rejeitando todas as propostas apresentadas pelos sindicatos de melhoria salarial e começaram a formar comités autónomos nas fábricas e assembleias de trabalhadores, nas quais todos os trabalhadores tinham lugar, direito à palavra e direito de voto.

O Maio de 68 em França foi um dos momentos históricos mais marcantes da segunda metade do século XX, com repercussões em vários outros países. Em Portugal, a sua influência foi tardia, tendo-se feito sentir, ainda que de modo filtrado e sob os ventos da “primavera marcelista” na crise académica e no movimento grevista de 1969.

9.2. Itália - A radicalização da violência

Durante os anos 60 e até ao final dos 70, desenvolveu-se na Itália um amplo movimento de lutas operárias sem a direcção dos sindicatos e partidos da esquerda oficial. Acções massivas e radicalizadas – que articulavam a resistência quotidiana nas fábricas, a sabotagem das máquinas, ocupações de casas, criação de colectivos de autonomia cultural, realização de greves e confrontos de rua – marcaram esse período de crise revolucionária. Neste período surgiram diversos colectivos

⁹⁶ FINK, Carole; GASSERT, Philipp; JUNKER Detlef, 1998, *1968 The world transformed*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 253 a 276

e movimento autónomos que propiciaram uma reflexão teórica acerca do autonomismo.

A corrente autonomista tem a sua origem na criação da revista *Quaderni Rossi*, em 1961, por Raniero Panzier, que congregava pessoas de várias correntes políticas da esquerda italiana e das vanguardas sindicais da FIOM-CGIL de Turim. O grupo procurava formular em termos novos a estratégia política do movimento operário, defendendo que os trabalhadores não deviam lutar apenas pelo aumento do salário mas deviam lutar por aumentar o seu poder no local de trabalho e por controlar a organização da produção.

A importância do movimento autónomo italiano deve-se, no essencial, a quatro razões principais: a sua longa duração, de mais de 10 anos; a articulação de opções políticas e culturais muito diversificadas (marxistas, anarquistas, feministas, contraculturais) que realizavam trabalho de massas legal mas que defendiam, igualmente, a luta armada; a participação de toda a sociedade neste movimento e por fim, a capacidade que o movimento autónomo teve de manter durante tanto tempo a radicalidade dos conteúdos, das consignas e da inserção social⁹⁷.

Em Itália também houve uma articulação entre a contestação estudantil e a contestação operária. O movimento de contestação estudantil, começou em Janeiro de 1966, com a ocupação do Instituto Superior de Estudos Sociais de Trento. Este Instituto era muito recente, tinha sido construído em 1962, e apresentava duas características novas: tinha a única faculdade de sociologia de Itália e era a primeira universidade massificada do país.

Os estudantes mobilizaram-se inicialmente contra o projecto de reforma Gui que visava adaptar a universidade às novas exigências do sistema produtivo, procurando articular o estudo universitário com as necessidades das empresas, e ao fluxo de estudantes provocado pelo prolongamento da escolaridade obrigatória.

Dois factores vieram logo de seguida radicalizar esta luta dos estudantes. O primeiro é a mobilização contra a guerra do Vietname e de apoio às lutas revolucionárias do Terceiro Mundo. O segundo, é a entrada dos trabalhadores e de novos grupos sociais, como as mulheres, no movimento de contestação⁹⁸.

Os primeiros quatro meses de 1968 foram marcados por numerosas greves na FIAT e noutras fábricas do triângulo industrial do Norte de Itália. A 19 de Abril, o conflito radicalizava-se na empresa têxtil *Marzotto*, em Valdagno, Veneto, e davam-se as primeiras acções volentas entre a polícia e os operários, saldando-se em 42 presos. Em Junho, os trabalhadores da *Pirelli* em Milão insatisfeitos com o acordo entre a direcção da empresa e os sindicatos fundam a primeira Comissão de Base contra o controlo sindical.

⁹⁷Cf. SCHIFRES, Sebastien, 2008, *Le mouvement autonome en Italie et en France (1973-1984)*, Université Paris VIII

⁹⁸Cf. SCHIFRES, Sebastien, 2008, *Le mouvement autonome en Italie et en France (1973-1984)*, Université Paris VIII

Os Comitês de Base tornaram-se a principal forma de organização dos operários dentro da fábrica. Estes realizavam assembleias em que estavam presentes todos os trabalhadores e era aqui que se decidia, por votação, todas as matérias referentes a objectivos e formas de luta e eram eleitos os representantes dos trabalhadores. Estes Comitês de Base acabaram por ser uma estrutura autónoma formada no interior da fábrica.

A contestação operária ganhou fôlego durante o ano seguinte. No chamado *Outono Quente de 1969*, grande parte das indústrias do norte de Itália encontrava-se em greve por melhores salários e melhores condições laborais e de vida. Estas greves foram extremamente violentas, com ocupação das fábricas por parte dos operários, destruição das máquinas e vigilância constante de piquetes de greve. Entre Setembro e Dezembro de 1969, cerca de 10.000 trabalhadores e responsáveis sindicais foram acusados de actos violentos.

A dimensão e radicalização das greves surpreenderam a sociedade, os sindicatos e os partidos políticos. Estas foram conduzidas por um operariado com um perfil particular: jovens, a trabalhar havia poucos anos, vindos das zonas rurais do Sul do país, sem tradição sindical. Estes trabalhadores recebiam salários muito baixos e viviam em más condições nas periferias das grandes cidades industriais do Norte.

Simultaneamente, começaram a ser criados organismos de trabalhadores e estudantes: Lega degli studenti et degli operai de Génova, Avanguardia Operaia, Potere Operaio e Lotta Continua. A percentagem de operários que militavam nestas organizações era de 40%, contra os 18,7% de empregados e 10,9% de estudantes⁹⁹.

As relações entre os sindicatos e os grupos de esquerda radical mantiveram-se cordiais até 1972, com a maioria dos sindicatos a tentar acompanhar o movimento contestatário e a lançar e apoiar a realização de greves. Porém, depressa começaram a aparecer os primeiros sinais de afastamento devido, sobretudo, à estratégia política do Partido Comunista Italiano que controlava a principal central sindical, a CGIL.

A esquerda radical procurava radicalizar os seus meios de acção e alargar a luta a outros grupos sociais, como prisioneiros e soldados. Começava o movimento de ocupações de casas devolutas ou não habitadas, de escolas, universidades, cooperativas culturais, quartéis e prisões¹⁰⁰.

A estratégia comunista, por seu lado, passava pelo compromisso histórico e pela perspectiva de concorrer às eleições legislativas de 1976, o que significava a ruptura com a esquerda radical e os meios de acção violentos. Esta entra num processo de recomposição, com certos grupos a aproximarem-se do PCI, enquanto outros enveredam pela luta armada, e outros optam pela sua

⁹⁹SOMMIER, Isabelle, 2003, *Les annés de plomb: un passé qui ne passe pas*, Revue Mouvements n° 27/28, p. 197-198

¹⁰⁰OMMIER, Isabelle, 2003, *Les annés de plomb: un passé qui ne passe pas*, Revue Mouvements n° 27/28, p. 197-198

auto-dissolução.

Estas organizações definiram várias estratégias de violência: a violência defensiva para resistir à fascização do Estado ou a um golpe de Estado – defendida pelo Gruppi di Azione Partigiana, (GAP); a violência ofensiva para conduzir a revolução, estratégia defendida pelo Potere Operaio e Brigatte Rosse; a violência difusa, criadora de “territórios livres” defendida pela Autonomia Operaia¹⁰¹.

A agressividade e a escalada de violência aumentavam. Em 1972 acelerava-se o projecto insurreccional do Potere Operaio e aumentava significativamente a escalada da violência nas outras organizações que defendiam a luta armada. Neste ano, ocorreu o assassinato não reivindicado do comissário Calbresso, e o sequestro do dirigente da *Sit Siemens* Idalgo Macchiarini, pelas Brigate Rosse¹⁰².

Entre 1974 e 1977, a violência tornava-se, progressivamente, obra de grupos armados clandestinos especializados ou de colectivos autónomos. Entrava-se numa fase em que os sequestros e os assassinios se tornavam mais frequentes.

A questão da luta contra o fascismo era central neste processo de aumento de escalada da violência. A memória da II Guerra Mundial continuava muito presente e os militantes das organizações de esquerda radical explicavam os confrontos com grupos de direita como uma consequência da agressividade fascista que contava com a cumplicidade das forças de ordem. O atentado da Piazza Fontana, em 12 de Dezembro de 1969, alimentou a crença numa evolução autoritária do país e inaugurou uma série de atentados perpetrados pela extrema-direita, com vista a criar um clima de tensão na sociedade italiana que favorecesse o endurecimento das medidas repressivas e autoritárias do Estado contra as manifestações, as greves e a contestação social.

Em setembro de 1976, as Brigate Rose sequestram e assassinam Aldo Moro, primeiro-ministro italiano, o que dáeu início a uma grande ofensiva do Estado contra os grupos que defendiam e levavam a cabo acções armadas¹⁰³.

A prisão a 7 de Abril de 1979, dos líderes da Autonomia Operária, Toni Negri e Oreste Scalzone, marcou o início do fim do movimento autónomo em Itália. Em 1981, era preso o líder brigadista Mario Moretti, dando origem ao início do desmantelamento das Brigatte Rose.

O governo italiano adoptou legislação de urgência composta por inúmeras leis de excepção que aumentavam o poder da polícia, a duração da prisão preventiva e das penas, militarizava a luta antiterrorista e introduzia novas imputações, como a de cumplicidade moral.

Esta contra-ofensiva fez com que 4 087 activistas de esquerda tivessem sido condenados por

¹⁰¹SOMMIER, Isabelle, 2003, *Les annés de plomb: un passé qui ne passe pas*, Revue Mouvements n° 27/28, p. 199

¹⁰²SOMMIER, Isabelle, 2003, *Les annés de plomb: un passé qui ne passe pas*, Revue Mouvements n° 27/28, p. 199

¹⁰³CLEMENTI, Marco, 2007, *Storia delle Brigate Rosse*, Roma, Odradek

pertencerem a associações subversivas ou bandos armados e condenados por “tentativa de subversão da ordem constitucional”. O Ministério do Interior italiano estimou que a estes grupos tivessem cerca de 100.000 militantes

Em Março de 1987, os detidos políticos, entre eles, os líderes brigadistas Renato Curcio e Mario Moretti lançaram a campanha da liberdade, a favor de uma amnistia e declaram “o fim de um ciclo político de luta armada”¹⁰⁴.

9.3. Alemanha- Baader-Meinhof

As origens do Baader-Meinhof, grupo alemão de luta armada que efectuou acções entre os anos 60 e os anos 90 do século passado, tem origem na contestação estudantil que percorre toda a Europa nos anos 60.

Em 1968, os estudantes alemães manifestavam-se nas ruas contra a instituição universitária que consideram conservadora mas, contrariamente ao que acontece na Itália ou na Espanha, os seus protestos centram-se sobretudo em questões internacionais, como a guerra do Vietname, a pobreza no Terceiro Mundo e a energia nuclear.

Ao mesmo tempo, criticavam aquilo que consideravam ser uma reticência da sociedade alemã em confrontar-se com o seu passado nazi. Para estes jovens, sobretudo os simpatizantes da esquerda radical, o Estado que vigorava na Republica Federal Alemã era uma continuação daquele que tinha sido constituído pelo III Reich. Este pressuposto aumentava o fosso existente entre as gerações mais velhas que tinham vivido o nazismo e a guerra e uma geração mais nova, nascida no pós-guerra, numa era de paz e prosperidade que lhe permitia olhar de forma crítica para o passado e o presente. Para esta geração, o processo de desnazificação não tinha sido completo e continuavam a ver-se na sociedade e na política alemã restos desse passado¹⁰⁵.

O descontentamento dos jovens alemães foi-se radicalizando ao longo dos anos 60, começando as manifestações contra o apoio que a Alemanha dava às ditaduras africanas, contra a guerra do Vietname e a favor da independência dos países colonizados do Terceiro Mundo.

A 2 de Junho de 1967, o Xá do Irão, Mohammad Reza Pahlavi realizava uma visita a Berlim. O movimento estudantil que vinha encetando manifestações contra o sistema de ensino universitário, a sociedade de consumo e as leis autoritárias que o governo alemão vinha legislando, aproveita a ocasião para realizar uma acção de protesto contra as violações dos direitos humanos que se registavam no Irão. Nessa noite, após um dia inteiro de manifestações, os exilados iranianos na Alemanha, apoiados pelos estudantes, concentraram-se junto à Ópera de Berlim, onde o Xá e a

¹⁰⁴SOMMIER, Isabelle, 2003, *Les annés de plomb: un passé qui ne passe pas*, Revue Mouvements n° 27/28, p. 200-201

¹⁰⁵ FINK, Carole; GASSERT, Philipp; JUNKER Detlef, 1998, *1968 The world transformed*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 415-418

sua mulher deveriam assistir a um espetáculo. Inicialmente, esta seria mais uma manifestação pacífica mas rapidamente se transformou em confrontos entre os manifestantes, os seguranças do Xá e a polícia alemã, acabando com a morte de um estudante alemão, o que provocou a indignação dos estudantes e de uma parte da sociedade. Entre os líderes estudantis presentes na manifestação encontrava-se Gudrun Esslin, uma estudante de literatura alemã e inglesa da Universidade Livre de Berlim, que discursou nessa noite, dizendo que a única forma de responder à violência seria com violência¹⁰⁶.

No ano seguinte, Gudrun Esslin conhece Andreas Baader, um carismático militante de esquerda vindo de Munique, que se torna seu namorado. Juntos decidiram alastrar a sua contestação contra o sistema e a sociedade de consumo a outras cidades alemãs e partiram para Frankfurt, acompanhados de Thorwald Proll e Horst Söhnlein. Aqui, atearam fogo a duas lojas, provocando um grande prejuízo material mas sem causar vítimas. Logo depois do incêndio, Esslin telefonou para a polícia a reivindicar a acção, dizendo que é um acto político. Foram presos dois dias depois.

Passada uma semana sobre estes acontecimentos, Rudi Dutschke, conhecido líder do movimento estudantil, foi vítima de uma tentativa de assassinato levada a cabo por um estudante de extrema-direita, Josef Bachmann. Os estudantes de esquerda colocaram a culpa nos jornais de direita que insuflavam, com as suas manchetes, os conservadores contra Dutschke. Decidiram então manifestar-se e dirigiram-se para a sede da Springer AG, editora de jornais e revistas conotados com a direita, impedindo a entrada e saída de pessoas e camiões de distribuição da empresa. Foram usados carros para barricar a rua e deu-se confrontos entre os estudantes e a polícia que tentou dispersar a manifestação. Vários manifestantes foram presos, entre os quais Ulrike Meinhof que na sua coluna na revista *Konkret* escreveu: “Se alguém incendeia um carro, isso é crime. Se alguém incendeia centenas de carros, isso é protesto político”¹⁰⁷.

Em Novembro de 1969, Baader, Ensslin e Thorwald Proll, que estavam em liberdade condicional, fugiram para Paris, onde durante algum tempo se esconderam no apartamento de Régis Debray, teórico do foquismo, amigo de Che Guevara e admirador da Revolução Cubana. Daqui, os três foram para Itália, onde se reuniram com o advogado Horst Mahler que os convenceu a regressar à Alemanha e a formar um grupo de guerrilha urbana.

De volta ao país viviam em clandestinidade em casa de Ulrike Meinhof até Andreas Baader ser novamente preso por pose de documentos falsos, tendo sido libertado, dias depois, por um

¹⁰⁶MARCUSE, Harold, 2001, *Legacies of Dachau: The uses and abuses of a concentration camp (1933-2001)*, Cambridge University Press, pág. 314

¹⁰⁷SMITH, Tom, “Ideology and Revolution”, in [http://www.Culturewars.org.uk/index.php/site/article/ideology and revolution](http://www.Culturewars.org.uk/index.php/site/article/ideology%20and%20revolution), consultada em 4/7/2012

comando composto por Ulrike Meinhof, Astrid Proll, Ingrid Schubert, Irene Goergens e Peter Homman. No dia seguinte, as capas dos jornais traziam a notícia desta acção e começam a chamar o grupo de Baader-Meinhof, nome pelo qual ficariam popularmente conhecidos. A acção é reivindicada num manifesto publicado no jornal anarquista 833, que eles assinam com o nome oficial de Rote Armee Fraktion (Fracção do Exército Vermelho)¹⁰⁸.

Durante o Verão de 1970, antes de começarem a empreender novas acções, Baader, Meinhoff, Esslin e outros militantes da organização foram para a Jordânia receber formação militar e de guerrilha urbana num campo da Frente Popular para a Libertação da Palestina, comandado por Ali Hassan Salameh, fundador do grupo palestino Setembro Negro.

De regresso à Alemanha começaram os assaltos a bancos para obter fundos para comprar armas e montar o apoio logístico da organização. Seguiram-se os ataques à bomba contra instalações militares dos Estados Unidos, instalações militares e policiais alemãs, edifícios governamentais e edifícios pertencentes ao império jornalístico de Axel Springer.

Em Setembro de 1970, Horst Mahler e outros membros do grupo foram surpreendidos pela polícia e presos. No início de 1971, Ulrike Meinhof publica clandestinamente o seu livro *O Conceito de Guerrilha Urbana*, influenciado pelo *Manual de um Guerrilheiro Urbano* de Carlos Marighella, que se tornou o manual de guerrilha das organizações armadas dos anos 60 e 70¹⁰⁹.

Durante o ano de 1971, a RAF continuou a fazer atentados apesar de ter vários elementos presos e de alguns terem morrido em confrontos com a polícia.

Em Maio de 1972, a RAF cometeu algumas das suas acções mais sangrentas. O Comando Petra Schelm colocou três bombas no edifício central do Quartel-General do Exército dos Estados Unidos na Alemanha, matando um militar americano. O grupo reivindicou a acção e exigiu que os Estados Unidos deixassem de colocar minas no Vietname. No dia seguinte, foram colocadas duas bombas no edifício central da polícia de Asburg, ferindo cinco policias e um carro-bomba foi deixado no parque de estacionamento do Departamento Nacional de Investigação Criminal de Munique, destruindo sessenta carros que lá estavam estacionados. Por sua vez, Ulrike Meinhof, acompanhada de três militantes, colocou seis bombas, escondidas em mochilas, nos escritórios da editora *Springer* em Hamburgo, ferindo dezassete funcionários¹¹⁰.

No dia 24 de Maio, deixaram vinte e cinco quilos de explosivos dentro de um carro estacionado no parque do Comando Europeu Supremo do Exército dos Estados Unidos da América,

¹⁰⁸EAGER, Paige Whaley, 2008, *From freedom fights to terrorists. Human and political violence*, Ashgate Imprint, p. 58

¹⁰⁹Ulrike Meinhof Calls for a Move from Protest to Resistance (May 1968), in <http://germanhistorydocs.ghi-dc.org>, acedido em 6/7/2012

¹¹⁰Three Bombs Rock Plant of German Publisher, *Stars and Stripes*, in <http://www.baader-meinhof.com>, acedido a 6/7/2012

em Heidelberg, matando três militares. Três dias depois, a RAF distribuiu um comunicado assumindo a autoria do atentado e dizendo que ele é uma resposta dos ataques da aviação americana no Vietname¹¹¹.

A polícia alemã começou uma autêntica caça ao homem e no mês seguinte foram presos muitos dos militantes da RAF, entre os quais os seus principais líderes. Inicialmente, foram colocados em prisões diferentes e quase todos em celas de isolamento. Só em 1974, é que foram todos colocados na prisão de segurança máxima de Stammheim, onde foi construída uma ala especial para os membros do grupo, directamente ligada às instalações do tribunal, para que não fosse preciso tirá-los da prisão durante o julgamento. As condições a que foram sujeitos na prisão levou a várias acções de protesto, inclusivamente da Amnistia Internacional. Os membros do Baader-Meinhof chegaram a entrar em greve de fome, tendo sido alimentados à força pela polícia. No entanto, isso não impediu a morte de Holder Meins, em consequência de uma destas greves, pesando apenas quarenta quilos.

Os protestos públicos perante as condições em que eram mantidos presos os membros da RAF levaram as autoridades policiais a afrouxar as condições prisionais, passando a permitir o contacto entre os presos. No entanto, mantivera-se em vigor as chamadas “Leis Baader-Meinhof” que impediriam a defesa dos membros da organização por advogados que tenham qualquer ligação a esta, e que permitiu a continuação dos julgamentos independentemente da ausência de algum dos arguidos no tribunal¹¹².

Foi nesta altura que começou a surgir a segunda geração da RAF, resultante de uma reorganização da organização levada a cabo por Siegfried Haag, que contou com a colaboração de outros militantes que não tinham sido presos.

A 24 de Abril de 1975, um grupo de militantes da RAF, comandados por Siegfried Hausner invadiu a embaixada alemã em Estocolmo, fazendo onze reféns, entre os quais o embaixador alemão. Em troca dos reféns exigiram a libertação de todos os líderes do Baader-Meinhof, pretensão que não foi atendida pelo governo alemão que se recusou a negociar com os sequestradores. Estes mataram dois reféns e a polícia invadiu a embaixada libertando os outros reféns e prendendo os membros da organização.

No dia 1 de Maio de 1976, começou o julgamento dos membros da RAF presos em Stammheim, naquele que foi o mais longo julgamento da história da Alemanha Ocidental.

No dia 9 de Maio de 1976, Ulrike Meinhof foi encontrada morta na sua cela, enforcada com uma toalha. A investigação oficial declarou que se tratou de suicídio, mas esta conclusão foi

¹¹¹ Bombs Kill 3 Hurts, *Stars and Stripes*, in <http://www.baader-meinhof.com>, acedido a 6/7/2012

¹¹² Protests Ease in Germany, *Stars and Stripes*, in <http://www.baader-meinhof.com>, acedido a 6/7/2012

contestada por acusações públicas de que havia sido assassinada. Ocorreram manifestações públicas por todo o país e foram colocadas bombas em Nice, Paris e Frankfurt¹¹³. Ulrike foi enterrada em Berlim, entre milhares de simpatizantes e discursos de intelectuais de esquerda alemães. Alguns anos após a sua morte foi tornado público que o seu cérebro tinha sido retirado por patologistas antes do enterro, sem conhecimento da família, e conservado em formol para estudos no hospital de Magdeburg. A sua filha, a jornalista Bettina Röhl, moveu uma acção contra o estado alemão, que acabou por devolver o cérebro, que foi enterrado na sepultura junto dos restos mortais de Ulrike em 2002¹¹⁴.

Em Fevereiro de 1977, foi libertada Brigitte Mohnhaupt, que passa a liderar a RAF durante o período conhecido como o Outono Alemão, quando foram efectuados sequestros e assassinios em série em troca da libertação dos militantes da RAF.

A 13 de Outubro de 1977, o Boeing 737 da Lufthansa que fazia o voo entre Palma de Maiorca e Frankfurt foi sequestrado por membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina com a cooperação de militantes da RAF, exigindo, em troca da libertação das mais de 90 pessoas a bordo, a libertação de dois terroristas palestinianos presos na Turquia e dos presos do Baader-Meinhof. Durante quatro dias, o mundo acompanhou o desvio do avião, primeiro para Roma, depois para o Chipre, Bahrain, Dubai, Aden e Mogadíscio, capital da Somália. Na noite de 17 de Outubro, o comando antiterrorista GSG 9, grupo de elite da polícia alemã, levado secretamente para a Somália, invadiu o avião sequestrado e matou três dos quatro sequestrados palestinianos, libertando todos os reféns.

O que aconteceu nessa mesma noite na prisão de Stammheim continua envolto em mistério e controvérsia. Na manhã que se seguiu à noite da libertação do avião, os guardas da prisão abriram as celas onde se encontravam os líderes da RAF, em isolamento total, e encontram Andreas Baader morto com um tiro na cabeça Gudrun Ensslin enforcada, e Jean-Carl Raspe a agonizar com um tiro, acabaria por falecer no hospital; e Irmgard Moller seriamente ferida com quatro facadas no peito e no pescoço. A versão oficial do governo foi a de suicídio colectivo mas o comunicado suscitou uma série de controvérsia, protestos e acusações de assassinato por parte do Estado. Surgiram dúvidas quanto ao facto de Baader ter sido morto com um tiro na nuca e não haver impressões digitais na arma; Rasper não tinha vestígios de pólvora nas mãos; e Moller dificilmente teria conseguido dar quatro facadas a si própria antes de desmaiar.

Irmgard Moller, a única sobrevivente da “Noite da Morte” passou os anos seguintes a afirmar que todos tinham sido drogados e assassinados pela polícia em retaliação pelo desvio do

¹¹³<http://www.dw.de/my-mother-the-terrorist/a-1933629-1>, acedido a 6/7/2012

¹¹⁴<http://www.dw.de/my-mother-the-terrorist/a-1933629-1>, acedido a 6/7/2012

avião¹¹⁵.

A morte dos líderes históricos da organização pôs fim ao Outono Alemão mas uma terceira geração de militantes continuou a efectuar acções ao longo dos anos 80 e 90.

A 20 de Abril de 1998, já muito enfraquecida, e depois de cinco anos sem realizar nenhuma acção, a RAF envia uma carta à agência Reuters a colocar fim às acções armadas.

9.4. Espanha – ETA: violência nacionalista

Ideologicamente, a organização separatista ETA assenta no nacionalismo basco, fundado no século XIX por Sabino Arana Goiri, um pensador que considerava que a Espanha tinha ocupado o Euskadi (País Basco). É este pensador que influenciou um grupo de estudantes de boas famílias de Bilbao, que, em 1952, fundaram o círculo de estudos EKIN, dedicado ao estudo da História, cultura e língua basca¹¹⁶. Inicialmente, os membros desta organização estavam ligados ao Partido Nacionalista Basco (PNV), no entanto, julgando que este era demasiado passivo na defesa do nacionalismo e independência do País Basco, decidiram criar a ETA (Euskadi ta Askatasuna – País Basco e Liberdade), em 31 de Julho de 1959¹¹⁷, com o objectivo de lutar pela total independência do País Basco. A opção pela via da luta armada não era, porém, ainda evidente. Segundo a declaração de princípios da organização, difundida em 1962, a ETA é “um movimento revolucionário de libertação nacional criado na resistência patriótica”, não havendo alusão explícita a recurso à violência política armada¹¹⁸.

Entre 1962 e 1965, a organização começou a sofrer modificações ideológicas devido à influência dos grupos de libertação colonial do Terceiro Mundo e dos movimentos de guerrilha da América Latina. A orientação passava agora pela adequação da moderna sociedade industrial basca à estratégia da luta armada. Na V Assembleia da ETA, que decorreu entre Dezembro de 1966 e Março de 1967, foi adoptado o princípio do “nacionalismo revolucionário” de Mao¹¹⁹.

Ao longo dos anos 60 registou-se em Espanha um aumento da conflitualidade política e sócio-económica em que o movimento operário teve um papel de destaque. A progressiva articulação da classe operária com o movimento social permitiu coordenar lutas, suscitar lealdades internas e ganhar apoios externos. Algo similar se estava a passar no movimento estudantil, em que,

¹¹⁵<http://www.baader-meinhof.com/timeline/1977-timeline/>, acedido a 6/7/2012

¹¹⁶Entre os fundadores do EKIN destacam-se Julen de Madariaga Agirre, Manu Agirre, José Maria Benito del Valle,

¹¹⁷A data da fundação da ETA é simbólica pois é criada no dia de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus, ordem religiosa que Sabino Arana Goiri tinha por modelo.

¹¹⁸MASSEY, Jacques, 2010, *ETA, Histoire Secrète d'une guerre de cent ans*, Flammarion, pag. 61

¹¹⁹A adesão da ETA ao anti-colonialismo deveu-se a um conjunto de factores nos quais sobressai a caracterização do Euskadi como um país ocupado e oprimido pela repressão franquista. O incremento da repressão franquista, a partir de 1967, fez com que a corrente terceiro-munidista se reafirmasse permitindo o crescimento e a consolidação do sentimento colonial no seio da ETA.

paralelamente com a massificação da universidade começaram a praticar-se estratégias de oposição caracterizadas pela militância pública e a acção violenta.

Durante o triénio 1967-1969, assistiu-se a um aumento da conflitualidade e da repressão, sobretudo no País Vasco, onde, por exemplo, em 1969, se concentrou 52,3% da conflitualidade laboral espanhola. Mas a realidade basca vinha também impregnada de um sentimento de pertença nacional que o franquismo, com a sua política de repressão, acabava por exacerbar¹²⁰.

O aumento da repressão franquista no País Basco deu à ETA credibilidade junto da população basca, que passou a dar cobertura às acções da organização. Havia dificuldades na localização e detenção dos militantes, que eram protegidos e abrigados pela população basca, que partilhava a sua ideologia. Eram também estes que financiavam a organização proporcionando todo o tipo de meios e dinheiro e ocultando as armas e explosivos. A cumplicidade do clero basco jogou um papel apreciável nesta cobertura. A polícia assegurava que a residência dos jesuítas em Bilbao tinha abrigado, em diferentes ocasiões, os elementos mais perigosos da ETA e o convento dos padres sacramentinos de Tolosa serviu para esconder armas dos etarras¹²¹.

A penetração no seio da organização da doutrina da guerra revolucionária traduziu-se num incremento da prática da espiral de acção-repressão, a partir de 1967, com a realização de uma série de pequenos atentados que se tornaram cada vez mais violentos, percebendo-se um incremento da violência e tensão política. Nos primeiros meses de 1968 foram colocados engenhos explosivos em locais emblemáticos e, em Março desse ano, o chefe superior da polícia de Bilbao declarava que havia começado uma guerra contra a ETA¹²².

A repressão desencadeada a partir de Agosto de 1968 obrigou a ETA a recuar para salvaguardar a sua estrutura. A organização tinha saído dos confrontos de 1967-1968 como a principal a organização a lutar contra o franquismo. Porém, a total identificação do povo basco com a causa da ETA não tinha sido conseguida. Para isto terão contribuído três factores: os militantes da ETA detidos foram objecto de uma violência judicial e policial comparativamente maior que a praticada contra os trabalhadores e militantes antifranquistas detidos nesses anos e esta discriminação repressiva não ajudou à plena identificação do movimento operário com a ETA; o facto de haver operações militares contra a ETA mas nenhum se terá verificado contra o movimento operário; o erro estratégico da ETA de desdenhar das evidentes diferenças entre o País Basco e os países coloniais do Terceiro Mundo ou entre o País Basco e um país ocupado militarmente¹²³. Ainda assim, a repressão contribuiu para o crescimento de atitudes de apoio à ETA e ao ressurgir de

¹²⁰CASANELLAS, Pau, 2011, *Morir matando: El franquismo en crisis ante la violencia política (1968-1977)*, Tese de doutoramento apresentada na Universidade Autónoma de Barcelona, p. 53

¹²¹CASANELLAS, Pau, 2011, *Morir matando: El franquismo en crisis ante la violencia política (1968-1977)*, Tese de doutoramento apresentada na Universidade Autónoma de Barcelona, p. 56

¹²²CASANELLAS, Pau, 2011, *Morir matando: El franquismo en crisis ante la violencia política (1968-1977)*, Tese de doutoramento apresentada na Universidade Autónoma de Barcelona, p. 56

¹²³CASANELLAS, Pau, 2011, *Morir matando: El franquismo en crisis ante la violencia política (1968-1977)*, Tese de doutoramento apresentada na Universidade Autónoma de Barcelona, p. 57

sentimentos do nacionalismo basco.

Em Espanha, a contestação estudantil de 68 não se fez sentir de forma tão intensa como noutros países. A mobilização estudantil em Espanha foi o culminar de um processo anterior que tinha a ver com a dinâmica anti-franquista. Já desde finais dos anos 50 que se desenhava uma contestação estudantil e juvenil muito grande em relação ao franquismo. O regime, porém, sentia que tinha motivos de preocupação acrescida e começou a tomar medidas para controlar o movimento estudantil: em Março foi criado um juízo especial com jurisdição em toda a Espanha para julgar os crimes cometidos nas escolas e universidades; foram dadas instruções à polícia para manter a ordem nos *campus*, abrindo a possibilidade de entrada dos agentes nos edifícios escolares; exigia-se a colaboração das autoridades académicas com o Governo¹²⁴.

A repressão, mais uma vez, fez-se sentir de forma particularmente violenta no País Basco, o que, teve o efeito contraproducente de contribuir para a radicalização de formas de protesto. A ETA optou pela estratégia de organizar acções que tinham grande impacto social, como manifestações relâmpago e explosões de activismo, mas que requeriam uma base pequena de militantes envolvidos. O facto de a polícia dificilmente conseguir identificar e prender os etarras que participavam nestas acções era um motivo de orgulho para a organização e constituíam um desafio ao regime.

A ETA saiu praticamente incólume do estado de excepção que foi levantado em 1969 e o seu numero de militantes, na Primavera de 1969, era seguramente maior que nunca. Desde a sua organização em frentes (económico, político, cultural e militar) na V Assembleia, a organização saiu do gueto e conseguiu penetrar no mundo laboral, aumentando o número de militantes. Era sua intenção aumentar a influência dentro da classe trabalhadora e dirigir o seu processo de esquerdização. A partir do Maio de 68 francês, afirmou-se na ETA a necessidade de construir um partido do tipo leninista, dentro do qual, o papel dirigente era conferido ao proletariado industrial. Era uma evolução semelhante à experimentada por várias outras organizações revolucionárias contemporâneas.

Entre o fim de 1968 e Abril de 1969, está desmantelado o essencial da organização saída da V Assembleia, que se reuniu na Semana Santa de 1967, no convento jesuíta de Guetaria. A velha guarda dos fundadores demarca-se da influência “marxista-leninista” que vinha ganhando preponderância na organização e os jovens sucessores são militantes bascos que mantêm claramente um plano de libertação nacional e de luta pelo socialismo. A luta armada era percebida como uma necessidade de culminar o processo revolucionário e forma de tomar activamente o poder¹²⁵. Era

¹²⁴CASANELLAS, Pau, 2011, *Morir matando: El franquismo en crisis ante la violencia política (1968-1977)*, Tese de doutoramento apresentada na Universidade Autónoma de Barcelona, p. 57

¹²⁵MASSEY, Jacques, 2010, *ETA, Histoire Secrète d'une guerre de cent ans*, Flammarion, pag. Pag. 64-65

atribuída à violência um carácter progressivo e subjazia a fórmula maoísta que uma linha política e militar justas só se desenrolam na luta. Com a sua atitude repressiva o franquismo acabava por favorecer os discursos de legitimação da violência e de adopção de formas de luta cada vez mais combativas.

A morte do taxista Fermín Monasterio por um militante etarra em fuga, a 9 de Abril de 1969, deu lugar a uma nova onda de repressão e de detenções dentro da organização que deixou a ETA seriamente dizimada. O carácter indiscriminado das detenções pode fazer pensar que as autoridades franquistas queriam cortar a influência crescente da organização na sociedade basca. Entre os presos encontravam-se alguns sacerdotes e o vigário pastoral de Bilbao, Ángel Ubieta, o que motivou uma onda de protesto entre as autoridades eclesiásticas que apelavam abertamente à sua libertação e denunciaram nas homilias que a polícia o mantinha incomunicável.

Pela sua espectacularidade, a violência da ETA punha em causa o regime franquista face à opinião pública espanhola e europeia. No entanto, o que mais preocupava o governo espanhol era a questão do separatismo basco, que tinha raízes muito mais profundas e muitos mais adeptos que a ETA. Por este motivo, em finais de 1969, o governo decidiu criar uma unidade de inteligência que se dedicaria apenas ao estudo do fenómeno separatista e da ETA.

A forte repressão que se fez sentir no triénio 1967-1969 fez com que a actividade da ETA, no ano de 1970, tivesse sido escassa. De facto, em 1969 foi presa grande parte da direcção da organização, que ficou fracturada. Numa reacção contra a inacção da organização, que acusavam de ter abandonado a “esquerdização” e o “obreirismo”, vários militantes da Frente Militar, coordenados por Juan José Etxabe, realizaram alguns ataques por sua conta. O novo Comité Executivo Táctico formado no interior procurou também realizar pequenas acções violentas que demonstrassem que não tinham renunciado à luta armada. Em finais de Agosto, a nova direcção no interior, convoca a VI Assembleia, que não é reconhecida pelos membros da Biltzar Txikia – *Pequena Assembleia* – órgão máximo de direcção, instituído na V Assembleia.¹²⁶

No fundo, o que estava em confronto eram duas concepções diferentes sobre a linha ideológica que a organização deveria adoptar. De um lado, encontrava-se a concepção “anticolonialista” e “terceiromundista”, impulsionada por Krutwing; do outro, a teoria “marxista-leninista” partidária da constituição de um partido de classe. Em princípios de 1971, a divisão dentro da ETA era formal, constituindo-se a ETA(VI), que agregava a maioria dos militantes e defendia a linha “marxista-leninista” e a ETA(V), que integrava os militantes vinculados à Frente Militar e os integrantes da Biltzar Txikia. No exílio ainda se encontrava um terceiro sector, reunido

¹²⁶A Biltzar Txikia era constituída por Juan José Etxabe, Julen Madariaga, Federico Krutwig, Edur Arregi e Emílio Lopez Adán, *Beltza*

em redor de um Comité Executivo que tinha escapado às prisões de 1969.

O regime mantinha-se informado destas dissidências no seio da ETA mas via-se perante um novo motivo de preocupação que eram as campanhas da oposição contra os conselhos de guerra que proliferavam desde 1969. Profundas eram também as divergências entre o Exército e a Igreja devido às penas de 10 a 12 anos de prisão impostas a cinco sacerdotes bascos julgados em conselho de guerra, a 11 de Junho de 1969, o que motivou uma greve de fome na diocese de Bilbao e a difusão de uma carta do clero a denunciar a aplicação abusiva de penas e a tortura infligida aos presos políticos bascos.

A campanha da ETA contra os conselhos de guerra teve o seu ponto alto com a contestação do julgamento a que foi submetido Andoni Arrizabalaga, detido em Abril de 1969, e condenado à morte por um Tribunal Militar, em 27 de Outubro, tendo-lhe sido imputada a culpa da explosão de um carro da polícia municipal de Ondarroa, que na realidade ocorreu um dia depois da sua detenção. Esta caso teve grande repercussão dentro da sociedade basca e espanhola. No dia do julgamento, centenas de pessoas reuniram-se à porta do tribunal a manifestar o seu apoio ao detido e, quando foi conhecida a sentença, começaram as petições a pedir clemência dirigidas ao Chefe de Estado, ao Príncipe João Carlos e às autoridades políticas e eclesiásticas. Os protestos atingiram tal dimensão que o Conselho de Ministros viu-se obrigado a comutar a pena para trinta anos de prisão¹²⁷.

A detenção de Xabier Larena, em Março de 1969, permitiu à polícia apreender uma série de documentação da ETA em que constava que o atentado contra Melitón Manzanas tinha sido levado a cabo por um comando no interior. Isto permitiu a abertura de um processo judicial para incriminar vários elementos da organização que tinham estado implicados no atentado. É o processo 31/69 que pretendia julgar a acção da organização entre a Primavera de 1968 e Maio de 1969. O processo tinha dezasseis réus, alguns dos quais já estavam a cumprir pena por pertencer à ETA, e eram pedidas seis penas de morte e penas de prisão altíssimas para os restantes¹²⁸.

Mesmo dentro do franquismo surgiram vozes a avisar que o processo de Burgos podia ser perigoso para o regime pois serviria para a oposição fazer uma frente comum que atenuaria a divisão existente dentro da ETA. Para tentar acabar com uma possível contestação nas ruas foram incluídos no processo dois sacerdotes, o que permitia ao regime escudar-se na Concordata com a Santa Sé que estabelecia que o julgamento de sacerdotes seria sempre feito à porta fechada. Os dois sacerdotes solicitaram à Santa Sé para o julgamento ser público, pedindo a renúncia a um julgamento à porta fechada. Em Novembro de 1970, o Papa Paulo VI anunciava que tinha obtido do

¹²⁷GARMENDÍA, José María, 1995, *Historia de ETA*, San Sebastián: R&B Ediciones, pag. 60

¹²⁸CASANELLAS, Pau, 2011, *Morir matando: El franquismo en crisis ante la violencia política (1968-1977)*, Tese de doutoramento apresentada na Universidade Autònoma de Barcelona, p. 113

governo espanhol a promessa do carácter público do julgamento.

O facto de o julgamento se fazer de forma pública tinha a vantagem de poder ser utilizado como uma plataforma de expressão privilegiada através da qual era possível chegar à opinião pública internacional.

Para o início do julgamento, a 3 de Dezembro de 1970, estava convocada uma jornada de luta em todo o território espanhol e durante três dias proliferaram as greves e os protestos de todo o tipo, o que levou o governo a declarar o estado de excepção em Guipúzcoa, primeiro, e depois em todo o Estado espanhol. A repressão faz-se sentir de forma intensa e foram detidas dezenas de pessoas durante os protestos.

O processo de Burgos acabou por se converter num processo contra o franquismo.

A 28 de Dezembro de 1970, foi comunicada aos advogados a sentença de pena de morte para seis dos acusados. É o recomeço dos protestos no País Basco e em várias cidades espanholas. Mas não só. Em vários países europeus e da América Latina houve protestos públicos contra esta sentença e alguns governos também manifestaram a sua indignação perante a pena de morte. Perante a contestação interna e a pressão externa, dois dias depois foi concedido o indulto.

Se a intenção do regime com o processo era acusar a ETA de separatismo, comunismo e terrorismo e desta forma, virar a opinião pública contra ela, o que conseguiu foi exactamente o contrário, com grande parte da população a sentir-se mais próxima da ETA ou de Euskadi do que de Franco.

O processo de Burgos marcou também o nascimento de uma nova geração de militantes dentro da ETA, que começaram a operar a partir de 1972. Porém, o número de militantes não consegue atingir o volume de finais dos anos 60. Para isso terá contribuído o facto de se continuar a fazer sentir tensões entre o activismo armado e a mobilização social e o papel e importância de cada uma destas estratégias.

No plano orgânico, os laços entre o PCE e a ETA estavam a definhar depois de um período de notável entendimento que coincidiu com a penetração e o trabalho da ETA no movimento operário e a prisão de vários dos seus militantes. Porém, o processo de Burgos propiciou uma nova aproximação conjuntural que se expressou na elaboração de um manifesto conjunto contra a repressão e na defesa contundente dos réus por parte do Partido Comunista Espanhol.

O clima de entusiasmo que percorreu a oposição com o processo de Burgos favoreceu o aparecimento de novos focos de conflitualidade. Um deles abarcava sectores profissionais tradicionalmente ligados ao franquismo (advogados, médicos, arquitectos, etc) que começavam a partilhar um desejo de democracia e a participar activamente na luta legal contra a ditadura. O outro era a Igreja, onde a penetração do antifranquismo e a demonstração de solidariedade para com a

oposição era notória. Eram os sacerdotes que nas igrejas faziam a recolha de fundos para ajudar as famílias dos presos políticos¹²⁹.

A reorganização da ETA a partir de 1971-72, abriu um novo caminho na sua relação com o franquismo. Na realidade, a organização enveredou por práticas de violência cada vez mais aparatosas, entrando numa espiral de violência que teve dois momentos altos: a morte do líder da Frente Militar da ETA(V), Eustakio Mendizabal, *Txikia*, em Abril de 1973; e o atentado na cafeteria Rolando, perto da Puerta del Sol, em Madrid, em Setembro de 1974. A partir daqui a violência subiu de tom por parte do regime que não se coíbiu em matar etarras, e da ETA que leva a cabo várias acções armadas e atentados mortais.

Teve um papel importante nesta revitalização da ETA(V) a união com as juventudes do Partido Nacionalista Vasco que encontravam na ETA um terreno cómodo para a sua luta pela independência do País Basco. No verão de 1971, a organização estava estruturada em três frentes (Militar, Operária e Cultural) mas, em Outubro de 1972, a frente cultural unia-se à operária e passou a haver um único contraponto à frente militar. A recomposição da ETA fez-se, assim, com o predomínio da parte militar e sob a orientação da luta armada¹³⁰.

Entre 1972 e 1974, num contexto geral de radicalização da contestação à ditadura franquista e no contexto de irrupção da luta armada em outros países europeus, inaugurou-se uma nova dinâmica política que marcou a relação da ETA com o governo espanhol nos anos seguintes: cada um deles deu um passo adiante na utilização da violência, de forma que os atentados mortais da organização e a morte de militantes seus às mãos da polícia passaram a fazer parte da normalidade.

Os dois últimos anos da vida de Franco foram marcados por um incremento da contestação social contra a ditadura. O ano de 1974, é disso paradigmático: depois de várias greves locais e regionais em que o protesto acabou por ter um carácter abertamente anti-regime, é convocada uma greve geral, para 11 de Dezembro de 1974, no País Vasco, a primeira convocatória deste género sem conter uma denuncia antirepressiva concreta e com um elenco de reivindicações de conteúdo eminentemente político. Esta greve contou com o apoio de sectores da população basca que até aí pareciam pouco mobilizados.

Ao mesmo tempo, o peso da luta armada contra o regime estava a ganhar cada vez mais protagonismo com as acções perpetradas pela FRAP e pelo PCE (r) em Agosto de 1975, que levou o governo a elaborar um Decreto-lei de 26 de Agosto de 1975 sobre a prevenção do terrorismo, que regulava as actividades armadas e a liberdade de expressão, o que era um retrocesso em matéria de legislação e uma supressão de direitos.

¹²⁹CASANELLAS, Pau, 2011, *Morir matando: El franquismo en crisis ante la violencia politica (1968-1977)*, Tese de doutoramento apresentada na Universidade Autónoma de Barcelona, p. 104

¹³⁰CASANELLAS, Pau, 2011, *Morir matando: El franquismo en crisis ante la violencia politica (1968-1977)*, Tese de doutoramento apresentada na Universidade Autónoma de Barcelona, p. 113-115

Porém, o novo contexto repressivo não conseguia evitar uma enorme mobilização social contra as penas de morte impostas a militantes da ETA e da FRAP, o que não impediu Franco de mandar executar cinco sentenças de morte. Foi o último acto de violência do ditador mas que não podia deixar de ocultar as fragilidades internas do franquismo e a perda das bases sociais de apoio que o tinham sustentado durante quase quarenta anos.

O período de transição espanhola, e depois a instauração do regime democrático, não conduziu ao fim da ETA e das acções armadas. A luta da ETA não se fazia apenas contra a ditadura franquista, mas era também uma luta nacionalista pela independência do País Basco. A instauração da democracia em Espanha não conduziu à independência deste território e a Constituição definiu o País Basco como uma região autónoma, não independente, e a luta contra a ETA como uma prioridade, uma vez que a existência de uma organização armada, considerada terrorista, não era politicamente aceitável num Estado democrático.

A ETA manteve a sua actividade armada até 20 de Outubro de 2011, quando emitiu um comunicado oficial colocando um fim definitivo a toda e qualquer actividade armada. Era o fim de 51 anos de luta armada pela independência do País Basco.

Capítulo II

Das eleições de 1958 à herança “fapista”

1. Um novo ciclo de violência (1958 – 1962)

As eleições presidenciais de 1958 trouxeram a sectores da oposição portuguesa a certeza da impossibilidade de derrubar o regime através de uma «*solução pacífica*». A dimensão da fraude eleitoral provocou nas oposições um sentimento de impotência e revolta que esteve na origem da situação de crise que o regime viveu durante os quatro anos seguintes.

Foi efectivamente durante a campanha eleitoral que ganhou força a ideia que o regime só poderia ser derrubado pela violência. Humberto Delgado, general no activo e candidato da oposição às eleições, manteve sempre, aliás, contacto, directo ou indirecto, com militares descontentes no seio das Forças Armadas e conspirou para a realização de um golpe que levasse ao derrube da ditadura.

O período 1958-1962 caracterizou-se por uma sucessão de acontecimentos que flagelaram o regime. Logo em 1959, Humberto Delgado exilou-se no Brasil e congeminou-se o Golpe da Sé. Em 1960, Álvaro Cunhal e outros dirigentes comunistas fugiram do forte de Peniche; em 1961, o paquete *Santa Maria* foi assaltado por um comando chefiado por Henrique Galvão; iniciou-se a guerra colonial em Angola; deu-se uma tentativa de golpe de Estado do general Botelho Moniz, Ministro da Defesa; as tropas da União Indiana ocuparam Goa e o ano terminou com o assalto ao Quartel de Beja. Em 1962, o clima de instabilidade repercutiu-se na crise académica que durou de Março a Junho; nas jornadas de luta de 1 a 8 de Maio; na luta pelas 8 horas de trabalho no Alentejo. Como refere Fernando Rosas, “o regime sobrevive a essa avalanche mas não se recomporá”¹³¹.

Se é verdade que a tentativa de golpe de Botelho Moniz, ocorrido em 1961, não constitui propriamente uma acção revolucionária, não deixa de configurar uma conspiração cuja trama se desenvolveu fundamentalmente entre as altas patentes da hierarquia militar com a conivência do antigo Presidente da República, Craveiro Lopes, para pressionar a destituição de António Oliveira Salazar. Era um golpe que vinha de dentro do regime, mas que não pretendia propriamente implicar a saída de homens dos quartéis. Ainda assim, o golpe não ocorreria, com o recuo em toda a linha dos militares envolvidos, logo que tomaram conhecimento que o governo teria conhecimento do plano.

Porém, num curto espaço de tempo – quatro anos – viveu-se no país um ambiente predisposto à violência política, com cenas de violência popular nas ruas das cidades, vilas e

¹³¹ROSAS, Fernando, 2003, Portugal século XX (1890-1976), *Pensamento e Acção Política: Ensaio Histórico*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 116

aldeias, ainda durante a campanha eleitoral; movimentos grevistas em 1958 e em 1962, que, independentemente do impacto tido, registaram uma extensão considerável. E, além disso, as várias acções armadas, como o assalto ao *Santa Maria* e, desvio do avião da TAP que fazia a ligação Casablanca-Lisboa e as três tentativas de golpes militares.

1.1. Violência durante a campanha eleitoral de 1958

A campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1958 foi marcada, praticamente desde o seu arranque, por confrontos entre a polícia e os apoiantes das candidaturas oposicionistas. Este clima de violência esteve logo patente na visita de Humberto Delgado ao Porto, nos dias 14, 15 e 16 de Maio de 1958. Há notícia de registo de confrontos logo na Estação de São Bento aquando da chegada do general, e na noite desse dia, após o comício no Coliseu. O próprio *Diário da Manhã*, órgão oficial do regime, refere em editorial do dia 17 de Maio, os incidentes entre a polícia e os apoiantes de Delgado, após o comício, tratando de responsabilizar a candidatura do general¹³².

Ainda no Porto, no dia 15 de Maio, verificaram-se novos confrontos quando o povo da cidade aguardava a chegada do general à saída da visita que efectuou à Casa do Gaiato. O próprio general relata que, nesse dia, viu “a polícia praticar espancamentos em frente da janela do meu hotel no Porto. Vi, mesmo, cair no passeio um homem ao primeiro golpe de casse-tête, como vi dar coronhadas, com uma brutalidade sem nome, num homem que me queria abraçar”¹³³.

No dia seguinte, Humberto Delgado dirigiu-se a Vila do Conde e à Póvoa de Varzim, onde se repetiram as cenas de pancadaria sobre os que esperavam a chegada do candidato, numa tentativa de tentar dispersar a multidão, tendo este, como general, chamado o comandante da força policial à sua presença, ordenando que parasse de reprimir o povo. Era a primeira vez que se via um candidato às eleições a dar ordens à polícia sem temer represálias que dali poderiam advir. Mas, o certo é que o tenente acatou a determinação e durante o período de tempo que o general ali esteve não houve mais confrontos, retomados, embora, logo que o candidato se foi embora.

Depois do almoço, Humberto Delgado regressou ao Porto para apanhar o comboio para Lisboa, verificando-se novos confrontos, nas ruas da cidade, entre a polícia e a multidão que se tinha ido despedir do general. Várias participações da PSP referem a existência de feridos devido à repressão policial, chegando a receber tratamento hospitalar¹³⁴. O jornal francês *Le Parisien* fala mesmo em “violento tumulto” entre os partidários de Delgado e a polícia “no momento em que o

¹³²“Editorial”, *Diário da Manhã*, 17 de Maio de 1958, p. 1

¹³³DELGADO, Iva e FIGUEIREDO, António (coord.), 1991, *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 105

¹³⁴Arquivo Civil do Porto, M. 1195, Documentação avulsa, pasta com documentos relativos às eleições presidenciais 1958, «Participação s/n da 1ª Esquadra», 17 de Maio de 1958

general tomou o comboio para Lisboa”, contando-se “mais de 60 feridos”¹³⁵.

Estes episódios marcam, efectivamente, o início de uma série de confrontos que ocorrem um pouco por todo o país, em qualquer localidade onde o general se deslocasse, embora com maior incidência no Porto e em Lisboa¹³⁶.

O Governo quis, depois, a todo o custo impedir a realização de uma manifestação popular na capital no regresso do general vindo do Norte. Daí que tivesse tomado precauções para o evitar. Contudo, foi impossível conter a multidão que no dia 16 de Maio se dirigiu para a estação de Santa Apolónia para saudar Humberto Delgado. Perante a massa de populares que se dirigiram para aquele local foram dadas ordens à polícia e à PIDE para formarem um cordão de segurança que mantivesse o povo afastado da estação, ao mesmo tempo que conduziam Delgado por uma rua secundária até à sua residência.

O general não sabia que milhares de pessoas estavam à sua espera no exterior da estação e seguiu as ordens da polícia. Mas o que aconteceu a seguir foi que a multidão, impaciente depois de horas à espera do general, resolveu ir para a sede de candidatura. Dirigiram-se em direcção ao Rossio, atravessaram o Terreiro do Paço e seguiram pela Rua Augusta. Quando já estavam a chegar, é no final desta rua, que aconteceu algo que, na altura, todos julgavam impensável: a polícia concentrada no Rossio começou a disparar sobre a multidão¹³⁷. O pânico instalou-se e na fuga muitos populares tiveram de suportar a carga da cavalaria e dos polícias armados. Em reacção, os confrontos rapidamente alastraram por toda a baixa de Lisboa, com vários feridos e falando-se inclusivamente em alguns mortos¹³⁸.

O regime pretendeu impedir a divulgação destes acontecimentos, mas tal era impossível, pois milhares de pessoas participaram no confronto e estes foram presenciados por jornalistas estrangeiros que fizeram chegar à redacção dos seus jornais relatos do que tinha acontecido. O *The Economist* refere que “No Rossio, a praça que fica no coração de Lisboa, a polícia e a tropa utilizaram as suas armas, inclusive armas automáticas, enquanto eram enviados tanques para o Terreiro do Paço, o grandioso fórum à beira do Tejo”¹³⁹. Para minimizar o impacto destes acontecimentos, o Governo enviou um comunicado à imprensa confirmando a existência de tumultos e de alguns feridos, mas negando a existência de mortos¹⁴⁰.

A intervenção pública seguinte de Delgado ocorreu passados apenas dois dias, num comício

¹³⁵ IAN/TT. PIDE/DGS – Proc.º. 1546/57 SR, 3º volume, «*Le Parisien - Tumultos Eleitorais em Portugal*», Maio de 1958, fl. 608.

¹³⁶ Sobre a violência no Porto durante a campanha eleitoral Cf. FERREIRA, Ana Sofia, 2008, *Esperança Defraudada. O Porto nas eleições presidenciais de 1958*, Tese de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto

¹³⁷ SOARES, Mário, 1974, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia Editora: p. 210

¹³⁸ “Grandiosas manifestações pela Liberdade e a Democracia”, *Avante!* VI Série, nº 255, 2ª quinzena de Maio de 1958, p. 1

¹³⁹ IANTT /PIDE-DGS – Pr. nº 1546-57 SR, «*The Economist, de 24 de Maio*», 3º volume, fl. 38, trad.

¹⁴⁰ “Uma nota oficiosa do Ministério do Interior”, *O Comércio do Porto*, 22 de Junho de 1958, p. 1 e 8

realizado no ginásio do Liceu Camões. Depois dos incidentes anteriores, o Governo decidiu a endurecer as medidas de repressão policial. Santos Costa ficou encarregado de coordenar as polícias e a Guarda Nacional Republicana, tendo ordens para “empregar os efectivos militares quando necessário”¹⁴¹. Segundo Mário Soares, “o ambiente estava pesado de ameaças e provocações. O aparato policial era de tal ordem que, sinceramente, fazia medo aos mais audazes”¹⁴². De facto, Santos Costa tinha ordenado à polícia e à Guarda Nacional Republicana que cortassem os acessos ao Liceu, de modo a formar uma área de segurança. Além disso, dispusera forças de intervenção, cavalaria da Guarda Nacional Republicana, infantaria auto-transportada e carros de combate em vários pontos próximos do Liceu.

O clima era de enorme tensão, com o Liceu cercado, com forças policiais dentro do próprio recinto, e com as ruas da cidade a serem patrulhadas pelo exército. Mesmo neste cenário, em que a cidade parecia estar em pé de guerra, o general não se inibiu e denunciou a coação e a repressão do regime sobre a sua campanha eleitoral, sendo ovacionado pelo público presente que não se cansava de gritar pelo seu nome. Enquanto isto acontecia dentro do Liceu, na rua tinham começado os confrontos entre a polícia e uma multidão de oposicionistas que não tinham conseguido entrar. A polícia tentou dispersá-los utilizando a força, nomeadamente bastões e armas de fogo, e foram enviados carros blindados para intimidar a população. O Governo, desta vez, para minimizar ou silenciar os incidentes, proibiu a imprensa de fazer referência à existência de mortos e à utilização pela polícia de armas automáticas contra civis. Mas, era impossível, porém, esconder incidentes de tal gravidade e o Ministro do Interior viu-se obrigado a enviar um comunicado a referir que a polícia tinha disparado para o ar para dispersar os manifestantes, tendo sido atingidas, acidentalmente, quatro pessoas¹⁴³.

As intenções do Governo com esta enorme demonstração de força e repressão seriam conter o apoio popular a Delgado através da inculcação de um clima de medo que intimidasse a população, mas o resultado foi o oposto: o apoio popular aumentou, ainda que Marcelo Caetano tenha afirmado que “Naquela tarde do comício no Liceu Camões foi frustrada, não me resta dúvida, uma perigosa acção revolucionária”¹⁴⁴.

Por onde quer que Delgado se deslocasse uma multidão saudava-o efusivamente e registavam-se confrontos com a polícia que o queria impedir. O governo continuava a sublinhar que qualquer tentativa de manifestação seria severamente reprimida e aconselhava os portugueses a não participarem nos actos de apoio ao candidato da oposição. Mas o povo parecia perder o medo e

¹⁴¹CAETANO, Marcelo, 1977, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, p. 563

¹⁴²SOARES, Mário, 1974, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia Editora, p. 231

¹⁴³“Comunicado” do Ministério do Interior, *O Primeiro de Janeiro*, 19 de Maio de 1958, p. 8

¹⁴⁴CAETANO, Marcelo, 1977, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, p. 565

enfrentava a polícia para apoiar Delgado.

1.2. Ondas de protesto pós-eleitoral: as greves no Porto, um caso concreto

O anúncio da vitória de Américo Tomás deveria ser mais do que esperado, tendo em conta a enorme fraude que ia desde o recenseamento ao acto eleitoral, num regime de ditadura. No entanto, havia uma réstia de esperança naqueles que, no dia 8 de Junho, se dispuseram a votar, julgando que assim podiam modificar a situação política do país. Esta esperança era, provavelmente, alimentada pela mobilização e agitação popular que sacudiu a campanha de Delgado, com impressionantes manifestações de apoio e de resistência à repressão por parte dos populares que, por todo o país, acudiam às sessões de propaganda da candidatura. Mas, na realidade, admitir a possibilidade de vitória nas urnas era subestimar todos os aparelhos repressivos de que o Estado dispunha para condicionar e subverter todo o processo eleitoral.

No dia 9 de Junho, dia seguinte às eleições, o Secretariado do Comité Central do PCP realizou a sua primeira reunião pós-eleições e tomou a decisão de apelar a “uma grande jornada nacional contra o terrorismo fascista, pela libertação de todos os presos políticos e pelas liberdades democráticas”, recorrendo para tal “aos protestos mais variados – abaixo-assinados, concentrações, e manifestações pequenas e grandes, paralisações e à GREVE”¹⁴⁵. Desta forma, o PCP pretendia incentivar e liderar as manifestações de protesto à fraude eleitoral, no quadro de uma proposta mais ampla de luta contra o fascismo, pela libertação dos presos políticos e pelas liberdades democráticas. O recurso à greve era apontado como uma das múltiplas formas de luta que se poderiam realizar, embora, sem dúvida, fosse a mais importante e a que teria mais repercussões. Contudo, o PCP não faz, naquele momento, um apelo directo à realização de uma greve geral como forma de protesto contra a fraude eleitoral.

As primeiras greves pós-eleições tiveram um carácter marcadamente popular e espontâneo, embora em alguns locais tivessem o apoio dos “sectores mais radicalizados do proletariado” e dos “sectores partidários mais combativos”¹⁴⁶, que, ultrapassando as orientações do Comité Central do PCP, se juntaram aos populares e organizaram estas paralisações. O ponto alto desta primeira vaga de greves ocorreu no dia 12 de Junho, quando mais de 1200 trabalhadores da zona de Almada suspenderam o trabalho. No dia 14, ocorrem as primeiras greves no Barreiro, com paralisações na *Corticeira Industrial*, que se prolongam até ao dia 16. Neste dia, o movimento grevista começou a expandir-se para outras regiões do país, nomeadamente para o Porto, Ribatejo e Alentejo, onde,

¹⁴⁵Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *À classe operária! Ao povo de Portugal*, 9 de Junho de 1958; maiúsculas no original.

¹⁴⁶DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (coords.), 1998b, *Humberto Delgado, as eleições de 58*, Lisboa, Editor Assírio Bacelar, p. 194

segundo o *Avante!*, se envolveram cerca de 10 mil trabalhadores¹⁴⁷.

No Grande Porto, a greve dos pescadores de Matosinhos¹⁴⁸ surpreendeu pela sua dimensão e duração, pois apenas terminou em finais de Junho, tendo envolvido os 5.000 pescadores inscritos na Capitania de Matosinhos, aos quais se associaram os da Afurada e de Vila do Conde, num total de cerca de 6.000 pescadores em greve. Inicialmente, a greve não teve uma motivação directamente política, mas sim económica. Os pescadores reivindicavam o preço idêntico do gasóleo para os arrastões e as traineiras e o aumento do preço do cabaz do peixe, mas rapidamente a greve se politizou.

O PCP tinha tradicionais dificuldades em entrar no meio piscatório, feito de comunidades coesas e fechadas, muito diferentes dos sectores operários e dos assalariados rurais que constituíam a base de apoio do partido. No entanto, os contactos dispersos do Comité Local do Porto permitiram aos funcionários clandestinos João Honrado, António Pinto Ferreira e Augusto Lindolfo entrar em contacto com alguns pescadores e, até mesmo, participarem numa reunião, realizada a 15 de Junho, junto do Castelo do Queijo, em que teriam estado mais de 300 pescadores e onde foi decidido avançar para a greve, que arrancou no dia seguinte¹⁴⁹.

Os pescadores, organizados em piquetes de greve, deslocaram-se para junto do cais de embarque e impediram o acesso aos barcos, para que estes não pudessem sair para o mar. As famílias juntam-se aos grevistas e as mulheres e os filhos lançam-se para as estradas e para as linhas férreas que serviam o porto de Leixões, impedindo os camiões e os comboios de passar. Nesse mesmo dia, a Direcção da Organização Regional do Norte do PCP emitiu um manifesto com orientações para a organização e desenvolvimento de greves no Norte do país, apelando à constituição de Comités de Greve, à paralisação do trabalho em todas as empresas, à realização de manifestações e de desfiles de rua¹⁵⁰.

A greve dos pescadores provocou em consequência a paralisação da indústria conserveira de Matosinhos, pois as fábricas de conserva não receberam o peixe necessário à normal laboração. Desde o dia 17 que as fábricas conserveiras de Matosinhos, como a *Unitas*, *Gargalo*, a *Bordalo* e a *Garantia*, se encontravam em greve, tendo os trabalhadores promovido uma manifestação reclamando aumento dos salários e em protesto contra a burla eleitoral. Por conseguinte, também aqui o trabalho parou e os operários decidiram juntar-se à greve dos pescadores, organizando uma marcha sobre a cidade. Nesta marcha participaram sobretudo as operárias conserveiras, grande parte

¹⁴⁷“Greves de demonstrações políticas”, *Avante!* VI Série, nº 257, 2ª quinzena de Junho de 1958, p. 1

¹⁴⁸Cf. FERREIRA, Ana Sofia, 2011, <<As greves no Litoral Norte português no agitado verão de 1958>>, in VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo e PEREIRA, Joana Dias (coord.), *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*, 1ª edição, Lisboa, Edições Colibri, p. 121 a 128

¹⁴⁹Entrevista a João Honrado, Beja, 8 de Maio de 2011

¹⁵⁰IAN/TT. PIDE/DGS, Proc.º. 1546/57 SR, Boletim Informativo das Actividades Comunistas, «O Último Movimento Grevista», 16 de Junho de 1958, 6º volume, fl.269-273

delas mulheres, filhas ou familiares dos pescadores que tinham iniciado a greve no dia anterior. A GNR e a PIDE tentaram impedir a realização desta manifestação e prenderam algumas mulheres que participavam na marcha.

No dia 17, a PIDE tentou concentrar os pescadores numa praia da Afurada para os obrigar a embarcar, mas tal estratégia não resultou, porque o piquete de greve dirigiu-se para o local e impediu a concentração. A PIDE começou, então, a procurar os pescadores nas localidades piscatórias e prendeu todos aqueles que conseguiu encontrar. Entre a meia-noite e a meia-noite e meia passaram pela Avenida da Boavista 3 camionetas da G.N.R cheias de pescadores presos¹⁵¹. Esta acção policial alargou a indignação a outras comunidades piscatórias do distrito do Porto e muitos pescadores concentraram-se junto da Capitania da cidade para obrigarem a PIDE a libertar os presos. Perante a recusa da polícia decidiram continuar com a greve até que fossem libertados os companheiros.

Com o arrastamento da greve, a PIDE lançou todos os meios para a travar, pois sem peixe a indústria conserveira continuaria parada e era perigoso manter uma manifestação grevista nos arredores da cidade do Porto, onde os ânimos continuavam exaltados e a população inconformada com a fraude eleitoral. Assim, a 19 de Junho, a PIDE tenta forçar a saída das traineiras a partir da Póvoa de Varzim e procura resolver o abastecimento de peixe à indústria conserveira através da Afurada. Contudo, o estratagema deu, de novo, mau resultado, pois, quando a PIDE chegou a esta localidade piscatória, foi recebida à pedrada, o que deu origem a cenas de violência entre a polícia e os pescadores.

Todavia, partir do dia 20 de Junho, a greve começou a perder fulgor. A fome começava a rondar as casas dos pescadores que havia vários dias não iam ao mar. A PIDE, apercebendo-se disso, advertiu os comerciantes para não venderem fiado, proibiu os pescadores de sair para pescar nos seus pequenos barcos individuais e ameaçou-os com a perda das suas cédulas. Todas estas ameaças acabaram por surtir efeito e no dia 23 de Junho fizeram-se ao mar 16 traineiras. No dia seguinte, todos os pescadores voltavam ao serviço¹⁵².

Porém, o movimento grevista do Porto não se cingiu somente às greves dos pescadores de Matosinhos e da Afurada. Alguns dias depois, a 23 de Junho, isto é, quando a greve dos pescadores terminava, o movimento alastrou-se ao sector têxtil entrando em greve a *Empresa Fabril do Norte*, mais conhecida por *Fábrica dos Carrinhos*, na Senhora da Hora. Quando a notícia chegou à *EFACEC*, uma grande empresa de material mecânico, das mais importantes da cintura industrial do Porto, onde o PCP tinha influência considerável, começaram as movimentações para também

¹⁵¹IAN/TT. AOS/CO/PC – 51, pasta 5, “Actividades oposicionistas pré e pós eleitorais”, fl. 90

¹⁵²PEREIRA, Pacheco, 2005, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política: o prisioneiro (1940-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, vol. III, p. 656-657

aderirem à greve. Pacheco Pereira refere que “são os patrões que convidam os operários para se reunirem na cantina e, ao toque da sirene, um grupo de operários percorreu a fábrica apelando à greve”¹⁵³. Na realidade, o apoio de patrões à greve dos operários não aconteceu apenas na *EFACEC*, mas, também, em outras empresas do país, como é referido num manifesto da Comissão Política do Comité Central do PCP: “Estas acções da classe operária estão a ser acolhidas com simpatia pelos patrões e têm o apoio de toda a população, incluindo os comerciantes, havendo alguns que se solidarizaram com os grevistas e se mostraram dispostos a prestar-lhes ajuda”¹⁵⁴. No dia 23 de Junho, eram cerca de 1.000 operários em greve – da *Empresa Fabril do Norte*, *EFACEC* e da *Marinhos*. Os grevistas dirigem-se ainda à fábrica *Leonesa* para apelar à greve, mas quando lá chegaram, esta encontrava-se cercada pelas forças da PSP e da GNR

No dia seguinte, a cidade festejava o S. João. Os trabalhadores da *EFACEC* pensavam voltar ao trabalho a 25. Contudo, o Governo mandou encerrar a fábrica para apurar responsabilidades sobre a paralisação, situação que se manteve durante um mês. José Teixeira Bonifácio, trabalhador na *EFACEC* na época refere: “A greve foi no dia 23 de Junho, com intenção de irmos para o S. João e no dia seguinte víamos trabalhar, mas a fábrica esteve encerrada até ao dia 22 de Julho (...). Durante esse mês alguns engenheiros da direcção organizaram-se e distribuíam algum dinheiro a alguns trabalhadores”. A PIDE trataria entretanto de iniciar a vaga repressiva e “começou a fazer prisões (...) e apareceu com a viuvinha numa tasca, no Monte da Mina, onde nos encontrávamos todos. [...] Durante o encerramento foram presos 13 colegas”¹⁵⁵.

Estas greves nas principais fábricas da cintura industrial do Porto já não tinham motivos económicos mas eram uma forma de protesto contra a fraude eleitoral. O Partido Comunista, que tinha contactos e organização em várias destas fábricas, tentou enquadrar e organizar este movimento grevista orientando-o para uma forma de contestação ao regime.

O Governo procurou reprimir as greves que eclodiam por todo o país, utilizando a força e as prisões para tentar demover os grevistas e incitar os trabalhadores de empresas que ainda não tinham paralisado a continuar a trabalhar. O PCP afirmava que o número de presos tinha chegado aos milhares: “São já milhares os cidadãos portugueses presos pela PIDE [...]. As prisões abarrotam e não chegam pelo que a PIDE já recorreu à Penitenciária, à Câmara Municipal do Porto, etc. [...] As forças repressivas ocupam em força várias terras, provocam a população e cometem violências de toda a ordem, fazendo mesmo uso das armas de fogo por qualquer protesto e mesmo sem

¹⁵³PEREIRA, Pacheco, 2005, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política: o prisioneiro (1940-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, vol. III, p. 659

¹⁵⁴IAN/TT. PIDE/DGS - «As eleições foram falseadas!», A Comissão Política do CC do PCP, 18 de Junho de 1958, proc.º. 1546/57 SR, 4.º volume, fl. 238.

¹⁵⁵UPP – Entrevista a José Teixeira Bonifácio, 21 de Abril de 2001 (E5). Ao referir-se à *viuvinha*, o entrevistado poderá estar a referir-se aos carros da PIDE, que eram *Volkswagen* pretos.

nenhum”¹⁵⁶. Apesar do uso da força, o Governo tinha dificuldades em vencer o movimento e, no 22 de Junho, o Ministério do Interior foi obrigado a admitir, num comunicado publicado nos jornais, a existência de greves no Porto, Almada e Vila Franca de Xira:

“Assim, na sequência da agitação provocada a pretexto do acto eleitoral e sem que se formulassem reivindicações concretas de salários ou outras, verificaram-se recentemente nos concelhos de Almada e Vila Franca de Xira algumas tentativas de paralisação do trabalho em pequenas unidades industriais. O trabalho encontra-se apenas suspenso em algumas empresas que foram encerradas por ordem do Governo até ao apuramento das responsabilidades correspondentes aquelas tentativas. Também em Matosinhos um núcleo de pescadores interrompeu a sua actividade profissional, não a tendo ainda retomado”¹⁵⁷.

Só a partir de 25 de Junho é que a repressão do movimento grevista surtiu algum efeito no Porto. Depois de várias prisões verificou-se uma diminuição do número de trabalhadores em greve, apesar de se verificarem ainda algumas greves de carácter esporádico.

A oposição portuense começava então a procurar novas formas de luta, ao mesmo tempo que prepara um movimento de solidariedade com todos os presos, no sentido de obter a sua libertação.

No PCP prevalecia a linha da *solução pacífica*, o que fez com que o partido só tardiamente decidisse realizar uma jornada de dimensão nacional, empurrado, sobretudo, pelo ímpeto popular. É o apelo a uma *jornada nacional, pacífica, de luta e de protesto a realizar nos dias 1, 2 e 3 de Julho*, em todo o país, que incluiria diversas formas de luta: manifestações, abaixo-assinados, concentrações, greves, uso de gravata preta boicote à compra da lotaria nacional e dos jornais, não utilização dos transportes públicos, não frequentar espectáculos e cinema, não anunciar na rádio.

A adesão a estas formas pacíficas de luta foi bastante significativa nas cidades do Porto e de Lisboa. No Sul, ocorreram, ainda, algumas greves importantes durante estes três dias de jornada pacífica, mas à medida que avançamos ao longo do mês de Julho, constatamos que as greves se vão tornando mais esporádicas. O esgotamento do movimento grevista tornava-se evidente, pois não fora possível, numa situação de grande revolta popular, unir os portugueses na luta pelo derrube do regime. O PCP era a única organização política capaz de liderar o movimento grevista. Porém, ao não querer desviar-se da linha da *solução pacífica* acabou por não ser capaz de conduzir o movimento e de apelar a uma greve nacional que paralisasse o país¹⁵⁸. Não obstante, cerca de 60.000 trabalhadores terem estado em greve por motivos políticos, num acto de denúncia do autoritarismo do regime.

Estas incapacidades e constrangimentos aprofundavam nos sectores mais radicalizados das

¹⁵⁶“Centenas de milhares de portugueses contra a burla eleitoral”, *Avante!*, VI Série, nº 260, número especial de Julho de 1958, pág. 2

¹⁵⁷ “Comunicado do Ministério do Interior”, *O Comércio do Porto*, 22 de Junho de 1958, p. 1 e 8

¹⁵⁸PEREIRA, Pacheco, 2005, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política: o prisioneiro (1940-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, vol. III, p. 656-657

massas a convicção de que se tornava indispensável recorrer a formas superiores de luta, designadamente, a acções violentas, manifestando uma certa desilusão por aquela que achavam ser a moderação do Partido Comunista¹⁵⁹.

1.3. As acções armadas: a Sé e Beja

Durante o período da campanha eleitoral de 1958, Delgado continuou a manter alguns contactos com elementos da hierarquia das Forças Armadas, descontentes com o regime, de forma a preparar um golpe militar, que esteve prestes a deflagrar mas que acabou por falhar. O objectivo deste golpe seria forçar Salazar à demissão. Esta intenção foi revelada ao general Craveiro Lopes, Presidente da República, em fim de mandato, por um comité de oficiais do Exército. Craveiro Lopes recusa-se a demitir Salazar, mas admitiu a hipótese de forçar a demissão do coronel Santos Costa, ministro da Defesa Nacional. É neste contexto, de instabilidade dentro do exército que aquele comité de oficiais constituiu uma Junta Militar, designada a partir de Julho de 1958 por um Movimento Militar Independente (MMI).

A Junta Militar encetou contactos com unidades militares e com grupos de civis. Humberto Delgado encabeçaria a revolta e 2 de Junho seria a data escolhida, a uma semana das eleições. Contudo, a recusa de solidariedade Craveiro Lopes em apoiar o golpe e a assinatura do acordo com Arlindo Vicente, candidato apoiado pelo Partido Comunista, fizeram abortar o movimento.

As eleições tiveram lugar a 8 de Junho, a fraude era evidente e a repressão agudizou-se. Nos meios militares, aqueles que apoiaram Delgado foram transferidos e dispersos. Todavia, a conspiração prosseguiu, com o MNI, a marcar sucessivamente novas datas: 9 de Agosto, 18 de Dezembro e, por fim, 12 de Março de 1959.

O movimento de 12 de Março, planeado como um golpe militar tinha, igualmente, uma considerável participação de civis, sendo Manuel Serra, oficial da marinha mercante, membro da Juventude Operária Católica, o responsável pelo contingente civil, comandando cerca de 300 homens armados, organizados em pequenos grupos, encarregados de prender figuras do regime e de tomar as estações de rádio e os meios de comunicação mais importantes. O principal grupo civil actuaria no exterior da cripta da Sé de Lisboa, onde estavam armazenadas as armas. As unidades militares revoltosas ficaram encarregadas de neutralizar alguns quartéis chave da capital.

O golpe devia ser desencadeado por volta da meia-noite. Porém, o capitão Carlos Vilhena e José Hipólito dos Santos, outro dos civis envolvidos, não obtiveram a adesão esperada do Trem-Auto. Não seria necessário muito mais tempo para Pastor Fernandes e Costa Santos se dirigirem à Sé com ordem para abortar o movimento. Ao posto de comando dos revoltosos chegara também a

¹⁵⁹Entrevista Rui d'Espiney, Setúbal, 10 de Fevereiro de 2012

informação que pelo fim da tarde do dia 11 de Março, o ministério do Exército tinha sido prevenido pela PIDE sobre a possibilidade de eclosão de uma revolta. Tornaram-se conhecidos muitos pormenores do movimento: os nomes de Manuel Serra e Carlos Vilhena, a hora e locais de concentração, a matrícula dos carros dos revoltosos. Havia sido dadas ordens para as unidades militares de Lisboa entrarem de prevenção, com a convocação dos seus comandantes e a activação do Dispositivo de Segurança nº 1. Os membros do Governo refugiaram-se no Quartel do Carmo e a GNR fora mandada patrulhar as ruas de Lisboa e Cascais. Temendo-se um derramamento de sangue, aborta-se o golpe militar. Na manhã de 12 de Março foram detidos o capitão Carlos Vilhena e os responsáveis pelos contingentes civis Manuel Serra, Jaime Conde, Fernando Oneto e Francisco Mateus. As prisões de militares e civis implicados na revolta continuam durante mais alguns dias¹⁶⁰.

Embora ciente das implicações militares a PIDE pensou que esta seria uma revolta perpetrada por movimentos civis, mais ou menos inorgânicos, que tinham surgido durante a campanha eleitoral do ano anterior. Só mais tarde, e por circunstâncias fortuitas, é que a polícia conseguiu perceber o real alcance e importância da revolta.

O MMI revelava-se uma estrutura hierarquizada, de certa envergadura, com trabalho de reflexão anterior, objectivos definidos, uma rede de contactos em unidades militares espalhadas pelo país e com ligações a altas patentes militares. Fala-se da cumplicidade de oficiais superiores do regime, entre elas o ex-Presidente da República Craveiro Lopes e o Presidente do Supremo Tribunal Militar, o general Frederico Lopes da Silva¹⁶¹.

Com o fracasso do golpe da Sé assistiu-se ao exílio de numerosos membros da oposição, directa ou indirectamente envolvidos, nestes acontecimentos, entre os quais o próprio Humberto Delgado, ainda refugiado na Embaixada do Brasil, mas também de Henrique Galvão, Manuel Serra e Luís Calafate. Esta oposição no exterior, exilada sobretudo no Brasil, na Venezuela e em Marrocos, revelou-se bastante activa e determinada a conspirar.

Será o grupo da oposição ligado a Delgado e agora congregado no MNI que, conjuntamente com elementos da oposição espanhola, formará o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), em Janeiro de 1960, cuja acção mais espectacular será o assalto ao paquete *Santa Maria*. O DRIL foi, segundo D.L. Raby, “a expressão orgânica de um movimento revolucionário luso-espanhol com ramificações internacionais de certa importância”, com apoio de Cuba, do México, da Venezuela e da Jugoslávia¹⁶². O grupo de espanhóis e portugueses que se juntaram no DRIL comungava de um profundo descontentamento com o imobilismo da luta da oposição e manifestava

¹⁶⁰Cf: MARTINS, Susana, 2008, “O Golpe da Sé é desarticulado”, in PAÇO, António Simões do, (Coord.), 2011, *Os anos de Salazar*, Lisboa, Planeta DiAgostini, vol. 16, p. 31 a 42

¹⁶¹Cf: MARTINS, Susana, 2008, “O Golpe da Sé é desarticulado”, in PAÇO, António Simões do, (Coord.), 2011, *Os anos de Salazar*, Lisboa, Planeta DiAgostini, vol. 16, p. 42 a 43

¹⁶²RABY, Dawn Linda, 1990, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*, trad. Port. s.l., Salamandra, p. 63

disposição para iniciar a acção armada e directa.

Em Fevereiro de 1960, ocorreram, em Espanha, os primeiros atentados reivindicados pelo DRIL. É por esta altura que Henrique Galvão (delegado plenipotenciário de Humberto Delgado) começou a preparar a *Operação Dulcineia*. O plano consistia no desvio de um navio para chegar à ilha espanhola de Fernando Pó, no Golfo da Guiné, onde seria possível apoderar-se de um navio de guerra e de armamento, e seguir para Angola, onde se ligariam a um movimento insurreccional local e proclamariam um governo revolucionário.

A 20 de Janeiro de 1961, vinte operacionais conseguiram entrar armados no paquete *Santa Maria*, disfarçando-se de passageiros ou tripulantes. No dia seguinte, em Curaçau, entraram os restantes quatro elementos do comando operacional. O navio foi tomado apenas com um incidente, em que após uma troca de tiros morreu um oficial e foi ferido gravemente outro, o que obrigou o navio a fazer uma escala na ilha de Santa Luzia para facilitar a assistência humanitária para tratamento do ferido. Seguiu para águas internacionais com o objectivo de chegar a África, e o nome do paquete foi mudado para *Santa Liberdade*¹⁶³.

Entretanto, o governo português iniciou uma campanha de condenação da operação, apelidando-a de acto de pirataria e invocando a NATO para pressionar a França, a Inglaterra e os EUA a agir em retaliação. A França recusou liminarmente o pedido mas a Inglaterra e os Estados Unidos chegaram a enviar vasos de guerra e aviação para interceptar o navio sequestrado. Contudo, a contestação da oposição trabalhista, na Inglaterra, obrigou o governo conservador a retirar, e o Presidente Kennedy recuou na ordem de abordagem ao paquete.

O assalto ao *Santa Maria* teve grande impacto na imprensa internacional e, à condenação inicial da acção, seguiu-se a leitura política do acontecimento, favorável aos sequestradores. Começaram as negociações entre o governo de Kennedy e os ocupantes revolucionários para permitir o desembarque dos passageiros. O navio continuou em águas internacionais, ao largo de Recife, à espera que o presidente brasileiro Kubitschek de Oliveira cessasse funções e tomasse posse Jânio Quadros, que era simpatizante das pretensões dos revolucionários. A 1 de Fevereiro, depois da sua posse, começaram as negociações. A 2 de Fevereiro, deu-se o desembarque dos passageiros e da tripulação e, no dia seguinte, os activistas chegaram a um acordo com as autoridades brasileiras para entregar o navio em troca de asilo político.

O assalto ao *Santa Maria* chamou a atenção mundial para os propósitos da oposição portuguesa, principalmente, a ligada a Delgado e a Galvão. Mostrou também o isolamento a que estava sujeito o regime salazarista na cena política internacional e colocou de forma insofismável a

¹⁶³Cf: CASTRO, Pedro Jorge, 2010, *O inimigo nº 1 de Salazar: Henrique Galvão, o líder do ataque ao Santa Maria e do sequestro do avião da TAP*, Lisboa, Esfera dos Livros

questão da luta armada como uma via para derrubar a ditadura¹⁶⁴.

Mas o fracasso da *Operação Dulcineia* agudizou também as divergências entre Delgado e Galvão. Estávamos perante duas perspectivas diferentes do rumo que deveria levar o combate contra a ditadura. Henrique Galvão fazia do assalto ao *Santa Maria* uma vitória, um grande momento do movimento revolucionário português que tinha aberto novas perspectivas na luta contra o regime que, segundo ele, deveria passar por mais acções de carácter espectacular que pusesse a luta contra o regime no centro das atenções mundiais. Para Delgado, o assalto ao *Santa Maria* tinha sido um fracasso militar e continuava a acreditar que o regime só poderia cair com um golpe militar. O general sempre teve como estratégia a realização de golpes militares, o envolvimento das forças armadas na queda do regime e não estava disposto a abdicar desta sua visão, rejeitando a hipótese de enveredar por acções revolucionárias perpetradas apenas por elementos civis. Delgado repudiava que a *Operação Dulcineia* tivesse criado novas hipóteses revolucionárias e tencionava relançar o seu plano de realizar uma revolta militar em Portugal, apesar de três revoltas por si planeadas terem falhado. Por seu lado, Galvão continuava a defender que a *Operação Dulcineia* tinha aberto novas perspectivas revolucionárias à oposição portuguesa, que estas deviam ser utilizadas para fazer novas acções contra o regime que não fossem golpes militares, que até aí sempre tinham sido gorados¹⁶⁵. Estava consumada a divisão entre Galvão e Delgado, em torno da questão da via para o derrube do regime.

O fracasso da *Operação Dulcineia* e as divergências com Delgado levaram a oposição ligada a Henrique Galvão a pensar em outras acções para provocar o derrube da ditadura. Galvão planeia com Hermínio da Palma Inácio a *Operação Vagô*, o desvio um avião da TAP que fazia a ligação Casablanca-Lisboa, naquela que é considerada a primeira acção de “pirataria aérea” internacional, que se destinava a lançar panfletos políticos sobre Lisboa e várias cidades do sul do país.

Ainda que a ideia de preparação do assalto a um quartel no interior do país pertencesse ao grupo de Delgado, não se descartava completamente a possibilidade de articulação entre ambos os planos. Apesar de os dois chefes estarem em completo desacordo, os membros dos grupos de cada um deles continuavam a ter ligações e consideravam que os planos do desvio do avião e do assalto a um quartel militar deviam estar articulados. Assim, sem que Delgado ou Galvão tenham conhecimento, Manuel Serra encontrou-se com elementos ligados a Galvão, como Camilo Mortágua e Palma Inácio, entre outros, e começaram a delinear a articulação dos dois planos¹⁶⁶.

¹⁶⁴MOTA, Francisco Teixeira, 2011, *Henrique Galvão: Um Herói Português*, Alfragide, Oficina do Livro, p.

¹⁶⁵ROSA, Frederico Delgado, 2008, *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 887-889

¹⁶⁶ROSA, Frederico Delgado, 2008, *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 889

A ideia era que o desvio do avião se fizesse no mesmo dia do assalto e que os panfletos lançados deveriam apelar a um amplo movimento de massas que apoiasse os revoltosos. Porém, a vinda de Manuel Serra para Portugal, vindo de Marrocos, as dificuldades de comunicação que se estabeleceram entre os dois grupos e a agudização das divergências entre Delgado e Galvão, ambos em Marrocos, levaram a que o desvio do avião se realizasse a 13 de Novembro, véspera das eleições, sem que houvesse a indicação de que se iria realizar o pronunciamento militar.

O desvio do avião teve bastante repercussão a nível interno e externo e demonstrava, mais uma vez, que a oposição ao regime estava activa e disposta a enveredar por acções mais radicais e violentas para derrubar o regime.

Manuel Serra estava no interior do país desde Junho de 1961, com uma credencial de Humberto Delgado que fazia dele seu representante para preparar a operação, encetar os primeiros contactos e aferir as condições para levar a cabo a revolta. Era a preparação da *Operação Ikaro*. Em seis meses reatou ligações com os sectores conspirativos da oposição, aglutinou militantes comunistas e ex-comunistas ligados a Edmundo Pedro e Fernando Piteira Santos, socialistas, católicos e militares.

Apesar de o PCP ter-se sempre formalmente demarcado desta iniciativa, como aliás também da Revolta da Sé, muitos militantes, à revelia da sua direcção, acabariam por participar. Sem abdicar desta posição, o Partido Comunista foi, no entanto, acompanhando de perto os respectivos processos preparatórios e as sanções em relação aos seus militantes que participaram em Beja foram tomadas imediatamente após a tentativa militar¹⁶⁷.

Depois do assalto ao quartel, que contaria com cumplicidades militares no seu interior, saíam colunas mistas armadas com vista à neutralização das forças policiais e da propagação do movimento aos regimentos vizinhos, seguindo-se a ocupação da maior área possível do território nacional, de forma a conseguirem derrubar o regime. A região inicialmente escolhida era o Algarve, que do ponto de vista estratégico permitia libertar uma região do país e oferecia a vantagem de ser a região mais indicada para o desembarque de Humberto Delgado vindo de Marrocos. Mas, em Agosto, começaram a correr rumores que o governo sabia da existência deste plano o que originou uma quebra de predisposição nos sectores envolvidos, levando à alteração dos planos, tendo sido escolhida a região do Alentejo para pólo de irradiação do movimento. A partir daí o que se pretendia era ocupar o Quartel de Beja e tomar a cidade; enviar colunas civis para sul, cortando os acessos ao Algarve; dinamitar os pontos de acesso ao norte da cidade; permitir a entrada de Delgado, vindo de Marrocos; e galvanizar a participação popular e os apoios militares¹⁶⁸.

¹⁶⁷Sobre o assalto ao Quartel de Beja ver: PEDRO, Edmundo, 2011, *Memórias. Um combate pela liberdade*, Lisboa, Âncora, Vol. II, p. 311-363; e SANTOS, José Hipólito dos, 2012, *A Revolta de Beja*, Lisboa, Âncora Editora

¹⁶⁸ROSA, Frederico Delgado, 2008, *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*, Lisboa, Esfera dos Livros, p.

Delgado, impaciente, não esperou o desencadear o golpe para entrar no país. A 30 de Dezembro de 1961, um dia antes de se desencadear a revolta, entrou clandestinamente em Portugal e contactou Carlos Vilhena, que decidiu esconder da rede clandestina a presença do general no país. Assim, é com desconhecimento absoluto do paradeiro de Delgado que Manuel Serra decidiu avançar com a acção.

As portas do quartel foram abertas pelos militares alinhados com a conspiração, de modo a que grupos de militares e civis tomassem as instalações e neutralizassem o comandante do quartel. O capitão Varela Gomes liderava o grupo militar. Quando se preparava para entrar no gabinete onde estava o major Calapez, comandante do quartel, este disparou e Varela Gomes foi gravemente ferido. Um alerta do governo tinha deixado as unidades de prevenção. Gerou-se a desorientação e os planos iniciais foram-se desmoronando. Humberto Delgado, ao chegar a Beja, compreendeu o fracasso do golpe e retirou-se para o Norte. Parte dos protagonistas civis e militares do golpe acabariam detidos em vários pontos do país, abortando por completo a acção. O golpe falhou, sobretudo, devido à falta de coordenação e ao facto de os revoltosos terem subestimado a resistência das forças fiéis ao regime¹⁶⁹.

O falhanço do golpe de Beja significou o desmoronamento do projecto de golpe militar com ramificações dentro do regime que Delgado tinha concebido desde as eleições de 1958. O início da guerra colonial, as mudanças nas chefias militares e a prisão dos oficiais implicados na revolta de Beja fez com que restasse a Delgado apenas o apoio dos oficiais de patente intermédia, que eram aqueles que tinham participado na sua campanha para as eleições presidenciais de 1958.

A revolta de Beja, derrotada, seria a última das tentativas revolucionárias de Delgado e o último dos pronunciamentos militares até ao 25 de Abril.

1.4. Lampejos de violência no movimento grevista de 1962

Em 1962, o *Avante!* esclarecia na primeira página da edição de Fevereiro: “no 31 de Janeiro mais de 50 mil pessoas nas ruas do Porto gritaram: <<PORTUGAL SIM! SALAZAR NÃO>>¹⁷⁰. Era o início de um conjunto de manifestações de rua que iriam ocorrer na primeira metade desse ano no Porto, em Lisboa, em Almada, Aljustrel, Couço e outras localidades do país.

Alexandre Castanheira, responsável pela organização do Partido no Norte, sublinha que as prisões ocorridas em finais de 1961, de três elementos do Secretariado do Comité Central, Pires Jorge, Octávio Pato e Carlos Costa, tinham deixado a organização do Norte isolada, sem conseguir

889, 890

¹⁶⁹Cf: SANTOS, José Hipólito dos, 2012, *A Revolta de Beja*, Lisboa, Âncora Editora, p. 91 a 115

¹⁷⁰“No dia 31 de Janeiro mais de 60.000 pessoas no Porto gritaram <<Portugal, Sim! Salazar, Não!>>, *Avante!*, Fevereiro de 1962, nº 313, p. 1 e 4

estabelecer ligações com o Partido. Dentro deste contexto, ele decidiu contactar o Comité Local do Porto para que, apesar dessas circunstâncias, o Partido se mantivesse em actividade na região. Foi definida uma estratégia de acção que passava pelo aproveitamento das comemorações do 31 de Janeiro que todos os anos era assinalado pelos democratas do Porto. A ideia era fazerem uma manifestação de rua diferente do habitual jantar comemorativo, e colocar uma placa com o nome de Rua 31 de Janeiro na Rua de Santo António. Para o efeito, imprimiram panfletos e tarjetas a apelar à manifestação, acrescentando outras consignas - contra a guerra colonial, contra as más condições de vida dos trabalhadores. Este material de propaganda foi deixado de noite nas caixas dos correios, lançados do cimo da Torre dos Clérigos, e caindo dos estribos traseiros dos eléctricos quando estes subiam as ruas íngremes da cidade¹⁷¹.

Segundo o *Avante!*, nesse dia à tarde, cerca de 100 mil pessoas estariam na rua para assistir à colocação da placa de cartão com o nome da rua¹⁷². Mas, para alguns participantes na manifestação, esta estimativa é manifestamente exagerada e deveriam ser à volta de 10 mil manifestantes, número, em qualquer dos casos bastante expressivo¹⁷³. Relatos presenciais referem que pelo final da tarde, as ruas de Santo António e dos Clérigos, assim como a Avenida da Liberdade, no Porto, ficaram intransitáveis, tal era o grande número de pessoas lá concentradas. A polícia procurou dispersar à bastonada, disparando mesmo rajadas de metralhadora mas isso não impediu que os manifestantes partissem as vitrinas dos jornais *Diário da Manhã* e *Diário do Norte* e que respondessem à polícia atirando pedras. A manifestação prolongou-se até à 1 hora da manhã, tendo resultado em várias prisões e feridos¹⁷⁴.

O sucesso desta manifestação fez com que o PCP decidisse organizar outra para o dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Pelas 18:30 começaram a juntar-se na Praça da Liberdade um grande grupo de pessoas, que o PCP estimou em 20 mil. Na Rua da Fábrica, rapazes e raparigas começaram a levantar dísticos onde se lia “AMNISTIA!”, “VIVA A LIBERDADE”, PAZ SIM, GUERRA NÃO”, ABAIXO SALAZAR”. A manifestação começou a subir a Rua 31 de Janeiro e as companhias móveis da PSP começaram a carregar violentamente contra os manifestantes que se refugiaram nos cafés e nas lojas, ainda abertos. A polícia lançou jactos de água colorida de azul sobre a multidão para a dispersar, por um lado, e por outro, facilitar a identificação dos manifestantes que fugiam. Mais uma vez, a violenta carga policial faz vários feridos e algumas prisões e mais uma vez, os manifestantes respondem à carga policial com pedras¹⁷⁵.

¹⁷¹CASTANHEIRA, Alexandre, 2003, *Outrar-se ou a Longa Invenção de mim*, Porto, Campo das Letras Editores, p.154

¹⁷²“No dia 31 de Janeiro mais de 60.000 pessoas no Porto gritaram <<Portugal, Sim! Salazar, Não!>>*Avante!*, Fevereiro de 1962, nº 313, p. 1

¹⁷³Entrevista a Ricardo Lima, Porto, 23 de Abril de 2012

¹⁷⁴Entrevista a Ricardo Lima, Porto, 23 de Abril de 2012

¹⁷⁵“Apelo para o 1º de maio do Partido Comunista Português”, *Avante!*, VI série, 314, Março de 1962, p. 1

Após a manifestação do 31 de Janeiro e do 8 de Março, no Porto, o PCP, já recomposto do desaire do ano anterior, começou a preparar as manifestações do 1º de Maio, que deviam ocorrer um pouco por todo o país embora com maior incidência em Lisboa e no Porto. Ainda em Março, num apelo para o 1º de Maio publicado no *Avante!*, afirmou-se que a elevação do nível das lutas populares estava a criar “as condições indispensáveis para o levantamento nacional que derrubará o fascismo”¹⁷⁶. Implicitamente admitia-se a proximidade do derrube do regime, o que é confirmado por um artigo de Álvaro Cunhal na *Revista Internacional*, significativamente intitulado “Nova fase da luta em Portugal”. Aí o dirigente comunista afirma, por exemplo, que “A hora aproxima-se em que a ditadura fascista de Salazar será derrubada”¹⁷⁷. Este optimismo explica porque as comemorações do 1º de Maio eram vistas como as primeiras de um conjunto de acções de rua que o PCP perspectivava para esse mês.

É neste contexto que em Abril, na vila mineira de Aljustrel, combinou-se a comemoração do segundo aniversário de uma greve por aumento dos salários que levou ao despedimento de 12 trabalhadores e à ocupação do fundo da mina e do sindicato corporativo por 150 mineiros e suas famílias, com a preparação do 1º de Maio. O lançamento de dois foguetes, convocava a população da vila. Homens e mulheres encaminharam-se para o quartel da GNR gritando “Abaixo a guerra de Angola!; Amnistia, Amnistia!; Abaixo o Salazarismo!”. Uma patrulha da Guarda que regressava ao Quartel cruzou-se com a multidão irada que lhes lançou pedras e vaias.

Na rua central da vila, o comandante da GNR e três soldados da mesma força haviam, a custo, conseguido dispersar pequenas concentrações de pessoas, que conseguiram reagrupar-se. A GNR julgava que o seu posto ia ser assaltado. Sete soldados da GNR sob o comando de um 2º sargento enfrentaram a multidão para a dispersar, sendo recebida com pedras, empurrões e, segundo os guardas, tiros de caçadeira. Amedrontados com a situação foram dadas ordens para utilizar a força: “Em face da situação e das ordens existentes, o comandante da força deu ordem para se fazer uso das armas e a execução de algumas descargas para o ar. Como a multidão não se intimidasse e continuasse a agredir a força, foram feitos tiros para eles em pontaria baixa, de que resultou terem sido atingidos alguns manifestantes”. À força de tiros a manifestação foi dispersada. Daqui resultaram dois mortos – António Adângio, 27 anos, militante do Partido Comunista, e Francisco Madeira, 41 anos, ambos mineiros e residentes em Aljustrel, e vários feridos¹⁷⁸.

O ambiente efervescente em vários pontos do país explica que a polícia se prepare para o dia 1 de Maio. Esperava-se uma grande manifestação em Lisboa, mas também outras, embora mais

¹⁷⁶“Apelo para o 1º de maio do Partido Comunista Português”, in *Avante!*, VI série, 314, Março de 1962, p. 1

¹⁷⁷CUNHAL, Álvaro, 1962, “Nova Fase da Luta em Portugal”, *O Militante*, III Série, nº 114, Março de 1962

¹⁷⁸Cf. MADEIRA, João, FARINHA, Luís e PIMENTEL, Irene, 2007, *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 362-364; FONSECA, Inês, 2008, *Dois Mortos em Aljustrel*, in PAÇO, António Simões do (coord.), 2008, *Os anos de Salazar*, vol. 19, Lisboa, Planeta De Agostini, p. 74 a 85

pequenas, noutros pontos do país. A preparação do 1º de Maio assenta na percepção, por parte, sobretudo, do sector estudantil e de algum operariado, de que era preciso radicalizar a luta. Esta era aliás a orientação que o PCP lhe imprimia, ainda que, com o cuidado de evitar qualquer deriva para o putschismo ou para as acções violentas.¹⁷⁹

No dia 1 de Maio, no Porto, à medida que o dia ia avançando milhares de pessoas começavam a concentrar-se nos passeios das ruas da baixa da cidade. Porém, desde manhã que a polícia começara a montar um forte dispositivo policial. Grupos de policias armados recebiam constantemente ordens do Comando, através de carros-patrolha, para que não permitissem que na Praça da Liberdade, Avenida dos Aliados, Praça do Município e outras artérias, os transeuntes formassem grupos ou parassem nos passeios ao mesmo tempo que policias sinaleiros cortavam todo o trânsito rodoviário que se dirigia para àquela zona da cidade, à excepção das viaturas com matrícula estrangeira. Porém, depois de breves avisos a apelar à dispersão, dois carros-tanque do exército lançaram potentes jactos de água azul sobre a multidão que fugia para dentro de qualquer porta aberta, quer fossem cafés, estabelecimentos comerciais ou, até, residências, estabelecendo-se a confusão. Mas, a manifestação só acabou perto da uma hora da manhã tendo dado entrada no Hospital de Santo António 34 pessoas com ferimentos diversos¹⁸⁰.

Segundo José Magro, que em 1962 fazia parte da *troika* dirigente do PCP para a região de Lisboa, juntamente com Rogério de Carvalho e Francisco Martins Rodrigues, tinham decidido avançar acções de rua, ainda que a situação interna apresentasse dificuldades. Magro sublinha que:

“no sector operário, por mim agarrado, a situação estava longe de ser brilhante: algumas traições, antigas ou mais recentes, haviam enfraquecido de momento a confiança da classe no Partido, o que se reflectia no recrutamento, na organização e no próprio trabalho de direcção: não havia sequer um comité local. Todavia, não obstante esta débil situação orgânica, os quadros mais destacados são ganhos para a ideia de luta. [...] Em vários sectores foram montados aparelhos especiais de agitação para a elaboração e distribuição de manifestos, tarjetas, inscrições, etc. Já próximo da data, foi criado um organismo especial de coordenação dos vários sectores com predomínio operário, mas com a participação de um funcionário da juventude e outro elemento do sector intelectual, transformado na véspera em organismo de direcção de luta, com a minha participação e a do Secretariado na pessoa do Lourenço. A agitação era de facto grande em Lisboa. Muitas vezes tive de desistir de telefonar de uma cabine por estar infestada de papeis. Num último manifesto da Organização Regional do Partido, com larga divulgação, convidando a população a aderir, era colocada concretamente a realização de uma concentração para o Terreiro”¹⁸¹.

¹⁷⁹IAN/TT – TCL, 1º JC, Pr. 16395/63, RA, *O <<Putschismo>> continua a ser um perigo que devemos combater*, Abril de 1962, mns, p. 4, apenso a fl. 67

¹⁸⁰“As comemorações do 1º de Maio no País. A acção policial no dia 1º de Maio no Porto”, *O Primeiro de Janeiro*, 3 de Maio de 1962, pág. 8

¹⁸¹MAGRO, José, 1975, *Cartas da prisão*, Lisboa, edições Avante, p. 83 a 86

O PCP procurava organizar grupos de acção legais, as Juntas de Acção Patriótica (JAP's), que pudessem organizar e dirigir legalmente as manifestações, ao mesmo tempo que eram dadas indicações aos militantes responsáveis por cada um dos sectores para criar nas empresas grupos de incitamento à participação na manifestação.

Em Lisboa, a manifestação fora convocada com semanas de antecedência para a Praça do Comércio. O Ministério do Interior tinha tido conhecimento prévio desta acção pois durante semanas tinham sido espalhados panfletos pela cidade, e tomou disposições para impedir a sua concretização. Foi montada uma apertada vigilância às estações marítimas e ferroviárias, bem como aos estabelecimentos fabris localizados na periferia da capital, sobretudo na margem Sul do Tejo, bem como dispositivos de segurança que abrangiam toda a zona da Baixa da cidade.

No dia 1 de Maio, a partir das 18 horas, registou-se grande afluência de pessoas às ruas da baixa, dirigindo-se para a Praça do Comércio, onde o movimento aumentava de minuto a minuto. Às 18:30 – à hora marcada para a concentração – o movimento de pessoas era já impressionante, agrupando-se junto à placa central da Praça. Pelo meio circulavam carros-patrulha da PSP e dispunham-se as forças da polícia de choque com equipamento de combate. Cerca das 18:45, desembarcaram numerosos operários procedentes do Barreiro e verificou-se o primeiro incidente, rastilho para uma reacção em cadeia: um indivíduo que desobedecera a uma intimação foi preso por vários agentes da PSP, que o cercaram e conduziram para a esquadra da Rua do Comércio, que a multidão ocupou, querendo libertar o detido. Instantaneamente intervieram as forças de choque que procederam à evacuação da Praça, porém, os manifestantes logo se reagruparam e dividiram-se em grossos núcleos que se espalharam pelas Ruas do Ouro, Augusta, da Prata, Figueiros e Madalena, o que levou ao fraccionamento das forças de choque que tinham de se dividir para perseguir os vários grupos que ripostavam à violência policial com pedras e com o uso das placas de sinalização do trânsito que arrancavam pela base. Na Rua da Madalena, durante cerca de meia hora, houve troca de tiros entre a PSP e os manifestantes, tendo sido atingidas algumas pessoas, uma das quais mortalmente. No Rossio, no Largo de D. João da Câmara e na Praça da Figueira, a polícia utilizou granadas de gás lacrimogéneo, o carro lança-jactos de água-tinta de azul e armas de fogo para dispersar a multidão. Na Rua do Ouro, frente ao elevador de Santa Justa, um grupo de manifestantes deteve, com um poste de sinalização, um carro da PIDE, cujos ocupantes pretenderam agredir. Pouco depois, ao cimo das escadinhas de Santa Justa, outro grupo atacou alguns agentes daquela corporação, que tinham detido vários manifestantes e feriu um deles na cabeça¹⁸².

Toda a baixa da cidade era um centro de agitação provocada pelos manifestantes que

¹⁸²“As comemorações do 1º de Maio no País. Os graves acontecimentos em Lisboa”, *O Primeiro de Janeiro*, 3 de Maio de 1962, pág. 8

teimavam em resistir e tentavam, por vezes com êxito, alargar a sua acção. Só cerca das 20:15, quando as forças de cavalaria e infantaria da GNR, fizeram a sua aparição no Rossio, os tumultos começaram a perder violência. Todavia, os cafés da baixa foram encerrados, a Praça do Comércio foi completamente evacuada, e, a partir das 22 horas, a estação do Rossio, cujas vidraças foram estilhaçadas, foi ocupada por forças policiais. Durante toda a noite manteve-se o dispositivo policial nas áreas afectadas pelos acontecimentos. Houve também tentativas de assalto ao Aljube para libertar os presos políticos. Após os acontecimentos, nas zonas atingidas pelos tumultos via-se dezenas de montras partidas, ruas cheias de vidros, de pedras arrancadas dos passeios e de postes de sinalização de trânsito que haviam sido usados como armas de arremesso. Além de um manifestante morto, ficaram feridas 38 pessoas e 98 foram detidas¹⁸³.

Na Cova da Piedade e em Almada, a GNR apareceu a pé, a cavalo e de jipe, armada com metralhadoras, obrigando as pessoas a dispersar, no entanto, os manifestantes ripostavam com pedras e várias paredes de casas ficaram com marcas das balas disparadas pela polícia.

No Barreiro, os manifestantes que se encontravam no Parque, foram cercados pela GNR, que dispuseram os carros de assalto em volta, lançando tiros para o ar. Os manifestantes conseguiram romper o cerco e dirigiram-se para a Baixa da Banheira, sempre seguidos pelas forças policiais, que aí os atingiu à coronhada, registando-se vários feridos¹⁸⁴.

O PCP tinha, simultaneamente, começado a preparar uma manifestação para o 8 de Maio, data em que se comemorava o 17º aniversário da vitória dos Aliados na II Guerra Mundial. Durante os dias anteriores, começaram a ser distribuídos por todo o país panfletos e tarjetas a apelar a manifestações, o que alertou as forças policiais. Assim, no Porto e em Lisboa, foram dadas ordens aos organismos públicos, bancos, estabelecimentos de câmbio, etc, situados na Baixa da cidade, para fecharem às 17 horas e os estabelecimentos comerciais receberam instruções para fechar ao primeiro sinal de perturbação. O dispositivo policial foi organizado nas ruas da Baixa das duas cidades¹⁸⁵.

No Porto, o centro da cidade foi cercado pelo exército que condicionou a circulação de trânsito e impediu a concentração de pessoas pelo que foi impossível fazer a manifestação.

Em Lisboa, a meio da tarde começou a ser mais intenso o movimento de carros-patrulha, principalmente no Terreiro do Paço, foram evacuados os carros ali estacionados, as carreiras dos eléctricos e autocarros interrompidas ou limitado o seu trajecto. A polícia dispersava grupos de pessoas que se formavam nas ruas da Baixa. Às 18:40 um carro com altifalantes intimidava quem se

¹⁸³“As comemorações do 1º de Maio no País. Os graves acontecimentos em Lisboa”, *O Primeiro de Janeiro*, 3 de Maio de 1962, pág. 8

¹⁸⁴ “As lutas de 1 e 8 de Maio”, *Avante!*, VI série, 317, 2ª quinzena de Maio de 1962, p. 1

¹⁸⁵IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 1067/62 SC PC. NT. 5448 – documentação apreendida a José Magro, p. 31 a 33

quisesse concentrar, ameaçando com a utilização da força. Os manifestantes que se encontravam nos passeios norte do Terreiro do Paço começaram a juntar-se nas Ruas do Ouro, Augusta e Prata e poucos minutos depois das 19 horas, ouviram-se os primeiros tiros, disparados pela polícia na Rua de Santa Justa, junto à Rua do Ouro e a seguir, nas ruas próximas. As pessoas iniciaram uma fuga desordenada, pela Baixa, vários caíram e muitos ficaram feridos, verificando-se a existência de 6 pessoas feridas a tiro, que foram assistidas no Hospital de S. José e um morto. A vigilância manteve-se durante toda a noite, pois esperavam-se novas manifestações, com toda a zona central da cidade ocupada pela polícia. O trânsito que havia sido cortado nos eixos centrais da capital só seria restabelecido noite adentro, embora se mantivessem patrulhas em alguns pontos da Baixa de Lisboa. Também, em Almada, foi montado um fortíssimo aparelho repressivo. A polícia ocupou o largo de Cacilhas, armada de metralhadoras e capacetes de aço. Frente à *Parry & Son's* instalaram-se também metralhadoras prontas a disparar. As pessoas que chegavam nos barcos vindos de Lisboa eram mandadas seguir em fila por determinadas ruas¹⁸⁶.

Noutras localidades da margem Sul do Tejo e no Alentejo as medidas de intimidação exerciam-se sobre os trabalhadores que arriscavam manifestar-se ou fazer greve. No entanto, segundo o *Avante!*, em Alpiarça, Pêro Pinheiro, Alcanena, no Couço, em Beja, Portalegre e outras localidades, houve paralisações do trabalho e concentrações¹⁸⁷.

Os protestos deveriam continuar oito dias depois, a 8 de Maio, data que assinala o fim da Segunda Guerra Mundial. Tornava-se necessário reforçar e melhorar os aspectos organizativos para que a nova vaga de manifestações mostrasse que o movimento de massas se estava a alargar e a radicalizar.

Em Lisboa, a direcção do movimento mantinha-se sob a alçada de José Magro. Nesse dia, o centro da cidade foi ocupado pelas forças de choque da polícia, que instalou armamento automático em locais fundamentais e obrigou ao corte do trânsito e ao encerramento do comércio. Os manifestantes concentraram-se à volta da polícia que, quando percebeu o que se passava, carregou a tiro sobre estes, obrigando-os a dispersar pelas ruas adjacentes, onde ocorreram confrontos à pedrada.

No Porto, nas reuniões prévias à manifestação, analisou-se a importância dos grupos de choque nos confrontos de rua, a melhor maneira de conduzir uma manifestação, as características e os procedimentos dos que iam à cabeça, e na retaguarda e a integração dos manifestantes na manifestação. Foi igualmente discutido a não utilização de armas de fogo para responder à repressão policial, optando-se por armar os manifestantes com paus e pedras.

¹⁸⁶“As anunciadas actividades subversivas”, *O Primeiro de Janeiro*, 9 de Maio de 1962, p.9

¹⁸⁷“As lutas de 1 e 8 de Maio”, *Avante!*, VI série, 317, 2ª quinzena de Maio de 1962, p. 1

Apesar da grande repressão policial, tudo apontava para um crescendo ou, pelo menos, manutenção de altos níveis de combatividade popular, pelo que o PCP decidiu preparar uma nova manifestação para 28 desse mês por coincidir com o 37º aniversário do golpe do 28 de Maio de 1926 que instaurou a Ditadura Militar. Para o efeito, foram definidas as táticas repressivas utilizadas pelas forças policiais nas manifestações anteriores; considerava-se fundamental apelar aos soldados para se juntarem ao povo; decidiu-se criar grupos de direcção legais que pudessem dirigir as massas, brigadas de agitação e grupos de auto-defesa; entendeu-se que a concentração das pessoas devia ser feita por bairro incentivando uma deslocação organizada para S. Bento, ou na impossibilidade de aqui chegar, para a Baixa; sublinhou-se ainda a importância de fornecer indicações aos manifestantes sobre como enfrentar e resistir à polícia¹⁸⁸.

Reclamam-se armas e maior disposição ofensiva nos confrontos com a polícia. Aumentavam os grupos que, não estando directamente dependentes do PCP, estabeleciam contactos para a aquisição e armazenamento de armas. Estes contactos eram estabelecidos no âmbito das JAP e com o que restava das redes que haviam estado envolvidas no golpe da Sé e de Beja.

Numa reunião da Comissão Política do Comité Central, realizada a 10 de Maio, José Magro prevê que “haverá coisas de grande importância em Lisboa” a 28 de Maio, o que o levava a admitir uma maior radicalização do movimento e a propor a utilização de autocarros para erguer barricadas que impedissem o avanço dos blindados policiais e ida aos quarteis para agitar os soldados. Ao mesmo tempo, refere que já estavam formadas entre 20 a 40 brigadas, algumas com dezenas de membros, entre militantes e simpatizantes do partido¹⁸⁹. Todavia, poucos dias antes dessa data, em Lisboa e no Porto, foi desmantelado o aparelho partidário criado para a direcção dessas manifestações, sendo presos, José Magro, membro do Comité Central, José Bernardino, funcionário do Partido, e Manuel Estanqueiro, militante, e dezenas de outros quadros. Além disso, no próprio dia, todos os pontos centrais das cidades foram ocupados por forças policiais fortemente armadas. Tornava-se inviável realizar a manifestação.

Não obstante, em vários pontos do país houve manifestações no 28 de Maio, que foram violentamente reprimidas, como a que ocorreu em Setúbal, em que coube à Junta Patriótica apelar à mobilização popular. A PSP reforçou a sua presença, cortou a circulação do trânsito, agrediu à bastonada e disparou sobre os manifestantes que se aglomeravam no Jardim do Bonfim e na Avenida Luisa Todt, que responderam apedrejando as forças policiais. Os confrontos prolongaram-se até à meia-noite, com vários feridos e dezenas de prisões¹⁹⁰.

Diante da violência da repressão com sucessivas prisões de militantes e quadros do PCP, o

¹⁸⁸IAN/TT – PIDE/DGS, pr.1067/62 SC PC. NT. 5448 – documentação apreendida a José Magro, p. 31 a 33

¹⁸⁹IAN/TT – PIDE/DGS, pr. 1067/62 SC PC. NT. 5448 – documentação apreendida a José Magro, p. 31 a 33

¹⁹⁰ “28 de Maio – dia de protesto contra Salazar”, *Avante!*, VI série, 318, VI série, 318, Junho de 1962, p. 1962, p. 1

clima de insurreição abrandou, mas cresceram no interior do Partido as críticas sobre a orientação dada às manifestações de 1, 8 e 28 de Maio. Na realidade, o povo reclamava armas para combater a repressão, mas o Partido, apesar de radicalizar a luta nas ruas, continuava a dizer que era necessário evitar o terrorismo e o putschismo e que devia ser dada prioridade à unidade do movimento anti-fascista. Um artigo publicado no *Avante!* reflectia esta orientação: “ para passar a uma nova etapa de luta é preciso que seja posta de parte a ideia de que depois das últimas manifestações já só há lugar à luta armada e que todas as outras formas de luta estão condenadas”, esclarecendo, que, “pelo contrário, o que se nos impõe neste momento é levarmos avante o movimento anti-fascista nacional (...), multiplicando as lutas populares contra a guerra, contra a carestia de vida, pelo aumento dos salários”¹⁹¹.

Nos meses seguintes, o movimento foi perdendo fulgor embora em muitos sectores permanecesse viva a ideia que era preciso passar a novas formas de luta mais radicais, à luta armada.

A partir desta altura, a movimentação social e política deslocou-se para os campos do Sul, onde os assalariados agrícolas reivindicavam as 8 horas de trabalho. Muitos destes assalariados tinham participado activamente nas manifestações do 1º de Maio, mas, ao contrário do que sucedeu no resto do país, estas movimentações não se centraram numa data celebrativa e foram momentos sucessivos de concentrações e manifestações, que, segundo o PCP, teria contado com a adesão de mais de 250 mil trabalhadores e que, muitas vezes, resultaram em confrontos directos com a GNR, o que demonstra que a radicalização e a combatividade popular ultrapassava os centros urbanos¹⁹².

O debate acerca do recurso à luta armada para derrubar o regime ganha força dentro deste contexto de radicalização da luta e vai ocupar um lugar central nas polémicas e nas disputas à esquerda. Dentro do PCP, sectores mais radicais, nomeadamente estudantes e operários, reivindicavam a necessidade de recorrer a acções armadas para derrubar o regime¹⁹³. Reivindicavam-se armas nas ruas, engrossava o número daqueles que se manifestavam dispostos a integrar grupos de autodefesa, delineavam-se acções contra o regime

Porém, para a direcção do PCP era altura de refrear os ânimos. Ainda em Maio, Álvaro Cunhal, dava uma entrevista à *Rádio Portugal Livre*, em que instado a comentar as jornadas de luta desse mês, responde de forma contida, limitando-se a dizer que elas estavam a abrir caminho ao fim do regime e define as três tarefas fundamentais do partido: reforçar a organização, alargar a unidade e impulsionar novas lutas populares. Sobre a questão da violência, Cunhal contorna completamente o papel dos grupos e brigadas de choque e autodefesa e opta por explicar a importância do papel da

¹⁹¹“Que fazer?”, *Avante!*, VI série, 318, Junho de 1962, p. 1

¹⁹²“A luta pelas 8 horas de trabalho são conquistadas no Alentejo”, *Avante!*, VI série, Junho de 1962, p. 1

¹⁹³MADEIRA, João, 2013, *História do PCP. Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta da China, p. 399-340

desagregação das Forças Armadas e a consequente descolagem de contingentes de soldados e oficiais para o campo da oposição¹⁹⁴. Para a direcção do Partido, o “levantamento nacional” ainda não era uma perspectiva para o imediato e havia que percorrer um longo caminho. Era esta a indicação que era preciso fazer passar aos militantes e organismos dirigentes, de forma a controlar os impetus esquerdistas. Os meses seguintes foram de esvaziamento do ímpeto popular, voltando-se a colocar a tónica na necessidade de reforçar a unidade democrática.

A questão do uso da violência para derrubar o regime passaria, no entanto, a ser debatida no exterior, no seio da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN). Logo na conferência fundadora da(FPLN)¹⁹⁵, realizada em Roma, de 28 a 30 de Dezembro de 1962, Álvaro Cunhal reconheceu a necessidade da violência, mas no seu entender, esta poderia resultar de um golpe militar, de um movimento de massas prolongado ou de um movimento militar com o apoio de grupos civis armados. A questão que colocava era de natureza estratégica, relacionando-se com a forma de amadurecer e radicalizar a situação, aplicando a cada momento as formas de acção mais adequada, pois o recurso prematuro à violência poderia provocar um recuo do movimento de massas. Cunhal mostrou-se favorável à criação de um grupo armado da oposição, distinto de um exército popular, do qual discordava. Defendeu a necessidade de preparar grupos especializados em acções de sabotagem de infra-estruturas do abastecimento de águas, esgotos, apropriação de automóveis, mas também defendeu a infiltração de militantes em postos militares importantes, nas cadeias e na hierarquia militar¹⁹⁶.

Se o levantamento nacional implicava grandes movimentações sociais e políticas e a desagregação dos aparelhos militares e repressivos, havia, por um lado, que incentivar as lutas de massas e, por outro, criar uma organização militar revolucionária nas forças armadas que pudesse enquadrar essa desagregação e “intervir de forma decisiva numa situação de crise revolucionária”¹⁹⁷.

¹⁹⁴Entrevista de Álvaro Cunhal à Rádio Portugal Livre, *O Militante*, III Série, nº 117, Junho de 1962

¹⁹⁵ No rescaldo das eleições presidenciais de 1958 iniciaram-se movimentações oposicionistas que visavam a criação de uma forte organização unitária capaz de dar continuidade ao enorme entusiasmo popular que pautara toda a campanha presidencial, em especial em torno da candidatura de Humberto Delgado. A saída para o exílio de um conjunto de quadros democratas directamente empenhados neste processo, dinamizou a oposição no exterior e deu-lhe um progressivo protagonismo, sobretudo a partir de 1961. Foi esta renovada frente externa que tomou a iniciativa de constituir um organismo executivo no estrangeiro, que se dedicasse, essencialmente, à representação dos democratas portugueses e ao trabalho de propaganda. O encontro teve lugar em Roma, nos últimos dias de 1962, e dele resultou a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), o nome atribuído ao movimento unitário oposicionista existente no interior, que teria a partir de então uma base de trabalho na Argélia e que funcionou até ao 25 de Abril de 1974. Sobre a constituição da FPLN Cf: MARTINS, Susana, 2013, *Exilados Portugueses em Argel. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965)*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação do professor Fernando Rosas

¹⁹⁶Cf: MARTINS, Susana, 2013, *Exilados Portugueses em Argel. A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado (1960-1965)*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação do professor Fernando Rosas

¹⁹⁷Comité Central do PCP, “*Perspectivas do Desenvolvimento da Luta Nacional contra a Ditadura Fascista*”, Edições Avante!, Janeiro de 1963, p. 2

A grande conclusão a tirar, por parte do PCP, sobre o período 1958-62, é que, apesar de se terem vivido momentos únicos de crise do regime e de grande ímpeto popular, a situação não fora pré-insurreccional e não estavam maduras as condições para o desencadeamento de acções armadas, apesar de, pela primeira vez, o recurso a estas ter sido admitido. Era hora de voltar a defender o reforço da unidade da oposição.

Todavia, estava a abrir-se uma nova fase de luta política em Portugal, com a radicalização de novos e fortes sectores sociais e o aumento das vozes daqueles que, dentro e fora do Partido, criticavam a posição tradicional por este defendida e apelavam ao recurso às armas para derrubar o regime. Vários caminhos se abrem nesse sentido. São caminhos diversos, com distintos protagonistas, diferentes organizações, múltiplos esforços e tentativas.

2. O movimento “marxista-leninista” e o “fapismo”

2.1. Francisco Martins Rodrigues, o derrube violento do regime e o dissídio sino-soviético

O Partido Comunista Português mantinha relações com o Partido Comunista da China. No entanto, apenas em 1958 uma delegação do PCP se tinha deslocado a este país. Alexandre Castanheira, membro do Comité Central do partido, que integrou a comitiva que se deslocou à China, refere que o périplo incluía visitas a obras públicas, a fábricas e à Ópera de Pequim. O interlocutor chinês terá sido Kang Sheng que deu indicações sobre como conduzir a luta nas colónias, referindo que a luta armada era justificada nesse caso. Em relação à situação política em Portugal, Alexandre Castanheira não tem dúvidas que os chineses duvidavam da eficácia do PCP em derrubar a ditadura e fazer uma revolução socialista: “não acreditavam sequer na eficácia da luta dos comunistas portugueses e incitavam-nos a levar para Portugal a orientação de atingir rapidamente a libertação do país a partir da luta armada”¹⁹⁸

No início da década de 60, pouco ou nada se sabia em Portugal sobre o diferendo que opunha a China à URSS, como era bastante grande o desconhecimento relativamente à revolução chinesa. Ocasionalmente, o *Avante!* trazia artigos de propaganda sobre as realizações do comunismo chinês, mas nada que se comparasse com os artigos sobre a União Soviética ou o PCUS. Circulavam textos de Mao e de outros dirigentes chineses, traduzidos do francês por funcionários do partido ou em edições brasileiras, embora raros¹⁹⁹.

Segundo Pacheco Pereira, o PCP via o comunismo chinês como “uma variante do soviético, mais atrasado e mais «camponês», exótico e longínquo”. As especificidades teóricas da obra de

¹⁹⁸CASTANHEIRA, Alexandre, 2003, *Outrar-se ou a Longa Invenção de Mim*, Porto, Companhia das Letras, pág. 101, 102

¹⁹⁹PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores, pág. 125

Mao Tsé-Tung, da história do PCC e da revolução chinesa não eram conhecidas.²⁰⁰.

O PCP foi apanhado pelo conflito sino-soviético num momento crítico da sua história, quando, após a fuga de Peniche de Janeiro de 1960, Cunhal empreendia a crítica à direcção de Júlio Fogaça e à “via da solução pacífica para o problema político português”. Em pleno consulado Khrutcheviano, as posições de Cunhal colocavam-no mais do lado das teses chinesas do que das soviéticas e, por isso, a necessidade de um certo equilíbrio entre a crítica ao “desvio de direita” em Portugal e a defesa da linha da “coexistência pacífica” defendida para o movimento comunista mundial pela União Soviética²⁰¹.

Apesar da escassa informação que chegava a Portugal, através dos materiais soviéticos e franceses era possível, pelo menos para uma pequena parte dos dirigentes comunistas, ter conhecimento e acompanhar a evolução do conflito sino-soviético, quanto mais não fosse através da audição da Rádio Moscovo.

Em Setembro de 1960, o PCP publica no *Militante* o primeiro documento oficial em que é referido, ainda que indirectamente, o conflito sino-soviético, intitulado *Três Problemas de Actualidade*, e que terá sido escrito por Álvaro Cunhal, afirmando designadamente que a linha da “coexistência pacífica” permite “o prosseguimento vitorioso da construção do comunismo e do socialismo, para a libertação dos povos das colónias e dependentes, para o progresso do movimento operário internacional e para a luta geral contra o imperialismo”. Ao mesmo tempo, critica explicitamente os que defendem a via do conflito internacional, afirmando que este “levaria amplas massas populares a desinteressarem-se da luta contra a corrida aos armamentos e a aceitarem como fatalidade a política belicista quando a luta pela Paz é uma tarefa primordial na hora presente”. O texto acaba por se revelar um exercício que oscilava entre a possibilidade da transição ser pacífica e o reconhecimento que não se deve afastar a hipótese de recorrer a meios violentos, uma vez que, no caso português, não se perspectivava que o regime pudesse ser derrubado por via pacífica num curto espaço de tempo:

“Acreditar que a via pacífica para o derrubamento do fascismo é não só possível como a mais provável, espalhar ideias acerca das vias legais e constitucionais para derrubar um regime que nem sequer respeita a sua constituição e as suas leis, é semear perigosas ilusões, diminuir a vontade combativa das massas populares à passividade e ao oportunismo. A crença na desagregação inevitável do fascismo a curto prazo, numa «desagregação irreversível do fascismo» favorece tais ilusões e constitui um factor prejudicial para o desenvolvimento do movimento democrático e popular”²⁰².

²⁰⁰PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores, pág. 125

²⁰¹PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Altheia Editores

²⁰²A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “Três Problemas da Actualidade”, *O Militante*, nº 105, Setembro de 1960

A posição não era fácil. Tratava-se de compatibilizar a correcção do “desvio de direita” com o alinhamento com os soviéticos, aspecto absolutamente essencial para o PCP se manter na sua esfera de influência. Por isso, o Partido Comunista participa na Conferência de Moscovo em Novembro/Dezembro de 1960, e em Março de 1961 divulga um documento sobre os resultados dessa Conferência, em que se reafirma a fidelidade ao PCUS sem que nenhuma referência seja feita ao PC da China. Sobre a via para o derrube do regime, o documento admite a possibilidade da passagem ao socialismo se poder verificar por via pacífica e parlamentar, mas salienta-se que em Portugal ainda não estão definidas as condições dessa passagem, embora se adiantasse que essa possibilidade era praticamente impossível e que “as massas populares terão de recorrer à violência a fim de destruir o aparelho estatal salazarista que se apoia num forte aparelho repressivo e armado”²⁰³.

No ano seguinte, em 1961, Álvaro Cunhal saía do país e instalava-se em Moscovo e as suas posições passaram a reflectir uma maior aproximação à União Soviética. Em Outubro desse ano, Cunhal participou no XXII Congresso do PCUS e no seu discurso fez um rasgado elogio ao PCUS e à URSS, reafirmando o apoio do PCP à política externa da União Soviética. De acordo com Pacheco Pereira, “a razão pela qual Cunhal faz tão rasgado elogio às posições soviéticas não pode ser dissociada das dúvidas existentes no movimento comunista mundial pró-soviético da sua ortodoxia, e do «Krutchevismo» do PCP”²⁰⁴.

Estas dúvidas eram reais e o facto de Álvaro Cunhal ter visto recusada a publicação de textos seus em revistas do movimento comunista internacional parecem confirmá-las. Anos mais tarde, Álvaro Cunhal comentará a este respeito:

“Em relação à luta revolucionária, a acção revolucionária, a perspectiva revolucionária de uma insurreição armada contra o fascismo, não só houve intenso debate interno no nosso país como houve debate e incompreensão internacional. Quero dizer-vos que escrevi mais que um artigo para jornais de outros partidos comunistas e como falava em levantamento popular armado, a censura interna dos jornais, incluindo o Pravda soviético, cortava esta expressão. Estávamos na época em que se apontava a solução pacífica para tudo e naturalmente que a nossa linha revolucionária não era compreendida”²⁰⁵

No entanto, em Janeiro de 1963, o PCP aprovava a primeira declaração crítica em relação ao PC da China e durante esse ano as posições anti-chinesas foram crescendo de tom. Nas reuniões e congressos dos vários partidos comunistas que se foram realizando ao longo desse ano, os

²⁰³O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, Sobre a Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários em Moscovo, Março de 1961, in PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Alêtheia Editores, p. 145

²⁰⁴PEREIRA, Pacheco, 2008, *O um dividiu-se em dois*, Lisboa, Alêtheia Editores, p. 145

²⁰⁵CUNHAL, Álvaro, 1996, *Duas Intervenções Numa Reunião de Quadros*, Lisboa, Edições Avante!

delegados portugueses não deixarão mais de incluir nos seus discursos e mensagens referências críticas ao PC da China.

Francisco Martins Rodrigues, membro do Comité Central e da Comissão Executiva do PCP, surgirá como o primeiro “pró-chinês” dentro do Partido Comunista Português, tendo as suas posições evoluído rapidamente, entrando em clara divergência com a orientação do partido. Em Agosto de 1962, Martins Rodrigues, redigiu um documento em que se mostrava bastante severo com o baixo nível político e ideológico dos quadros do partido, com a fragilidade do trabalho em meio operário e com a quase inexistência de trabalho camponês, concluindo que, desde o IV Congresso, o que fora levado à prática foi uma “aliança operário-burguesa”. Por isso, insistia na necessidade de estudar a sociedade portuguesa numa perspectiva de classe, de modo a definir quais as tarefas e a etapa da revolução no estágio de desenvolvimento da luta de classes em Portugal²⁰⁶. Assim, Martins Rodrigues vai pôr em causa a linha do “levantamento nacional”, colocando-se numa posição de discordância com Álvaro Cunhal. Na reunião do Comité Central de Dezembro de 1962, terá defendido a necessidade de o partido construir uma política baseada na análise marxista-leninista da sociedade portuguesa e terá questionado, juntamente com outros elementos, a posição do PCP quanto às divergências no seio do movimento comunista internacional²⁰⁷. Poucas semanas depois, em Janeiro de 1963, numa carta enviada ao Comité Central, insurgia-se contra o facto de ter tomado conhecimento de um documento assinado por aquele órgão de direcção, de que ele próprio fazia parte, pela rádio, pronunciando-se sobre as divergências no movimento comunista internacional. Nesta carta, discordava dos ataques públicos aos partidos chinês e albanês e condenava o seguidismo do PCP em relação ao PCUS²⁰⁸. O Secretariado do PCP responde a esta carta declarando que Martins Rodrigues se estava a colocar numa posição oposta à linha do partido, mas que ainda poderia emendar as suas posições, pelo que lhe é proposta uma conversa com o secretário-geral.

Numa carta de Abril de 1963, Martins Rodrigues voltaria a colocar a ênfase nas questões internacionais, procurando demonstrar que a tese da coexistência pacífica estava a ser deturpada e que os “desvios de direita” se estavam a tornar dominantes no movimento comunista internacional²⁰⁹.

Durante esta fase, Martins Rodrigues procurou desenvolver contactos para formar uma base

²⁰⁶IAN/TT-PIDE/DGS – Pr. 2163 SC CI(2) – *Informação*, 5 de Março de 1966, fls. 271

²⁰⁷IAN/TT-PIDE/DGS – Pr. 2163 SC CI(2) – *Informação*, 5 de Março de 1966, fls. 271

²⁰⁸[CAMPOS], Francisco Martins Rodrigues, A Declaração do Comité Central de 19/1. Carta ao CC, 30 de Janeiro de 1963, in MADEIRA, João, 2015, Francisco Martins Rodrigues. Documentos e Papeis da Clandestinidade e da Prisão, Ela por Ela e Abrentes Editoras, p. 58-59

²⁰⁹[CAMPOS], Francisco Martins Rodrigues, Acerca do perigo principal no movimento comunista. Carta ao CC, 6 de Abril de 1963, in MADEIRA, João, 2015, Francisco Martins Rodrigues. Documentos e Papeis da Clandestinidade e da Prisão, Ela por Ela e Abrentes Editoras, p. 58-59

de apoio. Como membro da Comissão Executiva, controlava o sector dos “arredores de Lisboa”, a cuja *troika* dirigente pertencia Ângelo Veloso, com quem discutiu algumas das preocupações que o assaltavam em relação à linha do partido. Nitidamente, terá havido uma considerável identidade de opiniões que levou Ângelo Veloso a escrever duas cartas ao Comité Central, pelas quais foi severamente criticado²¹⁰.

A reunião do Comité Central, de Agosto de 1963,²¹¹ realizada em Moscovo, era o momento ideal para se discutir a divergência que se vinha travando entre Martins Rodrigues e o Secretariado do PCP. Nesta reunião, Francisco Martins Rodrigues é confrontado com um informe de Álvaro Cunhal, intitulado *A Situação no Movimento Comunista Internacional*, no qual se declara que a unidade no seio do movimento comunista internacional é precária e a culpa é do Partido Comunista da China que combate a linha política orientadora da União Soviética, levando a cabo uma actividade cisionista, seguindo-se a reafirmação do apoio à linha da “coexistência pacífica”:

“A coexistência pacífica é um factor do desenvolvimento de todo o processo revolucionário mundial, porque nas condições de coexistência pacífica, prossegue vitoriosamente a construção do comunismo e do socialismo, torna-se cada vez mais poderosa e influente a grande criação e fortaleza da classe operária internacional que é o campo socialista, desequilibram-se cada vez mais as forças mundiais em favor do socialismo e desenvolve-se favoravelmente a luta da classe operária nos países capitalistas contra a reacção, contra o fascismo, pela democracia, pelo socialismo e a luta dos povos ainda submetidos ao jugo colonial pela sua independência”²¹².

Nas críticas que faz ao Partido Comunista da China, Cunhal acusa-o de não reconhecer a autoridade e o prestígio do PCUS, de ter uma posição dogmática e sectária e afirma: “discordamos dos nossos camaradas chineses, criticamos a sua actuação e orientação, mas continuamos a considerar o PCC como um partido irmão do nosso, um grande e glorioso partido dum grande e glorioso povo”, embora reconheça que será difícil restabelecer a unidade ideológica no movimento comunista²¹³.

2.2. A FAP/CMLP

Depois da reunião do Comité Central do PCP, de 1963, Martins Rodrigues foi destituído da Comissão Executiva do CC, mas mantido no Comité Central, passando a ser encarado como um dirigente que defendia posições erradas mas a quem era dada a hipótese de reflectir e reconsiderar.

²¹⁰MADEIRA, João, *O efeito Martins Rodrigues e o desvio esquerdista de Maio de 1964 no PCP*, comunicação apresentada no “Colóquio Os Comunistas em Portugal 1921-2008”, PO/BMRR, Novembro de 2008

²¹¹Nesta reunião do Comité Central, a primeira que se realizava fora de Portugal, estiveram presentes Álvaro Cunhal, Francisco Martins Rodrigues, Francisco Miguel, Sérgio Vilarigues, Joaquim Gomes, Pedro Ramos de Almeida e Veiga de Oliveira.

²¹²“A Situação no Movimento Comunista Internacional”, *Avante!*, nº 334, Outubro de 1963, p. 1

²¹³“A Situação no Movimento Comunista Internacional”, *Avante!*, nº 334, Outubro de 1963, p. 3

Martins Rodrigues mostrou vontade de regressar ao país e assumir funções partidárias no interior, mesmo que admitisse não ter condições para integrar organismos executivos. Porém, o Comité Central mostrou-se intransigente na oposição ao seu regresso e foi mandado para Paris, onde ficou incumbido de controlar a organização partidária nesta cidade²¹⁴.

Aqui, iniciou uma série de contactos com trabalhadores imigrados, jovens estudantes e desertores da guerra colonial, iniciando uma série de contactos com militantes jovens, mais radicais, apoiando-se designadamente em Humberto Belo²¹⁵, oficial miliciano que havia desertado. Iniciou também contactos com a Argélia, onde se sediava a FPLN e onde se haviam instalado militantes em ruptura com o partido, como Rui d'Espiney, um quadro estudantil que tivera um papel activo na crise académica e nas manifestações de 1962 como fundador e dirigente da Comissão Pró-Associação dos Liceus e João Pulido Valente, médico que havia saído de Portugal em virtude de pender sobre ele um mandado de captura referentes a um processo de crime comum. Martins Rodrigues decidiu então abandonar o partido e saiu das instalações que lhe haviam sido atribuídas, levando consigo a máquina de escrever, colecções de imprensa e alguns relatórios, razão pela qual viria a ser acusado de roubo²¹⁶.

Estava assim consumada a primeira e mais importante dissidência política e ideológica no Partido Comunista Português, de forma individual, voluntarista, sem base de apoio orgânico, sem quaisquer ligações no interior do país, alinhando-se com o lado chinês no dissídio do movimento comunista internacional, querendo polarizar a pulsão radical que borbulhava nos sectores operários e estudantis do interior mas com os quais não tinha contactos. Historicamente, Francisco Martins Rodrigues colocava-se na raiz da mais importância dissidência política, organizativa e ideológica ocorrida no seio do Partido Comunista Português durante o período de clandestinidade.

Em Janeiro de 1964, Francisco Martins Rodrigues foi expulso do PCP através de uma circular do Comité Central que o acusava de abandono das instalações partidárias, roubo de material e documentação confidencial do partido e de acções divisionistas. Expulso do PCP, Martins Rodrigues, sem dispor de uma base de apoio que o tivesse acompanhado, necessita de divulgar as suas posições políticas de modo a agrupar o mais rapidamente possível o que podia ser agrupado.

O documento *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, de 1963, constitui o documento de sistematização do corpo de críticas que vinha fazendo ao PCP, particularmente entre 1962 e a reunião do Comité Central de Agosto do ano seguinte. Como se tratasse de uma longa

²¹⁴MADEIRA, João, *O efeito Martins Rodrigues e o desvio esquerdista de Maio de 1964 no PCP*, comunicação apresentada no “Colóquio Os Comunistas em Portugal 1921-2008”, PO/BMRR, Novembro de 2008

²¹⁵MADEIRA, João, *O efeito Martins Rodrigues e o desvio esquerdista de Maio de 1964 no PCP*, comunicação apresentada no “Colóquio Os Comunistas em Portugal 1921-2008”, PO/BMRR, Novembro de 2008

²¹⁶MADEIRA, João, *O efeito Martins Rodrigues e o desvio esquerdista de Maio de 1964 no PCP*, comunicação apresentada no “Colóquio Os Comunistas em Portugal 1921-2008”, PO/BMRR, Novembro de 2008

carta dirigida ao Comité Central do PCP, subscrita ainda com o seu antigo pseudónimo de “Campos”, este documento foca-se na questão da luta armada e demarca-se abertamente da linha seguida pela direcção do partido.

Martins Rodrigues considerava que a luta armada era o caminho de luta mais eficaz para derrubar o regime e passar ao socialismo, entendendo que estavam criadas em Portugal condições para o efeito: (I) o país vivia, desde 1961, uma guerra colonial sem fim á vista e que estava a precipitar “rapidamente a crise política, económica e diplomática da ditadura”; (II) tinha aumentado as manifestações populares de desagrado perante o aumento das más condições de vida; (III) já tinha sido ensaiada a primeira acção armada com o assalto ao Quartel de Beja, em 1962; (IV) a “pequena-burguesia” e os estudantes deixaram de acreditar numa saída constitucional e “orientam-se no sentido da insurreição armada” A grande crítica que dirigia ao PCP é que, tendo o partido consciência que o regime atravessava uma grave crise, não retirava daí as conclusões teóricas e práticas necessárias e continuava a afirmar que, apesar da conjuntura favorável, não estavam criadas as “necessárias condições que permitam levar o movimento a etapas superiores”²¹⁷. Para a Direcção do Partido Comunista, só a luta de massas pode levar ao derrube do regime, enquanto Martins Rodrigues entende que a guerra colonial agudizou a luta de classes em Portugal e radicalizou a luta do proletariado que reclama passar a formas de luta mais radicais e violentas.

Para o ex-dirigente do PCP não se trata de subalternizar a importância da luta de massas, que continua a ser importante, sendo indispensável que se multiplicassem grandes acções de massas, greves, manifestações, comícios e choques com o aparelho repressivo fascista. No entanto, estas deviam ser impulsionadas e apoiadas pela acção armada e o partido devia saber combinar as acções violentas com as acções pacíficas.

Em *Luta Pacífica e Luta Armada* estabelecem-se as principais orientações e procedimentos para desencadear acções revolucionárias de cunho violento, considerando premente “dominar a táctica de luta militar começando pelas pequenas acções, forjar os quadros, a disciplina, a aptidão para o combate, aprender a bater-se”²¹⁸. Do mesmo que se tornava necessário estudar cuidadosamente as experiências revolucionárias de outros povos, aprender com os seus sucessos e os seus erros, elaborar uma estratégia e uma táctica, criar quadros, obter armas e outros materiais.

São pequenos os caudais que permitem dar corpo à Frente de Acção Popular (FAP). Quando Martins Rodrigues, por exemplo, estabeleceu contacto com Rui d’Espiney, este era já ao tempo um militante em ruptura com o PCP, mas que não tivera qualquer contacto anterior com o ex-dirigente

²¹⁷RODRIGUES, Francisco Martins, 1974, *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso movimento*, Lisboa, Edições Unidade Popular, p. 5-9

²¹⁸RODRIGUES, Francisco Martins, 1974, *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso movimento*, Lisboa, Edições Unidade Popular, p. 5-9

do PCP. Encontrava-se na Argélia por se ter visto na contingência de ter de sair do país, pressionado pela polícia que o procurava prender. No rescaldo das movimentações operárias e estudantis de 1962, também Rui d'Espiney, reclamando maior radicalização, havia com outros jovens, ainda militantes do PCP, como o seu irmão José Luís d'Espiney e o seu primo, Manuel Claro, começado a reunir informalmente para discutir o problema da passagem a novas formas de luta mais violentas, tendo decidido formar um grupo, a que deram o nome de Movimento de Libertação Nacional (MLN)²¹⁹, sem contudo abandonarem o Partido.

Em princípios de 1963, Rui D'Espiney e Manuel Claro saíram clandestinamente do país e José Luís D'Espiney ficou encarregado de, no interior, estabelecer contactos e aliciar novos elementos para o MLN. No entanto, pouca coisa foi feita. Foram aliciados alguns elementos mas o MLN na prática estava parado. Em meados deste ano Rui D'Espiney era contactado, por carta, pelo irmão que lhe pedia para ir a Paris para assentarem as orientações que deveriam dar o movimento²²⁰.

No entanto, quando em Fevereiro de 1964, José Luís d'Espiney partiu para Paris, já o processo de constituição da FAP estava em curso e tem por isso um encontro com Francisco Martins Rodrigues, que lhe deu orientações para regressar a Portugal e começar a formar no país pequenos grupos de 3 a 4 elementos que estivessem dispostos a enveredar pela acção armada e a encabeçar acções de agitação popular, grupos que se passariam a designar Grupos de Acção Popular (GAP).

Rui d'Espiney e João Pulido Valente haviam, por motivos e por vias diferentes, saído de Portugal, no Outono de 1963, e acabaram por se encontrar ambos em Argel, onde fizeram parte da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses na Argélia (JAPPA), que defendia abertamente a necessidade da luta armada para derrubar a ditadura. É na capital argelina que tomaram conhecimento do documento *Luta Pacífica e Luta Armada* que lhes foi enviado de Paris por Manuel Claro e com o qual concordaram, aderindo a este processo de diferenciação orgânica à esquerda do PCP. Este reagrupamento prosseguiu sempre na base do aliciamento de jovens que haviam desertado da guerra colonial ou de ex-militantes do PCP.

Esta radicalização à esquerda do PCP fez-se por influência das posições chinesas e do dissídio sino-soviético, mas também não se pode negligenciar a influência da Revolução Cubana. Por todo o mundo eram divulgadas as imagens de um grupo de jovens guerrilheiros, destemidos e aventureiros, que haviam conseguido derrubar uma ditadura apoiada pelos Estados Unidos numa pequena ilha do Caribe. Difunde-se, assim, a ideia que era possível derrubar um regime através da luta armada, desde que se conseguisse formar um pequeno grupo de guerrilheiros que estivessem

²¹⁹IANTT/ PIDE-DGS, Pr. 1561/64 SC-PC, Vol. 1, U.I: 5677-5678 – Auto de declarações de Rui d'Espiney, fl. 117-120; Entrevista Rui d'Espiney, Setúbal, 10 de Fevereiro de 2012

²²⁰Entrevista José Capillé, Montijo, 10 de Setembro de 2012

dispostos a lutar, pois de seguida, eles iriam receber o apoio da população que compreenderia a justeza da sua luta, tal como aconteceu em Cuba. Estes ecos da Revolução Cubana também chegaram a Portugal e são vários aqueles que consideravam que se devia utilizar o mesmo método no nosso país, pois só com acções armadas seria possível derrubar o regime: se fora possível em Cuba também seria possível em Portugal. Rui d'Espiney corrobora justamente que existiam influências castristas na FAP. Grande parte dos militantes da FAP eram jovens que tinham recebido os ecos da Revolução Cubana e que se sentiam entusiasmados com ela. Na crise académica de 62 e nas manifestações do 1º e 8 de Maio desse ano, aqueles que pediam armas na rua, sentiam o pulsar revolucionário de Mao mas também de Fidel Casto e de Che Guevara²²¹. A Revolução cubana foi uma revolução feita através de acções de guerrilha e não através do movimento das massas. Os militantes da FAP sentiam que em Portugal também se poderia passar o mesmo, também seria possível derrubar o regime através de acções violentas que fossem apoiadas pelas massas. Nesta ideia percebe-se a influência da teoria do foquismo²²², que teve origem na Revolução Cubana.

A FAP tinha como principal objectivo preparar a passagem para a luta armada, preparando os seus militantes para a acção directa. Inicialmente, mantinham alguma expectativa na evolução das posições do PCP²²³, pelo que decidiram formar primeiro uma “frente antifascista” e só depois a organização “marxista-leninista”, a vanguarda, o que invertia no plano teórico a precedência do processo²²⁴.

Do núcleo dirigente da FAP faziam parte Francisco Martins Rodrigues, Rui d'Espiney, João Pulido Valente, Humberto Belo, Custódio Lourenço e Manuel Claro. Havia núcleos da FAP na França, na Bélgica, na Suíça e na Argélia, circunscrevendo-se a sua organização no interior praticamente só a núcleos estudantis e a raríssimos e débeis grupos de operários, principalmente na margem Sul²²⁵.

Ainda que o Comité Marxista Leninista Português (CMLP) se tivesse sido formado em Abril-Maio de 64, na prática as duas organizações não se distinguiam, coincidindo organicamente. Para além da edição do jornal *Revolução Popular* e do *Acção Popular*, pela FAP, a Direcção do CMLP e o Secretariado da FAP confundem-se na sua actividade.

²²¹Entrevista Rui d'Espiney, Setúbal, 10 de Fevereiro de 2012

²²²O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adoptada nos anos 60 pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar *focos* (daí o nome) *de revolução* no mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo. A premissa era de que a criação de múltiplos focos de guerrilha rural dificultava a acção repressora por parte das forças armadas governamentais. Um pequeno foco que iniciasse as acções de guerrilha poderia fazer a revolução expandir-se rapidamente, provocando o levantamento das massas e a derrocada do regime.

²²³“Editorial: As nossas tarefas actuais”, *Revolução Popular*, nº 2, s.d

²²⁴CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 42

²²⁵Entrevista Rui d'Espiney, Setúbal, 10 de Fevereiro de 2012

As preocupações com o desencadeamento da luta violenta e o alinhamento com o partido Comunista Chinês e o Partido do Trabalho da Albânia, cujos países Francisco Martins Rodrigues iria visitar no verão de 1964, constituem eixos visíveis de doutrinação por parte da FAP/CMLP.

Em finais deste ano iniciaram-se os preparativos para instalar uma direcção do CMLP no interior do país. Para isso, foram enviados para Portugal Manuel Claro e João Pulido Valente, que começaram por contactar pessoas conhecidas, muitas das quais ainda com ligações ao PCP. É desta forma que o Partido Comunista sabe da estadia destes dois dirigentes do CMLP em Portugal e divulga a sua presença nas páginas do *Avante!*, num artigo intitulado “Cuidado com eles”. Neste artigo é referido que Manuel Claro e João Pulido Valente foram expulsos do PCP por “actividades cisionistas e aventureiristas” e que “têm procurado militantes do Partido que conhecem, junto dos quais espalham calúnias contra a linha do Partido e contra a sua Direcção”²²⁶. Para o CMLP a informação dada no *Avante!* colocava estes militantes “em risco de serem presos e possivelmente assassinados”²²⁷.

2.3. A bomba no Parque Mayer e as acções violentas da FAP

No dia 5 de Outubro de 1964 rebentava uma bomba em Lisboa, nos escritórios da *Sociedade Avenida Parque*, proprietária do Parque Mayer. A explosão deste engenho ocorreu durante o processo da sua montagem. Destinava-se a ser colocada numa das viaturas da PSP estacionadas junto à Esquadra daquela Corporação, na Rua do Arsenal, à entrada da Praça do Comércio. O responsável por esta acção era Artur Gouveia, que tinha entrado para a FAP através de Rui D'Espiney e do seu irmão José Luís D'Espiney, de quem era amigo desde a sua participação na crise académica de 1962.

Foi em casa de Artur Gouveia que a FAP imprimiu vários panfletos, num copiografo que este tinha desde que fizera parte da pró-Associação de Estudantes do Ensino Liceal e era responsável por imprimir os panfletos da Associação. Era o mais importante aparelho técnico da FAP no interior, e viria a imprimir “O Caminho da insurreição anti-fascista e da Liberdade ou “Em qualquer acção directa deve-se saber como se fabrica” [explosivos]²²⁸.

No final do mês de Maio, Artur Gouveia recebeu de José Luís d'Espiney um embrulho que continha duas cargas de explosivo plástico “SPE 808”, uma carga cilíndrica de trotil, dez detonadores eléctricos e uma caixa de detonadores com rastilho. De João Alberto Segurado, militante da FAP, recebeu dez detonadores eléctricos ligados aos respectivos fios condutores e uma

²²⁶“Cuidado com Eles”, *Avante!*, nº 349, Dezembro de 1964, p. 3

²²⁷“Comunicado”, Comité Marxista-Leninista Português, 28 de Janeiro de 1965, in CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 46

²²⁸IAN/TT – PIDE/DGS – Prº. 1561-64 SC PC, NT: 5677-5678, Vol. 1 – Auto de Declarações de Artur Gouveia, fls. 41 a 44

caixa com mais 12 detonadores de combustão, que tinha conseguido através de um amigo que estava na tropa. O restante material necessário para construir uma bomba foi comprado por si em diversos estabelecimentos da cidade. Com tudo isto pretendiam-se montar duas bombas. A FAP começara a armazenar material explosivo para poder utilizar em futuras acções, sem que ainda existissem planos concretos para o efeito. A ideia desta acção terá partido de Artur Gouveia, que informou José Luís d'Espiney do que estava a planear, e seria levada a cabo pelo Grupo de Acção Popular, de que era responsável e do qual faziam parte mais três elementos.

O plano consistia em montar a bomba na sede da *Sociedade Avenida Parque*, de que era proprietário o pai de Artur Gouveia, para depois colocá-la junto da esquadra da polícia, numa viatura que lá estivesse estacionada. A bomba deflagraria às 11:45, do dia 5 de Outubro, em que se comemorava a implantação da República. Como o explosivo tinha rebentado inadvertidamente, a primeira acção armada efectuada por militantes da FAP ficou inviabilizada. Ainda antes desta tentativa, o GAP de que Gouveia era responsável reuniu algumas vezes para treinar o manejo de pistolas, aprender a limpeza e conservação de armamento e como fabricar *cocktails Molotov*²²⁹

Após rebentar o explosivo, Artur Gouveia, ferido numa mão, ainda apanhou um táxi e foi procurar abrigo nas embaixadas de Cuba, do Chile, da Venezuela e da Suíça, na tentativa de obter asilo político, mas não conseguiu refúgio. Procurou, assim, abrigo em casa de um amigo e pediu para chamar a namorada, que era enfermeira, para tratar da ferida. Porém, como o ferimento era grave acabou por ter de ser visto numa clínica, onde lhe amputaram um dedo. Desde o dia 5 de Outubro até ao dia 13, quando foi preso, passou por várias casas junto com a namorada, tendo sido ambos presos num apartamento que tinham alugado três dias antes²³⁰.

Manuel Claro tinha entretanto entrado em Portugal clandestinamente, com o objectivo de se inteirar da acção da FAP no interior do país e estabelecer novos contactos, transmitir directivas no sentido de dar à organização uma estrutura que lhe permitisse levar por diante as tarefas preconizadas. Neste sentido, realizou-se uma reunião em Óbidos, no dia 18 de Outubro de 1964, já depois da prisão de Artur Gouveia, da sua namorada e de outros elementos da FAP que lhe tinham dado apoio. Aí participaram Manuel Claro, José Luís d'Espiney, Fernando Barros e José Rijo, tendo sido decidido que a organização passava a ser encabeçada no interior por José Luís D'Espiney, Fernando Barros e José Rijo, formando os três um “comité marxista-leninista”. José Luís d'Espiney ficaria com a responsabilidade de orientar as acções armadas, José Rijo, com a tarefa de recrutamento e organização de novos elementos, principalmente no sector estudantil, e Fernando

²²⁹Para fabricar cocktails Molotov utilizavam lâmpadas usadas que enchiam de gasolina, depois de lhes retirar o casquilho e abrir um pequeno orifício no fundo; juntavam-lhe em seguida um trapo embebido em gasolina, ao qual ateavam fogo, imediatamente antes de serem arremessadas

²³⁰IAN/TT – PIDE/DGS – Prº. 1561-64 SC PC, NT: 5677-5678, Vol. 1 – Auto de Declarações de Artur Gouveia, fls. 41 a 44

Barros, responsável pela imprensa da FAP.²³¹

A PIDE, porém, já estava no encalço dos elementos da FAP e rapidamente foram efectuadas várias prisões que desmantelaram a organização no interior²³². Perante esta situação, em França, foi decidido que no exterior permaneceria um comité formado por Manuel Claro, Fernando Barros, Humberto Belo, Mário Silva, Custódio Coelho Lourenço, José Capilé e Jacinto Rodrigues. O secretariado seria composto por Francisco Martins Rodrigues, João Pulido Valente e Rui d'Espiney e viria para o interior tratar da reorganização orgânica, começando a preparar a sua entrada no país. Em Março de 1965, João Pulido Valente é o primeiro a chegar, seguindo-se os outros dois elementos em Junho desse ano²³³.

A estrutura no interior fica assim definida: Martins Rodrigues com a coordenação geral da organização, a imprensa e o sector operário da margem Sul, sendo aqui coadjuvado por Sebastião Capilé, passando a editar o jornal *Unidade Popular*, dirigido justamente a esses meios operários; João Pulido Valente controlaria os operários da região de Lisboa e Rui d'Espiney ficaria encarregado do sector estudantil, editando-se para o efeito o jornal *Estudante Revolucionário*²³⁴, copiógrafado nos escritórios de Alain Oulman, compositor de Amália Rodrigues, ligado ao grupo através de Pulido Valente, tendo depois passado a ser controlado directamente por Francisco Martins Rodrigues. Alain Oulman era também responsável por receber os fundos e a correspondência vindos do estrangeiro, cedendo também as suas casas para reuniões²³⁵.

Em pouco tempo formaram-se vários GAP que tinham como objectivo levar a cabo acções violentas. A FAP tinha um pequeno paiol com armas numa arrecadação, a que Pulido Valente tinha acesso directo. Realizaram-se também treinos e experiências com *cocktails molotov*, e armas de fogo em Monchique e nas Azenhas do Mar.

Durante a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional de 1965, a FAP apelou à não ida às urnas, pois fazê-lo significaria legitimar a fraude eleitoral e o regime. Durante todo esse período foram distribuídas tarjetas e panfletos da organização com os dizeres “Contra o Fascismo; Votos Não, Armas Sim!” e “Armas para o Povo”. Passado este período, e em protesto contra a farsa eleitoral e contra a reabertura da Assembleia Nacional, lançaram *cocktails Molotov* contra a

²³¹ IANTT/PIDE-DGS, Pr. 1032-66 SC PC, U.I: 5837 - Auto de Declarações de Francisco Martins Rodrigues, fl. 20 a 29

²³² São arguidos no processo: Artur Gouveia; Bertília Rosa de Almeida e Silva; Carlos Alberto da Silva; José Luís d'Espiney; Manuel Vítor de Azevedo Cruz; José Rijo; Artur Figueira; Maria Georgina Maia de Azevedo; Henrique Garcia Pereira; António da Paula Saraiva; António Almeida; Joaquim Sequeira; António Lopes Alves; Luís Manuel Gravata Filipe.

²³³ IANTT/PIDE-DGS, Pr. 1032-66 SC PC, U.I: 5837 - Auto de Declarações de Francisco Martins Rodrigues, fl. 20 a 29; CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 47

²³⁴ Os artigos do jornal eram redigidos por Victor Manuel Catanho, José Luís Machado Feronha, Rui d'Espiney, Francisco Martins Rodrigues e José Aurélio Martins de Abreu

²³⁵ IANTT/ PIDE-DGS, Pr. 1032/66 SC -PC, U.I: 5837- Auto de Declarações de Francisco Martins Rodrigues, fl. 20 a 29; Entrevista Rui d'Espiney, Setúbal, 10 de Fevereiro de 2012

esquadra do Matadouro e contra a escola da PIDE, em Lisboa Além destas iniciativas, Rui d'Espiney, ainda organizou na sua instalação clandestina perto de Loures um curso de formação “marxista-leninista” durante três dias²³⁶.

Todavia, a estrutura da FAP/CMLP continuava a ser muito fraca, agrupando apenas um pequeno número de militantes e simpatizantes.

A 21 de Outubro de 1965, João Pulido Valente foi denunciado à PIDE por Mário Mateus, um antigo membro do PCP que se infiltrara na FAP e era informador da PIDE desde Agosto desse ano²³⁷. Descoberto, Mário Mateus acabaria por confessar essa colaboração policial perante Rui d'Espiney e Martins Rodrigues, os quais, num “Tribunal Revolucionário” perto de Belas, acabariam por executá-lo: “O delator foi submetido a uma cerrada vigilância após a prisão de Pulido Valente, e, em breve, se acumularam sobre ele indícios acusadores. Uma vez comprovada a sua culpabilidade, depois duma confissão perante um tribunal revolucionário, o denunciador Mário Mateus foi condenado à pena de morte. A sentença foi rapidamente executada”²³⁸.

Mas a polícia apertava o cerco. Em Janeiro de 1966 Martins Rodrigues era preso e no mês seguinte seria a vez de Rui d'Espiney, prolongando-se as prisões pelas semanas seguintes, até ao total desmantelamento da organização no interior do país.

Martins Rodrigues e Rui d'Espiney foram sujeitos a brutais espancamentos e torturas e condenados, respectivamente, em 25 de Novembro de 1967, a 15 anos e a 14 anos e nove meses de prisão, pelo assassinato de Mário Mateus. Em 1970, foram novamente julgados por pertencerem à FAP/CMLP e foram condenados, em cúmulo jurídico a 20 e a 19 anos de prisão e a medidas de segurança. Pulido Valente foi condenado a 15 anos de prisão. Os três só viriam a ser libertados a 27 de Abril de 1974²³⁹. Encerrava-se assim a experiência da FAP que, não obstante, foi a primeira organização a defender a luta armada nos anos 60.

2. 4. A desarticulação FAP/CMLP

Após a vaga repressiva subsistem, entre 1966, apenas militantes isolados, alguns pequenos colectivos, praticamente autónomos, cuja actividade se limitava à edição de textos de natureza teórica e, por vezes, alguma imprensa própria, que se articulavam com incipientes estruturas de

²³⁶ Entrevista Rui d'Espiney, Setúbal, 10 de Fevereiro de 2012

²³⁷CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 49

²³⁸“João Pulido Valente e Sebastião Capilé nas garras da PIDE”, *Revolução Popular* n° 6, Dezembro de 1965, p. 1, in Comité Marxista-Leninista Português, s.d, *Revolução Popular*, Lisboa, Edições Voz do Povo, p. 140; Entrevista Rui d'Espiney, Setúbal, 10 de Fevereiro de 2012; CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 49-50

²³⁹CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 51

apoio à falsificação de documentos e à saída de militantes e de anti-fascistas perseguidos pela polícia. É o caso do Comité Comunista Viva o Leninismo e o Comité de Propaganda Revolucionária, grupos que mantinham uma relação ténue com a direcção do CMLP em Paris²⁴⁰.

No exterior, discutia-se a situação e a continuidade da FAP/CMLP, dando-se prioridade à edificação do partido, o que levou à dissolução da FAP e, segundo Miguel Cardina “a constantes processos de <<luta ideológica>> apostados em <<desmascarar>> todas as tendências guerrilheiristas que fossem aparecendo no seio do CMLP”²⁴¹.

É importante, ressaltar que a evolução da Revolução Cubana e a aproximação progressiva de Cuba à União Soviética, principalmente a partir da “crise dos mísseis”, em 1962, suscitava reservas na FAP/CMLP. Reservas que se acentuaram com o tempo, embora os esforços de solidariedade anticolonialista e anti-imperialistas desenvolvidos pelo regime cubano contrabalançassem essas reservas. Por outro lado, o exemplo de Che Guevara, distanciando-se dessa aproximação, protagonizando acções tão corajosas quanto voluntaristas, quer em África como depois, e ainda que tragicamente, na América Latina, era encarado com um certo fascínio, sem perder totalmente de vista o contributo histórico de Che Guevara na Revolução Cubana²⁴².

Neste contexto, as tendências guerrilheiristas tendiam a avivar-se quanto mais se tomava consciência do isolamento, da fragmentação e da falta de implantação no interior, como que constituindo, afinal, a resposta à falência prática de um projecto político que ganhara corpo e ânimo com as movimentações de rua entre 1958 e 1962, iluminadas depois por experiências internacionais como a da Revolução Cubana, principalmente.

O processo de edificação do partido e dissolução da FAP foi conturbado, semeado de expulsões, abandonos, cisões mas que, em boa medida, vão ajudar a explicar os rumos diferenciados que o movimento marxista-leninista tomaria com reflexos no modo como era encarada a violência revolucionária e as acções armadas.

Tornava-se claro que um grau de pulverização orgânica e a desorientação exigiam um esforço analítico e o início de um caminho que permitisse reorganizar o CMLP e redefinir a sua articulação com a FAP. Este é, assim, o período que decorre desde Fevereiro de 1966 até à 1ª Conferência, em Janeiro de 1967. Logo após as prisões no interior, e no meio do maior abalo, os dirigentes em Paris tomaram um conjunto de medidas nesse sentido. Foi decidido enviar para o país dois elementos da direcção a fim de verificar a situação no concreto mas estes recusariam, o que

²⁴⁰Cf: CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p.55 a 57

²⁴¹CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 58

²⁴²Sobre este assunto, ver: ELBAUM, Max, 2002, *Revolution in the Air. Sixties Radicals Turn to Lenin, Mao and Che*, London/New York, Verso

levou ao seu afastamento da organização. Para colmatar essas brechas foram cooptados dois novos membros que tinham chegado do interior, ao mesmo tempo que recusavam a cooptação de outros dois por actividades anteriores consideradas suspeitas ou não esclarecidas. Por outro lado, de acordo com a tradição comunista, Francisco Martins Rodrigues e Rui d’Espiney foram expulsos, acusados de mau comportamento face à polícia, pois teriam falado durante o interrogatório, não tendo resistido às violentas torturas infligidas pela PIDE²⁴³.

Em Junho de 1966, a direcção do CMLP edita o documento *As Futuras Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português*. Este é o primeiro grande documento de análise do trabalho da FAP/CMLP entre 1964 e 1966, apontando os erros políticos e conspirativos naquele período. Primeiro, o facto de ter criado a FAP, uma frente de combate que pretendia agregar todos os que quisessem combater a ditadura através das armas, e só depois o CMLP. Segundo, a predominância que se continuou a atribuir às actividades da FAP, de tal forma, que durante um certo período não havia uma distinção clara entre as duas organizações. A não primazia da formação do CMLP teria impedido a formação de quadros comunistas, problema agravado com a quase ausência de implantação no meio operário que deveria ser a sua base social de apoio, criando um enorme lastro de dificuldades na organização, quer dos poucos militantes, quer de acções concretas, para o que não existiam inclusivamente pontos de apoio seguros, condição indispensável para o funcionamento clandestino. Fazer acções armadas sem uma organização forte e estruturada tornou-se “aventureirismo voluntarista”.

Assim, a tarefa imediata do CMLP devia ser reforçar a sua actividade: intensificar a luta ideológica; desenvolver a “elaboração de uma linha revolucionária”; implantar-se no meio operário e “onde for possível, onde a penetração for maior e a organização mais forte”; estimular “pequenas acções armadas”, que seriam uma etapa de preparação para a passagem a “etapas armadas superiores”, para o que devia haver preparação militar para conferir os conhecimentos necessários à sua realização em condições de segurança. O documento chamava, no entanto, a atenção para “uma certa tendência anarquista e terrorista que de uma forma ou doutra se infiltrou nas nossas fileiras”²⁴⁴, o que dá uma ideia do ambiente que se vivia.

Todavia, no quadro da reorganização do aparelho de imprensa, ainda no Verão de 1966, em Agosto, procura reatar-se a publicação do *Revolução Popular* com a edição do nº 7. Foi aí que se divulgou a expulsão de Martins Rodrigues e de todos os que, no vendaval repressivo que

²⁴³“Declaração do Comité Marxista-Leninista”, in *Revolução Popular* nº 7, Agosto de 1966, p. 32; Entrevista Rui d’Espiney; Francisco Martins Rodrigues nos seus escritos confirma que, depois de violentamente torturado, decifrou documentação em cifra que a PIDE lhe tinha apreendido e assinou o auto de declarações que lhe foi apresentado. Cf. RODRIGUES, Francisco Martins, 2008, *Os anos do silêncio*, Lisboa, Dinossauro/Abrente, p. 72, 73

²⁴⁴Comité Marxista-Leninista Português, 1966, *As Futuras Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português*, S.I.; Edições CMLP

desmantelou a organização no interior, tinham traído “os mais elementares deveres de comunista, denunciando camaradas, contribuindo para o desmantelamento da FAP, vibrando um golpe profundo na confiança dos militantes, acentuando a desmoralização da classe operária, já tão abalada por tantos erros e traições”²⁴⁵.

Neste número são publicados três artigos fundamentais, que revelam um conjunto de contradições e uma desorientação de fundo em matéria de política de alianças e de linha política. Dois desses textos pretendem de algum modo retomar matérias que haviam marcado a série anterior do *Revolução Popular* quanto ao posicionamento crítico e na demarcação política e ideológica em relação ao PCP. Um desses textos era sobre “o abandono da aliança operário-camponesa pelos reformistas de Cunhal”, que praticamente glosa o artigo publicado em Outubro de 1964 no número 1 dessa publicação, se bem que afeiçoado a documentos mais recentes do PCP. O outro texto, sobre a política de alianças, critica duramente o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), na linha de caracterização que já havia sido estabelecida no número 4 do *Revolução Popular*, isto é, como um “agrupamento radical burguês” e não como força marxista, que apesar das críticas à FPLN, não a denuncia “como um obstáculo à revolução em Portugal, como um apêndice da ideologia burguesa que tende a manter o proletariado sob a sua tutela”²⁴⁶. Mesmo do ponto de vista da violência revolucionária, que o MAR defende, a crítica do *Revolução Popular* nº7 é contundente, considerando que o MAR apenas pretende realizar actos pré-insurreccionários, hesitando depois em enveredar pela luta armada. O terceiro desses artigos é porventura o mais significativo quanto ao ecletismo desta edição e reporta-se à Conferência Tricontinental de Havana, realizada em Janeiro de 1966, uma iniciativa dos cubanos que procurava aglutinar um grande movimento internacional de carácter anticolonial e anti-imperialista.

Construído com base em abundantes citações de documentos da própria Conferência, pelo artigo passa a valorização da Revolução Cubana e a importância da luta anti-imperialista, designadamente o caso da luta do Vietname, desenvolvida pela via armada revolucionária. Porém, ao mesmo tempo, o artigo procura demarcar-se da intervenção que a delegação soviética apresenta na Conferência, bem como da forma discriminatória como o PC cubano impediu a participação dos novos partidos marxistas-leninistas da América Latina.

Critica-se aí a evolução do PC cubano, que nunca se pronunciara sobre o dissídio sino-soviético, embora alinhasse claramente com os soviéticos. No entanto, o modo como o artigo termina não deixa de ser significativo quanto a uma possibilidade remota de regeneração do Partido Comunista de Cuba: “A Revolução Cubana deixou de ser um exemplo para os povos do mundo.

²⁴⁵ “Declaração do Comité Marxista-Leninista”, in *Revolução Popular* nº 7, Agosto de 1966, p. 32

²⁴⁶ “O MAR defensor da ditadura da burguesia”, *Revolução Popular* nº 7, Agosto de 1966, p. 24

[Evidentemente, nós não excluimos a possibilidade – se bem que longínqua – de ver Castro, num sobressalto de honra revolucionário, rejeitar todo o seu oportunismo] ”²⁴⁷.

Era esta tensão entre o fascínio pela Revolução Cubana e a importância dos movimentos anti-imperialistas, por um lado, e por outro, o não alinhamento com a China por parte dos comunistas cubanos, cada vez mais dependentes dos soviéticos, que impregnavam a Direcção do CMLP. Uma Direcção efectivamente órfã da primeira geração de dirigentes, continuando-se a reclamar dessa herança, mas com dificuldades em discernir com clareza doutrinária. As questões da violência revolucionária e o seu lugar na linha política do CMPL marcavam em larga medida o pulsar desta Direcção.

Não demoraria a que, internamente, o *Revolução Popular* nº 7 e por consequência o núcleo dirigente que o escrevera, se tornassem objecto de acesas críticas por parte de sectores no exterior, que não lhe reconheciam legitimidade. Entendiam que o CMLP não tinha Direcção depois dos desastres no interior de 1965-1966 e que só uma Conferência poderia eleger uma nova estrutura dirigente.

A Direcção do CMLP não estava propriamente contra a realização da Conferência mas atravessava uma fase de dispersão e nem todos os seus membros tinham actividade regular. No grupo preparatório da Conferência, a maioria pertencia aos núcleos que pressionavam para a sua realização, designadamente um grupo em Paris e outro na Bélgica. Da Direcção do CMLP participava apenas José Capillé, em clara minoria e bastante incomodado com a presença de Heduíno Gomes (“Vilar”), o mais influente dos elementos do núcleo da Bélgica. O sector de Bruxelas da FAP tinha sido dissolvido, segundo o *Revolução Popular* nº 7, “por indefinição e inconsistência orgânica, por recusar a Direcção e o controlo feito pelo Secretariado do CMLP”²⁴⁸.

Progressivamente, a Direcção do CMLP, ou o que restava dela, afasta-se do processo de realização da Conferência, de que se demarca aliás abertamente através de um virulento comunicado intitulado *Uma Fraude*, que é publicado em Janeiro de 1967, justamente quando se realiza a 1ª Conferência, intitulando-se os seus cinco subscritores como ex-dirigentes do CMLP. Para estes ex-dirigentes, a FAP sempre fora dominada pela corrente “direitista” e a sua criação “representou uma deficiente capacidade de análise marxista, não só da situação da luta de classes em Portugal, mas também do verdadeiro sentido de degenerescência revisionista do PC de Álvaro Cunhal”. Segundo eles, esta corrente direita estava a impedir a reestruturação da FAP no interior e o fortalecimento da sua base operária, pelo que a Conferência em organização “é um bluff político, sem a mais pequena representatividade”, que não foi precedida por “qualquer trabalho de

²⁴⁷“A Tricontinental de Havana”, *Revolução Popular* nº 7, Agosto de 1966, p. 50

²⁴⁸“Foi dissolvido o sector de Bruxelas da FAP”, *Revolução Popular* nº 7, Agosto de 1966, pag. 51

base, por qualquer actividade pública, por qualquer trabalho teórico” e as decisões que dela saírem “nada representam das concepções e dos objectivos dos comunistas portugueses, nada interessam à classe operária”²⁴⁹.

Em Janeiro de 1967 realizou-se, em qualquer caso, a Conferência, onde pontificaram Humberto Belo e João Quintela. As conclusões da conferência assinalam como mérito do CMLP a “elaboração de uma linha revolucionária marxista-leninista, perfeitamente demarcada pela linha revisionista do PC de Cunhal” e “a definição da etapa da revolução democrático-popular como a primeira etapa da luta para a construção do socialismo em Portugal”. Porém, censura-a por terem dado mais importância à FAP do que à reconstrução do partido e consideram que é urgente a reconstrução do Partido Comunista, procedendo “à necessária separação entre a organização do proletariado (CMLP) e a organização das massas populares (FAP)”, que extinguem.

Assim, defendem que o CMLP deve “enraizar-se profundamente dentro da classe operária, tornar-se a organização de vanguarda”, que passasse a assumir-se como uma “organização altamente militarizada, funcionando dentro dos princípios mais estreitos do centralismo democrático”, em que se verificaria uma clara separação entre os “revolucionários” e os “reformistas” e em que a auto-crítica seria utilizada para “resolver erros e contradições no seio da organização”. Além disso, em relação à questão da luta armada é admitido que esta deveria revestir-se do carácter de uma “guerra popular prolongada” e não de acções “aventureiristas” isoladas. Nenhuma forma de luta deveria ser menosprezada, as lutas legais, semi-legais e ilegais deviam combinar-se e as classes trabalhadoras deveriam ser enquadradas e conduzidas pela vanguarda do proletariado “encaminhando-se para formas ilegais superiores de luta (luta política e político-militar)”²⁵⁰.

3. A herança fapista

3.1. “Guevarismos” e “Marxismo-Leninismo”: a polémica no seio da FAP

Na sequência da 1ª Conferência começou a ser editado o jornal *O Proletário*, cujo primeiro número saiu em Maio de 1967, e que retomava o nome do primeiro jornal de massas do PCP, editado nos anos 20 e 30.

Faz-se aí uma análise da criação da FAP e do CMLP, sublinhando que a FAP surgiu porque o PCP, embora admitindo o recurso à luta armada, repudiava a guerra popular “em que o povo, de armas na mão, expulsa do poder a burguesia e toma ele o poder”, guiado pelo partido comunista e

²⁴⁹“Uma fraude”, 5 ex-dirigentes do CMLP, Janeiro de 1967, in CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 58

²⁵⁰“Organizemos Comitês Comunistas (m-l)”, *O Novo Militante*, nº1, Junho de 1967

instaurando uma democracia popular²⁵¹. A FAP fora criada para resolver no imediato esse problema, pois o seu objectivo era desencadear a violência revolucionária para conquistar o poder. Contudo, para funcionar correctamente, teria de ser orientada por uma organização comunista, que a devia dirigir e dar perspectivas políticas. Daí a criação do CMLP.

Neste primeiro número é feito mais uma vez o balanço dos méritos e dos erros da FAP e considera-se que, após as prisões de Francisco Martins Rodrigues, Rui d’Espiney e Pulido Valente, se havia gerado uma desorientação dentro da organização que só conseguiu ser ultrapassada com a realização da 1ª Conferência. Esta reestruturou o CMLP e redefiniu as suas perspectivas de trabalho político, dando “primordial importância à organização da classe operária” e do partido e só depois à reorganização da FAP, para através da luta armada, derrotar a ditadura²⁵².

Na secção *Noticiário* é dado destaque à luta armada na América Latina, onde aumentavam os focos revolucionários. É saudado este avanço da guerrilha, referindo que ela é composta por “camponeses analfabetos” que lutam contra “exércitos profissionais, bem armados e especializados na guerra contra-revolucionária”. O surgimento de focos de guerrilha em vários países da América Latina é visto como uma vitória face ao imperialismo dos Estados Unidos da América e defendem que a linha táctica e ideológica seguida por Che Guevara de criar vários focos de guerrilha e resistência é a mais acertada para a América Latina e para o combate ao imperialismo.

É feita uma crítica aos chamados Partidos Comunistas “revisionistas” da América Latina por não apoiarem a luta armada ou por a reduzirem a formas de auto-defesa e desta forma estarem a apoiar o imperialismo e a burguesia. A luta armada é vista como a única via para a vitória do socialismo²⁵³.

No número seguinte do jornal é colocada novamente a questão da luta armada em Portugal. É feito um apelo à criação de “Comités Comunistas”, onde a “vanguarda operária” seria organizada e seriam “estudados e seguidos fielmente os princípios marxistas-leninistas”, procurando que aquela compreendesse que “o poder está no cano da espingarda” e que só o combate armado contra as forças opressoras levaria à vitória do povo.

Conflituam, no entanto, duas posições a propósito da luta armada. Uns defendem o conceito de uma guerra popular, demorada, difícil, com derrotas e vitórias²⁵⁴. Outros, acções mais imediatas, resultado de uma certa impaciência na tradição mais “fapista” e de pendôr guevarista.

Na edição de Outubro de 1967 de *O Proletário*, é publicado um artigo elogioso sobre Che Guevara que acabara de ser assassinado na Bolívia. Diz-se aí que Che Guevara foi “um dos grandes

²⁵¹“Viva o Comité Marxista-Leninista Português”, *O Proletário*, nº1, Maio de 1967, p. 1

²⁵²“Noticiário: A América Latina em Armas”, *O Proletário*, nº1, Maio de 1967

²⁵³“Noticiário: A América Latina em Armas”, *O Proletário*, nº1, Maio de 1967

²⁵⁴“Que fazer? Criemos Comités Comunistas! Viva a Vitória da Guerra do Povo”, *O Proletário*, nº2, Agosto de 1967, p. 3 a 5

combatentes anti-imperialistas de todo o mundo, um verdadeiro revolucionário” que “lutou contra o revisionismo” e “não deixou de mostrar a sua simpatia pelas teses do Partido Comunista Chinês”, embora condenasse o conflito ideológico entre “revisionistas e marxistas-leninistas” porque isso iria “enfraquecer o campo socialista frente ao inimigo”. Por isso, a sua luta deveria ser um exemplo para todos os revolucionários²⁵⁵. O artigo, da responsabilidade da Comissão Directora do CMLP, suscita críticas por parte de alguns militantes que acusam a Direcção de “fapista” e “castrista”, o que, no seu entender, impediria a reorganização do partido em termos marxistas-leninistas. A situação obrigou a um esclarecimento no número seguinte do jornal, em que se ressalva que “não é como simpatizante das teses chinesas que Guevara se apresenta como grande revolucionário mas como combatente imperialista que lutou sem reservas contra o maior inimigo dos povos do mundo, o maior polícia, o maior baluarte da reacção, o governo dos Estados Unidos da América do Norte”²⁵⁶.

Os críticos, principalmente ligados ao núcleo da Bélgica, não desarmam nos meses seguintes, com vários militantes insistindo em acusar de “fapista” e “castrista” a Direcção que saiu da primeira Conferência. No *Proletário* de Março-Abril de 1968, a direcção tenta afastar-se das acusações que lhe são atribuídas, explicitando que o CMLP necessita de “um exército popular” que seja disciplinado e capaz de assumir tarefas como “a de fazer propaganda no seio das massas trabalhadoras, organiza-las e armá-las, ajudar a instaurar o poder político revolucionário e inclusivamente criar organizações do Partido Comunista”. Procura também criticar o “golpismo”, o “foquismo” e a táctica de “guerrilha” como estratégias de tomada do poder: “sabemos que não será com alianças com exploradores descontentes e fazendo golpes de Estado que derrubaremos a burguesia, não será com um pequenos núcleo nas montanhas a executar diversas acções que alargaremos as nossas forças e criaremos o Partido. Também não será com acções isoladas nas cidades que prepararemos as massas populares para a conquista do poder”²⁵⁷.

A direcção procura reforçar a ideia que é necessário reforçar o partido, dotá-lo de disciplina, de auto-crítica, de centralismo democrático mas que não se devem afastar da ideia que é preciso criar um “exército revolucionário”, capaz de enveredar pela “guerra popular”. Porém, a criação deste “exército” estava condicionada à necessidade de primeiro reconstruir o Partido Comunista, que iria dirigir e orientar as massas até que tivessem criadas as condições necessárias para formar o “exército revolucionário” que iria lutar contra a Ditadura.

Tudo isto será, no entanto, insuficiente para abrandar as críticas à orientação política e ideológica da Direcção e à linha guevarista, que, segundo os sectores críticos da Direcção, se teria

²⁵⁵“O assassinio de Che Guevara”, *O Proletário*, nº 3, Outubro de 1967, p. 12 a 14

²⁵⁶S.t, *O Proletário* nº 4/5, Novembro-Dezembro de 1967, p. 15

²⁵⁷“As 3 Armas do Povo. A 2ª Arma: O Exército Popular Operário camponês”, *O Proletário*, nº 8/9, Março-Abril de 1968, p. 8 e 9

instalado. A luta interna opunha, afinal, os que haviam vencido na 1ª Conferência e sido, por isso, guindados à Comissão Directiva, como João Quintela, José Alberto, Aires Rodrigues e outros radicados em Paris, ao grupo da Bélgica, encabeçado por Heduíno Gomes.

No segundo semestre do 1968 é divulgado o relatório *Tracemos Uma Linha de Demarcação Extremamente Clara entre Marxistas-Leninistas e Revisionistas*, que consiste numa colectânea de textos críticos ao guerrilheirismo cubano e consequentemente, ao artigo publicado no *Proletário* e à linha seguida pela Direcção. Neste relatório é apontado que as posições tomadas nesse artigo de defesa do guevarismo estão em “desacordo com as posições de outros partidos ou organizações marxistas-leninistas”. A Direcção do CMLP era acusada de seguir a “teoria da 3ª via na luta de classes”, definida por Régis Debray, e que consistia na subestimação do papel do partido e da sua importância na luta nacional e anti-imperialista; na negação da direcção política do proletariado; e na não compreensão de que a luta armada devia estar ligada à luta de massas. Ao negar a necessidade da direcção política do proletariado, a “teoria da 3ª via”, segundo os críticos, “revela-se contrária ao marxismo-leninismo e ao pensamento de Mao Tsé-Tung”. Nesta colectânea critica-se o facto de Cuba apoiar o revisionismo da União Soviética e, por isso, não aceitar os princípios marxistas-leninistas, bem como o guerrilheirismo, que, na perspectiva destes, coloca a via armada acima do partido e não se coaduna com a luta de massas, quando os ensinamentos de Mao Tsé-Tung são claros ao dizer que as três armas contra o imperialismo são: “um partido disciplinado, armado com a teoria marxista-leninista, usando o método da auto-crítica e ligados às massas do povo; um exército sob a direcção de tal partido; uma frente única de todas as classes revolucionários e de todos os grupos revolucionários, sob a direcção desse partido”²⁵⁸.

Ou seja, para os criticar, em primeiro lugar, Che Guevara não consideraria a luta contra o revisionismo como uma tarefa fundamental para a condução do movimento operário; depois, não veria o Partido Comunista da China como a vanguarda da luta pela revolução mundial; e finalmente, não consideraria que devia ser o partido a dirigir o “exército revolucionário” e a luta armada. O que significava que negava, desta fora, que a revolução necessitaria de ser dirigida por um partido comunista, baseado no “marxismo-leninismo”. Neste documento, afirma-se que o “desvio guerrilheirista” teria adeptos dentro da organização, uns valorizando a “unidade com os castristas”, outros reconhecendo mesmo que “há muitos bons comunistas que são castristas”²⁵⁹.

Num outro relatório, intitulado *Lutemos pela Formação do Partido Comunista Marxista-Leninista de Portugal. Contra os desvios de direita no Comité Marxista-Leninista Português*, um

²⁵⁸Comité Marxista-Leninista Português, 1966, *Tracemos Uma Linha de Demarcação Extremamente Clara entre Marxistas-Leninistas e Revisionistas*(Das conclusões da 1ª Conferência do CMLP), SI.

²⁵⁹Comité Marxista-Leninista Português, 1966, *Tracemos Uma Linha de Demarcação Extremamente Clara entre Marxistas-Leninistas e Revisionistas* (Das conclusões da 1ª Conferência do CMLP), SI.

membro da Direcção, é acusado de ter defendido a vantagem da existência de três frentes de luta “uma de guerrilha, na montanha; - outra de sabotagens, na cidade; - e o partido, que faria o trabalho político”. Esta posição indicava que os “desvios de direita” estariam presentes na direcção, que assim estaria infiltrada por elementos “burgueses” que não defenderiam os princípios marxistas-leninistas e a orientação de Mao Tsé-Tung, o que significaria que pretendiam impor uma orientação guerrilheirista ao partido, o que subverteria a ideia de que a orientação de uma organização “marxista-leninista” é a construção de um verdadeiro partido comunista capaz de organizar e comandar um “exército popular”²⁶⁰.

Jacinto Rodrigues, que fora membro da FAP/CMLP corrobora esta ideia que havia discussões dentro da organização sobre a melhor forma de adaptar a tática de guerrilha a Portugal. Além das discussões sobre o guevarismo, os membros da FAP estudavam e discutiam as táticas de guerrilha urbana defendidas por Carlos Marighella²⁶¹. Para alguns membros da FAP, as condições geográficas, a história, a geopolítica portuguesa não permitiam adaptar a experiência chinesa da Longa Marcha nem a experiência cubana da guerrilha rural, por isso, a tática da guerrilha urbana aparecia como a mais adequada ao contexto político e geográfico português²⁶².

No contexto desta discussão, o organismo Engels, sediado na Bélgica publica *Só o Trabalho Comunista Pode Conduzir à Reconstrução do Partido*, em que critica as posições da Direcção. A 25 de Agosto de 1968, o Organismo Engels aprova a convocatória de uma 2ª Conferência do CMLP, argumentando que existiam “ideologias antimarxistas no seio do CMLP” visíveis nos artigos do *Proletário* nº3, 4-5; na “inexistência de uma autocritica pública e concreta tendente à correcção dessas manifestações”; e “na quebra de unidade ideológica na base do marxismo-leninismo e a consequente quebra da disciplina partidária e do centralismo democrático”²⁶³.

A Comissão Directora aceita a realização da conferência e três dos seus membros elaboram uma autocritica na qual reconhecem não haver unidade ideológica e política dentro do CMLP²⁶⁴. A

²⁶⁰“Lutemos pela Formação do Partido Comunista Marxista-Leninista de Portugal. Contra os desvios de direita no Comité Marxista-Leninista Português”; «Rita», Setembro-Outubro de 1968, in CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 62

²⁶¹Carlos Marighella (Salvador, 5 de Dezembro de 1911 – São Paulo, 4 de Novembro de 1969), foi um político, guerrilheiro e poeta brasileiro e um dos principais organizadores da resistência armada contra a Ditadura Militar brasileira. Em 1969, escreveu o livro *Pequeno Manual de Um Guerrilheiro Urbano*, que serviu de orientação a movimentos revolucionários em todo o mundo.

²⁶²Entrevista a Jacinto Rodrigues, 18 de Setembro de 2012

²⁶³Comité Marxista-Leninista Português *Só o Trabalho Comunista Pode Conduzir à Reconstrução do Partido*, 1968, SI, Edição do Organismo Engels do CMLP. Este documento será reproduzido praticamente na íntegra no órgão teórico do CMLP, *Estrela Vermelha*, nº 1, de Janeiro de 1969, com o título “1964-1968: A Luta dos Marxistas-Leninistas Portugueses em Busca da Linha Justa”

²⁶⁴Comité Marxista-Leninista Português “*Só o Trabalho Comunista Pode Conduzir à Reconstrução do Partido*”, 1968, SI, Edição do Organismo Engels do CMLP. Este documento será reproduzido praticamente na íntegra no órgão teórico do CMLP, *Estrela Vermelha*, nº 1, de Janeiro de 1969, com o título “1964-1968: A Luta dos Marxistas-Leninistas Portugueses em Busca da Linha Justa”

13 de Outubro de 1968 realiza-se uma reunião alargada na qual participam três elementos da Comissão Directora e representantes de vários organismos do CMLP. Nesta reunião é eleita a Comissão Organizadora da 2ª Conferência e criticam-se os subscritores da autocritica por não combaterem o “castrismo”.

A 2ª Conferência realiza-se a 9 e 10 de Novembro de 1968, estando presentes onze pessoas, que compuseram uma Comissão Central de oito e um Comité Executivo de quatro elementos. A conferência condenou a direcção cessante por “abandono da luta ideológica e afastamento dos princípios do marxismo-leninismo”, “solicitude para com as mais variadas “teorias da moda”” e abandono da tarefa de “reconstrução do partido” e da luta contra o revisionismo. Acusava-a também de “desprezar o papel da teoria na revolução” e de recrutar para a organização “indivíduos com as mais variadas duvidas acerca dos princípios fundamentais do marxismo-leninismo”, aos quais chegou a entregar cargos de responsabilidade política e orgânica e a propor a direcção da luta armada²⁶⁵. Criticava igualmente o “oportunismo da Comissão Directora” e exigia a “depuração dos elementos oportunistas e a nomeação de uma nova direcção”. Considerava aliás que não era necessário definir uma nova etapa do CMLP pois os objectivos fixados pela 1ª Conferência continuavam correctos, só que não tinham sido postos em prática. Para a nova Direcção do CMLP, onde passa a pontificar Heduíno Gomes, a primeira tarefa será “reconstruir o Partido Comunista”, criar “comités comunistas”, que o CMLP se ligasse às massas trabalhadoras e denunciar o “castrismo” dentro da organização, reafirmando que a sua linha ideológica era o pensamento de Mao Tsé-Tung²⁶⁶.

Era um novo ciclo que se abria e um caminho que conduziria à criação do PCP (M-L) – Partido Comunista Português (Marxista-Leninista).

3.2. De O Comunista à OCMLP

O processo de luta interna que se vinha desenvolvendo no CMLP origina um conjunto de dissidências e abandonos que, nesta fase, culminam precisamente na 2ª Conferência. No novo ciclo que se abre, há um veio diferenciador, entre o sector politicamente vencido, que se vai, em grande parte, reagrupar numa nova organização – O Comunista e a nova direcção saída da 2ª Conferência.

Hélder Costa, considerado justamente como o principal impulsionador desta nova organização que se estrutura em função de uma publicação com o mesmo nome, consegue reunir alguns dos elementos que haviam pertencido à Direcção do CMLP eleita na 1ª Conferência, bem

²⁶⁵Comité Marxista-Leninista Português, “Resoluções da 2ª Conferência do CMLP”, in *Estrela Vermelha*, nº1, Janeiro de 1969, p. 5 a 14

²⁶⁶Comité Marxista-Leninista Português, “Resoluções da 2ª Conferência do CMLP”, in *Estrela Vermelha*, nº1, Janeiro de 1969, p. 5 a 14

como militantes não organizados que pertenciam, ou haviam pertencido, ao PCP, principalmente de Grândola, de onde era originário.

Seriam inicialmente cerca de dez elementos, dispostos a polarizar gente que se identificava com a esquerda radical, militando ou não em organizações políticas. O grupo começou a editar, em Dezembro de 1968, o jornal *O Comunista*, do qual saíram catorze números²⁶⁷. Mantinham alguns contactos com o interior, quer por esta via, quer pela actividade que Hélder Costa havia desenvolvido antes de se exilar em Paris. Apesar de ser normalmente referido que foi em Paris que se fez a reunião fundadora de *O Comunista*, José Alberto e a sua companheira Lina, membros fundadores de *O Comunista*, referem que esta se realizou na Galiza e que participou também a companheira de Hélder, Martine, muito activa na solidariedade com os desertores exilados²⁶⁸.

O Comunista apresentava uma estrutura federal na qual os núcleos que se iam constituindo tinham uma grande autonomia, servindo o jornal como o elo de ligação entre eles. Desta forma, rejeitavam o centralismo democrático que era defendido intransigentemente pelo CMLP e não se viam como vanguarda mas como organizador e coordenador de vários núcleos independentes que seguiam uma linha geral política e ideológica comum. O grupo conseguira, mercê dos contactos mantidos, alguma implantação no interior entre o meio estudantil, mas também operário²⁶⁹.

Entre 1972 e 1973 foram presos vários indivíduos acusados de pertencerem a esta organização. Cinco deles, por exemplo, presos em 1973, eram oficiais milicianos, acusados de promover cursos de manuseamento de armas e explosivos, de incitar os soldados à deserção, de promover um grupo de estudos sobre o movimento associativo e auxílio à emigração clandestina, de realizar acções de propaganda contra o regime e a guerra colonial²⁷⁰.

A questão da luta armada esteve sempre presente na formação da organização que defendia abertamente a luta armada, ainda que não tivessem conseguido efectuar alguma acção. No primeiro número de *O Comunista*, é especificado que “a nossa ideologia não existe se não desencadearmos a luta armada. É na prática que se vê a verdade ou a mentira de uma teoria. Para nós, a violência da luta de massas e a passagem à luta armada (forma superior da luta de classes) são parte integrante do que pensamos. Assim, como a ditadura burguesa se impõem pela violência, a *ditadura do* proletariado só poderá triunfar pela violência”. Sublinham ainda que a linha de acção da organização é: “organizar e consciencializar a classe operária e posteriormente lançar a acção violenta nos locais de trabalho, nos campos, etc. - sempre feita pelos trabalhadores e no meio dos trabalhadores. Essa acção violenta irá, por sua vez, consciencializar e chamar à luta outros

²⁶⁷Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

²⁶⁸Entrevista José Alberto e Lina Alberto, Vila d'Alva, 13 de Setembro de 2012

²⁶⁹Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

²⁷⁰“Cinco Jovens Intelectuais Respondem por Alegada Filiação em O Comunista”, *Expresso*, 24 de Fevereiro de 1973

trabalhadores até aí adormecidos pela dominação burguesa”²⁷¹. Para O Comunista, o problema colocava-se ao nível da articulação entre a luta de massas, que teria de ser organizada por um partido “marxista-leninista”, e a acção armada, que seria executada por operários e camponeses, actuando na cidade e no campo.

A atenção prestada à formação política e ideológica dos militantes e o aprofundamento das questões doutrinárias permitiria evoluir de uma fase inicial marcada por um certo eclectismo, pois era a fase dos primeiros contactos e recrutamentos, e de formação de núcleos, a par de uma maior definição ideológica à luz dos cânones marxistas-leninistas, principalmente, a partir de 1970; o que levou ao abandono de alguns grupos. Um destes grupos radicado na Suíça, que editava o jornal *A Voz do Povo*, foi criticado por não defender a linha sindical clandestina, por editar um cartaz “derrotista” sobre a guerra colonial e por defender o “guevarismo”²⁷².

No fundo, sem abandonarem completamente as concepções de luta armada, tornavam mais claro que essas acções deviam assentar nas massas e ser uma iniciativa das massas, sendo para o efeito fundamental a criação de um partido revolucionário baseado no que designariam como a “aliança operário-camponesa”. O problema passava, pelo menos teoricamente, por colocar a organização do partido como a tarefa mais urgente, ressaltando sempre que se a luta se agudizasse os militantes da organização deveriam estar “no seio das massas, sempre aprendendo na prática” nunca se escudando atrás de “justificações teóricas” mas “lutando aberta e corajosamente”²⁷³.

Em finais de 1972, O Comunista funde-se com a organização O Grito do Povo, criando a OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa.

O Grito do Povo tinha sido criado no Porto, em finais de 1969, ainda sem essa designação, resultante, sobretudo do incremento de uma certa actividade à esquerda do PCP, desenvolvida, desde o ano anterior, entre a juventude. São sectores em discordância com o Partido Comunista em matérias como as formas de luta da oposição, e o combate à guerra colonial, já que defendiam a deserção, e assentavam as suas concepções em novos paradigmas culturais que se distanciavam dos do PCP. Durante a campanha para as eleições de 1969 estas divisões acentuam-se com estes novos sectores a defenderem a radicalização da luta política e a não ida às urnas para não compactuar com a fraude eleitoral manipulada pelo do regime. Neste contexto, estes novos sectores vão começar a agrupar-se em torno de jornais e cooperativas culturais, como é o caso da Cooperativa Confronto e da publicação *Cadernos Necessários*.

Entre 1969 e 1970 começa-se a estruturar O Grito do Povo, propriamente dito, a partir de

²⁷¹“A luta Armada”, O *Comunista* nº 1, Dezembro de 1968

²⁷²CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China, p. 141

²⁷³“Militantismo Revolucionário”, O *Comunista* nº 7, Outubro de 1970, p. 3

um sector ligado ao movimento estudantil, os chamados Comités de Base, e outro relacionado com o sector operário. José Manuel Penafort Campos, era responsável pelo sector operário e fazia a ligação com Pedro Baptista, responsável pelo sector estudantil. A organização foi mantida clandestina, para não sofrer infiltrações e defender-se melhor da repressão policial

A primeira manifestação pública de O Grito do Povo é um manifesto a convocar uma manifestação no Porto para o 1º de Maio de 1971. No final desse ano foi realizada uma reunião em Barroelas, concelho de Viana do Castelo, destinada a constituir a primeira direcção, que ficou composta por Pedro Baptista, António Pedro Abecassis, Rui Loza, Francisco Morais e José Manuel Penafort Campos²⁷⁴. Em Dezembro desse ano, foi publicado o primeiro número de *O Grito do Povo*, que se designava a si próprio como “jornal operário comunista” e distinguia-se pelo seu estilo informal, pela atenção dada à luta anticolonial e às lutas económicas e por um certo ecletismo, saudando o aparecimento de outras organizações, de outros jornais e noticiando as acções armadas levadas a cabo pelas Brigadas Revolucionárias.

O Grito do Povo, procurou alargar a sua implantação operária, enviando militantes jovens, sobretudo estudantes, para trabalhar nas fábricas ou viver em zonas carenciadas com o intuito de fazer trabalho político. Houve também casos de operários politizados que fizeram trabalho de implantação noutras empresas. Estes quadros eram também alimentados por desertores e por militantes de O Comunista que vinham do exterior directamente para a implantação nas fábricas, ainda antes da união formal com O Grito do Povo. O objectivo político desta implantação era a formação de células da OCMLP, designadas por Comités Operários²⁷⁵. Esta ideia de implantação no proletariado esteve sempre presente na organização desde a sua formação

Os contactos de O Comunista com o que viria a ser O Grito do Povo, começaram ainda em 1969, mas apenas no ano seguinte é que começou a cooperação formal entre as duas organizações, que se fazia sobretudo ao nível da partilha de informações, difusão de propaganda e discussão ideológica. Esses contactos estabeleciam-se através de militantes do futuro O Grito do Povo que conheciam Hélder Costa e que se deslocam a Paris para aprofundar os contactos. Em 1971, alguns membros de O Grito do Povo vão para o exterior, o que permite estreitar as relações entre as duas organizações, que se vai traduzir também na decisão de O Comunista formar uma Comissão do Interior, consolidando esta parceria²⁷⁶.

Este processo levou a uma discussão centrada em torno do centralismo democrático. Os núcleos *Maria Albertina* e *Revolução Popular*, por exemplo, defendiam a autonomia política e

²⁷⁴CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-china, p. 210-215

²⁷⁵Sobre a questão da “implantação” cf: CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-china, p. 210-215

²⁷⁶Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

organizativa e a criação de uma comissão de delegados que deveria funcionar como elo de ligação entre os núcleos, devendo, quando necessário, tomar decisões, mas sempre por unanimidade. Porém, à medida que O Comunista foi avançado no sentido do centralismo, estes núcleos acabaram por ser expulsos²⁷⁷.

Em finais de 1971, inícios de 1972, O Comunista cria um conjunto de Comissões - de imprensa, de agitação, de propaganda, do exterior, do interior, de fundos e documentação, - que deveriam permitir centralizar a tomada de decisões.

Em finais de 1972, é formalmente criada a OCMLP, sendo em Janeiro seguinte eleito um Comité do Exterior de Apoio, identificando-se, a partir de Março de 1973, *O Grito do Povo* como órgão central da OCMLP. A nova organização prosseguiu o trabalho de implantação, sobretudo nas grandes fábricas, considerando que “é na luta de massas nas fábricas, na politização dos sectores mais avançados das massas que se forma hoje uma nova geração de quadros comunistas”²⁷⁸, e apoiou como pode várias greves, como por exemplo, a da *Grundig* de Braga, em Fevereiro de 1972, ou a dos pescadores de Matosinhos e da Afurada nos primeiros meses de 1973²⁷⁹.

A 16 de Abril de 1973, Pedro Baptista foi preso no posto da DGS de Vila Verde da Raia, quando regressava de uma estadia de 15 dias em Paris para ultimar a fusão de O Comunista com O Grito do Povo. Em finais de 1973, e estando Pedro Baptista preso, a estrutura da OCMLP sofre alterações, tendo sido cooptados para a direcção José Queirós, que fazia a ligação com o Comité Pró-Partido do Centro e José Oliveira, que fazia a ligação com o Comité Pró-Partido do Minho.

Nesta altura desenvolvem-se as lutas ideológicas dentro da organização, que passavam, essencialmente, por uma discussão sobre o que deveria ser a intervenção em meio sindical. Já tinha sido criada a Organização Sindical Vermelha, em Maio de 1973, uma estrutura clandestina dos Comités Operários e agora a discussão consistia em saber se deveria armar os Comités Operários e lançar acções de guerrilha ou organizar lutas nas fábricas e formar quadros comunistas. Era o confronto entre duas linhas: a luta de massas e a linha da guerrilha.

Este confronto passa também por uma luta pelo poder entre “Quim” (Rui Loza) e “Matos” (Francisco Moraes), defendendo o primeiro uma linha mais “economicista” e o segundo o “guerrilheirismo”. Em torno de “Matos” e de “Viriato” (Nuno Moraes), constituiu-se o chamado “grupo de revolução cultural” e apoiados no Comité pró-Partido do Centro, do qual os dois faziam parte, procuraram formar uma direcção provisória²⁸⁰. Esta luta entre as linhas “economicistas” e

²⁷⁷CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da China, p. 210-215

²⁷⁸“Editorial”, *O Grito do Povo* nº 17, Setembro de 1973, p. 1

²⁷⁹“Solidariedade”, *O Grito do Povo* nº 14, Junho de 1973, p. 11

²⁸⁰CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-china, p. 210-215

“guerrilheiristas” já vinha desde 1972 mas a prisão de Pedro Baptista, na prática o chefe da organização O Grito do Povo, potenciou o agravar dos conflitos internos e a disputa pelo poder.

Em Abril de 1974, a direcção executiva é chamada para um encontro e os elementos afectos à linha economicista são presos e neutralizados durante alguns dias, passando o grupo ligado a “Matos” e a “Viriato” a agir como a nova direcção. É o chamado golpe “Matos-Viriato”. Porém, após o 25 de Abril, na sequência da realização da I Conferência Nacional, estes são expulsos da organização, triunfando aparentemente a linha “economicista”.

3.3. A incapacidade do movimento marxista-leninista pós-FAP de lançar acções violentas

Ainda na fase de desagregação da FAP desenham-se esboços de acções especiais, como a que teria sido pensada, por Manuel Claro, com vista à libertação de João Pulido Valente, que tinha sido preso em Outubro de 1965.

A acção, proposta ao que restava da Direcção da FAP/CMLP no exterior, tivera a concordância dos restantes elementos, ainda que nunca viesse a passar dos planos iniciais, que consistiam em fazer chegar a João Pulido um fio especial de nylon com que este serraria as grades da sua cela. Há uma variante deste plano, referida por José Capillé, segundo a qual a acção se realizaria numa altura em que o dirigente preso tivesse de ser transportado em carrinha celular²⁸¹.

De qualquer modo, independentemente da modalidade de que a acção se revestisse, contaria sempre com a participação de um grupo armado constituído em França, que viria para o interior para cobrir a fuga, utilizando armas e explosivos depositados em Portugal à guarda de Hélder Costa, que era o elemento que, no interior, assegurava a ligação entre a pulverizada organização e a direcção da FAP/CMLP em Paris. Hélder Costa integrava, ao mesmo tempo, o grupo de falsificação de documentos e de apoio às saídas clandestinas do país, angariando armas de jovens que, ao desertarem, as traziam consigo, entregando-as como uma espécie de contrapartida para o apoio concedido na fuga do país. A continuada angariação de armas e explosivos asseguraria, principalmente a partir de 1966 a existência de arrecadações, principalmente em Paris, mas também em Portugal, embora em menor quantidade, e que eram autênticos pequenos paióis. Teria havido mesmo quem desertasse com várias malas de armamento²⁸².

Ainda nos últimos tempos de existência da FAP/CMLP, a ida para França de alguns dos operacionais que haviam estado no assalto ao paquete *Santa Maria* e ao desvio do avião da TAP que fazia a ligação Casablanca-Lisboa, como Hermínio da Palma Inácio e Camilo Mortágua, antes da

²⁸¹Entrevista José Capillé, Montijo, 10 de Setembro de 201

²⁸²Entrevista José Alberto e Lina Alberto, Vila d'Alva, 13 de Setembro de 2012

fundação da LUAR, ocasiona contactos, quer com o CMLP, primeiro, quer com o grupo O Comunista, depois.

O primeiro desses contactos formais é estabelecido por intermédio de José Capillé, tendo tido Francisco Martins Rodrigues, em 1965, ainda antes de regressar ao país, uma reunião com Palma Inácio²⁸³. Estes contactos vão prosseguir, intensificando-se particularmente depois da 1ª Conferência do CMLP, ou seja ao longo dos anos de 1967 e 1968. José Alberto confirma estas ligações da FAP/CMLP com elementos que virão a constituir a LUAR, como com a LUAR propriamente dita, já depois do assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, a 10 de Maio de 1967, continuando Camilo Mortágua e Palma Inácio a serem os principais interlocutores.

Nesta fase, teria havido também, segundo José Alberto, contactos com um brasileiro que teria estado na guerrilha com Che Guevara e que terá chegado a fazer formação militar a quadros do CMLP e que teria chegado a Paris juntamente com os futuros operacionais da LUAR ou na mesma altura que eles²⁸⁴. Camilo Mortágua afirma, no entanto, não ter vindo nenhum brasileiro com eles, embora refira a presença em França de um elemento de nacionalidade brasileira, que efectivamente teria estado na guerrilha de Cuba e que pertencera ao DRIL, mas, que nunca terá estado integrado na LUAR²⁸⁵. De qualquer modo, este brasileiro seria quem mais contacto teve com dirigentes do CMLP, sendo também o mais consistente do ponto de vista político e ideológico, já que, na perspectiva dos futuros dirigentes, a LUAR era uma organização meramente anti-fascista. Nestes encontros admitia-se fortemente a realização de acções conjuntas.

Na visita partidária que realizou à Albânia na Primavera de 1967, José Alberto, enquanto membro da Comissão Directiva do CMLP, terá discutido esta perspectiva nas conversações que teve com dirigentes do Partido do Trabalho da Albânia, cuja reacção terá sido de expectativa moderada. O entusiasmo em relação a esta convergência não era uniforme, não era propriamente comum a todos os elementos que constituíam a direcção do CMLP saída da 1ª Conferência, mas tocava alguns dos seus membros.

Já em 1968, na 2ª Conferência do CMLP, o grupo de Heduíno Gomes, que aí triunfa, denuncia o facto de haver quadros do CMLP que trabalhariam secretamente para a LUAR, organização que “junta todas as correntes burguesas” e que se oporiam à reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista). No seu entendimento, a LUAR seria a demonstração clara que a burguesia utilizava a luta armada “com o fim de desviar as massas da única via justa, (o marxismo-leninismo)” e que se teria infiltrado no CMLP com esse objectivo, isto é, “colocá-lo ao serviço da sua política pequeno-burguesa radical”. São mesmo apontados três membros da Comissão Directiva

²⁸³Entrevista a José Capillé, Montijo, 10 de Setembro de 2012

²⁸⁴Entrevista a José Alberto e Lina Alberto, Vila d'Alva, 13 de Setembro de 2012

²⁸⁵Entrevista Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

anterior com forte envolvimento nestes contactos – “Inácio”, Miguel” e “Rodrigo”²⁸⁶.

Um destes, José Alberto (“Inácio”) fora para Paris em Fevereiro de 1965, ao sentir a pressão e a vigilância policial apertar-se sobre si. Nunca tinha sido militante do PCP, embora gravitando na sua órbita. No primeiro emprego que consegue trava conhecimento com José Capilé, já da direcção da FAP/CMLP, que o recruta para a organização, chegando, no processo da 1ª Conferência, à Comissão Directiva²⁸⁷. Outro era Jacinto Rodrigues (“Miguel”), que integrara as Juntas Patrióticas de Libertação Nacional ao tempo das movimentações estudantis de 1962, tendo depois prestado serviço militar, desertando depois de ter sido mobilizado para a Guiné. Sai do país com o apoio da estrutura clandestina que Hélder Costa e os seus companheiros mantinham para esse efeito. Em Paris, torna-se militante do PCP, mas por pouco tempo. Influenciado pelas leituras de Mao Tse Tung e de Guevara e, ao tomar conhecimento do “Luta Pacífica, Luta Armada...”, decide-se pela adesão à FAP/CMLP, passando a usar o pseudónimo de “Ioga”. Tal como José Capilé, é guindado rapidamente ao Comité Central no exterior. Depois das prisões dos dirigentes e do desmantelamento da organização no interior, recusa a directiva de regressar ao país para aferir da extensão do desastre organizativo e lançar as bases da reorganização, considerações não haver condições de segurança para o efeito. Seria, por isso, afastado²⁸⁸. No entanto, meses depois, mediante autocritica, é aceite o seu reingresso, passando a usar o pseudónimo de “Miguel”. Entusiasta da luta armada e da aproximação à LUAR, é Jacinto Rodrigues que em determinada altura, quando percebe que a recém-constituída LUAR pretende arranjar um campo de treinos na Europa, sugere à Direcção do CMLP instar o Partido do Trabalho da Albânia para localizar aí essa importante infra-estrutura logística, ideia que conta com o apoio de José Alberto, que aliás vinha defendendo justamente a convergência com a LUAR no seio da Comissão Directiva. “Rodrigo”, por seu turno, é acusado de apoiar as acções de José Alberto e Jacinto Rodrigues, este acusado mesmo de trabalhar secretamente para a LUAR, pelo que todos eles acabariam sendo expulsos do CMLP como “castristas”²⁸⁹. José Alberto virá, praticamente de seguida, a fundar com Hélder Costa O Comunista enquanto Jacinto procurará uma via de aproximação mais estreita ainda à LUAR, com base num pequeno grupo que se continuava a reclamar do “marxismo-leninismo” e a ter como referência o PC da China.

A proximidade em relação à LUAR ou àqueles que no período imediatamente precedente a viriam a fundar não radicava propriamente em qualquer tipo de afinidade ideológica, ainda que

²⁸⁶Comité Marxista-Leninista Português, “Documentos Relativos à 2ª Conferência do CMLP”, SI., CMLP, Novembro de 1968

²⁸⁷Entrevista a José Alberto e Lina Alberto, Vila d'Alva, 13 de Setembro de 2012

²⁸⁸Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2013

²⁸⁹Comité Marxista-Leninista Português, “Resolução. Eis Como Manobram os Inimigos da Classe Operária”, in *Documentos Relativos à 2ª Conferência do Comité Marxista-Leninista Português*, CMLP, Novembro de 1968.

inspirados na experiência cubana e no “guevarismo” encarassem sobretudo as vantagens de uma unidade na acção com vista a apressar, por via da violência revolucionária, o derrube do regime.

Se é verdade que Francisco Martins Rodrigues nos seus escritos se vinha procurando demarcar da experiência cubana, essa influência nunca fora completamente extirpada da FAP/CMLP, particularmente entre os dirigentes de segunda linha. Este sector pressionava para a realização de acções radicais, aspecto a que a sua direcção não podia deixar de ser sensível.

A prisão de Martins Rodrigues, Rui d' Espiney e João Pulido Valente, os três dirigentes fundadores da FAP, causaria enorme desorientação e levaria a que exterior se procurasse quase desesperadamente recompor caminho.

A obra de Mao Tse-Tung apresentava a frescura das grandes mobilizações de massas, trazia o conceito de “guerra popular prolongada”; mas essa realidade estava distante e nada tinha a ver com a situação em Portugal e com as suas características de pequeno país sem grandes zonas montanhosas ou áreas densamente florestadas. Por outro lado, por mais interessante que fosse a experiência da revolução cubana, com a guerrilha da Sierra Maestra, essas formas de combate em meio rural apresentavam óbvias dificuldades naturais de aplicação ao país. No caso de Cuba, era ainda a progressiva aproximação à União Soviética que causava problemas, de algum modo superados com a apologia das atitudes e do percurso de Che Guevara, exemplo de internacionalismo baseado no desencadeamento de guerrilha por pequenos grupos, onde se queria ver demarcação em relação à URSS e sobretudo uma enorme generosidade revolucionária. Por isso o exemplo do Che e a obra de Régis Debray, *Revolução na revolução*, editada em França pela Maspéro logo em 1967, exerceram uma importante influência neste contexto com as teses sobre o “foquismo”, isto é, sobre a multiplicação de focos de guerrilha como forma de fazer alastrar os processos revolucionários.

Menos divulgado, mas também influente nesta fase foi a obra *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil*, de Carlos Marighella, dirigente do PC do Brasil, que em meados dos anos 50 estivera uma longa temporada na República Popular da China, mas que, em rotura, vem a abandonar o PC do B em 1967, altura em que participa em Cuba, na importante conferência da Tricontinental. No regresso ao Brasil, já fora do PC do B funda no início do ano seguinte a Aliança Libertadora Nacional²⁹⁰.

Era um “heterodoxia” doutrinária que levava a uma revalorização do pensamento de Trotski num caldo eclético, feito de inquietações, de muita desorientação, sem que perdessem de vista os escritos de Martins Rodrigues no “Revolução Popular” onde, os dirigentes do CML, procuravam, afanosamente, lógicas de compatibilização entre todos estes caudais que fervilhavam entre dentro

²⁹⁰Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

da organização.

É nesta altura que chega a Paris Palma Inácio, rodeado de uma aura de romantismo revolucionário, acrescida, aliás, com o assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz, e que em tudo se afastava da figura de Martins Rodrigues. Os dirigentes do CMLP balanceavam entre estes dois paradigmas de revolucionários. Palma Inácio aproximava-se, inclusivamente, da figura desprendida de João Pulido Valente, afinal o único dos três dirigentes históricos que não havia cedido face à polícia.

É da combinação de todos estes factores, de todas estas circunstâncias que se explica a aproximação de um sector importante do CMLP à LUAR, rompendo objectivamente com os cânones fechados, ideologicamente rígidos, fortemente centralistas do ponto de vista orgânico que o “marxismo-leninismo” pretendia impor.

Quando Hermínio da Palma Inácio foi preso em Paris, em Maio de 1967, o CMLP está presente na campanha contra a sua extradição e pela sua libertação, participando nas manifestações e concentrações e editando panfletos de apoio, justificando que o assalto ao banco da Figueira constituirá uma acção política, de cunho antifascista e não de delito comum²⁹¹.

O ano de 1968, muito marcado, evidentemente, pelos acontecimentos de Maio em Paris, acrescenta-lhe um frémito de entusiasmo e de participação em que os exilados portugueses da esquerda radical se envolvem, inflamando o quadro de turbulência interna que atravessava o CMLP.

Logo após ter sido expulso do CMLP, Jacinto Rodrigues participa no grupo da LUAR que, em Setembro de 1968, entra em Portugal para tomar a cidade da Covilhã. Fracassado o movimento com muitas prisões, entre as quais a de Herminio da Palma Inácio, a LUAR entra num período de confusão e indefinição e Jacinto Rodrigues decide formar o colectivo Divulgação Popular, que pretendia ser um grupo de pressão dentro da LUAR para que esta se tornasse mais ideológica e inflectisse o seu posicionamento num sentido mais “marxista-leninista”.

Mas, de entre os que haviam sido expulsos ou se afastaram do CMLP no processo da 2ª Conferência, muitos vão, como vimos, formar o grupo O Comunista, onde este espírito guerrilheirista está bem vivo. A polarização que leva à constituição do grupo faz-se em torno da necessidade premente e radical de lutar contra a ditadura e a guerra colonial, defendendo a luta armada. O grupo que Hélder Costa tinha criado em Portugal uma estrutura para apoio a desertores e activistas da oposição que queriam sair do país, que se mantinha, sem designação própria e com um funcionamento evidentemente clandestino, muito fechado e constituído sobretudo por estudantes, mas também por alguns operários²⁹². Em troca da passagem clandestina da fronteira, os desertores

²⁹¹Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

²⁹²Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

deveriam dar as suas armas e passaportes. Desta forma, as armas, granadas e passaportes falsos que este grupo reunira passaram para O Comunista. José Alberto refere, em 2012, que chegou a guardar armas na sua própria casa, assim como material que servia para fabricar explosivos²⁹³.

A palavra de ordem da organização relativamente à guerra colonial era “Deserção sempre e em todas as circunstâncias”, se bem que defendessem o aproveitamento das possibilidades de trabalho revolucionário no seio das Forças Armadas, quanto mais não fosse para fazer preparação militar, pois “a preparação física, tática de guerrilha e contra-guerrilha, organização e funcionamento do exército, o estudo e a prática de todo o armamento, são conhecimentos fundamentais para a luta armada que cedo teremos de travar contra a burguesia”²⁹⁴. Mas também era importante para a organização que os desertores antes de abandonarem o exército procedessem ao levantamento da planta do seu quartel, devidamente pormenorizada e detalhada quanto à localização de gabinetes e messes de oficiais, das casernas, paióis, arrecadações de material, sentinelas, casas da guarda, central telefónica ou identificação dos locais mais acessíveis para penetração no quartel em caso de assalto. Tudo isto devia ser acompanhado do registo da actividade diária de rotina, como os turnos de sentinela, as funções específicas do corpo de oficiais, os regulamentos internos, a identificação dos oficiais e sargentos suspeitos de colaboração com a PIDE, a composição dos regimentos e seu funcionamento operacional, as áreas de especialização dos diversos serviços das Forças Armadas, os códigos, os salários de todas as patentes. Do mesmo modo, deviam apossar-se de cartas topográficas existentes, manuais de armamento e de tática, estudos sobre as colónias, fardas, bússolas e rádios. Quando desertassem esse material, bem como o armamento de que se pudessem apoderar seria entregue à organização²⁹⁵.

Para além dos aspectos estritamente ligados à deserção, todo este frenesim em torno da angariação de armamento, que pressupunha a preparação de acções violentas, traduz-se nos primeiros números do jornal *O Comunista*, numa lógica de descentralização e de autonomia dos grupos que federava ou de núcleos de trabalhadores e estudantes que lhe pudessem estar próximos. Defendia-se, nas suas páginas, que as massas deviam saber como se defender contra a repressão, quer utilizando acções de protesto pacíficas, quer sabendo fazer e utilizar armamento simples pouco sofisticado, que poderiam fabricar com material de acesso fácil. Aí se ensinava a fazer *cocktails molotov* e bolas de pingue-pongue explosivas. Também se explicava como com poucos meios se podia fazer materiais de propaganda, como cartazes ou pequenas publicações, para o que se indicava como construir e utilizar um copiografo manual.

No número 3 de *O Comunista* são dadas orientações concretas sobre a organização de

²⁹³Entrevista a José Alberto e Lina Alberto, Vila d'Alva 13 de Setembro de 2012

²⁹⁴“Nós desertamos com armas”, *O Comunista* nº 6, Maio de 1970, p. 3

²⁹⁵“Nós desertamos com armas”, *O Comunista* nº 6, Maio de 1970, p. 3

manifestações ou para a realização de acções de guerrilha urbana. As manifestações deveriam ser cuidadosamente preparadas e convocadas para um local de grande movimento, para que se desenrolassem no meio da população, evitando locais que permitissem um cerco fácil pelas forças policiais e o local. O modo de arranque da manifestação, a sua forma de desenvolvimento e o momento em que devia terminar deveriam ser minuciosamente planeados. O grupo encarregado de dirigir a manifestação deveria conhecer bem o terreno, ser necessariamente reduzido e constituído por elementos que não fossem conhecidos da polícia política pela sua actividade legal ou pelo seu grau de exposição anterior. Como medidas de segurança contra o ataque policial, no embate corpo a corpo, aconselhava-se à constituição de grupos de auto-defesa, munidos de capacetes de motociclistas ou da construção civil, evitando respirar os gases das granadas dispersivas com um pano a cobrir o nariz e a boca e óculos protectores. Contra os cães da polícia deviam meter um cotovelo dentro da boca do cão e dar uma pancada com o cutelo da mão entre os olhos e o focinho. Já para o ataque às forças de segurança sugeriam-se a utilização de barras de ferro, paus e pedras ou o lançamento de batatas com lâminas espetadas, esferas de aço arremessadas com fiskas, etc. O que interessava era que “cada destacamento se arme a si próprio e não passe a vida à espera de ajuda de cima, de armas, etc.”, acrescentando que para o militante da guerrilha urbana “todas as armas servem e são úteis. O que conta é a audácia, a imaginação, a decisão e o efeito surpresa” ²⁹⁶ Não surpreende pois que, também aqui, com este ambiente, não tivesse desaparecido a ideia de aproximação à LUAR.

Contudo, a aproximação entre O Comunista e a LUAR acabou por acontecer muito também na base das relações de proximidade que o exílio naturalmente propiciava²⁹⁷, facilitada, de resto, pela partilha de cafés, pelos mesmos locais de trabalho, tanto forjando laços de amizade e camaradagem, como inimizades que se perpetuaram prolongadamente no tempo. Mas havia um outro factor que ajudava a essa aproximação. Depois do assalto ao banco na Figueira da Foz, alguns dos participantes teriam beneficiado do apoio da organização que Hélder Costa deixara montada no interior para auxílio à fuga do país de perseguidos políticos. Em Paris, os contactos entre as duas organizações continuariam mas situar-se-iam sempre ao nível de acções convergentes e de solidariedade entre as organizações e os seus militantes²⁹⁸.

A LUAR apreciava aliás a quantidade de armas e explosivos que O Comunista ia reunindo, resultando, como referimos, principalmente do movimento de deserções, pois não dispendo dessa capacidade, a organização de Palma Inácio tivera de optar pela aquisição de armas com parte do dinheiro resultante do assalto ao banco. A questão do treino militar constituía, neste contexto uma

²⁹⁶“Manifestações de massa e guerrilha urbana”, *O Comunista* nº 3, Junho de 1963

²⁹⁷Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

²⁹⁸Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

preocupação central. Teria havido sessões de treino militar restritas a pequenos grupos proporcionadas por aqueles que haviam tido preparação no exército português ou experimentando explosivos que pelos mais variados e engenhosos processos iam sendo testados²⁹⁹.

Em meados de Junho de 1968, chegaram a Paris elementos de um pequeno grupo que havia sido enviado pelo PCP a Cuba em meados de 1967 para receber treino militar com vista ao desencadeamento de acções especiais, mas que se haviam cindido do partido porque essas acções foram sendo adiadas, formando as Forças Armadas de Libertação (FAL)³⁰⁰. Este grupo, onde pontificava Eduardo Pons Cruzeiro, com ligações à embaixada cubana em França, entra em contacto, quer com a LUAR, quer com O Comunista, tendo havido negociações com vista à criação de uma espécie de frente para desencadear acções armadas em Portugal e para realizar treino militar nesse âmbito³⁰¹.

Ao mesmo tempo, O Comunista procurava incentivar o regresso ao país de jovens, com vista a ingressarem no exército, receberem preparação militar, desertarem de seguida, alimentando, também, deste modo, a angariação de armas e explosivos. Outros, tendo já cumprido serviço militar, ao voltarem ao país, constituiriam “células adormecidas” que seriam activadas quando chegasse a hora de efectuar acções armadas³⁰². Esta estratégia de “implantação no interior” seria também seguida pela LUAR. Sem que se tenha a verdadeira dimensão deste sector, o esforço prosseguiu mesmo depois da fusão com o grupo O Grito do Povo e com a formação da OCMLP, que, a partir de 1973, dinamizou a criação de Comités Pró-Partido, a quem, entre outros objectivos, cabe começar a preparar a luta armada.

Num registo menos precipitado, mas sem descurar propriamente esta vertente mais militar, para a OCMLP ainda não tinha chegado o momento de enveredar pela luta armada, considerando que se tratava de uma etapa de luta superior, exigindo que o Partido já estivesse construído e forte e que as “condições objectivas e subjectivas para a tomada do poder estejam já preenchidas”³⁰³. Só depois é que se deveria pensar em criar o exército popular e armar as massas. Num maior apuro ideológico, condenava o “terrorismo”, encarado como desvio “espontaneísta”, porque negava a necessidade de organizar a agitação política³⁰⁴.

Na verdade, este veio derivado da FAP/CMLP nunca viria a realizar acções armadas propriamente ditas, mas desenvolveu uma intensa actividade no sentido de criar condições para

²⁹⁹Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

³⁰⁰Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012; Sobre as FAL, ver o capítulo 4 deste trabalho.

³⁰¹Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

³⁰²Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

³⁰³“Tarefas do Comité Pró-Partido. Documento do Comité Pró-Partido do Porto”, *O Grito do Povo* nº 13, Maio de 1973, p. 5

³⁰⁴“Editorial – Alerta camaradas. Não nos deixemos dominar pelos desafios que o inimigo nos lança”, *O Grito do Povo* nº 12, Abril de 1973, p. 1 e 2

isso. No entanto, interessa sublinhar fundamentalmente como, do ponto de vista doutrinário, oscilando entre a inspiração chinesa ou albanesa e outros contributos como o “guevarismo”, acabaria por formar uma corrente no quadro do movimento “marxista-leninista” francamente favorável ao desencadeamento de acções armadas, assumindo-se como o principal herdeiro da experiência da FAP, ainda que, a partir do início dos anos 70, tenha procurado moderar a impaciência e precipitação, que caracterizou a organização depois da prisão dos seus três principais dirigentes.

Capítulo III

A LUAR – Três fôlegos

1. O primeiro fôlego - Das Origens à Covilhã

Em 10 de Novembro de 1961, um grupo de exilados ligados a Henrique Galvão desviaram um avião da TAP que fazia o trajecto Casablanca-Lisboa, lançando panfletos contra o governo português sobre algumas localidades da margem Sul de Lisboa. Depois desta acção, os membros do grupo que aí participaram regressaram ao Brasil, onde continuaram a encontrar-se para discutir a situação política portuguesa e a possibilidade de realizar novas acções. Porém esta hipótese parecia cada vez mais difícil de se concretizar, pois ia-se esgotando a capacidade de mobilização de Henrique Galvão no quadro da resistência sul-americana. Efectivamente, tanto o assalto ao *Santa Maria* como o desvio do avião da TAP, apesar do carácter espectacular das acções e de chamar a atenção da comunidade internacional para o facto de em Portugal o regime ser uma ditadura, não provocaram brechas significativas no regime.

Ao mesmo tempo, o assassinato de Humberto Delgado, independentemente das querelas e inimizades pessoais, limitava seriamente as mobilizações militares e *putchistas*, que aliás o logro do golpe de Botelho Moniz e o fracasso do assalto ao quartel de Beja já vinham evidenciando. Tornava-se, assim, cada vez mais clara a compreensão de que aquele tipo de acções, de carácter espectacular, realizadas através do Brasil, tinha um impacto e eficácia muito reduzida e que a estratégia passava por realizar acções no interior do país³⁰⁵. Todavia, como o regresso a Portugal era difícil por terem processos criminais pendentes pelas acções anteriores, alguns elementos deste grupo de exilados ligados a Galvão decidiu estabelecer-se num país europeu o mais próximo possível de Portugal. Escolheram fixar-se em Paris, que tinha uma grande comunidade portuguesa emigrante e onde estavam instalados muitos exilados políticos que podiam prestar-lhes apoio. O objectivo era formar uma organização de luta armada, a que, ainda no Brasil, deram o nome de Acção Revolucionária Democrática³⁰⁶.

Em 1965, Camilo Mortágua e Júlio Alves, que tinham participado no assalto ao *Santa Maria* e no desvio do avião da TAP, partiram para Paris e começaram a contactar exilados portugueses para obter apoio financeiro e logístico. No ano seguinte, juntou-se-lhes Hermínio da Palma Inácio, que tinha ficado no Brasil para vender a sua empresa de comercialização de peças para avião com

³⁰⁵ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³⁰⁶ MORTÁGUA, Camilo, 2013, *Andanças para a Liberdade*, Vol. 2, Esfera do Caos, Lisboa; Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

que ajudaria a financiar a organização, como veio a acontecer durante os primeiros tempos. Embora os poucos militantes da organização trabalhassem para pagar as suas despesas quotidianas e particulares, era preciso dinheiro para preparar logisticamente as acções e executá-las³⁰⁷. Entretanto, chegou a Paris António Barracosa, militar de serviço na guerra colonial, que tinha desertado do exército na Guiné, entregando-se às forças do PAIGC que o enviaram para a Argélia, onde entrou em contacto com a FPLN e durante um curto período militou no MAR. Barracosa defendia que a luta armada era a única forma de derrubar a ditadura salazarista, pelo que procurou relacionar-se com elementos da oposição que pudessem defender esta forma de luta. Na FPLN não encontrou o apoio que pretendia e o MAR já estava em processo de desagregação interna, e, decepcionado, com o ambiente oposicionista de Argel resolveu ir para Paris, onde procurou trabalho, ao mesmo tempo que entrava em contacto com elementos da oposição dispostos a lutar contra o regime³⁰⁸. Através de Manuel Silva Martins, advogado e jornalista português exilado em França, muito conhecido nos meios oposicionistas, estabeleceu contacto com Camilo Mortágua e Júlio Alves. Seriam inicialmente estes três elementos que constituiriam a Acção Revolucionária Democrática (ARD), em Paris, se bem que nunca tivessem chegado a utilizar esta sigla³⁰⁹.

A primeira etapa para formar uma nova organização política seria recrutar militantes. Os primeiros recrutamentos seriam efectuados nos meios oposicionistas de Paris, principalmente entre emigrantes anteriormente conhecidos dos elementos fundadores da organização. Assim por exemplo, António Barracosa começou por abordar jovens emigrantes, oriundos do Algarve, de onde também era natural e que já conhecia de pequenos núcleos e tertúlias políticas e acções de propaganda clandestina realizadas em Faro³¹⁰.

Outro problema que se colocava era a obtenção de fundos, necessários para financiar a nova organização. A ideia consistia em obter esses fundos em Portugal e o primeiro plano esboçado passava por raptar um banqueiro do Porto e exigir o pagamento de um resgate para a sua libertação. No início de 1966, António Barracosa, Júlio Alves e João Martins entraram clandestinamente em Portugal e durante dois meses observaram as rotinas do indivíduo em questão e elaboraram o plano de rapto. Porém, entretanto, este viajou para o Brasil e o grupo viu-se obrigado a regressar a Paris, pois não tinha mais dinheiro para permanecer em Portugal³¹¹.

No entanto, esta estadia também seria aproveitada para estabelecer contactos que poderiam tornar-se úteis em futuras acções. António Barracosa aliciou António José da Silva Matias, também

³⁰⁷ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³⁰⁸ Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

³⁰⁹ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³¹⁰ Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

³¹¹ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

de Faro e a estudar em Lisboa, que fazia parte do grupo de jovens oposicionistas daquela cidade algarvia³¹² e que permitiu chegar a um grupo de jovens oposicionistas de Alhos Vedros³¹³, a que se juntavam os contactos que tinha no meio estudantil lisboeta³¹⁴. Desta forma configurava-se uma rede de apoio no interior, até aqui inexistente, pois tanto Palma Inácio como Camilo Mortágua haviam saído de Portugal muitos anos antes e não dispunham de ligações no interior capaz de configurar um apoio eficaz. Porém, esta rede, baseada no grupo de Alhos Vedros e de Lisboa, era ainda bastante pequena, sendo premente o seu alargamento de forma a consubstanciar uma plataforma de apoio logístico à futura organização que se pretendia criar.

Entretanto, considerando a inexistência de um programa ou qualquer manifesto político que pudesse apresentar nestes grupos, José da Silva Matias encarregou dois dos elementos aliciados, António Norberto Cunha e Sotero Cabrita, de elaborar um documento político que pudesse servir de base para discussão nos grupos³¹⁵. No fundo, pretendia-se que esta rede de apoio, baseada na criação e articulação vários grupos, fosse alimentada por um documento político, o que naturalmente potenciava a evolução para uma organização minimamente estruturada.

Seria esta a situação que Hermínio da Palma Inácio encontrou quando chegou a Paris, em finais de 1966. Na primeira reunião realizada na capital francesa com a presença de Palma Inácio³¹⁶ ficou definido que era necessário estabelecer um plano de acção da organização, porém, nada foi avançado em termos das questões programáticas. Todos os presentes tinham por adquirido que eram antifascistas, que queriam o derrube da ditadura em Portugal, que defendiam a independência das colónias e contestavam a guerra colonial, e que eram a favor do uso de acções armadas para atingir o seu objectivo principal - derrubar o regime e instaurar a democracia em Portugal³¹⁷. Todavia, daqui não resultou um documento programático.

Hermínio da Palma Inácio, em Paris, entrou em contacto com Emídio Guerreiro, um conhecido oposicionista, exilado nesta cidade desde os anos 30, que tinha participado na resistência francesa durante a II Guerra Mundial, muito bem relacionado tanto na comunidade portuguesa exilada como nos meios políticos franceses. Palma Inácio esclareceu desde logo Emídio Guerreiro que o seu objectivo era formar uma organização, entrar em Portugal e derrubar o regime. Contudo,

³¹² Este grupo de jovens oposicionistas de Faro teve origem no apoio à campanha de Humberto Delgado e dele faziam parte indivíduos que vieram a pertencer à LUAR. Caso de Luís Benvindo, Francisco Seruca Salgado, Sotero Cabrita, Jorge Cartucho, Daniel Ferramacho, António Barracosa e António José Silva Matias.

³¹³ Este grupo era composto por Joaquim da Silva Ramos, José Natário Ramos, Rui da Conceição, Vieira, Carlos Melro e Mariana Xufre.

³¹⁴ IAN/TT-PIDE/DGS – Pr. 4938 E/GT, NT: 1514 – Auto de declarações de Joaquim Santos da Silva Matias, fls. 97,98

³¹⁵ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 45

³¹⁶ Nesta reunião, realizada em finais do ano de 1966 (não foi possível estabelecer a data precisa) participaram Palma Inácio, Camilo Mortágua, António Barracosa, Júlio Alves e António Matias

³¹⁷ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

para isso necessitava de financiamento. As actividades revolucionárias que tinha em mente implicavam gastos avultados que não podiam ser suportados pelo dinheiro que tinha trazido do Brasil³¹⁸. Emídio Guerreiro propôs um encontro com o engenheiro António Guimarães, homem de negócios de passagem por Paris. Nesta reunião, Palma Inácio terá contado a António Guimarães os seus planos, o que juntamente com o seu prestígio, granjeado pela participação na revolta de 1947 e no desvio do avião da TAP, conseguiu entusiasmar o seu interlocutor que regressou a Portugal na disposição de arranjar financiamento para tais projectos. Contudo, em Portugal, o ambiente nos meios oposicionistas estava longe deste entusiasmo. Muitos não acreditavam no êxito desses planos, pelo que António Guimarães não conseguiu reunir apoio financeiro suficiente para dar início à preparação das acções³¹⁹.

Foi na sequência deste desaire que Palma Inácio decidiu que a estratégia para obter fundo deveria passar pelo assalto a um banco.

1.1. Operação Mondego: Obtenção de fundos

Entre Fevereiro e Maio de 1967, Palma Inácio, Camilo Mortágua, António Barracosa, Carlos Biló Pereira e Ângelo Cardoso estiveram clandestinamente em Portugal para escolher a agência bancária a assaltar, que tinha de reunir um conjunto de condições para a operação ser bem sucedida – deveria situar-se numa localidade pequena, mas ter bastante movimento e entrada de capital e proporcionar uma retirada fácil³²⁰. A escolha recaiu sobre a agência do Banco de Portugal da Figueira da Foz, que foi assaltada a 17 de Maio de 1967.

Os cerca de três meses passados em Portugal foram igualmente aproveitados para proceder a contactos políticos com vista ao alargamento da organização ou, pelo menos, para angariar apoio financeiro e logístico³²¹. António Matias já tinha formado núcleos de apoio em Lisboa, Alhos Vedros e Algarve mas, muito doente, internado no Hospital do Rego, transmitiu esses contactos a António Barracosa e a Palma Inácio, pois era fundamental estabelecer uma ligação regular e discutir sobre os objectivos da nova organização em preparação³²². Camilo Mortágua foi incumbido desta tarefa. Reuniu em Alhos Vedros, onde procurou explicar o que a organização pretendia - desencadear acções de sabotagem que provocassem danos no regime. Porém, a explicação não era pacífica e alguns elementos deste núcleo deslocaram-se por sua iniciativa a Paris para obter mais informações e procurar esclarecer dúvidas que persistiam sobre os objectivos e o programa político

³¹⁸Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³¹⁹SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 49

³²⁰Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³²¹Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³²²Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

da organização, inclusivamente sobre a *Operação Mondego*, que estava em andamento, tendo decidido afastarem-se da organização por considerarem que não dava garantias de fiabilidade.³²³

O grupo ligado a Palma Inácio decidiu continuar com o seu plano de assalto à agência bancária. Depois de escolhida a agência bancária a assaltar foi estudado o plano de fuga. Palma Inácio e António Barracosa estudaram a possibilidade de utilizar o aeródromo de Cernache para tal efeito. Palma Inácio visitou, várias vezes, o local, apresentando-se como arqueólogo, para estudar a região. Munido assim de uma insuspeita câmara de filmar, foi-lhe possível sobrevoar a região e, ao mesmo tempo, ganhar a confiança do pessoal do aeródromo. O plano de retirada, depois do assalto, consistiria então em aceder ao aeródromo de carro, voar daí até ao Algarve em avioneta, onde seriam esperados, para serem conduzidos até à fronteira, que transportariam a pé. O plano do assalto implicava também o corte da ligação telefónica da Figueira da Foz ao resto do país. Além disso, alugaram carros para transporte dos operacionais e assaltaram um motorista de táxi, apropriando-se do seu bilhete de identidade e carta de condução.

Às 15h55m do dia 17 de Maio de 1967, um carro parou em frente da porta do banco, Palma Inácio tomou a dianteira, Luís Benvindo posicionou-se na porta, do lado de dentro, para não deixar entrar ou sair mais ninguém e Ângelo Cardoso ficou no carro³²⁴. Palma Inácio, já no interior do banco, anunciou a natureza da operação. Todos os funcionários e os poucos clientes foram colocados no WC e fechados à chave e um dos gerentes foi pressionado a abrir o cofre-forte. Porém, houve um contratempo inesperado, a abertura deste exigia duas chaves, uma das quais na posse de um segundo gerente que naquele momento não se encontrava no banco. Palma Inácio, calmamente, decidiu esperar pelo regresso deste, para surpresa de Camilo Mortágua³²⁵. Minutos depois, quando o segundo gerente chegou, foi então possível abrir o cofre-forte e encher com dinheiro os três sacos que tinham levado. Os dois gerentes foram fechados no cofre-forte e foi imposto o silêncio total a todos os reféns até às 18 horas, mesmo que conseguissem libertar-se. Foi-lhes dado a entender que sabiam as moradas das escolas dos filhos dos gerentes e que algo podia acontecer a estes, caso fosse dado o alarme mais cedo³²⁶. A operação que tinha sido concebida para demorar três minutos acabou por demorar meia hora. No percurso para Cernache esconderam um dos sacos com dinheiro num pinhal próximo de Alhadas de Cima, pois o peso do dinheiro dificultava a marcha do carro pelas ruas estreitas que ligavam a Figueira da Foz a Cernache.

³²³IAN/TT - PIDE/DGS, pr. 2133/67 SC PC, U.I. 5982, 1º Vol, – Auto de Declaração de Norberto Cunha, 10 de Outubro de 1967, fls. 57 a 63

³²⁴IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – Relatório da PIDE sobre o assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, 25 de Março de 1968, fls 319-320

³²⁵Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de outubro de 2012

³²⁶IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – Relatório da PIDE sobre o assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, 25 de Março de 1968, fls 319-320

Palma Inácio tinha dado indicações no aeródromo para prepararem uma avioneta *Auster* de quatro lugares, com o depósito cheio, pois ia proceder a mais uma das suas investigações. Isso permitiria cinco horas de voo, ou seja, se necessário alcançar o Norte de África. No aeródromo, o pessoal foi todo amarrado mas aconteceu um novo contratempo: a mulher do guarda tinha uma criança de colo e necessitava de aquecer o biberão para lhe dar leite. Palma Inácio, num gesto inesperado, deixa-a aquecer o biberão e alimentar a criança antes de os fechar, atrasando mais uma vez a missão³²⁷.

O voo para o Algarve demorou duas horas e aterraram em Vila do Bispo, uma pequena vila piscatória algarvia, longe da fronteira espanhola. A escolha de Vila do Bispo para local de aterragem corresponde ao propósito de iludir a polícia com pistas falsas. Ao aterrar aqui, davam a impressão que a fuga de Portugal seria por barco, com o objectivo de alcançar o Norte de África, possivelmente a Argélia, onde estava localizada a FPLN, insinuando à PIDE que a organização era um braço armado da FPLN³²⁸. Ao mesmo tempo, favorecia a ideia de que se o meio de saída do país fosse por via terrestre, aterrar em Vila do Bispo não conferia verosimilhança a esse hipótese, dadas as distâncias a percorrer e a existência de locais para esse fim mais perto da fronteira.

Aguardados por um automóvel em Vila do Bispo, seguiram daí para um local junto à praia da Luz, perto de Lagos, de onde saíam muitos barcos de pesca para águas marroquinas. Aqui, esperava-os António Barracosa que os transportou por estradas do interior do Algarve até à fronteira de Mértola, onde Carlos Biló Pereira os passou a pé para Espanha, onde eram esperados por dois carros vindos de Paris que os transportaram até aos Pirenéus, que passaram a pé, carregando os sacos com o dinheiro às costas³²⁹. A 20 de Maio chegaram a Paris. O êxito da primeira acção do que viria a ser a LUAR tinha sido total. Só então procederam à contagem do dinheiro roubado, que totalizava 29 274 contos, um valor muito elevado para a época e que ultrapassava as suas projecções³³⁰.

No seu primeiro comunicado, a LUAR menciona o objectivo da operação e onde seria gasto o dinheiro roubado: “Esta operação, preparada minuciosamente e realizada com uma coragem exemplar, teve como objectivo a recuperação de bens pertencentes ao Povo Português. Estes bens serão utilizados no financiamento da organização e preparação do movimento revolucionário que porá termo definitivamente ao despotismo Salazarista”³³¹.

³²⁷Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de outubro de 2012

³²⁸IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 9712 SC CI(2), vol. 1, U.I: 7572 – Relatório da PIDE sobre o assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, 25 de Março de 1968, fls 319-320

³²⁹SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, p.151-152

³³⁰Este valor equivaleria a cerca de 7,8 milhões de euros.

³³¹IANTT/PIDE-DGS – Pr.8259 SC CI(2). UI: 7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, Comunicado *Ao Povo Português*, fls. 5

Mas, as autoridades portuguesas ordenaram que fosse retirada de circulação toda a série das notas a que pertenciam as que tinham sido desviadas através do assalto, o que significava impossibilitar a utilização directa da maior parte desse dinheiro. Ficavam apenas disponíveis para circulação 4774 contos de notas válidas³³², o que, ainda assim, representava um valor muito acima das expectativas traçadas.

Emídio Guerreiro, em Paris, não tinha conhecimento do plano concreto, mas ao ouvir as notícias do assalto percebeu quem era os seus autores e quais as suas finalidades, por isso, decidiu ir falar com Marcel Nederlang, jornalista do *Le Monde*, contando-lhe o que sabia e conseguindo assim publicitar o assalto como uma acção política, revolucionária, contra o regime português. No entanto, era preciso dar um nome à organização. Emídio Guerreiro, num momento de inspiração poética, deu-lhe o nome de LUAR – Liga de União e Acção Revolucionária. Na edição de 20 de Maio, o *Le Monde* veiculava a informação da autoria do assalto³³³.

Nascia a LUAR e ficava definitivamente para trás a Acção Revolucionária Democrática. A nova organização ficaria para sempre indelevelmente ligada ao assalto ao Banco da Figueira da Foz.

Em Portugal, apesar da censura, os jornais noticiaram a acção, dando especial destaque ao facto de um grupo ter conseguido entrar num banco em plena luz do dia, conseguido retirar milhares de contos e pôr-se em fuga, primeiro num carro até ao aeródromo de Cernache, onde se apoderaram de um pequeno avião que os transportou até Vila do Bispo, onde se lhes perdeu o rasto. Os jornais deduziram que eles teriam saído do país de barco, uma vez que Vila do Bispo fica muito próximo do mar, e que teriam ido para Marrocos³³⁴. Mas, na realidade, de Vila do Bispo cruzaram o Algarve de carro e atravessaram a fronteira a pé, ajudados por Carlos Biló Pereira, que, apesar de viver em França, conhecia bem a zona como “passador” de emigrantes clandestinos³³⁵.

A notícia rapidamente se espalhou pelo país e pelas comunidades de portugueses exilados. Esta operação era semelhante, pela audácia e pela espectacularidade, ao desvio do avião da TAP. Instalava-se a convicção nestes meios de que se tratara efectivamente de uma acção política³³⁶. Mais, representava uma nova e distinta forma de combater o regime.

A PIDE foi apanhada de surpresa e só a 18 de Maio é que indagaria o seu informador nos meios oposicionistas exilados em Paris. “Arcos”, era esse o seu pseudónimo, atribuiria o assalto à FAP³³⁷. Foram precisos ainda mais alguns dias para que, a 22 de Maio, a polícia política recebesse

³³² Este valor equivaleria a cerca de 1264 milhões de euros.

³³³ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, p.. 50, 51

³³⁴ “Foi assaltada, à mão armada, na Figueira da Foz, a agência do Banco de Portugal”, *Diário de Notícias*, 10 de Maio de 1967, p. 5

³³⁵ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de outubro de 2012

³³⁶ IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – Informação da PIDE sobre a actividade da LUAR em França, 13 de Dezembro de 1967, fls. 475 a 480

³³⁷ IANTT/PIDE-DGS – Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – Informação “ARCOS”, Maio de 1967, fls. 85

uma carta anónima, referindo que os assaltantes pertenciam a um grupo dirigido por Emídio Guerreiro e Moura Dinis³³⁸. Mas, nem aí a informação era toda correcta e, muito menos, detalhada.

A Polícia Judiciária ficou encarregue de conduzir o processo, solicitar a colaboração da Interpol e emitir pedidos de captura internacionais. Ao mesmo tempo, devido ao elevado montante em dinheiro desviado do banco, composto essencialmente por notas que ainda não se encontravam em circulação, comunicou a todos os bancos nacionais e internacionais para que essas notas fossem identificadas e retiradas de circulação³³⁹.

Na recém formada LUAR colocava-se o problema da guarda do dinheiro. Palma Inácio decidiu entregar grande parte, 3200 contos³⁴⁰, a Emídio Guerreiro, para este depositar num banco da Suíça, e, depois o cambiar em dólares americanos, uma moeda mais estável que o escudo português. Havia ainda, evidentemente, o problema do dinheiro marcado, que não podia ser colocado num banco, pois o Governo português tinha comunicado aos bancos estrangeiros o número de série das notas retiradas de circulação e pedido a apreensão e eventual prisão de todos os que se apresentassem com tais notas³⁴¹.

Todavia, como durante um certo tempo estas notas ainda continuariam a ter um curso legal, foi decidido que Palma Inácio e Camilo Mortágua partiriam para os Estados Unidos e Israel, respectivamente, para tentar trocar o máximo de notas marcadas. Porém, nenhum deles conseguiu estabelecer contactos nestes países que lhes permitisse efectuar tal operação³⁴².

Quando regressava dos Estados Unidos, Palma Inácio foi preso no aeroporto de Orly. Sobre ele pendia um mandado de captura internacional e um pedido de extradição do governo português, o que originou uma grande campanha, levada a cabo pela oposição portuguesa no exílio, exigindo a sua libertação. Várias organizações organizam manifestações de apoio a Palma Inácio e recolhem assinaturas pela sua não extradição. O Governo português pedia a sua captura e extradição baseando-se no argumento que o assalto não era um crime político. Enquanto à defesa do réu cabia provar precisamente o contrário e que o assalto tinha de ser tratado como um acto político contra o regime ditatorial português³⁴³. Depois de várias manifestações de apoio a Palma Inácio, que envolveram figuras da oposição portuguesa no exílio e até personalidades internacionais³⁴⁴, a justiça

³³⁸ IANTT/PIDE-DGS – Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – Carta anónima para a PIDE, Maio de 1967, fls. 487

³³⁹ IANTT/PIDE-DGS – Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – Relatório sobre o assalto à agência do BP na Figueira da Foz, 25 de Março de 1968, fls. 319, 320

³⁴⁰ Este valor equivaleria a cerca de 900 mil euros.

³⁴¹ IANTT/PIDE-DGS – Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – Relatório sobre o assalto à agência do BP na Figueira da Foz, 25 de Março de 1968, fls. 320

³⁴² Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de outubro de 2012

³⁴³ IANTT/PIDE-DGS – Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – “ Jugement sur l'extradition Palma Inácio”, *Le Monde*, 27 de Setembro de 1967, fls. 647-650

³⁴⁴ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012; IANTT/PIDE-DGS – Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – “ Jugement sur l'extradition Palma Inácio”, *Le Monde*, 27 de Setembro de 1967, fls. 647-650

francesa decidiu que a acção tinha intenções políticas e absolveu Palma Inácio, recusando a sua extradição. Camilo Mortágua, entretanto, com a prisão de Palma Inácio, decidiu continuar por Israel e só regressou a França em meado de Outubro³⁴⁵.

António Moura Diniz, homem de confiança de Emídio Guerreiro, também ficou encarregue de uma troca do dinheiro em Nice, através de alguém ligado aos circuitos financeiros e de casinos que receberia uma comissão. Acabou por ser preso, na posse de 40 contos, sendo condenado a 13 meses de prisão e expulso de França, indo para a Bélgica. Por seu lado, Francisco Pereira Narciso (“Nunes”), professor em Bruxelas tentou fazer uma troca de dinheiro, por sua própria iniciativa, sem dar conhecimento à organização. Acabaria por ser preso em Copenhaga e expulso da Dinamarca e da LUAR³⁴⁶.

Depois de libertado, Palma Inácio continuou com as tentativas de trocar o dinheiro marcado. O seu contacto continuava a ser a *American Express*, disponível para aceitar esta operação, obtendo uma comissão de 60%. O banco Ambrosiano, a que o Banco do Vaticano se tinha associado, também apresentou uma proposta para trocar dinheiro, exigindo uma comissão de 70% mas esta troca também acabou por não se efectuar³⁴⁷.

A tentativa mais consistente apareceu, porém, através de George Sigal, um homem de negócio belga, conhecido de Palma Inácio, que teria ligações à RDA, e do qual não temos mais informações. Hipólito dos Santos e Luís Benvindo partiram, então, para a Alemanha Oriental onde eram esperados por gente ligada ao sector estatal do comércio externo. Depois de vários dias a tentar fazer pagamentos e operações cambiais com as notas marcadas, conseguiram trocar os escudos por dólares e marcos. Parecia que estava aberta uma porta para futuras trocas de dinheiro³⁴⁸.

Depois desta operação, George Sigal propôs novo negócio, de troca de dinheiro e compra de armas, desta vez a concretizar na Bélgica. Luís Benvindo deslocou-se à Bélgica, juntamente com dois novos operacionais da LUAR, Alberto Curado e Joaquim Palminha da Silva. Porém, a polícia belga estava à sua espera e foram todos presos³⁴⁹. Benvindo esteve quatro meses na cadeia mas as autoridades belgas não o extraditaram como pretendia o Governo português. Os outros dois apenas estiveram presos uma semana³⁵⁰. A prisão de Benvindo provocou receios dentro da organização, pois tinham medo de ser detectados pela polícia portuguesa. Camilo Mortágua que tinha fixado

³⁴⁵ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³⁴⁶ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*, Âncora, Lisboa, p. 76

³⁴⁷ Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 22 de Maio de 2012

³⁴⁸ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*, Âncora, Lisboa, p. 75, 76

³⁴⁹ IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 8259 SC CI(2), U.I. 7519-7521 - “Informação” de um informador, 20 de Setembro de 1968, fls. 21 a 28

³⁵⁰ IAN/TT-PIDE/DGS, Pr. 8991 SC PC, UI: 7551 – Transcrição da emissão da Rádio Voz da Liberdade, 9 de Fevereiro de 1969, fls. 35

residência na Bélgica, depois da Prisão de Palma Inácio, decidiu voltar a mudar de país e radicou-se em França³⁵¹.

Havia ainda o dinheiro que tinha ficado escondido no pinhal em Portugal, cerca de 10 mil contos. Ângelo Cardoso voltou ao local, recuperou o dinheiro e escondeu-o na casa de um familiar na Figueira da Foz. Em finais de Julho, Luís Benvindo e Júlio Alves regressaram clandestinamente a Portugal para recuperar parte desse dinheiro. Por questões de segurança, decidiram transferir 8500 contos para uma casa perto de Guimarães. A PIDE acabou por detectar estes militantes quando começou a investigar o assalto à Figueira da Foz, apreendendo o dinheiro e prendendo os envolvidos³⁵².

A guarda e troca do dinheiro proveniente do assalto à Figueira da Foz constituíram assim um processo atribulado. Os esconderijos não eram seguros, a PIDE conseguiu recuperar parte do dinheiro e as trocas por dinheiro válido revestiam-se de inúmeras dificuldades que levaram à prisão de dois dirigentes da organização: Palma Inácio e Luís Benvindo. Para administrar os fundos financeiros da LUAR foi nomeada uma Comissão Financeira de que faziam parte Emídio Guerreiro, Palma Inácio e Hélder Veiga Pires. Esta Comissão estava encarregada de fazer a administração dos fundos, ordenar os pagamentos e sancionar os gastos. Ficou também estabelecido que cada um dos operacionais passaria a ter um vencimento mensal de 1200 francos³⁵³.

Ao mesmo tempo, começava a ser discutida a estruturação política e o funcionamento da LUAR. Deveria ser criado um Conselho Superior, dirigido por Emídio Guerreiro, responsável por todas as decisões políticas, relações internacionais e aprovação prévia das acções militares a desencadear. Subordinado a este órgão estaria um Comité Militar, dirigido por Palma Inácio e a Comissão Financeira. Para integrar estas estruturas, Emídio Guerreiro indicou os nomes de Hélder Veiga Pires, José Augusto Seabra, Fernando Echeverria, Zulmiro de Almeida e José Hipólito dos Santos, elementos que tinham tido ligações ao MAR, organização formada no exílio, com ligações e pequenos núcleos no interior, mas que nesta altura já se encontrava em desagregação.

A ida de Palma Inácio para os Estados Unidos, e a sua posterior prisão em França, deixou o controlo financeiro da organização nas mãos de Emídio Guerreiro, o que levou a um agravamento das tensões entre este e alguns membros da organização, mais ligados a Palma Inácio, que não se reviam na sua autoridade e que o acusavam de burocratizar os pedidos de apoios para deslocações, aluguer de casas e viaturas, e outros gastos diversos que iam surgindo, tornando bastante demorada

³⁵¹Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³⁵²IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 9712 SC CI(2), vol. 1, U.I: 7572 - “Informação” do Chefe da Brigada, 3 de Outubro de 1968, fl. 1 a 8

³⁵³VIEGAS, A. Encarnação, 1998, *Emídio Guerreiro, Uma vida pela liberdade*, Notícias Editorial

a entrega do dinheiro³⁵⁴.

Quando Palma Inácio foi libertado as relações não melhoraram. Os dois grupos, depois de várias tentativas de mediação, acabaram por romper relações, expulsando-se um ao outro da LUAR e formando duas organizações que reivindicavam o mesmo nome. Emídio Guerreiro ficou com o dinheiro que tinha à sua guarda, mas, até Julho de 1968, continuaria a financiar o grupo de Palma Inácio, tendo havido inclusivamente, a 7 de Fevereiro de 1968, uma reunião do antigo Conselho Superior para aprovar as contas da organização, que foram aprovadas, apesar do clima de crispação³⁵⁵. Aliás, os dois tinham estabelecido um acordo, em que tinha ficado assente que Emídio Guerreiro disponibilizaria todas as quantias que Palma Inácio necessitasse, desde que este apresentasse um plano de acção³⁵⁶. De acordo com Hipólito dos Santos, Emídio Guerreiro tentou uma plataforma de entendimento entre os dois grupos. Apelou ao que restava do Movimento Nacional Independente, a que Palma continuava de algum modo ligado, solicitando a Manuel Lucena que mediasse o processo. Em representação do MNI, António Sousa Mandes deslocou-se do Brasil a Paris, em Abril de 1968, tendo reunido com Palma Inácio e Emídio Guerreiro para tentar estabelecer essa plataforma³⁵⁷. Porém, Camilo Mortágua diz desconhecer totalmente este assunto e estas diligências e se efectivamente ocorreram não foram comunicadas ao Conselho Superior da LUAR³⁵⁸. Palma Inácio teria assim mantido estes contactos em segredo de todos os outros membros da organização.

De qualquer forma, teria sido este acordo que permitiu que Emídio Guerreiro continuasse a disponibilizar dinheiro ao grupo de Palma Inácio, tendo-lhe entregue, entre Março e Julho de 1968, cerca de 72 mil francos franceses. Não é, todavia, isso que aligeira o quadro de ruptura consumada na LUAR. Aliás, como já vimos, esta disponibilização de dinheiro não seria do conhecimento da maioria dos seus membros dirigentes e dos órgãos de direcção, pois centrar-se-ia no plano de diligências individuais ao arrepio da organização

Também o entendimento de luta armada de Emídio Guerreiro e de Palma Inácio era substancialmente diferente. O primeiro, tinha uma concepção mais “revilharista” de luta armada, defendendo como estratégia “o aliciamento de oficiais das Forças Armadas para a causa da liberdade e da democracia, de molde a constituir uma rede propícia ao levantamento generalizado

³⁵⁴SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 55-56

³⁵⁵SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 77

³⁵⁶Entrevista de Emídio Guerreiro a *O Jornal*, Julho de 1975

³⁵⁷SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 77

³⁵⁸Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

das várias unidades militares do Exército, da Marinha e da Aviação”³⁵⁹. Acreditava, portanto, que só com o apoio das Forças Armadas e com o levantamento do exército é que era possível derrubar o regime, descrendo que tal fosse realizável através de acções armadas espectaculares, que suscitasse levantamentos de massas, o que de algum modo o aproximava da influência delgadista. Para Emídio Guerreiro, a *Operação Mondego* tinha sido de grande importância para obter fundos e anunciar o aparecimento de uma nova organização de luta desassombrada contra o regime, utilizando novos métodos e estratégias. Contudo, a partir daqui, considerava que devia ser dada uma nova orientação à organização que dirigia, apoiado na experiência, influência e reconhecimento internacional. Mesmo que considerasse a possibilidade de financiar acções isoladas, de carácter espectacular, colocava a prioridade, sobretudo, na utilização dos fundos na ajuda aos oficiais do exército que se disponibilizassem a lutar contra o regime, considerando que, sendo os únicos a poder derrubar a ditadura, precisavam de meios para se organizarem, aliciarem camaradas, prepararem a acção e assegurarem meios de subsistência caso a operação falhasse e tivessem de recuar³⁶⁰. Por outro lado, Palma Inácio defendia a realização das chamadas “acções espectaculares”, que provocariam o desgaste do regime e atrairiam os olhares internacionais para a luta do povo português contra a ditadura e dos povos das colónias pela independência³⁶¹.

Estas diferenças de estratégia, a questão dos fundos e a luta pelo estatuto de líder da organização levaram à ruptura entre os dois grupos, que, como já foi referido, iriam emitir comunicados, em separado, a expulsarem-se mutuamente da organização³⁶². Para Palma Inácio tornava-se necessário reconstituir a organização, redefinir os seus objectivos, efectuar novos recrutamentos e planear novas acções. A prioridade eram as acções armadas em detrimento da elaboração de um programa político.

Esta ruptura entre os dois grupos levou, no entanto, a que, em Janeiro de 1968, os elementos da LUAR ligados ao grupo de Palma Inácio decidissem realizar uma reunião em que se discutiria a base programática da organização, com definição do papel da LUAR no seio da oposição ao Estado Novo – estratégia a seguir, abordagem dos aspectos organizativos, formas de recrutamento dos militantes, política de alianças com outras organizações³⁶³. Hipólito dos Santos refere que a organização não tinha o hábito de realizar reuniões e debates. Na maioria das vezes reuniam-se em

359

VIEGAS, A. Encarnação, 1998, *Emídio Guerreiro, Uma vida pela liberdade*, Notícias Editorial, p. 124

³⁶⁰VIEGAS, A. Encarnação, 1998, *Emídio Guerreiro, Uma vida pela liberdade*, Notícias Editorial, p. 126, 127

³⁶¹Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³⁶²IANTT/PIDE-DGS – Pr.8259 SC CI(2). UI: 7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, *Comunicado do “Conselho Superior da LUAR”* de Emídio Guerreiro, s.d

³⁶³SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 73

cafés frequentados por portugueses exilados em Paris, onde conversavam e discutiam as acções que planeavam realizar, não existindo qualquer tipo de discussão política ou doutrinária. Os membros da organização nem sequer recorriam a pseudónimos e utilizavam sempre o seu nome verdadeiro, mesmo nas deslocações a Portugal para contactar grupos ou pessoas novas susceptíveis de poderem entrar para a organização, embora viessem munidos de documentação falsa³⁶⁴. Além disso, o recrutamento continuava a fazer-se com base nos conhecimentos e amizades que se iam estabelecendo dentro da emigração política e económica, não havendo uma selecção rigorosa dos quadros de operacionais e militantes. Daí a premência da reunião, pois continuando a este tipo de actuação não seria difícil à polícia colocar um infiltrado na organização³⁶⁵.

Esta reunião realizou-se em Bruxelas, onde Hermínio da Palma Inácio se radicou depois do Tribunal de Paris o ter expulsado de França. Foi dirigida por Palma Inácio e Camilo Mortágua e estiveram presentes oito ou nove elementos. Hipólito dos Santos refere-se-lhe, dizendo que “decorreu no meio de alguma confusão – começou mais tarde do que o previsto, foi interrompida para um jantar “à portuguesa”, pesado e demorado – e que não se chegou a discutir nada do que tínhamos preparado, para além dos pseudónimos e duma distribuição de responsabilidades, que se limitou à designação geral de actividades, sem definição de qualquer conteúdo”³⁶⁶.

Ficou, no entanto, decidida a nova estrutura da organização, que passou a ser formada por um Comité Operacional, dividido em vários organismos: o *organismo militar*, cujos dirigentes eram Palma Inácio, Camilo Mortágua, Luís Benvindo e António Barracosa; o de *preparação militar*, que tinha como responsável Camilo Mortágua; o de *recrutamento*, dirigido por António Barracosa; o de *relações internacionais*, cujo responsável era Augusto Maria da Conceição Joaquim; o *Secretariado e Arquivo* era co-dirigido por Hipólito dos Santos e Ernesto Castelo Branco; e finalmente, a *tesouraria*, da responsabilidade de Francisco Pereira Narciso. A reunião terminou sem que outros assuntos fossem discutidos, além da nova estrutura da LUAR, da necessidade de utilização de pseudónimos, de recrutar novos elementos no interior e de comprar armas para novas acções. A discussão política continuava ausente. Palma Inácio defendia que a LUAR devia ser uma organização voltada essencialmente para a acção e que as reuniões deviam servir para preparar

³⁶⁴Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

³⁶⁵A PIDE/DGS conseguiu colocar dois infiltrados dentro da LUAR: Diogo Machado (“Dores”, “Martins”, “Aníbal”) tinha participado no assalto ao Quartel de Beja, pelo que foi preso, e em Paris era informador da PIDE, tendo conseguido infiltra-se na LUAR através de contactos com António Barracosa, Luís Benvindo e Ângelo Veloso, tendo chegado a participar na Operação Diana; Ernesto Baptista Castelo Branco (“Canário”), entrou na LUAR pela mão de Emídio Guerreiro, que tinha conhecido em Paris, tendo chegado a fazer parte do Conselho Superior da organização. Mante-se sempre no grupo de Palma Inácio, mesmo quando este se incomptabilizou com Emídio Guerreiro, fornecendo relatórios à PIDE sobre as actividades de Palma Inácio.

³⁶⁶SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 73

novas acções e não fórum de debate político³⁶⁷.

Na sequência desta reunião, Francisco Seruca Salgado, por proposta sua, veio a Portugal para recrutar novos elementos, acompanhado por Júlio dos Santos Alves e José Paulo Matias, mas foram presos em Irun, Espanha, depois de denunciados à PIDE por Ernesto Castelo Branco, que se veio a revelar um infiltrado da PIDE dentro da organização, e julgados aí por posse ilegal de armas e uso de passaporte falso³⁶⁸.

Perante estas prisões, foi decidido que o recrutamento de militantes passaria a ser feito no exterior, em França e na Bélgica, países onde a LUAR estava organizada e tinha contactos com emigrantes ou exilados políticos portugueses. Foi a partir desta decisão que começaram os contactos com um grupo de estudantes da Universidade Católica de Lovaina, que durante a prisão de Palma Inácio, em 1967, tinha defendido que todas as associações de estudantes portugueses no estrangeiro deviam apoiar uma moção geral exigindo junto do Tribunal de Paris a libertação de Palma Inácio³⁶⁹. Até ao final de Julho de 1968, a LUAR reuniu mais três vezes para discutir assuntos ligados à organização, mas pouco mudara no funcionamento destas reuniões, que decorriam como a primeira, com atrasos dos participantes e os jantar “à portuguesa” pelo meio, terminando com sessões de tiro³⁷⁰. Ou seja, pouco ou nada se discutia sobre aspectos de natureza política e doutrinária da organização, sobre a estratégia ser seguida ou sobre as finanças.

1.2. Operação Diana: obtenção de armas

Um dos aspectos que preocupava o Conselho Superior da LUAR era a obtenção armas, fundamental para o desencadeamento de novas acções, pelo que projectavam assaltar o Quartel de Évora, contando com o apoio de um oficial que ali prestava serviço, Francisco Seruca Salgado. Amigo dos tempos de juventude de António Barracosa e António Matias, participara das tertúlias em Faro. Depois, já a estudar em Lisboa manteve o contacto com António Matias, dinamizador dos primeiros grupos de apoiantes da LUAR em Portugal. Foi através deste que, em Junho de 1967, quando Luís Benvindo se deslocou a Portugal para mudar o depósito do dinheiro proveniente da Figueira da Foz, tomou conhecimento de que Francisco Seruca Salgado, a prestar serviço militar, estava mobilizado para Angola, pelo que o contactou para avaliar a sua disposição para desertar e aderir à LUAR.

De regresso a Portugal, Luís Benvindo e António Barracosa encontraram-se em Évora com

³⁶⁷Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

³⁶⁸IANTT/PIDE-DGS – Pr. 8259 CI(2), pasta 4, UI: 7519-1521- Auto de perguntas a Hermínio da Palma Inácio, 22 de Agosto de 1968, fl. 221 a 228

³⁶⁹IANTT/PIDE-DGS – Pr. 8259 CI(2), pasta 4, UI: 7519-1521 – Auto de perguntas s Hermínio da Palma Inácio, 22 de Agosto de 1968, fl. 221 a 228

³⁷⁰Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

Francisco Seruca Salgado e Aníbal do Carmo Queiroga Pires, director do jornal *Democracia do Sul*. Seruca Salgado forneceu-lhes a relação completa das armas existentes no quartel. Foi então estabelecido o plano de acção – entrar no quartel, apropriarem-se do maior número de armas possível, escondê-las na tipografia do jornal e voltar a sair clandestinamente do país.

A data do assalto foi marcada para 17 de Setembro de 1967 e, durante os dias de espera, Barracosa e Benvindo aproveitaram para fazer contactos em vários pontos do país enquanto os restantes elementos permanecem em Lisboa, não chegando a participar directamente na acção. De facto, só António Barracosa e Luís Benvindo entraram no quartel, quando Seruca Salgado estava de serviço, auxiliando-os na acção. Levaram, no entanto, apenas, quatro pistolas- metralhadoras *Vigñeron* e uma pistola *Walther*, 9mm, deixando inscrito numa parede – “A LUAR Vencerá”. Os três passaram, de seguida, a fronteira a salto

O Conselho Superior da LUAR publicou um comunicado sobre a acção, denominada de *Operação Diana*: “ No dia 17 de Setembro de 1967, às 20 horas e 30 minutos, um “Comando” das Forças Armadas da LUAR, chefiado pelo aspirante de Artilharia Francisco Seruca Salgado, executou a *Operação Diana*, na cidade de Évora”³⁷¹.

Foi ainda planeada outra acção que consistia no desvio de armas da marinha portuguesa. Mário Mateus, desertor, tinha sido 1º sargento da marinha e havia desertado num porto francês, refugiando-se em Paris, onde aderiu à LUAR, tendo pertencido ao Conselho Superior da organização, deslocou-se a Nantes e Lorient, em Outubro de 1967, onde a marinha portuguesa reparava uns barcos, para estabelecer contacto com os seus antigos companheiros e através da colaboração destes estabelecer um plano para recuperação de armas da marinha. Para proceder ao planeamento desta acção foram enviados para Portugal Francisco Seruca Salgado, Júlio Alves e José Paulo Matias, mas este comando seria preso em Irun, no País Basco e levado para a prisão de Carananchel, onde foram interrogados pela polícia espanhola, pela Interpol e por um grupo de três agentes da PIDE que se deslocaram a Espanha para este efeito³⁷².

Com este desaire, a LUAR optou por obter o armamento da LUAR exclusivamente no estrangeiro.

1.3. *Operação Matias*: voluntarismo e fragilidades - Agosto de 1968

Numa reunião realizada nos inícios de Julho de 1968, em Lovaina, Bélgica, ficou decidida a realização de uma nova acção em Portugal³⁷³.

³⁷¹ ANTT/PIDE-DGS – Pr.8259 SC CI(2). UI: 7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, Comunicado da LUAR *Operação Diana/Évora*, Setembro de 1967, fls. 3-4

³⁷² IAN/TT, Arquivo PIDE/DGS, pr. 8250 SC CI(2), U.I. 7519-7527, 1º Vol., - “Fora do vulgar, mas legal. A polícia portuguesa interroga três rebeldes em uma prisão de Madrid”, *International Herald Tribune*, fl. 381-383

³⁷³ Nesta reunião participaram em que participaram Palma Inácio, Camilo Mortágua, Luís Benvindo, António Barracosa,

A falta de dinheiro que grassava na organização, depois da entrega a Emídio Guerreiro do produto do assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, e que nunca fora totalmente recuperado, a que acrescia a dificuldade de utilizar ou cambiar as notas marcadas, fazia com que se colocasse a questão de arranjar financiamento para novas acções. Começava, assim, a surgir a ideia que era necessário fazer uma nova acção, em território português, que assegurasse meios financeiros, e desse modo, tornasse possível manter a autonomia política, económica e estratégica. Esta proposta era relativamente consensual dentro da organização, porém alguns elementos do Conselho Superior, como António Barracosa e Hipólito dos Santos, declaravam-se abertamente contra novo assalto a um banco, entendendo ser prioritário conferir cunho político a essa nova acção, subordinando-a portanto à clarificação e aprofundamento da orientação política da LUAR³⁷⁴. A estratégia de acção passaria, agora, por ocupar uma pequena cidade portuguesa, atacar os postos da GNR e da PSP, assaltar as agências bancárias, ocupar o posto da rádio e difundir uma proclamação à população da cidade, exortando-a a sair para a rua em apoio às forças revolucionárias³⁷⁵.

A primeira tarefa consistia em escolher uma cidade que reunisse condições para o efeito: tinha de ser uma cidade com interesse político e financeiro, bem situada geograficamente, perto da fronteira, com bons acessos, boa possibilidade de defesa e com uma população operária significativa³⁷⁶. Camilo Mortágua, refere em entrevista, em 2012, que ficou responsável pelo estudo de várias localidades e que era necessário mandar alguém a Portugal para fazer o reconhecimento do terreno. Mortágua aliciara para a LUAR alguns jovens estudantes portugueses da Universidade Católica de Lovaina, que tinham frequentado o Seminário dos Olivais em Portugal, mantendo não só um vasto leque de relações de amizade no interior, como podendo, em alguns casos, vir legalmente ao país³⁷⁷. A sua missão seria estabelecer contactos com indivíduos que poderiam estar na disponibilidade de entrar para a organização ou fornecer qualquer tipo de apoio logístico; adquirir cartas topográficas; observar e obter informações acerca dos postos da GNR, PSP e PIDE, das redes de distribuição telefónicas e eléctricas, dos quartéis da Legião Portuguesa e das agências bancárias; conseguir informações sobre aeródromos e os aviões neles existentes e sobre locais onde

Augusto Maria da Conceição Joaquim e Hipólito dos Santos.

³⁷⁴ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 158, 159

³⁷⁵ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 160

³⁷⁶ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 160

³⁷⁷ Os membros da LUAR que entraram em Portugal incumbidos desta acção são: José Luís Joaquim (“Lemos”); Horácio da Costa Lopes (“Hermínio”); Manuel Artur dos Santos Jorge (“Jucundo”); e Daniel Teixeira (“David”). Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

pudessem ser escondidas armas e outro material bélico. As cidades escolhidas para este efeito foram Aveiro, Braga, Bragança, Covilhã, Portimão, Estremoz, Évora, Portalegre e Viana do Castelo³⁷⁸.

É de salientar que esta primeira fase da LUAR será marcada pela adesão do núcleo de estudantes católicos da Universidade de Lovaina, na Bélgica, que tinha dois elementos na direcção – Augusto Maria da Conceição Joaquim e Fernando Branco. Augusto Maria da Conceição Joaquim tinha sido estudante no Seminário dos Olivais e desertou antes de embarcar para Angola, fixando residência na Bélgica, tendo-lhe sido concedida uma bolsa de estudo pelo governo belga na Universidade de Lovaina. Entre 1965 e 1966 foi membro do MAR e em Dezembro de 1967 formou um pequeno grupo em Lovaina, constituído por estudantes católicos portugueses, que promoviam reuniões de discussão sobre a situação política, económica e social de Portugal e que defendiam a via da “insurreição popular armada” para derrubar a ditadura em Portugal³⁷⁹.

O grupo escolhido entrou clandestinamente no país a 20 de Maio de 1968, e separou-se, indo cada um para o local que lhe tinha sido previamente atribuído. Passado duas semana e meia, José Luís da Conceição Joaquim, estudante na Universidade de Lovaina e irmão de Augusto Maria da Conceição Joaquim, foi preso pela PIDE. Avisado do sucedido nesse mesmo dia, Horácio da Costa Lopes, também estudante na Universidade de Lovaina, decidiu regressar imediatamente à Bélgica, mas os restantes, não sabendo de nada continuaram com as suas missões. José Luís da Conceição Joaquim, pressionado pela polícia, confessou o que sabia da organização e acabou por aceitar uma proposta da PIDE de ser posto em liberdade, mas com a obrigação de passar a informar de todas as missões da LUAR³⁸⁰.

A cada elemento vindo para o interior era fornecido um endereço na Bélgica para onde deveriam mandar a correspondência com relatórios das tarefas desenvolvidas. Com base nas indicações fornecidas pelo grupo que tinha entrado em Portugal, foi escolhida a cidade da Covilhã, como a que reunia melhores condições para a acção: uma cidade próxima da fronteira espanhola, com acessos fáceis de ser cortados, sem uma unidade militar próxima e com uma população operária bastante significativa e com uma longa tradição de luta pontuada por greves³⁸¹.

Em meados de Julho de 1968, foram enviados para a Covilhã Fernando Branco e Fernando Lopes Gonçalves com a missão de recolher informações de forma mais sistemática, localizar objectivos e identificar pessoas que tivessem funções de direcção nos bancos, na PSP e na GNR.

³⁷⁸ IANTT/PIDE-DGS – Pr. 6316 SC E/GT, NT 1531 – Auto de declarações de Daniel Joaquim Campos de Sousa Teixeira, 23 de Agosto de 1968, fl. 46 a 52

³⁷⁹ Este grupo era constituído por: Augusto Maria da Conceição Joaquim, José Luís da Conceição Joaquim, Fernando José dos Santos Branco e Luís Manuel Sobral.

³⁸⁰ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 216-218.

³⁸¹ IANTT/PIDE-DGS – Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – “Relatório sobre a tentativa de assalto à Covilhã”, 30 de Agosto de 1968, fls. 127, 128

Com eles veio também Manuel José Torrão Correia, com experiência na passagem de fronteira, pois vivia na aldeia de Cicouro, na raia com Espanha. Passaram a fronteira a pé transportando duas malas de viagem que continham armas e material explosivo que Palma Inácio e Luís Benvindo tinham comprado na Checoslováquia³⁸².

No exterior, principalmente na Bélgica e em Paris, continuavam os esforços para recrutar novos elementos, dispostos a participar nas acções, mas principalmente disponíveis a curto prazo. Os responsáveis pela operação de recrutamento eram Camilo Mortágua e António Barracosa, que também asseguravam a logística da operação, ou seja, a comunicação inter-grupos e com o “exterior”, a preparação militar e técnica desses elementos, o transporte e a documentação necessária³⁸³.

Em finais de Julho de 1968, vieram para o interior Palma Inácio, Luís Benvindo e Daniel Teixeira para preparar os detalhes finais de toda a operação de assalto à Covilhã, baptizada como *Operação Matias*³⁸⁴. O plano consistia no seguinte: um grupo de pessoas viria em pequenos grupos de França até à fronteira de Portugal, transportados em automóveis e carregando armas; de seguida reuniam-se junto à fronteira e passavam-na a pé com as armas, sendo aguardados já na parte portuguesa por elementos da LUAR, em automóveis alugados, que os transportariam para uma casa de cantoneiro desactivada, na estrada do Sabugal com a Guarda que tinha condições para esconder armas, explosivos e pessoas e que funcionaria como casa de apoio. Na casa do Sabugal decorreria a última reunião para ultimar os pormenores da acção – seria escolhido o responsável por cada comando e a respectiva missão, fariam a articulação geral dos grupos, decidiriam as armas a utilizar, hora de início e finalização, bem como os lugares de concentração, evacuação e fuga. Cada “comando”, dispunha de armas, braçadeiras e *walkie-talkies*. Entrariam na cidade, cortavam as ligações telefónicas e rodoviárias, para impedir a chegada da polícia ou de militares, o que poderia significar dinamitar pontes, estradas e caminhos-de-ferro; tomariam o quartel e desarmariam a GNR, a PSP, Brigada de Trânsito e a Legião Portuguesa. De seguida assaltavam os cinco bancos locais; tomavam a estação local da Emissora Nacional para transmitir uma Proclamação da LUAR previamente gravada; fariam larga agitação incluindo a realização de um comício na praça central com distribuição de manifestos³⁸⁵.

A acção seria realizada ao meio-dia, sendo essencial o factor surpresa. A ideia era estar na

³⁸² IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 8209 SC E/GT, UI: 1557 – Auto de declarações de Manuel José Torrão Correia, 26 de Agosto de 1968, fls. 29-31

³⁸³ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

³⁸⁴ A operação foi assim baptizada em homenagem a António José Matias, falecido sob prisão, em 1967, acusado de pertencer à LUAR e de ter participado no assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz

³⁸⁵ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*, Âncora, Lisboa, p. 162

Covilhã apenas o tempo suficiente para realizar o previsto e depois recuarem para Espanha, onde estava instalado um dispositivo de apoio, ou no interior do país, para aqueles que dispunham de documentação legal. Pensavam inicialmente envolver cerca de quarenta efectivos na execução do plano, porém, apenas conseguiram mobilizar metade. Eram, na sua maioria, jovens, sem qualquer tipo de enquadramento político anterior, sem experiência militar e a maioria deles, sem nunca terem sequer pegado numa arma³⁸⁶.

António Barracosa, Hipólito dos Santos e Camilo Mortágua estavam responsáveis pela logística da operação – carros e forma de camuflar as armas e explosivos dentro deles, seleccionar quem conduzisse as viaturas, preparar os percursos e pontos de encontro na travessia da fronteira da França e da Espanha, redigir os cartazes e manifestos, preparar a fuga³⁸⁷.

Nos inícios de Agosto, uma parte significativa operacionais que iriam participar na acção da tomada da Covilhã, passaram alguns dias numa vivenda na região de Orly, arrendada por Camilo Mortágua, onde receberam treino de manuseamento de armas e utilização de cargas explosivas e detonadores eléctricos. Foi também nesta casa que, no dia 14 de Agosto, se reuniram todos os operacionais que participavam na acção, tendo-lhe sido entregues documentos falsos, e foi daqui partiram para a realização da acção³⁸⁸.

No dia 15 de Agosto de 1968, saíram de Paris cinco carros, que deviam circular com intervalos de meia hora, encontrando-se periodicamente em pontos pré-determinados³⁸⁹. Em cada carro havia um responsável que assegurava o contacto entre as restantes viaturas nos pontos de encontro estabelecidos. As viaturas eram conduzidas por elementos estrangeiros, ligados a meios de esquerda franceses, que haviam participado no Maio de 68 e apoiavam as acções da LUAR³⁹⁰. No dia 17 de Agosto, concentraram-se no local combinado, um pinhal junto a Tordesilhas e iniciaram os preparativos para a passagem da fronteira, sendo distribuídas as armas e o restante material - sacos, braçadeiras, comunicados. Ao princípio da noite, iniciou-se a passagem da fronteira, a pé, na direcção de Cicouro e Vimioso, zona a 50 km de Bragança, conduzidos por Manuel Torrão Correia, passador da confiança de Palma Inácio, que já o tinha ajudado por diversas vezes em situações semelhantes, designadamente durante o período de Julho e Agosto, em que este esteve clandestino em Portugal³⁹¹. Na realidade, entre Junho e Agosto, Palma Inácio, clandestino no interior, deslocou-

³⁸⁶ Entrevista a Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012

³⁸⁷ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*, Âncora, Lisboa, p. 160

³⁸⁸ IAN/TT – PIDE/DGS – Pr. 8259 SC CI(2), Vol. 4, NT: 7519-7521 – Auto de declarações de Filipe Viegas Aleixo, 24 de Setembro de 1968, Fls. 25-35

³⁸⁹ O grupo de “combatentes” que vinha efectuar esta missão era o seguinte: Alberto Curado, António Barracosa, Armando Ribeiro, Carlos Biló Pereira, Fernando Pereira Marques, Filipe Viegas Aleixo, Idílio Fialho, Jacinto Rodrigues, Jaime Bastos, Jaime Campos, Joaquim Cleto, Joaquim Palminha, Joaquim Silva Ramos, Jorge Manuel de Oliveira e Sousa, José Hipólito dos Santos, José João Guerreiro da Silva Cabanita, Luis Manuel de Moura Portugal Sobral, Mário Gastão Martins da Costa e “Múrcio”.

³⁹⁰ O grupo de condutores era constituído por: Maria Kiebooms, Fred, Jean Royaut, Sérgio Cajarville, dois belgas, um francês e um uruguaio, de que desconhecemos o nome.

³⁹¹ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*,

se várias vezes a Espanha para contactar Mário Robles, advogado espanhol, que tinha sido seu advogado quando esteve preso em Espanha, e que aceitara defender também os elementos da LUAR, entretanto presos em Irun³⁹² e a sua circulação entre os dois lados da fronteira fora sempre conduzida por Manuel Torrão.

Os operacionais da LUAR eram aguardados já na parte portuguesa, junto à fronteira, por Daniel Teixeira e Fernando Branco, que dispunham de dois carros alugados, destinados a conduzir os grupos que iam chegando para a casa do cantoneiro, entre o Sabugal e a Guarda. Um acidente com o carro fez com que Daniel Teixeira ficasse impossibilitado de cumprir a missão, pelo que passou a haver apenas um carro disponível para esta tarefa. Na viatura onde já vinha Fernando Branco, Daniel Teixeira e o motorista, juntaram-se mais sete membros da LUAR, entre os quais Palma Inácio e Manuel Torrão. Dez pessoas no total, pelo que, por precaução, para evitar chamar a atenção da polícia ou de populares, Manuel Torrão saiu do carro pouco depois, Fernando Branco foi deixado numa gare de comboios e Daniel Teixeira em Macedo de Cavaleiros. Porém, quando iam retomar viagem, foram abordados por um polícia que pediu os documentos ao condutor, que era Palma Inácio, pois o carro tinha ficado mal estacionado. Este não tinha carta de condução e tentou contornar a situação pedindo ao polícia para não passar a respectiva multa. Todavia, o agente obrigou-o a acompanhá-lo à esquadra da polícia e multou-o. Palma Inácio reagiu, puxou da pistola e disparou várias vezes para o ar, enquanto o carro arrancava velozmente em fuga por caminhos não asfaltados. A polícia perseguiu-os e cercou-os, apoiada por populares que julgavam tratar-se de delinquentes comuns. Ainda tentaram fugir a pé, esconder-se nos campos, mas acabam todos presos³⁹³.

Levados para a Delegação da PIDE no Porto, foi com grande espanto os agentes verificaram que naquele grupo se encontrava Palma Inácio. Revistaram o carro e encontraram armamento de fabrico checo, principalmente armas automáticas e pistolas-metralhadoras. Depois foi a busca pela região até conseguirem localizar a casa de apoio, já abandonada, mas onde ficara parte significativa do material destinado à acção, incluindo uma quantidade significativa de munições e 17 quilos de explosivos, apreendido assim pela polícia³⁹⁴.

Entretanto, no pinhal junto à fronteira ainda estavam nove³⁹⁵ dos dezanove elementos que

Âncora, Lisboa, p. 237

³⁹² IAN/TT – PIDE/DGS, PR: 8259 SC CI (2), UI: 759-7521, Vol. 1 - “Relatório Secreto do MNE para o Director da PIDE”, s.d, fls. 239

³⁹³ IANTT/PIDE-DGS – Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – “Relatório sobre a tentativa de assalto à Covilhã”, 30 de Agosto de 1968, fls. 127, 128. Foram presos Herminio da Palma Inácio, Filipe Aleixo, Carlos Biló Pereira, Fernando Pereira Marques, Joaquim Ramos, José João Guerreiro da Silva, Fernando Branco, Daniel Teixeira e Manuel Torrão.

³⁹⁴ IANTT/PIDE-DGS – Pr. 9712 SC CI(2), U.I: 7572 – “Relatório sobre a tentativa de assalto à Covilhã”, 30 de Agosto de 1968, fls. 127, 128

³⁹⁵ Este grupo era constituído por: António Barracosa, Armando Ribeiro, Idílio Fialho, Mário Gastão Martins, Jacinto Rodrigues, Jaime Bastos, Jaime campos, Jorge Sousa e “Múrcio”.

tinham entrado em Portugal. Esperavam pelo transporte que os havia de levar à Covilhã, porém este tardava. António Barracosa decidiu então ir a Espanha, a pé, para contactar o comando recuado encarregado da coordenação geral. Foi informado por Hipólito dos Santos que a operação fracassara e que os restantes elementos do seu grupo deveriam sair do país o mais rapidamente possível³⁹⁶. Na realidade, essa decisão tinha, no entanto, sido já tomada pelos elementos que tinham ficado no pinhal e que já haviam inclusivamente atravessado a fronteira, tentando regressar a França e à Bélgica pelos seus próprios meios³⁹⁷. O grupo que estava em Portugal desde Julho e que tinha ficado de esperar pelos restantes elementos que iam efectuar a acção na casa do Sabúgal, desesperados com a falta de notícias, também decidiram sair do país pelos seus próprios meios³⁹⁸. Era uma debandada desorganizada e dispersa, mas em boa medida inevitável. Alguns fugiram individualmente, arriscando passar a Espanha sozinhos e a pé, por locais que não conheciam. Outros fugiram em pequenos grupo, de dois ou três elementos. Procuravam por todos os meios chegar a França ou à Bélgica, para contactar os elementos da organização que se mantinham em Bruxelas³⁹⁹.

O balanço da operação foi desastroso para a LUAR: foram presos oito elementos, entre os quais Palma Inácio, o chefe da organização; assim como o motorista e o passador; verificou-se a perda considerável de material bélico, bem como armas, munições e explosivos; recursos financeiros desesperadamente essenciais para a organização prosseguir a luta contra o regime.

Sem líder, sem armas e sem dinheiro, o desastre da *Operação Matias* significou também o fim de uma fase da LUAR. Uma fase caracterizada pela prevalência das acções militares em detrimento das acções políticas; em que o debate ideológico e político praticamente não existia; em que o funcionamento da organização era, em larga medida, desarticulado, improvisado, vivendo ao sabor da coragem, do voluntarismo e da capacidade de improvisação de cada um dos militantes. Mas esta foi uma fase em que os seus protagonistas conseguiram fazer acções mais espectaculares e com maior repercussão pública contra o regime português, chamando inevitavelmente a atenção para a comunidade nacional e internacional para a luta da oposição e para a luta antifascista.

³⁹⁶ Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012 - Hipólito dos Santos refere que, no dia 22 de Agosto, ao final da manhã, na localidade de Navasfrías, em Espanha, tinha sido surpreendido por Alberto Curado, Joaquim Palminha e Luís Miguel de Moura Portugal Sobral que lhe relataram que os operacionais que tinham entrado em Portugal ainda não tinham recebido notícias de Palma Inácio, pelo que deduziram que alguma coisa tinha corrido mal.

³⁹⁷ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*, Âncora, Lisboa, p. 241, 242

³⁹⁸ Grupo constituído por Alberto Curado, Joaquim Palminha, Luís Manuel de Moura Portugal Sobral, Joaquim Cleto, Luís Benvindo e Fernando Lopes Gonçalves.

³⁹⁹ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*, Âncora, Lisboa, p. 241, 242

2. O segundo fôlego: da Covilhã à fuga de Palma Inácio

2.1. Reorganização e nova definição ideológica.

A prisão de Palma Inácio deixava a LUAR órfã, um vazio na liderança e muitas incertezas quanto ao futuro.

Em inícios de Setembro de 1968, os membros do Comité Superior que não tinham sido presos reuniram-se em Paris para proceder ao balanço da *Operação Matias* e decidir sobre o futuro da organização. Era consensual a ideia de que a LUAR devia continuar, mas era indispensável proceder a um grande esforço de clarificação política e organizacional, sendo necessário dotar a organização de uma base política e ideológica, definir a estratégia, os objectivos revolucionários e os meios para prosseguir.

Nesta reunião, ficaram estabelecidas as tarefas mais prementes: promover a solidariedade com os companheiros presos; assegurar formas de sustento dos que tinham conseguido fugir, e que tinham deixado os seus empregos para participar na acção, e por isso, estavam numa situação financeira complicada; angariar fundos para financiar a organização; e reforçar com novos elementos o Conselho Superior⁴⁰⁰. Ficou também decidido emitir um comunicado sobre a acção da Covilhã, explicando que não eram um grupo terrorista e esclarecendo os objectivos desta: “Tratava-se de tomar essa Cidade [Covilhã], de a ocupar por algumas horas, anulando a acção das forças repressivas. Reunir-se-iam então com a população para falar dos grandes problemas nacionais e deixar estabelecida na região uma testa-de-ponte político militar. Não pretendíamos aguentar um reduto, tarefa por ora excessiva e que seria paga pelo sofrimento da população”. Sentiam também necessidade de explicar que a sua força “começa pelas armas” mas que isso não bastava e era necessário continuar a haver outras formas de luta, como greves, manifestações, propaganda⁴⁰¹. Verifica-se já, neste comunicado, uma tentativa de mostrar que a LUAR dispunha de uma linha política que ia para além do uso das armas e da realização de acções violentas, mencionando que essa linha consistia “em transformações profundas na terra, na indústria, no comércio, na saúde, na assistência, no ensino, enfim, de toda a vida económica e social do país”. E referiam-se à guerra colonial, à solidariedade e à cooperação com “Angola, Moçambique e Guiné Independentes”⁴⁰². Pela primeira vez, a LUAR assumia-se como anti-colonialista e solidária com a luta dos povos das colónias pela independência.

⁴⁰⁰Foram cooptados para o Conselho Superior: Fernando Lopes Gonçalves, Jaime Campos, Jacinto Rodrigues, Jaime Bastos e Armando Ribeiro.

⁴⁰¹IANTT/PIDE-DGS – Pr.8259 SC CI(2). UI: 7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, *Comunicado da LUAR*, Setembro de 1968

⁴⁰²IANTT/PIDE-DGS – Pr.8259 SC CI(2). UI: 7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, *Comunicado da LUAR*, Setembro de 1968

O comunicado esclarecia ainda que o dinheiro proveniente do assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz estava inutilizado ou nas mãos de Emídio Guerreiro, pelo que a organização não tinha fundos, além de ter perdido nove combatentes e um vasto leque de material bélico. Emídio Guerreiro era directamente acusado de recusar entregar os cerca de dois mil contos que tinha na sua posse e que pertenciam à organização, o que era considerado uma atitude gravíssima, informando-se que, face a essa situação, tinha sido discutida a aplicação de “sanções revolucionárias adequadas”⁴⁰³. Hipólito dos Santos refere que a discussão sobre as sanções a aplicar tinha sido muito confusa, mas que tinham chegado a discutir a aplicação da pena de morte⁴⁰⁴. Emídio Guerreiro refutaria, posteriormente, estas acusações, explicando que foi contactado por um elemento da direcção do grupo ligado a Palma Inácio, e que, ao ser-lhe exigida a devolução do dinheiro, respondeu que o faria mediante a apresentação de um plano de acção com viabilidade de concretização⁴⁰⁵.

Mas o que este comunicado sobretudo evidencia é a disposição da direcção da LUAR continuar a luta, apesar das dificuldades, vincando bem que “a LUAR não morreu nem abandona a luta” e que o próximo comunicado “será de guerra, guerra contra o regime para bem do Povo”⁴⁰⁶.

O processo de reflexão dentro da LUAR iria prosseguir já com uma direcção renovada⁴⁰⁷. Concluiu-se, de modo claro, que, até aí, não tinha havido um programa político, uma estratégia definida, nem sequer um serviço de informação e de estudo. Do mesmo modo que não existia aparelho logístico no interior do país, e que o quase inexistente o aparelho político estava subordinado ao aparelho militar, para mais, sem cuidados no recrutamento, podendo pertencer à LUAR todos os que se declarassem dispostos a utilizar armas para derrubar o regime, o que permitia infiltrações policiais e a adesão de elementos com todo o tipo de objectivos para a organização.

Este balanço permitiu concluir que se tornava premente a reorganização da organização, pelo que foram definidas as seguintes medidas que deveriam ser postas em prática com a maior rapidez possível:

1. Rever o sistema de recrutamento, que deveria passar a ser feito com base nas informações obtidas

⁴⁰³ IANTT/PIDE-DGS – Pr.8259 SC CI(2). UI: 7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, *Comunicado da LUAR*, Setembro de 1968

⁴⁰⁴ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 92

⁴⁰⁵ Entrevista de Emídio Guerreiro a *O Jornal*, 25 de Julho de 1975

⁴⁰⁶ IANTT/PIDE-DGS – Pr.8259 SC CI(2). UI: 7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, *Comunicado da LUAR*, Setembro de 1968

⁴⁰⁷ A nova direcção era composta por: Luís Benvindo, Camilo Mortágua, Hipólito dos Santos, Fernando Lopes Gonçalves, Augusto Maria da Conceição Joaquim e Armando Ribeiro, Maria Helena Vidal (“Norma”), Joaquim Cleto (“Lisboa”), Idílio Fialho (“Fidel”), Anne Gonceberg (“Jane”), Jorge Rocha (“Celestino”), Jaime Campos (“Danton”, “Serpa”) e Walter Leitão (“Ernesto”)

acerca de percursos pessoais e políticos. Ao mesmo tempo, deveria ser feita uma limpeza na organização, afastando todos os que não demonstravam um comportamento pessoal e político exemplar e compatível com as exigências de pertencer a uma organização revolucionária;

2. Preparar técnica e politicamente grupos para virem a Portugal fazer pequenas acções armadas, de forma a manter acesa a existência da organização, provar que continuava activa e organizada após a prisão de Palma Inácio, chamando a atenção da população portuguesa e da comunidade internacional para a guerra colonial e para a luta antifascista;

3. Manter boas relações com todas as organizações que defendessem a luta armada;

4. Assegurar uma informação interna e externa capaz de dar credibilidade política à organização;

5. Criar órgãos de propaganda, destinados a radicalizar a luta;

6. Esclarecer que as acções de assaltos a bancos servem apenas para arranjar financiamento para manter a organização operativa⁴⁰⁸.

Além disso, a estrutura da organização foi reformulada: o novo órgão de direcção passou a chamar-se *Comissão Politico-Militar*; passou a existir um *Secretariado*, com responsabilidades a nível das finanças, coordenação de actividades e controle da realização das tarefas; a *Comissão Militar* passou a estar dividida em dois sectores - o sector de Planificação, Execução, Treinos e Armamento e um sector de Formação de Quadros; foram também criadas as *Comissões de Agitação e Propaganda*, a *Comissão de Organização* (esta englobava as áreas de Informações, Recrutamento no Exterior, Arquivo e Ficheiro), e a *Comissão de Documentação*; passou a haver uma estrutura clandestina, conhecida por *ACTID* – Homens para a Acção, Casas e Garagens para Apoio, Transporte, Informação e Propaganda⁴⁰⁹.

2.2. “Caparica” - uma base de treinos

Depois do desastre da Covilhã, quando se procedia ao balanço da acção e da actividade da LUAR, foi necessário encontrar um local onde colocar os elementos que tinham conseguido sair de Portugal sem ser presos e que estavam sem trabalho, sem dinheiro e sem documentos. Para o efeito, arranjaram uma quinta nos Pirenéus, a 2000 metros de altitude, próxima da fronteira com Espanha e Andorra. Foi Camilo Mortágua que conseguiu arranjar a casa, por intermédio de Silva Martins, apresentando a proposta à nova direcção da LUAR⁴¹⁰.

“Caparica” foi o nome dado a esta quinta que se tornou num campo de treinos. Consta que

⁴⁰⁸SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 91

⁴⁰⁹IAN/TT – PIDE/DGS, Pr: 6316 SC E/GT, UI:1531 – Auto de perguntas a Daniel Joaquim Campos de Sousa Teixeira, 23 de Agosto de 1968, fls. 82 a 96

⁴¹⁰MORTÁGUA, Camilo, 2013, *Andanças para a Liberdade*, Vol. 2, Esfera do Caos, Lisboa, p. 206; Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

o local teria sido anteriormente utilizado pelos franceses durante a guerra da Argélia para esconder prisioneiros e que o seu proprietário teria colaborado com a OAS – Organisation de l' Armée Secrète, uma organização de extrema-direita francesa que se opunha à independência da Argélia⁴¹¹. Contudo, nenhum dos elementos da LUAR parece conhecer este aspecto, tendo sido mantidas sempre boas relações com o proprietário, que teria cedido o local apenas a troco do desempenho de algumas tarefas agrícolas, de pastoreio e de reparação de telheiros e de estábulos⁴¹².

Teriam ido para esta quinta cerca de uma dezena de militantes, havendo, por parte da Direcção da LUAR, o propósito de ministrar cursos de preparação política e treino militar, com vista a reorganizar a organização, de forma mais estruturada e com maior densidade política. O responsável pelo campo de treinos era Camilo Mortágua, tendo passado por lá, entre Novembro de 1968 e Fevereiro de 1969, cerca de quinze militantes. Uns tiveram estadias prolongadas no campo, enquanto outros estiveram lá apenas algumas semanas ou dias, e houve mesmo elementos que se deslocaram à “Caparica” apenas para participar em reuniões⁴¹³. Entre Dezembro de 1968 e Janeiro de 1969, realizaram-se, neste local, alguns plenários, onde se decidiram questões importantes relativas à estrutura e funcionamento da LUAR: a Direcção passaria a ser eleita; deveriam circular internamente informações sobre questões de natureza política e sobre o funcionamento da organização; a Direcção deveria reunir mensalmente e fazer uma comunicação interna sobre as decisões tomadas⁴¹⁴.

A estadia de tantos indivíduos num local tão isolado era justificada, dizendo que faziam parte de uma Associação para o Acolhimento de Trabalhadores Estrangeiros, que era legal, e foi registada na Préfecture de Paris, em Janeiro de 1969, o que facilitou o disfarce quando a polícia começou a fazer visitas à quinta⁴¹⁵.

Esta estadia nos Pirinéus, que deveria servir para facultar treino político e militar aos membros da LUAR, não foi devidamente aproveitada, apesar de se terem realizado alguns cursos de montagem de explosivos, utilização de mapas militares e técnicas de clandestinidade, bem como ter propiciado a realização de reuniões plenárias, onde foram constituídos grupos de reflexão e de debate político. Porém, a maior parte do tempo foi passada na realização de trabalhos na quinta e a preparação física e militar nunca foi efectuada com rigor e disciplina. Aos poucos, foi-se gerando

⁴¹¹“O aventureiro da Revolução”, *Revista do Expresso*, nº 1196, de 29 de Setembro de 1995, p. 42

⁴¹²Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012.

⁴¹³Núcleo residente na “Caparica”: Camilo Mortágua, Maria Helena Vidal, Alberto Curado, Idálio Fialho, Lemos e Sá, Henrique Teixeira, Joaquim Palminha, José Ramalho, Walter Leitão, Fernando Lopes Gonçalves. Elementos que estiveram algumas semanas ou dias na “Caparica”: Armando Ribeiro, Jaime Bastos, Jacinto Rodrigues, Hipólito dos Santos. Elementos que foram à “Caparica” apenas para participar em reuniões: Anne Gonceberg, Augusto Maria Joaquim, Jaime Campos, Jorge Rocha, “Fred”

⁴¹⁴ Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de José Hipólito dos Santos, LUAR, “CAPARICA”, fls. 1 a 5

⁴¹⁵Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de José Hipólito dos Santos, Sub-secção LUAR, “CAPARICA”, fls. 1 a 5

grande desmotivação, agravada pelo medo de uma incursão da polícia à base. Apesar de declararem pertencer a uma associação legal, muitos dos que se encontravam na “Caparica” eram procurados pela polícia portuguesa por participação no assalto à Covilhã. Neste quadro, vários elementos abandonaram a base e, a 17 de Fevereiro de 1969, a “Caparica” foi definitivamente desactivada⁴¹⁶.

A saída apressada da “Caparica” colocou novamente alguns militantes da organização em situação complicada ao nível da legalidade e da sobrevivência material, sem alojamento e sem rendimentos. A LUAR não tinha meios financeiros para os tornar revolucionários profissionais, pagos pela organização. Restava-lhes apenas seguir os caminhos de milhares de emigrantes portugueses: encontrar trabalho. Porém, segundo Hipólito dos Santos, alguns deles enveredaram pela marginalidade e procuraram obrigar a organização a entregar-lhes dinheiro, tendo, inclusivamente, raptado Luís Benvindo, em Paris, para exigir uma quantia pela sua libertação. Um desses grupos, na estadia na “Caparica” teve um comportamento a tal ponto indisciplinado que levou a direcção da LUAR proceder ao seu afastamento⁴¹⁷. Neste sentido, outra das principais decisões resultantes desta fase foi proceder ao afastamento daqueles que evidenciavam comportamentos marginais e de problemas com a disciplina. Sem quaisquer processos de averiguações internas deixaram pura e simplesmente de ser contactados pela organização⁴¹⁸. A falta de estrutura de enquadramento orgânico facilitou que o processo pudesse ser feito desta forma.

O processo de selecção de militantes para a realização de acções passou a ser mais exigente e mais controlado pela direcção. A situação, todavia, tinha constrangimentos, pois não havia um aparelho ou qualquer dispositivo que pudesse controlar o historial pessoal e político dos elementos a recrutar, o que condicionava seriamente o processo. Havia a consciência que só um recrutamento rigoroso impediria as infiltrações policiais, as traições, as fugas de informação. Era preciso que os novos militantes demonstrassem uma sólida formação pessoal, moral e política, espírito de iniciativa, capacidade de viver em clandestinidade, de obedecer às directrizes da organização, de sobrevivência e de rigoroso sigilo. Mas, as dificuldades em concretiza-lo, anulavam em larga medida estas intenções.

2.3. A necessidade de uma base política e as dificuldades de “implantação” no interior

Se a nova direcção procurava dar à LUAR uma estrutura operacional mais organizada, ganhava igualmente corpo a necessidade de uma linha política estruturada e consolidada. Para isso, foi preparado um documento político, publicado em Dezembro de 1968, para ser debatido entre os

⁴¹⁶Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

⁴¹⁷Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

⁴¹⁸SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, p. 116, 117

militantes, intitulado *Linha Política*, que pretendia dar a conhecer a orientação política e ideológica da organização.

Neste documento a LUAR afirmava que não era um partido político, nem “fruto duma plataforma política”, admitindo no seu seio a pluralidade de tendências desde que estas defendessem “uma política interna e externa socialista”. Defendia a independência total das colónias; a “emancipação cultural, económica e política do Trabalhador”; e a instauração do “poder popular”. Admitia, contudo, a necessidade de continuar a aprofundar o documento com base na “experiência da luta de classes em Portugal”, propondo ser o detonador da “luta popular armada”, dirigida contra a “grande burguesia monopolista, colonialista e imperialista”, a “grande burguesia rural e latifundiária”, a “média burguesia aliada dos outros” e “todos os intermediários comerciantes usurários, exploradores do pequeno industrial, pequeno agricultor e povo” Continuava a assumir como objectivo a radicalização das formas de luta contra a ditadura, apoiando actos como a passagem da greve à sabotagem, a sublevação de militares nos quartéis, a criação de grupos de auto-defesa que actuariam nas manifestações e a organização de actos contra figuras do Estado ou agentes policiais responsáveis por torturas⁴¹⁹.

Todavia, o modo como as questões são colocadas evidencia uma necessidade de mudança na prática política da organização. Por exemplo, a radicalização deixava de se expressar através de acções isoladas, por mais espectaculares que fossem, para lhes ser conferida nítida sustentação política em função de objectivos estratégicos claramente enunciados, designadamente no que se refere à articulação deste tipo de acções com a dos trabalhadores e o movimento de massas. Além disso, a LUAR, lutando contra o regime, passava também a ter como pontos centrais da sua luta a guerra colonial e aumento do custo de vida, acompanhando as reivindicações das manifestações populares contra o regime⁴²⁰. A táctica militar a seguir nesta fase, passaria a ser a dos movimentos de guerrilha que proliferavam pela América Latina e pela Europa na época: às acções populares seguiam-se as da organização, que levariam a uma resposta violenta das forças policiais e à intensificação da repressão, a que se seguia uma resposta militar da organização⁴²¹.

Com esta reorganização procurava-se, inclusivamente, conferir um carácter democrático à organização, pretendendo-se a eleição da direcção a partir das bases, que deveriam receber informação periódica sobre as actividades desenvolvidas. Nota-se aqui a influência que o Maio de 68 francês teve na organização. A LUAR rejeitava o “centralismo democrático” e procurava

⁴¹⁹“Linha Política”, Dezembro de 1968. in SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 106

⁴²⁰“Linha Política”, Dezembro de 1968, in SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 106

⁴²¹ Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

articular as bases com os organismos de nível superior, de baixo para cima. Assim, a estrutura orgânica seria a seguinte:

1. **Comités de Base** – organizados no exterior com o objectivo de assegurar os meios materiais, financeiros e humanos necessários;
2. **Comités Regionais** – os Comités de Base deviam estar organizados por regiões, de que existiam já os de Paris e Bruxelas. Cada região teria um Comité de Coordenação e Organização, composto por militantes eleitos pelos Comités de Base;
3. Em cada região, o **Comité de Coordenação e Organização** constituiria um Comité de Finanças e Propaganda;
4. Os membros dos diversos Comités de Coordenação e Organização, reunidos em assembleia, designariam os **Comités de Implantação** – únicos organismos com capacidade e autoridade para discutir e definir os moldes em que devia ser feita a implantação. Seriam, por isso, as únicas estruturas que conheciam os detalhes referentes à constituição de aparelhos logísticos e de massas no interior do país, controlando os fundos necessários para o efeito;
5. O **Congresso** da LUAR, onde teriam assento os membros dos Comités Regionais e de Implantação⁴²².

No documento *Projecto de Reorganização* é referido que, depois de tomadas estas medidas, deixaria de existir uma direcção e passariam a existir três organismos encarregados da direcção e da gestão interna e externa da LUAR. Esta estrutura funcionaria até que fosse possível a implantação de “um núcleo combatente e dirigente no país”. Nessa altura, os comités regionais deverão transformar-se em delegações exteriores da LUAR e o Comité de Implantação deve ser ratificado ou alterado pelo Congresso, transformando-se na Direcção Revolucionária da LUAR no interior de Portugal.”⁴²³

Instituiu-se o princípio da votação para as decisões mais importantes, quer as propostas viessem da Direcção, dos Comités de Coordenação, de Organização ou dos Comités de Base. Esclarecia-se também a questão do financiamento, tendo-se acordado que os fundos provenientes dos assaltos a bancos se destinavam exclusivamente a financiar o aparelho revolucionário, que teria de executar outras acções revolucionárias, que não apenas assaltos⁴²⁴. A preocupação era não passar a imagem que a organização só efectuava assaltos para obter dinheiro.

⁴²²“Projecto de Reorganização”, s.d., in SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 122, 123

⁴²³“Projecto de Reorganização”, s.d., in SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 122, 123

⁴²⁴ “Projecto de Reorganização”, s.d., in SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, pág. 122, 123

2.3.1. Operação Primavera: “implantação” no interior

A nova estratégia da organização em relação às acções armadas pautava-se pelo cumprimento dos seguintes objectivos:

- “1. Realizar um certo número de acções exemplares no interior do País, a levar a cabo por comandos que, tanto quanto possível, deveriam radicar-se.
2. Tirar do “prestígio ou propaganda” que estas acções nos dessem, (...) de receptividade popular, um trabalho de organização do aparelho logístico e de massas, a estabelecer no interior do país. [...]”⁴²⁵

Esta estratégia a realizar, implicava existência de organização no interior, ou seja, a criação de células que formassem uma rede de apoio às acções e que contribuíssem para o planeamento de novas acções, pelo que começaram a ser preparadas as condições necessárias para implementar esta estratégia:

“Prepararam-se os homens considerados necessários. Adquiriu-se o material para as operações da “primeira fase” e para a constituição de uma reserva de segurança. Procurou-se e montou-se o sistema de transportes para homens e materiais – todos transportados dentro dos prazos estabelecidos. Seleccionaram-se as “operações exemplares” a executar. Procurou-se, preparou-se e foi fornecida a necessária documentação para as viagens e vida clandestina dos “comandos”. Preparou-se e aprovou-se um sistema de comunicações para a coordenação dos “comandos” e a retaguarda. Estudaram-se e programara-se as acções, prevendo-se a duração de 50 dias, a partir de fins de Março. Preparou-se e foi aprovado um orçamento de 65 mil escudos”⁴²⁶.

No início de Abril de 1969, entraram em Portugal os primeiros dois grupos com o objectivo de organizar a “implantação” no interior. Um dos grupos instalou-se no Norte e outro no Centro e Sul do país⁴²⁷, concentrando-se no estudo de três ou quatro objectivos para futuras acções. Todos estes elementos se tinham voluntariado para realizar estas acções no interior e nenhum deles estava referenciado pela PIDE, o que lhes permitia uma movimentação praticamente legal. Eram militantes da confiança da direcção e a sua formação fora cuidada, incluindo regras de clandestinidade, técnicas de observação, planificação e concretização dos objectivos militares. Ainda assim, esta base voluntariosa desvalorizava objectivamente aspectos como experiência, capacidade de iniciativa, formação política e equilíbrio psicológico⁴²⁸.

A partir da sua actividade era possível definir um conjunto de acções – interrupção de uma emissão de rádio da *Rádio Miramar* e leitura de uma declaração ao país apelando à luta contra o

⁴²⁵Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de José Hipólito dos Santos, Sub-secção LUAR, “Primavera”, *Relatório sobre a Operação Primavera*, Junho de 1969, fls. 1 a 10

⁴²⁶Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de José Hipólito dos Santos, Sub-secção LUAR, “Primavera”, *Relatório sobre a Operação Primavera*, Junho de 1969, fls. 1 a 10

⁴²⁷O grupo que se devia implantar no Norte era constituído por Fernando Lopes Gonçalves, Jorge Rocha, Walter Leitão e Jaime Campos; enquanto o do Centro e Sul era composto por Idílio Fialho, Joaquim Cleto, “Fred” e J. Costa.

⁴²⁸Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

regime; assalto a um banco em Gondomar; atentado contra Júlio Regadas⁴²⁹; sabotagem de postas de alta tensão no Sul; explosão do Consulado Americano do Porto⁴³⁰.

Jaime Campos, militante da LUAR, conseguiu fazer chegar explosivos ao grupo do Norte, que tinha transportado desde Paris, e foram utilizados na explosão do Consulado. No Sul, foram sabotados três postes de alta tensão na zona de Porto Alto, com o objectivo de cortar a energia eléctrica às fábricas da CUF, no Barreiro e à Siderurgia Nacional, no Seixal, afectando a sua produção mas também permitindo aos operários pararem o trabalho e festejar o 1º de Maio. A acção contra Júlio Regadas foi planeada com detalhe, observando o seu dia-a-dia, as suas rotinas, os seus hábitos mas quando chegou a hora ninguém se dispôs a concretizar o atentado. O assalto ao banco em Gondomar também foi anulado porque o grupo do Norte não conseguiu chegar a acordo sobre a forma de executar a acção, o que impossibilitou nova arrecadação de fundos numa organização que se debatia com falta de dinheiro. Havia ainda outra acção prevista, que consistia em destruir camiões militares destinados à guerra colonial. Porém, como o governo português tivesse decidido enviá-los directamente da fábrica, na Alemanha, para Angola, os alvos não foram localizados e a possibilidade de concretizar esta acção foi inviabilizada⁴³¹.

O impacto das poucas acções que acabaram por ser levadas a cabo - atentado ao Consulado e sabotagem dos postes eléctricos – foi ainda assim considerável. Os jornais noticiaram a ocorrência destas duas acções e a PIDE publicou uma nota na imprensa imputando à LUAR a realização dos atentados e a organização das manifestações que se fizeram sentir no 1º de Maio de 1969⁴³².

A fuga de Palma Inácio das instalações da PIDE no Porto viria ainda a ampliar a repercussão destas acções, dando a ideia que tudo isso estava coordenado. Porém, em consequência desta fuga foi necessário fazer recuar para França os comados que tinham entrado em Portugal, pois tornava-se muito complicada a sua permanência no país, uma vez que era expectável um aumento da vigilância por parte da PIDE.

Restringiam-se, deste modo, as possibilidades de implantação da LUAR no país, apesar dos apoios que a organização vai conseguindo criar nos meios oposicionistas, e, em particular, entre os chamados católicos progressistas. Porém, apesar dos apoios essenciais disponibilizados - alojamento de militantes clandestinos, depósito de material bélico e transporte de militantes - a questão fundamental do recrutamento continuava por resolver. Enviavam-se comandos para o

⁴²⁹Operacional da Polícia Judiciária que investigou o assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, tendo-se distinguido pelos métodos de tortura utilizados.

⁴³⁰SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, p. 172 a 175

⁴³¹SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, p. 172 a 175

⁴³²“Informação do Ministério do Interior” in *Diário de Notícias*, 1 de Maio de 1969, p. 1

interior na perspectiva de viverem longos períodos na clandestinidade, mas, passado pouco tempo, verificaram-se situações de falta de capacidade psicológica para suportar o isolamento, sobrevivendo manifestações de insubordinação às ordens vindas do exterior. Isto colocou em causa a concepção de “implantação” da organização no interior, pois para viver nestas condições eram necessárias pessoas decididas, com sangue frio, com grande capacidade de resistência que permitisse ultrapassar momentos de desmoralização, desânimo e sacrifício, que conseguissem aguentar uma rigorosa disciplina diária, que tivessem capacidade para ultrapassar situações complicadas e de sobrevivência⁴³³. Tudo isto implicava um recrutamento sério, rigoroso, exigente e difícil.

2.4. Sabotagem nos estaleiros de Hamburgo: a primeira acção contra o aparelho militar colonial

A LUAR sempre se havia afirmado contra a guerra colonial e a favor da independência dos povos das colónias, e considerava que a realização de acções armadas contra a ditadura portuguesa, efectuadas no interior do país, contribuiria para eclosão de um novo foco de acção violenta que iria favorecer a luta dos povos das colónias. Para a LUAR, a luta anti-colonial e a luta anti-fascista eram indissociáveis. As duas complementavam-se. Porém, reconhecia, que só o fim do regime determinaria o fim da guerra e a independência das colónias⁴³⁴. Daí a organização apelar e incentivar a deserção dos jovens. Vários militantes tinham desertado antes de embarcar para as colónias ou já em pleno cenário de guerra em Angola, em Moçambique e na Guiné. Este entendimento da LUAR face à deserção aproximava-a das posições dos grupos maoistas, que defendiam a deserção, enquanto o Partido Comunista incentivava os seus militantes a não desertar e a desenvolver trabalho político dentro do exército.

Em Outubro de 1969, a LUAR efectuou a primeira acção contra a guerra colonial, numa demonstração concreta da sua posição contra a guerra. A oportunidade surgiu quando a LUAR enviou militantes seus à Alemanha para divulgar um comunicado de protesto contra o apoio militar do governo da RFA à ditadura portuguesa. Estes estabeleceram contactos com o “directório” que reunia trabalhadores operários dos estaleiros *Blohm & Voss* e estudantes progressistas, estrutura que denunciava com vigor esse apoio, pressionando para o fim do contrato estabelecido entre os dois governos para a construção de fragatas para a marinha de guerra portuguesa⁴³⁵. Através destes contactos surgiu a possibilidade de sabotar as fragatas. Em finais de Abril de 1969, Camilo Mortágua e Mário Moutinho entregaram, em Hamburgo, a elementos do “directório”, uma

⁴³³Entrevista a Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012

⁴³⁴IANTT/PIDE-DGS – Pr.8259 SC CI(2). UI: 7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, 1º Comunicado da LUAR, “*Ao Povo Português*”, Junho de 1967

⁴³⁵SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, p. 182

quantidade de plástico explosivo adequada à acção. Por sua vez, o “directório” terá enviado, a Paris, dois operários dos estaleiros navais, para receber formação técnica e planear a acção, conjuntamente com a Direcção e o Conselho Militar da LUAR. A 12 de Outubro desse ano, a acção provocava o afundamento de um batelão e importantes danos nas três fragatas, atrasando em vários meses a sua entrega à Armada portuguesa⁴³⁶.

Tratou-se do primeiro acto de sabotagem contra a máquina de guerra colonial, acções que teriam continuidade mais tarde com a ARA e as BR.

3. O terceiro fôlego: da fuga de Palma Inácio à agonia da LUAR

3.1. O impacto do marcelismo

O processo de reorganização da LUAR, depois do desastre da Covilhã, coincide com importantes mudanças no país. Marcelo Caetano tinha sucedido a Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, gerando expectativas em torno da liberalização do regime, período que ficou conhecido como *Primavera Marcelista*.

Os poucos sinais de abertura que o regime ia dando tiveram também impacto no interior da LUAR, quanto à continuidade das acções armadas. Para alguns militantes estes sinais eram suficientes para questionar a via da acção directa. Nesta nova situação e prosseguindo o esforço de aprofundar o debate em torno da construção de uma linha política, a direcção da LUAR elaborou um documento de análise sobre a situação do país, onde concluiu que a manutenção da guerra colonial e o agravamento das condições económicas e sociais “levarão a explosões populares” e “num período que se prevê de intensificação das lutas populares o dever das organizações revolucionárias é secundar e mostrar o caminho que pode tomar a luta”. Por isso, na estrutura dirigente da LUAR prevaleceu a posição de que esta devia continuar a sua acção no sentido de apoiar a luta “contra o aumento do custo de vida, contra a guerra colonial e ao lado dos estudantes”⁴³⁷, secundando as acções de massas com acções armadas, de forma a radicalizar a luta.

Nas eleições legislativas de Outubro de 1969, a LUAR optou por não participar na campanha eleitoral, rejeitando veementemente qualquer tipo de colaboração com o regime, e defendendo que a queda da ditadura só poderia ser feita através de greves, manifestações, ocupações de fábricas, sabotagens e acções armadas:

“[...] A LUAR visa a construção de uma sociedade socialista e isso é incompatível com qualquer espécie de colaboração com a burguesia, fascista ou dita democrática. A única via para a Revolução, isto é, para a construção dessa Sociedade Socialista, é a luta popular, forçosamente violenta [...]. A ditadura burguesa só será destruída por: greves, ocupações de

⁴³⁶Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

⁴³⁷“Projecto de Análise da Situação Política Portuguesa”, Junho de 1969, in SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, p. 129-129

fábricas, manifestações, sabotagens, acções armadas. Respondendo à violência reaccionária com a violência revolucionária”⁴³⁸.

Porém, ao mesmo tempo, um outro sector da LUAR, à revelia da Direcção, fazia circular um outro comunicado, apelando à ida massiva dos portugueses às urnas.

“[...] Consciente do momento político e de acordo com outros sectores oposicionistas, vem testemunhar a sua solidariedade com todos os movimentos da oposição que se proponham combater o regime fascista... pede a todos os portugueses a corrida em massa às urnas, votando no sector de opinião como único meio pacífico para a queda do regime fascista”⁴³⁹.

Este comunicado foi inicialmente atribuído ao grupo de Emídio Guerreiro, mas este negou veementemente a sua autoria, rejeitando qualquer tipo de colaboração do seu grupo com o regime e classificando-o como falso. Ou seja, apesar da oposição oficial da LUAR ser a não participação na campanha eleitoral, alguns dos seus militantes acreditavam na abertura do regime, na possibilidade deste cair de forma pacífica e, por isso, foram-se afastando da defesa da luta armada e consequentemente da organização.

Nesta altura, a direcção da LUAR ficou reduzida a três elementos: Luís Benvindo, Camilo Mortágua e José Hipólito dos Santos. Os restantes tinham-se afastado. Uns, convictos de que com o marcelismo deixara de se justificar a luta armada e que já não faria mais sentido retomá-la, nos quais estavam os elementos da Universidade de Lovaina. Outros, porque não acreditavam na capacidade desta direcção para liderar o processo de ressurgimento da LUAR⁴⁴⁰.

Nos inícios de Maio de 1969, Palma Inácio havia-se evadido das instalações da PIDE, no Porto, vindo a ser preso em Madrid, uma vez que sobre ele havia um mandado de captura internacional. O governo português não demorou a emitir um pedido de extradição ao governo espanhol. Todavia, desde logo, se levantou também uma campanha internacional de solidariedade, apelando aos sectores progressistas da sociedade francesa para pressionar o governo espanhol no sentido da sua não extradição. Foi inclusivamente criado um Comité de Apoio, que promoveu a subscrição de um apelo pela libertação de Palma Inácio⁴⁴¹.

Este Comité, com sede em Paris, era bastante amplo, colaborando nele pessoas de vários países e de horizontes políticos muito diferentes. A sua principal função era alertar a comunidade

⁴³⁸ IANTT/PIDE-DGS—Pr.8259 SC CI(2). UI:7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, *L.U.A.R COMUNICADO*, Outubro de 1969, fl. 2

⁴³⁹ IANTT/PIDE-DGS – Pr.8259 SC CI(2). UI:7519-7521, Pt.3 “Comunicados”, Comunicado LUAR, s.d, f. 1

⁴⁴⁰ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, p. 132

⁴⁴¹ SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente houve a LUAR. Para a história da luta armada contra a ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, p. 132. Este apelo foi subscrito por nomes importantes da sociedade francesa como Jean-Paul Sartre, Laurent Schwartz, Claude Roy, M. Langlois, Pierre Vidal-Naquet, Daniel Mayer e outros intelectuais franceses, juristas e associações de defesa dos Direitos do Homem.

internacional para a situação dos presos políticos portugueses, procurando impedir a extradição de Palma Inácio. Além da angariação de assinaturas para o abaixo-assinado a apelar à libertação de Palma Inácio, o comité também realizou contactos com advogados franceses para pedir conselhos e pareceres jurídicos e promoveu a recolha dos fundos necessários para promover a defesa legal de Palma Inácio em Espanha⁴⁴² Dentro da LUAR acreditava-se que esta pressão efectuada pelo Comité de Apoio impediria a sua extradição⁴⁴³.

A fuga de Palma Inácio tinha provocado um sentimento de euforia dentro da LUAR, sobretudo no sector que defendia a continuação das acções violentas. Independentemente da direcção em funções, Palma Inácio continuava a ser encarado como o único chefe da organização.

3.2 O regresso do líder

Em finais de Dezembro de 1969, Palma Inácio foi finalmente libertado das prisões espanholas e foi para Itália, onde a LUAR contava com o apoio do grupo Lotta Continua, organização de esquerda radical italiana, cujos dirigentes mantiveram relações com vários sectores da oposição portuguesa no exílio⁴⁴⁴.

Não são estranhos estes apoios na esquerda radical italiana, que se estendiam ainda a outras organizações e círculos políticos. A LUAR, aliás, sempre procurou manter contactos solidários com organizações revolucionárias de vários continentes: em África manteve contactos com o PAIGC; na América do Sul, com os Tupanamaros, no Uruguai, fornecendo a LUAR apoio logístico na deslocação dos dirigentes desta organização, sobretudo em França e na Bélgica; na Europa, com a ETA, no País Basco, a quem a LUAR forneceu materiais de guerra e os contactos para a aquisição de armas na Checoslováquia; e com o grupo Baader-Meinhof, na Alemanha, a quem dispensavam apoio logístico nas deslocações de militantes⁴⁴⁵.

De Itália, Palma Inácio, seguiu para França e para a Bélgica, países onde estava a direcção e as principais bases de apoio da LUAR. Numa reunião realizada nos últimos dias de Dezembro de 1969, a direcção informou Palma Inácio sobre as decisões tomadas quanto à orientação a seguir, designadamente, os aspectos relacionados com a criação de condições para a “implantação” da LUAR no interior do país – aparelho logístico, rede de casas de apoio e núcleos de militantes, clandestinos ou não; fim das “acções de incursão” esporádicas; selecção dos militantes através do estabelecimento de critérios mais rigorosos; criação de comités de base e aprofundamento da posição tomada relativamente ao marcelismo. Informaram, igualmente, que tinham procedido a uma

⁴⁴² Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

⁴⁴³ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

⁴⁴⁴ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de outubro de 2012

⁴⁴⁵ Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de outubro de 2012; IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. pr. 9712 CI(2), vol. 1, U.I: 7572, “Informação Relações da LUAR com a ETA”, s.d, fls. 53 a 55

“limpeza” na organização, afastando aqueles que consideravam não possuírem as características psicológicas e ideológicas necessárias para militarem numa organização armada⁴⁴⁶.

Apesar de concordar com a generalidade do que lhe foi apresentado, Palma Inácio não escondia a decepção pelo facto de a LUAR contar agora apenas com cerca de uma vintena de militantes. Para ele, isso significava que a organização se tinha desmembrado e que era necessário voltar a captar militantes. Como tal, voltou a instalar o sistema de recrutamento inicial, segundo o qual podia ser membro da organização qualquer pessoa que mostrasse disponibilidade para pegar em armas. Joaquim Alberto Simões, ex-diácono no Seminário dos Olivais, que se tornou o braço direito de Palma Inácio entre 1971 e 1973, refere que esta era a única forma de uma organização de luta armada poder crescer, pois as acções praticadas envolviam riscos elevados:

“Aceitávamos quem calhava mas não podemos escolher os gajos que querem fazer luta armada. Quem a quer fazer tem de ser aceite. Nós não podemos escolher quem quer participar nas acções. Depois, as pessoas podem ser capazes ou não mas não as podemos excluir à partida, dizendo que não são capazes. Só em teoria é que possível seleccionar as pessoas que querem fazer acções armadas. Na prática não, porque têm de ser pessoas com disponibilidade para tal”⁴⁴⁷.

O facto de na LUAR voltar a predominar este tipo de recrutamento e de voltar a prevalecer a linha militar, levou a que pessoas que tinham sido afastadas da organização em 1969 tenham voltado a aproximar-se. Os elementos da direcção continuavam a procurar avançar nos aspectos mais políticos e organizativos, mas perduravam, e continuavam a predominar, os velhos métodos: pouca discussão teórica e política, falta de organização, muita disposição para fazer acções, reuniões em cafés, aceitação de todos os que quisessem lutar contra o regime.

Em pouco tempo, Palma Inácio voltou a controlar a organização, a fazer novos contactos e a tomar decisões sem o conhecimento da direcção. Muito em consequência disto, os dirigentes em exercício foram-se afastando, embora mantendo-se solidários com a organização. A partir desta altura, começou a ganhar protagonismo dentro da LUAR um conjunto de novos militantes e dirigentes, a maioria vinda dos sectores católicos e marxistas-leninistas, que defendiam a realização imediata de novas acções. Formalmente, não houve uma direcção instituída e Palma Inácio assumia-se como líder histórico e único, tomando as decisões sozinho, ainda que contando com o apoio e aconselhamento de alguns militantes.

Nesta fase a LUAR consegue estabelecer em Portugal uma rede de apoio com base nos sectores dos católicos progressistas. As amizades que ligavam os ex-seminaristas dos Seminário dos Olivais, e os seus conhecimentos e solidariedade dentro dos católicos leigos faziam com que se

⁴⁴⁶ Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

⁴⁴⁷ Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012

criassem importantes laços de interajuda. Foram eles que abrigaram os militantes da LUAR quando estes se movimentam no interior do país para fazer estudos e planos de acções; serviram de motoristas nas deslocações pelo país destes militantes; foi na casa de alguns destes indivíduos que foram escondidas armas e materiais explosivos; fizeram de “pombo-correio”; asseguraram comunicações com o exterior, trazendo e levando mensagens; e guardaram dinheiro da organização.⁴⁴⁸

Nesta última fase da LUAR, entre 1971 e 1974, o sector católico estava muito ligado a Joaquim Alberto Lopes Simões, que tinha sido um dos líderes da contestação que ocorreu dentro do Seminário dos Olivais entre 1966-68 e que tinha ido para França onde estabeleceu contacto com os Padres Operários, chegando a participar activamente nas actividades destes, como, por exemplo, dar missa para as comunidades emigrantes portuguesas em Paris.

Esta radicalização à esquerda dos “católicos progressistas” levou a que outros católicos radicalizassem as suas posições entre os anos de 1968 e 1974, envolvendo não só leigos mas também membros do clero, muito influenciados pelo caso do Padre Felicidade Alves, figura destacada dentro da igreja, cónego da diocese de Belém, que evoluiu para posições muito críticas em relação ao regime, ao ponto de ele próprio optar por sair da Igreja, vindo a ser excomungado. Num processo semelhante, muitos outros padres iniciam igualmente um processo de distanciamento e crítica em relação ao regime⁴⁴⁹.

A todo este clima não era alheio a influência do Concílio do Vaticano II. Havia uma geração mais nova de padres que seguiam vivamente as reuniões conciliares, liam avidamente as suas conclusões e tinham contacto com teólogos muito pouco heterodoxos que defendiam uma nova igreja, mais sensível aos problemas sociais, vivendo em contacto com o mundo real, com as comunidades, que criticavam o capitalismo e as ditaduras, que defendiam a democracia, a liberdade, a igualdade e a auto-determinação dos povos. Estes padres aproximavam-se cada vez mais das comunidades, tendiam a trabalhar no seu seio e iam constatando a miséria e a injustiça social em que vivia uma grande parte dos portugueses sem que nada seja feito dentro da Igreja e do governo para melhorar esta situação. Ao mesmo tempo, iam-se tornando cada vez mais críticos da guerra colonial, defendendo que os povos das colónias tinham direito à independência e que a guerra era contrária à defesa da Paz preconizada pela Igreja Católica⁴⁵⁰.

É dentro deste contexto que alguns sectores católicos se foram aproximando da LUAR, primeiro, e das BR, depois, prestando apoio logístico. Para muitos católicos, as acções armadas

⁴⁴⁸Entrevista a Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 25 de Julho de 2012

⁴⁴⁹Entrevista a Francisco Fanhais, Alvito, 18 de Julho de 2012

⁴⁵⁰Entrevista a Francisco Fanhais, Alvito, 18 de Julho de 2012

eram sobretudo o reflexo da vontade de fazer algo concreto, de participar activamente na luta pelo fim da ditadura e da guerra colonial.

3.3. Criar bases no interior e dinamizar o exterior

Como já vimos, com a chegada de Palma Inácio à organização, de que sempre fora líder, deram-se novas mudanças de orientação. No entanto, algumas das directrizes definidas pela anterior direcção continuaram a ser seguidas. Entre estas, destaca-se a “implantação” de células da LUAR no interior do país para preparar o aparelho logístico da organização, fazer treino militar e planear novas acções.

Em finais de 1971, sob o impulso de Joaquim Alberto Simões, foram enviados para Portugal alguns jovens militantes, para fazer a tropa, treinar, recolher informações e recrutar novos elementos. Era o retomar da ideia que deviam vir para o interior jovens que ainda não tivessem feito o serviço militar e, como tal, podiam entrar e movimentar-se livremente pelo país. Seria ainda uma forma de obter treino militar, indispensável aos militantes de uma organização armada. Ao mesmo tempo, deveriam recrutar novos elementos para a organização e estudar a possibilidade de futuras acções. Depois de feito o serviço militar, deveriam desertar antes de serem enviados para as colónias. Porém, a maioria destes militantes, sem grande preparação, enquadramento e apoio, acabaria por ser presa, antes de conseguir desertar e chegar ao estrangeiro, sendo enviados para a frente de guerra⁴⁵¹.

A partir de 1972, houve uma nova tentativa de dar uma maior consistência organizativa e ideológica à organização, sobretudo com a chegada à LUAR de muitos jovens politizados, que tinham saído de Portugal para fugir à guerra colonial, que sentiam necessidade de maior consistência ideológica. Aos poucos voltou a haver uma separação entre a dimensão política e a militar⁴⁵².

A nova orientação da LUAR iria passar pela intensificação dos contactos no interior do país, nomeadamente com o sector dos católicos progressistas, através de Luís Moita, ex-padre e professor no Seminário dos Olivais, onde tinha sido professor de Joaquim Alberto Lopes Simões e Nuno Teotónio Pereira, reconhecido católico oposicionista. Os católicos progressistas irão formar o núcleo logístico de apoio da LUAR no interior do país. Eram eles que acolhiam, escondiam a asseguravam a circulação dos militantes da organização que vinham do estrangeiro, do mesmo modo que transportavam e escondiam o armamento trazido do estrangeiro ou obtido no interior⁴⁵³.

No exterior, a LUAR começou também a orientar a sua acção junto da emigração

⁴⁵¹Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012

⁴⁵²Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012

⁴⁵³Entrevista a Joana Lopes, Lisboa, 20 de Julho de 2012

económica, procurando sensibilizar os emigrantes para a luta contra a ditadura em Portugal e em defesa dos seus direitos nos países de acolhimento. Para isto, muito contribuiu a fundação do jornal *Fronteira*, em Julho de 1973. Inicialmente, dirigido por Joaquim Alberto Lopes Simões, era redigido em Bruxelas, no entanto, a necessidade de estar mais próximo do local onde era impresso levou a que a redacção passasse para Paris, passando a ter como director Fernando Pereira Marques, estudante de sociologia na Sorbonne, que tinha sido preso durante a *Operação Matias* e condenado a três anos de prisão. Contudo, o director oficial era François Houtart, padre e sociólogo marxista belga que tinha participado como perito no Concílio do Vaticano II. Esta situação devia-se à necessidade de manter no desconhecimento da PIDE e do governo português a verdadeira direcção do jornal. Fernando Pereira Marques refere que, em Paris, o director oficial era Pierre Vidal-Naquet, historiador e intelectual francês de origem judaica que tinha participado na resistência francesa aos nazis⁴⁵⁴.

O principal objectivo do jornal era “informar quanto se passa em Portugal, nos países em que trabalhamos, no mundo inteiro” para “que todos quantos lutam e trabalham por uma sociedade nova, onde seja possível viver feliz, possam dizer livremente o que pensam”. Através do jornal também pretendiam “colaborar na organização da luta do povo português.”⁴⁵⁵ Em todos os números do jornal até Abril de 1974, foram noticiados os principais acontecimentos políticos portugueses, sendo dada especial atenção ao movimento grevista. Era também denunciada a repressão no país, as sucessivas prisões pela PIDE/DGS e era manifestada solidariedade às lutas prisionais, designadamente à greve de fome dos presos políticos da esquerda radical na cadeia de Peniche. Foi prestado acompanhamento especial às eleições de 1973, tendo sido publicados os comunicados do PS e do PCP(m-l) sobre estas eleições, numa preocupação plural assinalável⁴⁵⁶. O tema da guerra colonial estava presente em todos os números, através de uma secção especial com notícias sobre a guerra e entrevistas aos líderes dos movimentos de libertação, designadamente a Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, entre outros. À denúncia do massacre de Wiriyamu, perpetrado pelas tropas portuguesas, em Moçambique, foram dedicadas três páginas, com um artigo significativamente intitulado “Governo com mãos sujas de sangue”⁴⁵⁷. Os problemas da imigração reflectiram-se também nas páginas do jornal, sendo dedicada particular atenção aos problemas que os imigrantes enfrentavam nos países de acolhimento. Verifica-se a existência de notícias frequentes sobre as condições de vida nos bairros de lata, a dificuldade no acesso a cuidados de saúde e à segurança social, a subida do custo de vida e o racismo contra os imigrantes.

⁴⁵⁴Entrevista a Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012.

⁴⁵⁵Editorial “Mãos à Obra”, *Fronteira*, nº 1, Julho de 1972, p. 1

⁴⁵⁶ *Fronteira*, nº 4, Outubro de 1973, p. 6 e 7

⁴⁵⁷ “Governo com mãos sujas de sangue”, *Fronteira*, Agosto de 1973, p. 5 a 7

A LUAR pretendia que o jornal fosse um ponto de encontro de diferentes pessoas e correntes de opinião. A sua redacção integrava elementos que não pertenciam à organização. De acordo com Fernando Pereira Marques, escreviam no *Fronteira* militantes da ASP/PS, como Mário Barroso, ou independentes como Manuel Villaverde Cabral e Fernando Medeiros, que haviam animado os *Cadernos de Circunstância*.

A grande aceitação do jornal dentro da comunidade emigrante portuguesa fez com que os elementos ligados ao PS começassem a querer publicar artigos políticos, marcadamente socialistas, que foram sempre rejeitados pelo Conselho de Redacção⁴⁵⁸ e que levou a uma clarificação sobre a sua linha editorial, no número quatro:

“Porque FRONTEIRA [maiúscula no original] quer ser, na realidade, um jornal ao serviço dos trabalhadores, não ao serviço dos partidos. E nele são bem-vindos todos os que estão dispostos a defender intransigentemente os interesses dos explorados. Mas nós não somos mais um jornal só “anti-fascista”. Nós não preconizamos a construção em Portugal de um governo de burgueses “democratas” que permita grandes discursos na Assembleia a partidos ditos “dos trabalhadores”, enquanto eles continuam a acumular lucros a reprimir e a matar sem hesitações quando se sentem em perigo. Nós defendemos a necessidade da conquista do poder pela classe trabalhadora organizada revolucionariamente, para que empreenda logo a construção do socialismo, não se deixando enganar pelos “democratas” que lho prometem trazer “um dia” numa bandeja feita de votos. Os trabalhadores só podem contar consigo mesmo, com a sua força, organização e decisão. Por tudo isto, não nos cansaremos de pedir a ajuda e a participação de um leitor que trabalha: escrevendo artigos, sem recear não saber escrever como um “doutor”, pois decerto que tem mais coisas a dizer do que muita gente carregada de diplomas; criticando-os sem hesitação; dando sugestões; discutindo com os companheiros da fábrica e da oficina o que escrevemos. Só assim conseguiremos fazer o jornal que ambicionamos.”⁴⁵⁹

Estava assim definido que o jornal não seria o órgão oficial ou oficioso de qualquer partido político. Ao mesmo tempo, esclarecia-se que a LUAR continuava a ser uma organização revolucionária que acreditava que o derrube da ditadura só podia ser conduzido pelas massas trabalhadoras “organizadas revolucionariamente” e nunca através de forma pacífica através de eleições.

Depois de impresso, o jornal era enviado para países onde havia significativas comunidades de emigrantes portugueses, como a França, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Suécia e Argélia, onde eram distribuídos ou vendidos por militantes ou simpatizantes da organização.

A acção da LUAR nestes anos de 1972-1974 também passou pela dinamização cultural. Militantes seus procuraram manter-se activos nas várias cooperativas e centros culturais que se iam formando ou que já existiam em vários países europeus. A ideia era que estas cooperativas culturais se transformassem em locais de formação política dos emigrantes portugueses além da vertente

⁴⁵⁸ Entrevista Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012

⁴⁵⁹ “Por um jornal de trabalhadores”, *Fronteira*, nº 4, Outubro de 1973

cultural que podia e devia estar-lhe associada⁴⁶⁰. Assim, acabariam por se transformar em centros de recrutamento e de divulgação das acções e ideias da LUAR e tornavam-se também pontos de logístico e operacional da organização. Havia cooperativas culturais dinamizadas por militantes da LUAR na França, Bélgica, Alemanha, Holanda e Suécia, países onde a LUAR tinha um grande apoio e um número significativo de militantes⁴⁶¹.

3.4. Assaltos em Paris

O estrangulamento financeiro provocado pela recusa de Emídio Guerreiro em facultar mais dinheiro à organização, colocou problemas graves em termos financeiros e de acção. Entre 1969 e 1971 houve um esforço para a organização diminuir drasticamente as despesas. Foi dada indicação de que todos os militantes teriam de arranjar um trabalho que permitisse a sua subsistência. As despesas com a compra de armas e explosivos foram mantidas, mas substancialmente contidas. Em suma, a ideia era manter a LUAR com o pouco dinheiro que ainda restava do assalto à Figueira da Foz.

Mas, a partir de 1971, com a mudança de estratégia e orientação da organização, passou a ser necessário mais dinheiro para planear e realizar novas acções. Colocava-se a questão de realizar novos assaltos em Portugal ou de os fazer em França. A decisão acabou por ser a de efectuar assaltos em Paris, mas, a agências de bancos portugueses, onde os emigrantes depositavam o seu dinheiro. Os bancos tinham um seguro que seria accionado em caso de roubo, o que fazia com que os emigrantes não perdessem o seu depósito, pelo que estes assaltos só prejudicariam os próprios bancos e nunca os emigrantes⁴⁶².

Tais acções nunca foram reivindicadas pela LUAR, e, ainda hoje, os antigos militantes da organização, preferem não falar especificamente nem dizer em concreto quantas operações do tipo realizaram

Sabemos que foram assaltadas, pelo menos, duas carrinhas de bancos portugueses que iam aos bidonville, geralmente ao Domingo, recolher o depósito dos emigrantes. Esta era uma prática comum dos bancos, sobretudo das agências de bancos portugueses, que facilitavam aos emigrantes o depósito de dinheiro, uma vez que assim estes não teriam de perder tempo de trabalho durante a semana para se deslocarem a uma agência bancária.

Na entrevista realizada a Joaquim Alberto Lopes Simões, participante em todos os assaltos realizados pela LUAR entre 1971 e 1973, ele dá-nos uma ideia do plano de acção que foi aplicado,

⁴⁶⁰ Entrevista a Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012

⁴⁶¹ Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012

⁴⁶² Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012

com êxito, a todos os assaltos.

Segundo Joaquim Alberto Lopes Simões, praticamente em todas as acções da LUAR entre 1971 e 1973, os percursos e horários das carrinhas eram previamente estudados. De seguida, era escolhido o dia para a operação e escolhidos os operacionais que iriam participar, sendo que Joaquim Alberto se fazia acompanhar de um núcleo em quem confiava. Palma Inácio também participou em alguns dos assaltos aos bancos, delineando com Joaquim Alberto toda a acção.

No dia escolhido, deixavam a carrinha do banco fazer o seu percurso habitual percorrendo os bidonville e numa rua previamente escolhida eram colocados dois carros, bloqueando-a e obrigando a carrinha a parar. Os operacionais, estrategicamente colocados, empunhando armas, obrigavam os funcionários do banco e o condutor a sair das viaturas, manietando-os. A carrinha era levada depois para um local seguro, geralmente um parque de estacionamento ou uma floresta, onde se procedia ao arrombamento do cofre e à transferência do dinheiro para um dos carros da organização. O dinheiro era depois transportado para uma das casas da LUAR em Paris onde se procedia à sua contagem e ficava guardado para ser utilizado no que fosse necessário⁴⁶³.

Foi com este dinheiro que a LUAR comprou novas armas na Checoslováquia e na Suíça, mandou homens para o interior do país para esconder material e proceder ao estudo de novas acções, alugou garagens e casas em Portugal, na França e na Bélgica para depositar o material bélico, manteve um conjunto de operacionais que se dedicavam em exclusividade à organização e financiou cooperativas e centros culturais para emigrantes e a redacção, impressão e distribuição do jornal *Fronteira*.

3.5 - O aparelho de falsificação

Parte significativa dos militantes da LUAR tinham saído de Portugal clandestinamente, fosse como refractários ou desertores, fosse porque tinham fugido ao recrutamento e à incorporação militar, ou porque eram procurados pela polícia política ou ainda por terem saído do país a “salto”. Além disso, a estrutura da LUAR implicava a deslocação de dirigentes e militantes entre vários países europeus, pelo que necessitavam de documentação falsa, inclusivamente para ser utilizada nas suas deslocações clandestinas a Portugal. Assim, desde o início da organização, que houve um esforço grande para criar uma estrutura de documentação que dispusesse de bilhetes de identidade, cartas de condução, certidões militares e passaportes que pudessem ser rapidamente distribuídos pelos militantes para a realização de uma acção.

A falsificação de documentos requeria competência técnica, de modo a que os documentos tivessem grande qualidade, praticamente iguais aos originais. Simultaneamente, era necessário que

⁴⁶³Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012

os militantes ou os apoios que procedessem a esta operação dessem garantias de segurança e confidencialidade. Inicialmente eram utilizados documentos que eram entregues à organização por militantes e simpatizantes. Estes documentos eram depois falsificados, às vezes mais de uma vez, para poderem ser utilizados e reutilizados. Alguns militantes da LUAR procediam a esta operação sempre que era necessário, como José Hipólito dos Santos e Joaquim Alberto Lopes Simões⁴⁶⁴.

Porém, a LUAR também contou com a colaboração de Adolphe Kaminsky, resistente francês da Segunda Guerra Mundial, especialista em falsificação de documentos, que tinha colaborado na resistência francesa aos nazis, na fuga de judeus, no apoio aos argelinos e aos movimentos de libertação das colónias (PAIGC, MPLA, e ANC)⁴⁶⁵. Kaminsky foi apresentado à LUAR por Henri Curiel⁴⁶⁶ que se disponibilizou para produzir documentação falsa e para dar formação aos militantes da organização portuguesa para que estes pudessem começar a falsificar documentos o mais rapidamente e eficazmente possível⁴⁶⁷. Esta formação, apesar de ter durado pouco tempo, teve efeitos na produção de documentação mais fácil de falsificar como cartas de condução e certidões militares.

Com as alterações surgidas na estrutura e organização da LUAR, após a nova reorganização de 1970, surgiu a ideia de assaltar Consulados portugueses noutros países, para obter documentos em branco, nunca utilizados, e carimbos com selo branco do consulado. Foram escolhidos os consulados portugueses em Roterdão e no Luxemburgo, porque a deslocação à Holanda e ao Luxemburgo era fácil, a fronteira era fácil de atravessar legalmente e não havia vigilância policial significativa por parte da polícia local e da PIDE, ao contrário do que acontecia na França e na Bélgica⁴⁶⁸.

Em Maio de 1971 foi assaltado o Consulado de Portugal em Roterdão. Esta acção foi levada a cabo por um grupo que se considerava maoista que existia no interior da LUAR e que, depois da prisão de Palma Inácio, se tinha autonomizado, passando a denominar-se Divulgação Popular, embora nunca deixando de fazer parte da organização⁴⁶⁹. No assalto também participou Joaquim Alberto Lopes Simões e outros militantes que faziam parte do grupo ligado ao sector católico. A ligação quer do grupo de Divulgação Popular, de Jacinto Rodrigues, quer de Joaquim Alberto, à LUAR é, de qualquer modo, na altura, difusa e encarada pelos próprios de modo diferente.

⁴⁶⁴Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012; Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

⁴⁶⁵ Cf. KAMINSKY, Sarah, 2009, *Adolfo Kaminsky, une vie de faussaire*, Paris, Calmann-Levy

⁴⁶⁶Henri Curiel foi um destaco militante comunista e anti-colonialista. Fundador do Movimento Egípcio de Libertação Nacional, foi expulso do país, e estabeleceu-se em França, onde participou activamente no réseau Jeanson e fundou o Movimento Anticolonialista Francês e o réseau Solidarité que dava formação prática a militantes de todos os movimentos de libertação nacional e a organizações de luta contra as ditaduras europeias.;

⁴⁶⁷KAMINSKY, Sarah, 2009, *Adolfo Kaminsky, une vie de faussaire*, Paris, Calmann-Levy, p. 236

⁴⁶⁸ Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012

⁴⁶⁹Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

Segundo Jacinto Rodrigues, este grupo que fez o assalto aos consulados já não tinha nada a ver com a LUAR e não tinha informado Palma Inácio da realização das acções. Eles tinham perdido confiança na organização e consideravam que o derrube da ditadura só podia ser feito através da luta de massas realizada em Portugal, pelo que queriam vir para o interior do país, o mais rapidamente possível, mas, para isso, necessitavam de documentos falsos, pelo que decidiram arranjar essa documentação assaltando os consulados⁴⁷⁰. Joaquim Albeto confirma que Palma Inácio não tinha sido informado dos assaltos aos Consulados, mas considera que ele e os elementos do seu grupo pertenciam à LUAR, e sempre consideraram que tinham feito estas acções para a organização. Quando Jacinto Rodrigues saiu da LUAR, a documentação roubada ficou na posse de Joaquim Alberto, que preenchia os documentos em branco, entregando-os a Palma Inácio, sempre que este o solicitava⁴⁷¹.

Para compreender esta divergência é necessário explicar que o pequeno grupo Divulgação Popular, ligado a Jacinto Rodrigues e constituído por elementos que tinham pertencido ou tinham estado na orla da FAP/CMLP, mostrou-se, desde cedo, interessado em actuar no seio da LUAR. Estes tinham-se incompatibilizado com a FAP/CMLP depois das prisões dos seus dirigentes, por considerarem que esta se estava a desviar do projecto de realizar acções armadas. O CMLP, por seu lado, acusava-os de “castristas” e “guevaristas” por defenderem a aplicação da táctica de guerrilha foquista à realidade portuguesa⁴⁷². Por este motivo, este grupo procurou aliar-se à LUAR, uma organização aberta, que não questionava o seu posicionamento ideológico e que defendia a luta armada. Segundo Jacinto Rodrigues, que chegou a pertencer à direcção da LUAR, este grupo procurou dar um cunho ideológico marxista-leninista à organização, mantendo sempre uma posição crítica face à sua indefinição ideológica, mas sem resultados concretos. Jacinto Rodrigues descreve, em 2012, a sua entrada para a LUAR depois do afastamento da FAP:

“Aparece o Palma, de romantismo e com o sucesso militar da Figueira da Foz. O que eu vivi foi o Maio de 68 e portanto quando o gajo diz vamos agora para Portugal que há um contexto favorável. O Salazar está doente, a gente tem de aproveitar a brecha. E eu acreditei que era possível. [...] Para a malta era o ultimo gripo. O grito do Ipiranga.”⁴⁷³

Em relação à heterogeneidade interna, Jacinto Rodrigues também reafirma que dentro da LUAR havia pessoas de todas as correntes ideológicas e até sem qualquer motivação política: “Não sei explicar muito bem como é que aquela malta veio para Portugal. Havia gatunos, havia de tudo mas o gajo conseguia uma certa unidade”⁴⁷⁴.

⁴⁷⁰Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

⁴⁷¹Entrevista a Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 25 de Julho de 2012

⁴⁷²Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

⁴⁷³Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

⁴⁷⁴Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

Em relação ao grupo que liderava dentro da LUAR, o próprio afirma que este era um grupo “marxista-leninista”, que publicou o primeiro número de uma pequena publicação intitulada *Revolução na Revolução*, e que foi este grupo que organizou os assaltos aos Consulados de Portugal no Luxemburgo e em Roterdão. O grupo funcionaria autonomamente, definindo, planeando e realizando acções embora estivessem integrados na LUAR⁴⁷⁵. Desta forma, mostravam que tinham capacidade logística e operacional e que podiam agir sozinhos, sem o apoio da organização.

Mas, havia também, evidentemente, uma desconfiança mútua entre a maioria da direcção da LUAR e este grupo “marxista-leninista”, que consideravam ideologicamente demasiado radical. Ambos desconfiavam das intenções uns dos outros e sobretudo que houvesse infiltrações policiais em cada um deles, o que contribuiu para que cada grupo, em certas circunstâncias, efectuasse reuniões e acções sem dar conhecimento ao outro⁴⁷⁶. Ao mesmo tempo, este grupo considerava que tinha condições para sair definitivamente da LUAR e formar uma nova organização. Esta certeza era-lhes dada pelo sucesso das operações dos assaltos aos Consulados e a carrinhas de transporte de dinheiro, em Paris, pois significava que tinham dinheiro, homens, meios e contactos para se transformarem numa organização independente⁴⁷⁷.

O facto de a LUAR não ter um programa político e ideológico definido e não hostilizar as outras organizações oposicionistas permitiu que diversos grupos se tivessem aproximado da organização, convivendo ao mesmo tempo dentro desta. Isto criou, por diversas vezes, situações de conflito e gerava focos de contestação e de sectarismo, sobretudo entre os elementos que tinham vindo do PCP e da FAP. Estes tinham uma experiência política e uma formação ideológica que os tornava mais radicais e menos complacentes para com aqueles que nunca tinham militado em qualquer organização anteriormente e por isso não partilhavam da sua “pureza ideológica”. Estes elementos tinham, algumas vezes, comportamentos rígidos em relação aos que “não pensavam de forma correcta”, segundo a sua concepção, pretendendo mesmo expulsar da LUAR os “focos de burguesia”⁴⁷⁸.

Estas correntes mais sectárias, embora desempenhassem um papel importante dentro da LUAR, nunca conseguiram fazer vingar tais propostas e a organização, por sua vez, nunca deixou de admitir a existência de várias correntes internas e, mesmo quando se preocupou em definir a sua base política, quis sempre manter esta abertura e trabalhar internamente de forma construtiva, com o apoio, as opiniões e as sugestões dos diversos grupos, rejeitando todo o sectarismo⁴⁷⁹.

⁴⁷⁵Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

⁴⁷⁶Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

⁴⁷⁷Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

⁴⁷⁸Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012; Entrevista a Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012

⁴⁷⁹Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

Após os assaltos aos Consulados, o grupo de Jacinto Rodrigues decidiu sair da LUAR e criar uma organização autónoma, tendo, juntamente com Alfredo Margarido, fundado um grupo denominado Grupo de Informação sobre a Repressão em Portugal [GRIP] que teve uma duração curtíssima de três meses e que se reunia numa mesquita árabe que ficava perto da Faculdade de Letras de Censier, em Paris⁴⁸⁰.

3.5.1. O assalto ao Consulado de Roterdão

No dia 30 de Abril de 1971, o grupo de operacionais que devia participar no assalto parte para Roterdão, de comboio, excepto Joaquim Alberto Lopes Simões que foi de carro, dirigido por José Casimiro, porque estava incumbido de transportar o material retirado do Consulado para a casa de um amigo em Haia. A ideia era realizar a acção nesse mesmo dia, ao final da tarde, ainda na hora do expediente, para poderem apropriar-se do máximo de material possível. Não estava, assim, previsto pernoitarem nenhuma noite na Holanda porque não tinham dinheiro para pagar a estadia e a maioria dos operacionais trabalhava e precisavam de regressar aos seus empregos no dia seguinte.

Porém, ao planarem o assalto não se tinham apercebido que o dia 30 de Abril era o aniversário da rainha e, como tal, era feriado na Holanda, e estava tudo fechado. No dia seguinte, era 1º de Maio, e voltava a ser feriado e, depois, era fim-de-semana, pelo que o Consulado só reabriria na segunda-feira seguinte, cinco dias depois. A única solução era fazer o assalto naquela noite, retirar o que fosse possível, e o que não estivesse dentro do cofre, pois eles não tinham meios para o arrombar. Assim, nessa noite, por volta das duas horas da manhã, Jacinto Rodrigues, Joaquim Alberto Lopes Simões e Nélson Rosário dos Anjos arrombaram a porta dos fundos e procedem ao assalto tendo conseguido retirar máquinas de escrever, selos brancos, passaportes e Bilhetes de Identidade antigos que depois seriam falsificados⁴⁸¹. Fora do edifício tinha ficado o carro e o seu condutor, José Casimiro, que devia estar preparado para arrancar assim que terminasse a operação no interior. Entraram e saíram do edifício sem terem sido vistos. Apenas à saída, quando já estavam a meter todo o material roubado dentro do carro é que passou na Avenida do Consulado um indivíduo em bicicleta que reparou no Nélson Rosário dos Anjos, que ainda tinha acesa na cabeça a lanterna eléctrica usada no assalto. No entanto, o homem imprimiu velocidade á bicicleta e saiu dali. Este episódio foi suficiente para provocar algum receio nos operacionais, que decidiram sair da Holanda o mais depressa possível⁴⁸².

⁴⁸⁰ IANTT/PIDE-DGS, pr. 671/73 SC PC, U.I: 6431-6432 - Auto de Interrogatório a José Casimiro Martins Ribeiro, fl. 13 a 30

⁴⁸¹ No assalto ao Consulado Português em Roterdão participaram: Joaquim Alberto Lopes Simões, Jacinto Rodrigues, Nélson Rosário dos Anjos, Henrique Sanchez, José Casimiro Martins Ribeiro, Jaime Oliveira Bastos

⁴⁸² IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 330-72 SC PC, UI: 6434 - Auto de Declarações de Nélson Rosário dos Anjos, 13 de Maio

Os elementos da LUAR que participaram no assalto iam munidos de armas embora algumas não fossem verdadeiras. Elas serviriam essencialmente para assustar no caso de alguém os surpreender durante a operação e para se defenderem caso fossem descobertos pela polícia. Nélson Rosário dos Anjos levou consigo um revólver verdadeiro, carregado. Ele era considerado a pessoa mais habilitada para usar a arma porque tinha sido militar, tendo estado na Guiné, de onde desertou⁴⁸³.

De seguida, Joaquim Alberto e José Casimiro dirigiram-se para Haia, onde o material de que se haviam apropriado seria escondido, enquanto os restantes elementos partiram de comboio para França. Só na segunda-feira seguinte, quando o Consulado reabriu é que o assalto foi descoberto, apesar de a porta ter sido arrombada e ter ficado aberta⁴⁸⁴.

3.5.2. O assalto ao Consulado do Luxemburgo

Esta acção realizou-se a 4 de Junho de 1971, tendo Joaquim Alberto se deslocado de véspera para o Luxemburgo para preparar a acção. Como era necessário passar lá uma noite, e não convinha ficar em hotéis ou pensões para não haver registo da sua passagem, foi solicitado apoio através de uma organização de solidariedade a migrantes e exilados, a que pertencia a filha do Primeiro-Ministro do Luxemburgo, Pierre Werner, que disponibilizou a casa de família, uma vez que o seu pai ia estar fora do país durante uma semana. Assim, na noite anterior ao assalto, Joaquim Alberto dormiu em casa do Primeiro-Ministro luxemburguês⁴⁸⁵.

Os restantes elementos que participaram no assalto foram conduzidos ao Luxemburgo em dois automóveis alugados, conduzidos por dois portugueses⁴⁸⁶. A entrada no Consulado deu-se no final da tarde, durante o expediente, mas perto da hora de encerramento, estando os operacionais de óculos escuros e armados de pistolas de fabrico checo. Foi necessário neutralizar os funcionários e outras pessoas que estavam no interior do edifício, pelo que decidiram que teriam de fazê-los reféns. Assim, com plasticina e fios eléctricos simularam que estavam a armadilhar o edifício e ameaçaram que se alguém se mexesse provocaria a explosão de uma mina. Foram retirados passaportes usados, impressos virgens, bilhetes de identidade e outros documentos, além de carimbos e algum dinheiro que encontraram. Quando se preparavam para sair apareceu o Cônsul,

de 1972, fl. 28 e 29

⁴⁸³IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 330-72 SC PC, vol. 1, UI: 6434 - Auto de Declarações de Nélson Rosário dos Anjos, 13 de Maio de 1972, fl. 28 e 29

⁴⁸⁴IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 330-72 SC PC, vol. 1, UI: 6434 - Auto de Declarações de Nélson Rosário dos Anjos, 13 de Maio de 1972, fl. 28 e 29

⁴⁸⁵Entrevista a Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 25 de Julho de 2012

⁴⁸⁶No assalto ao Consulado Português em Roterdão participaram: Joaquim Alberto Lopes Simões, Jacinto Rodrigues, Nélson Rosário dos Anjos, Henrique Sanchez, José Casimiro Martins Ribeiro, Jaime Oliveira Bastos

que foi amarrado e colocado junto ao restante grupo de reféns⁴⁸⁷.

Durante o planeamento da acção tinham admitido a hipótese se serem surpreendidos pelas autoridades policiais e nesse caso tinham pensado em utilizar os funcionários do Consulado como reféns, ameaçando dinamitar o prédio e exigindo a realização de uma conferência de imprensa para explicar as razões da sua atitude. Depois, libertá-los-iam e entregar-se-iam às autoridades.

Após o assalto, saíram do Luxemburgo nos dois carros que os tinham transportado até ao país, excepto o Joaquim Alberto, que regressaria à Bélgica de comboio, transportando as duas malas com o material retirado. Só passadas duas horas da operação é que um dos reféns se conseguiu soltar e chamar a polícia, que destacou para o consulado a brigada de minas e armadilhas, que demorou várias horas a desactivar uma presumível bomba que afinal era feita de plasticina⁴⁸⁸.

A ideia do assalto ao consulado do Luxemburgo tinha partido de Joaquim Alberto e todos os planos tinham sido delineados nos cafés de Paris, com todos os riscos que isso implicava. Na escolha deste Consulado pesou o facto de a moldura penal luxemburguesa prever uma pena pequena a este tipo de acções⁴⁸⁹.

As autoridades policiais dos dois países, Holanda e Luxemburgo, nunca chegaram a saber quem tinham sido os autores destas operações, que também nunca foram reivindicados pela LUAR, em coerência com o princípio de nunca reivindicar acções efectuadas em países estrangeiros.

3.6. A agonia da LUAR

Em Novembro de 1973, a LUAR organizou uma nova operação em Portugal, a que deu o nome de *Operação do Século* e que consistia em duas acções complementares: a primeira era o assalto a uma agência bancária para a obtenção de fundos; e a segunda, a libertação de presos políticos. Para preparar a operação foi enviado a Portugal um comando de sete elementos, chefiado por Joaquim Alberto Lopes Simões, com o objectivo de estudar no terreno as acções. Porém, Joaquim Alberto e os seus companheiros foram presos em Espanha, transportando consigo armas e material explosivo⁴⁹⁰, pelo que corriam o risco de ser acusados de terrorismo, o que ainda assim, não viria a suceder, embora só viessem a ser libertados após o 25 de Abril, depois de negociações com Mário Soares, já ministro dos Negócios Estrangeiros e o seu homólogo espanhol⁴⁹¹.

Este desaire fez com que Palma Inácio tomasse a decisão de vir a Portugal efectuar a

⁴⁸⁷IAN/TT – PIDE/DGS, pr. 330/72 SC PC, Vol, 1, UI: 63044 - Auto de Declarações de Nélson Rosário do Anjos, 13 de Maio de 1972, fls. 32 A 34

⁴⁸⁸IAN/TT – PIDE/DGS, pr. 330/72 SC PC, Vol, 1, UI: 63044 - - Auto de Declarações de Nélson Rosário do Anjos, 13 de Maio de 1972, fls. 32 a 34

⁴⁸⁹Entrevista a Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 25 de Julho de 2012

⁴⁹⁰IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 15296 SC CI(2), UI: 7740 - “Nota informativa” [da polícia espanhola], Madrid, 2 de Novembro de 1973, fls. 9

⁴⁹¹Entrevista a Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 25 de Julho de 2012.

operação. Constituiu um comando de operacionais que o acompanhariam⁴⁹² contactando, ainda, Fernando Oneto a quem pediu para arranjar pontos de apoio no interior, bem como ajuda na passagem da fronteira luso-espanhola⁴⁹³.

Na planificação do assalto, realizada em Lisboa, determinaram que o banco a assaltar devia ser a filial do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, em Minde, baseados em informações, segundo as quais esta agência movimentava montantes elevados e que nas imediações da localidade não existia nenhum posto policial. Herminio da Palma Inácio ainda terá ido três vezes a Minde para se certificar das condições da agência, nomeadamente observar a actividade e o funcionamento do banco, o número de empregados e onde se encontrava guardado o dinheiro e elaborar o plano de assalto e de fuga⁴⁹⁴. Durante a última visita de reconhecimento, Palma Inácio, terá decidido ir a Mira d'Aire, apenas para ver se existia algum posto da polícia ou da GNR e deparou-se com uma agência do *Banco Totta & Açores*, que lhe pareceu melhor localizada que a de Minde. Entrou no banco, verificou o seu funcionamento, número de empregados, local onde era guardado o dinheiro e as entradas e saídas da localidade. Depois desta observação, Palma Inácio decidiu que o assalto seria ao banco de Mira d'Aire por dispor de melhores condições de acesso e de fuga⁴⁹⁵.

Palma Inácio planeava também, depois do assalto ao banco, proceder à libertação de todos os presos políticos da cadeia de Peniche e Caxias. Para tal, pretendia sequestrar um avião da TAP, em que viajassem altas individualidades portuguesas. Uma vez tomado o avião, tentariam entrar em contacto com o governo português, exigindo a libertação dos presos políticos em troca das personalidades sequestradas. No entanto, este plano ainda estava numa fase muito incipiente⁴⁹⁶.

No dia do assalto, 22 de Novembro de 1973, estava planeado que todos os operacionais se reuniram na Avenida Duque d'Avila, num café ali existente e que dali partiriam para Mira d'Aire para realizar o assalto. Porém, a DGS já tinha detectado a presença de Palma Inácio e de outros operacionais da LUAR no interior do país e estava a seguir os seus movimentos, pelo que estes acabaram por ser presos no interior do café⁴⁹⁷. Estas prisões privaram, mais uma vez, a organização

⁴⁹²Os operacionais que formam o comando que vem a Portugal participar no assalto ao banco em Mira d'Aire são: Hermínio da Palma Inácio, José Casimiro Martins Ribeiro, Luís Filipe Cardoso Guerra, António José Vieira Pinto, Fernando Nunes Pereira, Ernesto Carlos da Conceição Pereira, João Figueiredo e Virgílio.

⁴⁹³Cf. IANTT – PIDE/DGS Pr. 671/73 SC PC, vol. 2, NT. 6431-6432 – Auto de Declarações de Hermínio da Palma Inácio, fl. 16

⁴⁹⁴Cf. IANTT – PIDE/DGS Pr. 671/73 SC PC, vol. 2, NT. 6431-6432 – Auto de Declarações de Hermínio da Palma Inácio, fl. 20

⁴⁹⁵IANTT – PIDE/DGS Pr. 671/73 SC PC, vol. 2, NT. 6431-6432 – Auto de Declarações de António José Vieira Pinto, fl. 33 a 38

⁴⁹⁶IANTT – PIDE/DGS Pr. 671/73 SC PC, vol. 2, NT. 6431-6432 – Auto de Declarações de Hermínio da Palma Inácio, fl. 22

⁴⁹⁷IAN/TT – PIDE/DGS – pr. 671/73 SC PC, vol. 2, U.I: 6431-6432 – Auto de declarações de Fernando Nunes Pereira, fls. 38 a 40

não só do seu líder efectivo e carismático, como praticamente a decapitou, pois nos dois anos anteriores as decisões mais importantes e a orientação de toda a actividade se centraram em Palma Inácio e em Joaquim Alberto.

A actividade da LUAR prosseguiu, é certo, em Paris e em Bruxelas, mas confinando-se sobretudo à edição do jornal *Fronteira* e à intervenção nas cooperativas culturais, perdendo definitivamente a sua vertente armada. É nesta situação que se encontra a organização em 25 de Abril de 1974, quando a maioria dos seus dirigentes regressará a Portugal, legalizando a LUAR como partido político e participando activamente no Processo Revolucionário.

Capítulo IV

ARA - “braço armado” do PCP

1. O “desvio esquerdista” do PCP

Em Janeiro de 1964 foi fundada a FAP, mas a circular de expulsão de Francisco Martins Rodrigues do PCP apenas seria discutida internamente no Verão desse ano. Durante cinco meses, o Comité Central reteve a circular, provavelmente temendo o grau de discordância dos seus militantes. Todavia, segundo João Madeira, essa discordância terá sido pouco expressiva, pois o que pesou na discussão não foram as questões políticas mas sim o trabalho cisionista e o abandono de instalações com material do partido⁴⁹⁸. Porém, havia dentro do Partido Comunista, sectores mais combativos, que defendiam uma radicalização da luta contra o regime e que reclamavam uma clarificação política em relação às posições defendidas por Martins Rodrigues. Os dirigentes do PCP designavam esta atitude de “aventureirismo”, considerando que não estavam ainda preparadas as condições necessárias para passar às acções armadas, e procurando, tanto quanto possível, impedir dissensões “à esquerda” no PCP.

Em entrevista à Rádio Portugal Livre, em Março de 1964, Sérgio Vilarigues, um dos membros do Secretariado no exterior, é claro sobre esta matéria:

“Quando alguns elementos, tomando os desejos pela realidade, dizem, muito senhores de si, com toda a sinceridade, que o partido deve armar as massas, o facto representa uma grande confiança no nosso partido, mas representa também muita ingenuidade [...] não se devem desencadear certos tipos de acções às cegas. É preciso preparar antes as condições de organização, os meios, as refregas, etc., e depois estudar cuidadosamente, com espírito de responsabilidade, o momento próprio, a conveniência e oportunidade desta ou daquela acção, sempre em função da luta de massas e em estreita ligação com ela”⁴⁹⁹

No entanto, temendo perder o controlo dos sectores mais radicais, o PCP não descartava a possibilidade de “acções especiais” desde que estas estivessem enquadradas por amplas movimentações sociais ou políticas e implicassem “organizar e incentivar acções ofensivas de defesa e auto-defesa, que visem desorganizar o aparelho repressivo fascista e defender as massas da repressão policial”⁵⁰⁰.

De facto, continuaria a haver dentro do PCP quem defendesse as acções armadas e

⁴⁹⁸MADEIRA, João, *O efeito Martins Rodrigues e o desvio esquerdista de Maio de 1964 no PCP*, comunicação apresentada no “Colóquio Os Comunistas em Portugal 1921-2008”, PO/BMRR, Novembro de 2008

⁴⁹⁹*A luta pelo derrubamento da ditadura fascista e a organização*, Entrevista concedida por Sérgio Vilarigues à “Rádio Portugal Livre”, em 25 de Março de 1964, cicl., p. 1. (documento gentilmente cedido por João Madeira)

⁵⁰⁰“Linha revolucionária e linha aventureirista”, *O Militante*, III série, 126, Março de 1964

reclamasse da direcção medidas concretas nesse sentido. Era preciso dar resposta a esta pressão, pelo que admitir o recurso às acções armadas era também uma forma de neutralizar estes sectores e de esvaziar o crescimento da FAP.

Todavia, Sérgio Vilarigues fazia, também, questão de explicar que ainda não estavam criadas as condições para avançar com as acções armadas e, que primeiro, seria preciso atrair os soldados, que eram os que tinham as armas, e colocá-los ao lado do movimento de massas:

“Como o partido comunista português já aparentou, os arsenais da classe operária, da massa trabalhadora, do nosso povo, são os arsenais do Estado e os quarteéis. Aqui, muitas das armas encontram-se nas mãos dos filhos do povo fardados. Atrair os soldados e os cabos para a causa da revolução e organizá-los solidamente, é já dispor da possibilidade real de obter armas, quando a situação o exigir. Mais do que isso, é dispor de combatentes prontos a empregar as armas, quando a situação o aconselhar”⁵⁰¹.

O PCP procurava demarcar-se da via “aventureirista” e num artigo do *Militante*, de Março de 1964, é referido que a linha “revolucionária” era a que estava subjacente às acções do 1º de Maio de 1962, enquanto a linha “aventureirista” era a que tinha prevalecido no golpe de Beja⁵⁰².

Seriam um tipo de acções semelhantes às que tinham sido planeadas para o 1º de Maio de 1962 que o partido procurava, no interior, organizar para o 1º de Maio de 1964. Numa reunião da Direcção da Organização Regional de Lisboa, levada a cabo para esse efeito, foi defendido que o partido deveria concentrar os seus esforços na preparação das manifestações desse dia, procurando formar grupos que as conduzissem no terreno, apoiando qualquer acção espontânea das massas⁵⁰³. O que o partido pretendia era conter qualquer tipo de acções violentas espontâneas das massas e procurava preparar com tempo as iniciativas e organizar grupos que conduzissem as manifestações. Na reunião da Organização Regional de Lisboa, Rogério de Carvalho, membro do Comité Central, com funções de controlo político sobre a DORL, explicita as orientações da Direcção do partido para o 1º de Maio: preparar as manifestações que deviam ser acompanhadas de “acções especiais contra as forças repressivas e outras acções que criassem a agitação entre a população”⁵⁰⁴.

O PCP deu indicações para que fossem preparadas acções especiais que dificultassem a marcha dos carros da polícia, que forçassem a dispersão das forças repressivas e que causassem danos à máquina militar. Seriam aprovadas acções como a destruição de postos de chamada da polícia, utilização de *cocktails Molotov* contra carros da PSP, lançamento de granadas para o interior de esquadras e espalhar pedaços de pneu com pregos para provocar engarrafamentos de trânsito.

⁵⁰¹ *A luta pelo derrubamento da ditadura fascista e a organização*, Entrevista concedida por Sérgio Vilarigues à “Rádio Portugal Livre”, em 25 de Março de 1964, ciê., p. 2. (documento gentilmente cedido por João Madeira)

⁵⁰² “Linha revolucionária e linha aventureirista”, *O Militante*, III série, 126, Março de 1964

⁵⁰³ IAN/TT, PIDE-DGS, Processo sem número, Documentos apreendidos a indivíduos do PCP, UI 9104, *Discussão efectuada pela Direcção Regional de Lisboa com vista à realização do dia 1º de Maio de 1964*, dact., s.d., p. 1 [495]

⁵⁰⁴ IAN/TT, PIDE-DGS, Processo sem número, Documentos apreendidos a indivíduos do PCP, UI 9104, *Discussão efectuada pela Direcção Regional de Lisboa com vista à realização do dia 1º de Maio de 1964*, dact., s.d., p. 1 [495]

Previam-se, também, na véspera do 1º de Maio, cortar os postes de alta tensão que alimentavam Lisboa, assim como os cabos telefónicos usados pelas forças policiais, bem como realizar comícios-relâmpago à entrada de grandes fábricas, apoiados em grupos de estudantes armados, que utilizariam carros roubados com matrículas falsas⁵⁰⁵. Por sugestão dos organismos de estudantes, chegou a ventilar-se o rapto de Paulo Cunha, Reitor da Universidade de Lisboa e de um inspector da PIDE. Foi também montado um aparelho de agitação com cerca de 50 grupos de rua, de dois a três elementos cada um, para distribuir comunicados à população, fazer pinturas na parede e colar cartazes. Num relatório sobre a situação no sector estudantil referia-se que: “Era grande o entusiasmo no sector antes do 1º de Maio. A organização trabalhava com afã, toda a gente falava, muitas ideias corriam sobre o 1º de Maio. Viviam-se o 1º de Maio como uma jornada superior a todas as outras pois desta vez dava-se um passo em frente: as acções especiais, que para muitos corresponderam a tentativas ou ensaios armados contra as forças repressivas”⁵⁰⁶.

A falta de conhecimentos e de experiência fizeram com que estas acções não resultassem. Depois de seguirem o reitor durante alguns dias, foi decidido não o raptar; as granadas não puderam ser utilizadas, porque não havia ninguém que as soubesse manipular; as acções com *cocktails Molotov* foram desmarcadas por falta de elementos que os soubessem ou estivessem dispostos a usar; o corte dos postes de alta tensão não se fez porque não se conseguiu arranjar o explosivo necessário e os comícios-relâmpago não se realizaram⁵⁰⁷.

O *Avante!* refere a participação de milhares de pessoas na manifestação do 1º de Maio, em Lisboa, que se dirigiram, de vários pontos da cidade, para os Restauradores, apedrejando o Palácio Foz, onde se encontrava instalado o SNI⁵⁰⁸. Aqui ocorreram dos mais graves confrontos com a polícia, tendo-se registado um morto e vários feridos.

Noutras regiões do país, como na margem Sul e no Alentejo, foram também preparadas acções com estas características. No Alentejo, por exemplo, nas vésperas do 1º de Maio, havia planos para obter cargas de dinamite nas Minas do Lousal, sabotar a ponte de Águas de Moura e cortar os fios telefónicos; bem como destruir as pontes de Alcácer do Sal, para impedir o acesso a Grândola, onde, com o objectivo de isolar a vila, deveriam ser também rebentados os pontões sobre as ribeiras e barrancos à sua volta; a linha de caminho-de-ferro entre esta última localidade e Águas de Moura deveria ser cortada e as estradas obstruídas. Ao mesmo tempo, deviam ser cortados os

⁵⁰⁵ IAN/TT, PIDE-DGS, Processo sem número, Documentos apreendidos a indivíduos do PCP, UI 9104, *Discussão efectuada pela Direcção Regional de Lisboa com vista à realização do dia 1º de Maio de 1964*, dact., s.d., p. 1 [496]

⁵⁰⁶ IAN/TT, PIDE-DGS, Processo sem número, Documentos apreendidos a indivíduos do PCP, NT 9104 - Moreira [Nuno Álvares Pereira], *O trabalho do sector no 1º de Maio de 64*, Julho de 1964, dact., p. 1 [1105]

⁵⁰⁷ MADEIRA, João, *O efeito Martins Rodrigues e o desvio esquerdista de Maio de 1964 no PCP*, comunicação apresentada no “Colóquio Os Comunistas em Portugal 1921-2008”, PO/BMRR, Novembro de 2008

⁵⁰⁸ Cf. “Um 1º de Maio de Lutas e manifestações contra a ditadura fascista” e “A manifestação de Lisboa – a fuzilaria da PIDE junto ao Palácio Foz”, in *Avante!*, VI série, 342, Número especial de Maio de 1964, p. 1

fios telefónicos entre Grândola e Santiago do Cacém⁵⁰⁹. Todavia, nas vésperas do 1º de Maio, foi presa toda a *troika* que dirigia a organização regional e os efeitos práticos das acções acabaram por ser bastante reduzidos.

Ainda durante este mês, o PCP iria iniciar o processo de crítica ao “desvio esquerdista” ocorridos em alguns locais aquando da preparação do 1º de Maio, que se expressaram “nalguns documentos publicados, manifestos e tarjetas, em que se confundem duas coisas completamente diferentes: a organização de acções especiais – que segundo foi definido pelo Comité Central, devem ser estudadas e organizadas em apoio estímulo às acções de massas, mas inteiramente separados delas – e a organização das próprias acções de massas que mesmo quando assumem aspectos violentos tem, na fase actual da revolução, um carácter pacífico”⁵¹⁰.

O *Avante!* conclui ter-se tratado de um erro que radicou numa “deficiente discussão e controle de execução na aplicação da linha do Partido por parte da Comissão Executiva do Comité Central”⁵¹¹, composta na altura, por Joaquim Gomes, Alexandre Castanheira e Jaime Serra. Álvaro Cunhal e o Secretariado no exterior não hesitaram em criticar a Comissão Executiva que, dentro do país, era responsável por aquelas acções em torno do 1º de Maio. O Secretariado do PCP não demorava, portanto, a corrigir essa orientação, e, reconhecendo a importância das acções de massas realizadas, constatava nas páginas do *Avante!* a existência de uma tendência que descreve como “esquerdista”. Contudo, sublinhava que essa deficiência tinha origem numa grande confusão acerca das acções especiais e do papel que estas desempenhariam de apoio às acções de massas. Todo o processo de preparação do 1º de Maio tinha acabado por enlear uma coisa na outra, quando a orientação correcta, segundo o Secretariado, implicaria sempre a separação deste tipo de acções⁵¹².

Todavia, uma maior sistematização do problema sairia meses depois num artigo publicado em *O Militante*, centrando-se em três aspectos fundamentais: primeiro, considerava que comemorar o 1º de Maio era muito mais do que as manifestações e outras acções no próprio dia, mas incluiria as manifestações políticas, económicas e sociais que ocorreriam nos meses e semanas anteriores; segundo, destacava a manifestação de Lisboa no 1º de Maio, considerando que se tratara de um grande êxito; e, finalmente, em terceiro lugar abordava, a questão da violência, partindo da constatação que fora na reunião do Comité Central de Dezembro de 1962 que pela primeira vez levantara a possibilidade de conjugar acções de massas com acções de autodefesa, orientação que veio sendo posteriormente confirmada nas reuniões seguintes, quer na de Agosto de 1963, quer da de Abril de 1964, mas acrescentava, esclarecendo a orientação em relação a este tipo de acções:

⁵⁰⁹MADEIRA, João, *O efeito Martins Rodrigues e o desvio esquerdista de Maio de 1964 no PCP*, comunicação apresentada no “Colóquio Os Comunistas em Portugal 1921-2008”, PO/BMRR, Novembro de 2008

⁵¹⁰“Um erro de orientação”, in *Avante!*, VI série, 342, número especial de Maio de 1964, p. 2

⁵¹¹“Um erro de orientação”, in *Avante!*, VI série, 342, número especial de Maio de 1964, p. 2

⁵¹²Cf. “Um 1º de Maio de lutas e manifestações”, in *Avante!*, VI série, 342, nº especial de Maio de 1964, p. 1

“a eventual organização de acções de tipo especial é tarefa a levar a cabo por organismos especiais que embora actuando em conjugação com as acções e manifestações de massas e com o objectivo de as estimular, devem desenvolver a sua acção de modo inteiramente independente da acção das próprias massas. Isto é, a actuação dos organismos ou grupos para acções especiais não poderá nunca confundir-se, mesmo aos olhos das forças repressivas, com a acção e manifestações de massas”⁵¹³.

Assim, o que se passara no 1º de Maio era avaliado como resultante de uma discussão superficial e insuficiente dos organismos do partido, que teria gerado uma confusão entre acções especiais e movimento de massas. Nessa linha, os acontecimentos do 1º de Maio demonstraram que “na fase actual da Revolução, as manifestações de massas continuarão a caracterizar-se como manifestações essencialmente pacíficas, tirando daí toda a sua força face ao regime salazarista”⁵¹⁴

Para o PCP, o essencial eram as acções de massas, pacíficas, com vista ao “levantamento de massas”. As “acções especiais” não estavam na ordem do dia, ainda que não fossem esquecidas.

A linha de demarcação do PCP com as novas correntes da oposição que iam surgindo passava pela questão da violência e da luta armada. O partido optava por não enveredar no imediato por esta forma de luta, mas não eliminava a possibilidade de poder enveredar por esta via. Daí a preocupação de sublinhar que o PCP não deixaria de estar atento à evolução do regime, da oposição e da situação política e social do país, recorrendo a estes meios de acção quando considerasse adequado. O recurso às “acções especiais” era admitido, como está patente no *Rumo à Vitória*, de Abril de 1964. Porém, o objectivo fundamental da “Revolução Democrática e Nacional”, alcançava-se com um crescendo da acção de massas, com efeitos na desagregação do regime e dos seus aparelhos repressivos.

O PCP entendia que o derrube da ditadura se faria através de um “levantamento nacional de massas”, mas era necessário que estivessem criadas as condições necessárias para esse efeito, isto é, “por um lado existir uma situação revolucionária (condições objectivas)” e “por outro lado estarem as classes revolucionárias preparadas para conduzir a acção decisiva e derrubar o poder existente (condições subjectivas)”⁵¹⁵.

Para o partido, ainda não estavam criadas as condições necessárias para o levantamento nacional, pois, apesar do agudizar do descontentamento popular contra o regime e da rápida radicalização das formas de luta, ainda não se viveria uma situação revolucionária e as massas ainda não estariam preparadas para despoletar este tipo de acção. Assim, a tarefa do partido era “não só impulsionar a luta popular que, por si, agrava a crise do regime, como preparar-se para poder

⁵¹³ “Algumas experiências do 1º de Maio de 1964”, in *O Militante*, III série, 127, Julho de 1964, p. 1

⁵¹⁴ “Algumas experiências do 1º de Maio de 1964”, in *O Militante*, III série, 127, Julho de 1964, p. 1

⁵¹⁵ CUNHAL, Álvaro, 1974, *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições A Opinião!, pag. 167

conduzir o país à luta decisiva e final na situação revolucionária que se aproxima. [...] Guiados pelo marxismo-leninismo, definindo a nossa orientação apoiados nos factos, trabalhamos para apressar a criação de uma situação revolucionária e para criar as condições políticas e de organização de forma a estarmos à altura das exigências da situação”⁵¹⁶.

De acordo com o PCP, a insurreição popular era o culminar do amplo movimento de massas com sucessivas greves e manifestações. Durante esse processo, os confrontos com as forças repressivas agudizar-se-iam e as massas adquiririam a necessária experiência política no confronto violento com as forças policiais. Os quadros aí formados, enquadrados pelo partido, deviam “orientar as massas na procura das armas necessárias, passar audaciosamente a formas violentas de acção popular e, na base de uma forte organização ligada às massas populares e com fundas raízes nas forças armadas, decidir o momento do assalto final à fortaleza fascista, o momento de desencadear a insurreição”⁵¹⁷, ou seja, passar à luta armada.

Mas, para o PCP, a insurreição anti-fascista implicaria o apoio, pelo menos, de parte das Forças Armadas, o mais importante dos sustentáculos do regime, num quadro de desagregação por efeito da radicalização política e social. Por esse motivo, o PCP sempre procurou criar células clandestinas dentro dos vários ramos das Forças Armadas que fizessem um trabalho de agitação, propaganda, mobilização e organização dos militares que estavam descontentes com o governo e com a guerra colonial, embora a sua extensão fosse limitada. De acordo com o PCP, para se desencadear a insurreição era necessário “ter as massas populares em movimento e altamente radicalizadas numa luta diária e insistente, ter um exército político organizado, ligado às massas e controlando e dirigindo a sua acção, ter uma parte das forças armadas já ganha para a revolução no período anterior em que a luta política se agudizou”⁵¹⁸.

Assim, admitia-se o recurso às “acções especiais” mas sempre como aprofundamento e intensificação do movimento político e social. Desta forma, Cunhal procurava neutralizar as críticas dos sectores operários e estudantes mais combativos e radicalizados e conter o crescimento do apoio à FAP, mantendo a orientação do partido quanto à política de unidade e ao conceito de “levantamento popular”.

Álvaro Cunhal identificava o “radicalismo pequeno-burguês” como o principal desvio ideológico que poderia afectar o partido:

“Hoje, o radicalismo pequeno-burguês, o revolucionarismo verbal, só insiste numa coisa: na

⁵¹⁶CUNHAL, Álvaro, 1974, *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições A Opinião!, pag. 168

⁵¹⁷CUNHAL, Álvaro, 1974, *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições A Opinião!, pag. 169-170

⁵¹⁸CUNHAL, Álvaro, 1974, *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições A Opinião!, pag. 176

acção directa imediata, na acção violenta imediata, na luta armada imediata. Há pessoas que assim falam e ficam doentes quando ouvem falar da luta de massas e de organização. (...) Esta tendência anarquista é sobretudo prejudicial pela orientação que pretende imprimir à luta democrática. Causa enormes prejuízos, na medida em que influi as forças democráticas a afastarem-se das suas tarefas essenciais, instantes, imediatas, sem realizar as quais nunca poderão vir a lançar uma insurreição vitoriosa: as lutas de massas e a organização.”⁵¹⁹

O *Rumo à Vitória* foi discutido nos diferentes escalões partidários, aconselhando-se a discussão colectiva e o envio à Comissão Executiva das respectivas conclusões. No sector estudantil de Lisboa, ganharia importância o debate em relação às questões da luta armada, dado o grau de penetração das ideias de Francisco Martins Rodrigues neste sector.

Ainda que a maioria dos estudantes das células do PCP na Universidade de Lisboa explicitassem a sua discordância com as ideias da FAP, a verdade é que se notava que oscilavam entre a concordância com as teses do *Rumo à Vitória* e críticas, mais ou menos directas, à política do partido, que convergiam, pelo menos em parte, com as teses de Francisco Martins Rodrigues, mas das quais tinham necessidade de se demarcar. Exemplo disso, é a posição de Fernando Rosas, da Faculdade de Direito, que criticava a FAP por “não confiar nas massas ao acusar o partido de trair os interesses do proletariado”, mas reconheceu que estavam criadas as condições para passar a estádios superior de luta, ou seja, à luta armada ou às acções de autodefesa face ao aparelho repressivo⁵²⁰. Por seu lado, João Aires Teixeira, estudante de Ciências, concordava com os sete pontos programáticos apresentados no *Rumo à Vitória*, mas afirmava que nele não se apresentavam os caminhos para os concretizar. E António Crisóstomo Teixeira, também da Faculdade de Ciências, entendia que este relatório não respondia ao que seria uma luta popular de massas, aspecto essencial pelo qual o relatório se distanciava da FAP em relação à luta armada⁵²¹. Mais radical foi a posição de Francisco Chaves, estudante de Económicas, que alegando que o *Rumo à Vitória* não respondia às críticas feitas pelas bases do partido decide sair do PCP⁵²².

É de salientar que o sector estudantil era muito específico, apresentando-se sempre como um dos sectores mais permeáveis às tendências radicais e cujos militantes mais críticas faziam à doutrina do partido. Além disso, Martins Rodrigues era uma referência política incontornável para muitos dos militantes deste sector que tinham lido os seus escritos políticos e que se tinham sentido atraídos pelas suas ideias.

⁵¹⁹CUNHAL, Álvaro, 1974, *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições A Opinião!, pag. 258

⁵²⁰IAN/TT – PIDE/DGS – Processo sem número, Documentos apreendidos a indivíduos do PCP, Moreira [Nuno Álvares Pereira], *Opiniões manifestadas numa “reunião” do “organismo” da Cidade Universitária*, documentos apreendidos a indivíduos do PCP, Novembro de 1964 (?), fl. 3 [446]

⁵²¹MADEIRA, João, 2013, *História do PCP*, Edições Tinta da China, Lisboa, p. 468

⁵²²MADEIRA, João, 2013, *História do PCP*, Edições Tinta da China, Lisboa, p. 468

Outro sector igualmente radical era o dos operários da margem Sul do Tejo, onde se vinham configurando núcleos de militantes ou ex-militantes que entendiam que o partido não correspondia às suas expectativas e à necessidade de recorrer à violência para derrubar o regime⁵²³.

Desta forma, o *Rumo à Vitória* pode ser interpretado como uma tentativa de conter a radicalização à esquerda dentro do partido, a qual tinha por base de discussão a questão do recurso à violência e à luta armada. O PCP continuava a não colocar de lado o recurso à violência mas procurava adequá-la à linha do “levantamento nacional”.

A partir de 1967, o trabalho político dentro das Forças Armadas começou a ser feito com maior insistência, permitindo estruturar a ligação com um pequeno núcleo de oficiais do quadro permanente e organizar militantes ou simpatizantes do partido que ingressavam nas Forças Armadas, especialmente com oficiais milicianos, tanto na metrópole como nas colónias⁵²⁴. O PCP começou a publicar uma folha copiografada intitulada *IRFA – Informação Revolucionária para as Forças Armadas*, através da qual procurava fazer formação política dos militares, consciencializá-los para a acção contra a guerra colonial, fazendo circular informações sobre as acções de resistência que aconteciam nos quartéis, bem como as medidas repressivas tomadas por parte dos comandos militares. Esta estrutura do PCP nas Forças Armadas manteve-se activa até ao 25 de Abril de 1974 e, segundo Carlos Brito, o responsável pelo sector militar do PCP entre 1972 e 1974, “esta estrutura partidária revelou-se de grande importância pois foi através dela que o PCP pôde acompanhar de muito perto o movimento dos capitães, depois MFA (Movimento das Forças Armadas), desde o início e na sua evolução”⁵²⁵, uma vez que permitiu ao partido manter contacto com militares que ocupavam posições destacadas no movimento dos capitães, embora não fossem militantes do Partido Comunista. Assim, o PCP ia sendo informado das decisões do movimento militar e do desenvolvimento da situação revolucionária. Carlos Brito elaborava as informações sobre a natureza revolucionária e a amplitude do movimento e enviava-as para a Comissão Executiva, o Secretariado e o Secretário-Geral, Álvaro Cunhal, para que estes definissem as medidas adequadas e o posicionamento do Partido. As indicações das estruturas dirigentes, vindas de Paris, eram de cepticismo e cautela, alertando sempre para o perigo do *putschismo*, o que se torna evidente no Manifesto da Comissão Executiva do PCP, publicado na segunda quinzena de Março de 1974, sobre o golpe militar das Caldas, de 16 de Março, em que se afirma: “o governo e o regime não cairão por si próprios, nem tão pouco pela acção de umas dezenas de oficiais do Exército, mesmo que corajosos e patriotas. A sublevação de 16 de Março mostra-o mais uma vez. [...] Todas as vias putchistas ou oportunistas (de direita ou de esquerda) que não vêm nas massas

⁵²³ MADEIRA, João, 2013, *História do PCP*, Edições Tinta da China, Lisboa, p. 469

⁵²⁴ BRITO, Carlos, 2010, *Álvaro Cunhal – sete fôlegos do combatente*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 72.

⁵²⁵ BRITO, Carlos, 2010, *Álvaro Cunhal – sete fôlegos do combatente*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 72

populares o papel decisivo, todas as ilusões quanto a um falso derrubamento da ditadura fascista não apressam, mas retardam o seu derrubamento”⁵²⁶.

Assim, apesar do PCP preconizar desde 1964 a necessidade de existir uma situação revolucionária para que pudesse ocorrer um levantamento popular que, com o apoio dos militares, derrubasse o regime, não terá conseguido, em vésperas do 25 de Abril de 1974, compreender que o país estaria a viver essa situação pré-revolucionária. De facto, nos últimos anos da ditadura as tensões sociais tinham-se agravado, a contestação ao regime e à guerra colonial tinha-se ampliado e radicalizado, as greves e as manifestações sucediam-se, as Forças Armadas estavam divididas e a conspirar e havia a percepção geral que a guerra colonial só acabaria com o derrube do regime. Mas, a direcção do Partido, exilada em Paris, não conseguia acompanhar os ventos de mudança. O exílio dificultava a percepção da situação global e a direcção do PCP não conseguia fazer uma avaliação completa da situação, continuando a achar que ainda não estavam criadas as condições necessárias para o levantamento popular.

No entanto, este receio do *putschismo* e em avançar com a luta armada, não significou que o partido tenha deixado de lado a preparação e o desencadeamento das “acções especiais”. De facto, desde 1964 que ele as vinha preparando, com avanços e recuos, próprios do processo, da situação de clandestinidade e da repressão.

2. As “acções especiais”

A orientação política do PCP preconizava o “levantamento nacional” e admitia a realização de acções armadas, desde que dirigidas pelo partido, num contexto de radicalização e intensificação da luta de massas que propiciasse um ambiente revolucionário. Assim, o Partido Comunista iniciou o processo de constituição de uma nova organização, orientada para a realização de “acções especiais”:

“O agravamento da crise do regime fascista, o desenvolvimento da luta política de massas, a radicalização destas, a brutalidade do aparelho repressivo e a evolução da guerra colonial, colocam ao Partido uma tarefa nova: a tarefa de organizar acções de autodefesa das massas, acções que visem atingir mais directamente o aparelho militar da guerra colonial, que criem dificuldades ao aparelho repressivo, que dificultem a propaganda fascista e dêem novos aspectos à agitação e propaganda antifascista. A execução de tais acções não pode ser deixada à espontaneidade. Tem de ser encarada no terreno prático”⁵²⁷.

Desde as manifestações de 1962, ou mesmo antes, que havia no interior do partido sectores mais radicalizados, sobretudo nos meios operário e estudantil, que reclamavam menos tacticismo

⁵²⁶Comissão Executiva do Comité Central do PCP, *Pôr um fim imediato às guerras coloniais e conquistar as liberdades políticas, é uma exigência nacional*, “Documentos do Comité Central. 1965/74, Edições Avante!, p. 435

⁵²⁷ CUNHAL, Álvaro, 1974, *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições A Opinião!, pag. 230-231

unitário e mais acção combativa. O Comité Central procurava, desde 1964 e do *Rumo à Vitória*, enquadrar politicamente estes sectores e lançar as bases do organismo de “acções especiais”, destacando para o efeito Rogério de Carvalho, destacado dirigente comunista, membro do Comité Central desde 1963.

A partir de 1964, Rogério de Carvalho começou recrutar os primeiros elementos que viriam a constituir o núcleo original das “acções especiais”. Nesse sentido, é contactado Raimundo Narciso um jovem estudante do Instituto Superior Técnico, que tinha cumprido o serviço militar, militante do partido na legalidade, e que vinha desenvolvendo actividade política regular, tendo assumido responsabilidades no sector estudantil universitário e, depois, em organizações unitárias com africanos das colónias, com grupos de católicos antifascistas, no sector militar e nas Juntas de Acção Patrióticas. De acordo com Raimundo Narciso, o que o terá convencido a passar à clandestinidade terá sido o argumento de que o partido tinha decidido começar a preparar a luta armada e que ele ia fazer parte da organização que estava a ser constituída para a levar a cabo as primeiras acções⁵²⁸.

Além de Raimundo Narciso, Rogério de Carvalho estava incumbido de recrutar mais dois militantes para as “acções especiais”. Um deles era oficial miliciano, de quem não temos mais dados, que recusou e o outro era Almeida [nome utilizado por Raimundo Narciso]⁵²⁹, um jovem estudante de Direito, que colaborou com as “acções especiais” entre 1965 e 1966, mas, sempre recusou passar à clandestinidade, uma vez que tinha terminado o curso e tinha à sua frente uma carreira como magistrado que o aliciava e que era o seu projecto de vida profissional. Disse que estava disposto a ser militante e a fazer as tarefas que o partido lhe indicasse mas recusava tornar-se funcionário clandestino⁵³⁰. É desta forma que a organização de “acções especiais” começou por ser constituída por apenas dois funcionários, Rogério de Carvalho e Raimundo Narciso, que contavam com o apoio do Almeida, embora com as condicionantes de se tratar de um quadro legal.

Nos inícios de 1965, Rogério de Carvalho e Raimundo Narciso foram frequentar um curso de treino militar em Cuba, com passagem prévia pela União Soviética, onde receberiam orientações directas de Álvaro Cunhal.

Qualquer deles fora oficial miliciano do Exército e tinha adquirido preparação militar, ainda que em épocas diferentes. Rogério de Carvalho, mais velho, nascido em 1920, tinha adquirido essa

⁵²⁸NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 71; Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁵²⁹“Almeida” [nome utilizado por Raimundo Narciso no livro *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, sem mais detalhes a pedido do próprio.] CF: NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote

⁵³⁰NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 103

experiência antes do início da guerra colonial, numa altura em que não havia preparação em luta antiguerrilha nem treino de tiro instintivo, formação em acção psicológica ou de propaganda. Raimundo Narciso, por sua vez, tinha deixado a tropa havia pouco, em plena guerra colonial, depois de ter sido mobilizado três vezes para a frente de combate, pelo que tinha feito o serviço militar numa altura em que a tropa procurava modernizar-se e adaptar-se ao contexto da guerra colonial. Raimundo Narciso chegou a Moscovo em princípios de Janeiro de 1965, sendo recebido por Álvaro Cunhal e Francisco Miguel, dirigente comunista, membro do Comité Central desde 1964. Rogério de Carvalho chegou três dias depois à capital soviética. Numa reunião entre os dois únicos militantes das “acções especiais” e o Secretário-Geral do PCP ficou definido o que se pretendia com a nova organização. De acordo com Raimundo Narciso, a intenção do PCP era criar uma estrutura paralela, ainda que politicamente tutelada e apoiada, o que significava que o partido se desobrigava de uma responsabilidade directa e assumida das acções a desencadear⁵³¹.

O início das “acções especiais” pressupunha treino e conhecimentos militares que o PCP não podia facultar no interior do país. Primeiro, pela situação de clandestinidade a que estava sujeito; depois, porque desde os primeiros anos da ditadura que o partido não enveredava por acções armadas, pelo que não tinha quadros formados e capazes para realizar este tipo de acções. O treino teria então de ser realizado num país socialista que dispusesse de campos de treino, de cursos militares organizados e que recebesse quadros de outros países. A escolha recairia sobre Cuba, símbolo da revolução socialista para uma geração mais jovem, e que dava apoio militar a organizações que desejassem fazer a revolução nos seus países, ministrando cursos de guerrilha em meio urbano e rural, mais conformes, portanto, ao que se pretendia implantar em Portugal.

Raimundo Narciso assegura que ele e Rogério de Carvalho viajaram de Moscovo para Cuba, pela rota de Murmansk, para lá do Círculo Polar Ártico, descendo o Atlântico até aos Trópicos, uma vez que o avião soviético em que viajavam não tinha autorização para sobrevoar os países da Europa Ocidental. Os dois terão ficado três meses e meio em Cuba, instalados numa mansão em El Vedado, Havana, e recebido um curso de manejo de armas e explosivos e de técnicas de guerrilha. Este curso serviu, essencialmente, de treino, pois ambos já tinham manejado armas e explosivos durante o serviço militar em Portugal. Regressaram depois a Moscovo, a tempo de participar nas cerimónias comemorativas do vigésimo aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Daqui partiram para Portugal, onde entraram clandestinamente, “a salto”, pela região fronteiriça de Chaves, com o apoio do aparelho de fronteira do PCP⁵³².

Segundo Raimundo Narciso, chegados a Portugal, o primeiro passo era estabelecer ligações

⁵³¹Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁵³²NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 107 e 163

com antigos camaradas que estivessem dispostos a auxiliá-los nas “acções especiais”, criando uma rede de apoios, fundamental para o planeamento e execução de futuras acções. Raimundo Narciso voltou a entrar em contacto com o Almeida e estabeleceu ligações António Pedro Ferreira (“Morais”), estudante do Instituto Superior Técnico, “Leonel” [Pseudónimo], engenheiro, tinha estado na guerra colonial, e Mário Reis, operário.

Entretanto, as “acções especiais” tinham sofrido uma baixa importante com a fuga para Paris de Cassiano Bessa, tenente para-quedista do quadro permanente, que conseguiu sair do país antes de ser preso, por ter sido denunciado por Nuno Álvares Pereira. Cassiano Bessa tinha sido até aí o principal fornecedor de explosivos e material de guerra, fornecendo às “acções especiais” TNT, “plástico”, detonadores eléctrico, granadas, munições e armas que conseguia desviar dos quartéis. Assim, os primeiros abastecimentos de armamento e material explosivo da futura ARA vieram de dentro do exército português, desviados por um oficial ligado ao PCP⁵³³.

Muito do armamento e material explosivo das organizações de luta armada provinham do exército português, desviadas por militantes ou simpatizantes dessas organizações ou, simplesmente, por militares que estavam contra a guerra e que achavam que um dia aquele material podia ser útil. Um destes casos é “Leonel”, que tinha cumprido o serviço militar em Moçambique e que, durante o tempo que esteve na frente de combate, foi desviando e guardando numa mala trotil e plástico 808 que trouxe consigo quando regressou a Portugal. Não tinha recebido qualquer indicação partidária para tal e correu sozinho esse risco, apenas com a convicção que poderia ser útil para combater o regime. De acordo com Raimundo Narciso “A guerra em África foi uma verdadeira escola de formação de luta armada contra o fascismo e a guerra colonial. Formação técnica mas principalmente política e psicológica. A guerra colonial fez amadurecer muitos jovens para a luta armada contra o marcelismo”⁵³⁴.

O PCP teve conhecimento desta acção empreendida por “Leonel” e pô-lo em contacto com a organização das “acções especiais”. Raimundo Narciso foi ao seu encontro, recebendo a mala com o material explosivo. Leonel tinha experiência e treino militar, estava disposto a combater o regime pelo que foi recrutado para a organização, mantendo contactos regulares com Raimundo Narciso até 1966, altura em que este último irá frequentar um novo curso de formação política e treino militar, desta vez, na União Soviética. A partir desta altura o contacto perdeu-se. Todavia, quando ocorreu a acção de sabotagem das telecomunicações, durante a reunião da NATO em Lisboa, levada a cabo pela ARA, a empresa contactada para reparar os estragos enviou um qualificado quadro técnico, que

⁵³³NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 167

⁵³⁴NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 169

surpreendentemente era “Leonel”. Este acabaria por reparar os estragos causados pelo próprio material que trouxe de Moçambique e que entregou à organização.⁵³⁵

Por sua vez, os produtos químicos necessários para fabricar explosivos eram conseguidos através de “Mayer” [pseudónimo], caseiro de uma família ligada ao regime que conseguia adquirir produtos químicos de venda controlada, como ácido sulfúrico concentrado, como sendo a pedido do patrão.

Em cinco meses, o organismo “acções especiais” já dispunha de um conjunto de quadros preparados para iniciar as primeiras acções, recrutados por Rogério de Carvalho e Raimundo Narciso ou indicados pelo Partido Comunista; dispunha também de instalações para depositar o material, nomeadamente, uma vivenda isolada em Mafra que servia de paiol, uma garagem alugada para transbordo e guarda de materiais e três arrecadações em Lisboa; tinha conseguido obter explosivos de alta potência e armas através de militares ligados ao Partido Comunista; tinha elaborado uma lista de objectivos potenciais e procedido ao reconhecimento de alguns deles⁵³⁶.

O primeiro destes alvos eram as instalações da NATO, localizadas próximo de Rio de Mouro. A ideia era colocar uma bomba nas instalações de forma a provocar danos materiais e chamar a atenção da imprensa para a ocorrência, para que o governo não pudesse esconder o sucedido e tivesse de reconhecer que havia oposição ao regime e à guerra colonial.

O plano estava definido em Setembro ou Outubro de 1965, incluindo a indigitação do operacional que deveria colocar a bomba. Tratava-se de “Antunes” [pseudónimo] um operário metalúrgico da *Precix*, fábrica de material de guerra, que havia sido indicado pelo PCP como um dos militantes com melhores capacidades e condições para integrar o grupo de “acções especiais”. De acordo com Raimundo Narciso, tinha sido estabelecido pelo PCP que os principais dirigentes da organização não participavam directamente nas acções para os salvar e à organização, caso algo falhasse ou corresse mal⁵³⁷.

O reconhecimento do local fora feito, em ocasiões diferentes, por Rogério de Carvalho e Raimundo Narciso e este último entregou a “Antunes” a carga de trotil com um sistema de relógio para ser colocada junto às instalações da NATO. “Antunes” deveria colocar a bomba no local combinado e depois regressar à viatura que o levava, estacionada a algumas centenas de metros, onde seria aguardado por Narciso. Porém, “Antunes” não regressou ao carro, não compareceu a nenhum dos encontros de recurso e dele e da bomba mais nada se soube. A primeira das “acções

⁵³⁵Cf. NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 169

⁵³⁶Cf. NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 173

⁵³⁷Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

especiais” resultou num rotundo fracasso⁵³⁸.

Em Outubro de 1965, a PIDE encetou uma vaga de prisões, tendo sido detidos vários militantes do Partido Comunista, alguns oficiais milicianos e dois funcionários, Rogério de Carvalho e o engenheiro Álvaro Veiga de Oliveira. A extensão das prisões e o facto de ter sido atingido o comando das “acções especiais” provocou o alarme entre os militantes do partido que eram operacionais da organização militar. Esta perdeu quadros, que foram presos ou se afastaram, bem como a garagem, as duas arrecadações e algumas armas. Salvou-se a vivenda de Mafra e os explosivos e armas aí depositados, porque eram apenas do conhecimento de Rogério de Carvalho e Raimundo Narciso, que, tendo a certeza que Rogério não falaria da polícia, manteve esses materiais e as estruturas⁵³⁹.

Mas, era necessário proteger o que restava da organização, tomar as medidas defensivas adequadas, colocar de quarentena os elementos da organização ligados a Rogério de Carvalho, montar novas estruturas de apoios que recebessem as armas e explosivos e proceder ao recrutamento de novos elementos. Após a vaga de prisões, os operacionais da ARA tinham ficado desligados do PCP, uma vez que o contacto com o partido era feito exclusivamente através de Rogério de Carvalho. De acordo com Raimundo Narciso, começaram por tentar reatar as ligações com o partido em Lisboa “mas com o máximo de cuidado para não abordar ninguém que estivesse a ser vigiado pela PIDE e por outro lado tivesse suficiente confiança em nós para não tomar a minha estranha diligência por alguma cilada da polícia política”⁵⁴⁰. Estas diligências não surtiram efeito, pois a vaga de prisões tinha tido como consequência o estabelecimento de uma série de cortes de ligação à Direcção. Parecia impossível entrar em contacto com a Direcção pelo que os esforços passavam por suspender as “acções especiais” até ao restabelecimento das ligações partidárias.

A situação no início de 1966 era pois de isolamento da organização de “acções especiais”, que contava, além disso, com poucos quadros. Decidiram, pois, proceder a novos recrutamentos⁵⁴¹, o que permitiu manter alguma actividade, continuar a pagar as despesas inerentes ao seu funcionamento, nomeadamente o pagamento da renda da vivenda-paiol em Mafra e de uma arrecadação que servia para esconder armas, as deslocações dos operacionais e a aquisição de materiais e armamento. Só em Agosto de 1966, dez meses depois da prisão de Rogério de Carvalho,

⁵³⁸NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 174 a 178

⁵³⁹NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 176-177

⁵⁴⁰NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 177

⁵⁴¹Entre os elementos recrutados nesta altura encontravam-se: Victor d'Almeida d'Eça, ligado à ARA desde 1966 até 1974; Jorge Trigo de Sousa, estudante do IST, ligado à ARA desde 1966; e Mário Lino, engenheiro, que participou em actividades de apoio à ARA entre 1970 e 1974. Foi ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações no primeiro governo de José Socrates (2005-2009).

é que foi possível estabelecer ligação com a direcção do PCP, numa altura em que Raimundo Narciso já estava a equacionar a hipótese de enviar um elemento a Paris para, através do PCF, chegar ao Secretariado do PCP⁵⁴². O contacto foi estabelecido com Ângelo Veloso, membro do Comité Central, por intermédio de um militante do partido ligado a Raimundo Narciso. Através de Ângelo Veloso ficaram a saber que o PCP pensava que Narciso tinha abandonado a clandestinidade e a luta, uma vez que se tinham passado tantos meses sem qualquer espécie de contacto ou de notícia⁵⁴³. A partir desta altura, Ângelo Veloso passou a ser a ligação entre o PCP e as “acções especiais”.

Nas primeiras reuniões entre Ângelo Veloso e Raimundo Narciso foi feita uma avaliação geral da situação política, uma análise minuciosa da situação concreta das “acções especiais” e um estudo da situação conspirativa. De seguida, Raimundo Narciso apresentou um plano para a reconstituição da organização, número e características de quadros a pedir ao PCP, uma lista de objectivos potenciais e prazos para arrancar com as acções armadas. Porém, Ângelo Veloso mandou-o anular o plano, informando-o que o partido tinha decidido enviá-lo à União Soviética e suspender entretanto as “acções especiais”⁵⁴⁴. Depois da vaga de prisões, que tinha atingido significativamente a organização do partido em Lisboa, a Direcção do PCP decidiu suspender por uns meses o trabalho de organização das “acções especiais”, pois não sabia o grau de conhecimento que a PIDE tinha sobre esta estrutura. Esta paragem seria aproveitada para enviar um grupo de militantes a Cuba para fazerem treino militar e, posteriormente, serem integrados nas “acções especiais”.

Raimundo Narciso partiu então para a União Soviética, onde frequentou um curso de formação política na Escola Central do Konsomol, em Vichniki, nos arredores de Moscovo. As cadeiras eram Russo, Filosofia, Economia Política, História do Movimento Sindical e História do Movimento Comunista Internacional. Este curso era frequentado por alunos vindos de todas as partes do mundo, com maior ou menor grau de conhecimentos, o que permitia que se estabelecessem contactos com pessoas de outras etnias, hábitos e culturas, proporcionando um certo cosmopolitismo que entusiasmava os jovens estudantes revolucionários. As aulas eram adaptadas ao nível dos estudantes que as frequentavam pois “havia alunos de todos os cantos do mundo, uns quase sem letras, como os grupos guerrilheiros da Guiné Bissau ou de Moçambique e outros, universitários, de França, Dinamarca, Itália, Índia ou Portugal”. Assistiam ao curso rapazes e

⁵⁴²NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 178

⁵⁴³NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 183

⁵⁴⁴NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 186

raparigas de toda a Ásia, África e América Latina, de quase todos os países da Europa Ocidental e de todos os países da Europa de Leste⁵⁴⁵.

Apenas em Junho de 1967, quando o curso terminou, é que Raimundo Narciso regressou, clandestinamente, a Portugal para reestruturar a organização de “acções especiais”, recrutar novos elementos, encontrar novas infra-estruturas estáveis e iniciar as acções armadas.

Encontrou a organização num estado de completa desarticulação e quase sem quadros depois de ter sofrido um novo e grande revês. O segundo grupo de quadros enviados pelo PCP a Cuba para receber formação militar, que deveriam vir a integrar as “acções especiais”, tinham optado por seguir a via “guerrilheirista”, romper com o PCP e formar uma nova organização, as FAL (Forças Armada de Libertação).

3. As FAL – Forças Armadas de Libertação

Em 1966, partiram para Cuba, para frequentar dois cursos de guerrilha, um em meio urbano e outro em meio rural, quatro militantes do Partido Comunista Português: Eduardo Pons Cruzeiro, António Carou Ferreira, Alberto Coelho Pinto e José Augusto Moura Pimenta. Cada um daqueles cursos tinham a duração de três meses e meio, pelo que ficaram cerca de oito meses em Cuba.

O curso de guerrilha urbana, designado por “R2”, foi ministrado nos arredores de Havana, no Instituto Cubano de Amizade com os Povos, que se situava em Los Siboneis, a cerca de dois quilómetros da capital. Todos os professores e monitores dependiam do Ministério do Interior e tinham participado na guerrilha que derrubara Fulgêncio Baptista, além de terem combatido noutros países, como voluntários em comissão de serviço. Na instrução, os participantes eram preparados para enfrentar situações de cerco e isolamento sem quaisquer recursos, vendo-se na contingência de resolver por si próprios as situações mais complicadas e adversas. Tecnicamente eram instruídos na fabricação de vários tipos de espoletas, bombas incendiárias a partir de uma simples bola de ping-pong; bombas relógio e de inclinação; descompressão e fabricação de pólvora, assim como diversos tipos de deflagrantes ou sobre a utilização de minas e granadas. O curso era frequentado por um elevado número de alunos, superior a cem, oriundos dos mais diversos países. Além dos portugueses havia quadros políticos da Venezuela, Colômbia, Brasil, de países árabes, tendo sido estes últimos retirados posteriormente devidos às barreiras linguísticas. Os cubanos afirmavam, baseados na sua experiência de guerrilha que o curso conseguia preparar um grupo de 5 homens para actuar numa área de cerca de mil quilómetros quadrados⁵⁴⁶.

⁵⁴⁵NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 211

⁵⁴⁶Cf. IAN/TT – PIDE-DGS, Pr. 2133 E/GT NT:5982 - Declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, 20 de Abril de 1970,

O outro curso, para guerrilha em meio rural, foi ministrado na Sierra Del Cristal, Província de Pinar del Rio, e os indivíduos que frequentaram o curso estiveram integrados no exército cubano e receberam treino de toda a espécie de armas, desde a bazuca ao canhão de grande calibre e ao carro de combate. Quase todos os instrutores haviam estado como voluntários na guerra da Argélia contra Marrocos⁵⁴⁷. Neste curso, não eram admitidos mais de vinte e cinco estrangeiros e, além dos portugueses, havia cinco brasileiros, quatro peruanos e outros tantos do Equador e da Nicarágua. Eram tutelados por um instrutor permanente de quem recebiam ordens e directrizes, havendo depois instrutores especializados em transmissões, minas e armadilhas, armas ligeiras e pesadas, carros de combate. Uma vez por semana, havia uma reunião em que se discutiam assuntos de natureza política e doutrinária. Um destes instrutores foi o Capitão Rodrigues Peralta, mais tarde preso pela PIDE/DGS na Guiné⁵⁴⁸.

Nesta altura estavam também em Cuba elementos do PAIGC, do MPLA, da FRELIMO e dos movimentos de libertação nacional da África do Sul e da Rodésia, mas constituiriam uma turma à parte, que tinha uma formação mais demorada em táticas de guerra e de guerrilha. Esta preparação pressupunha uma futura actuação em acções de guerrilha nos respectivos países e implicava o entrosamento com as populações - camponeses e operários - que deveriam proporcionar o indispensável apoio e suporte logístico à guerrilha⁵⁴⁹.

Segundo o que Eduardo Pons Cruzeiro terá contado à Polícia Militar, os cursos eram organizados pelo Ministério do Interior Cubano e pelos Serviços Secretos de Cuba e, enquanto decorriam, por várias vezes, reuniram com elementos ligados aos serviços secretos para definir uma estratégia para a luta em Portugal. Cuba estava interessada na abertura de uma frente de combate em Portugal Continental, que consideravam como quarta frente de combate, potencialmente decisiva para o desfecho da luta nas frentes coloniais. Os cubanos inclinavam-se para a instalação de uma primeira base experimental na Serra do Gerês, a partir da qual irradiaria a guerrilha. No fundo, era a aplicação da experiência da Sierra Maestra a Portugal. No entanto, entendiam que a guerrilha em Portugal teria de ser sobretudo urbana, quer pelas características do país, quer por questões de impacto político. Nestas reuniões, os cubanos partiam da situação concreta de Portugal,

cópia, dat., p. 16 a 19. As suas declarações foram prestadas à Polícia Militar e à Secção de Contra-Informação do Exército, que depois enviaram fotocópias à PIDE/DGS, classificando-as de “Muito Secreto”.

⁵⁴⁷A Guerra das Areias foi um conflito fronteiriço entre Marrocos e a Argélia, em Outubro de 1963 na sequência da reivindicação por parte de Marrocos das províncias de Tindouf e Béchar, que a França havia anexado à Argélia Francesa décadas antes. Os aliados da Argélia foram a União Soviética, Cuba e Egipto; e Marrocos recebeu ajuda da França e dos Estados Unidos da América. A guerra durou cerca de três semanas e o cessar-fogo definitivo foi assinado em 20 de Fevereiro de 1964

⁵⁴⁸Cf: IAN/TT – PIDE-DGS, Pr. 2133 E/GT NT:5982 - Declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, cópia, 20 de Abril de 1970, dat., p. 16 a 19

⁵⁴⁹ Cf: IAN/TT – PIDE-DGS, Pr. 2133 E/GT NT:5982 - Declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, cópia, 20 de Abril de 1970, dat., p. 16 a 19

esboçavam planos para o desencadeamento da guerrilha, ponderavam os meios para a instalação de bases no Gerês, estudavam as possibilidades de realização de acções predominantemente urbanas e ofereciam inclusivamente apoio militar. O grupo que tinha ido de Portugal estava entusiasmado com a perspectiva de iniciar a luta armada, porém, os cubanos questionavam se a direcção do Partido Comunista Português estava mesmo interessada em organizar este tipo de acções⁵⁵⁰.

Terminado o curso, de regresso a Portugal para integrar a estrutura das “acções especiais”, deslocaram-se a Praga, onde reuniram com Álvaro Cunhal, Manuel Rodrigues da Silva, ambos do Secretariado do Comité Central, e com Carlos Brito, que, de acordo com o próprio, tinha sido destacado como o funcionário que no interior do país faria a ligação entre estes e o Comité Central. Segundo Carlos Brito, “foi uma reunião difícil. Os camaradas vinham noutra onda. Conquistados pela linha cubana, não queriam nada “acções especiais” complementares da luta política de massas e principalmente dirigidas contra o aparelho da guerra colonial”⁵⁵¹, que era a orientação que o partido tinha definido para as “acções especiais”. Queriam sim criar um “foco guerrilheiro”, de inspiração cubana, ao qual se subordinaria toda a estratégia revolucionária.

Álvaro Cunhal aceitou discutir a estratégia do “foco guerrilheiro”, ou foquismo, e a sua adaptação à realidade portuguesa. Procuraria, desta forma, demonstrar-lhes ser impossível adaptar esta teoria à realidade portuguesa e que a linha definida pelo partido era a mais viável. Porém, de acordo com Carlos Brito, “Os camaradas mantinham-se na sua, embora a partir de certa altura tivessem anunciado que, independentemente da orientação pessoal que tinham, estavam disponíveis para avançar com a estrutura projectada e seguirem a orientação que o partido fixasse. Cunhal respondeu-lhes: Vamos estudar isso”. Ainda segundo Carlos Brito, o Secretário-geral do PCP não acreditava que o grupo desistisse de implantar a estratégia cubana em Portugal e seguir a via foquista e considerava “um gravíssimo risco abrir uma frente de trabalho tão melindrosa com camaradas que têm convicções tão arreigadas contrárias à linha do Partido”⁵⁵². Por conseguinte, na reunião do Secretariado do Comité Central para apreciação do caso dos três regressados de Cuba, Cunhal defendeu que estes não deviam ser enviados para Portugal e que não iria mais nenhum grupo a Cuba para treino militar. A partir daí, os futuros operacionais da ARA passariam a fazer a sua preparação militar na União Soviética⁵⁵³.

Contudo, também os elementos regressados de Cuba perceberam que a intenção do PCP não era a de enveredar pela guerrilha, pelo que as estratégias de luta armada seriam não só diferentes como inconciliáveis e decidiram abandonar o partido. A Direcção do Partido Comunista ainda

⁵⁵⁰Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012; Cf: IAN/TT – PIDE-DGS, Pr. 2133 E/GT NT:5982 - Declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, 20 de Abril de 1970, cópia, dat., p. 16 a 21

⁵⁵¹BRITO, Carlos, 2010, *Álvaro Cunhal – sete fôlegos do combatente*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 30

⁵⁵²BRITO, Carlos, 2010, *Álvaro Cunhal – sete fôlegos do combatente*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 30

⁵⁵³Entrevista a Carlos Brito, Alcoutim, 12 de Setembro de 2012

tentou chegar a acordo com o grupo, mas sem efeito; concordam apenas sair discretamente, não alardeando o dissídio. Era o segundo dissídio dentro do PCP por causa da luta armada⁵⁵⁴.

De acordo com Eduardo Pons Cruzeiro, a ideia de criar as Forças Armadas de Libertação (FAL), já estava na sua cabeça antes de se deslocarem a Cuba. Pons Cruzeiro, António Carou Ferreira e Alberto Coelho Pinto eram defensores da via armada para derrubar o regime e consideravam que o Partido Comunista devia desencadear acções nesse sentido⁵⁵⁵. Por isso, antes de partirem para Cuba, Pons Cruzeiro chegou a ter contactos com elementos da FAP, nomeadamente Humberto Lucas, enquanto esteve exilado na França e na Bélgica. Durante um certo período de tempo, chegou a desenvolver trabalho político simultâneo para a FAP e para o PCP, tendo sido aliciado por aquela organização para ingressar nas suas fileiras. Optou, porém, por ficar ligado ao Partido Comunista, sobretudo quando tomou conhecimento que havia a intenção de desencadear “acções especiais”.⁵⁵⁶ Viria ainda a ser contactado por Francisco Miguel para ingressar essa estrutura, pois tinha pertencido aos “Comandos” em Cabo Verde e na Guiné, tendo, por isso preparação militar de base para o efeito.

No entanto, como essas acções tardassem, Pons Cruzeiro, António Carou Ferreira e Alberto Coelho Pinto, impacientes, discutiam entre si a possibilidade de desencadear as acções armadas. Mas tudo isto carecia de consistência e planificação⁵⁵⁷.

Por outro lado, na Suíça, a célula Bento Gonçalves, do PCP, que editava os *Cadernos Marxistas-Leninistas* e à qual pertencia Eurico Figueiredo e outros elementos que defendiam o recurso imediato à luta armada, iam contestando a linha política do PCP. Pons Cruzeiro e António Carou Ferreira contactaram estes militantes e, no decorrer dessa reunião, terão decidido criar uma forte pressão sobre a direcção do partido. Para o efeito, contactaram então Manuel Lucena antigo dirigente do MAR, que estava em Itália; Manuel Alegre, instalado na Argélia; e Teixeira Ribeiro, a residir em Toulouse. Todos aderiram e começaram imediatamente a definir estratégias para uma mobilização naquele sentido⁵⁵⁸.

É neste contexto que Pons Cruzeiro foi convidado por Francisco Miguel a ir a Paris, reunir com o Secretário-Geral do PCP, que anuncia estar o partido disposto a iniciar as “acções especiais” e que, para isso, Cruzeiro devia preparar um pequeno grupo para frequentar um curso de guerrilha em Cuba, o que levou Pons Cruzeiro e António Carou Ferreira a decidir suspender a colaboração

⁵⁵⁴Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁵⁵Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁵⁶Cf: IAN/TT – PIDE-DGS, Pr. 2133 E/GT NT:5982 - Declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, cópia, 20 de Abril de 1970, dat., p. 14

⁵⁵⁷Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁵⁸Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012;

com a célula Bento Gonçalves e a adiar a realização de acções armadas⁵⁵⁹.

No entanto, quando vieram de Cuba e, perante os resultados da reunião que tiveram em Praga com o Secretariado do Comité Central, decidiram activar as FAL e voltar a contactar o grupo da Suíça, que já não se mostraria disposto a apoiar a via “guerrilheirista” que as FAL estavam a propor, levando ao afastamento dos dois grupos.

De Praga, os elementos das FAL partiram para Paris, onde contactaram o cônsul de Cuba naquela cidade, José Lorenzo Diaz, que já tinha sido funcionário diplomático em Lisboa e que, segundo, Pons Cruzeiro, seria um elemento dos serviços secretos cubanos, do sector “R2”. José Lorenzo Dias disse-lhes que deviam seguir as instruções recebidas em Cuba, ou seja, estruturar um movimento que actuasse independentemente do Partido Comunista Português, garantindo-lhes o apoio de Cuba⁵⁶⁰.

Em face disso, realizou-se uma reunião, em Paris, em que terão participado, além de Pons Cruzeiro, José Pimenta, António Carou Ferreira, João Gonçalves Bento, Manuel Teixeira e Mário Marcelo Nogueira, onde foi formalmente criado o movimento político-revolucionário que denominaram de Forças Armadas de Libertação.

Começaram, então, a estudar a questão do alargamento de quadros, escolhendo elementos marxistas-leninistas que sabiam de antemão estarem interessados na luta armada. Para o efeito, entraram em contacto com diversos membros do CMLP, entre os quais José Augusto, filho de António Dias Lourenço, destacado dirigente do PCP, Hélder Costa, do grupo *O Comunista*, ou António Pinto dos Santos, desertor que tinha conseguido desviar armamento do exército português.

As FAL tinham interesse em encetar contactos com o grupo *O Comunista*, de Hélder Costa, porque este teria bastantes armas e um aparelho de fronteira que ajudava os desertores e refractários a sair do país, exigindo, em troca, a entrega das armas. Por sua vez, *O Comunista* pretendia obter treino militar dado pelas FAL e Pons Cruzeiro chegou a dar algumas aulas sobre manejo de armas e fabrico de bombas a elementos dessa organização⁵⁶¹.

A PIDE apurou que, ao Comité Coordenador das FAL pertenciam Eduardo Pons Cruzeiro, responsável pela parte operacional; Manuel Teixeira, responsável pela Tesouraria; Mário Marcelo Nogueira, pelo sector de quadros e reuniões; João Gonçalves Bento, pelos contactos com o interior do país, e José Pimenta pelos contactos com Cuba, através do Cônsul cubano em Paris⁵⁶².

Pons Cruzeiro diria à Polícia Militar que, como os cubanos se ofereciam para treinar mais

⁵⁵⁹Cf: IAN/TT – PIDE-DGS, Pr. 2133 E/GT, NT:5982 - Declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, 20 de Abril de 1970, cópia, dat., p. 14 -15

⁵⁶⁰Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁶¹Entrevista Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012.

⁵⁶²Cf: IAN/TT – PIDE-DGS, pr. 2133 E/GT, NT: 5982 - Declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, 20 de Abril de 1970, cópia, dat., p. 22

homens e fornecer armas, o Comité Coordenador decidiu constituir novo grupo de homens para receber treino militar em Cuba, tendo sido recrutados através da relação estabelecida entre as FAL e Gabriel Pedro, histórico militante comunista que tinha estado preso no Tarrafal e que tinha grande influência no sector de Bulogne (França) do PCP. Neste sector, as FAL conseguiram recrutar de 30 a 40 elementos dispostos a receber preparação militar e participar em acções armadas no interior do país⁵⁶³. Foi, igualmente, Gabriel Pedro que pôs em contacto as FAL com a LUAR, através de Júlio dos Santos Alves, militante desta organização. Da conversa entre Pons Cruzeiro e Júlio Alves resultou a possibilidade de cooperação entre as duas organizações, tanto mais que ambas defendiam o mesmo tipo de acções. Em face disso, terá havido, dias mais tarde, uma reunião mais alargada entre elementos de ambas as organizações – Pons Cruzeiro e José Pimenta pelas FAL e Júlio Alves, Luís Benvindo e António Barracos pela LUAR⁵⁶⁴.

Pons Cruzeiro, dirá em 2012, que as FAL consideraram a LUAR como uma organização meio anárquica, sem ideologia definida e sem planos de acção concretos, mas susceptível de se poderem entender mutuamente numa base de solidariedade e até em eventuais operações conjuntas⁵⁶⁵. Por outro lado, os elementos da LUAR consideravam vantajoso esse entendimento, manifestando desde logo grande interesse em serem treinados por um elemento das FAL, o que veio de facto a acontecer. Pons Cruzeiro e José Pimenta chegam a ministrar um curso de guerrilha urbana, de manejo de armas e fabrico de explosivos, a elementos da LUAR baseados no curso que tinham feito em Cuba.⁵⁶⁶

Numa das reuniões com o Cônsul cubano, este ter-lhes-á garantido que o governo de Havana estaria disposto a financiar a organização com um montante inicial de 1000 a 1500 dólares, além de garantir a preparação de novos quadros, o fornecimento de material militar, um aparelho de falsificação de documentos e o pagamento de viagens dos operacionais das FAL a Cuba. Os dirigentes das FAL decidiram, então, deslocar-se a Cuba para falar directamente com o governo e garantir o auxílio deste país à organização. A delegação, constituída para o efeito foi composta por Pons Cruzeiro e José Pimenta, já conhecidos do governo cubano, responsáveis pelas relações das FAL com Cuba, a que se juntou Rui Cabeçadas, recentemente chegado à organização. Os três terão ficado seis meses em Cuba, ou seja, até meados de 1968. O governo cubano e o Ministério do Interior teriam continuado a mostrar a sua disponibilidade para treinar operacionais das FAL, mas não garantiram o auxílio monetário. Quanto à questão do armamento, este, segundo Pons Cruzeiro,

⁵⁶³Cf: IAN/TT – PIDE-DGS, pr. 2133 E/GT, NT: 5982 - Declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, 20 de Abril de 1970, cópia, dat., p. 21

⁵⁶⁴Cf: IAN/TT – PIDE-DGS, pr. 2133 E/GT, NT: 5982 - Declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, 20 de Abril de 1970, cópia, dat., p. 21-22

⁵⁶⁵Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁶⁶Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

seria fornecido pelo PAIGC que o faria chegar a Paris ou a Portugal⁵⁶⁷.

Os cubanos estavam interessados em estabelecer o contacto entre as FAL e o PAIGC, que deveria ser feito ao mais alto nível. Como tal, fizeram esforços para colocar Eduardo Pons Cruzeiro directamente em contacto com Amílcar Cabral. Desta forma, as FAL deviam articular a sua actividade com os movimentos de libertação das colónias, particularmente com o PAIGC, com quem Cuba tinha relações mais próximas. Este interesse devia-se a duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque o PAIGC dispunha de material de guerra em abundância que poderia entregar às FAL; em segundo lugar, porque poderiam coordenar as acções de forma a abrir uma frente de guerrilha na metrópole, que pudesse enfraquecer substancialmente a capacidade de resistência portuguesa em África⁵⁶⁸.

Em Junho de 1968, Pons Cruzeiro e José Pimenta terão regressado a Paris, enquanto Rui Cabeçadas terá ficado em Cuba a frequentar o curso de guerrilha e a aguardar a decisão dos cubanos quanto ao auxílio económico. De novo em Paris, terão entrado em contacto com o Réseau Solidarité, que tinha sido criado por Henri Curriel durante a guerra da Argélia e que se ofereceu para vender armas às FAL e para prestar algum treino aos militantes da organização, nomeadamente na utilização de tintas simpáticas, na falsificação de documentos e em métodos de informação e contra-informação. No entanto, os dois terão acabado por não aceitar a oferta, porque, segundo diz Pons Cruzeiro, as FAL não queriam produzir nenhum documento escrito⁵⁶⁹.

Ainda segundo Pons Cruzeiro, a decisão de Cuba de não apoiar economicamente as FAL, uma vez que a União Soviética tinha diminuído o seu financiamento ao governo cubano, levou esta organização a procurar outras formas de se financiar. Foi nesta altura que decidiram entrar em Portugal para assaltar um banco, tendo sido escolhida a agência do Banco de Portugal em Mirandela, cujo assalto se tornava fácil devido à sua localização perto da fronteira com Espanha e por saberem que dispunha, quase sempre, de somas avultadas de dinheiro. Eduardo Pons Cruzeiro ficou então encarregado de vir a Portugal para fazer o reconhecimento do local e planear a acção⁵⁷⁰. Porém, acabou por ser preso em Madrid, em 20 de Agosto de 1969, quando se envolveu numa briga num bar. Foi acusado de porte ilegal de armas e de documentos falsos e de ser desertor do exército português. Em Madrid, partilhou a prisão com Hermínio da Palma Inácio e o responsável pela sua defesa foi Mariano Robles, conhecido advogado espanhol que também defendia Hermínio da Palma Inácio. Extraditado, foi entregue à Polícia Militar que sempre recusou entregá-lo à PIDE⁵⁷¹. Com esta prisão, as FAL entraram num processo acelerado de desarticulação, até se extinguirem

⁵⁶⁷ Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁶⁸ Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁶⁹ Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁷⁰ Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁷¹ Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012;

completamente.

De acordo com as declarações de Eduardo Pons Cruzeiro, em 2012, as FAL consideravam-se uma organização de luta armada mas não uma organização terrorista. O seu objectivo era lutar contra a ditadura e a guerra colonial e para tal consideravam a hipótese de implantar em Portugal uma organização de guerrilha urbana. Defendiam a concretização de acções que flagelassem a máquina de guerra e repressiva do Estado, mas não descartavam o rapto e assassinato de membros da polícia política e do governo. Todavia, rejeitavam categoricamente o rapto e/ou a morte de inocentes⁵⁷². Além da evidente influência cubana, é também visível a influência dos Tupamaros, organização de guerrilha urbana do Uruguai⁵⁷³, com que terão contactado durante os cursos de guerrilha em Cuba.

4. Da reestruturação das “acções especiais” à formação da ARA

Quando Raimundo Narciso chegou a Portugal, vindo de Moscovo, em Julho de 1967, encontrou o grupo de “acções especiais” praticamente desmantelado, com vários dos seus elementos presos, desligados do PCP ou transferidos para outras organizações do partido. Coube a si e a Ângelo Veloso, membro do Comité Central, reestruturar a organização.

Foram alugadas duas novas arrecadações, em Lisboa, uma garagem na Amadora e uma vivenda nas proximidades de Sintra para guardar armas, material explosivo e granadas. Aí também se armazenavam produtos químicos para fabricar materiais incendiários, ferramentas para trabalhar madeira e ferro, relógios, lupas, instrumentos de precisão, materiais de electrónica, para preparar ou construir dispositivos de retardamento ou controlo remoto. Todo este material continuava a ser desviado dos quartéis por militares ligados ao PCP. A localização destas estruturas de depósito de armamento do material explosivo e outro equipamento eram apenas do conhecimento de Raimundo Narciso e Ângelo Veloso, o que obrigava a que o transporte do material fosse feito apenas por estes dois dirigentes, recorrendo, apenas quando necessário, a apoios da sua absoluta confiança⁵⁷⁴.

Em 1968, compraram uma quinta entre o concelho de Torres Vedras e o do Cadaval, numa vasta zona de eucaliptos, onde Ângelo Veloso conseguiu montar o paiol central da organização, que

⁵⁷² Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁷³ O Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros, foi uma organização de guerrilha urbana uruguaia que operou nas décadas de 60 e 70, durante a ditadura daquele país. Os Tupamaros começaram as suas acções com assaltos a bancos e depósitos de armas. Costumavam distribuir comida e dinheiro roubado aos habitantes pobres de Montevideo. Nos finais dos anos 60, envolveram-se em sequestros políticos e assassinatos. Em resposta, as Forças Armadas do Uruguai lançam uma campanha de perseguição e prisão dos guerrilheiros tupamaros, muitos dos quais foram presos ou mortos. Os tupamaros regressaram à vida política pública com a instauração da Democracia no Uruguai, em 1985. Actualmente, fazem parte da coligação governamental Frente Amplio. Após a vitória eleitoral de 31 de Outubro de 2004, dois antigos tupamaros, José Mujica e Nora Castro, tornam-se presidentes das duas Câmaras do Congresso. Em 2009, Mujica foi eleito Presidente da República.

⁵⁷⁴ NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 245-246

se manteve intacto até ao 25 de Abril de 1974. Para tomar conta da quinta foi destacado um casal de funcionários clandestinos do PCP, Francisco Presúncia e Maria Manuela, com uma filha, que, para dar um ar de normalidade à quinta se apresentavam como caseiros que tomavam conta da casa e cujos proprietários só lá iam esporadicamente, tornando assim o local insuspeito aos olhos dos vizinhos e da polícia⁵⁷⁵.

Em virtude da formação das FAL e, como tal, da dissidência dos quadros formados em Cuba, o PCP tomou a decisão de enviar a Moscovo um novo grupo de militantes para receber treino militar e poderem vir a integrar o grupo de “acções especiais”. De Janeiro a Julho de 1968, Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP, “Almendra” [Pseudónimo] estudante exilado em Paris, e um outro elemento, do qual desconhecemos o nome e demais referências, mas que, segundo “Almendra” seria operário⁵⁷⁶, frequentaram um curso técnico-militar que incluía a especialidade de “homem-rã” para eventuais acções de sabotagem de navios. O curso incluiria também a aprendizagem de manejo de armas, fabrico e utilização de bombas, granadas e cocktail-molotov e estratégia militar. De acordo com “Almendra” era um curso exigente em termos físicos e militares, que exigia uma grande preparação física e capacidade psicológica⁵⁷⁷. O curso teria sido frequentado por militantes de outros partidos comunistas e teria sido leccionado por militares e membros dos serviços secretos da União Soviética. Além da preparação militar, que era o objectivo principal do curso, havia igualmente aulas de russo e algumas aulas de formação teórica sobre o marxismo e o movimento comunista. O curso de formação política era da responsabilidade da Escola Central do Konsomol, em Vichniki, que Raimundo Narciso frequentara. O curso que terá sido frequentado por estes três militantes do PCP era, sobretudo, militar e com carácter prático, sendo secundária a formação política⁵⁷⁸.

De acordo com Carlos Brito, a opção pela União Soviética, em vez de Cuba, poderá ter-se prendido com o facto de o PCP e, sobretudo, Álvaro Cunhal, terem percebido que os cubanos teriam um plano de acção para Portugal e para as colónias que passaria por abrir uma quarta frente de combate, na metrópole, de forma a dividir e desgastar o exército português⁵⁷⁹. O governo cubano, por seu turno, e como já foi referido, teria percebido que o Partido Comunista Português hesitava em lançar de imediato as acções armadas no país, pelo que teria decidido ajudar e financiar a

⁵⁷⁵ NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 242

⁵⁷⁶ Entrevista não gravada a “Almendra” [Optou-se por continuar a utilizar o pseudónimo tribuído por Raimundo Narciso. Identificação real não autorizada pelo próprio], Lisboa, 25 de Julho de 2012

⁵⁷⁷ Entrevista não gravada a “Almendra” [Optou-se por continuar a utilizar o pseudónimo tribuído por Raimundo Narciso. Identificação real não autorizada pelo próprio], Lisboa, 25 de Julho de 2012

⁵⁷⁸ Entrevista não gravada a “Almendra” [Optou-se por continuar a utilizar o pseudónimo tribuído por Raimundo Narciso. Identificação real não autorizada pelo próprio], Lisboa, 25 de Julho de 2012

⁵⁷⁹ Entrevista a Carlos Brito, Alcoutim, 12 de Setembro de 2012

formação de uma outra organização política que estaria disposta a enveredar rapidamente pela luta armada.

O PCP temeria, assim, que enviando mais militantes para Cuba, estes pudessem ser aliciados e recrutados pelo governo cubano e pelos seus serviços secretos. Por isso, teria procurado na União Soviética apoio a este nível, apesar do PCUS não concordar com a via da luta armada na Europa e continuar a defender que em Portugal a luta se devia restringir às acções de massas, pacíficas. Enveredar pela luta armada em Portugal poderia introduzir elementos de perturbação e desequilíbrio que afectassem o princípio da “coexistência pacífica”, defendido pelo governo soviético.

Todavia, a solicitação do PCP seria aceite e, enquanto na União Soviética se vão formando militarmente três quadros, a reorganização das “acções especiais” continuava a avançar no interior do país. As orientações do Partido Comunista era para os seus militantes irem cumprir o serviço militar obrigatório e não se furtarem à guerra, desenvolvendo trabalho político no seio das Forças Armadas, quer nos quartéis quer nas colónias. Segundo Carlos Brito aos poucos, as armas e o material explosivo iam aparecendo, subtraídas ao exército por militantes e os paióis iam acumulando as indispensáveis reservas de material⁵⁸⁰. A principal reclamação de Raimundo Narciso e Ângelo Veloso era contra a falta de operacionais com formação militar e disposição para participar em acções armadas. Apesar do crescimento das tendências favoráveis à luta armada, tanto dentro como fora do PCP, a prioridade estratégica continuava a ser a luta de massas, mantendo-se o grupo com carência de quadros e poucos recursos financeiros.

O ano de 1968 não se estava a revelar muito fecundo em acções de massas. Tinha havido lutas sociais importantes, greves, movimentações reivindicativas, reuniões sindicais amplamente concorridas. Refira-se a importância das greves dos pescadores de Matosinhos, que arrastaram consigo outros portos do Norte, a “greve da mala” da Carris, com três dias sem cobrança de bilhetes, que granjeou grande simpatia popular⁵⁸¹ e nalguns sindicatos nacionais tinham sido eleitas direcções distanciadas do regime, como nos portuários de Lisboa e nos bancários. Porém, para o PCP, o tempo não era de ofensiva mas sim de preparação de “importantes acções reivindicativas, de concentrações, paralisações e greves, de poderosas manifestações de rua que tragam um novo impulso à luta geral das massas populares e das forças democráticas contra a ditadura fascista e pela conquista das liberdades”⁵⁸².

Com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano, o PCP reitera esta necessidade de ampliar as movimentações de massas. Apesar destes apelos, a situação não era fácil para uma

⁵⁸⁰ Entrevista a Carlos Brito, Alcoutim, 12 de Setembro de 2012

⁵⁸¹ “Na Carris de Lisboa: greve da cobrança de bilhetes!”, in *Avante!*, VI série, nº 394, Agosto de 1968, p.1

⁵⁸² “Greves-Paralisações-Concentrações. Os trabalhadores preparam a ofensiva”, in *Avante!*, VI série, nº 394, Agosto de 1968, p. 2

organização partidária que ainda não recuperara das grandes debilidades orgânicas provocadas pela repressão policial do ano de 1962, em que foi presa parte significativa da Direcção do partido; do ano de 1963, com as denúncias de Rolnado Verdial; e dos anos de 1964-1965, com as denúncias de Nuno Álvares Pereira⁵⁸³. A reunião do Comité Central de 1968 marcou um ponto de viragem neste refluxo que se fazia sentir desde 1962, e um aliviar das preocupações com as dificuldades que o partido atravessava. Obviamente, que para isto muito contribuiu o novo clima que se começava a viver na sociedade portuguesa, marcado pelo incremento, ainda que ligeiro, da luta popular e estudantil e pela substituição de Salazar por Marcelo Caetano à frente do governo. O apelo do Comité Central, de 22 de Setembro de 1968, evidencia bem o optimismo com que se analisava as novas formas de luta: “Existem novas e amplas perspectivas para o desenvolvimento e a vitória das lutas para pôr fim ao fascismo e conquistar a liberdade”, não deixando, no entanto, de sublinhar “Não haja porém ilusões. A incapacidade política de Salazar não significa só por si o fim do fascismo.”⁵⁸⁴.

É neste contexto, de amplificação dos movimentos sociais e de debilidade orgânica, que o partido iria reforçar a estrutura das “acções especiais” apenas com dois novos elementos, Francisco Miguel e “Almendra”, recentemente chegados do curso de formação militar na União Soviética. Com a entrada de Francisco Miguel na estrutura, Ângelo Veloso desligou-se das “acções especiais” e a ligação ao Comité Central passou a ser feita pelo recém-chegado. Porém, isto não significava uma mudança de estratégia por parte do PCP, nem a valorização da luta armada. As promessas liberalizantes de Marcelo Caetano eram encaradas com desconfiança no Partido Comunista que designava o marcelismo como um “salazarismo sem Salazar” e considerava que os seus intuitos liberalizantes tinham como objectivo neutralizar e dividir a oposição e isolar os comunistas. De facto, a Acção Socialista Portuguesa (ASP) parecia ter encarado com optimismo as promessas do marcelismo e estaria expectante quanto às futuras decisões do governo. O PCP, por seu lado, procurava não ficar isolado na oposição, exercendo pressões para que a ASP se deslocasse desta atitude expectante. Ao mesmo tempo, procurava enquadrar ou neutralizar os sectores que à sua esquerda se podiam revelar incontroláveis. O combate ideológico do PCP era simultaneamente contra o “oportunismo de direita” e contra o “aventureirismo” e “esquerdismo”. Por isso, o partido procurava encontrar uma plataforma política suficientemente ampla que pudesse neutralizar estas

⁵⁸³Cf: sobre as debilidades orgânicas do PCP entre 1962 e 1968 ver MADEIRA, João, 2011, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de direita”, “Rumo à Vitória” (1949-1965)*, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do Professor Fernando Rosas, p. 542-543

⁵⁸⁴Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, 1975, “*Proclamação do Partido Comunista Português de 22 de Setembro de 1968*”, in “*Documentos do Comité Central, 1965/1974*”, Lisboa, Edições Avante!, p. 81

duas tendências. Para o PCP, essa base de entendimento girava em torno de seis pontos fundamentais: “contra a repressão e pela amnistia, pelo direito de expressão e de pensamento, pelo direito de organização, pelas reivindicações económicas mais urgentes da classe operária e das massas laboriosas, pelo fim da guerra colonial, por uma política externa de paz e de amizade internacional”⁵⁸⁵.

Durante o ano de 1969, a estratégia do PCP foi uma tentativa de aproximação à ASP, procurando criar condições para que a oposição se unisse em torno de uma plataforma reivindicativa e programática comum, com vista a apresentar uma lista única de deputados às eleições legislativas que se realizariam nesse ano. Neste contexto, a opção pela via armada para derrubar o regime continuava em cima da mesa mas suspensa. A estrutura das “acções especiais” continuava a fazer o seu trabalho de consolidação. Armazenavam-se armas e explosivos, protegiam-se as garagens e as instalações onde estava este material, mantinha-se o paiol e a casa que funcionava como laboratório e recrutavam-se novos elementos. Este era um trabalho demorado e cuidadoso. A existência das “acções especiais” devia continuar a ser um segredo muito bem escondido da polícia e do governo, o que obrigava a uma vigilância redobrada e a grandes cuidados com o estabelecimento de contactos e de novos recrutamentos.

4.1 - As eleições de 1969 e a radicalização à esquerda do PCP

A partir de finais do ano de 1968, a principal preocupação do PCP passou a ser as eleições legislativas do ano seguinte. A estratégia política por si definida implicava a apresentação de listas de deputados para concorrer às eleições e o aproveitamento do período de campanha eleitoral para denunciar o governo e a fraude. O PCP procurava encetar entendimentos com a ASP, o que era difícil, e não conseguia dialogar com os sectores da esquerda radical. Nesta fase, o Partido Comunista conseguia estabelecer um diálogo com os sectores da esquerda católica e da esquerda socialista, entre os quais, por exemplo, os que se movimentavam em torno da *Cooperativa Confronto*, no Porto, e da revista *O Tempo e o Modo*⁵⁸⁶. À medida que o ano de 1969 ia avançando, iam-se dissipando as expectativas em relação ao marcelismo, e a ASP passaria a adoptar uma posição mais crítica em relação ao governo, abrindo-se, por isso, condições mais favoráveis ao diálogo com o PCP.

Em Maio de 1969, foi possível realizar o II Congresso Republicano de Aveiro, que contou com mais de 900 participantes e mais de seis dezenas de teses e comunicações. O impacto público

⁵⁸⁵Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português, “*Terceiro mês do governo de Marcelo Caetano. Sem Salazar, o salazarismo continua. Só a luta porá fim ao fascismo*”, Dezembro de 1968, in Partido Comunista Português, *Documentos do Comité Central 1965/1974*, Lisboa, Edições Avante!, p. 134

⁵⁸⁶MADEIRA, João, 2004, “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, in ROSAS, Fernando, OLIVEIRA, Pedro Aires de (coord.), *A Transição Falhada*, p. 106

deste congresso foi enorme, salientando-se sempre que foram apresentadas convergências dos pontos de vista entre as diferentes correntes que formavam a oposição portuguesa. Não obstante, a maioria destas intervenções tinham primordialmente um carácter teórico e não convergiam no sentido imediato de preparar as eleições que se aproximavam. De facto, nas reuniões nacionais de Abril e Junho, em Alcobaça e S. Pedro de Moel, as divergências que opunham os vários grupos que formavam a oposição portuguesa iriam estar em evidência. Por estas reuniões passaram quadros, militantes e activistas dos vários partidos e grupos da oposição, com excepção dos maoistas⁵⁸⁷.

A ASP tinha um interesse relativo na apresentação de uma lista única da oposição às eleições legislativas. Entendia ser preferível que cada grupo se apresentasse individualmente, o que permitiria medir forças ou, no mínimo, dispor de uma representação própria numa organização nacional a constituir-se futuramente, o que significaria conferir-lhe base interpartidária. Porém, os outros grupos da oposição discordavam desta posição e preferiam uma base não partidária, assente em personalidades que, por um lado, apenas indirectamente representariam os diferentes sectores em presença e, por outro, admitiriam a presença de personalidades independentes ou que integravam organizações mais frágeis e difusas⁵⁸⁸.

Do encontro de S. Pedro de Moel saiu a *Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática*, documento em que se procurou consagrar o esforço de entendimento entre as principais forças da oposição. Porém, os consensos eram escassos e frágeis e rapidamente o PCP e a ASP se separaram, no rescaldo de S. Pedro de Moel, o que inviabilizou a apresentação de candidaturas únicas da oposição em todo o país. A ASP lançará a CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, apresentando candidaturas nos distritos de Lisboa, Porto e Braga. O PCP, juntamente com o sector dos católicos progressistas, os socialistas de esquerda e independentes lançará a CDE – Comissões Democráticas Eleitorais, em praticamente todos os distritos do país⁵⁸⁹.

A campanha para as eleições legislativas de 1969 confirmou o carácter repressivo e violento do regime e o recurso à fraude eleitoral. Porém, se o desfecho eleitoral, pelo resultado nas urnas e pela repressão, punha fim a qualquer veleidade com que o regime pudesse ser encarado, também catalisava a radicalização nos meios oposicionistas.

Foi igualmente em 1970 que se produziu uma outra cisão dentro do Partido Comunista. Depois da constituição da FAP, por Francisco Martins Rodrigues, e das FAL, por Eduardo Pons Cruzeiro, um grupo sai do PCP para formar as BR. Este movimento de cisão realizou-se a partir de Paris, com fortes conexões à Argélia e ao interior de Portugal e ocorreu no seguimento de um

⁵⁸⁷MADEIRA, João, 2004, “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, in ROSAS, Fernando, OLIVEIRA, Pedro Aires de (coord.), *A Transição Falhada*, p. 107

⁵⁸⁸MADEIRA, João, 2004, “As oposições de esquerda e a extrema-esquerda”, in ROSAS, Fernando, OLIVEIRA, Pedro Aires de (coord.), *A Transição Falhada*, p. 107

⁵⁸⁹Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

debate muito intenso acerca da violência revolucionária como arma política. O responsável por esta cisão foi Carlos Antunes, destacado militante do PCP, responsável pela organização do partido em Paris e pelos Comitês de Ajuda à Luta do Povo Português, que funcionavam como estruturas legais do Partido nesta cidade francesa.

Carlos Antunes tinha estabelecido ligações com a CDE de Lisboa através de Isabel do Carmo, médica e militante comunista, já em processo de distanciamento do PCP. Em Outubro de 1969, Isabel do Carmo foi a Paris, participar numa actividade da CDE naquela cidade e falou com Carlos Antunes acerca da possibilidade de criação de uma nova organização que passaria, à partida, por criar uma estrutura no interior e outra no exterior, com o objectivo de desenvolver duas componentes, uma militar e outra política, que seriam coordenadas a nível central⁵⁹⁰. Carlos Antunes ainda não estava decidido a sair do Partido Comunista. Ele tinha lançado dentro do partido um processo de contestação à linha política e de crítica à via para o derrube do regime. No seio da polémica estava o papel das acções armadas nesse processo, com Carlos Antunes a reivindicar a passagem imediata a esta forma de luta. Neste processo de contestação interna, ele era seguido por alguns militantes do PCP, que consideravam que o partido devia avançar o mais rapidamente possível para as acções violentas. Porém nenhum deles parecia disposto a avançar com esta forma de luta fora das estruturas do PCP⁵⁹¹.

No Verão de 1970, foi realizada em Paris uma Assembleia da organização de Paris, para debater o caso “Jacques” [pseudónimo de Carlos Antunes]. Carlos Brito foi chamado à capital francesa para ter uma conversa com Carlos Antunes, que tinha reclamado uma conversa com um membro do Comité Central que permanecesse em Portugal, para se inteirar directamente da situação política portuguesa, das lutas políticas e sociais e do papel do partido na condução dessas lutas. Carlos Brito relata que a conversa tida em Paris com Carlos Antunes “foi longa e teve aspectos interessantes, embora me parecesse que já tinha uma decisão tomada e percebesse que não o convencia quando lhe falava do crescendo da luta popular e do reforço do Partido e do seu papel” e considera que Cunhal conduziu este caso com imenso cuidado e procurando fazê-lo sem fugir à habitual inflexibilidade com que tratava os prenúncios de dissidência, mas com maior isenção, “tanto porque queria evitar a dissidência de Carlos Antunes, que no fundo apreciava, e dos camaradas que estavam com ele no interior e no exterior, como, e esta seria a razão mais forte, para atenuar as repercussões de uma eventual dissidência na organização de Paris que, como pude

⁵⁹⁰ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁵⁹¹ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012; Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

observar na Assembleia, tinha muita qualidade, quadros capacitados e influentes”⁵⁹².

Poucos meses depois, Carlos Antunes acabou por abandonar o PCP e por formar as BR juntamente com outros dissidentes, o que, apesar de tudo não afectou significativamente a estrutura do PCP.

O mesmo já não aconteceu na FPLN, que as BR conseguiram influenciar, através de Manuel Alegre, membro da Junta Revolucionária Portuguesa (JRP), o organismo dirigente da Frente, que também já se encontrava em ruptura com o PCP. Ao longo do ano de 1970, as BR conseguiram o apoio de quase todos os membros da Junta, designadamente de Fernando Piteira Santos e Manuel Sertório. A partir daqui, o objectivo era o afastamento do PCP da direcção da FPLN, representado por Pedro Soares, membro do Comité Central. O PCP seria acusado de procurar condicionar as decisões da Junta, designadamente impondo a constituição das delegações da Frente a reuniões internacionais, discordando e impedindo a criação de estruturas da FPLN no interior do país e controlando a *Rádio Voz da Liberdade*⁵⁹³.

Em Setembro de 1970, Pedro Soares foi expulso Junta Revolucionária Portuguesa, mantendo a nova FPLN em sua posse a *Rádio Voz da Liberdade*, que emitia a partir de Argel. Num documento interno a nova FPLN define o seu novo posicionamento político:

“O reconhecimento da necessidade de uma nova aliança de militantes revolucionários definida e construída a partir da unidade dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos intelectuais progressistas, dos soldados, numa palavra, das massas populares; A definição da etapa actual da revolução antifascista, anticolonialista e anti-imperialista, a qual só pode ser realizada pelo povo em armas e só pode ser levada até ao fim na medida em que abrir caminho para a construção do Socialismo em Portugal”⁵⁹⁴.

Logo em Setembro, o PCP reagia à expulsão do partido da Frente, apelidando a manobra de “aventureirismo”, identificando Manuel Alegre e Piteira Santos como os seus autores e acusando-os de se terem apropriado indevidamente da sigla e dos meios da FPLN⁵⁹⁵.

Com esta cisão, o PCP perdia a influência e controlo sobre os sectores mais radicalizados a evoluir para formas de acção violentas, perdia o importante aparelho instalado na Argélia e o apoio do respectivo Governo, isto é, a mais importante plataforma de enlace com os movimentos africanos de libertação nacional. Além disso, via-se na contingência de acelerar o processo de desencadeamento de acções armadas para conseguir adiantar-se e neutralizar futuras iniciativas das BR.

⁵⁹² BRITO, Carlos, 2010, *Álvaro Cunhal – sete fôlegos do combatente*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 53-54

⁵⁹³ Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Manuel Sertório, FPLN/Vários/Textos Div., Texto de Eurico de Figueiredo, Agosto de 1970, p. 3

⁵⁹⁴ Cf: Jorge, Rodrigo, Cardoso, “Guerra em nome da Comissão de reorganização da FPLN, Memorandum”, Arquivo Mário Soares, 4435.673

⁵⁹⁵ Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Manuel Sertório – FPLN/Textos Diversos/4 – “Circular aos núcelos da emigração”, s.d., fs. 1 e 2

5. A ARA

Entre 1968 e 1970, o organismo de acções especiais conseguiu contar com um núcleo de operacionais de aproximadamente 42 pessoas, relativamente estável e bem preparado militarmente, com estruturas e um paiol seguros e tinham já inclusivamente algumas acções planificadas e prontas a ser executadas. Também durante este período fizeram o reconhecimento de locais e organizaram apoios logísticos necessários às acções. Em 1968, vieram para o interior Francisco Miguel e “Almendra”, casado com uma francesa, de quem não nos foi possível obter mais informações, que também terá entrado para a ARA, dando apoio no reconhecimento de locais e no transporte de operacionais e material bélico e explosivo. Em Julho de 1970, Jaime Serra, membro do Comité Central, foi destacado para a ARA. A sua direcção estava assim constituída: Jaime Serra, Francisco Miguel e Raimundo Narciso. A ligação ao Partido Comunista era feita por Jaime Serra através de Joaquim Gomes, membro da Comissão Executiva.

O Comando Central da ARA era responsável pela definição dos alvos, preparação e execução das acções e pela selecção, controlo e acompanhamento dos quadros operacionais e logísticos que militavam na organização. Desta forma, a ARA tinha uma estrutura autónoma do Partido Comunista, embora directamente dependente da sua Comissão Executiva, actuando em consonância com a linha política e objectivos do partido e recebendo apoio financeiro, material e quadros.

As reuniões do Comando Central da ARA tinham sempre a mesma estrutura: iniciavam-se com um ponto político, que era composto por informações sobre a situação política nacional e internacional, dadas pelo elemento que estava ligado ao partido, neste caso, por Joaquim Gomes, quando participava nas reuniões, ou por Jaime Serra. Seguia-se um debate sobre o teor das informações dadas, mas que era sempre muito incipiente pois a vida em clandestinidade não permitia um grande conhecimento da situação política. O segundo ponto das reuniões era sobre questões da organização, e nele eram focados aspectos orgânicos, definidas e planeadas as acções, discutida a obtenção de meios logísticos e de materiais e feita uma ronda pela organização para saber qual era a real situação em que viviam⁵⁹⁶.

A maioria dos quadros das “acções especiais” estavam ligados ao PCP e era o partido que indicava o nome dos elementos que deviam ser contactados para integrarem este organismo. Inicialmente, o recrutamento de operacionais para as “acções especiais” foi bastante difícil, pois o partido mantinha a linha política do “levantamento popular de massas” e condenava todas as experiências de luta armada como “aventureirismo”. Assim, as “acções especiais” eram um

⁵⁹⁶ Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

organismo ultra-clandestino dentro do partido, de que apenas alguns elementos da direcção e do Comité Central tinham conhecimento e para onde eram enviados militantes que se sabia que defendiam a luta armada e que poderiam causar problemas noutros organismos devido às suas ideias mais radicais sobre a forma de luta contra o regime:

“Não podiam meter nisto quadros recentes ou pessoas que não dessem garantias. Esses quadros, em geral, não vinham e o partido tinha a tendência de enviar quadros que não queriam noutros organismos. Geralmente, não enviavam os bons quadros que eram necessários noutros organismos. Eram enviados elementos que tinham propensões para as acções especiais e que para serem enquadrados e não provocarem problemas noutros organismos eram enviados para aqui. As pessoas que vinham para a ARA tinham de estar de acordo com as acções armadas”⁵⁹⁷.

Também houve operacionais que foram recrutados através de contactos individuais efectuados pela direcção das “acções especiais” e da ARA. Estes eram geralmente antigos amigos e companheiros de estudos ou trabalho dos seus membros, em quem estes confiavam e que sabiam que defendiam esta forma de luta.

Nos quadros da ARA havia, contudo, elementos que não estavam ligados ao PCP. Um destes casos é o de Jorge Trigo de Sousa, estudante no IST, quadro da Juventude Universitária Católica, que nunca esteve ligado ao PCP. Estes quadros faziam sobretudo acções de reconhecimento de objectivos e apoio logístico não participando directamente nas operações. Todavia, estavam inseridos em organismos (células), compostos, cada um, por três pessoas, que se reuniam com a periodicidade que cada organismo achasse adequada. Os organismos não tinham conhecimento uns dos outros e Raimundo Narciso refere que nunca chegou a conhecer os organismos controlados por Jaime Serra e Francisco Miguel, assim como eles não conheciam os seus⁵⁹⁸. A compartimentação era uma exigência de uma organização revolucionária e clandestina em que cada um só devia conhecer aquilo que era necessário para a realização das suas tarefas. Assim, podemos dizer que a ARA era uma organização altamente disciplinada, estando os seus membros perfeitamente conscientes dos riscos que corriam ao estarem inseridos na organização e ao participarem na realização de acções armadas.

Na reunião de Maio de 1970 do Comité Central do PCP, a questão da luta armada foi novamente discutida, como consta do *Documento Preparatório da Reunião*, elaborado pelo Secretariado e distribuído para estudo aos membros do Comité Central. Jaime Serra que não estaria presente na reunião do Comité Central, por questões relacionadas com a organização do trabalho da Comissão Executiva, de que fazia parte, enviou uma carta ao Comité Central onde abordava a questão das “acções especiais”, propondo:

⁵⁹⁷Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁵⁹⁸Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

- “1º – Que o problema das “acções especiais” fosse de novo discutido pelo Comité Central e considerado uma tarefa prioritária;
2º – Que de acordo com esta conclusão fossem tomadas medidas apropriadas, entendido como tal a nomeação de um membro do Comité Central que se considerasse reunir as condições necessárias para, em regime prioritário, com prejuízo de outras actividades, ficar com a tarefa fundamental de, num prazo relativamente curto, colocar este aparelho em estado operacional.”⁵⁹⁹

Na reunião do Comité Central ficaria decidido avançar com as acções armadas e Jaime Serra é destacado para a direcção da organização, juntamente com Raimundo Narciso e Francisco Miguel.

Em Outubro de 1970, o PCP deu finalmente orientações para as “acções especiais” avançassem. Para tal, muito contribuiu o clima de radicalização que se fazia sentir da sociedade portuguesa, principalmente nos meios mais jovens e estudantis, as primeiras tentativas de luta armada por parte da LUAR, o aparecimento de vários grupos de esquerda radical que defendiam o recurso à luta armada, bem como o eminente afastamento do PCP da FPLN e da Junta Revolucionária Portuguesa e a constituição das BR. Perante este clima, ou o PCP se antecipava ou era ultrapassado pela esquerda radical. Estava na hora de passar à acção.

5.1. Acções Armadas

5.1.1. O *Cunene*

A acção do *Cunene* começou a ser planeada em Agosto de 1970 com o reconhecimento dos navios e dos locais onde se poderia desenrolar a acção. Em Setembro, o plano estava elaborado e o alvo escolhido: um navio aportado em Lisboa e que seria utilizado no transporte de tropas para a guerra. Porém, as dificuldades de comunicação na clandestinidade não permitiram que Gabriel Pedro chegasse de Paris a tempo.

Com a chegada, na segunda metade de Outubro, do paquete *Vera Cruz*, um dos principais navios de transporte de tropas para África, e do *Cunene*, o mais moderno cargueiro das linhas de África, surgia nova oportunidade. Por esta altura, Raimundo Narciso e Victor d'Almeida d'Eça faziam o reconhecimento do porto de Lisboa e de toda a zona ribeirinha.

O plano inicial consistia em capturar um barco de remos na praia de Algés que seria manobrado por Gabriel Pedro rio acima. Com ele seguiria Carlos Coutinho, militante do PCP que passou a integrar a ARA, que ficaria responsável por colocar as cargas explosivas no paquete *Vera Cruz*. Depois abandonariam o barco e o local. Quando Gabriel Pedro chegou de Paris inteirou-se do essencial da operação e inspeccionou o trajecto, designadamente na doca de Algés. A partir dessa altura, Raimundo Narciso passou a marcar para Algés todos os encontros com os operacionais que

⁵⁹⁹SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições de Avante!, p. 27

iam participar na acção. Estudaram os percursos e as horas dos encontros, de forma a não se cruzarem, evitando assim a descompartimentação, isto é, a identificação de um operacional por outro sem que isso fosse essencial à acção, aspecto essencial para a segurança dos próprios operacionais da ARA.

Quando toda a operação estava planificada, e apenas dois dias antes da data marcada, Gabriel Pedro disse que havia estudado melhor o plano e propôs que fosse alterado. O barco devia ser capturado na doca do Poço do Bispo e não em Algés. Isso significou mexer em todos os procedimentos e tarefas já distribuídas pelos operacionais. Também significava que teriam de fazer um percurso maior e colocar as cargas explosivas mais tarde. Mas, Gabriel Pedro estava irredutível. Foram então à doca do Poço do Bispo onde refizeram todo o plano. De seguida, Raimundo Narciso contactou os restantes operacionais para os avisar da mudança de planos e marcou novos encontros para lhes dar os pormenores da acção e fixar as tarefas de cada um.

No dia 26 de Outubro estava de novo tudo a postos. Às 21:45, numa rua pouco movimentada do Bairro da Encarnação, dá-se o encontro entre Raimundo Narciso e Carlos Coutinho, responsável pela colocação da bomba. De seguida, Carlos Coutinho devia seguir para o local combinado junto ao rio para se encontrar com António João Eusébio e Manuel Policarpo Guerreiro que já o aguardariam. Aí, esperariam que Raimundo Narciso lhes levasse as cargas explosivas e seguiriam para o ponto em que Carlos Coutinho entraria no barco a remos. Depois, Raimundo Narciso seguiu para o encontro com Gabriel Pedro, perto do ponto de arranque da operação, a doca do Poço do Bispo⁶⁰⁰.

A Gabriel Pedro cabia o papel mais importante de toda a operação; apropriar-se de um barco a remos que ele próprio escolhera na doca do Poço do Bispo e já com Carlos Coutinho e com as bombas a bordo, remar Tejo abaixo até ao Vera Cruz. Gabriel Pedro era um velho militante comunista, bastante conhecido nos meios oposicionistas, com setenta e dois anos de idade, em 1970, que tinha estado vários anos preso no Tarrafal. Tinha sido pescador no rio Tejo e dizia que ninguém conhecia tão bem o rio como ele. Durante a sua vida foi entrando e saindo do partido na sequência de conflitos ideológicos, não se vergando à disciplina e obediência partidárias. Foi sempre um adepto incondicional da luta armada. Em 1958-59, fora do PCP, congemina planos para desencadear acções armadas, sendo muito influenciado pela Revolução Cubana. Em 1964, exilou-se em Paris e cinco anos mais tarde, numa reunião de quadros manifestou a Cunhal a sua intenção de participar em acções armadas. Nessa reunião, em que foi analisado o caso “Jacques”, já se sabia que o partido ia avançar com a acção de sabotagem de um navio e que Gabriel Pedro tinha

⁶⁰⁰Sobre a acção do *Cunene* Cf: NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 33 a 52; SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições de Avante!, p. 41 a 47

sido escolhido para vir a Portugal participar na acção, apesar da idade e de já estar muito doente. Isto, apesar de Carlos Antunes o querer aliciar para as BR.

Segundo Carlos Brito, “O Secretário-Geral teve nessa reunião um grande aliado, o lendário Gabriel Pedro, muito querido da organização, que já sabia então que viria a Portugal participar num atentado da ARA e por isso pôde assegurar com toda a convicção que o Partido não rejeitava e até se preparava para a realização de acções armadas. Gabriel Pedro já estava então muito debilitado. Durante os três dias que durou a Assembleia tinha que sair de vez em quando para descansar. Quando estava ausente, Cunhal aproveitava os intervalos para o visitar. Num deles convidou-me para o acompanhar. Eu conhecia mal o Gabriel Pedro e ao vê-lo prostrado fiquei estarrecido. Sabia, em razão das minhas responsabilidades no interior, que era ele quem ia entrar no país para participar em determinada tarefa de grande risco. Por isso perguntei: “Mas achas, Álvaro, que ele está em condições físicas para ir ao interior participar na tal tarefa?” Respondeu-me: “E como negar-lhe essa última vontade a coroar toda uma vida de revolucionário? Trata-se de uma tarefa a realizar no Tejo e ele diz que ninguém conhece o Tejo como ele. É a perspectiva dessa tarefa que lhe dá vida”⁶⁰¹.

Para descobrir o local adequado para a embarcação dos explosivos, Raimundo Narciso e Victor d' Almeida d'Eça fizeram o reconhecimento da margem do rio, de Algés a Moscavide. O local escolhido foi um sítio frente à refinaria SACOOR, no chamado Cais da Italiana. As cargas explosivas tinham sido montadas no laboratório da organização em Arruda dos Vinhos, por Raimundo Narciso e Francisco Miguel, e transportadas para um sítio seguro em Alcântara, já trazendo o detonador colocado e os relógios regulados para as cinco horas da manhã.

Já a bordo do pequeno barco, Carlos Coutinho e Gabriel Pedro, pareciam dois pescadores que estavam na sua faina naquela noite. Ninguém suspeitaria, a menos que revistassem o barco e aí não havia grande margem para iludir a polícia. A meio do percurso no rio quase que iam chocando com um cargueiro mas, graças à perícia de Gabriel Pedro, contornaram o obstáculo e chegaram ao destino sem incidentes. Quando se aproximaram do pacote *Vera Cruz* viram vir rio acima uma patrulha da polícia marítima que parou numa posição que não permitia qualquer progressão a Gabriel Pedro. Como as cargas explosivas estavam preparadas para explodir às cinco da manhã, tinham de decidir o que fazer. Assim, optaram por colocá-las no *Cunene*, não só mais próximo mas num ângulo que favorecia a aproximação sem a observação da polícia.

A colocação das bombas não foi uma tarefa fácil. O costado do navio tinha de estar suficientemente limpo para os imanes aderirem nele, pelo que Carlos Coutinho utilizou uma escova de aço para dar uma limpadela ao local onde as bombas seriam colocadas. A carga explosiva teria

⁶⁰¹BRITO, Carlos, 2010, *Álvaro Cunhal – sete fôlegos do combatente*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 55

de ficar toda dentro de água. Depois de várias tentativas, em que Carlos Coutinho esteve em risco de cair ao rio, as bombas foram colocadas no casco do navio, debaixo de água, após o que abandonariam o local⁶⁰². Gabriel Pedro partiu, no dia seguinte, para Paris, onde viria a falecer em Fevereiro de 1972.

No dia seguinte, 27 de Outubro, os jornais traziam a notícia da ocorrência de uma explosão no *Cunene*. O *Século* trazia uma fotografia do navio, vendo-se uma lancha com homens-rã que inspeccionavam a extensão do rombo aberto no casco⁶⁰³. O *Diário de Notícias* trazia uma reportagem sobre o acontecimento, tendo o jornalista entrevistado os moradores da zona que garantiam ter ouvido duas explosões, os estivadores do porto e o comandante do barco, que garantia que o rombo no casco seria rapidamente reparado e não alteraria a data de partida do navio para África, programada para 4 de Novembro. O comandante também dizia que o rombo teria sido motivado por um encanamento de gásóleo ou gases no porão⁶⁰⁴.

O Comando Central da ARA reuniu-se no dia seguinte ao atentado para proceder ao balanço da acção e elaborou o comunicado, que seria lido por Jaime Serra, para a *Reuter*, *France Press* e *United Press*. Foi nesta ocasião que surgiu o nome Acção Revolucionária Armada, sugerido por Raimundo Narciso, pois era preciso dar um nome à organização que reivindicava a acção. Neste comunicado, a ARA reivindicava o ataque ao *Cunene* e inseria-o dentro do contexto da luta contra a guerra colonial, mas ressaltava que não estava contra os soldados e oficiais portugueses mas sim a favor da luta dos povos das colónias:

“[...] Em virtude desta acção ficou alagado e imobilizado na doca de Alcântara, em Lisboa, com um grande rombo, o navio CUNENE [maiúsculas no original], de 16 000 toneladas que é utilizado para alimentar a guerra colonial. O Comando Central da ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA ARMADA [maiúsculas no original] declara que ao atacarmos a máquina de guerra que alimenta a guerra colonial não estamos contra os soldados, os sargentos e oficiais honrados, forçados a fazer uma guerra que odeiam. Estamos, sim, contra a continuação desta criminoso guerra de opressão colonial que se tornou um flagelo para os povos de Angola, Guiné e Moçambique e num cancro que corrói a nação, que queima vidas e bens do povo português para servir os interesses de um punhado de monopolistas sem pátria. Estamos solidários com a justa luta libertadora dos povos coloniais”⁶⁰⁵.

Ao mesmo tempo, reafirmavam-se, no comunicado, a linha política defendida pelo Partido Comunista Português de que a via para o derrube do fascismo era a luta de massas e inseriam as

⁶⁰²Sobre a acção do *Cunene* Cf. NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 33 a 52; SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições de Avante!, p. 41 a 47

⁶⁰³“Duas explosões a bordo do navio *Cunene*”, *O Século*, 27 de Outubro de 1970, p. 1

⁶⁰⁴“Duas violentas explosões provocaram um rombo num porão do navio *Cunene* atracado à muralha de Alcântara”, *Diário de Notícias*, 27 de Outubro de 1970, p. 4

⁶⁰⁵ IANT/TT – PIDE/DGS – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 - “Comunicado da ARA”, 26 de outubro de 1970, pasta 1, fls. 1

acções da ARA dentro desta via afirmando: “A ACÇÃO REVOLUCIONÁRIA ARMADA [maiúsculas no original] propõe-se conduzir a sua acção revolucionária no quadro da luta geral do povo português contra a ditadura fascista e pela conquista da liberdade. Deste modo, a ARA não se desliga da luta revolucionária das massas, da luta dos operários e camponeses, da luta dos estudantes e intelectuais revolucionários contra a política fascista do governo de Marcelo Caetano; antes se propõe secundá-la até chegar à insurreição popular armada que destruirá para sempre a ditadura fascista”⁶⁰⁶.

5.1.2. Uma tripla acção – Escola Técnica da PIDE, Centro Cultural dos Estados Unidos da América, Cais da Fundação

Nas reuniões do Comando Central que se seguiram à acção do *Cunene* foram escolhidos novos alvos da organização. Uma das hipóteses era colocar uma bomba na sede da PIDE/DGS. Porém, consideraram que a ideia não podia ser posta em prática porque o local era praticamente inacessível e seria quase impossível atingir a sede sem provocar vítimas. Foi então avançada a hipótese da Escola Técnica da PIDE.

A acção na Escola Técnica da PIDE, que se situava junto à Estrada de Benfica, permitiria à ARA atingir o regime e os seus aparelhos repressivos. Todavia, no curso da discussão começou a ser equacionada a hipótese de atingirem vários alvos e vários objectivos em simultâneo, ganhando forma uma acção que atingisse o imperialismo, simbolizado pelos Estados Unidos da América, daí que tivesse sido avançada a ideia de atacar o Centro Cultural dos Estados Unidos, na Avenida Duque de Loulé, em Lisboa, cuja segurança apesar de estar a cargo da PSP, não parecia difícil de executar. Em terceiro lugar, escolheram um alvo militar. Como tinham informação de que o navio *Niassa* estava prestes a partir para as colónias com equipamento militar, fixaram esse alvo⁶⁰⁷. Estas três operações, a desencadear simultaneamente, simbolizavam três frentes de luta política: contra a repressão, contra a guerra colonial e contra o imperialismo.

Nesta reunião foi ainda decidida a constituição dos grupos de operacionais para cada acção e respectiva movimentação, bem como os explosivos e formas de utilização.

5.1.2.1. A Escola Técnica da PIDE

A colocação do engenho explosivo na Escola Técnica da PIDE/DGS parecia ser a acção de mais fácil realização, embora comportasse aspectos a considerar: a bomba ia ser colocada na rua,

⁶⁰⁶ IANT/TT – PIDE/DGS – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 - “Comunicado da ARA”, 26 de outubro de 1970, pasta 1, fls. 1

⁶⁰⁷ NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 93

junto da Escola, que se situava na Estrada de Benfica, ou seja, numa zona no centro de Lisboa, e, apesar de pouco movimentada à noite, era imprevisível que alguém pudesse passar no momento da explosão ou mexesse na caixa que estava na rua com a carga explosiva.

De facto, desta acção resultou a morte de um jovem de 15 anos que regressava do trabalho. Não se sabe se ele tentou tocar e abrir a caixa que continha a carga explosiva ou se apenas ia a passar quando ocorreu a explosão. A engenho explosivo tinha sido ali deixado apenas vinte minutos antes da hora regulada (quatro horas da manhã), para diminuir esses imprevistos. No dia seguinte, os jornais ao noticiarem as explosões relataram a morte, que inicialmente a PIDE/DGS supôs tratar-se de um operacional da ARA⁶⁰⁸.

Esta foi a única acção da ARA em que se verificou um incidente desta natureza. Não obstante a ARA atribuir a culpa desta morte ao regime e considerar que o jovem foi uma vítima do fascismo e da repressão, também equacionou que tinha sido um erro colocar um invólucro explosivo no exterior de um edifício e nunca mais voltaram a escolher alvos próximos da via pública⁶⁰⁹.

5.1.2.2 – O Cais da Fundição

Através de António Pedro Ferreira, militante do PCP que trabalhava na Direcção de Serviço de Transportes do Exército, o Comité Central da ARA tomou conhecimento que o navio *Niassa*, acostado no Cais da Fundição, ia transportar armamento para as colónias, o que o tornava um bom objectivo militar. O navio era fretado pelo exército e transportava também encomendas para os soldados que estavam nas colónias. Desta forma, a ideia era enviar uma encomenda destinada a um soldado contendo uma bomba pronta a explodir.

Foi construído um caixote igual ao que os navios costumavam transportar no porão com os pertences dos soldados e aí, entre roupa, sapatos, pratos, objectos caseiros e livros, foi colocada uma grande carga explosiva ladeada por uma carga incendiária e dois relógios acoplados, para a eventualidade de um falhar. Os relógios estavam programados para a bomba explodir dezoito horas depois do despacho. O caixote levava também cintas de aço para dissuadir qualquer curiosidade de abrirem, perfeitamente igual a um qualquer caixote de um militar na guerra a quem a família enviava objectos. A explosão ocorreu às seis horas da manhã, o que acordou os habitantes dos bairros em redor⁶¹⁰.

O navio *Niassa* não foi atingido porque, por motivos burocráticos, o embarque do material

⁶⁰⁸IAN/TT-PIDE/DGS, Pr. 150/73 SC, PC, UI: 6362-6365 – “Relatório Secreto da sabotagem à Escola Técnica da PIDE/DGS”, s.d. p. 541

⁶⁰⁹IAN/TT – PIDE/DGS – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 - Comunicado da ARA “Tripla Acção contra a Escola da PIDE/DGS, o navio *Niassa* e o Centro Cultural dos EUA”, 21 de Novembro de 1970, pasta1, fls. 7

⁶¹⁰Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

em armazém, incluindo o caixote com a carga explosiva, foi adiado por 24 horas, pelo que, ao contrário do que estava planeado, na altura da explosão o caixote ainda não se encontrava no porão do navio mas estava no armazém, no Cais da Fundação.

5.1.2.3. O Centro Cultural Americano

No Centro Cultural Americano, o plano consistia na colocação de uma bomba no interior do edifício, programada para explodir de madrugada. A principal dificuldade era entrar com a bomba, pelo que foi decidido que devia ir dentro de um livro de lombada grossa, igual a algum que existisse no Centro Cultural. O operacional escolhido foi “Romeu”⁶¹¹, furriel miliciano a cumprir o serviço militar obrigatório nos Comandos.

Umas semanas antes da acção, “Romeu” foi ao Centro Cultural para fazer o reconhecimento do local e estudar a melhor forma de lá colocar a carga explosiva. Escolheu uma prateleira que tinha livros de grossa lombada e comprou num alfarrabista um livro em inglês muito semelhante aos que se encontravam na prateleira. No laboratório da ARA foi aberta no interior do livro uma cavidade à medida para meio quilo de plástico explosivo, um relógio de pulso e uma pilha minúscula. O livro foi colocado dentro de uma caixa de camisa que foi embrulhada para parecer um presente.

No dia definido para acção, “Romeu” entrou no Centro Cultural, perto das 18:30, com a caixa de camisa debaixo do prazo, pediu para ver os livros e foi andando pela biblioteca a folhear livros até todos os utentes se terem ido embora. Nessa altura, dirigiu-se à prateleira escolhida, abriu a caixa de camisa, através de uma face lateral disfarçadamente amovível, tirou da estante um livro previamente escolhido e no seu lugar colocou o que continha a bomba. Na caixa colocou o livro que tirou da prateleira e perto das sete horas, hora do fecho, saiu da instituição com a caixa de camisa debaixo do braço. Às 4:30 da madrugada a bomba explodiu e os vidros projectados pelas montras partidas atingiram sem gravidade dois guardas da PSP de vigilância ao Centro Cultural e à Embaixada Americana, um guarda-nocturno e uma enfermeira que descia a Avenida Duque de Loulé⁶¹².

A PIDE/DGS nunca conseguiu descobrir a forma como a bomba entrou no Centro Cultural e os peritos concluíram que alguém devia ter entrado pela janela das traseiras⁶¹³.

⁶¹¹Utiliza-se o nome dado a este operacional por Raimundo Narciso no seu livro sobre a ARA, uma vez que os três elementos da organização que sabem quem ele é não estão autorizados a fornecer a sua identificação. Podemos, contudo, referir que era militar das tropas especiais, tinha estado na guerra em Angola e participou apenas na acção do Centro Cultural Americano. Era um antigo conhecido de Raimundo Narciso que o recrutou para a execução desta acção.

⁶¹²NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 97-98

⁶¹³IAN/TT-PIDE/DGS, Pr. 150/73 SC, PC, UI: 6362-6365, vol. 1 – “Relatório Secreto do atentado ao Centro Cultural Americano”, s.d., p. 542

Tal como planeado, naquele dia 20 de Novembro de 1970, três bombas deflagraram em três sítios diferentes da cidade de Lisboa atingindo três símbolos da luta contra a oposição ao regime. Os jornais deram grande destaque ao sucedido, publicando notícias desenvolvidas sobre as acções, reproduzindo as declarações do major Silva Pais, chefe da PIDE/DGS e descreveram os danos materiais e humanos provocados. A PIDE/DGS ainda não se tinha apercebido que a ARA era uma organização ligada ao PCP e considerava-a um grupo maoísta: “Interrogado sobre se as três explosões teriam ligação entre si, o major Silva Pais manifestou o parecer de que assim devia suceder. Atribuindo a autoria das mesmas a elementos comunistas da facção terrorista (maoístas), observou que deve ter havido a intenção de demonstrar a luta sem quartel que movem aos inimigos do comunismo.”⁶¹⁴. Silva Pais chegou mesmo a dizer que “tais métodos terroristas não se inserem na linha de orientação do Partido Comunista tradicional que condena, aliás, a prática de actos de violência”⁶¹⁵.

A PIDE/DGS só se apercebeu da ligação da ARA ao PCP na acção seguinte: a sabotagem na base aérea de Tancos.

5.1.3. Operação “Águia Real” - A sabotagem na base aérea de Tancos

Uma das maiores operações da ARA foi a sabotagem na base aérea de Tancos, na madrugada de 8 de Março de 1971, e que se saldou pela destruição de dezenas de aviões e helicópteros militares.

Ainda em Agosto de 1970, Jaime Serra ligou Raimundo Narciso o jovem cabo miliciano da Força Aérea, Ângelo de Sousa. Começou a ser nesse dia ponderada a possibilidade de a ARA realizar uma acção na Base Aérea nº 3, onde Ângelo de Sousa cumpria serviço militar e estava a tirar um curso de piloto. Quinze dias depois, num novo encontro entre Raimundo Narciso e Ângelo de Sousa, este traria a ideia de uma operação que consistia na sabotagem de aviões militares. Um comando da ARA introduzir-se-ia de noite num hangar, armadilharia o local com cargas explosivas, fazendo-as explodir, conseguindo destruir todo esse equipamento.

Ângelo de Sousa sabia que o cabo responsável pelo hangar costumava emprestar as chaves do mesmo a oficiais e sargentos que iam lá de noite abastecer os depósitos dos seus carros com gasolina dos aviões antes de partirem de fim-de-semana. Assim, pedir-lhe-ia a chave para abastecer o depósito do carro do furriel que costumava dar-lhe boleia nas folgas. Na posse da chave, entregá-la-ia a Jaime Serra que trataria de obter uma cópia. Porém, no encontro seguinte, Ângelo de Sousa informou-os que o esquema do roubo da gasolina tinha sido descoberto por um capitão e que tinha

⁶¹⁴“Três explosões registadas ontem em Lisboa”, *Diário de Notícias*, 21 de Novembro de 1970, p. 12

⁶¹⁵“Três bombas explodiram em Lisboa”, *O Primeiro de Janeiro*, 21 de Novembro de 1970, p. 5

sido aberto um inquérito de averiguações, pelo que o esquema das chaves se tornava impossível. A execução do plano ficava em suspenso, aguardando oportunidade mais favorável, mas, dado o seu potencial impacto, o Comando Central decidiu prosseguir com as medidas preparatórias. Em meados de Novembro, Ângelo de Sousa informava que o processo do roubo de gasolina fora arquivado sem provas e que tinha sido retomado o abastecimento ilícito, pelo que o plano podia prosseguir⁶¹⁶.

O plano consistia na entrada no quartel de um comando de operacionais da ARA fardados de militares, que Ângelo de Sousa apresentaria ao sargento de guarda à Porta de Armas como militares da Base Aérea da Ota. Estes dirigir-se-iam aos hangar e colocariam uma carga explosiva em cada uma das aeronaves e cargas incendiárias em algumas delas, montando um circuito eléctrico para explosão simultânea.

O comando seria composto por Ângelo de Sousa, Carlos Coutinho e António João Eusébio. Carlos Coutinho deveria assumir o comando da operação, e com Ângelo de Sousa, ficaria responsável pela montagem de todo o dispositivo explosivo. A coordenação da acção ficaria a cargo de Raimundo Narciso que não se aproximaria da base. O transporte dos operacionais seria feito em carro alugado. Como Ângelo de Sousa seria certamente identificado e perseguido pela polícia, deveria, após a acção ficar resguardado num apartamento em Lisboa até o partido o conseguir pôr, em segurança, no estrangeiro.

Na quinta alugada em Arruda dos Vinhos, onde funcionava o laboratório central, Raimundo Narciso, Francisco Miguel e Maria Machado Castelhana Pulquério, esposa de Raimundo Narciso, simulavam o que se passaria no hangar e passavam em revista todos os aspectos técnicos da operação.

Segundo Raimundo Narciso, uma operação desta envergadura revestia-se de grande complexidade técnica. A organização não dispunha de todos os recursos indispensáveis para a realização de acções de sabotagem, tal como preceituavam os manuais militares, que eram afincadamente estudados pelos membros do Comando Central. Muitas vezes era necessário procurar materiais que os substituíssem e que fossem adequados às condições concretas em que o comando ia actuar⁶¹⁷.

No laboratório conseguiram ligar em série e em paralelo 20 pilhas de quatro volts e meio que garantiam uma intensidade e tensão eléctrica que julgavam ser suficientes para os vinte e seis detonadores que iriam despoletar igual número de cargas. Para isso construíram detonadores pirotécnicos electrificados, montando uma rede eléctrica na casa que dava várias voltas à sala e ao

⁶¹⁶ NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 121 a 123

⁶¹⁷ Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

corredor. Este dispositivo foi testado e a sua potência medida com aparelhos muito sensíveis desviados da Alfândega de Lisboa por elementos ligados ao aparelho logístico da ARA. Foi também no laboratório que se fabricaram as cargas incendiárias que iriam ser utilizadas⁶¹⁸.

No dia 7 de Março de 1971, um domingo, ao anoitecer, o comando que ia executar a acção reuniu-se no apartamento da ARA da Avenida dos Estados Unidos da América e voltaram a atestar todo o dispositivo eléctrico.

Dali, o comando partiu directamente para Tancos em viaturas estacionadas discretamente em ruas próximas com os depósitos atestados. Em Tancos, entraram facilmente na Base sem revistas ou formalidades, tal como previsto. Entraram no hangar com a chave falsa, procederam ao reconhecimento do local, confirmando as dimensões, observando a distribuição dos helicópteros e aviões; de seguida desenrolaram os cabos eléctricos, colocaram um quilo de trotil em cada aparelho, bem apertado para aumentar o efeito da explosão e junto aos depósitos de gasolina. Depois estabeleceram as ligações entre cada carga e os cabos eléctricos centrais que corriam ao longo do hangar. Por fim, ligaram a última ficha que ia estabelecer a ligação das cargas às pilhas. Se o sistema de relógios não estivesse a funcionar correctamente esse contacto iria provocar uma explosão e a morte dos operacionais. Era a parte mais arriscada da operação, ainda que todo o sistema tivesse sido visto e revisto de modo a garantir a segurança dos operacionais, pois durante a viagem de Lisboa a Tancos alguma daquelas minúsculas máquinas poderia ter avariado. Quando o sistema já estava todo montado, Carlos Coutinho “selou” o dispositivo, arrastando para junto da porta uma armadilha que accionaria todo o mecanismo explosivo caso alguém tentasse entrar⁶¹⁹.

Os três operacionais conseguiram sair da base aérea de Tancos sem que ninguém suspeitasse das suas actividades. Às 3:45 da manhã ocorreu a explosão na base aérea de Tancos, provocando um grande incêndio que destruiu totalmente cinco helicópteros e oito aviões, atingiu, em diferentes graus mas de forma recuperável, quinze aeronaves e provocou grandes danos no hangar.

O relatório do capitão António Perestrelo da Silva para a Secretaria de Estado da Aeronáutica, classificado como secreto, descreve todo o sistema de relojoaria e de fios condutores que fora montado no hangar, as aeronaves que tinham sido atingidas e as cargas explosivas que tinham sido encontradas⁶²⁰.

No comunicado divulgado à imprensa, a ARA reivindicava a autoria da acção, sublinhando a

⁶¹⁸NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 128 a 130

⁶¹⁹SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante, p. 52

⁶²⁰IAN/TT – PIDE/DGS – Pr. 150-73 SC PC, NT: 6362-6365, Vol. 1 - “Relatório secreto da Secretaria de Estado da Aeronáutica” acerca do sistema eléctrico de detonação e explosivos utilizados na sabotagem dos aviões do Hangar Norte da Base Aérea nº 3 (Tancos), fl. 755-757

complexidade da operação, a coragem dos operacionais do comando que a executou e o êxito de que ela se revestiu. Insere-a também na luta do povo português contra a guerra colonial e salienta que “para o seu êxito contribuiu decisivamente o sentimento anticolonialista cada vez mais predominante entre os soldados portugueses, filhos do povo fardados”⁶²¹.

Rapidamente a polícia começou a procurar os autores da sabotagem e o nome de Ângelo de Sousa apareceu como o cabo miliciano que teria participado activamente na acção. As suas fotografias, fardado e à civil, foram divulgadas em todos os órgãos de comunicação, acompanhados por uma nota que o acusava de ser suspeito da destruição dos aviões na Base Aérea de Tancos, de usar várias identidades falsas e de se fazer passar por oficial da Força Aérea regressado do Ultramar⁶²².

Só depois desta operação é que a PIDE/DGS passou a associar a ARA ao PCP, uma vez que uma operação desta envergadura e complexidade só poderia ser levada a cabo por uma organização bem estruturada e com um aparelho logístico e técnico eficaz. E, na perspectiva da polícia, só o PCP é que disporia de estruturas, operacionais e implantação para conduzir com êxito uma operação tão complexa como esta⁶²³.

Depois desta operação, a ARA recebeu as felicitações formais do Comité Central do PCP que saudava o aparecimento da ARA como “um importante acontecimento político na vida política nacional”, reafirmava a “justeza política” das acções contra a guerra colonial, o fascismo e o imperialismo, e considerava que estas criaram “uma onda de entusiasmo e deu maior confiança à luta popular no caminho da insurreição armada”⁶²⁴.

A ARA recebeu também uma felicitação pessoal por parte do Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, que considerava que a acção em Tancos havia tido “elevado significado e projecção política” mas, aproveitando também a oportunidade para dar algumas orientações gerais à organização numa manifestação clara sobre quem a dirigia efectivamente do ponto de vista político.

“A defesa da vossa organização; a justa avaliação da conjuntura política e do efeito de cada acção a empreender; o esforço para se ser eficiente, tendo sempre em conta a força real de que se dispõe e a força e dispositivos do inimigo; a iniciativa e audácia, que se não confundam de forma alguma com impaciência e precipitação; o esforço para tirar o máximo partido da surpresa e para melhor colher o inimigo onde ele possa estar desprevenido; um cuidadoso trabalho para atingiros objectivos sem deixar rasto, nem pistas – tais nos parecem

⁶²¹ IANT/TT – PIDE/DGS – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 - “Comunicado da ARA. Sabotagem à Base Aérea de Tancos”, 8 de Março de 1971, pasta 1, fls 14-15

⁶²² “Procurado por suspeita de ter destruído e danificado aeronaves de Tancos”, *Diário de Notícias*, 23 de Março de 1971, p.1

⁶²³ IAN/TT-PIDE/DGS, Pr. 18327 SC CI(2), UI: 7814 – Relatório da PIDE intitulado “As últimas três explosões”, 15 de Novembro de 1971, p. 22 a 26

⁶²⁴ Saudação do Comité Central do PCP ao Comando Central da ARA, in SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante, p. 74

ser algumas das normas essenciais para a continuidade e o progresso da vossa acção⁶²⁵.

Mas, Álvaro Cunhal não deixava de ressaltar que ainda era muito reduzida a experiência do movimento revolucionário português nesta forma de luta e que a ARA deveria retirar a máxima experiência de todas as acções de forma a aperfeiçoar as actividades futuras⁶²⁶.

5.1.4. Acção contra a reunião da NATO

No dia 3 de Junho de 1971, realizava-se em Lisboa uma reunião do Conselho do Atlântico Norte que traria a Portugal vários ministros de países membros da NATO, bem como centenas de jornalistas internacionais para a cobertura da reunião. Marcelo Caetano tinha anunciado com muita pompa a sua realização, pois era a primeira em muitos anos que se realizava em Lisboa.

Perante a importância e a repercussão internacional desta reunião, o Comando Central da ARA decidiu realizar uma acção que chamasse a atenção da comunicação social internacional para o problema da guerra colonial e para a luta da oposição portuguesa.

A hipótese de uma acção que implicasse um corte nas telecomunicações já tinha sido equacionada anteriormente mas ainda não tinha havido oportunidade de a realizar. A reunião da NATO parecia ser a oportunidade perfeita para o efeito. Alberto Serra, irmão de Jaime Serra, era técnico na central de telefones e telecomunicações nas instalações dos CTT na Praça D. Luís, em Lisboa, e conhecia toda a rede de comunicações e galerias subterrâneas por onde passavam os fios e cabos que constituíam o ponto nevrálgico de todas as comunicações radiotelegráficas e telefónicas com o país e o estrangeiro. Todos os cabos percorriam uma galeria disposta ao longo do passeio, cujo acesso, pelo exterior, se fazia a partir de uma entrada no passeio, fechada por uma tampa de ferro removível.

Na madrugada do dia 3 de Junho, três operacionais, vestidos com as fardas dos operários da empresa de telecomunicações dirigiram-se ao local, a Central de Telecomunicações, no Largo D. Luís I, para colocar duas cargas explosivas acopladas a dois relógios de pulso amestrados para ligarem a corrente eléctrica das pilhas aos detonadores, e programadas para explodir às 3:30 minutos. O comando que realizou esta acção era constituído por Carlos Coutinho, que chefiava a operação, António Eusébio e Alberto Serra, coordenados por Raimundo Narciso⁶²⁷.

À hora programada, uma grande explosão abalou o centro de Lisboa, verificando-se a interrupção total das comunicações durante seis horas. Lisboa ficou isolada do resto do país e do

⁶²⁵Saudação de Álvaro Cunhal ao Comando Central da ARA, in SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante, p. 75-76

⁶²⁶Saudação de Álvaro Cunhal ao Comando Central da ARA, in SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante, p. 75-76

⁶²⁷SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante, p. 79-80

mundo e a explosão causou grande embaraço ao regime que, nesse dia, recebia os seus parceiros da NATO. No dia seguinte, a acção da ARA era noticiada um pouco por todo o mundo e a cobertura mediática à luta da oposição portuguesa adquiria projecção internacional, com notícias desta acção a serem publicadas no jornal francês *Le Figaro* e no jornal inglês *The Guardian* e transmitidas pela emissão de rádio em português da BBC e da Rádio da Alemanha Ocidental⁶²⁸.

Nos planos da ARA, para essa noite (3 de Junho), estava ainda o corte da energia eléctrica em Lisboa, com o objectivo de impedir a transmissão pela Rádio e Televisão do discurso de Marcelo Caetano na Assembleia Nacional.

Para a realização desta acção tinham sido formados três grupos: um composto por Raimundo Narciso e Ramiro Morgado; outro por Carlos Coutinho e António Eusébio e um terceiro constituído por Francisco Miguel, Manuel dos Santos Guerreiro e Manuel Policarpo Guerreiro. Os dois primeiros compunham um comando e actuariam em Sacavém e o terceiro em Belas. O comando que operava em Sacavém era o mesmo que tinha colocado as bombas na Central de Telecomunicações, pelo que realizou duas acções na mesma noite, seguindo directamente de Lisboa para Sacavém.

Esta operação acabou por não correr tão bem como o pretendido, pois as cargas explosivas não foram suficientes. Em Sacavém foi derrubado apenas um poste, enquanto dois ficaram cortados mas não caíram e o quarto sofreu um corte em duas pernas. Em Belas, por sua vez, dois postes foram parcialmente cortados mas também não foram derrubados. Mesmo assim, conseguiram perturbar a rede eléctrica e a corrente faltou em algumas regiões de Lisboa, incluindo no Palácio da Ajuda, local onde decorreria a reunião da NATO⁶²⁹.

No seu comunicado, a ARA refere que estas acções foram uma manifestação de protesto contra a reunião do Conselho Ministerial da NATO, que, “além de uma manifestação belicista e imperialista”, demonstrava também o “apoio moral e político ao governo fascista e colonialista”. A ARA considerava também que esta reunião era uma provocação ao povo português “privado há longos anos das mais elementares liberdades democráticas” que a NATO afirmava defender. No comunicado, é igualmente analisada a repercussão das acções terem causado “a maior confusão e desorientação nos meios afectos à reunião da NATO, assim como entre as autoridades fascistas”, sublinhando que “Todos os serviços da reunião foram seriamente afectados”⁶³⁰.

⁶²⁸Transcrições destas notícias in SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante, p. 83-86

⁶²⁹NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 209

⁶³⁰IAINT/TT – PIDE/DGS – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 - “Comunicado da ARA”, 4 de Junho de 1971, pasta 1

5.1.5. Assalto ao paiol da pedreira

A 2 de Outubro de 1971, ocorreu um assalto a uma pedreira na região de Loures com o objectivo de desviar material explosivo. Esta foi a única acção do género perpetrada pela ARA. A organização estava a ficar com poucos explosivos e tornava-se cada vez mais difícil obter nos quartéis cargas de alta potência, como trotil e plástico, pois a vigilância nos quartéis tinha sido aumentada devidos aos atentados dos últimos meses, sendo que a organização tinha sempre desviado esse material dos quartéis, por intermédio de militares afectos ao PCP ou por desertores⁶³¹.

O Comando Central da ARA tinha obtido a informação da existência de abundante material explosivo num paiol da pedreira na região de Loures: cerca de 100 quilos de dinamite, detonadores e cordão para rastilho. Durante vários dias, operacionais da ARA percorreram a zona da Serra da Amoreira, entre Caneças e Loures, procedendo ao reconhecimento do terreno. Entre esses operacionais contava-se: Francisco Miguel, Raimundo Narciso, com a mulher e a filha, António Pedro Ferreira e Ramiro Morgado. Foram verificadas as distâncias e estudados caminhos de acesso e de fuga.

Nessa noite, o comando saiu de Lisboa em direcção ao paiol. Num carro ia Manuel dos Santos Guerreiro e Raimundo Narciso. À sua frente, com avanço de um quarto de hora, tinha seguido Manuel Policarpo Guerreiro e Amado Ventura da Silva, na motoreta deste último. Por fim, Jorge Trigo de Sousa deslocara-se sozinho de automóvel, ficando num local suficientemente afastado da pedreira para não ser visto nem ver os outros operacionais. A sua função era proceder à vigilância armada num dos extremos da pedreira, controlando a casa do guarda e o caminho de acesso à área de operações, de modo a impedir qualquer intervenção do guarda ou de qualquer outra pessoa.

Depois de atravessarem a cerca de arame farpado, que cortaram, e de derrubar a porta do paiol, os operacionais conseguiram roubar quatrocentos e noventa e oito quilos de dinamite e enorme quantidade de detonadores e cordão incendiário. O material foi transportado em sacas de linhagem e carregados na carrinha estacionada a alguns metros. Já passaria das 4 horas da manhã quando o comando partiu em direcção a Lisboa⁶³².

Só em 1973, a polícia teve conhecimento deste assalto, pois o dono da pedreira nunca fez participação do roubo e a ARA também nunca o assumiu ao tempo.

⁶³¹Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁶³²IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 150/73 SC PC, UI: 6363-6365, vol. 3, “Relatório Furto de explosivos em pedreira”, 7 de Junho de 1973, fls. 46, 47

5.1.6. O ataque ao *Comiberlant*

A inauguração das novas instalações do Quartel-general da NATO, em Oeiras, em que ia ficar alojado o Comando da NATO para a região Ibero-atlântica, tinha sido anunciada para 29 de Outubro de 1971. Era aí que passaria a funcionar um sofisticado centro de comunicações para comando e controlo do Atlântico Norte, bem como um sistema de comunicações para todos os outros quartéis da NATO, para navios, aviões e para o Comando Supremo do Atlântico Norte, em Norfolk, nos Estados Unidos.

A ARA considerava que a instalação deste Quartel do *Comiberlant* em Portugal era um acto de provocação e uma prova da colaboração dos países da NATO com a ditadura portuguesa e a guerra colonial. Realizar um ataque a este Quartel voltava a ter uma enorme carga simbólica, pois denunciaria que os portugueses não desejavam a instalação da NATO no seu país e chamaria mais uma vez a atenção da comunidade internacional para os problemas políticos portugueses, dada a presença da comunicação social estrangeira no acto inaugural⁶³³.

A guarda ao Quartel era feita por fuzileiros da Marinha, por agentes da PSP e por segurança civis contratados pelas empresas de construção que tinham estado encarregues de proceder à construção do quartel. Havia também uma vedação de rede que impedia o acesso à área militar. Para colocar a carga explosiva no local programado era necessário passar junto à Casa da Guarda, com o material na mão, em direcção ao edifício principal.

A observação do local foi feita por Raimundo Narciso e Victor d'Almeida d'Eça, mas os operacionais escolhidos para a acção foram Manuel dos Santos Guerreiro e Manuel Policarpo Guerreiro. A operação seria feita de madrugada, ainda noite, admitindo que os guardas pudessem ter adormecido com o cansaço.

Jaime Serra refere que para o sucesso da operação também contribuiu o facto de um dos membros do comando da ARA residir nas proximidades do alvo e conhecer vários empregados que lá trabalhavam, o que permitiu efectuar um minucioso reconhecimento dentro do edifício⁶³⁴.

A escolha dos operacionais que iriam executar a acção foi ponderada pelo Comando Central e todo o plano intensamente debatido entre Raimundo Narciso e Francisco Miguel. Nesta altura, a organização estava desfalcada de alguns dos seus mais experimentados elementos, pois Carlos Coutinho, Ângelo de Sousa, Eusébio e Jaime Serra encontravam-se em Moscovo a frequentar um curso de preparação técnico-militar.

Na noite da acção, Raimundo Narciso encontrou-se com Jorge Trigo de Sousa que o transportou no seu automóvel até Campo de Ourique, onde a ARA tinha uma arrecadação com a

⁶³³Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁶³⁴SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições de Avante!, p. 95

carga explosiva que seria utilizada nessa noite. A bomba estava dentro de uma caixa de madeira, embrulhada com papel de fantasia e um laço, de modo a parecer uma prenda de aniversário. Daqui seguiram para Oeiras, onde Manuel Guerreiro aguardava Narciso. A bomba foi acomodada no carro de Manuel Policarpo Guerreiro, a quem cabia a tarefa de a colocar no edifício principal do Quartel.

Raimundo Narciso, Manuel Policarpo Guerreiro e Manuel Guerreiro encontraram-se próximo do Quartel. Os dois últimos abriram o portão e entraram na estrutura militar avançando em direcção à casa da guarda. Raimundo Narciso seguiu-os mas apenas até meio do caminho, tendo-se escondido junto a uns arbustos enquanto observava a progressão dos dois operacionais. Estes dirigiram-se ao edifício principal e deixaram a caixa de madeira com a bomba programada para explodir às duas horas da madrugada. Colocada a bomba, abandonaram o quartel, e regressaram a casa.

A violenta explosão causou uma grande destruição no Quartel do *Comiberlant*. Caiu parte da fachada, portas, janelas e partes de parede; ficou destruído muito mobiliário e aparelhos electrónicos. Segundo Raimundo Narciso, nada disto foi noticiado nos jornais, pois a censura proibiu qualquer notícia relacionada com a explosão⁶³⁵.

Como a cerimónia de inauguração estava prevista para dois dias mais tarde, tentaram reparar a fachada do edifício e cerca de uma centena de trabalhadores e técnicos, trabalharam dia e noite. Porém, era impossível ocultar a destruição provocada pela explosão e a cerimónia de inauguração acabou por decorrer na rua, numa zona afastada do local programado, num palanque improvisado. A inauguração acabou por ser um fiasco. Os jornalistas internacionais tiveram conhecimento da deflagração da bomba e noticiaram o acontecimento. Nos jornais portugueses nem uma palavra sobre o assunto mas a notícia corria de boca em boca⁶³⁶.

A PIDE iniciou imediatamente uma investigação sobre a ocorrência da explosão. Foram interrogados os trabalhadores do Quartel, os operários que tinham sido contratados para a sua construção, os militares da Marinha que tinham a responsabilidade de fazer a guarda e os militares americanos que estavam de serviço no *Comiberlant*⁶³⁷.

No seu habitual comunicado, a ARA assumiu a autoria do ataque, afirmou que não tinha havido mortos ou feridos e que, ao contrário do que afirmavam as notas officiosas do governo, não tinha sido preso nenhum elemento da organização. Reafirmava também que a ARA não era uma organização terrorista⁶³⁸.

⁶³⁵ Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁶³⁶ PIDE/DGS - Pr. 150/73 SC PC, U.I: 6362-6365, Vol. 1 - “Documentos apreendidos a Manuel Policarpo Guerreiro”, 21 de Novembro de 1971, fl. 39

⁶³⁷ IAN/TT- PIDE/DGS - Pr. 150/73 SC PC, U.I: 6362-6365, Vol. 1 - “Informação”, 27 de Outubro de 1971, fls. 643

⁶³⁸ IANT/TT – PIDE/DGS – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 - “Comunicado da ARA” sobre a acção ao *Comiberlant*, 27

Durante vários meses a PIDE continuou com a investigação ao sucedido. Esta acção tinha constituído uma nova e maior humilhação para o governo de Marcelo Caetano que tinha planeado um acto público solene com a presença dos principais generais da NATO, do seu secretário-geral, Josef Luns e do Comandante Supremo Europeu Aliado do Atlântico, o almirante Charles Duncan, de modo a demonstrar que o governo português não estava isolado, tinha a seu lado a comunidade internacional.

5.1.7. O ataque ao *Muxima*

No dia 12 de Janeiro de 1972, a ARA realizou nova operação contra a guerra colonial, que dependia dos abastecimentos em material militar e logístico que chegavam do Continente por via marítima. A operação da ARA visava a destruição de equipamento sofisticado, recém-chegado de França, que estava depositado nuns armazéns na chamada Doca do Espanhol, no Cais de Alcântara, pronto para a embarcar para África no navio *Muxima*.

A informação sobre a chegada, local de armazenamento, e data de partida do *Muxima*, tinham sido fornecidos à ARA por um ex-oficial miliciano, comandante da marinha mercante. O plano, traçado por António Pedro Ferreira e Raimundo Narciso, consistia em despachar uma mala de porão para Angola. Esta seria entregue num despachante oficial da alfândega. Na mala iriam os explosivos prontos a deflagrar. Sabendo-se o dia de partida do *Muxima*, António Pedro Ferreira controlaria o trajecto da bagagem através dos seus conhecimentos na Direcção do Serviço de Transportes, sem se envolver directamente na operação para não levantar suspeitas sobre si.

Numa reunião do Comando Central, reduzido a Raimundo Narciso e Francisco Miguel, foram analisados os pontos fortes e fracos da operação e escolhidos os operacionais para a realizar: Manuel Guerreiro, Manuel Policarpo Guerreiro e Ramiro Morgado. Os dois membros do Comando Central prepararam as cargas explosivas, os detonadores e o sistema de atraso com relógios no laboratório de Arruda dos Vinhos. Manuel dos Santos Guerreiro foi incumbido de ir ao balcão da TAP, no Marquês de Pombal, para reservar uma passagem aérea para Luanda, pois era necessário provar na alfândega do Cais de Alcântara que o dono da bagagem a despachar iria realmente viajar para uma das colónias, e isso seria feito através de uma declaração de reserva do bilhete de avião. Uma semana depois, Manuel Guerreiro dirigiu-se ao escritório do despachante oficial José Inácio da Costa Lopes para tratar do envio da mala para Luanda. A mala continha loiça, livros velhos e no meio iam as cargas explosivas, dentro de uma caixa de madeira. No dia do embarque foi transportada para o cais numa camioneta alugada por Manuel Guerreiro⁶³⁹.

de outubro de 1971, pasta 1, fls. 1, fls. 17

⁶³⁹NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 289 a 297

A acção decorreu conforme o previsto e na madrugada do dia 12 de Janeiro deu-se a explosão que provocou grande destruição no cais e nos armazéns. O jornal *O Século*, na sua edição de dia 12 de Janeiro relata a destruição causada pelas bombas:

“Duas violentas explosões, quase seguidas abalaram os prédios da Avenida 24 de Julho. Os estampidos dos rebentamentos foram ouvidos em diversos pontos da cidade, alguns bastante afastados do sinistro. [...] Portões de chapa de ferro e portas de lagarto daquele sector do armazém voaram, contorcidos, pelo cais, enquanto a escada que dava acesso ao escritório no piso de cima, ficou completamente obstruída pelos destroços das paredes de tijolo e de cimento armado. A placa de betão do tecto do armazém sofreu igualmente grande rombo, não obstante ser de apreciável espessura. [...] Mas, foi na verdade no armazém que os estragos mais se fizeram sentir, dado que a sua estrutura de betão armado conseguiu resistir, de certo modo, às violência das cargas de plástico colocadas ali, não se sabe bem onde nem como.”⁶⁴⁰

A PIDE iniciou imediatamente as investigações, interrogando todos os tripulantes do navio *Muxima*, os empregados, os encarregados e os administradores das empresas de transporte de mercadorias, os guardas da GNR e da Guarda Fiscal que estiveram de serviço no cais, as pessoas que despacharam bagagem, os familiares destes, os motoristas que transportaram bagagem para o cais de embarque, agentes de navegação, administradores de empresas que enviaram carga para o *Muxima*, os empregados da TAP, os empregados e o despachante oficial da firma através da qual a ARA tinha feito o despacho⁶⁴¹.

Manuel Guerreiro dera um nome falso no acto de reserva do voo para Luanda e para o despacho do caixote. Tudo isso tinha sido feito em nome de António Pires, residente no Casal Virgínia, em Idanha-a-Nova. A PIDE, na posse destes dados, incomodaria um indivíduo com esse nome que trabalhava na Sociedade Portuguesa de Explosivos, mas facilmente concluiria que não estava implicado na explosão. No processo da PIDE/DGS sobre a explosão no *Muxima* são identificados ainda outros indivíduos, que foram presos e interrogados, apenas porque o seu nome era António Pires⁶⁴².

No comunicado em que reivindicava esta acção, a ARA afirmava que tinha sido destruído numeroso material de guerra que estava pronto para embarcar para a guerra colonial e que iria prosseguir a sua acção revolucionária, solidária com a luta dos povos das colónias⁶⁴³.

⁶⁴⁰“Duas violentas explosões abalaram os prédios da Avenida 24 de Julho”, *O Século*, 12 de Janeiro de 1972, p. 1

⁶⁴¹ IANT/TT – PIDE/DGS – Pr. – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 – “Informação” da DGS sobre o ataque ao Cais da Fundação, fls. 844-846

⁶⁴² IANT/TT – PIDE/DGS – Pr. – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 – “Informação” da DGS sobre o ataque ao Cais da Fundação, fls. 844-846

⁶⁴³ IANT/TT – PIDE/DGS – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 - “Comunicado da ARA” sobre a acção na doca de Alcântara, 12 de Janeiro de 1972, pasta 1, fls. 19

5.1.8. A acção falhada na Figueira da Foz

O governo português tinha mandado construir nos estaleiros da Figueira da Foz navios patrulha destinados à guerra da Guiné, pelo que a ARA, ao tomar conhecimento do facto, ponderou uma acção de destruição dessas embarcações.

De acordo com Raimundo Narciso, um membro da organização local do PCP, que conhecia os estaleiros, passou as informações à ARA sobre o número de trabalhadores, o horário de funcionamento, o número de navios que estavam a ser construídos e a sua fase de execução, que chegaria à ARA através da estrutura partidária⁶⁴⁴.

Raimundo Narciso e a mulher partiram para uma semana de “férias” na praia da Figueira da Foz, em que fizeram a observação dos estaleiros, ficando a conhecer os acessos e a segurança que rodeava os locais em que se encontravam os navios que estavam a ser construídos e os que estavam a ser reparados. O plano delineado consistia em colocar uma carga explosiva no casco de um navio, tal como tinham feito no *Cunene*, porém, desta vez, tinham de lá chegar a nado, o que implicava que o operacional tivesse conhecimentos de mergulho.

No dia 25 de Julho de 1972, Raimundo Narciso voltou à Figueira da Foz, agora acompanhado de Carlos Coutinho, onde se deviam encontrar com o operacional que ia colocar a bomba que eles transportavam. Segundo Raimundo Narciso, este operacional não apareceu à hora combinada nem aos encontros de recurso previamente acordados. Acabaram por o encontra-lo por acaso, muito tempo depois, nas proximidades do local do encontro, quando já tinham decidido regressar a Lisboa. Este justificou-se, dizendo que tinha confundido o local e a hora, mas que era, todavia, o mesmo em que já se tinha encontrado outras vezes com Raimundo Narciso para planear a operação. No entanto, garantiu que estava pronto para executar a acção e Raimundo Narciso entregou-lhe a bomba. Passado algum tempo, o operacional voltou ao local de encontro com Raimundo Narciso e garantiu-lhe que tinha colocado a carga explosiva que estava tudo pronto para ela deflagrar à hora para que estava programada⁶⁴⁵. Raimundo Narciso afirma que ficou com uma má impressão sobre a acção, que pressentia que alguma coisa tinha corrido mal e que não acreditava nas desculpas que o operacional dera para faltar aos encontros, tendo-lhe parecido que este parecia ter ficado surpreendido quando os encontrou⁶⁴⁶.

De facto, não houve qualquer explosão e um comunicado da PIDE/DGS através dos serviços da marinha, emitidos uma semana depois, dava conta que tinha sido detectada pelos operários dos

⁶⁴⁴ NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 319

⁶⁴⁵ NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote, p. 320

⁶⁴⁶ Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

estaleiros uma bomba que estes tinham desactivado⁶⁴⁷. A organização nunca conseguiria esclarecer devidamente o que se passou.

5.1.9. A operação curto-circuito

No dia 9 de Agosto de 1972, o Almirante Américo Tomás iria, mais uma vez, tomar posse como Presidente da República. Desde as eleições presidenciais de 1958 que, com a grande adesão popular à campanha de Humberto Delgado, o regime tinha acabado com a eleição directa para a presidência da república, passando Presidente da República a ser eleito por um colégio eleitoral.

Para assinalar o facto, a ARA tinha decidido realizar uma acção nesse dia que consistiria no corte da energia eléctrica em todo o país. O plano pressupunha a realização de três acções de sabotagem em simultâneo: no Porto, em Lisboa, e em Coimbra, envolvendo um número maior de operacionais do que em qualquer operação anterior. De acordo com Raimundo Narciso, isso implicava igualmente um planeamento pormenorizado, tendo sido mobilizados para o reconhecimento dos objectivos, a preparação técnica e a execução, os melhores operacionais da organização, incluindo os membros do Comando Central⁶⁴⁸.

Esta era a primeira acção realizada pela ARA depois do regresso de Jaime Serra e do grupo que tinha ido fazer preparação militar a Moscovo. Jaime Serra era membro do Comando Central, pelo que participava no processo de decisão, no planeamento das acções e no reconhecimento dos locais mas não na execução ou coordenação no terreno e o mesmo acontecia com Francisco Miguel. A Raimundo Narciso cabiam essas tarefas. Raimundo Narciso não era conhecido da PIDE, pois nunca tinha estado preso, ao contrário dos outros dois elementos, que já tinham passado pelas cadeias fascistas e eram reconhecidos dirigentes do PCP, tornando-se por isso necessário que as medidas de defesa fossem mais rigorosas⁶⁴⁹. Por outro lado, se alguma coisa corresse mal durante uma acção ou fossem detectados pela polícia e presos, o Comando Central da ARA via-se com menos um elemento mas não impedido de prosseguir actividade. Todavia, efectivamente, a acção no seu conjunto iria contar com a participação de todo o Comando Central, tal era a complexidade de logística e meios que implicava.

O objectivo da acção era sabotar vinte torres de aço das linhas de alta tensão da rede eléctrica nacional, localizadas em Belas e Vialonga, na região de Lisboa, na zona de Vale de Pereiros, na região de Coimbra, e próximo de Ermesinde, no Porto. A maioria destas torres já tinha sido observada durante os anos de 1968 e 1969, quando o grupo de “acções especiais” começou a

⁶⁴⁷NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 321

⁶⁴⁸Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁶⁴⁹Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

fazer o reconhecimento de objectivos. “Almendra” refere que durante o ano de 1968 andou pelo país a observar postes de alta tensão, pois um dos planos era o corte de energia eléctrica em todo o país numa altura em que o Presidente da República ou o Presidente do Conselho estivessem a falar ao país através da televisão⁶⁵⁰.

Para a realização desta acção repetiram-se as observações no terreno com a deslocação de vários operacionais a Coimbra e ao Porto. Francisco Miguel e Raimundo Narciso ficariam por Lisboa. Jaime Serra ficaria responsável pela execução da acção na região do Porto, e Francisco Miguel era responsável pelo grupo que cortaria duas torres na zona de Belas. Raimundo Narciso dirigia o grupo que teria de sabotar seis torres na zona de Vialonga, próximo de Vila Franca de Xira; e Ângelo de Sousa era o responsável pela região de Coimbra, com a incumbência de sabotar quatro torres.

Durante a planificação da acção, o Comando Central verificou que devia haver um elemento que ficasse responsável por verificar, ao longo da noite, se o plano tinha sido cumprido, tendo Raimundo Narciso sido incumbido disso, pelo que delegou a direcção do seu comando a Carlos Coutinho, e, na noite da acção, deslocou-se de Lisboa a Coimbra e daí até ao Porto⁶⁵¹.

Segundo Jaime Serra, no Norte, contaram também com o apoio das estruturas do Partido Comunista, nomeadamente para transporte e alojamento dos operacionais, que ficaram a dormir durante vários dias em casas de militantes do partido. Para a instalação de um laboratório técnico, onde seriam montadas as cargas explosivas, foi alugada uma casa isolada, junto à praia, próximo da Póvoa do Varzim Também próximo de Coimbra, mais propriamente em Leiria, Ângelo de Sousa alugou uma casa clandestina que funcionava como laboratório, arrecadação e local de dormida dos operacionais que tinham sido deslocados para a região centro.⁶⁵²

Os explosivos e outros materiais necessários para a execução da acção estavam armazenados nos diversos esconderijos que a ARA possuía em Lisboa e arredores, pelo que se colocava a questão do seu transporte para as outras zonas do país. O material que não oferecia perigo foi despachado por António João Eusébio, de comboio. Este, com Manuel Santos Guerreiro, viria ainda a transportar de carro os explosivos e detonadores. No conjunto das operações foram aplicadas 80 cargas de material explosivo, muitos detonadores e relógios e centenas de metros de fio eléctrico⁶⁵³.

A escolha das torres obedeceu a critérios muito precisos, pois tinham de estar num ponto em

⁶⁵⁰Entrevista não gravada a “Almendra”, Lisboa, 25 de Julho de 2012

⁶⁵¹NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada. A história secreta do braço armado do PCP*, Porto, Publicações D. Quixote, p. 323

⁶⁵²SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições de Avante!, p. 103-104

⁶⁵³SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições de Avante!, p. 103-104

que os cabos eléctricos fizessem um ângulo para que a tensão do cabo ajudasse a derrubar as torres. O Comando Central analisou pormenorizadamente os mapas da rede eléctrica nacional, a localização dos principais centros de produção, transformação e distribuição de energia e decidiu a localização aproximada dos locais onde as linhas seriam cortadas. Estes deveriam estar suficientemente longe de zonas densamente povoadas para não haver o risco de causarem algum incidente ou dano humano. De acordo com o plano, nessa noite, os três comandos colocaram as bombas nas torres previamente escolhidas e, durante algumas horas, várias localidades do país ficaram sem energia eléctrica.

De acordo com Jaime Serra, esta acção teve grande repercussão política e ofuscou a tomada de posse do Presidente da República⁶⁵⁴. Os jornais deram grande destaque à notícia, pois era impossível o governo esconder o acontecimento, já que tinha afectado várias localidades, tendo as populações sido acordadas de madrugada com o barulho provocado pelas explosões

Esta seria, no entanto, a última acção da ARA.

6. O fim da ARA

Em Maio de 1973, a ARA anunciou a suspensão das suas actividades. Na realidade, desde Agosto do ano anterior que a organização não realizava acções armadas. Vários factos contribuíram para esta decisão que foi discutida ao nível do Comando Central da ARA e do Secretariado do Comité Central do PCP⁶⁵⁵. O partido vinha defendendo que o essencial era a luta dos trabalhadores, as acções de massas e a unidade da oposição na luta contra o regime. A estratégia política do PCP passava, assim, neste último aspecto, pelo entendimento com os outros sectores da oposição, principalmente com a ASP e com os católicos progressistas

Na Primavera de 1972 realizou-se, em Paris, um encontro ao mais alto nível entre o PCP e a ASP. A delegação do PCP era composta por Álvaro Cunhal e Carlos Brito e a da ASP por Mário Soares e Ramos da Costa. A partir deste encontro, as duas forças políticas passaram a contactar regularmente⁶⁵⁶. Este contexto de cooperação do PCP com a ASP, em vésperas de se transformar em PS, justifica a suspensão de actividades da ARA. Depois de um período de forte divisão, a tendência voltava a ser a da união das forças oposicionistas e a perspectiva de entendimento com os socialistas desaconselhava o prosseguimento das acções armadas.

O III Congresso Republicano de Aveiro, em Abril de 1973, consubstanciaria uma plataforma de entendimento entre as duas forças políticas em torno da constituição de um governo democrático

⁶⁵⁴SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo. O que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições de Avante!, p. 103-104

⁶⁵⁵ Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

⁶⁵⁶ Entrevista a Carlos Brito, Alcútem, 12 de Setembro de 2012

provisório que promovesse eleições livres, o fim da guerra colonial e a independência das colónias, a conquista das liberdades democráticas e a luta contra o monopólio capitalista⁶⁵⁷. Em Outubro desse ano, o PCP e o PS, entretanto já fundado, assinavam um comunicado comum em que defendiam estas propostas e declaravam que numa reunião entre os dois partidos “ambas as delegações se pronunciaram no sentido de uma unidade sem discriminações dos democratas portugueses, dispostos a lutar unidos”⁶⁵⁸.

No comunicado em que anuncia a suspensão das actividades, a ARA declara que “verificando que se desenvolve no país um amplo movimento político, cujos êxitos são importantes para o enfraquecimento da ditadura fascista e colonialista, determinou uma pausa temporária de certas acções, com vistas a facilitar que sejam aprofundadas ao máximo outras possibilidades da luta popular antifascista”⁶⁵⁹.

Ao mesmo tempo, a ARA tinha sofrido um duro golpe com a prisão de seis dos seus mais experimentados operacionais. Em 1970, os jornais publicaram notas da polícia em que acusavam Joaquim Gomes e outros dirigentes do PCP de pertencerem à ARA mas ainda não tinham informações suficientes sobre a organização. Porém, em 1971, já tinham um conhecimento mais aprofundado da organização e já tinham identificado os seus dirigentes e principais operacionais⁶⁶⁰.

De facto, apesar de haver uma separação entre a ARA e o PCP, acabou por haver muitos pontos de contacto. Raimundo Narciso fala de “M”, que trabalhava no porto de Lisboa, e com quem entrou em contacto através de Jaime Serra. O objectivo era que “M” fornecesse informações sobre o porto e os transportes marítimos para a guerra e, eventualmente ajudasse a sabotagem de um navio. Passado algum tempo foi preso e denunciou tudo o que sabia sobre a ARA à polícia⁶⁶¹.

Porém, mais grave para a organização foi a prisão, em finais de Maio de 1971, de Augusto Lindolfo, funcionário do PCP, que, apesar de não ter contacto directo com a ARA, denunciou militantes e simpatizantes do partido que tinham sido transferidos das suas organizações para a ARA, prestando apoio logístico ou que estavam a ser preparados para vir a integrar o seu quadro de operacionais.

Através das denúncias de Augusto Lindolfo, a PIDE conseguiu conhecer os nomes dos dirigentes e operacionais e reconstruir a rede de contactos entre a ARA e militantes do PCP, o que permitiu a captura em inícios de 1973 de Manuel Policarpo Guerreiro; Jesuína Maria Coelho

⁶⁵⁷ *Congresso da Oposição Democrática. Declaração Final* [mns, lida pelo Dr. José Tengarrinha], cicl, 1 p. 153

⁶⁵⁸ Cf. “Comunicado Comum”, in *Avante!*, VI série, 458, de Outubro de 1973, pag. 4

⁶⁵⁹ IANT/TT – PIDE/DGS – Pr. 16042 SC CI(2), NT: 7761 - “Comunicado do Comando Central da ARA”, Maio de 1973 pasta 1, fls. 23

⁶⁶⁰ Esta conclusão é retirada da análise do seguinte processo da ARA - IAN/TT-PIDE/DGS, Pr. 150/73 SC, PC, UI: 6362-6365

⁶⁶¹ Cf. NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA – Acção Revolucionária Armada – a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p. 348-349

Rodrigues Guerreiro; Carlos Alberto da Silva Coutinho; Amado de Jesus Ventura da Silva; Manuel dos Santos Guerreiro; Mário Wrem Abrantes da Silva; José Augusto de Jesus Brandão e Ramiro Rodrigues Morgado⁶⁶². A polícia política tocava o aparelho operacional e logístico da ARA, o que dificultava também, e em larga medida, o prosseguimento das acções violentas, não só porque a organização tinha perdido alguns dos seus operacionais mais experimentados mas também porque se adensava a rede repressiva em torno do Comando Central.

Em 1973, Augusto Lindolfo foi vítima de uma tentativa de assassinato, perto da sua casa, em Valadares, do qual saiu ileso, que foi atribuída pela PIDE à ARA⁶⁶³, apesar da autoria do atentado nunca ter sido, até hoje, assumida

Com a suspensão das acções foi possível ao Comando Central da ARA manter-se na clandestinidade até ao 25 de abril de 1974 só sendo dissolvida enquanto tal com a instauração da democracia.

⁶⁶²Cf. IAN/TT - PIDE/DGS, pr. 150-73 SC PC. NT. 6362-6365

⁶⁶³IAN/TT – PIDE/DGS – Pr. 5626 SC CI(1) NT: 1325 – “Informação da DGS”, 1 de Fevereiro de 1973, fls. 49

Capítulo V

PRP/BR

1. As Brigadas Revolucionárias

As Brigadas Revolucionárias têm a sua origem numa cisão dentro do PCP, efectuada a partir de Paris e de Argel, devido sobretudo à questão da luta armada. Esta cisão foi operada por “Jacques”, [pseudónimo utilizado por Carlos Antunes⁶⁶⁴], funcionário clandestino do PCP, responsável pela organização deste partido em França e em ligação próxima com Álvaro Cunhal.

A organização do PCP em França, particularmente centrada em Paris, era muito pequena, limitando-se a um conjunto de personalidades exiladas e quadros clandestinos destacados para actuar numa grande capital europeia e junto de um grande partido comunista, como era o francês, não obstante o grande número de portugueses em França fossem emigrantes económicos, exilados ou jovens desertores do exército português.

Na tradição do movimento comunista internacional, em cada país só deveria existir e actuar um único partido comunista, pelo que, seguindo essa doutrina, o PC Francês impunha a organização dessa massa de emigrantes nas suas próprias fileiras, enquadrando-os por grupo de língua numa espécie de secção destinada a estrangeiros – a Main d’Oeuvre Immigré (MOI). Porém, admitia, por solidariedade com um partido-irmão sujeito a uma longa ditadura fascista, a existência de um pequeno sector do PCP, um pequeno aparelho ligado ao apoio ao secretariado do Comité Central, basicamente radicado em Paris e a outras tarefas internacionais⁶⁶⁵.

Com o argumento de que os trabalhadores portugueses que militavam no PCF eram fundamentais para conferir base de massas ao trabalho de solidariedade anti-fascista com o seu país de origem, o PC Português conseguiu obter o apoio do seu congénere francês para contactar directamente esses militantes, sendo “Jacques” incumbido desse trabalho. Foi neste contexto que, em finais de 1967, o PCP formou os Comités de Ajuda à Luta do Povo Português (CALPP). Na prática, tornou-se deste modo possível contornar a orientação do PCF e os CALPP tornaram-se uma estrutura, controlada por “Jacques”, que enquadrava os imigrantes portugueses na luta contra a ditadura em Portugal, constituindo-se nos locais de residência e de trabalho, designadamente no chamado “banlieu rouge” parisiense.

A discussão sobre o recurso à luta armada estava latente no início da formação dos comités, embora associando esta à FPLN que, segundo esta perspectiva, devia dar o enquadramento teórico,

⁶⁶⁴ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁶⁶⁵ PEREIRA, Victor, 2013, “Álvaro Cunhal em Paris. Internacionalismo, exílio e emigração”, in NEVES, José (coord.), 2015, *Álvaro Cunhal. Política, História e Estética*, Lisboa, Edições Tinta da China, pag. 67 a 78

político e militar às acções violentas. Em Fevereiro de 1968, numa carta a um membro do Comité de Boulogne-Billancourt, um elemento do Comité de Saint-Ouen afirmava a sua disponibilidade de apoiar a via da acção violenta para o derrube do regime e defendia que a Frente devia começar imediatamente a recrutar e treinar elementos para a via da “acção militar revolucionária”. Começou igualmente a esboçar algumas ideias do que poderia ser um futuro grupo de luta armada, referindo que “a organização militar deveria ter um carácter autónomo” embora a sua acção devesse ser coordenada com a actividade política, tendo os dirigentes da Frente a responsabilidade da direcção da luta do ponto de vista político. Os elementos recrutados para o sector militar deveriam efectuar treino em países como Cuba ou o Vietname, onde poderiam aprender as mais sofisticadas técnicas de guerrilha e depois deveriam fazer um “baptismo de fogo” na Guiné, onde “a luta armada contra o salazarismo já existe de forma coerente”, associando directamente a luta armada contra a ditadura à luta dos movimentos de libertação africanos. Só depois é que estes militantes viriam realizar acções armadas no interior do país⁶⁶⁶.

Uma das principais críticas à orientação política do PCP vinha do Comité Capitão Varela Gomes e estava assinada por Gabriel Pedro, um dos mais destacados militantes comunistas, que tinha saído várias vezes do partido, sempre em desacordo com a sua orientação política e que participaria depois na primeira acção da ARA.

Este Comité defendia que os movimentos reivindicativos organizados pelo Partido Comunista e pelos Comités de Ajuda à Luta do Povo Português deviam ser acompanhados com uma luta paralela de “sabotagem à guerra colonial”, pois consideravam que “o principal calcanhar de Aquiles do fascismo português é a guerra colonial e, aí, nós não temos atacado como devíamos, pois nem temos se quer assoprado [sic.] para o mesmo”. Segundo o Comité, alguns elementos do partido e dos comités tinham feito propostas concretas em relação a actos de sabotagem contra a guerra colonial que poderiam ser realizados com muita facilidade, mas que estas propostas nunca terão chegado a ser levadas em consideração. Na opinião dos elementos deste Comité, o regime político português só poderia ser derrubado com “uma guerra civil prolongada”.

As críticas à orientação política do PCP vão-se acentuando ao longo de 1970. Alguns militantes do partido e membros dos Comités começaram a reivindicar mais acção e a colocar em causa a luta reivindicativa e de massas que o PCP vinha preconizando. Além disso, no interior do país, as eleições de 1969 e a constituição da CDE fez com que um novo grupo de jovens ganhasse experiência política e comesasse a pôr em causa a estratégia do PCP para derrubar o regime. Muitos destes jovens vão acabar por formar novos partidos de esquerda radical que defendem formas de

⁶⁶⁶Arquivo Municipal de Leiria, Espólio PRP/BR, *Carta do Comité de Saint-Ouen*, pag. 1 a 3 [49 a 51], s/n, Saint-Ouen, Fevereiro de 1968

actuação violenta como via para pôr fim à ditadura.

Entre esses jovens encontrava-se Isabel do Carmo⁶⁶⁷, médica e militante do PCP, que ia frequentemente a Paris, em nome da CDE, para se encontrar com emigrantes portugueses e que nesta cidade contacta com Carlos Antunes, o principal dirigente dos Comités de Ajuda à Luta do Povo Português. Isabel do Carmo encontrava-se numa situação já de crítica em relação ao partido e de defesa da utilização de acções violentas contra o regime e a guerra colonial, tendo discutido esta questão com Carlos Antunes e outros elementos dos Comités que também tinham uma posição crítica em relação ao PCP. O recurso à violência revolucionária como arma política foi a alavanca para desencadear a cisão de Paris em estreita articulação com a solidariedade activa com a luta dos povos das colónias. Sectores mais radicalizados do partido defendiam a passagem imediata à luta armada.

Em França, Carlos Antunes, desenvolvia intensa actividade entre emigrantes, à sombra dos Comités de Ajuda à Luta do Povo Português e ao mesmo tempo estabelecia contacto com um sector da CDE de Lisboa, principalmente através de Isabel do Carmo. Criavam-se, assim, as condições para dispor de uma base política no exterior que, de algum modo, fosse o sustentáculo político de uma organização armada, necessariamente pequena e de funcionamento completamente clandestino. Carlos Antunes e Isabel do Carmo mantiveram-se no PCP mais algum tempo, mas começaram a agir no sentido da criação dessa organização armada, estabelecendo contacto com pessoas que estavam disponíveis para enveredar por essa via, o que lhes permitiria, ao formar essa nova organização, dispor de uma rede de apoio para quando decidissem abandonar o partido⁶⁶⁸.

Álvaro Cunhal, ao corrente ou prevendo a evolução de Carlos Antunes, teria tentado evitar a sua expulsão imediata, procurando antes neutralizar essas suas movimentações. Para o efeito terá incumbido Carlos Antunes de representar o PCP na Conferência Internacional de Solidariedade e Apoio aos Povos das Colónias Portuguesas, que se realizou em Roma, na qual estiveram representantes dos movimentos de libertação nacional africanos, e enviou-o também à Roménia com a incumbência de tratar de aspectos de orientação política junto da *Rádio Portugal Livre*⁶⁶⁹. Já em Paris, foram-lhe atribuídas novas funções partidárias, seria responsável pelas relações internacionais do PCP, passando, desta forma, a ter funções de maior responsabilidade. A intenção seria submeter Carlos Antunes, caso este aceitasse a nova função, ou provocar a saída, no caso de este a recusar. Carlos Antunes recusaria a proposta e reclama uma conversa com um membro do Comité Central do interior para se inteirar directamente da situação política portuguesa, das lutas

⁶⁶⁷ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁶⁶⁸ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁶⁶⁹ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

sociais e políticas e do papel do partido na condução dessas lutas. O Secretariado anuiu a esta reclamação e Carlos Brito⁶⁷⁰ foi chamado a Paris. Segundo Carlos Brito, a conversa que teve com Carlos Antunes “foi longa e teve aspectos interessantes, embora me parecesse que já tinha uma decisão tomada e percebesse que não o convencia quando lhe falava do crescendo da luta popular e do reforço do Partido e do seu papel”⁶⁷¹.

As conclusões desta reunião seria apresentadas numa assembleia da organização do PCP de Paris, realizada no Verão de 1970, em que o caso “Jacques” foi debatido. Tratava-se de derrotar internamente o processo de contestação que este protagonizava contra a linha do partido, especialmente sobre o papel das acções violentas e da luta armada na luta pelo derrube do regime.

Durante a reunião, Cunhal fez uma intervenção a dizer que concordava com a luta armada e num dos intervalos propõe-lhe, através de Gabriel Pedro, que seja ele a dirigir a organização armada do partido. Nesta altura, Gabriel Pedro já sabia que vinha a Portugal para participar na primeira acção da ARA e, por isso, podia assegurar, com toda a convicção, que o Partido, não só não rejeitava, como até se preparava para realizar acções armadas. Quando ocorre esta reunião em Paris para discutir o caso “Jacques”, já Cunhal tinha dados ordens à ARA para avançar com a acção do *Cunene*⁶⁷², o que indicia que já sabia que Carlos Antunes avançava para a criação de uma organização armada. No entanto, Gabriel Pedro ainda foi incumbido de informar Carlos Antunes que se ele recuasse nas suas posições, o partido entregar-lhe-ia a direcção das “acções especiais”.

Porém, Carlos Antunes recusou e, na sequência desta reunião, abandonou finalmente o PCP, desfuncionalizou-se e foi trabalhar para a *Citroen*, em Paris. A saída de Carlos Antunes provocou reacções de solidariedade dentro de alguns Comitês de Ajuda à Luta do Povo Português que se teriam recusado reunir sem a sua presença. Todavia, Carlos Antunes não considerava recrutar dentro dos Comitês, pois já tinha decidido formar uma organização de luta armada, necessariamente restrita, integrando elementos de absoluta confiança e criteriosamente seleccionados⁶⁷³.

As divergências de Carlos Antunes chegaram aos dirigentes da FPLN que não pertenciam ao PCP – Piteira Santos, Manuel Alegre e Manuel Sertório. Manuel Alegre, cooptado em 1968 para a Junta Revolucionária Portuguesa (JRP), o órgão dirigente da FPLN, dirigiu-se então a Paris para contactar com Carlos Antunes e propôs-lhe deslocar-se a Argel para explicar as suas posições aos membros da FPLN e aos representantes dos movimentos de libertação nacional africanos aí

⁶⁷⁰BRITO, Carlos, 2013, *Álvaro Cunhal: sete fôlegos do combatente*, Lisboa, Edições Nélson de Matos, 2ª edição, p.53 e 54

⁶⁷¹BRITO, Carlos, 2013, *Álvaro Cunhal: sete fôlegos do combatente*, Lisboa, Edições Nélson de Matos, 2ª edição, p. 53 e 54

⁶⁷² Entrevista a Carlos Brito, Alcoutim, 12 de Setembro de 2012

⁶⁷³ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 4 de Abril de 2014

radicados⁶⁷⁴.

Ainda em 1967, os debates internos na FPLN, voltavam a trazer para a ordem do dia a questão do recurso à luta armada como forma de luta contra o regime e, sobretudo, contra a guerra colonial. No entanto, seria a partir de 1968, com a crescente radicalização resultante, sobretudo, do aumento do número de refractários e desertores, da acção de agitação sobre a emigração económica e de acontecimentos como o Maio de 68, em França, e da invasão da Checoslováquia, que voltaram a estar em destaque e a dessiminar-se a ideia da necessidade de recurso à luta armada. Em Março de 1968, a Rádio Voz da Liberdade afirmava ser “absolutamente necessário que os elementos mais consequentes da nossa juventude e do nosso povo organizem em novos moldes a luta contra a guerra, multiplicando as acções de sabotagem, os actos de resistências e de revolta”⁶⁷⁵. Os sectores mais radicais da Frente terão beneficiado deste novo ambiente estabelecendo novos contactos, entre os quais com Carlos Antunes e Isabel do Carmo.

É de referir que o ambiente dentro da Frente em Argel tinha-se vindo a degradar desde 1965, com incidentes frequentes entre o PCP e os dirigentes não comunistas. Segundo João Madeira, em Junho de 1970, a situação na Frente era de bloqueamento completo, pelo que os elementos não comunistas da Junta decidiram iniciar um processo de consulta aos militantes da Frente, quer no interior quer junto aos núcleos da emigração⁶⁷⁶.

Na reunião entre Manuel Alegre e Carlos Antunes, este último terá defendido a urgência em desencadear acções armadas, mas, terá criticado também a situação dentro da FPLN, que considerava esvaziada de iniciativa e isolada em relação ao interior. Manuel Alegre, por seu lado, terá convidado Carlos Antunes a deslocar-se a Argel e a explicar a sua posição à JRP, aos movimentos de libertação e à própria Frente de libertação Nacional argelina.

Os contactos com a JRP, através de Manuel Alegre, que continuava na Europa, iam-se intensificando e Carlos Antunes decidiu discutir com os membros da organização no interior sobre o interesse em beneficiar do apoio da FPLN e da *Rádio Voz da Liberdade*. Isabel do Carmo estava contra essa hipótese, pois considerava que não tinham meios orgânicos para enviar quadros para Argel e estabelecer uma nova orientação dentro da FPLN⁶⁷⁷. Carlos Antunes, por sua vez, defendia a presença em Argel, pois a capital argelina era um importante ponto de contacto com os movimentos de libertação africanos e de todo o mundo; além disso, a rádio era um instrumento de organização indispensável, pois era ouvida em Portugal em boas condições e, finalmente, porque

⁶⁷⁴ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁶⁷⁵ IANTT - PIDE/DGS, Pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade, 19 de Maio de 1968

⁶⁷⁶ MADEIRA, João, 2013, *História do PCP. Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta da China, p. 557-558

⁶⁷⁷ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

entendia que uma organização armada devia ter um local de apoio, de rectaguarda, para receber os militantes perseguidos no interior do país⁶⁷⁸.

Assim, depois de algum debate, o núcleo dirigente das BR decidiu deslocar-se efectivamente a Argel. O objectivo era afastar o PCP da direcção da Frente, criticando o que entendiam ser a sua prepotência, que condicionava as decisões da Junta, designadamente impondo a constituição das delegações da Frente nas reuniões internacionais, impedindo a criação de estruturas da FPLN no interior do país, ou controlando a *Rádio Voz da Liberdade*⁶⁷⁹. Nesta deslocação, em Setembro de 1970, participaram, entre outros, Carlos Antunes, Isabel do Carmo, Orlando Lindim Ramos ou Teresa Veloso.

A 3 de Setembro de 1970, estando Pedro Soares, representante do PCP na Frente, ausente de Argel, um grupo de militantes entregou ao governo argelino um documento, segundo o qual:

Os militantes do interior consultados concluíram ser indispensável a separação orgânica entre a Frente Patriótica de Libertação Nacional e a Direcção do Partido Comunista Português e pedem-nos para vos informar que deixou de ter qualquer sentido a presença na FPLN do representante daquela organização pelo que preconizou o seu afastamento.”⁶⁸⁰

Daqui resultou a expulsão de Pedro Soares, representante do PCP na Junta Revolucionária Portuguesa e a reorganização da FPLN, mantendo o controlo sobre a *Rádio Voz da Liberdade* e conseguindo ainda o apoio imprescindível do Governo argelino. Um documento interno precisa o novo posicionamento da FPLN:

“ - o reconhecimento da necessidade de uma nova aliança de militantes revolucionários definida e construída a partir da unidade dos operários, camponeses, dos estudantes, dos intelectuais progressistas, dos soldados, numa palavra, das massas populares;
- a definição da etapa actual da revolução como revolução antifascista, anticolonialista e anti-imperialista, a qual só pode ser realizada pelo povo em armas e só pode ser levada até ao fim na medida em que abrir caminho para a construção do Socialismo em Portugal”⁶⁸¹.

A nova FPLN, sem o PCP, reorganizou-se segundo uma nova orientação política e táctica. Partia-se do princípio que a orientação dada à Frente tinha sido a desenhada pelo Partido Comunista Português que tinha dominado a Frente e a Junta Revolucionária durante os anos anteriores e que falira nos seus objectivos, pelo que se tornava necessário dotar a Frente de novas bases teóricas e novos objectivos.

Num texto de Agosto de 1970, assinado por “Gama” (Eurico de Figueiredo), terão

⁶⁷⁸Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁶⁷⁹Cf: Jorge, Rodrigo, Cardoso, Guerra, Em nome da Comissão de Reorganização da FPLN, *Memorandum*, Arquivo Mário Soares, 4435.673

⁶⁸⁰IAN/TT – PIDE/DGS, Pr. 1/46 SR, “Os aventureiros de Argel. Mais factos apurados”, Emissão da *Rádio Portugal Livre*, 24 de Dezembro de 1970, Fs. 46-47

⁶⁸¹Cf: Jorge, Rodrigo, Cardoso, Guerra, em nome da comissão de Reorganização da FPLN, *Memorandum*, Arquivo Mário Soares, 4435.673

delineadas as novas bases teóricas e organizativas do que deveria ser a nova FPLN, o que demonstra que a cisão já estava perfeitamente delineada e que os seus impulsionadores já tinham debatido a nova orientação da Frente⁶⁸².

Ainda em Setembro, o PCP apressava-se a classificar a manobra como um golpe de aventureiros, identificava Manuel Alegre e Fernando Piteira Santos como os seus autores, acusando-os de se terem apropriado indevidamente da sigla e dos meios da FPLN. O que se seguiu foram sucessivas tomadas de posição através da *Rádio Portugal Livre*, do *Avante!* ou do jornal *Portugal Democrático!*, que se publicava no Brasil. A Comissão Política pronunciou-se em Novembro através de um extenso documento, em que associava nesta operação de expulsão do PCP os nomes de Manuel Alegre e de Fernando Piteira Santos, o do médico Manuel Ruela, que abandonara entretanto o PCP, de Silva Marques, funcionário do partido entretanto expulso, e o de Carlos Antunes, cuja demissão do partido não fora aceite para poder ser expulso. O documento reconhecia que, a partir de 1968, o “aventureirismo” e o “esquerdismo” ganhavam força e que a oposição política ao regime tinha de ter isso em conta⁶⁸³. Terá sido neste contexto que Álvaro Cunhal decidiu publicar *O Radicalismo Pequeno-burguês de fachada socialista*⁶⁸⁴.

A Frente passou a afirmar-se como defensora do “socialismo revolucionário”, criticando quer o que apelidava de “socialismo burocrático”, protagonizado pelo PCP, quer as práticas “sociais-democráticas” da Acção Socialista Portuguesa (ASP.) A nova FPLN procurava a transformação radical das estruturas económicas, políticas e culturais da sociedade portuguesa e defendia a ditadura do proletariado, no sentido em que devia ser este grupos social a tomar, criar e controlar as estruturas políticas do país. Segundo os novos membros da FPLN, o PCP tinha abandonado a prática revolucionária e estava “condicionado a uma iniciativa social-democrata após a queda do fascismo”⁶⁸⁵, consubstanciado na união com os sectores mais moderados da oposição.

A nova Frente tinha também uma concepção organizativa mais basista, considerando que era do trabalho da base que deveria sair a direcção política que utilizaria a experiência colhida pelas bases para enunciar os princípios gerais da organização. Ao mesmo tempo, defendia uma nova política de quadros, menos centralizada e burocrática, assente em pequenas organizações autónomas, pequenas células revolucionárias que deveriam ser organizadas nos locais de trabalho e nas universidades, com grande vitalidade, que dinamizassem a luta de massas⁶⁸⁶. Daí o

⁶⁸²FIGUEIREDO, Eurico de, *Algumas bases para a reorganização da FPLN* Agosto de 1970, in FPLN/Vários/Textos Div/3., Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Manuel Sertório, p. 1 a 4

⁶⁸³MADEIRA, João, 2013, *História do PCP. Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta da China, p. 563

⁶⁸⁴CUNHAL, Álvaro, 1974, *O rdicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*, Lisboa, Edições Avante!, 3ª edição

⁶⁸⁵FIGUEIREDO, Eurico de, *Algumas bases para a reorganização da FPLN*, Agosto de 1970, in FPLN/Vários/Textos Div./3, Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Manuel Sertório, p. 3

⁶⁸⁶FIGUEIREDO, Eurico de, *Algumas bases para a reorganização da FPLN*, Agosto de 1970, in FPLN/Vários/Textos Div.3, Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Manuel Sertório, p. 4

entendimento que a nova FPLN deveria estar implantada no interior, a partir de onde dirigiria a luta contra o governo e a guerra colonial, embora pudessem existir representantes no exterior a fazer a ligação com a comunidade internacional e os movimentos de libertação, mantendo em actividade a *Rádio Voz da Liberdade*.

Desta forma, a FPLN pretendia iniciar uma nova fase de luta em Portugal, com o apoio ao desencadeamento da luta armada, que constituiria uma 4ª frente militar de combate ao regime, depois de Angola, Guiné e Moçambique, atingindo em particular, e a partir do território continental, o esforço de guerra e o apoio que lhe era prestado pela NATO e pelo imperialismo. A ideia que prevalecia dentro da nova direcção da Frente era que o regime só cairia com a luta armada, e tanto a via legalista como a do *putsch* militar tinham fracassado, já não se adequando à nova realidade do país. No entanto, era preciso que estivessem criadas condições históricas concretas de uma situação revolucionária para que a luta armada pudesse ser eficaz e derrubar o regime. Desta forma, a FPLN traçou um plano estratégico de luta contra a ditadura: numa primeira fase, incremento da luta política de massas, organização e unidade das forças oposicionistas e auto-defesa activa; e numa segunda fase, a oposição enveredaria pela luta armada, pela luta política e pela conquista do poder.⁶⁸⁷

Quando, em Argel, se deu este golpe, o PCP percebeu que tinha perdido o acesso às franjas mais radicalizadas da oposição no exílio que defendiam as acções violentas, o apoio técnico e financeiro concedido pelo governo argelino, a *Rádio Voz da Liberdade* e o interface privilegiado para o contacto directo com os movimentos de libertação africanos que Argel representava.

O PCP concluiu que tinha de acelerar o processo de desencadeamento de acções armadas se quisesse neutralizar iniciativas que viriam a ser tomadas por grupos à sua esquerda. Em meados de 1970, o aparelho logístico da ARA já estava definitivamente montado, o Comando Central estava constituído e havia um grupo de operacionais prontos a entrar em acção a qualquer momento. Estava na hora de o PCP passar luta armada. Em Outubro de 1970, dois meses depois da cisão, a ARA sabotou o navio *Cunene* e ganhou, assim, a dianteira à nova organização armada em constituição à sua esquerda, que viriam a ser as Brigadas Revolucionárias (BR).

Entre Setembro de 1970 e Novembro de 1971, o núcleo político das Brigadas Revolucionárias dedicou-se a montar a organização no interior, estabelecendo contactos, recrutando militantes, criando uma rede de apoio e um aparelho logístico com casas clandestinas e insuspeitas; definindo alvos, planeando acções, angariando os fundos necessários e adquirindo armas e material explosivo. Isabel do Carmo multiplicava os seus contactos no Barreiro, de onde era originária, nas

⁶⁸⁷S.A., *Ainda sobre a nova fase da luta*, 1970, in FPLN/Vários/Textos Div/22., Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Manuel Sertório, p. 4 e 5

localidades mais próximas e entre os seus círculos profissionais e familiares⁶⁸⁸.

Carlos Antunes refere que foi nesta altura que contactou Nuno Bragança, escritor, funcionário diplomático em Paris, e que foram juntos a Itália, mais especificamente a Turim, para tentar estabelecer contactos com organizações da esquerda radical italiana que pudessem prestar apoio logístico ⁶⁸⁹. Através de Nuno Bragança e do ex-padre Felicidade Alves, as BR começaram também a estabelecer contactos com o movimento católico, nomeadamente com o sector dos católicos progressistas, que contribuíram para a constituição de uma importante rede de apoio para a organização, com os quais realizaram inclusivamente acções de contestação ao regime.

Assim, durante este período entre Setembro de 1970 e Novembro de 1972, a FPLN enviou quadros e dirigentes para o interior, embora Manuel Alegre e Fernando Piteira Santos permanecessem em Argel, assegurando a emissão da *Rádio Voz da Liberdade*, a publicação do jornal *A Frente*, o novo título do órgão da FPLN, mantendo os contactos com os movimentos de libertação africanos e o governo argelino. Todavia, era para o interior que queriam ver transferidas as responsabilidades do trabalho de direcção e de organização da Frente. Do mesmo modo, as BR adoptaram como orientação política manter no interior do país os seus operacionais e dirigentes, que era afinal onde se travava o essencial da luta contra o regime.⁶⁹⁰

As Brigadas Revolucionárias começaram a constituir-se de forma autónoma, a partir de grupos de militantes dispostos à luta armada. Assim, os elementos das diferentes Brigadas não se conheciam ou tinham contactos entre si. A ligação era estabelecida por Carlos Antunes, que também estabelecia a ligação entre o sector político e o sector militar. Cada Brigada definia os seus objectivos e planeava a acção com reconhecimento do terreno, de modo a executá-la de seguida. Na fase de preparação era redigido logo o comunicado para ser difundido pela *Rádio Voz da Liberdade* e passado a agências noticiosas estrangeiras, praticamente em simultâneo com a realização da acção. A cada Brigada era atribuído um número, que constava da assinatura dos comunicados, sendo assim assumida a realização de cada acção. Porém verifica-se não haver uma sequência completa no número das brigadas, o que se deve ao facto de que havia acções cuja execução nunca foi tornada pública, fosse por não ser conveniente que todos os assaltos a bancos, por exemplo, fossem da autoria das BR, fosse porque constituíam acções de defesa da organização⁶⁹¹. Numa entrevista concedida por “André”, [pseudónimo de Carlos Antunes nas BR], à *Rádio Voz da*

⁶⁸⁸ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁶⁸⁹ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012. Esta viagem é também relatada no Romance de Nuno Bragança, *Square Tolstoi*. CF: BRAGANÇA, Nuno, 1996, *Square Tolstoi*, Lisboa, Edições D. Quixote

⁶⁹⁰ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁶⁹¹ Brigadas Revolucionárias, “Entrevista do camarada “André, Sérgio” - Carlos Antunes – militante das Brigadas Revolucionárias à *Rádio Voz da Liberdade*”, Setembro de 1972, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 23-24

Liberdade, este explica a situação do seguinte modo:

“Significa que a Brigada nº 1 já tinha actuado numa dessas acções de que não se pode falar mas sem a qual a Brigada nº 2 não podia ter actuado. Com a Brigada nº 3 aconteceu a mesma coisa. Quando a Brigada nº 4 actuou já havia mais de 4. Entretanto, como já disse, nós não tínhamos um organismo de coordenação. Não tínhamos uma experiência comum suficientemente avançada para os comunicados poderem ser assinados em nome das Brigadas Revolucionárias”⁶⁹².

Durante o primeiro ano de actividade, o sector político procurou também formar células nas empresas e nos sindicatos com o objectivo de dinamizar a luta dos trabalhadores e radicalizá-la, articulando-a com a das BR, pois entendiam que as acções violentas, só por si, não conduziriam à queda do regime e que tinham de ser “inseridas e enquadradas numa luta política global qua assuma todas as formas – legais, semilegais e ilegais – sem que nenhuma delas seja subestimada”⁶⁹³.

Com a realização das suas acções, as Brigadas pretendiam mostrar pelo exemplo que era possível atacar o regime, abrindo assim o caminho para a constituição de novas brigadas e para a iniciativa dos trabalhadores, utilizando a violência revolucionária como arma principal da luta de classes. Por isso, as Brigadas apelaram sempre à luta dos trabalhadores e defendiam que “só o povo libertará o povo”⁶⁹⁴. Em todos os comunicados apelavam à formação de brigadas em todos os locais de trabalho, escolas, sindicatos, aldeias, integrando operários, camponeses, soldados e estudantes.

Apesar de defender todas as formas de luta e de afirmarem não subestimar nenhuma delas, as Brigadas Revolucionárias declaravam, sem qualquer ambiguidade, que só a luta revolucionária armada conduziria à derrota do fascismo e à conquista de poder pelos trabalhadores. Desta forma, a luta legal, mais vulnerável à repressão, deveria submeter-se à luta revolucionária, assegurando a sua defesa e procurando imprimir ritmo à luta legal.

A perspectiva adoptada era de que as Brigadas abrissem caminho a que o povo fizesse a Revolução. Portanto, as Brigadas Revolucionárias não pretendiam ser uma organização armada dependente de uma organização política, como a ARA em relação ao PCP, nem um aparelho militar que tinha um braço político, como alguns na LUAR o entendiam. Pretendiam, sim, ser “uma nova síntese entre a luta política e a luta armada, tal como antes entre a luta legal e a luta clandestina, entre a luta contra a repressão e a luta por aumento de salários ou ainda entre a luta contra a guerra colonial e a luta pela revolução socialista”⁶⁹⁵.

⁶⁹² Brigadas Revolucionárias, “Entrevista do camarada “André, Sérgio” - Carlos Antunes – militante das Brigadas Revolucionárias à *Rádio Voz da Liberdade*”, Setembro de 1972, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 23-24

⁶⁹³ Comunicado nº 1 das Brigadas Revolucionárias, *Uma base da Nato destruída*, assinado pelas Brigadas nº 2, s.d, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 61-63

⁶⁹⁴ Comunicado nº 1 das Brigadas Revolucionárias, *Uma base da Nato destruída*, assinado pelas Brigadas nº 2, s.d, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 61-63

⁶⁹⁵ Brigadas Revolucionárias, “Entrevista do camarada “André, Sérgio” - Carlos Antunes – militante das Brigadas

Desta forma, as Brigadas deveriam definir os seus objectivos, de modo a que servissem a luta de massas, fosse impulsionando a luta por melhores salários, contra o agravamento do custo de vida ou contra a guerra colonial. A ideia era que o incremento da luta de massas no sentido da radicalização gerasse novos quadros dispostos a ligarem-se à acção armada. Deste modo, o sector político deveria dirigir a luta de massas, conferir-lhe carácter revolucionário e encontrar formas concretas de ajudar a luta armada a desenvolver-se no seio do movimento de massas.

As Brigadas Revolucionárias assumiam-se como uma organização armada, que pretendia formar um exército revolucionário e fazer a revolução socialista em Portugal. Ao mesmo tempo, declaravam lutar contra o fascismo, o imperialismo, o capitalismo e a guerra colonial.

A ideia de criar em Portugal uma quarta frente de guerra, conferindo conteúdo concreto à aliança entre os povos das colónias e o povo português, que complementaria a luta dos povos das colónias, desgastando o governo, que se veria obrigado a dispersar os seus esforços, desguarnecendo as outras frentes de guerra. Segundo a concepção das BR, a guerra colonial não era apenas uma guerra contra os povos das colónias mas era também uma guerra contra o povo português. Em Portugal, esta guerra manifestava-se: pela perda de muitos jovens que iam morrer e matar na guerra; por uma crise económica gravíssima que levava os países imperialistas a apoderarem-se facilmente das riquezas nacionais; pela emigração de centenas de milhar de trabalhadores e estudantes. Por isso, a abertura da quarta frente de combate na metrópole permitiria também ao povo português lutar contra os seus opressores⁶⁹⁶.

As BR afirmavam também lutar pela ditadura proletariado. No entanto, e provavelmente tendo em atenção o que a palavra *ditadura* significaria para a maioria dos portugueses, procuraram explicar essa concepção, declarando que o Estado é sempre uma forma de poder de uma classe sobre outra, ou seja, é sempre uma ditadura de uma classe que utiliza o aparelho de Estado para dominar outras classes. Portanto, num Estado proletário, a ditadura do proletariado asseguraria o seu domínio sobre as outras classes sociais, impedindo a exploração capitalista. Além disso, a ditadura do proletariado seria transformada em “democracia do proletariado”, pois seria “a mais ampla forma de liberdade com um conteúdo real, que milhões de homens podem viver todos os dias”, enquanto a “democracia burguesa” seria sempre uma democracia formal e “única liberdade real que nela existe é a liberdade de explorar os trabalhadores”⁶⁹⁷.

Revolucionárias à *Rádio Voz da Liberdade*”, Setembro de 1972, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 43

⁶⁹⁶ Brigadas Revolucionárias, “Entrevista do camarada “André, Sérgio” - Carlos Antunes – militante das Brigadas Revolucionárias à *Rádio Voz da Liberdade*”, Setembro de 1972, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 51-53

⁶⁹⁷ Brigadas Revolucionárias, “Entrevista do camarada “André, Sérgio” - Carlos Antunes – militante das Brigadas Revolucionárias à *Rádio Voz da Liberdade*”, Setembro de 1972, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 53-55

Para as BR, a ditadura do proletariado deveria ser o poder dos trabalhadores, directamente exercido e controlado pelos trabalhadores. Por isso, as Brigadas Revolucionárias não se apresentavam como um partido, pois pretendiam que fossem os trabalhadores portugueses a criarem as suas próprias formas de organização e a dirigir a luta revolucionária⁶⁹⁸.

As Brigadas, ao longo da sua existência, pretendiam mostrar, através da realização de acções concretas, como era possível fazer acções armadas em Portugal. Apresentarão sempre a luta armada como a forma superior de luta, devendo ser vista como a expressão directa da luta dos trabalhadores. As BR defendiam também que a luta dos trabalhadores só poderia sair vitoriosa quando se generalizasse e os próprios trabalhadores comesçassem a empunhar armas. Daí que os militantes das BR devessem emergir da classe trabalhadora e estabelecer uma ligação profunda com as massas, de forma a mobilizá-las para a luta contra a ditadura e a guerra colonial.

É por este motivo que as Brigadas apelaram, várias vezes, através da *Rádio Voz da Liberdade*, para o desenvolvimento da actividade sindical das massas; para a multiplicação das greves, concentrações, ocupações de fábrica; para a intensificação das lutas económicas e políticas dos trabalhadores; para o reforço das acções populares contra a guerra colonial, contra a carestia de vida e contra a repressão fascista. De facto, a conjugação da luta armada com acções de massas era defendida também pelo PCP e pelos restantes grupos de esquerda radical, pelo que, neste aspecto, as BR nada se distinguia dessas organizações.

2. Das Brigadas Revolucionárias ao Partido Revolucionário do Proletariado

Dispondo de um Comité Político e de um Comité Militar, à medida que se foram sucedendo as acções armadas, o Comité Político aprofunda a matriz ideológica das BR e prepara a formação dum partido, apesar de se afirmarem avessos a esta dicotomia orgânica, o que suscita remosques por parte de outras organizações políticas, acusando as BR de terem iniciado a acção sem terem resolvido a questão da criação de um partido do proletariado⁶⁹⁹.

A questão da criação de um partido revolucionário do proletariado gerara sempre acesos debates nas organizações de esquerda radical portuguesas. Desde a criação da FAP e de seguida do CMLP que este debate se vinha fazendo, procurando-se definir o que seria esse partido, a nível teórico, ideológico e da estrutura orgânica. A ideia subjacente era que o proletariado não se revendo no Partido Comunista, que, tradicionalmente, seria o partido da classe operária, teria necessidade de organizar um partido.

⁶⁹⁸ IANT/TT – PIDE/DGS, Pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade, 30/7/1972, p. 393

⁶⁹⁹ Brigadas Revolucionárias, “Entrevista do camarada “André, Sérgio” - Carlos Antunes – militante das Brigadas Revolucionárias à *Rádio Voz da Liberdade*”, Setembro de 1972, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 37-38

Carlos Antunes, na entrevista concedida à *Rádio Voz da Liberdade*, em Setembro de 1972, defende-se ao reconhecer que a criação do partido da classe operária era uma preocupação das BR, mas que era uma questão de difícil resolução, já que o partido tinha de emergir de dentro do movimento de massas. Contudo, Carlos Antunes, não colocava de parte a transformação das Brigadas num partido e afirmava, mesmo que, se isso não sucedesse corriam o risco de desaparecer⁷⁰⁰. Carlos Antunes teria já em mente a criação do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR).

2.1. A constituição do Movimento Revolucionário dos Trabalhadores

O papel desta nova organização seria o de promover, fomentar e multiplicar a iniciativa política e revolucionária da classe operária e não centralizar e monopolizar a sua acção. As BR afirmavam que não queriam ser mais uma organização ideológica e sectária, “discutindo até ao infinito a pureza dos princípios ou repetindo chavões que não poderão jamais transformar a realidade”, mas que queriam intervir de uma maneira nova na realidade portuguesa, o que implicava também a rejeição do “praticismo cego e vago” e a definição de uma linha revolucionária “que permitisse perspectivar a acção”⁷⁰¹.

Em Dezembro de 1971, as Brigadas Revolucionárias emitiram um documento que se intitula *Contribuição para um Movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo*, que pretendia ser um ante-projecto de um futuro movimento de unidade entre todos os que estavam dispostos a utilizar as acções violentas para derrubar o regime. Isto é, dirigia-se aos grupos que iam fazendo essas diligências no seio da classe operária: aos católicos progressistas que vinham realizando um trabalho profundo de organização a vários níveis e impulsionando a luta contra a guerra colonial; aos jovens militantes operários e estudantes que estavam à margem das organizações existentes e que sentiam necessidade de se organizar clandestinamente; aos militantes do PCP que divergiam e procuravam uma alternativa orgânica ou que ainda tinham esperança que o partido modificasse a sua orientação e que queriam continuar a lutar dentro do próprio partido por uma perspectiva revolucionária; a alguns agrupamentos de esquerda que divergiam das Brigadas ideológica ou estrategicamente, mas com quem conseguiam estabelecer trocas de opinião e alianças tácticas. O documento pretendia assim servir de base a um debate de ideias entre grupos que podiam convergir não só ideologicamente, como táctica e estrategicamente, com vista “à criação de uma organização

⁷⁰⁰ Brigadas Revolucionárias, “Entrevista do camarada “André, Sérgio” - Carlos Antunes – militante das Brigadas Revolucionárias à *Rádio Voz da Liberdade*”, Setembro de 1972, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 37-38

⁷⁰¹ IAN/TT, PIDE-DGS, pr. Pr. 18327 SC CI(2), NT. 7814, Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade, 21/11/71, p. 5

revolucionária estruturada a nível nacional”⁷⁰².

As BR, pelo menos desde Dezembro de 1971, ponderavam a criação de um partido e diligenciavam junto de outros grupos que defendiam a luta armada no sentido da concretização deste projecto, pois as Brigadas eram um pequeno grupo, insuficiente para a constituição de tal partido, sendo necessário alargar a respectiva base de apoio; unindo os diversos sectores e grupos que, defendendo os mesmos objectivo e formas de luta, continuavam frequentemente dispersos e a digladiar-se entre si.

O documento caracteriza a situação política em Portugal, sublinhando que a grande burguesia era a classe que detinha o poder político, o capital e os meios de produção, os recursos financeiros, a produção, exercendo-os sob a forma de uma ditadura do tipo fascista e concluindo ser a classe operária a única classe que vinha oferecendo resistência ao seu domínio. Do ponto de vista económico, Portugal era considerado como um país atrasado, dependente do imperialismo⁷⁰³. A única alternativa a esta situação era o socialismo.

A emigração e o papel dos emigrantes eram aspectos particularmente analisados, na perspectiva de que o governo de Marcelo Caetano enfrentava um problema de falta de mão-de-obra para levar a cabo a sua política de desenvolvimento industrial, já que o surto de emigração dos anos 60 afastou centenas de milhares de pessoas activas do país. Os emigrantes, a integraram-se na classe operária dos países industrializados, viveram experiências novas de luta de classes e de actividade sindical, acumularam experiência e, na perspectiva das BR, isso constituía um potencial revolucionário. Aos emigrantes económicos juntavam-se os emigrantes políticos, que saíam do país, fosse para fugir à repressão, ou, recusar combater na guerra colonial, o que contribuía para a radicalização da sua luta. Segundo as BR, esta radicalização e politização tornava-se um factor favorável à revolução socialista em Portugal, como base de apoio à luta no interior do país⁷⁰⁴. Para esta perspectiva não seria alheia a experiência de Carlos Antunes no exílio, sobretudo em Paris, onde contactou com a emigração portuguesa e, como já vimos, tendo sido responsável por um organismo de enquadramento dos emigrantes que tinha uma forte componente de politização.

O documento analisa igualmente a questão da guerra colonial, considerado que abria uma perspectiva revolucionária em Portugal, não só por ser um factor de grande descontentamento entre

⁷⁰² “Contribuição para um movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 18-19

⁷⁰³ “Contribuição para um movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 31-32

⁷⁰⁴ “Contribuição para um movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 34-35

os portugueses, mas também porque proporcionava a muitos jovens uma experiência militar que poderia vir a ser utilizada contra o regime, e, ainda porque permitia a aliança do povo português com os povos das colónias, abrindo uma quarta frente de combate⁷⁰⁵, aspecto insistentemente referido.

O documento ressaltava a ideia de estarem criadas as condições para o derrube simultâneo da ditadura e do capitalismo, o que só poderia ser conseguido pela força das armas. Porém, o recurso à luta armada implicava a preparação de quadros, a educação política dos trabalhadores e estudantes numa perspectiva de luta armada, incrementando acções que proporcionassem experiência aos quadros, e tinham em vista a transformação das lutas de massas em violência generalizada, ainda que continuassem a defender “levantamento popular armado” como resultado de um longo período de lutas de massas acompanhadas de acções armadas⁷⁰⁶. Nota-se aqui a influência da teoria do “levantamento popular de massas”, preconizada pelo PCP desde o seu I Congresso Ilegal, o que não será uma surpresa, tendo em conta que alguns dirigentes das BR tinham sido militantes do Partido Comunista Português.

No decurso da luta, os trabalhadores definiriam o novo modelo orgânico de partido que desejavam, sem copiar outros modelos, que, por mais importantes que tivessem sido, podiam não se adequar necessariamente à realidade portuguesa. Os grandes modelos, como a revolução bolchevique e as revoluções na China, no Vietname, na Coreia e em Cuba, eram tidos como importantes, como fontes de inspiração, pelo que deviam ser estudados, embora o modelo português decorresse de necessidades históricas específicas⁷⁰⁷.

De acordo com as BR, as lutas dos anos anteriores tinham trazido para a cena política muitos jovens, estudantes e trabalhadores, com grande espírito de luta, audácia e decisão que não se reviam nas organizações políticas existentes e que estavam disponíveis para participar numa nova organização que adoptasse um modelo orgânico diferente e que proporcionasse experiência de luta clandestina. Acrescia ainda o facto de o movimento revolucionário contar então com o apoio de sectores católicos que, recusando e denunciando a hierarquia da Igreja, se haviam tornado apoiantes dos movimentos revolucionários, fragmentando a imagem de uma Igreja unida no apoio ao regime. A nova organização a ser criada deveria enquadrar a resposta às reivindicações e aspirações destes

⁷⁰⁵ “Contribuição para um movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 35-39

⁷⁰⁶ “Contribuição para um movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 43

⁷⁰⁷ “Contribuição para um movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 46-47

sectores da sociedade portuguesa.

A acção das BR devitaria ser, por isso, prioritariamente dirigida para os grandes centros industriais onde, segundo Carlos Antunes, já tinham sido formadas células políticas das Brigadas Revolucionárias, de forma a articular-se com as lutas dos trabalhadores e demais população⁷⁰⁸; depois, contactar com outros grupos já organizados e discutir as convergências e divergências; para estabelecer uma plataforma de trabalho e colaboração, respeitando a autonomia das iniciativas em curso e prestando-lhe apoio, pondo à disposição destes grupos meios de trabalho e experiência⁷⁰⁹.

As BR recusavam o centralismo democrático, pois durante anos só havia servido para assegurar a obediência aos dirigentes, tornando-se, em sua opinião, um dos principais factores da degenerescência das organizações revolucionárias. Assim, as diferentes componentes orgânicas deviam ser autónomas e os órgãos de coordenação e direcção deviam respeitar essa autonomia⁷¹⁰.

A nova organização também não alinhava com nenhum dos dois grandes blocos em que se dividia o movimento comunista internacional (União Soviética e China). Tal alinhamento significaria a possibilidade de ingerência de um país estrangeiro nos problemas do movimento revolucionário português. A orientação do movimento devia ser da responsabilidade dos revolucionários desse país. Contudo, considerava-se parte integrante do movimento anti-imperialista mundial e manifestava-se solidária com todos os movimentos de libertação.⁷¹¹

Em Janeiro de 1972, o jornal *Portugal Informação*, editado pela FPLN em Paris, considerava que as primeiras acções das BR mostravam que algo de novo se estava a passar em Portugal, pois, pela primeira vez o regime estava diante de “revolucionários decididos a concretizarem na prática as aspirações revolucionárias dos antifascistas e do proletariado português”, desvalorizando as acções da ARA, considerando que não se enquadravam numa visão “revolucionária” de tomada do poder⁷¹².

A de 29 de Maio de 1972, através da *Rádio Voz da Liberdade*, a FPLN reafirmava as suas discordâncias da linha de orientação da ARA, por não ter delineado uma linha política própria, tornando as suas acções uma emanção da Direcção do Partido Comunista Português, pelo que as suas acções limitavam-se a encobrir a orientação “reformista” e “direitista”⁷¹³ do PCP, tornando-se

⁷⁰⁸ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁷⁰⁹ “Contribuição para um movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 46-47

⁷¹⁰ “Contribuição para um movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 46-47

⁷¹¹ “Contribuição para um movimento Revolucionário Organizado dos Trabalhadores Portugueses. Problemas de Tática e de Estratégia da Luta pelo Socialismo”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 46-47

⁷¹² *Portugal Informação*, nº 6, FPLN, Paris, Janeiro de 1972, p. 4

⁷¹³ IANT/TT – PIDE/DGS, pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade,, 29/5/72, p.

actos isolados levados a cabo por uma pequena estrutura militar, sem que fosse dada possibilidade às massas de enveredar por este tipo de luta. Ao contrário, as BR consideravam que a luta armada devia ser “expressão directa da luta de classe dos trabalhadores”, apoiada na necessidade de intensificação da luta operária e estudantil⁷¹⁴.

Meses mais tarde, em Abril de 1973, em novo comunicado, a FPLN sustentava que a luta armada passou a estar na ordem do dia em Portugal, com a multiplicação das acções violentas contra o regime e a guerra colonial. No entanto, considera que ainda era preciso uma melhor organização dos trabalhadores, que deviam continuar a travar lutas legais e semilegais. Desta forma, o período de campanha eleitoral para as eleições legislativas que se realizavam nesse ano devia ser aproveitado para a luta de massas para a agitação política, devendo ser posta de lado qualquer ilusão eleitoralista⁷¹⁵.

É por esta altura que as Brigadas Revolucionárias começaram também a explicitar a sua linha em relação ao trabalho no seio dos sindicatos, considerando que a intervenção realizada até aí, como tendo sido “reformista”. Desta forma, defendia que a luta nas empresas devia ser conduzida por uma organização operária clandestina numa perspectiva revolucionária, realizando greves, sabotagens e grandes movimentos de massas. Da conjugação da violência armada com esta luta de massas é que maturaria o processo de violência revolucionária que derrubaria o regime⁷¹⁶.

Igualmente importante é o esclarecimento da posição das Brigadas em relação à guerra e aos militares. Em Março de 1973, numa altura em que a preparação da constituição do partido já estava em marcha, as BR fizeram questão de reafirmar que as suas acções eram contra a guerra colonial e não contra a tropa ou os soldados portugueses. Simultaneamente, davam informações específicas de como se deviam organizar a oposição à guerra dentro dos quartéis:

“Os soldados, cabos, furriéis e oficiais milicianos que se opõem ao Governo e à guerra, devem organizar-se para passarem da oposição moral à oposição prática e revolucionária. Os trabalhadores e estudantes que estão a cumprir o serviço militar devem organizar-se nos quartéis de Portugal para utilizarem a instrução e as armas que a burguesia é obrigada a fornecer-lhes contra a própria burguesia, contra o Regime fascista e contra a guerra colonial. Os quartéis de Portugal, os quartéis que funcionam como centros de instrução para a guerra colonial, devem transforma-se em centros de instrução e de organização para a luta contra a guerra colonial, em centros de instrução e organização da juventude para a guerra revolucionária dos trabalhadores do povo português.”⁷¹⁷

454-459

⁷¹⁴ IANT/TT – PIDE/DGS, pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade,, 14/8/72, p.374

⁷¹⁵ IANT/TT – PIDE/DGS, pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade,, 14/8/72, p.374

⁷¹⁶ IANT/TT – PIDE/DGS, pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade, 22/4/73, p. 134-135

⁷¹⁷ IANT/TT – PIDE/DGS, pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade, 1/3/73, p.259

A orientação das BR era que os jovens deviam cumprir o serviço militar obrigatório, preparar-se na tropa, aprender técnica e logística militar, manejar armas, montar explosivos organizar acções de ataque e de defesa, e que, quando fossem incorporados numa companhia para ir para África, deviam desertar, levando consigo as armas e todo o material militar que conseguissem desviar dos quartéis. As Brigadas apoiavam-se, assim, em militantes no interior quarteis para planear as suas acções militares. Esta orientação, de deserção apenas depois da realização do serviço militar, era seguida pela maioria dos grupos marxistas-leninistas que defendiam a luta armada, uma vez que viam no exército a oportunidade de dar formação aos seus militantes e obter armamento.

Assim, ao longo dos anos de 1971 e 1972, as Brigadas Revolucionárias foram aprofundando as suas concepções teóricas e procurando alargar a base de apoio, conseguindo constituir pequenos núcleos de trabalhadores, particularmente na cintura industrial de Lisboa, e obtendo apoio logístico significativo através dos católicos progressistas.

A influência do PRP em algumas fábricas na Margem Sul e em Lisboa, ainda que pequena, permitiu a criação de Comissões de Trabalhadores Revolucionários, que tivera, uma acção importante no apoio à greve de fome e à vigília pela paz efectuadas por grupos de católicos e estudantes na Capela do Rato, que se realizou a 1 de Janeiro de 1973, pretexto da comemoração do Dia Internacional da Paz, segundo o lema papal “A Paz é possível”, convocada por grupos de católicos, como veremos.

A vigília da Capela do Rato foi acompanhada do rebentamento de vários petardos colocados pelas Brigadas Revolucionárias, em diversos pontos da capital, distribuindo um documento que apelava à solidariedade com católicos. Este documento, assinado por “trabalhadores revolucionários”, denunciava a guerra colonial como causa da miséria do povo português, da exploração dos povos das colónias e da sangria de jovens que morriam na guerra ou eram obrigados a emigrar, recusando-a. Reivindicava o fim da guerra, considerando que disso dependia o fim da ditadura e apelava à deserção, à denúncia das atrocidades cometidas nas frentes de combate e à solidariedade para com aqueles que estavam em greve de fome na Capela do Rato⁷¹⁸.

Perante a repressão policial, foi difundido novo comunicado, igualmente assinado por “trabalhadores revolucionários”, a tomar posição sobre os acontecimentos. Divulgado também através de petardos, denuncia a repressão do regime contra os católicos em vigília contra a guerra colonial e exigia a libertação daqueles que haviam sido presos.

Na avaliação das BR, a partir desta acção estava criado “um processo de luta anti-colonial

⁷¹⁸“Greve da fome contra a guerra colonial”, 30 de Dezembro de 1972, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 68-72

apresentando características revolucionárias”⁷¹⁹. Na sequência do rebentamento de petardos, duas crianças ficaram feridas sem gravidade, o que foi utilizado pelo regime para denunciar publicamente estas acções como terroristas.

Até ao 25 de Abril de 1974, os católicos progressistas iriam continuar a realizar acções contra a guerra colonial e muitos deles deram apoio logístico às acções das Brigadas Revolucionárias. Alguns, chegaram mesmo integrar o Partido Revolucionário do Proletariado, como Joana Lopes e os irmãos Maria da Conceição Moita e Luís Moita

No dia 30 de Abril 1973, as Brigadas Revolucionárias distribuíram, através do rebentamento de petardos em várias localidades do país, o seu comunicado intitulado para *Uma Frente Revolucionária dos Trabalhadores Portugueses*. Nele, fazem um apelo a uma jornada de luta no dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador⁷²⁰. Para o 1º de Maio de 1973, as Brigadas Revolucionárias estabeleceram como objectivos: a paralisação geral do trabalho; manifestações de rua contra o aparelho repressivo e a guerra colonial; o corte de electricidade no Sul do país para possibilitar a paralisação geral do trabalho; a paralisação do trânsito nas proximidades da manifestação; e a sabotagem do Ministério das Corporações⁷²¹. Porém, no dia 1º de Maio, o corte de electricidade não chegou a ser feito devido a deficiências técnicas nos detonadores, inviabilizando a paralisação das fábricas. A manifestação de rua também foi considerada “fraca”, pois não tinha sido possível cortar o trânsito e houve dificuldades de informação, o que levou a uma reavaliação do método de utilização de petardos, pois a utilização destes mostrava-se eficaz no domínio da agitação mas não de informação, devido à imediata intervenção da polícia.⁷²²

Mais importante foi a bomba colocada no Ministério das Corporações que provocou prejuízos materiais no edifício do ministério e colocou nas páginas dos jornais a acção das Brigadas neste primeiro de Maio.

A decisão da ARA de suspender as actividades levou a uma tomada de posição das Brigadas Revolucionárias, que viram esta decisão como uma confirmação de que as acções levadas a cabo por esta foram apenas uma forma de oportunismo político e não correspondiam a uma linha política revolucionária, e que, pelo contrário, teriam servido para dar cobertura a uma orientação “legalista” da luta política do PCP, que teria utilizado as acções armadas apenas como forma de pressão e de

⁷¹⁹“Liberdade para os presos de 31 de Dezembro – Abaixo a guerra colonial”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 73-75

⁷²⁰ “Uma Frente Revolucionária dos Trabalhadores Portugueses”, 30 de Abril de 1973, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 83-89

⁷²¹“Preparação do Dia 1º de Maio”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 90-91

⁷²²“Revisão às acções do 1º de Maio”, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 90-91

enquadramento dos sectores mais radicais da oposição⁷²³.

Desde início do ano de 1973 que o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores Portugueses está estruturado como organização política, assumindo nos comunicados a designação de Frente Revolucionária dos Trabalhadores Portugueses. Esta “Frente” era composta por três sectores: o operário, o militar (Brigadas Revolucionárias) e o legal (aparelho logístico de apoio às BR), que se tinham articulado na preparação do 1º de Maio desse ano. A partir daqui e até de Agosto seguiram-se meses de preparação do Congresso onde iria ser criado o PRP.

2.2. O Congresso fundador do PRP

Em Setembro de 1973, ocorreu em Argel o Congresso fundador do PRP-BR. Estiveram presentes delegados do sector operário, da luta legal, da luta armada, da informação e da emigração. Os delegados consideraram que estavam criadas as condições para elevar a um nível superior a coordenação da unidade revolucionária de militantes e grupos revolucionários que, mantendo a autonomia orgânica, convergiam nos objectivos.

Cada um dos sectores apresentou um relatório ao congresso que foi analisado e discutido. O relatório da direcção está dividido em três partes: situação política actual; perspectivas e problemas; e problemas de organização.

Em relação à situação política, consideravam que a crise do capitalismo português era parte integrante da crise do sistema capitalista mundial, agravada pela crise petrolífera e, no caso português, pela guerra colonial. Salientavam que o aparecimento das Brigadas Revolucionárias teria feito o Partido Comunista (que apelidam de “revisionista stalinista”) deslocar-se para a direita e optar por uma aliança com o Partido Socialista, gerando uma “degenerescência do espírito revolucionário” e o ressuscitar do “eleitoralismo” e do “legalismo” como forma de luta, recusando a violência armada. Seria isso que explicaria que o PCP tivesse optado por suspender as acções da ARA e passasse a condenar a luta armada e a violência de massas com a argumentação de que as formas de luta se tinham alterado e que a via mais eficaz para combater o regime voltava a ser a luta legal.

O novo PRP/BR pretendia também distanciar-se dos outros grupos de esquerda radical. Consideravam que estes eram um produto do meio estudantil, que viviam à margem da classe operária, sem prática revolucionária, que levava a situações de “voluntarismo e a roturas sucessivas” que conduziam a uma grande “grupcularização”. No entanto, reconheciam que haviam sido estes grupos quem primeiro reagiu contra o “revisionismo”, denunciando o “pacifismo” e colocando a necessidade imediata da luta armada. Por outro lado, valorizavam a importância dos

⁷²³ IANT/TT – PIDE/DGS, Pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade, 3/7/73, p.51

sectores católicos progressistas que vinham defendendo o fim da guerra colonial e apoiavam as Brigadas Revolucionárias do ponto de vista logístico.

Segundo estes pressupostos, uma vez desencadeada a luta armada era necessário avançar com a criação do partido revolucionário, organizando os trabalhadores e desenvolvendo a luta de massas, pois, tal como tinham defendido desde a formação das BR, a luta armada só tinha sentido quando conjugada com a luta de massas “sob a direcção e inspiração da vanguarda do proletariado”⁷²⁴. Além disso, a criação de sectores dentro das BR levantou a necessidade acrescida de uma unidade interna de pensamento. A participação na vigília na Capela do Rato e o 1º de Maio de 1973 marcaram na prática o arranque do partido, pois implicaram a organização e mobilização de todos os sectores das BR que convergiram táctica e ideologicamente em torno de acções concretas. A realização de um congresso fundador tornava-se inevitável e começou a ser preparado em Maio desse ano.

Seguia-se assim a concepção de que o partido deveria surgir no decorrer das lutas, instância que determinava as necessidades de organização e as formas de que esta se revestia, pois “é no decorrer da luta que se encontram e se fazem militantes” e eram estes que deviam construir o partido como instrumento indispensável para a tomada do poder pela classe operária⁷²⁵.

Ideologicamente, o Congresso que o PRP/BR tomava por objectivo estratégico a Revolução Socialista, que seria levada a cabo tendo em conta a realidade concreta do país e não “às costas de vagos fantasmas de internacionalismo que conduzam a ficar à espera dum reboque imaginário”⁷²⁶, criticando, desta forma, aqueles que o PRP/BR considerava que dependiam da URSS (PCP) e da China (grupos maoistas).

Quanto às formas de luta, o PRP continuava a defender a conjugação da luta de massas com a luta armada, conferindo a cada uma destas formas de luta objectivos e limites bem definidos que deviam ser conscientemente analisados no sentido de potenciar a sua eficácia nas diferentes conjunturas e em função dos objectivos estratégicos – derrubar o regime e fazer a Revolução Socialista em Portugal. No entanto, salientavam que era a luta armada “que condiciona e determina todas as outras formas de luta e organização da classe operária”⁷²⁷.

⁷²⁴ “Relatório da direcção (totalmente no interior do país) ao 1º Congresso”, Setembro de 1973, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 103 a 118

⁷²⁵ “Relatório da direcção (totalmente no interior do país) ao 1º Congresso”, Setembro de 1973, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 103 a 118

⁷²⁶ “Relatório da direcção (totalmente no interior do país) ao 1º Congresso”, Setembro de 1973, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 103 a 118

⁷²⁷ “Relatório da direcção (totalmente no interior do país) ao 1º Congresso”, Setembro de 1973, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 129-131

A luta legal, apesar de importante, tinha um carácter complementar e transitório na dinâmica da luta de massas e na radicalização da luta política. A luta legal era importante porque trazia para a luta política outros sectores sociais que de outra forma se manteriam afastados. Esta forma de luta deveria ser dinamizada por comissões unitárias de tipo semi-legal e a sua estratégia deveria passar pela sua implantação nos bairros operários, aproveitando as pequenas margens de abertura que o regime concedia, particularmente durante os períodos eleitorais.

No entanto, sendo o objectivo principal do partido a tomada do poder pela classe operária, era necessário criar formas de organização dos trabalhadores, pelo que o PRP defendia a criação de organizações autónomas, independentes organicamente do partido e criadas pelos próprios trabalhadores. Deveriam assim ser constituídas comissões de fábrica clandestinas que deveriam “conduzir o processo, discutir, decidir e levar a cabo as várias acções, permanecer organizadas no intervalo das lutas, fazer agitação, organizar”⁷²⁸. Destas comissões nasceria a “forma orgânica de vanguarda” da classe operária que tomaria o poder, pelo que a organização partidária deveria estar ao serviço das comissões autónomas de trabalhadores, que seriam, no fundo, uma espécie de sovietes, segundo o modelo da Revolução Russa. Por este motivo, os militantes do partido deveriam também integrar estas comissões autónomas, cabendo-lhes estabelecer a ligação entre os diferentes sectores, fornecer elementos teóricos e práticos e sugerir os caminhos que as comissões deveriam tomar, sem no entanto, os impor. Neste sentido, deveriam ser as comissões autónomas a discutir, decidir e orientar a sua estratégia de luta⁷²⁹.

Ao partido caberia estabelecer a ligação entre os sectores, impulsionar as organizações autónomas, constituir um núcleo teórico capaz de fazer uma síntese e estabelecer uma estratégia global. O objectivo do partido não deveria ser dirigir a luta de massas mas fazer com que o maior número de trabalhadores possível participasse na sua direcção.

No Congresso foi decidido que o jornal *Revolução* passaria a ser o órgão central do Partido e que a *Rádio Voz da Liberdade* passaria a ser designada por *Voz da Revolução*. Foram também eleitos os organismos de direcção, constituídos por uma Comissão Central, uma Comissão Executiva e um Secretariado. Todos os membros da direcção deviam militar no interior do país.

Do Congresso resultou o manifesto *Pela Revolução Socialista – Pela Ditadura do Proletariado* que perspectivava a tomada do poder pelos trabalhadores e o triunfo da Revolução Socialista em Portugal num curto espaço de tempo, pois, a crise do capitalismo português, agravada

⁷²⁸ “Relatório da direcção (totalmente no interior do país) ao 1º Congresso”, Setembro de 1973, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 132-137

⁷²⁹ “Relatório da direcção (totalmente no interior do país) ao 1º Congresso”, Setembro de 1973, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 136-137

pela guerra colonial, teria criado uma situação de instabilidade política e social que favorecia as forças revolucionárias.”⁷³⁰.

No curso do congresso foram afastados dois elementos oriundos da FPLN, Manuel Alegre e Fernando Piteira Santos, onde haviam exercido cargos de direcção, acusados de “graves actos de indisciplina praticados dentro e fora da organização”, mais precisamente de desvio de fundos e calúnias⁷³¹.

3. O aparelho logístico – Os católicos progressistas no PRP/BR

Do aparelho logístico do PRP/BR faziam parte elementos oriundos do sector católico progressista, que, no início dos anos 60, haviam sido muito influenciados pelo Concílio do Vaticano II, a Encíclica *Pacem in Terra* e a política de *aggiornamento*, promovidos por João XXIII. Os católicos progressistas portugueses foram radicalizando as suas posições de contestação ao regime, à hierarquia da Igreja e sobretudo à guerra colonial. É essa radicalização que justifica que uma parte se aproxime de sectores da esquerda radical, no caso concreto, preste inclusivamente apoio logístico às Brigadas Revolucionárias, ajudando no transporte de pessoas, armas e dinheiro, oferecendo esconderijo em casas particulares e mesmo em igrejas e conventos. Esta aproximação permitiu que as Brigadas beneficiassem do acesso a instalações religiosas ou a propriedades da Igreja. Carlos Antunes refere que passou algum tempo escondido num convento em que também se encontrava o Cardeal Cerejeira, com quem se cruzava diariamente, e, o qual nunca desconfiou da identidade deste hóspede que se fazia passar por um ex-combatente da guerra colonial, afectado pela guerra e que precisava de repouso e orientação espiritual⁷³².

Como já referimos, Carlos Antunes tinha conhecido, em Paris, Nuno Bragança, contactando através dele com outros elementos da oposição católica. Estas ligações, durante os meses que medeiam entre a decisão de formar as Brigadas e a vinda de Carlos Antunes para o interior do país, iriam revelar-se fundamentais para a construção do aparelho logístico das BR, cuja rede se estabelecia através do grupo de católicos ligados ao Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações, Experiências (GEDOC). Este grupo tinha-se formado em 1970, e tinha entre os seus principais dinamizadores Nuno Teotónio Pereira, Luís Moita, Maria Natália Duarte Silva, Manuel Alves, José Dias, Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, Francisco Solano de Almeida, Pedro Soares Onofre, Maria Luísa Sarsfield Cabral e o padre José Alfredo de Sousa Monteiro. As

⁷³⁰ “Pela Revolução socialista – Pela ditadura do proletariado”, *Setembro de 1973*, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 175-177

⁷³¹ “1º Congresso”, *Setembro de 1973*, in, PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 98; Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁷³² Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

reuniões decorriam, inicialmente, em casa de cada um dos elementos do grupo, e tinham como tarefa prioritária informar os portugueses das questões relativas ao colonialismo, à guerra colonial e à luta dos movimentos de libertação das colónias⁷³³.

Em finais do ano de 1970, Nuno Teotónio Pereira e Luís Moita organizaram uma colectânea de textos com o nome *Colonialismo e Lutas de Libertação*⁷³⁴, que pretendiam fornecer uma visão de conjunto sobre a guerra colonial, que durava já há dez anos. Os cadernos tiveram uma tiragem reduzida e foram distribuídos gratuitamente pelo correio. A partir daqui, o grupo considerou que seria importante constituir um arquivo de documentação que reunisse todo o material que estivesse relacionado com a guerra e a questão colonial. Para tal, decidiram criar um centro de documentação que funcionou em casa própria, alugada por Nuno Teotónio Pereira a Maria Luísa Sansfield Cabral onde o grupo mantinha o arquivo, máquinas de escrever, duplicador, fotocopiadora e um stencil electrónico, cuja aquisição foi financiada pelas Brigadas Revolucionárias⁷³⁵.

Foi a partir deste centro que se deu início à publicação do Boletim Anti-Colonial (BAC) um periódico clandestino contra a guerra colonial⁷³⁶. No editorial do primeiro número proclama-se que “a luta contra a política colonial do governo português torna-se cada vez mais urgente”, porque os povos africanos tinham direito à liberdade, que a guerra colonial era um crime contra o povo português e não se via solução militar para o conflito⁷³⁷.

Foram editados sete *Cadernos Anti-Coloniais*, com a tiragem de dois mil exemplares cada, sem periodicidade regular, e, ainda, editado um conjunto de dossiers sobre a guerra colonial e um caderno especial intitulado *Amílcar-Cabral – Textos Políticos*. O conteúdo geral das publicações era decidido pelo grupo. Foram também redigidas e distribuídas várias edições de folhetos versando temas relacionados com os cristãos e a guerra. Além disso, o grupo imprimiu, distribuiu tarjetas a dizer *Não à Guerra* e alguns trabalhos para a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos⁷³⁸.

⁷³³ ALMEIDA, João Miguel Furtado, 2008, *A oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 225-226

⁷³⁴ Esta colectânea era constituída por sete cadernos intitulados: *A expansão colonial portuguesa; Alguns aspectos do domínio colonial; A luta pela independência de Angola; A luta pela independência da Guiné de Cabo Verde; A luta pela independência de Moçambique; A solidariedade com as lutas de libertação; e Anexos*.

⁷³⁵ IAN/TT – PIDE-DGS, Pr: 544/73 SC PCN.T: 6412-6414, vol. 1– Auto de Declarações de Luís Manuel Vitor dos Santos Moita, 3 de Dezembro de 1973, p. 133 a 136

⁷³⁶ As funções no BAC estavam distribuídas da seguinte forma: Nuno Teotónio Pereira tinha a seu cargo a tarefa de recolha de documentação, muitas vezes, em jornais e revistas estrangeiros e da emigração, aquisição de papel próprio para o duplicador e impressão dos textos; Manuel Alves era responsável pela elaboração de um ficheiro bibliográfico; Luís Moita, seleccionava e redigia os textos e tratava do arranjo gráfico das publicações; Pedro Soares Onofre encarregava-se da distribuição do boletim pelo correio; Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, José Dias e Francisco Solano de Almeida compartilhavam entre si as tarefas de recolha de informação, angariação de fundos e distribuição da imprensa. Cf: IAN/TT – PIDE-DGS, Pr: 544/73 SC PCN.T: 6412-6414, vol. 1– Auto de Declarações de Luís Manuel Vitor dos Santos Moita, 3 de Dezembro de 1973, p. 133 a 136

⁷³⁷ Boletim Anti-Colonial, 1975, Porto, Afrontamento, p. 7. A análise dos vários editoriais do BAC é feita por João Miguel de Almeida no seu livro sobre a oposição católica ao Estado Novo. Cf: ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 259- 263

⁷³⁸ ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa,

A edição destes cadernos temáticos permitiu fornecer uma perspectiva mais ampla acerca das razões, problemas, organização e objectivos dos movimentos de libertação africanos. Outra iniciativa com muito impacto foi a publicação de mapas com a indicação das zonas de luta armada e ocupadas pelos movimentos de libertação. Além disso, foram divulgadas formas de solidariedade com as lutas de libertação⁷³⁹.

Muita da documentação e informação divulgada pelos BAC era obtida através de contactos no estrangeiro. Luís Moita, por exemplo, em Abril de 1972, numa viagem que efectuou a Roma, contactou com a Comissão Pontifícia Justiça e Paz, através de Giorgio Filibek, um dos seus secretários e com o Centro de Documentação e Informação Internacional; e em Lovaina, na Bélgica, contactou com o cônego François Houtart, professor da Universidade Católica e director de um centro de documentação sobre os problemas do Terceiro Mundo⁷⁴⁰. Esta deslocação terá sido parcialmente financiada pelas Brigadas Revolucionárias⁷⁴¹. Estes contactos tornaram possível o intercâmbio de informação com esses centros, permutando documentação – livros, panfletos, folhetos e publicações análogas e divulgando, por sua vez, os BAC.

As despesas do grupo com instalações e materiais de consumo eram suportadas pelo próprio grupo, através de contribuições individuais, e pelas Brigadas Revolucionárias que, além de terem financiado a compra do duplicador, ainda financiaram a edição do caderno especial sobre Amílcar Cabral. A ligação às BR era estabelecida directamente com Carlos Antunes e Isabel do Carmo através de Luís Moita⁷⁴².

Além disso, conseguiram recolher informação classificada das Forças Armadas através da rede de amigos de José Manuel da Silva Dias, estudante no Instituto Superior Técnico, que prestavam serviço em vários departamentos militares, designadamente relatórios sobre operações militares das tropas portuguesas e dos movimentos de libertação ou sobre a ajuda estrangeira a Portugal, que depois era fornecida aos movimentos de libertação africanos⁷⁴³. Entre esses documentos encontrava-se grande quantidade de relatórios do Comando Chefe de Moçambique, relatórios operacionais da Região Militar de Angola, planos de contra-subversão e de acção psicológica na metrópole e colónias, publicações de doutrina sobre guerra subversiva, vários relatórios sobre contra-subversão das Forças de Segurança de Angola e ainda um documento sobre

p. 251 a 258

⁷³⁹ ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 251 a 258

⁷⁴⁰ IAN/TT – PIDE-DGS, Pr: 544/73 SC PCN.T: 6412-6414, vol. 1– Auto de Declarações de Luís Manuel Vitor dos Santos Moita, 3 de Dezembro de 1973, fls. 133 a 136

⁷⁴¹ IAN/TT – PIDE-DGS, Pr: 544/73 SC PCN.T: 6412-6414, vol. 1– Auto de Declarações de Luís Manuel Vitor dos Santos Moita, 3 de Dezembro de 1973, fls. 135

⁷⁴² Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁷⁴³ IAN/TT – PIDE-DGS, Pr: 544/73 SC PCN.T: 6412-6414, vol. 1– Auto de Declarações de Nuno Teotónio Pereira, 4 de Dezembro de 1973, fls. 235-239

uma “Possível Assistência Italiana no Campo da Guerra Electrónica”⁷⁴⁴.

Em 1972, o Papa Paulo VI propôs o tema *A Paz é possível* para a comemoração do Dia Mundial da Paz, celebrado a 1 de Maio de 1973. Em Portugal, vários grupos de católicos decidiram realizar acções pela paz, numa atitude, obviamente, crítica em relação ao regime e à guerra colonial.

No Porto, a Comissão Diocesana de Justiça e Paz preparou a Comemoração do Dia Mundial da Paz com um texto publicado, em 9 de Dezembro de 1972, na *Voz Portucalense* e reproduzido em edições policopiadas pelo país. Na introdução é referido que “há um divórcio entre as orientações da Igreja e o pensamento e acção dos católicos”, o que era um obstáculo à construção da paz. Aliás, em Portugal vivia-se um agravamento da violência devido à guerra colonial “para a qual não se vê esboçar qualquer atitude que procure promover uma solução pacífica do conflito aberto”⁷⁴⁵.

O pároco de Macieira da Lixa, padre Mário de Oliveira, na homilia do Dia da Paz tem uma intervenção polémica em que questiona a ida à guerra colonial: “Não à paz que se quer impor em África, não à Paz que se diz viver em Portugal [...] será pecado desobedecer às ordens dos governantes quando essas ordens são para ir fazer a guerra? Será pecado desobedecer ou será maior pecado obedecer?”⁷⁴⁶. Por causa desta homilia, o pároco foi preso em 21 de Março de 1973.

Outro pároco com problemas com a DGS foi o Padre João Maria Van Hurk, de Cedofeita, no Porto, que no dia 1 de Janeiro proferiu uma homilia em que declarou: “Entre nós a paz é possível se for garantido: o direito de associação, direito de expressão, direito de informação, direito de participação na vida pública”⁷⁴⁷. Como o padre era holandês, o Governo expulsou-o de Portugal.

Em Lisboa, um grupo de católicos dirigiu ao seu bispo, D. António Ribeiro, uma carta aberta na qual criticavam a colaboração da hierarquia católica portuguesa com o governo e a presença de capelães militares nas Forças Armadas, pedindo, igualmente, que fosse permitida a objecção de consciência; promovida a discussão e os testemunhos públicos sobre a guerra colonial; que interviesse na Conferência Episcopal para que esta tomasse uma posição sobre a guerra colonial; e que o bispo se recusasse, juntamente com os outros bispos, a participar em actos públicos tendentes a apoiar a guerra colonial⁷⁴⁸.

Porém, a iniciativa mais emblemática e de maior impacto, mediático e político, foi a vigília

⁷⁴⁴ IAN/TT – PIDE-DGS, Pr: 544/73 SC PCN.T: 6412-6414, vol. 1- Relatório Secreto da DGS enviado ao General Chefe do Estado Maior do Exército, 3 de Outubro de 1972, fls. 406-407

⁷⁴⁵ *Preparando o próximo Dia Mundial da Paz (1 de Janeiro de 1973)*, a Comissão Diocesana de Justiça e Paz do Porto dirige-se aos cristãos da Diocese, como também a todos aqueles que aspiram à Paz, para que, sob o impulso do Espírito renovado, este anseio de todos se torne uma realidade, Porto, (Edição policopiada), 1973, p. 3

⁷⁴⁶ Homilia do Dia da Paz – 1.1.73, Centro de Documentação 25 de Abril, pasta <<Diversos>>, p. 3, Cit. in ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 267

⁷⁴⁷ ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 268

⁷⁴⁸ ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 268

na Capela do Rato, preparada por católicos ligados ao BAC, ao aparelho logístico das Brigadas Revolucionárias e por estudantes. Segundo João Miguel Almeida, no dia 30 de Dezembro de 1972, na Capela do Rato, na Calçada Bento da Rocha Cabral, ao Rato, Lisboa, um grupo de cristãos surpreendeu o celebrante, Padre João Seabra Dinis, ao declarar publicamente que tencionava realizar na capela uma jornada de 48 horas de “greve de fome” e de reflexão acerca da guerra colonial, apelando a cristãos e a não cristãos para participarem na iniciativa. Esta acção foi acompanhada pelo rebentamento de dezenas de petardos em várias zonas de Lisboa, colocados pelas BR para espalhar panfletos de solidariedade com os grevistas.

Na capela, várias centenas de pessoas continuaram em vigília e cerca de vinte delas estavam em jejum voluntário. À noite, o padre Alberto, responsável pela Capela, que não tinha celebrado a missa por se encontrar doente, fez saber que ignorava a iniciativa mas não se opunha a ela. No Domingo de manhã, dia 31, os participantes nas missas das 11:00 e das 12:30 foram informados do que se passava. Ao mesmo tempo, em várias outras igrejas de Lisboa eram distribuídos comunicados sobre o acontecimento, apelando à adesão das pessoas à vigília. À tarde, na Capela do Rato, foi aprovada, pelos participantes na vigília, uma moção que declarava a guerra como injusta para os povos das colónias e para os portugueses, e, por esta razão, repudiando a política do Governo português; denunciando a cumplicidade da Hierarquia da Igreja Católica; condenando a repressão sobre os trabalhadores e jovens que se manifestam contra a guerra; solidarizando-se com os povos das colónias em luta e com os portugueses empenhados na construção de uma sociedade mais justa; apelando a todas as pessoas conscientes que se unissem na luta contra a exploração e opressão do povo. Por volta das 19 horas, as forças policiais começaram a concentrar-se à volta da Capela e meia hora depois o local estava cercado por carrinhas com polícia de choque e cães. O trânsito foi controlado e a zona isolada. Por volta das 20:45, um Comissário da PSP entrou na Capela e deu aos presentes ordem de evacuação em dez minutos. Findo o tempo, foi dada ordem aos participantes para se retirarem imediatamente; os intimados protestaram e quiseram saber se a PSP tem uma autorização do Patriarcado para entrar na Capela. Algumas pessoas permaneceram sentadas e resistiram à ordem, sendo presas e levadas para a esquadra da PSP do Rato. Os suspeitos de serem os líderes da vigília foram levados para os calabouços do Governo Civil e, posteriormente, para a prisão de Caxias, onde permanecem incontactáveis. Entre estes estavam Luís Moita e Nuno Teotónio Pereira. Pelas 22 horas, o Padre António Janela comparece na Capela do Rato para preparar a celebração da missa da meia-noite, sendo informado que esta tinha sido encerrada pela polícia. No entanto, como não tinha recebido uma indicação do Cardeal-Patriarca nesse sentido decidiu continuar com a celebração da eucaristia. No dia 1 de Janeiro, pela manhã, D. António Ribeiro, Cardeal-Patriarca de Lisboa, era informado dos acontecimentos na Capela do Rato e

pronunciava-se pela continuação dos actos de culto habituais. No entanto, após a celebração da última missa da manhã, um oficial e um Comissário da PSP intimaram o Padre António Janela a acompanhá-los e é o próprio Cardeal-Patriarca que vai à sede da DGS a exigir a libertação do sacerdote, recusando sair do edifício enquanto este não fosse libertado⁷⁴⁹.

De acordo com João Miguel Almeida, as reacções às prisões dos participantes na vigília da Capela do Rato surgiram rapidamente. Foram divulgadas cartas de católicos de vários pontos do país em solidariedade com os acontecimentos e foram entregues exposições de protesto ao Presidente do Conselho e ao Patriarca de Lisboa. A demissão pelo Governo de 12 funcionários públicos acusados de participarem na vigília levou à criação de um fundo de solidariedade para pagar as cauções dos presos e os salários dos funcionários demitidos. Marcelo Caetano reagiu aos acontecimentos num longo discurso feito na televisão e na rádio em que criticava os cristãos da Capela do Rato e defendia que o seu governo vinha trabalhando pelo desenvolvimento e crescente autonomia das províncias ultramarinas. As repercussões da vigília da Capela do Rato atingiram a Assembleia Nacional. Em 27 de Fevereiro, Miller Guerra travava uma discussão com Casal Ribeiro em que admitia discutir a presença de Portugal em África e, na sequência deste episódio, demitiu-se de deputado.⁷⁵⁰

Os acontecimentos da Capela do Rato marcaram profundamente a oposição católica portuguesa e obrigaram, pela primeira vez, a hierarquia da Igreja a condenar uma acção repressiva concreta do regime. Ao mesmo tempo, a divulgação dos acontecimentos nas páginas da imprensa portuguesa e de alguns jornais estrangeiros deu visibilidade à acção e mostrou o desfasamento entre a hierarquia da Igreja, ligada ao regime e um dos seus principais sustentáculos, e as bases católicas, influenciadas pelo Concílio do Vaticano II, que criticavam duramente a ditadura, a guerra colonial e a miséria do povo português.

As Brigadas Revolucionárias, juntamente com este grupo de católicos, ainda tentaram fazer uma acção em Fátima que consistiria em provocar uma interferência no serviço de som, no dia 13 de Outubro de 1973, e transmitir uma mensagem contra a guerra colonial. O plano consistia em introduzir uma fita gravada no ampliador da cabine de som do Santuário. Luís Moita ficou encarregado de redigir o texto e Carlos Antunes arranjou um gravador e uma pessoa para fazer a leitura. Depois, Carlos Antunes dirigiu-se para o Santuário de Fátima a fim de realizar a acção, porém, no local, verificou que não havia condições de segurança para a realizar e cancelou-a⁷⁵¹.

Em Novembro de 1973, a PIDE/DGS investiu sobre este grupo e prendeu alguns dos seus

⁷⁴⁹ ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 269-271

⁷⁵⁰ ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa, p. 271

⁷⁵¹ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

principais elementos⁷⁵², conseguindo chegar aos nomes dos principais dirigentes e operacionais das Brigadas. Grande parte do aparelho militar do PRP-BR passou, então, a uma clandestinidade ainda mais rigorosa, suspendendo durante alguns meses as acções e procurando reestruturar o aparelho logístico e militar tendo em conta as novas condições de conhecimento e vigilância apertada da polícia sobre a organização⁷⁵³.

Deste modo, o apoio dos católicos progressistas às BR incidia quer no plano logístico, quer na organização e participação em actividades de cunho anti-colonial que convergiam objectivamente com as suas prioridades políticas. Pelo aparelho logístico passavam tarefas como guardar dinheiro, transportar os elementos das Brigadas, fornecer alojamento seguro, comprar material que a organização necessitasse e transportar para o exterior e para o interior notícias, cartas, armamento, tudo o que fosse necessário. Alguns dos elementos que participaram nestas tarefas de apoio logístico não pertenciam sequer às BR, desempenhando-as num contexto de grande radicalização e de forte repulsa pela guerra colonial. Joana Lopes, católica progressista e militante do PRP desde o Congresso fundador até ao Verão de 1974, relata, por exemplo, que, em 1973, deve ter saído do país para aí umas dez vezes. Apesar de sair por motivos profissionais (trabalhava na IBM) estas deslocações eram aproveitadas para levar materiais da organização para Paris, geralmente cartas e microfímes. Além disso, também chegou a fazer o reconhecimento de potenciais alvos, uma vez que lhe era fácil aceder a determinados locais, tratando-se de uma funcionária de uma multinacional⁷⁵⁴.

As Brigadas Revolucionárias, além do apoio concedido pelo governo argelino à FPLN, que passava essencialmente por apoio logístico à *Rádio Voz da Liberdade*, não dispunham de qualquer financiamento externo, facultado por outras organizações ou governos. Assim, para obter financiamento, recorria a acções de “expropriação”, isto é, a assaltos a bancos, cujo provento era depositado em esconderijos seguros, como em casa de amigos, centros paroquiais ou contas bancárias abertos por militantes ou simpatizantes. Parte do dinheiro proveniente do assalto em Alhos Vedros, por exemplo, foi depositada numa conta bancária em nome de Manuel Moita no Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa; outra parte foi deixada com o padre António Correia, pároco de Palmela, embora este não tivesse conhecimento do conteúdo do embrulho que lhe foi entregue por Conceição Moita; outra parte, foi deixada com Maria Antónia Moita, mulher de

⁷⁵² São arguidos neste processo: Nuno Teotónio Pereira, Joaquim Brandão Osório de Castro, Maria Luísa Sarsfield Pereira Cabral, Luís Manuel Victor dos Santos Moita, Rui Pereira Dias Lemos Peixoto, Pedro Manuel Soares Ferreira Onofre, Maria Gabriela de Figueiredo Ferreira, Manuel Victor Santos Moita, Maria da Conceição Victor Moita, António Rodrigues Correia, Henrique José Monteiro Santa Clara Gomes, Ismael Nabais Gonçalves. São acusados de realizar actividades “contra a segurança do Estado pela chamada “Frente Patriótica de Libertação Nacional” e as suas “Brigadas Revolucionárias” e por um agrupamento subversivo que se diz de Acção Anti-Colonial.”

⁷⁵³ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁷⁵⁴ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Carnaxide, Editora Objectiva., p. 230

Manuel Moita⁷⁵⁵. O mesmo terá acontecido com o dinheiro resultante dos outros assaltos. O dinheiro ia sendo restituído ao PRP/BR à medida que Carlos Antunes solicitava, em função das necessidades da organização⁷⁵⁶.

Quanto às casas clandestinas, o arrendamento era também, nalguns casos realizado por elementos deste grupo. Maria da Conceição Moita, por exemplo, alugou uma dessas casas, em Algés, frequentada por Carlos Antunes, que a chegou a habitar durante algum tempo, e onde se efectuaram algumas reuniões. Uma outra casa arrendada em Vale de Lobos servia de base para reuniões, guardar material e revelar fotografias dos locais das futuras acções. Outra em Sintra, apalaçada, servia de refúgio aos militantes da organização. A organização do Algarve dispunha também de uma casa alugada em Olhão, que servia de apoio e refúgio a militantes⁷⁵⁷.

Carlos Antunes utilizou outras casas em várias regiões do país, pois nunca ficava muito tempo no mesmo local, como medida de defesa. As casas, além de servirem para guardar material e preparar as acções, podiam acolher militantes e, além das que eram alugadas, havia também instalações cedidas por simpatizantes, muitos deles católicos ou elementos da própria Igreja, designadamente padres⁷⁵⁸.

Este aparelho combinando o esforço de militantes e simpatizantes, apoiando-se muito nos meios católicos progressistas, permitiu manter completamente afastado dos olhos da polícia toda a organização durante um período de tempo considerável.

4. Acções das Brigadas Revolucionárias

As Brigadas Revolucionárias eram compostas, sobretudo, por indivíduos sem treino militar. Carlos Antunes refere que a sua aprendizagem prática, assim, como a de outros elementos das Brigadas, ocorreu em pinhais e nas praias portuguesas e com base num manual do exército suíço. Este manual tinha sido escrito nos anos 50 e ensinava a população suíça a defender-se em caso de o país ser atacado por um país estrangeiro. Nele se ensinava a construir abrigos subterrâneos, proteger as casas, técnicas de defesa pessoal e a construir bombas com materiais caseiros e acessíveis à maioria das pessoas. Neste contexto foi também importante um livro de agricultura que ensinava a utilizar químicos agrícolas que depois podiam ser usados na construção de engenhos explosivos⁷⁵⁹.

Os contactos com Henri Curiel, tal como aconteceu com a LUAR, permitiram que Carlos Antunes se familiarizasse com técnicas de falsificação de passaportes e outros documentos de

⁷⁵⁵ IAN/TT - PIDE/DGS, Pr. 544/73 SC PC, NT: 6412-414, vol. 1, Auto de declarações de Maria da Conceição Moita, 10 de Dezembro de 1973, fls. 218 a 222

⁷⁵⁶ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁷⁵⁷ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁷⁵⁸ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁷⁵⁹ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

identificação, que poderiam ser necessários aos militantes das BR, ou ainda instrução prática sobre a construção de bombas.

Além disso, no Verão de 1973, antecedendo o Congresso fundador do PRP, alguns militantes das Brigadas frequentaram um campo de treinos militares no deserto da Argélia, financiado pelo governo argelino e onde estavam presentes militantes de vários movimentos de libertação. Foi a única vez, durante a ditadura, que militantes das BR receberam treino militar no estrangeiro⁷⁶⁰.

Assim, apesar de algum estudo e treino, os militantes das BR foram aprendendo sobretudo com a prática e muito na base do improvisado.

4.1. Os assaltos a bancos

Sem financiamento do exterior, as Brigadas Revolucionárias desde cedo recorreram a acções de “expropriação” em bancos com vista à obtenção dos meios indispensáveis à sua actuação, que eram bastante elevados.

Apesar de o número de funcionários clandestinos das BR não ser muito grande, as despesas com a sua dedicação a tempo inteiro e em condições de clandestinidade absoluta eram de monta. Além disso, era necessário dispor de uma rede de casas de apoio pelo país e, apesar de poderem utilizar casas de militantes e simpatizantes com vida legal e que não levantavam desconfianças, as BR adquiriram casas em nome de militantes legais. Do mesmo modo, tiveram de proceder em relação a meios de transporte, tornando-se necessário comprar viaturas para a deslocação dos seus dirigentes e para a realização das acções e que, muitas vezes, por motivos de segurança, eram rapidamente abandonadas ou inutilizadas. E, claro, havia a necessidade de comprar armas e material explosivo que, a partir de determinada altura, começou a vir do estrangeiro, o que implicava gastos avultadíssimos⁷⁶¹.

O número total de acções de assaltos realizados pelas Brigadas Revolucionárias ainda hoje não é plenamente conhecido. É apenas mencionado que foram muitos e um pouco por todo o país. A polícia, nalgumas destas operações não lhes vislumbrou implicações políticas, já que nunca foram assumidas dessa forma e por isso tratou-as como assaltos de delito comum.

4.1.1. Primeiro assalto em Alhos Vedros

A 6 de Novembro de 1972, as Brigadas Revolucionárias assaltaram, pela primeira vez, a agência do Banco Português do Atlântico em Alhos Vedros. O assalto foi chefiado por Carlos Antunes e contou com apoio do sector católico através de Maria da Conceição Moita, que tinha a tarefa de receber o produto do assalto e transportá-lo até Palmela, onde o entregaria ao Padre

⁷⁶⁰Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁷⁶¹Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

António Correia, pároco daquela vila. O dinheiro ia acondicionado num saco de viagem que foi entregue ao pároco sem que lhe tivesse sido dada qualquer informação sobre o conteúdo do mesmo.

Uma pequena quantia tinha, porém, sido retirada por Maria da Conceição Moita, ficando em seu poder como fundo de maneio. Posteriormente, por duas ou três vezes, Maria da Conceição Moita deslocou-se a Palmela para ir trazer novas quantias que ia entregando a Carlos Antunes em função das necessidades⁷⁶². Foi com uma parte deste produto, 30 mil escudos, que se tornou possível iniciar a publicação do Boletim Anti-Colonial, adquirindo-se o equipamento necessário.

4.1.2 . Segundo assalto em Alhos Vedros

No dia 25 de Maio de 1973, as Brigadas Revolucionárias assaltaram pela segunda vez a agência do Banco Português do Atlântico de Alhos Vedros. Segundo o *Diário de Lisboa*, tinha sido um assalto semelhante ao anterior, com o mesmo modo operativo e o mesmo número de pessoas:

“No mesmo local, à mesma hora, o mesmo número de pessoas armadas, utilizando quase o mesmo processo de abordagem e fazendo a retirada por caminhos idênticos: o assalto de ontem ao único banco de Alhos Vedros parece ter sido copiado a papel químico daquele que se processou a 6 de Novembro de 1972”⁷⁶³.

Os jornais da época contaram mais pormenores do assalto. Este teria ocorrido entre as 11:55 e as 12:01 minutos e teriam sido retirados cerca de mil e quinhentos contos. Eram seis assaltantes, estavam mascarados e armados e entre eles estava uma rapariga jovem, estudante de sociologia, “Graça”⁷⁶⁴, que teria sido a primeira mulher a participar num assalto a um banco em Portugal. O golpe tinha sido presenciado por numerosas testemunhas que se contiveram devido aos assaltantes estarem armados.

Segundo as testemunhas, aquela jovem tinha estado anteriormente no banco, por volta das 10 horas da manhã, para trocar francos por escudos. A sua presença tinha chamado a atenção, pois tratava-se de uma desconhecida na terra e pela sua “aparência física muito agradável”, chegando uma criança a declarar ao jornal *A Capital* – “Gostei mais deste do que do outro. Ora, ao menos esta vez, havia uma menina bonita como nos filmes”⁷⁶⁵. Na realidade, durante o planeamento da acção, a brigada responsável pelo assalto tinha decidido que “Graça” usaria uma mini-saia para distrair a atenção das pessoas e dos funcionários do banco pela diferença.

Na altura do assalto, entraram no banco dois elementos disfarçados com uma meia na cabeça, outro que se disfarçava com a gola do casaco e “Graça” com a cara destapada. Um quarto

⁷⁶² IAN/TT - PIDE/DGS, Pr. 544/73 SC PC, NT: 6412-414, vol. 1, Auto de declarações de Maria da Conceição Moita, 10 de Dezembro de 1973, fls. 218 a 222

⁷⁶³ “O assalto ao banco”, in *Diário de Lisboa*, 26 de Maio de 1973, p. 1

⁷⁶⁴ Optou-se por dar o mesmo pseudónimo que Isabel Lindim lhe atribuiu no livro *Mulheres de Armas*. Cf: LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p77

⁷⁶⁵ “Alhos Vedros. Um banco para toda a gente” in *A Capital*, 26 de Maio de 1973, p. 1

elemento ficara no carro, de modo a recolher os seus companheiros depois da acção e partindo de seguida a grande velocidade, mas acenando aos populares que assistiam estupefactos à cena.

Dentro do banco, teria sido deixada uma caixa com TNT escrito, o que levou a que fosse chamada a brigada anti bombas, que veio a concluir estar a caixa vazia.

O *Diário de Lisboa* continuou, nos dias seguintes, a falar do assalto, sublinhando que, no geral, “a população local encara já os acontecimentos como quase rotineiros” e alguns sentiam mesmo uma espécie de euforia ao relatar os acontecimentos vivenciados⁷⁶⁶. Era o caso de D. Olívia, uma pasteleira, que da janela de sua casa tinha presenciado os dois assaltos e que relatava a sua história aos jornais. Contava que um dos rapazes a tinha mandado entrar em casa, chegando a ameaçá-la com uma pistola mas que ela não obedeceu, e que todos os assaltantes “tinham bom aspecto e estavam bem vestidos [...], falavam sorridentes, bem dispostos quando se meteram no carro antes de fugirem. Acenaram. Disseram adeus. E vejam lá que não levaram o dinheiro todo... até deixaram o dos depósitos que lá se estavam a fazer na altura”⁷⁶⁷.

Nunca, em nenhuma altura, os jornais se referem ao assalto como uma acção política ou perpetrada por uma organização política. Porém, nesta altura, a PIDE/DGS já sabia que as BR utilizavam o assalto a bancos como meio de se financiarem. O problema é que ainda não tinham conseguido chegar ao núcleo político e militar da organização. Mesmo com as prisões efectuadas no sector dos católicos progressistas, que dava apoio logístico, não conseguiam penetrar na orgânica das BR.

4.1.3. O duplo assalto em Cabo Ruivo

Ainda no ano de 1973, em Outubro, as Brigadas Revolucionárias levaram a efeito um duplo assalto em Cabo Ruivo, ao Banco Totta & Açores e outro ao Banco Nacional Ultramarino. O objectivo era que duas brigadas realizassem as acções em simultâneo, dada a proximidade dos locais.

As brigadas faziam-se transportar em dois carros diferentes e de acordo com “Joana”⁷⁶⁸, militantes das BR que participou na acção, “ninguém tinha experiência em assaltos, o grupo tinha mais de intelectual que de aventureiro”⁷⁶⁹, embora tivessem envolvidos pelo menos dois elementos que tinham estado no assalto ao banco de Alhos Vedros, em Maio desse ano: Carlos Antunes e “Graça”.

No mesmo carro de “Joana” iam José Paulo Viana e mais dois operacionais das BR. Coube a

⁷⁶⁶“Uma pasteleira que não tem medo de pistolas”, in *Diário de Lisboa*, 27 de Maio de 1973

⁷⁶⁷“Uma pasteleira que não tem medo de pistolas”, in *Diário de Lisboa*, 27 de Maio de 1973

⁷⁶⁸ Optou-se por dar o mesmo pseudónimo que Isabel Lindim lhe atribuiu no livro *Mulheres de Armas*. Cf: LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Carnaxide, Editora Objectiva, p. 95

⁷⁶⁹ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Carnaxide, Editora Objectiva, p. 100.

José Paulo Viana ficar no carro a aguardar, de arma na mão, que os outros entrassem no banco e concretizassem o assalto. “Joana” relata o que correu mal nesse assalto:

“Eles entraram imediatamente e eu tive de fechar a porta e não deixar ninguém sair, era quase meio-dia e o banco ia fechar. A porta era pesadíssima, houve pessoas que entretanto tentaram sair, e eu de pistola na mão dizia que não podiam... Não demorou muito para um segurança maluco desatar aos tiros. Primeiro fugiu um camarada que chamávamos de “cozinheiro”, porque tinha trabalhado em França, e depois o outro elementos...Fiquei sozinha no banco. Quando saí e comecei a subir as escadas só pensava que ia levar um tiro, o segurança não parava de disparar.”⁷⁷⁰

O segurança perseguiu-os enquanto abandonavam o local, chegando a disparar para o interior do automóvel e a estilhaçar um vidro deste. José Paulo Viana acabou por disparar, atingindo de raspão o braço do segurança, que ainda mandou parar um carro de modo a continuar a perseguição. José Paulo Viana teve de fazer várias manobras perigosas para conseguir escapar em direcção a Sacavém:

“Fomos direitos a Sacavém mas sem hipótese de nos safarmos. Foi uma sorte aparecer uma pequena camioneta à nossa frente que seguia muito no meio da estrada. Ultrapassei-a pela direita e quando estava ao lado da camioneta buzinei furiosamente, o condutor assustou-se e pôs-se na faixa dele, o que nos deu oportunidade de dispersar.”⁷⁷¹

Abandonaram o carro em Sacavém e seguir para Lisboa de autocarro. No entanto, acabaram por sair do assalto sem dinheiro.

O segundo grupo de assaltantes era composto por Paula Viana, Francisco, “João Grande” [pseudónimo de Victor Ramos], e “Graça”. O carro era conduzido por Paula Viana, que vinha do Porto juntamente com o marido, Francisco, para participar na acção. Como no assalto anterior, o condutor, neste caso, Paula Viana, irmã de José Paulo Viana, ficaria no carro aguardando a concretização do assalto. Enquanto esperava viu um empregado da empresa que ficava ao lado do banco a espreitar e a fazer sinais para os colegas, pelo que decidiu sair do carro, batendo no vidro do banco, para avisar os outros operacionais. Voltou de seguida para o carro até que eles regressassem à viatura, o que aconteceu rapidamente mas não sem antes João Grande disparar um tiro para o ar.

Paula Viana relata no livro *Mulheres de armas* que arrancou logo de seguida, preparada para fazer um dos caminhos que tinham sido estudados no plano de fuga “só que o homem que viu o assalto meteu-se num carro para vir atrás de nós e bloqueou a saída prevista”, então resolveu optar por outro percurso “mas aquilo era uma espécie de labirinto, e quando saí por outra rua demos de caras com ele de novo, os dois caminhos entroncavam, e por coincidência ele foi por ali. Eu avancei

⁷⁷⁰ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 100-101

⁷⁷¹ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 101

e ele veio atrás de nós. Como trabalhava numa empresa de automóveis, ia num bom carro e era bom condutor. Foi uma perseguição completamente louca, eu não conseguia ganhar distância. A dada altura meti-me numa rua com sentido único, em sentido contrário, e ele não se atreveu a fazer o mesmo”. Acabaram por desembocar num troço de via rápida, mas em sentido contrário e, ao atravessar o separador central para irem para a via correcta, furou um pneu e acabaram por deixar o carro em Santo António dos Cavaleiros⁷⁷².

José Paulo Viana ainda voltou ao local onde tinha abandonado o carro para ir recuperar o dinheiro, mas logo depois teve de sair do país, pois o carro estava alugado em seu nome e a polícia poderia facilmente chegar a ele. O dinheiro recuperado foi entregue a Maria da Conceição Moita, tal como já tinha sucedido, que guardou uma parte em sua própria casa e outra parte entregou a pessoa da sua confiança⁷⁷³.

4.1.4. Assalto no Bombarral

Na manhã do dia 19 de Abril de 1974, poucos dias antes do 25 de Abril, as Brigadas Revolucionárias assaltaram a agência do Banco Português do Atlântico, no Bombarral. Neste assalto, participou uma brigada de quatro elementos que conseguiu cerca de três mil contos. Esta brigada era composta por Paula Viana, o marido, Francisco, e o irmão, José Paulo Viana, entretanto regressado a Portugal e mais um elemento da célula do Porto das BR⁷⁷⁴.

O “modus operandi” era semelhante aos anteriores. Três elementos entraram no banco, com meias na cabeça e armas, e um quarto elemento ficou no carro à espera. O *Diário de Lisboa* relata que os assaltantes, de armas em punho, obrigaram o gerente a abrir o cofre e a retirar o dinheiro que lá se encontrava⁷⁷⁵. As Brigadas tinham informações que naquele dia o banco iria fazer pagamentos pelo que as caixas se encontravam com muito dinheiro, sendo, portanto, o dia ideal para fazer a acção. O dinheiro foi depois transportado por Paula Viana até Lisboa e entregue a Maria Patrocínia Guerreiro, encarregada de o fazer chegar a um padre que, para esse efeito, a aguardava⁷⁷⁶.

4.2. Outras acções

4.2.1. Acção de sabotagem a instalação secreta da NATO

No dia 7 de Novembro de 1971, as Brigadas Revolucionárias realizaram a sua primeira acção armada: a colocação de uma bomba na base secreta da NATO na Fonte da Telha, no distrito

⁷⁷² LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 162

⁷⁷³ IANTT/PIDE-DGS – pr. 544/73 SC PC NT. 6412- 6414 - Auto de Perguntas a Maria da Conceição Moita, 10 de Dezembro de 1973, p. 218 a 222

⁷⁷⁴ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 163

⁷⁷⁵ “Assalto no Bombarral” in *Diário de Lisboa*, 19 de Abril de 1974, p. 1 e 13

⁷⁷⁶ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 141

de Setúbal.

A acção foi realizada pela primeira brigada a ser constituída com base no Barreiro e ocorreu poucos dias depois de a ARA ter colocado um engenho explosivo no COMIBERLANT. Assim, em poucos dias, duas importantes estruturas da NATO em Portugal foram flageladas por dois grupos armados.

Para o sucesso da acção da Fonte da Telha contribuiu o facto de Artílio Baptista, um dos elementos fundadores das BR, originário do Barreiro, ser operário da construção civil e naquela altura estar a trabalhar nas obras que estavam a ser realizadas na base. Assim, foi Artílio Baptista que conseguiu introduzir Carlos Antunes nas instalações para fazer o reconhecimento do terreno, primeiro, e depois concretizar a acção. O engenho foi construído em Palmela por Artílio Baptista e Carlos Antunes, programado para explodir de madrugada, de forma a causar o máximo de danos materiais mas não ferir ninguém e assim colocada na base militar⁷⁷⁷.

Tratava-se de uma base subterrânea, com uma área total de dois Km2, construída para resistir a bombardeamentos nucleares e destinada ao controlo de foguetões portadores de ogivas nucleares, pelo que estava equipada com os mais avançados sistemas electrónicos.

No relatório da PIDE-DGS sobre este acontecimento, datado de 15 de Novembro de 1971, é referido que as investigações não estavam a decorrer com êxito, quer porque o número de pessoas que trabalhavam nas obras que ali estavam a decorrer era elevado e não permitia um controlo eficaz das entradas e saídas de pessoal nem uma efectiva vigilância aos movimentos dos operários, quer porque não se verificava a desejada colaboração por parte da população ou das pessoas responsáveis pela defesa dos locais visados⁷⁷⁸. Nesta altura, a PIDE-DGS ainda não tinha a certeza se a explosão ocorrera na noite de 6 para 7 de Novembro ou na noite seguinte, mas reconhece que o acesso à base era bastante fácil:

“No Sábado, trabalharam nas instalações onde se deu a explosão, durante a primeira parte do dia, vários operários portugueses e estrangeiros, e durante a tarde, outros estrangeiros noutras instalações pertencentes ao referido complexo. Nesse mesmo Sábado, pessoal de ambas as firmas empreiteiras e pessoas estranhas à mesmas, tomaram parte numa caçada, levada a efeito dentro da área do complexo durante o dia inteiro. No Domingo, este nas ditas instalações pessoal da Câmara Municipal de Sesimbra para tratar de assuntos relacionados com o fornecimento de água. Portanto, pelo que fica dito, o acesso à base onde se deu a explosão era fácil e a penetração nas instalações onde os explosivos foram colocados também o era, porquanto, a porta de entrada principal não se encontrava fechada e a de acesso às instalações visadas, embora fechada, por ser de madeira, e frágil, podia ser rebentada com relativa facilidade. O número de chaves dessa porta é de cinco, distribuídas por outras tantas pessoas, que nem sempre eram as mesmas.[...]”⁷⁷⁹.

⁷⁷⁷ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

⁷⁷⁸ IAN/TT – PIDE/DGS – Pr. 18327 SC CI(2), N.T: 7814, “Informação – As últimas três explosões”, 15 de Novembro de 1971, fls.. 22 a 26

⁷⁷⁹ IAN/TT – PIDE/DGS – Pr. 18327 SC CI(2), N.T: 7814, “Informação – As últimas três explosões”, 15 de Novembro

Neste relatório, a polícia política reconhece que estavam então a actuar em Portugal “duas organizações terroristas”, de inspiração comunista. A primeira, a ARA, era apoiada pelo Partido Comunista Português; e a segunda, seria apoiada pelo “chamado “movimento reorganizativo do proletariado, vulgo MRPP”⁷⁸⁰, o que demonstra um total desconhecimento sobre a nova organização, pelo que terá sido apanhada completamente de surpresa pela sua existência.

Por seu lado, no seu comunicado sobre a acção, as Brigadas referem que é “parte integrante da luta do povo português contra o imperialismo”, dedicando-a à luta dos povos do Vietname, de Angola, da Guiné, de Moçambique e da Palestina. Todavia, sublinham que só por si as acções violentas não iam conduzir à derrota definitiva do fascismo e à tomada do poder pelo proletariado, pelo que estas acções tinham de ser inseridas e enquadradas numa luta política global nacional e internacional. É também neste seu primeiro comunicado que as Brigadas proclamam como seus objectivos fundamentais: a luta contra o capitalismo e o seu poder de Estado fascista; a luta contra o colonialismo e o neo-colonialismo; e a luta contra o imperialismo⁷⁸¹.

4.2.2 - As baterias de canhões de Santo António da Charneca

Na madrugada do dia 12 de Novembro de 1971, cinco dias depois da primeira acção, as Brigadas Revolucionárias realizaram nova operação, que consistiu na sabotagem da bateria de canhões colocada em Santo António da Charneca, no Barreiro, nos anos 40, após as greves na CUF. A explosão ocorreu por volta das 4 horas da madrugada e danificou a bateria que era constituída por quatro canhões, pertencente ao 3º Grupo Misto, aquartelado no Porto Brandão, concelho de Almada.

O objectivo tinha uma importante carga simbólica pelo que representava do ponto de vista do controlo e da repressão sobre os trabalhadores e foi escolhido, tendo ainda em conta a facilidade de acesso, dada a deficiente vigilância, realizada apenas por um cabo e dois soldados, num sistema de ronda, mantendo-se os guardas durante os intervalos das rondas no aquartelamento, a cerca de quatrocentos metros do local onde estava a bateria de canhões⁷⁸².

Segundo um soldado que naquela noite estava de escala no local, a explosão dera-se por volta das quatro horas da madrugada, quando ele regressava ao aquartelamento depois da ronda,

de 1971, fls.. 22 a 26

⁷⁸⁰ IAN/TT – PIDE/DGS – Pr. 18327 SC CI(2), N.T: 7814, “Informação – As últimas três explosões”, 15 de Novembro de 1971, fls.. 22 a 26

⁷⁸¹ “Comunicado nº 1. Uma base da NATO destruída”, s.d. Brigadas Revolucionárias nº 2, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 63-64

⁷⁸² IAN/TT – PIDE/DGS – pr. 18327 SC CI(2), pasta 2, N.T: 7814, “Auto de declarações de António Oliveira” Caldeira, 28 de Março de 1972, Fls. 7 e 8

pelo que não associou de imediato a explosão com a bateria de canhões. Porém, já no aquartelamento, ao falar com os outros colegas que tinham acordado com o barulho da explosão, concluíam que se devia tratar de um acto de sabotagem aos canhões. Ao inspecionarem o local, constaram que as peças tinham sofrido alguns danos provocados pela explosão, mas não se aperceberam da sua extensão, uma vez que o local não era iluminado e as lanternas existentes não funcionavam⁷⁸³.

Esta acção deu grande propaganda e visibilidade às Brigadas. No entanto, o seu comunicado evita o triunfalismo, considerando que a luta contra o regime será longa e difícil e que há grandes debilidades de organização no movimento revolucionário português. Ao mesmo tempo, critica as restantes organizações da oposição portuguesa considerando que “não era uma atitude revolucionária” ficar na “passividade” a esperar que estivessem criadas todas as condições necessárias para passar à acção, e que “somente através de uma prática verdadeiramente revolucionária, de uma crítica severa dos métodos ultrapassados e caducos de trabalho e acção, de um grande esforço de organização – em primeiro lugar nas fábricas e nos campos – e, finalmente, de um debate aberto, vivo e sem limitações entre todos os revolucionários, no sentido de criar uma unidade actuante”, seria possível uma Revolução Socialista em Portugal.⁷⁸⁴

Daí que fizessem um apelo à criação de novas brigadas, que deviam ser planeadas, discutidas, organizadas e mantidas na base de um rigoroso secretismo.

4.2.3. Recuperação de explosivos na pedreira de Boliqueime

A 11 de Junho de 1972, as Brigadas Revolucionárias apropriam-se de explosivos numa pedreira em Boliqueime, Algarve. O objectivo era conseguir material necessário para fabricar os engenhos a serem utilizadas em futuras acções.

Maria da Conceição Moita teria transportado Carlos Antunes na sua viatura até Albufeira, onde permaneceram dois dias em quartos alugados numa casa particular. Carlos Antunes não participou directamente na acção, tendo, no entanto, sido informado depois de tudo tinha corrido como previsto⁷⁸⁵.

No relatório policial sobre a ocorrência consta-se que a acção fora efectuada na madrugada do dia 11 de Junho, entre as 1:30 e as 2:00 da manhã, com o envolvimento de quatro elementos

⁷⁸³ IAN/TT – PIDE/DGS – pr. 18327 SC CI(2), pasta 2, N.T: 7814, “Auto de declarações de António Oliveira” Caldeira, 28 de Março de 1972, Fls. 7 e 8

⁷⁸⁴ “Comunicado nº 2. Novo êxito das Brigadas Revolucionárias. No Barreiro uma bateria de canhões destruída” s.d. Brigadas Revolucionárias nº 4, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 64-65

⁷⁸⁵ IAN/TT - PIDE/DGS, Pr. 544/73 SC PC, NT: 6412-414, vol. 1, “Auto de declarações de Maria da Conceição Moita”, 3 de Janeiro de 1974, fls. 306-309

mascarados e enluvados, que empunhavam revólveres. Os assaltantes entraram na casa do guarda, amordaçaram-no e amarraram-lhe as mãos e os pés, tendo-lhe tirado de seguida as chaves do paiol onde estavam os explosivos. De seguida, três deles dirigiram-se ao paiol enquanto o quarto ficava de vigia ao guarda. Foram retirados do paiol 250 quilos do explosivo mais potente, um expulsor eléctrico e vários rolos de fio eléctrico que foram transportados em dois carros até local previamente escolhido onde foram enterrados durante algum tempo, por recearem alguma operação stop por parte das autoridades. O guarda mencionou na sua declaração que os assaltantes tinham referido que os explosivos se destinavam a fins políticos e que este deveria manter-se calmo, pois nada lhe iria acontecer.⁷⁸⁶

A acção do assalto à pedreira para obter explosivos surgiu na sequência do falhanço da acção prevista para o 1º de Maio de 1972, que consistiu na tentativa de corte de energia em parte do centro e do Sul do país, o que obrigaria as fábricas a parar, pelo que os trabalhadores poderiam festejar o Dia do Trabalhador. Apesar de ter sido preparada com todos os cuidados técnicos e de terem sido colocados explosivos em vários pontos da linha de energia eléctrica que servia toda a região centro e sul do país, a acção não resultou devido a uma alteração na potência do explosivo utilizado. Depois, deste percalço, as BR haviam concluído da necessidade de dispor de material explosivo de maior potência, pelo que tinham decidido assaltar a pedreira, pois teriam indicações do depósito de grande quantidade de explosivos de elevada potência e que seria fácil de assaltar, já que a segurança era mínima.

4.2.4. Destruídos quinze camiões *Berliet* do exército

Logo a 11 de Julho de 1972, alguns dos explosivos roubados na pedreira em Boliqueime foram utilizados pelas Brigadas para destruir 15 camiões *Berliet* que iam ser entregues ao exército, destinados à guerra colonial. Os prejuízos causados ao exército português ascenderam, segundo dados das BR, aos quinze mil contos⁷⁸⁷.

Esta foi a primeira acção das Brigadas a atingir directamente o aparelho colonial e com ela, a organização procurava manifestar “a sua profunda determinação de tudo fazerem para transformarem a guerra colonialista dos fascistas e imperialistas numa guerra revolucionária dos trabalhadores contra os opressores” e procuravam também demonstrar a solidariedade com os povos das colónias.⁷⁸⁸

⁷⁸⁶ IAN/TT - PIDE/DGS, Pr. 150/73 SC PC, NT: 6363/6365, vol. 3, “Relatório da DGS - Furto de Explosivos em pedreira”, 7 de Junho de 1973, Fls. 46-47

⁷⁸⁷ “Comunicado nº 3. Acção de sabotagem contra a guerra colonial realizada pelas Brigadas Revolucionárias. 15 camiões pesados Berliet destruídos em Cabo Ruivo”, 11 de Junho de 1972, Brigadas Revolucionárias, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 66-68

⁷⁸⁸ “Comunicado nº 3. Acção de sabotagem contra a guerra colonial realizada pelas Brigadas Revolucionárias. 15

A acção foi reivindicada às 3:20 da madrugada num telefonema feito para a Agência France Press, em Lisboa.

4.2.5. Petardos, panfletos e porcos à solta nas ruas de Lisboa

A 25 de Julho de 1972, Américo Tomás era reeleito Presidente da República por um colégio eleitoral. Enquanto se desenrolava a eleição, as Brigadas Revolucionárias levaram a cabo uma acção de agitação e propaganda, em que foram lançados no Rossio e em Alcântara dois porcos vestidos de almirante, numa alusão a Américo Tomás, que levavam o seguinte dístico: “Américo Thomaz, presidente ao quilómetro”.

Ao mesmo tempo, rebentavam petardos espalhando panfletos assinados pela Brigada de Agitação e Propaganda, denunciando as eleições em Portugal como uma burla, “uma fantochada maior e uma porcaria” que nunca “resolverão os problemas do povo português”⁷⁸⁹. Além disso, o porco serviria também como símbolo da podridão do regime e do facto de o Chefe de Estado não passar de uma caricatura já que, na prática, não tinha nenhum poder.

No comunicado da FPLN sobre esta acção, difundido pela Rádio Voz da Liberdade, refere-se ainda: “Nós não reconhecemos, não acatamos, não toleramos o fantoche Thomaz como Presidente. Não lhe reconhecemos o direito de falar em nome do povo, em nome de Portugal”⁷⁹⁰.

Não se tratando de uma acção armada, revestiria um simbolismo especial com recurso ao humor para ridicularizar o Presidente da República e o regime, tornando-se uma das acções mais emblemáticas das BR.

4.2.6. Sabotagem das instalações da *Marconi* de Palmela e Sesimbra

Na noite de 25 de Setembro de 1972, as Brigadas Revolucionárias levaram a cabo uma acção de sabotagem das instalações da *Companhia de Rádio Marconi*, situadas em Palmela e Sesimbra, onde se exerciam as funções de comunicações telegráficas e telefónicas internacionais e com as colónias. Esta acção pretendia assinalar o 8º aniversário do início da luta armada em Moçambique e manifestando a sua solidariedade à FRELIMO e ao povo moçambicano:

“Recordamos hoje de modo especial o início há exactamente 8 anos, da luta armada em Moçambique. Através da FRELIMO, que saudamos fraternalmente, dedicamos esta acção

camiónes pesados Berliet destruídos em Cabo Ruivo”, 11 de Junho de 1972, Brigadas Revolucionárias, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 66-68

⁷⁸⁹ Comunicado nº 4, “Eleição Presidencial”, s.d, Brigadas Revolucionárias de Agitação e Propaganda, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 69

⁷⁹⁰ IANTT - PIDE/DGS, Pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, *Rádio Voz da Liberdade*, 30 de Agosto de 1972, fls. 290

vitoriosa ao heroico Povo de Moçambique, como testemunho do nosso combate solidário”⁷⁹¹.

Mas, na perspectiva das Brigadas, esta acção era também anti-imperialista, contra o domínio em Portugal do capital estrangeiro, acusando a *Marconi* de ser dominada por capital britânico. Para as BR, uma companhia como a *Marconi* representava que era capital estrangeiro que dominava o sistema de comunicações internacionais em Portugal. A *Marconi* dispunha de cabos coaxiais que permitiam operar 160 chamadas simultâneas entre Portugal continental e a Ilha da Madeira, num investimento de 150 milhões de escudos e previa, para 1973, a instalação de comunicações para Angola e Moçambique utilizando satélites especiais.⁷⁹²

A brigada que efectuou esta acção deslocou-se de carro até às instalações da *Marconi*, primeiro em Palmela, tendo a operação decorrido sem incidentes; e depois dirigiram-se a Sesimbra, onde as condições eram mais arriscadas, pois havia dois guardas de segurança ao centro de transmissões, pelo que havia a possibilidade de poder haver confronto e troca de tiros. Por isso, Orlando Lindim Ramos, médico, estava de prevenção à acção, na estrada entre Sesimbra e Setúbal, pronto para prestar assistência no caso de haver feridos. No entanto, a sabotagem do centro de comunicações de Sesimbra acabou por não ocorrer porque o carro se despistou na descida para a vila e, apesar de não haver feridos, a Brigada decidiu não a concretizar⁷⁹³.

4.2.7. Assalto aos serviços cartográficos do exército

Em Dezembro de 1972, as Brigadas Revolucionárias realizam um assalto aos Serviços Cartográficos do Exército e apoderaram-se de cartas militares de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique que seriam, posteriormente, entregues aos movimentos de libertação das colónias. Eram mapas secretos, que registavam o posicionamento das tropas portuguesas no terreno e planos de ataque aos movimentos de libertação.

Os planos desta acção foram sofrendo várias alterações, pois parecia difícil entrar nos Serviços Cartográficos. Por fim, prevaleceu a ideia de fazer o assalto através do Laboratório de Engenharia Civil, por haver ligações entre as duas instituições e porque um dos elementos das BR, Maria Elisa da Costa, trabalhava aí. Maria Elisa confirmou a existência de mapas, mas não sabia como chegar a eles, nem tão pouco de que tipo de mapas se tratava. Porém, conhecia um

⁷⁹¹ “Comunicado nº 5, Nova acção das Brigadas Revolucionárias. Sabotagem do Centro de Comunicações Telegráficas e Telefónicas com as colónias, África do Sul, Inglaterra e Estados Unidos da América” 25 de Setembro de 1972, Brigadas Revolucionárias, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 66-68

⁷⁹² IANTT - PIDE/DGS, Pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814 - Serviço de Escutas, *Rádio Voz da Liberdade*, 1 de Outubro de 1972, fls. 292-295

⁷⁹³ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 123

funcionário dos Serviços Cartográficos que, na altura prestava serviço militar no Laboratório. Reuniram com ele diversas vezes ao longo de várias semanas e compreenderam que a melhor forma de entrar nos Serviços Cartográficos seria de noite, de modo a retirar os mapas de madrugada. José Paulo Viana ficou encarregado de executar a acção, entrou disfarçado no edifício, escondeu-se, e às duas da manhã abriu a porta aos restantes elementos das Brigadas, que retiraram os mapas. Mais tarde, José Paulo Viana levou-os para Paris, de onde seguiram para Argel e foram aí entregues aos representantes do MPLA, PAIGC e FRELIMO na capital argelina⁷⁹⁴. Agostinho Neto, presidente do MPLA, chegou a enviar uma carta de agradecimento às Brigadas Revolucionárias pelo resgate das cartas militares de Angola:

“Em nome do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e em meu nome pessoal, agradecemos pelo envio das cartas militares de Angola recuperadas por um comando das Brigadas Revolucionárias. Estas cartas contribuirão imenso para o desenvolvimento da nossa luta e são um testemunho da determinação das Forças Democráticas Portuguesas de lutas contra o fascismo e o colonialismo. [...] Agradecemos à FPLN, por ter tomado uma posição clara e sem equívocos, entregando as cartas militares ao MPLA, vanguarda do Povo Angolano em armas”⁷⁹⁵.

No total foram retirados cerca de 200 mapas que, de acordo com os movimentos de libertação, constituíram um instrumento importante para a intensificação da luta, pois permitiram planear de modo mais eficaz a movimentação das tropas africanas no terreno.

A acção expressava a solidariedade e entreaajuda entre os movimentos de libertação e as BR, traço fundamental da sua orientação, no sentido de articular a luta nas colónias com a luta no interior, já que defendiam que o fim da guerra colonial dependia do fim do regime.

A partir desta acção verificaram-se excepcionais medidas de segurança em todas as instalações militares⁷⁹⁶, não impedindo, porém, que as BR viessem a realizar novas acções dentro da instituição militar, como se verificou em 1973.

4.2.8. Acções de sabotagem em novas instalações militares

No dia 19 de Março de 1973, três grupos das Brigadas dirigiram-se, em viaturas separadas para três locais diferentes de Lisboa com a finalidade de colocar engenhos explosivos em distintos alvos do exército: Distrito de Recrutamento e Mobilização (DRM), na Avenida de Berna; Quartel-Mestre General, na Rua Rodrigo da Fonseca; e nos Serviços Mecanográficos do Exército, que funcionavam no Quartel da Graça. O plano era que os explosivos rebentassem de madrugada, mas

⁷⁹⁴ Arquivo Privado de Carlos Antunes, Carta de Agostinho Neto, Presidente do MPLA, Brazzeville, 18 de Março de 1973, gentilmente cedido por Isabel Lindim.

⁷⁹⁵ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 122

⁷⁹⁶ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

um erro técnico fez com que explodissem quando estavam a ser montados, resultando na morte de dois operacionais, “Ernesto”, pseudónimo de Arlindo Garrett, que faleceu ao colocar a bomba no DRM, e “Luís”, pseudónimo de Carlos Curto, que faleceu ao colocar a bomba no Quartel-Mestre General. Maria Elisa da Costa, condutora do carro que se dirigiu para a Avenida de Berna, relata :

“Fui com mais três pessoas. Não me lembro de quem eram os outros, só me lembro que o Ernesto ia atrás. Foi à última da hora que se decidiu que era ele quem entrava. Em princípio seria eu. Mas alguém se lembrou que ele era electricista, e realmente era muito mais lógico ser ele a montar a bomba. Estacionámos o carro, ele saiu, e quando estávamos à espera de repente ouvimos PAAAHHHH... Não dá para descrever o que sentimos. O que se terá passado? Só tinha visto o Ernesto uma vez antes da acção. Arranquei dali, os outros saíram do carro. Tenho a ideia de ter abandonado o carro depois, já a cidade estava em polvorosa porque a outra bomba também tinha rebentado. Sentia-me impossibilitada de funcionar. Andei a pé por vários sítios, a decidir o que fazer.”⁷⁹⁷.

O ponto de encontro era Santa Apolónia, onde estava um quarto carro como viatura de apoio, conduzido por Maria Patrocínio, que levava o filho Carlos, na altura com três anos. Também no carro aconteceu um incidente, pois os detonadores que estavam na bagageira rebentaram, mas o carro não explodiu, porque os detonadores não estavam ligados ao plástico. Com o susto, Maria Patrocínio tirou a peruca e os óculos escuros e saiu do carro com o filho, dirigindo-se ao Parque Eduardo VII, onde se daria o segundo encontro com todos os carros envolvidos na acção⁷⁹⁸. Foi aí que recebeu a informação que tinham morrido os dois operacionais. Alguns dos operacionais das Brigadas encarregados de efectuar a acção ainda se dirigiram para a Rua Rodrigo da Fonseca para confirmar se “Luís” também estaria morto, o que realmente se verificou.

Depois desta acção, Maria Elisa da Costa teve de sair do país, indo para França, uma vez que Carlos Curto era seu colega no Laboratório e rapidamente a DGS poderia chegar a ela. A polícia foi realmente no seu encalço, mas Elisa já tinha partido para Paris. No entanto, prendeu Luísa Garcia, outra colega sua do Laboratório, que lhe tinha dado guarida até embarcar para a capital francesa. Luísa foi presa e sujeita à tortura do sono durante seis dias apesar de estar grávida de três meses e de nada saber. Luísa nem sabia que a amiga pertencia a uma organização de luta armada, muito menos que esteve envolvida na operação⁷⁹⁹.

No dia seguinte, o *Diário de Lisboa* relatava que a polícia desconhecia quem eram os autores do atentado embora um inspector tivesse afirmado que havia suspeitos.

Depois das primeiras explosões correram boatos que teriam existido outros atentados, em várias partes da cidade, atingindo o Quartel de Lanceiros 2, na Ajuda, o Museu e o Ministério da Marinha.

⁷⁹⁷LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 127

⁷⁹⁸LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 141-142

⁷⁹⁹LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 129-130

A primeira bomba, no Distrito de Recrutamento e Mobilização, na Avenida de Berna, explodiu às 17:30. Tinha sido colocada nas casas de banho situadas no rés-do-chão. Compareceram no local diversas corporações de bombeiros e várias entidades oficiais, entre as quais o secretário do Ministro do Exército, o governador militar de Lisboa, o governador civil e o Presidente da Câmara.

Uma hora depois explodia no Quartel-Mestre General a segunda bomba, causando danos em vários carros estacionados nas proximidades do liceu Maria Amélia Vaz de Carvalho, destruindo vidros deste edifício.

A explosão nos Serviços Mecnográficos do Exército, no Largo da Graça, ocorreu às 3h50 da madrugada e a bomba foi colocada na casa de banho junto dos Serviços de Vencimentos, pelo que a destruição desta parte do edifício ia afectar a gestão de stocks do exército e o pagamento dos vencimentos dos soldados e oficiais que se encontravam no teatro de guerra. A explosão também destruiu a central eléctrica e telefónica, diversas salas e gabinetes e abateu o segundo piso do edifício. A explosão provocou também um pequeno incêndio devido ao rebentamento de garrafas de gás que se encontravam na sala dos Serviços de Vencimentos⁸⁰⁰.

No seu comunicado sobre esta acção simultânea, as Brigadas declaram ter sido realizada como homenagem da organização a Amílcar Cabral, líder do PAIGC, assassinado em Janeiro de 1973, visando destruir as fichas de recrutamento de soldados, que se encontravam no Centro de Recrutamento, dificultando a mobilização para a guerra. Por sua vez, a acção no Quartel-General pretendia desorganizar o sistema de abastecimentos à guerra, enquanto a dos Serviços Mecnográficos se revelava a mais importante, já que iria afectar o normal funcionamento da máquina administrativa do Exército, pois nos computadores aí instalados encontram-se as fichas de dados e as biografias de todos os elementos das Forças Armadas.

As BR sentiam-se na necessidade de explicar que as três acções estavam programadas para ocorrer de madrugada, de forma a não causar vítimas, mas uma falha técnica provocara a explosão prematura de duas delas e levou à morte dos dois operacionais que as instalavam ⁸⁰¹. É isso que se verifica, por exemplo, na emissão da *Rádio Voz da Liberdade*, de 18 de Março, considerando estas mortes como um “erro de consequências trágicas” e reafirmando que a organização tinha a preocupação de não fazer vítimas. Todavia, ressaltam que estava aberta em Portugal uma 4ª frente de combate e que danos colaterais podem existir, até porque “é praticamente impossível travar uma luta armada consequente sem mortos nem feridos”. Atribuía, porém, a responsabilidade de todos os danos materiais e de perdas humanas ao governo que conduzia uma “guerra injusta” em África,

⁸⁰⁰“As explosões em Lisboa, in *Diário de Lisboa*, 10 de Março de 1973, p. 1, 6 e 8

⁸⁰¹“Comunicado nº 6. Ofensiva das Brigadas Revolucionárias contra a guerra colonial. Homenagem a Amílcar Cabral”, 6 de Abril de 1973, Brigadas Revolucionárias, in *Brigadas Revolucionárias, Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 74-75

que fazia mortos diariamente⁸⁰². Nesta emissão de rádio é prestada também sentida homenagem a “Ernesto” e “Luís”:

“ERNESTO e LUÍS, são os nomes de guerra dos 2 militantes operários das Brigadas Revolucionárias que deram a sua vida pela causa dos trabalhadores e do povo português. [...] Lutaram anonimamente na clandestinidade, e morreram na acção, pela sua classe, pelo seu povo, pelo seu país. Patriotas e internacionalistas, caíram no campo da honra no momento em que realizavam acções concretas de solidariedade aos povos irmãos das colónias”⁸⁰³.

Em 1975, durante o PREC, as BR ocuparam uma casa na Avenida 5 de Outubro e criaram ali a Universidade Proletária Ernesto e Luís, em homenagem aos dois militantes falecidos, que pretendia ser uma alternativa ao “sistema de ensino burguês”, onde organizou cursos livres e debates e dinamizou uma biblioteca.

4.2.9. Acções contra o aparelho militar e policial

A 6 de Abril de 1973, as BR levaram a cabo a primeira acção no Porto, por intermédio de uma Brigada composta por Paula Viana, pelo marido Francisco e por um amigo, Jorge. Os alvos escolhidos foram o Distrito de Recrutamento e Mobilização do Porto, situado numa das alas do Governo Civil e o Quartel-General, na Praça da República.

No Distrito de Recrutamento e Mobilização, o engenho foi colocado por Paula Viana que fizera também fez o reconhecimento prévio do alvo. Para tal, dirigiu-se, por várias vezes ao edifício, onde se podia entrar livremente. Nesse reconhecimento reparou que no corredor para a Secretaria havia um local bastante escuro com formulários afixados, pelo que ia permanecendo aí, como se estivesse a copiar os modelos dos formulários para colocar o engenho. Quarenta anos mais tarde, Paula Viana descreve desta forma a acção:

“O chico entrou mais cedo e manteve-se por lá enquanto durou a minha intervenção, mas disso nada me lembro, de tal forma foi a intensidade do risco que senti. Levava um papel na mão, copiei uma daquelas normas, que, mais tarde, em casa, vi que tinha escrito em letra irreconhecível, e a seguir fui sentar-me no banquinho. Pousei a carteira no chão e aos poucos, enquanto escrevia no papel, ia empurrando a carteira para debaixo do armário. Tinha de ser devagar, porque a bomba estava ligada. Entrei no quartel já com ela ligada. Estava programada para rebentar passado cinco horas, já de noite. Quando a carteira estava bem enfiada debaixo do armário, saí dali com um alívio enorme”⁸⁰⁴.

Verificaram depois, já fora do edifício, se não havia pessoas lá dentro e se tudo tinha corrido

⁸⁰²PIDE/DGS, Pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814, Serviço de Escutas, *Rádio Voz da Liberdade*, 18 de Março de 1973, p. 232-233

⁸⁰³IAN/TT-PIDE/DGS, Pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814, Serviço de Escutas, *Rádio Voz da Liberdade*, 18 de Março de 1973, p. 229 a 230

⁸⁰⁴LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 155

como previsto. Daí subiram à Serra do Pilar, em Vila nova de Gaia, e de lá ouviram a explosão. Eram 00H37. Paula Viana descreve que foi “*uma sensação fantástica*”⁸⁰⁵.

Passados 15 minutos, à 00H45, explodia a bomba colocada no Quartel-general da Região Militar. O engenho fora colocado por Jorge, que cumpria aí o serviço militar obrigatório. A bomba, também já ligada e programada para explodir durante a noite, foi colocada num escarrador, colocado propositadamente no local⁸⁰⁶.

O *Diário de Notícias* relatou a explosão no DRM como uma “tremenda deflagração”, que destruiu as janelas da frente e das traseiras do edifício, várias secções dos Serviços de Recrutamento e as instalações no Porto do Movimento Nacional Feminino. Passados os primeiros instantes, já o edifício estava cercado por agentes da polícia. No entanto, pouco tempo depois, ouviu-se um novo estrondo, devido ao rebentamento da bomba colocada no Quartel-general, que também provocou grandes estragos, ficando destruída a parte correspondente à 2ª Repartição (Serviços Secretos do Exército), o Gabinete do Chefe de Estado Maior e os serviços de transmissão e cifra. O Quartel foi logo isolado pela Polícia Militar.⁸⁰⁷

As Brigadas Revolucionárias decidiram apelidar esta operação de “Acção Ernesto e Luís”, em homenagem aos dois militantes mortos nos atentados a edifícios militares em Lisboa, no mês anterior, apontando-os como “exemplo para todos os que escolhem o caminho da luta revolucionária e da luta armada”.⁸⁰⁸

Com a extensão das acções ao Porto, as Brigadas demonstravam também a capacidade de alargamento de acção e o desenvolvimento da sua base logística e operacional

4.2.10. Petardos por todo o país

No dia 29 de Abril de 1973, as Brigadas Revolucionárias fizeram rebentar petardos em mais de 200 localidades do país a apelar à participação dos trabalhadores no 1º de Maio desse ano. Apelavam à realização de paralisações, greves e manifestações como resposta à exploração a que estavam submetidos os trabalhadores. Defendiam que a jornada de luta a realizar deveria ser por melhores salários, pela saúde, educação, habitação e contra o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo⁸⁰⁹..

⁸⁰⁵ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 155

⁸⁰⁶ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 155

⁸⁰⁷ “As bombas que rebentaram no Porto causaram elevados prejuízos nos 2 edifícios militares”, in *Diário de Notícias*, 7 de Abril de 1973, p. 1

⁸⁰⁸ “Comunicado nº 6. Ofensiva das Brigadas Revolucionárias contra a guerra colonial. Acção Ernesto e Luís”, 6 de Abril de 1973, Brigadas Revolucionárias, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 73

⁸⁰⁹ “Comunicado 1º de Maio”, 30 de Abril de 1973, Comissões de Trabalhadores Revolucionários, Brigadas Revolucionárias de Agitação e Propaganda, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d,

Além disso, perante a suspensão das actividades da ARA e o acordo entre o recém formado PS e o PCP para apresentarem listas conjuntas às eleições desse ano à Assembleia Nacional, estas acções vinham mostrar que a oposição clássica “reformista e legalista” estava a tentar “desviar a luta de massas para o terreno eleitoral”, pelo que a “acção armada conjugada com a luta de massas” que estava a ser levada a cabo pelos comités de trabalhadores revolucionários, ligados às Brigadas Revolucionária aparecia como uma contraposição à via “legalista”⁸¹⁰.

Na preparação do 1º de Maio, confluíram vários sectores das Brigadas (militar, operário e legal), numa espécie de frente sem modelo orgânico determinado, que eram os sectores que afinal viriam a confluir no I Congresso da organização, onde seria criado o PRP.

Como já referimos, na preparação do 1º de Maio de 1973 as BR consideraram realizar várias acções: paralisação geral do trabalho; às manifestações de rua; do corte geral da electricidade no Sul; bloqueamento do trânsito nas proximidades das manifestações; e o atentado ao Ministério das Corporações. Só esta última acção é que acabou por se realizar.

4.2.11. Atentado contra o Ministério das Corporações

No dia 30 de Abril, o Ministério do Interior fez publicar nos jornais uma nota oficiosa a proibir as manifestações do 1º de Maio. No entanto, isso não impediu que se realizassem manifestações em algumas localidades do país, mas, principalmente, no Porto e em Lisboa.

O *Diário de Lisboa* refere que a polícia destacara efectivos para vários pontos da cidade de Lisboa. Todavia, isso não impediu que entre as 19.30. e as 21 horas da noite, do dia 1 de Maio, se tivessem registado violentos choques entre as forças policiais e os manifestantes. A partir das 19 horas, muitas centenas de pessoas concentraram-se na zona do Rossio e da Praça da Figueira, o que suscitou a repressão policial, obrigando os manifestantes a dispersar e efectuando algumas prisões, tendo a polícia carregado com bastões e utilizado canhões de água e bastões para os obrigar dispersar⁸¹¹.

Também no Porto, a partir do meio tarde, as forças policiais ocuparam as ruas da Baixa da cidade, proibindo a circulação de automóveis e transportes públicos, enquanto um carro policial, munido de altifalante, ordenava às pessoas presentes para dispersarem, designadamente pequenos grupos de jovens que circulavam na zona. Às 19 horas, a Praça da Liberdade e a Avenida dos Aliados estavam inteiramente ocupadas pelas forças policiais. Ainda assim, a polícia não conseguiu impedir que na Rotunda da Boavista fossem estilhaçadas as montras do Banco Português do

Edições Revolução, Lisboa, p. 79-80

⁸¹⁰ PIDE/DGS, Pr. 18327 SC CI(2), U.I: 7814, Serviço de Escutas, Rádio Voz da Liberdade, 6 de Maio de 1973, p. 75 a 77

⁸¹¹ “Incidentes em Lisboa e no Porto, in *Diário de Lisboa*, 2 de Maio de 1973, p. 1

Atlântico e do Banco Nacional Ultramarino e ocorressem confrontos entre os manifestantes e as forças repressivas⁸¹².

Às 2H50 da manhã, do dia 1 de Maio, explodiu um engenho colocado no Ministério das Corporações, na secção da Contratação Colectiva, com o intuito de denunciar os recuos do governo de Marcelo Caetano em matéria de legislação sobre contratação colectiva e, ao mesmo tempo, protestar contra os magros aumentos salariais impostos pelo Governo, que não satisfaziam o aumento do custo de vida sentido pelos trabalhadores, particularmente pelo efeito cruzado do impacto da crise petrolífera com as elevadíssimas despesas com a guerra colonial.

A bomba foi transportada por José Paulo Viana, dentro de umas alcatifas enroladas e colocada nos sanitários do 4º piso. Estava programada para explodir às 4 horas da manhã, mas deflagrara antes, afectando diversos pisos do Ministério, vários serviços ministeriais e diversos prédios das redondezas. Para o local dirigiram-se o ministro das Corporações e Previdência Social e Saúde e Assistência e o secretário do Trabalho⁸¹³.

O Ministério das Corporações assumiu em Nota Oficiosa divulgada à imprensa que ficaram destruídos grande parte dos processos relativos à contratação colectiva, bem como “estudos e pareceres importantes sobre o trabalho nacional”. Assumia também que isso significaria um atraso na homologação de diversos acordos e contratos colectivos⁸¹⁴.

Porém, o balanço efectuado pelas BR concluía que as suas iniciativas em torno do 1º de Maio revelavam debilidades de organização e de impacto: a paralisação do trabalho não fora possível, a energia eléctrica não fora cortada devido a deficiências nos detonadores, a informação por meio de petardos provocara agitação e tivera eco em alguns meios, mas a pronta intervenção policial limitara esse alcance e as manifestações de rua haviam sido fracas. No caso da acção contra o Ministério das Corporações, apesar de a bomba ter explodido, não tivera o efeito pretendido de denunciar o papel subalterno da contratação colectiva pelos sindicatos nacionais, como meio de conseguir maiores salários face ao aumento do custo de vida⁸¹⁵. A ilação que daí retiravam era, portanto, que se tornava indispensável melhorar e intensificar o trabalho de organização.

⁸¹²“Violenta explosão no Ministério das Corporações”, *O Primeiro de Janeiro*, 3 de Maio de 1973, p. 1 e 5

⁸¹³ “As bombas no Ministério das Corporações. Funcionamento dos Serviços Parcialmente Afectado, in *Diário de Lisboa*, 2 de Maio de 1973, p. 1

⁸¹⁴ “Nota Oficiosa”, in *Diário de Lisboa*, 2 de Maio de 1973, p. 1

⁸¹⁵PRP/BR, s.d., “Revisão das acções do 1º de Maio”, in PRP/BR, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, 1975, Edições Revolução, Lisboa, p. 94-95

4.2.12. Bombas nos Quartéis Gerais das Regiões Militares do Porto e de Lisboa

A 26 de Outubro de 1973, era levada a cabo uma segunda acção no Porto, com uma operação no Quartel-General da Região Militar do Porto, que devia acontecer em simultâneo com outra semelhante no Quartel-General de Lisboa.

No Porto, a acção foi realizada pelos mesmos elementos que tinham colocado as bombas em instalações militares no dia 6 de Abril. O facto de Jorge, elemento das BR, amigo de Paula Viana, ainda se encontrar a prestar o serviço militar obrigatório no Quartel-Geral facilitava as condições para a realização de uma nova acção naquele local. A colocação da bomba revelou-se muito fácil. Jorge entrou com o engenho explosivo num saco, programado para rebentar à noite. Por coincidência, nessa noite Marcelo Caetano apareceu na televisão num habitual discurso aos portugueses e o tema eram as bombas e os terroristas, com o Presidente do Conselho a afirmar que os ataques terroristas tinham acabado⁸¹⁶. Pouco tempo antes, as pessoas que estavam no café perto do Quartel tinham ouvido a explosão que causou avultados prejuízos no edifício e danificou estabelecimentos e prédios nas imediações, não tendo, porém, causado feridos. Numa tentativa de desvalorizar o ocorrido, o próprio Quartel-General emite um comunicado em que diz que o rebentamento da bomba causou “pequenos prejuízos sem qualquer incidência na continuidade de serviços, não havendo qualquer ferimento a registar no pessoal”⁸¹⁷.

O engenho colocado no Quartel-General do Porto rebentou antes da hora prevista, o que neutralizou a acção em Lisboa. Aqui a bomba tinha sido colocada no muro do Quartel-Geral, onde faltava uma pedra, pelo que tinha uma fresta que permitia o encaixe do explosivo. A acção tinha sido realizada pelos operacionais “Joana”, “Tomás”, “João Grande” e Maria Patrocínio que montaram a bomba e a colocaram no local previamente escolhido. Esta estava programada para explodir à mesma hora que a do Porto, mas acabou por ser descoberta pela autoridades que, alertadas pelo que tinha acontecido no Porto, puseram todos os quartéis de Lisboa de prevenção e iniciaram as buscas à procura de explosivos nas instalações militares desta cidade, acabando por descobrir o engenho explosivo⁸¹⁸.

Mais uma vez, as BR, através desta acção, pretendiam denunciar a guerra colonial e sinalizar a sua discordância com as eleições legislativas que decorreriam a 28 de Outubro de 1973. De acordo com as Brigadas, os grupos revolucionários não deviam participar no processo eleitoral, pois tratava-se de uma fraude que servia para legitimar o regime, além de que, o Estado Novo nunca

⁸¹⁶LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Carnaxide, Editora Objectiva, p. 157

⁸¹⁷“Quartel-General do Porto. Uma bomba às 22 horas”, in *Diário de Lisboa*, 27 de Outubro de 1973, p. 1

⁸¹⁸LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 99

cairia através de formas legais e de eleições, mas só através da articulação da luta de massas com a luta armada”.⁸¹⁹

Segundo o comunicado difundido pela organização, as Brigadas eram a única organização “que politicamente se expressa pela luta armada” e que pretendiam formar um exército revolucionário que conduziria à tomada do poder e à instauração da ditadura do proletariado⁸²⁰.

No comunicado relativo a esta acção, as Brigadas aproveitam igualmente para saudar a criação do Partido Revolucionário do Proletariado, considerando que se tratara de um passo fundamental para o reforço e coordenação dos vários níveis e formas de luta e para a articulação de todos os sectores que compunham as Brigadas (político, civil e militar)⁸²¹.

4.2.13. Sabotagem do Quartel General da Guiné

A primeira e única acção das BR numa das colónias foi na Guiné e ocorreu a 22 de Fevereiro de 1974. A acção foi planeada pelo núcleo do Porto e o objectivo era intimidar um grupo de oficiais que teriam uma reunião no Quartel do Comando Territorial Independente da Guiné, ao lado do gabinete do General Galvão de Figueiredo, na altura Comandante em Chefe naquela colónia.

O portador da bomba era “Paulo” [pseudónimo], um soldado, conhecido dos elementos da brigada do Porto, que estava de partida para a Guiné, para continuar a cumprir o serviço militar, depois de umas férias passadas no Porto. Pela primeira vez, foi colocada a hipótese de haver vítimas, pois pretendiam que a bomba explodisse durante a reunião das chefias militares, de modo a que os comandantes sentissem que a sua vida mesmo ali estava em risco. A bomba ia dentro de um livro, ao qual cortaram as páginas, encaixando aí as bombas de plástico⁸²².

Já no local, a bomba foi montada por “Paulo” e estava programada para explodir à hora da reunião, porém tal não se verificou, ainda que o engenho tenha deflagrado, tendo Galvão de Figueiredo ficado ferido com os estilhaços provocados. Ainda assim, o objectivo tinha sido atingido. Tinham tocado no Estado-Maior do Exército. Todavia, a acção seria reivindicada pelo

⁸¹⁹ “Comunicado nº 8. A luta prossegue. As Brigadas Revolucionárias atingem pela 2ª vez o Quartel-General da 2ª Região Militar no Porto”, 27 de Outubro de 1973, Brigadas Revolucionárias, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 85--89

⁸²⁰ “Comunicado nº 8. A luta prossegue. As Brigadas Revolucionárias atingem pela 2ª vez o Quartel-General da 2ª Região Militar no Porto”, 27 de Outubro de 1973, Brigadas Revolucionárias, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 85--89

⁸²¹ “Comunicado nº 8. A luta prossegue. As Brigadas Revolucionárias atingem pela 2ª vez o Quartel-General da 2ª Região Militar no Porto”, 27 de Outubro de 1973, Brigadas Revolucionárias, in Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa, p. 85--89

⁸²² O plástico usado nesta bomba era proveniente da LUAR e foi entregue às Brigadas Revolucionárias por Nuno Teotónio Pereira, como foi relatado no capítulo sobre a LUAR.

4.2.14. Acção falhada no Gabinete do Ministro do Interior

Uma das acções mais arriscadas das Brigadas Revolucionárias consistiu na tentativa de colocar uma bomba no gabinete do ministro do Interior, sendo para tal, necessário entrar no edifício do Ministério.

O Ministério do Interior situava-se no Terreiro do Paço, em Lisboa, e Isabel do Carmo tinha um contacto com a Direcção-Geral de Saúde que ficava no mesmo edifício, no último andar, daí a ideia de colocar uma bomba através da instalação sanitária desse serviço, introduzida no cano de esgoto, de forma a alcançar a casa de banho do gabinete do ministro⁸²⁴. “Joana II”⁸²⁵, amiga de Isabel do Carmo, oriunda de uma família católica, conservadora e ligada ao regime, era operacional do grupo de Setúbal das BR, simulou ser era uma mulher grávida que ia solicitar uma emprego de professora. As bombas iam à volta da barriga, sem o detonador, de modo a que quando chegasse ao sanitário fosse apenas montá-lo e colocar no esgoto a partir da sanita. O problema foi que os engenhos explosivos não cabiam na sanita, eram demasiado grandes. “Joana II” refere, no livro *Mulheres de Armas*, que nessa altura teve de tomar uma decisão quanto ao prosseguimento ou não da acção: “Tive medo de desmontar a bomba portanto saí do Ministério com ela montada. Na saída ainda houve um senhor que me deu uma festinha na barriga e perguntou para quando era”⁸²⁶. Outro contratempo aconteceu com o carro que devia estar estacionado na rua para a retirar do local. Mas quando Joana II saiu do ministério a viatura não se encontrava lá, pelo que teve de apanhar um táxi e pedir para ir muito devagar justificando com indisposições causadas pela gravidez. Quando chegou à casa onde estavam Isabel do Carmo e outros elementos das Brigadas, ainda a bomba estava montada. Isabel do Carmo mandou toda a gente sair e ajudou-a a desmontar os explosivos⁸²⁷.

Apesar de esta acção não ter resultado, a ideia de colocar uma bomba no gabinete do Ministro do Interior continuou a germinar dentro das BR e chegaram a conceber nova operação e a montar fazer uma segunda bomba, que nunca chegou a ser utilizada porque entretanto se deu o 25 de Abril.

⁸²³ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide, p. 157

⁸²⁴ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁸²⁵ Optou-se por utilizar os pseudónimos usados por Isabel Lindim no livro *Mulheres de Armas*; LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Carnaxide, Editora Objectiva,, p. 106

⁸²⁶ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Carnaxide, Editora Objectiva,, p. 112

⁸²⁷ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

4.2.15. Acção de sabotagem ao navio *Niassa*

A 9 de Abril de 1974, as Brigadas Revolucionárias realizam a sua última acção, o atentado ao navio *Niassa*, que ia partir com um contingente de soldados para a Guiné. A bomba tinha sido fabricada em casa de Laurinda Queirós e José Francisco, militantes do PRP/BR que integravam uma célula juntamente com Orlando Lindim Ramos, e prestavam apoio logístico a outros militantes das Brigadas.

A bomba tinha sido colocada num fato que tinha um colete integrado. O plástico cortado em fatias ia dentro do forro do colete que, por sua vez, foi por baixo do blusão do militar que estava encarregado de transportar e colocar a bomba no interior do navio, montando-a aí. A principal preocupação era que a família do soldado percebesse que algo estava errado com o fato, se o abraçassem⁸²⁸. A bomba foi colocada no porão adaptado a dormitório dos soldados e estava preparada para explodir às 18 horas. Uma hora e quinze minutos antes, as Brigadas telefonaram para o Porto de Lisboa a reivindicar a colocação da bomba e a alertar para o navio ser evacuado, o que permitiu que não houvesse acidentes maiores ou danos mortais. Os danos acabaram por ser apenas materiais e depois de reparado o rombo provocado, o navio partiu para a Guiné⁸²⁹. Poucos dias depois dá-se o 25 de Abril.

Como se pode constatar as Brigadas Revolucionárias realizaram uma série de acções contra o aparelho repressivo e militar do Estado Novo, além de acções de propaganda e obtenção de fundos (roubos a bancos), o que demonstra uma intensa actividade para uma organização pequena, com poucos militantes e operacionais, com pouca implantação em meio operário e estudantil e praticamente sem preparação militar. Todavia, estes constrangimentos também se fizeram sentir ao nível das dificuldades de planeamento e concretização das acções. Pela análise do modo como correram as acções podemos constatar que não há quase nenhuma acção em que não haja imprevistos: acidentes de carros, bombas que não deflagram ou que deflagram antes do tempo, explosivos que não cabem no sítio onde deviam ser colocados, operacionais que morreram e acções que simplesmente falham. No fundo, apesar das tentativas de planeamento das acções, muito era deixado ao improvisado daqueles que iam efectuar a acção, que, por sua vez, as realizavam numa base de “voluntarismo”, de querer agir, querer fazer algo de concreto, prático e imediato. Além disso, a generalidade dos atentados tiveram sobretudo efeitos colaterais, conseguindo causar prejuízos materiais e monetários ao regime, mas não tiveram grandes efeitos práticos no avanço da luta contra a ditadura e a guerra colonial. Com excepção, talvez, e não podemos aferir, dos mapas do exército

⁸²⁸ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Carnaxide, Editora Objectiva,, p. 209

⁸²⁹ LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Carnaxide, Editora Objectiva,, p. 209

português que foram entregues aos movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique.

Apesar do PRP/BR defender a articulação da luta armada com a luta de massas, nunca conseguiu realizar esta sua intenção, pois nunca teve significativa implantação no movimento de massas. A sua influência restringia-se a um pequeno grupo de católicos, radicalizados pela luta anti-colonial, que lhes fornecia apoio logístico, e a pequenas células em algumas empresas da cintura industrial de Lisboa e do Barreiro, mas sem grande dimensão ou expressão e incapaz de mobilizar ou liderar o movimento de massas, pelo que as acções armadas acabavam por ser actos isolados de luta contra o Estado Novo.

5. O 25 de Abril de 1974 e a passagem do PRP/BR à legalidade

O 25 de Abril não terá apanhado o PRP/BR desprevenido. De acordo com Carlos Antunes, o PRP tinha contactos com militares e estava informado que se iria preparar um golpe, sendo essa a justificação para que no último documento do PRP antes do 25 de Abril, intitulado *Organizemos um 1º de Maio de Combate*, se analisassem as movimentações militares e o golpe falhado das Caldas da Rainha e se vaticinasse a ocorrência em breve de um novo golpe militar, que desta vez seria triunfante⁸³⁰.

Na iminência da queda da ditadura, o PRP teria começado a organizar-se para a nova situação que se adivinhava, iniciando um debate acerca da natureza e das consequências desse golpe militar e da estratégia a adoptar.

O PRP/BR terá organizado reuniões com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, para os informar da proximidade provável desse golpe militar e das suas consequências, tanto para os movimentos de libertação, como para a oposição em Portugal. Nos meses anteriores teriam planeado e executado um conjunto de assaltos a bancos, de forma a angariar dinheiro para comprar armas e poderem manter a organização. O último assalto feito pelas BR, na clandestinidade, ocorreu a 20 de Abril, em Paris, a um banco do grupo Bulhosa, o Crédit Franco-Portugais, subtraindo um montante considerável sem deixar rasto⁸³¹.

Quando se dá o 25 de Abril, Carlos Antunes está na região de Montalegre, uma tradicional zona de contrabando junto à fronteira com Espanha, onde o líder do PRP-BR se movimentava com relativo à-vontade, dadas as relações com um conhecido contrabandista da região, que lhe dava guarida e protecção. Carlos Antunes tinha aliás acabado de regressar de Milão, onde se encontrara

⁸³⁰ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 4 de Abril de 2014

⁸³¹ Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 4 de Abril de 2014

com Joaquim Chissano, prevenindo a FRELIMO do golpe militar em preparação⁸³².

Do ponto de vista político, nas reuniões de preparação do partido para uma nova situação política tinha sido estabelecida uma orientação no sentido da “auto-organização popular”, a partir dos locais de trabalho e residência, da “elaboração colectiva de cadernos reivindicativos” e da “defesa da Revolução Socialista” como objectivo estratégico⁸³³.

Uma das questões que se colocava era se, uma vez derrubada a ditadura, as Brigadas Revolucionárias se deveriam ou não manter activas e na clandestinidade, o que foi amplamente debatido, conflituando dois entendimentos acerca do problema. Por um lado, os que defendiam que a queda do regime retirava legitimidade à existência de grupos de luta armada e que a única violência possível era a de massas; por outro, os que consideravam que o partido devia manter a sua estrutura militar clandestina, de forma a estar pronto para, a qualquer momento, responder “violentamente às investidas contra os trabalhadores e as suas organizações”⁸³⁴.

Desse debate, prevaleceu a primeira dessas posições. No *Manifesto do PRP*, de Maio de 1974, o primeiro documento político do partido após o golpe militar, é dada ênfase à questão da violência. Menciona-se que a violência revolucionária continua a ser uma necessidade para defender os trabalhadores dos interesses da burguesia. No entanto, sublinha-se que o 25 de Abril veio colocar a questão em termos diferentes:

“A única violência revolucionária justa neste momento é a violência de massas. A greves com ocupações dos locais de trabalho, a destituição de administrações e direcções fascistas das empresas estatais e privadas, a expulsão dos fascistas dos organismos estatais e das autarquias locais acompanhadas da eleição em assembleia de todos os cargos”⁸³⁵.

Desta forma, o PRP, logo após o 25 de Abril, reorienta o modo de encarar a violência, sem abdicar propriamente do seu uso, legitimando-a aliás com a necessidade de defender os interesses dos trabalhadores. Passa a enquadrá-la no movimento de massas, desenvolvida pelos próprios trabalhadores, organizados em “comissões autónomas”, como via para a tomada do poder, já que a burguesia iria recorrer à repressão e a violência reaccionária para se manter no poder.

No primeiro número do seu órgão central, o jornal *Revolução*, de 1 de Junho de 1974, é afirmado que as Brigadas Revolucionárias já não têm razão de existir, tal como eram antes do 25 de Abril, ainda que salvaguardando que a nova situação política “não pode servir de pretexto para que a vanguarda revolucionária se demita das suas responsabilidades”, pelo que esta deve estar atenta à

⁸³² Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 4 de Abril de 2014,

⁸³³ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁸³⁴ Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

⁸³⁵ PRP/BR, 1974, *Manifesto do PRP ao Proletariado Português*, 12 de Maio de 1974, In http://memoriando.net/prp/?page_id=88, consultado em várias ocasiões

evolução da situação e “precaver-se para todas as eventualidades e manobras da reacção”⁸³⁶.

Isto significava que, a qualquer momento, as Brigadas Revolucionárias podiam voltar à clandestinidade e à luta armada, até porque o PRP negar-se-á sempre entregar as armas e explosivos que tinha em seu poder e, pelo contrário, tentará durante todo o período revolucionário de 1974-75, aumentar o número de armas de que dispunha.

Segundo o PRP, o processo revolucionário ir-se-ia inevitavelmente radicalizar e, à medida que isso fosse sucedendo, e em consequência, o povo devia ser armado, defendendo, por isso, a entrega de armas às comissões de trabalhadores, para não se deixarem reprimir e para poderem resistir a um golpe contra-revolucionário.

Em Outubro de 1975, o secretariado do PRP anunciava formalmente, em conferência de imprensa, a passagem das Brigadas Revolucionárias à clandestinidade e de volta à luta armada.

Em 1980, o PRP é dissolvido, depois de passar por várias divisões e de ver presos os seus principais dirigentes Carlos Antunes e Isabel do Carmo.

⁸³⁶ “Editorial”, *Revolução*, nº 1, 1 de Junho de 1974, p. 1

Conclusões

Violência Política e as Crises do Regime

1. A crise do pós-guerra. A violência no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial – entre a insurreição, a transição e o *putsch* militar

A oposição ao Estado Novo, a mais longa ditadura da Europa, que emergiu no quadro dos fascismos europeus, revestiu diversas formas, desde a utilização da violência a formas pacíficas de protesto. Todavia, neste contexto geral, a violência como expressão e componente da luta contra o poder instituído, sendo episódica, manifestou-se de modo diverso e descontínuo nesse longo período

Entre 1926 e 1940 (sobretudo entre 1926 e 1931), o Reviralhismo constituiu-se como a mais importante frente de combate à Ditadura. Militares, sobretudo radicais, mas também moderados, envolveram-se em várias acções de pronunciamento militar, envolvendo uma forte componente civil, desde os remanescentes dos velhos grupos carbonários e dos revolucionários civis até à plebe urbana, sobretudo os operários, radicalizados pelas ideologias comunista e anarquista, que saem à rua, armados, para defender a República⁸³⁷. Esta tendência para a acção insurreccional é coerente com os acontecimentos do período anterior, durante o qual, a mudança política se fez praticamente sempre pela via revolucionária ou do pronunciamento militar e muito raramente por via eleitoral ou parlamentar.

Acreditava-se nesses meios que a única forma de derrubar a Ditadura Militar era através da força. As acções reviralhistas traduziram-se em autênticos confrontos militares que alimentaram um clima de guerra civil intermitente, na expressão de Fernando Rosas, entre 1926 e 1933, com momentos particularmente intensos nos anos de 1927 e 1931-32⁸³⁸, provocando mortos, feridos, enormes vagas de prisões, deportações em larga escala e um extenso saneamento, em particular da Administração Pública.

O processo de institucionalização do Estado Novo estancou o ciclo de movimentos militares que havia caracterizado esse período imediatamente posterior ao golpe de 28 de Maio de 1926. A guerra civil intermitente iniciada com a revolta de Fevereiro de 1927 encerrou-se, derrotados e submetidos os militares republicanos, após os golpes reviralhista.

⁸³⁷ROSAS, Fernando, 1998, “O Estado Novo (1926-1974)”. In MATTOSO, José, (direcção de), *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Editorial Estampa, p.191

⁸³⁸ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão (direcção de), 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand Editora, p. 832-834

Porém, em 1934, com a fascização dos sindicatos e, em 1937, com o atentado a Salazar, no contexto da guerra civil de Espanha, reemergiu uma violência política de base operária e popular muito na tradição do sindicalismo revolucionário e do anarquismo da primeira república. No entanto, este ímpeto violento foi episódico e rapidamente abafado pela repressão do regime.

O final da Segunda Guerra Mundial e a vitória das democracias fez com que as oposições portuguesas acreditassem que o regime de Salazar não sobreviveria ao fim dos fascismos. Como tal, foi num clima de expectativa na mudança política que se irá verificar um novo surto oposicionista.

A reorganização do PCP iniciou-se em 1940, com a chegada ao continente de antigos dirigentes comunistas, que tinham estado presos no Tarrafal, e que a partir de lá tinham analisado a situação do partido e concordavam com a teoria de que a direcção actual tinha permitido a infiltração de polícias que estavam a provocar uma sangria dentro deste. O confronto entre a direcção do PCP e os militantes que tinham regressado do Tarrafal levou ao aparecimento de dois partidos que lutaram não só pelo controlo do partido, como por novos recrutamentos, pelo nome dos órgãos da imprensa do partido, pela ortodoxia e pela legitimidade política face à Internacional Comunista⁸³⁹.

Em 1943, realizou-se o I Congresso Ilegal do PCP (III Congresso do Partido desde a sua fundação) que consagrou o processo de reorganização e elegeu um novo secretariado constituído por Álvaro Cunhal, Manuel Guedes e José Gregório. Este Congresso ficou marcado pelo documento assinado por “Duarte” (Álvaro Cunhal) *A Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência do Povo Português*, que defendia a penetração nos sindicatos nacionais, a construção da unidade antifascista e enumerava as medidas que deviam ser tomadas para a democratização do país. De acordo com este documento, a etapa imediata era a da “revolução democrática nacional”, a do derrube do regime fascista e implantação de um regime democrático através de uma “ampla unidade antifascista”.

O que demarcava as águas da oposição era a estratégia a utilizar para alcançar o poder. O PCP defendia a linha da insurreição popular armada, do “levantamento nacional”, adoptada no I Congresso Ilegal. Assim, este partido apostava na intensificação e generalização das lutas de massas, sob a direcção do partido, até que estas se convertessem numa espécie de greve geral insurreccional que, pela acção das armas desagregasse as Forças Armadas e suscitasse a intervenção de um sector das forças Armadas derrubando o regime. A linha do “levantamento nacional” entra num impasse após o relativo insucesso das greves de Maio de 1944, pois as paralisações operárias não conseguiram ultrapassar um âmbito sectorial e regionalmente restrito.

⁸³⁹MADEIRA, João, 1996, *Os Engenheiros de Almas: O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa1, p. 43-144

Além disso, a brutalidade da repressão desencoraja o recurso às greves, sem que elas se consigam transformar numa “forma superior de luta”.

Ainda em 1942, o PCP tinha começado a apelar à união das forças antifascistas. Em Janeiro de 1944, era anunciada a criação do MUNAF, sob a designação de Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista (CNUAF), e era redigido o *Programa de Emergência do Governo Provisório*, um programa mínimo de governo que seria necessário implantar após a queda do Estado Novo. Este programa definiu que o governo que fosse instaurado teria de ser um governo de unidade antifascista que desmantelasse o aparelho político e repressivo de Salazar, realizasse eleições livres, elegeisse um Parlamento e melhorasse as condições de vida da população⁸⁴⁰.

Contudo, as divergências dentro do MUNAF fizeram-se sentir desde o início e tiveram como questão principal as posições distintas face à questão de como derrubar o regime. Para a oposição não comunista, “a queda do Salazarismo seria um processo natural e inevitável provocado pela intervenção externa ou pela desagregação dos apoios do regime materializada num golpe militar”, enquanto o PCP, na linha do que o I Congresso Ilegal aprovara, “coloca a ênfase na fórmula da «*revolução nacional democrática*», ou do levantamento nacional que nunca abandonará até ao 25 de Abril”⁸⁴¹.

Em finais de 1944, o Conselho Nacional do MUNAF decidiu organizar os Grupos Antifascistas de Combate (GAC) que tinham como objectivo criar as bases de uma organização armada capaz de derrubar o fascismo. Segundo Dawn Raby existiram dois grandes obstáculos à organização destes grupos: por um lado, não havia em Portugal condições que possibilitassem a insurreição, uma vez que as dificuldades políticas e sociais, apesar de graves, ainda não tinham atingido a intensidade suficiente para dar origem a uma guerra civil; por outro, nem todos os sectores do MUNAF estavam empenhados politicamente na constituição dos GAC⁸⁴². Os GAC funcionaram, sobretudo, como grupos de informação e de apoio à conspiração golpista organizada pelo comité militar do MUNAF, sem desencadear qualquer acção armada, sendo a sua orientação criticada pelo Partido Comunista que impõe, em 1945, a sua dissolução.

A partir de Outubro de 1945, face ao anúncio de eleições antecipadas, o PCP direccionou a sua estratégia para “forçar a legalidade” e apostou na aliança com a “burguesia liberal” e no reforço da “política de unidade”, que se sobrepõe, em termos de prioridade política, ao “levantamento popular”. Neste contexto, e face à constituição do MUD, o PCP percebeu a sua importância e

⁸⁴⁰ BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, (coord), 2000, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, p 551

⁸⁴¹ PEREIRA, Pacheco, 2001, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política: <<Duarte>>, o dirigente clandestino*, Lisboa, Temas e Debates, vol. II, p. 359, 360; itálico no original.

⁸⁴² RABY, Dawn Linda, 1990, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*, trad. Port. s.l., Salamandra, p. 28

destacou militantes para o seu seio, apoiando a participação eleitoral da oposição. Segundo Fernando Rosas, “O PCP parecia reconhecer que, face à aparentemente iminente rendição do regime, tudo se jogava em tomar posições no processo de transição que se iria abrir”⁸⁴³. Objectivamente, o PCP concordava com as ideias da oposição não comunista quanto à transição como a forma mais acertada para a nova realidade política que o fim da guerra parecia propiciar.

A transformação do MUD num movimento à escala nacional, com a realização de concorridas sessões públicas, a abertura de comissões regionais e sectoriais de apoio e a circulação de listas de apoio ao movimento, com milhares de subscritores, subvertia todos os cálculos acerca de uma transição controlada. A chamada linha “ordeira” do MUD, segundo Fernando Rosas, pretendia constituir-se como interlocutora responsável junto do regime e substituir a mobilização popular⁸⁴⁴.

O regime passaria à ofensiva e o Ministro do Interior anunciava a intenção de proceder a um inquérito às listas de apoio do MUD para verificar a autenticidade das assinaturas. Logo após a entrega das listas começaram as represálias sobre os seus assinantes. Perante esta atitude do Governo, a oposição tomou consciência de que não iria ser efectuada nenhuma reforma eleitoral e de que a única opção era abster-se de participar nas eleições legislativas que se realizaram a 17 de Novembro de 1945. A via legal eleitoral para forçar uma abertura e encetar uma transição pacífica do regime tinha-se esgotado.

A inanidade manifesta da via legal e o rápido controlo ganho pelo PCP no MUD, fariam reavivar as movimentações conspiratórias. O *putsch* militar era alimentado pelo núcleo de oficiais republicanos ligados ao MUNAF e por elementos civis da mesma área política, que se vão ligando a vários grupos, designadamente oficiais de diversas facções militares dissidentes do regime. O *putsch* concebia-se num quadro de constitucionalidade formal, contando com a colaboração do presidente da República, o general Óscar Carmona, que usaria as suas prerrogativas constitucionais para demitir Salazar da Presidência do Conselho de Ministros e nomear um “governo de transição” que garantisse a “ordem pública”. Em Maio de 1946, as diversas correntes estavam unificadas numa Junta Militar de Libertação, sob a presidência do almirante Cabeçadas.

As operações militares estavam a cargo de vários oficiais superiores no activo e o comando fora entregue ao general Marques Godinho, comandante militar dos Açores durante a guerra. Os contactos destes homens com o pessoal político-militar do regime era muito estreito e o Presidente da República terá recebido o almirante Cabeçadas e outros oficiais envolvidos na conspiração. Após sucessivos adiamentos, o movimento foi marcado para 10 de Outubro de 1946, mas, o plano falhou

⁸⁴³ROSAS, Fernando, 1998, “O Estado Novo (1926-1974)”. In MATTOSO, José, (direcção de), *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Editorial Estampa p. 347

⁸⁴⁴ROSAS, Fernando, 2012, *Salazar e o Poder: a arte de saber durar*, Tinta-da-China, Lisboa. p. 230

e a única unidade que saiu do quartel foi a coluna de Cavalaria 6, do Porto, sob o comando do capitão Queiroga, que foi interceptada, no cruzamento da Mealhada para o Luso, pelas tropas fieis ao regime, ficando esta tentativa de golpe conhecida como o “golpe da Mealhada”.

A nova data do golpe foi marcada para 10 de Abril de 1947, depois de se saber que Santos Costa preparava a transferência para os Açores ou para as colónias de vários chefes militares envolvidos. Mas o adiamento dera a Salazar tempo para recompor os sectores dentro do regime e neutralizar os hesitantes. Desta forma, a via do *putsch* militar acabou também por falhar. A desarticulação do golpe militar faz-se no quadro do contra-ataque do regime sobre as oposições e da sua recomposição sobre a crise do fim da guerra.

No quadro de crise que se seguiu à segunda guerra mundial, a oposição procurou várias vias para derrubar o regime: a insurreição, a transição e o *putsch* militar. Nenhuma delas conseguiu derrubar a ditadura. Neste contexto, o papel da via da violência para derrubar o regime foi sempre secundarizado, com as oposições a apostar na via da transição pacífica e pactuada. Mesmo o PCP, defendendo a via do “levantamento nacional”, o que implicaria o recurso à violência, acabou por recuar em nome da união de toda a oposição e da aposta numa possível legalização e na ida às urnas.

Após este período, com o regime recomposto e, com o início da guerra fria, a nível internacional, a questão da utilização da violência não se voltará a colocar até às eleições de 1958.

2. Segunda crise do regime (1958-1962) – a violência no centro do debate político

A discussão sobre o recurso à luta armada contra o regime só vai reacender-se no seio da oposição durante a campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 1958, sem, no entanto, se traduzir em acções concretas organizadas, apesar dos enfrentamentos violentos, de rua, principalmente na campanha de Humberto Delgado, candidato da oposição às eleições presidenciais de 1958, ou nas manifestações de Maio de 1962.

As eleições de 1958 e, sobretudo, a imensa fraude eleitoral, trouxeram à oposição portuguesa e a uma larga camada da população a convicção da impossibilidade de derrubar o regime através de uma “solução pacífica”. Por isso, no seio da oposição começou-se a discutir, novamente, a via para o derrube do regime, colocando-se a necessidade de recorrer a acções armadas ou ao *putsch* militar. Foi efectivamente durante a campanha eleitoral que essa ideia ganhou força. Humberto Delgado manteve sempre, aliás, contacto directo ou indirecto com militares descontentes no seio das Forças Armadas e conspirou para a realização de um golpe que levasse ao derrube do regime.

Assim, entre 1958 e 1962, viveu-se no país um ambiente predisposto à violência política,

com cenas de violência popular nas ruas das cidades, vilas e aldeias, ainda durante a campanha eleitoral. Em 1961, o paquete *Santa Maria* era assaltado por um comando chefiado por Henrique Galvão; iniciou-se a guerra colonial, em Angola; deu-se uma tentativa de golpe de Estado, chefiada pelo Ministro da Defesa, general Botelho Moniz, e pelos comandos das Forças Armadas; e o ano terminou com o assalto ao Quartel de Beja. Em 1962, o clima de instabilidade repercutiu-se na crise académica que durou de Março a Junho; nas jornadas de luta de 1 a 8 de Maio, em que havia gente nas ruas a reclamar por armas; e na luta pelas 8 horas de trabalho no Alentejo.

Assiste-se nesta sucessão de acontecimentos, e ainda a partir do Brasil, ao conflitar de duas estratégias de luta armada. Uma, preconizada por Humberto Delgado, que vinha na via do *putch* militar, levado a cabo pelos oficiais descontentes com o regime e só secundariamente apoiado por civis armados. No fundo, tratava-se de fazer cair o governo através de um golpe militar que assegurasse a ordem nas ruas e que o poder não caísse nas mãos do povo. Foi este veio que esteve na preparação do golpe da Sé e do Golpe de Beja. A outra, preconizada por Henrique Galvão pôs a tónica nas acções espectaculares, realizadas por civis armados e rejeitava o golpe militar. Para Galvão, estas acções colocavam a luta contra a ditadura no centro das atenções mundiais e abria novas perspectivas na luta contra o regime que a oposição deveria aproveitar, pelo que optaram por realizar acções como o assalto ao *Santa Maria* e o desvio do avião da TAP.

Por seu lado, a principal força organizada da oposição, o Partido Comunista, viria a alterar sua orientação em relação à via para o derrube do regime após a fuga de Álvaro Cunhal e de outros dirigentes comunistas da cadeia de Peniche. Durante parte da década de 50, o PCP tinha insistido na possibilidade do regime ser derrubado por via da desagregação interna. Cunhal, depois de sair da prisão, repôs e aprofundou a via do “levantamento nacional” para o derrube do regime, que o PCP vinha defendendo desde o I Congresso Ilegal, realizado em 1943. Todavia, em nome das condições objectivas, o partido tinha relutância em avançar, hesitando sempre, e considerando frequentemente não estarem criadas as condições necessárias para enveredar por este tipo de luta. Na realidade, objectivamente, o eixo central da estratégia do partido não passava pela luta armada, pelo que essas questões eram subalternizadas, não sendo, no entanto, negadas ou recusadas por princípio.

Depois das eleições de 1958, com manifestantes na rua e militantes do PCP a reclamarem mais radicalização e inclusivamente a pedir armas, é importante salientar que o partido, numa perspectiva sobretudo de autodefesa, já tinha previsto e ensaiado acções violentas na preparação do 1º de Maio em 1962 e em 1964, procurando desta forma enquadrar os ímpetus mais “espontaneistas” e “aventureiristas” dos sectores mais radicais, inclusivamente da parte de alguns dos seus dirigentes.

Em 1964, Álvaro Cunhal irá redigir o documento *Rumo à Vitória*, em que voltava a

reafirmar a linha do “levantamento nacional” e reconhecia a necessidade das “acções especiais”, subordinando-as às acções de massas, em vista ao derrube do regime, no que objectivamente constituía também uma forma de enquadrar os seus sectores mais radicais.

Porém, a questão do recuso à violência como via para o derrube do regime já tinha levado à primeira cisão dentro do PCP, após a reorganização. De facto, ainda em 1963, Francisco Martins Rodrigues tinha deixado o partido por discordar da sua orientação política. Para Martins Rodrigues uma análise dos acontecimentos dos anos de 1958-1962 permitiam compreender que já estavam criadas as condições para enveredar pela luta armada. O facto de o partido não passar a esta forma de luta levou Martins Rodrigues a deixar o PCP e a formar a FAP/CMLP, que defendia abertamente a luta armada e chegou a planear acções, que, praticamente, não foram realizadas devido à prisão dos principais dirigentes da organização.

É numa resposta à criação da FAP e numa tentativa de conter as vozes mais radicais e críticas, dentro e fora do partido, que o PCP decidiu criar um organismo para as “acções especiais”, que tinha como função planear e executar acções armadas. No entanto, o PCP adiaria, até 1970, a concretização destas acções.

Embora o regime ultrapasse esta crise, a verdade é que o clima de violência que se viveu durante estes quatro anos contribuiu para a radicalização de uma parte da oposição portuguesa e trouxe, novamente, para o centro do debate político a questão do recurso à luta armada para derrubar um regime que teimava em sobreviver. A partir daqui, as principais cisões ocorridas no seio da oposição tiveram como pano de fundo esse debate sobre o recurso à violência e a realização de acções armadas para combater a ditadura.

3. A última crise do regime – o papel da luta armada na desagregação do marcelismo.

Em 1967, com o assalto por parte da LUAR à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, inicia-se um outro tipo de acções revolucionárias, com recurso a meios violentos. Se é verdade que esta acção decorria da experiência do DRIL e do voluntarismo de Henrique Galvão com o assalto ao Santa Maria ou o desvio do avião da TAP, o vazio que se seguiu a estas acções seria quebrado com a decisão de alguns dos que aí participaram rumarem à Europa na convicção que era no interior do país que as acções revolucionárias se deviam realizar.

Assim, a LUAR foi a primeira organização que, a partir da segunda metade década de 60, tentou levar a cabo acções armadas contra a ditadura, no interior do país, ainda que se tenha constituído e tenha a sua base política sobretudo em França, com trabalho entre os exilados e emigrantes portugueses, onde recrutava, e a partir dos quais constituía os comandos operacionais a

introduzir no país, embora as acções planeadas para o interior nunca tivessem obtido sucesso.

Porém, foi na década de 70 que as circunstâncias políticas, económicas e sociais no país favoreceram o aparecimento de outras organizações armadas. Os quase dez anos de guerra colonial tinham desgastado o regime e as manifestações contra a guerra multiplicavam-se, o número de desertores e refractários crescia de ano para ano, com a juventude a não querer hipotecar os seus sonhos numa ida para uma África longínqua, da qual nada conhecia, lutar por umas colónias que não sentiam como suas. Por outro lado, a industrialização do país fazia crescer as periferias das grandes cidades, “invadidas” de gente que vem do campo à procura de melhores condições de vida e que tem aspirações e reivindicações às quais o regime não consegue dar resposta. Assiste-se ao crescimento da classe média, da escolarização e a uma mudança de mentalidade, trazida pelo acesso cada vez maior ao que se passava pelo mundo, e que, apesar da censura, era visto na televisão e nas viagens ao estrangeiro que se começavam a fazer com maior frequência, trazendo livros, discos, revistas e que, depois, circulavam mais ou menos clandestinamente nos círculos de sociabilidade, junto dos amigos, dos colegas de escola ou nas festas juvenis.

É neste contexto que se consideram ultrapassadas e ineficazes as formas tradicionais de oposição, baseadas em manifestações pacíficas e abaixo-assinados, e que, cada vez mais, se defende que o regime só cairá pela luta armada.

Em 1970, o Partido Comunista Português, depois de um prolongadíssimo período de maturação, avançava com a ARA (Acção Revolucionária Armada), levando a cabo a primeira acção em Outubro desse ano. É a sabotagem do navio *Cunene* que participava da logística de apoio à guerra colonial. A ARA realizou, em seguida, e até 1973, um importante conjunto de acções, flagelando na retaguarda o dispositivo militar colonial. A sua actividade foi suspensa nesse ano, depois da PIDE-DGS já ter detido muitos dos operacionais e identificado o Comando Central. Porém, a suspensão foi justificada pela importância da luta democrática e de massas num quadro de convergência com o Partido Socialista, recentemente constituído, com vista às eleições desse ano.

Em 1971, foi a vez das Brigadas Revolucionárias desencadearem a sua primeira acção. As BR surgiram a partir de uma dissidência no PCP, em que a questão da luta armada para derrubar o regime é um dos aspectos mais marcantes. Carlos Antunes e Isabel do Carmo divergiam da orientação do partido em relação a esta questão e decidiram fundar uma organização armada que realizou acções até ao 25 de Abril de 1974. Tendo como orientação política e estratégica uma concepção autonomista e basista, as brigadas invertem a lógica de criação dos grupos armados, tendo surgido primeiro a organização armada e só depois, em 1973, o partido, o PRP.

Neste contexto, é importante compreender o papel da guerra colonial na radicalização da luta política e no desencadear da luta armada em Portugal.

A guerra colonial iniciou-se em Fevereiro de 1961, em Angola, estendendo-se rapidamente à Guiné, em Janeiro de 1963 e a Moçambique, em Agosto de 1964, arrastando-se depois no tempo sem fim à vista. Para amplos sectores, principalmente os mais ligados às actividades da oposição, a reivindicação do fim da guerra passou a marcar as suas actividades políticas e de contestação ao regime. Ao mesmo tempo que se defendia o recurso às armas para derrubar um regime que teimava em permanecer imóvel e surdo aos anseios dos portugueses.

Entre as oposições, a questão anti-colonial colocou-se tardiamente. Predominou entre as oposições tradicionais uma posição nacionalista, de extracção republicana que não questionava o colonialismo nos seus fundamentos, limitando-se a uma posição reformista e conservadora sobre a questão.

É certo que o Partido Comunista Português defendeu pela primeira vez o direito à independência das colónias no decorrer do V Congresso, em 1957, incentivando a criação de partidos comunistas nas colónias. Em 1961, quando eclodiu a guerra em Angola, foi o único grupo da oposição que reconheceu o direito dos povos das colónias à independência, mas sem transferir este ponto de vista para o campo da oposição legal, como se verificou nas eleições deste ano, ao não criticar, e desse modo acatando implicitamente, o *Programa para a Democratização da República*, que defendia uma posição conservadora em matéria colonial.

Por outro lado, nos anos 60, os Católicos aparecem com um dos grupos mais empenhados na mobilização contra a guerra colonial. Influenciados pela encíclica *Pacem in Terris*, pelos debates do Concílio do Vaticano II e pela política de *aggiornamento* da Igreja protagonizada por Paulo VI, as suas posições clarificaram-se na procura de soluções pacifistas e consensuais para a guerra colonial. Quando em 1970, o Papa recebeu em audiência dos líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, o facto teve grande impacto em muitos católicos portugueses, que se começaram a questionar sobre a justeza da guerra. A partir daqui intensificaram-se as acções de sacerdotes e de leigos que tomavam posições anti-guerra, de resistência passiva e de reflexão crítica. Inserem-se aqui a dinamização de publicações como o *Direito à Informação*, os *cadernos GEDOC* e o *Boletim Anti-Colonial*, o auxílio à saída clandestina do país de refractários desertores, ou a organização de vigílias pela paz, como a de S. Domingos, em finais de 1968, e a da Capela do Rato, no último dia de 1972. No seio deste sector tornava-se clara uma posição explícita contra a guerra, ainda que pacífica, a partir da qual se vai diferenciar, por radicalização, um grupo que da crítica à guerra colonial passou ao apoio activo às acções de luta armada, quer no plano logístico quer operacional, apoiando as acções da LUAR e das BR contra o aparelho de guerra colonial.

Entretanto, os grupos marxistas-leninistas manifestavam uma total oposição à guerra colonial, colocavam a reivindicação do fim da guerra e da independência das colónias no topo da

sua agenda e manifestavam total solidariedade aos desertores e refractários, montando redes de apoio à passagem clandestina da fronteira. Alguns destes grupos, defendendo e teorizando acerca da luta armada como via para derrubar a ditadura, passaram também a defender a deserção com armas, que lhes deveriam ser entregues pelos jovens militares que com isso concordassem, em troca do apoio à sua saída do país, constituindo-se desta forma pequenos arsenais, mantidos tanto dentro como fora do país.

Desta forma, a guerra colonial constitui o principal factor de radicalização na luta contra o regime. Sobretudo os desertores, já com formação militar, ao integrarem, principalmente a partir do exílio, aparelhos militares da LUAR, das BR, e dos grupos marxistas-leninistas que também defendiam as acções armadas, fornecem-lhes base operacional.

No entanto, a estratégia face á participação no seio do aparelho militar e na guerra é diferenciado à esquerda. Enquanto os grupos “marxistas-leninistas” apoiavam a ida à tropa para aprender a manejar armas e fazer agitação anticolonial no seio das Forças Armadas, e desertar depois; para o PCP, os seus militantes não deviam desertar, senão quando tivessem de acompanhar uma deserção colectiva ou corressem riscos de ser presos em resultado da sua actividade revolucionária. A ideia subjacente era de que o PCP não podia encorajar a deserção individual dos seus militantes, porque era necessário criar organização comunista nos quartéis, fazer propaganda junto dos soldados contra a guerra, contra a violência dos exercícios militares e as injustiças vindas dos oficiais e a repressão, ou contra a intromissão das potências estrangeira que instalavam bases em território nacional.

A apologia da via armada foi uma constante entre a esquerda radical portuguesa dos anos 70. Nenhuma organização que se reivindicasse “marxista-leninista” punha de lado o recurso às armas para fazer oposição ao regime, porém, a verdade, é que nenhuma delas passou da discussão teórica e de propaganda à prática. Todas buscaram inspiração fosse na Revolução Cultural Chinesa, na Revolução Cubana, nas guerrilhas da América Latina, na luta do povo do Vietname ou nas lutas de libertação colonial. O apuro ideológico que insistentemente proclamavam suscitava intensas polémicas e acusações recíprocas, prevalecendo a ideia de que a linha táctica mais adequada seria a da luta armada.

Em vésperas do 25 de Abril, estas organizações tinham paióis de armas e explosivos em vários pontos do país, tinham militares treinados ou que tinham feito o serviço militar, dispunham de esboços de acções armadas, mas não realizaram acções. No final, apenas ficaram pela discussão teórica e pela intensa actividade de agitação e propaganda sobre a questão da violência e da luta de massas, sobretudo em meio estudantil.

As organizações de luta armada estudadas assumem-se sempre como anti-colonialistas. A

FAP/CMLP aborda a questão colonial logo nos seus primeiros documentos e no primeiro número do *Revolução Popular*, órgão do CMLP, declara que “o começo das guerras revolucionárias de libertação dos povos das colónias portuguesas assinalou a passagem a uma nova fase da luta antifascista em Portugal”⁸⁴⁵. A posição defendida era que a luta armada nos países coloniais devia articular-se com acções armadas na metrópole.

Neste novo contexto, a LUAR que sempre se havia afirmado contra a guerra colonial e a favor da independência dos povos das colónias, considerava que a realização de acções armadas contra a ditadura portuguesa, efectuadas no interior do país, contribuiria para eclosão de um novo foco de acção violenta que iria favorecer a luta dos povos das colónias. Para a LUAR, a luta anti-colonial e a luta anti-fascista eram indissociáveis. As duas complementavam-se. Porém, reconhecia, que só o fim do regime determinaria o fim da guerra e a independência das colónias. Daí a LUAR apelar e incentivar a deserção dos jovens. Vários militantes tinham desertado antes de embarcar para as colónias ou já em pleno cenário de guerra em África. Este entendimento da LUAR face à deserção aproxima-a das posições dos grupos maoistas, quanto à questão da deserção.

A ARA, por seu turno, declarava-se ser uma organização que lutava contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo e tomou as instalações militares e o aparelho militar como os seus alvos preferidos. O PCP continuava a defender o “levantamento popular de massas” e procurou incluir a criação e as acções da ARA nesta linha política. Assim, pretendia que as acções armadas estivessem ligadas à luta das massas.

Por seu lado, as Brigadas Revolucionárias colocaram o problema da guerra colonial no topo das suas prioridades. Assumindo-se claramente anticolonialistas, anti-imperialistas e anti-capitalistas, as BR tomaram como alvo sistemático das suas acções diversas instalações militares, desferindo, desta forma, diversos golpes ao aparelho militar do regime. As BR e mais tarde o PRP defendiam a abertura em Portugal continental de uma quarta frente de combate que ajudaria a desgastar o regime e o seu esforço de guerra, pois o governo teria de canalizar esforços militares para a metrópole, desguarnecendo a luta nas colónias o que poderia ser aproveitado pelos movimentos de libertação. Além disso, as BR foram a única organização que conseguiu levar a luta armada portuguesa até ao teatro de guerra com o ataque ao Quartel-Geral das tropas portuguesas em Bissau, em 22 de Fevereiro de 1974.

O regime flagelado por este novo tipo de acções colocou os aparelhos militar e policial em alerta. Agora já não era apenas a luta armada nas colónias, esta tinha chegado ao continente, tinha deixado de ser uma teoria desenvolvida e defendida por pequenos grupos de esquerda radical de influência maoista, mas sem capacidade de procedimento concreto. As organizações de luta armada

⁸⁴⁵“Editorial”, *Revolução Popular*, nº 1, Outubro de 1964, p. 1

tinham quadros prontos para levar a cabo acções, dispunham de alguma experiência militar, de armas compradas no exterior, adquiridas aos desertores ou roubadas dos quartéis; organizaram aparelhos logísticos e tinham apoios civis.

Ao longo dos treze anos de guerra foi possível recorrer a jovens que sabiam manejar armas, o que os tornava potenciais guerrilheiros. Com o crescimento do descontentamento face à manutenção da guerra e face ao regime, estes jovens tornavam-se um alvo fácil de aliciamento das organizações de luta armada, o que poderia levar à multiplicação das acções armadas contra o regime.

Esta radicalização da luta contra o regime terá contribuído para o apressar do golpe militar do 25 de Abril. A utilização da força das armas como forma de pôr termo ao regime terá condicionado a formação e a politização do movimento militar que o derrubaria.

O Movimento dos Capitães tendo a sua génese numa reivindicação corporativa vai, em poucos meses, evoluir para a necessidade de derrubar o regime pela força. O descontentamento político, a agitação social, o cansaço de uma guerra sem fim à vista e a crescente hegemonia política, ideológica e cultural das esquerdas inspirou a crescente e rápida politização do Movimento dos Capitães, mais tarde, Movimento das forças Armadas.

A ideia da luta armada como a única via possível para derrubar o regime que grassava nos sectores mais à esquerda teve alguma repercussão nos oficiais intermédios do regime que estavam descontentes com o decorrer do conflito bélico mas também com o rumo do país. A presença de uma forte componente de oficiais milicianos que passaram pela universidade e se foram politizando pelo ambiente que aí se vivia, levava para o interior da instituição militar estes pontos de vista. Neste contexto, a partir de uma reivindicação corporativa, os oficiais jovens do Quadro Permanente compreendem que a única forma de acabar com a guerra era fazer cair o regime, mas isso só seria possível através das armas, preparando e desencadeando um golpe militar de carácter clássico.

A Revolução do 25 de Abril de 1974, com os cravos a adornar os canos das espingardas, mas transformando-se rapidamente num processo revolucionário, acabará por ser o epílogo deste longo processo de radicalização da oposição à ditadura, no qual, a questão do recurso violência sempre esteve presente.

O Processo Revolucionário que nesse dia se inicia será, também, marcado pela violência política, mas já noutro contexto, e dentro de outros moldes, que valerá a pena estudar para compreender o recurso à violência política, quer em contextos revolucionários, como democráticos.

Fontes:

Arquivos:

1 - Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo

Arquivo da PIDE/DGS

Arquivo da Legião Portuguesa

Arquivo Oliveira Salazar

Arquivo Humberto Delgado

Fundo do Ministério do Interior

Fundo do Tribunal da Boa Hora

2 – Arquivo Distrital do Porto

Fundo do Arquivo do Governo Civil

3 – Biblioteca Museu República e Resistência

FPLN

LUAR

4 – Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra

Fundo Humberto Lucas

Fundo Manuel Sertório

Fundo Fernando Piteira Santos

Fundo António de Figueiredo

5 – Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares

Casa Comum – Fundo Isabel do Carmo/Carlos Antunes

6 – Arquivo Municipal de Leiria

Espólio PRP/BR

Fontes Impressas

Imprensa clandestina:

A Arma Crítica (FPLN); *Avante!* (PCP), *Bandeira Vermelha* (MRPP); *Bolchevista* (grupo O Bolchevista); *Estrela Vermelha* (CMLP), *Folha Comunista* (URML); *Grito do Povo* (Grupo o Grito do Povo); *Guerra Popular* (Comités Guerra Popular); *JAPPA* (boletim da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses na Argélia); *Liberdade* (órgão da FPLN); *Militante* (PCP); *O Comunista* (CMLP); *O Proletário* (CMLP); *Passa-Palavra* (órgão dos militares da FPLN); *Portugal Livre* (FPLN); *Revolução Popular* (CMLP), *Revolução Portuguesa* (Grupo Revolucionário Português de Libertação); *Unidade Popular* (CMLP); *Viva o Comunismo* (CCR'S)

Imprensa:

Diário de Lisboa; *Diário da Manhã*; *Expresso*; *O Comércio do Porto*; *O Primeiro de Janeiro*; *O Século*; *Público*;

Outras Publicações:

Brigadas Revolucionárias, *Dossier Brigadas Revolucionárias*, s.d, Edições Revolução, Lisboa.

Comité Marxista-Leninista Português, 1966, *As Futuras Tarefas do Comité Marxista-Leninista Português*, S.I.; Edições CMLP

Comité Marxista-Leninista Português, 1968 “*Documentos Relativos à 2ª Conferência do CMLP*”, SI., CMLP, Novembro de 1968

Comité Marxista-Leninista Português “*Só o Trabalho Comunista Pode Conduzir à Reconstrução do Partido*”, 1968, SI, Edição do Organismo Engels do CMLP.

Comité Marxista-Leninista Português, s.d, *Revolução Popular*, Lisboa, Edições Voz do Povo

Partido Comunista Português, Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, 1958, *À classe operária! Ao povo de Portugal*, 9 de Junho de 1958; [maiúsculas no original].

Partido Comunista Português, Comité Central do PCP, “*Perspectivas do Desenvolvimento da Luta Nacional contra a Ditadura Fascista*”, Edições Avante!, Janeiro de 1963

Partido Comunista Português, *Documentos do Comité Central 1965/1974*, Lisboa, Edições Avante!

Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias, 1975, *Documentos do Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (1971-1974)*, Edições Revolução

RODRIGUES, Francisco Martins, 1974, *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso movimento*, Lisboa, Edições Unidade Popular.

Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, *À classe operária! Ao povo de Portugal*, 9 de Junho de 1958; maiúsculas no original.

Entrevistas

Entrevista não gravada a “Almendra” [Optou-se por continuar a utilizar o pseudónimo tribuído por Raimundo Narciso. Identificação real não autorizada pelo próprio], Lisboa, 25 de Julho de 2012

Entrevista a Camilo Mortágua, Alvito, 3 de Outubro de 2012

Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 17 de Julho de 2012

Entrevista a Carlos Antunes, Lisboa, 4 de Abril de 2014

Entrevista a Carlos Brito, Alcoutim, 12 de Setembro de 2012

Entrevista Eduardo Pons Cruzeiro, Lisboa, 18 de Junho de 2012

Entrevista a Fernando Pereira Marques, Lisboa, 26 de Setembro de 2012

Entrevista a Francisco Fanhais, Alvito, 18 de Julho de 2012

Entrevista a Hélder Costa, Lisboa, 31 de Julho de 2012

Entrevista a Hipólito dos Santos, Lisboa, 29 de Abril de 2012

Entrevista a Isabel do Carmo, Lisboa, 18 de Junho de 2012

Entrevista a Jacinto Rodrigues, Esposende, 18 de Setembro de 2012

Entrevista Joaquim Alberto Lopes Simões, Riachos, 15 de Julho de 2012

Entrevista a João Honrado, Beja, 8 de Maio de 2011

Entrevista a Joana Lopes, Lisboa, 20 de Julho de 2012

Entrevista José Alberto e Lina Alberto, Vila d'Alva, 13 de Setembro de 2012

Entrevista José Capillé, Montijo, 10 de Setembro de 2012

Entrevista a José Manuel Esperto, Montijo, 15 de Março de 2012

Entrevista a José Teixeira Bonifácio, UPP, 21 de Abril de 2001 (E5)

Entrevista a Pedro Goulart, Lisboa, 16 de Julho de 2012

Entrevista a Rafael Galego, Alverca, 1 de Agosto de 2012

Entrevista Raimundo Narciso, Odivelas, 10 de Outubro de 2012

Entrevista a Ricardo Lima, Porto, 23 de Abril de 2012

Entrevista Rui d'Espiney, Setúbal, 10 de Fevereiro de 2012

Bibliografia

ACQUAVIVA, Sabino S., s.d., *Guerreiglia e Guerra Rivoluzionaria in Itália. Ideologia, Fatti, Prospective*, Rizzoli Editore.

AIERBE, Peici, 1989, *Lucha Armada en Europa: IRA, RAF, Brigadas Rojas*, San Sebastián: Tercera Prensa, D.L.

- ALMEIDA, João Miguel Furtado, 2008, *A oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Edições Nélson de Matos.
- ALVES, Jorge, 1998, *O Furacão Delgado*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ANDERSON, Benedict, 1983, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso.
- AMIGO, Ángel («Pertur»), 1978, *ETA 71-76*, San Sebastián, Hordago.
- ANTUNES, José Freire, 1995, *A Guerra de África (1961-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ARENDT, Hannah, *Sobre a Violência, Relógio de Água*, Lisboa.
- ARÓSTEGUI, Julio; BUCHRUCKER, Cristina; e SABORIDO, Jorge, 2001, *El Mundo Contemporáneo: Historia y Problemas*, Barcelona, Biblos.
- BAADER, Andreas, 1981, *El moderno estado capitalista y la estrategia de la lucha armada. Grupo Baader-Meinhoff, Fracción del Ejército Rojo*, Trad., Barcelona, Icaria.
- BADIOU, Alain, 2008, “Communist Hypothesis”, *New Left Review*, 49, 29-42.
- BALENCIE, Jean-Marc, 1996, *Mondes rebelles : acteurs, conflits et violences politiques*, Paris, Michalon.
- BALFOUR, Sebastian, 1998, *Fidel Castro*, Mem Martins, Inquérito.
- BAPTISTA, António Alçada, 1998, *A Pesca à Linha. Algumas Memórias*, Lisboa, Editorial Presença.
- BAPTISTA, Pedro, 2014, *Da Foz Velha ao Grito do Povo*, Porto, Edições Afrontamento.
- BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, (coord), 2000, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas.
- BARRETO, Antonio (org.), 2000, *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- BARRYMAN, Philip, 1987, *Liberation Theology: essential facts about the revolutionary movement in Latin America and beyond*, Meyer Stone Books
- BAUMANN, Michael, 2008, *Passages à l'acte: violence politique dans le Berlin des années soixante-dix*, Paris, Nautilus.
- BEBIANO, Rui, 2002, “As esquerdas e a Oposição à Guerra Colonial”, in *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção. Actas do II Congresso sobre a Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, Universidade Aberta.
- BEBIANO, Rui, 2003, *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*, Coimbra, Angelus Novus.
- BEBIANO, Rui, SILVA, Alexandra, 2004, “A Reidentificação do Feminino e a Polémica sobre a Carta a Uma Jovem Portuguesa”, *Revista de História das Ideias*, nº 25, p. 423-454.

- BEBIANO, Rui, 2005, *Contestação do regime e tentação da luta armada sob o marcelismo*, in Revista Portuguesa de História, Tomo 37, Coimbra.
- BERMAN, Paul, 2007, *O Poder e os Idealistas. A geração idealista de 68 e a sua subida ao poder*, Lisboa, Alêtheia Editores.
- BEUVAIN, Christian, CHALTON, Hervé, CHAMBARLHAC, Vincent, 2005, *Révolution, Lutte Armée et Terrorisme*, Vol. 1, Paris, L'Harmattan.
- BODIN, Louis, 1973, *L'Idée de révolution en France de 1920 à 1968*, séminaire d L'Institut d'Etudes Politiques de Paris, t.1.
- BONANATE, Luigi, 1978, "Terrorismo, lotta política e violenza", in *Biblioteca della libertà*, Anno XV, p. 24.
- BRAGANÇA, Nuno, 1996, *Square Tolstoi*, Lisboa, Edições D. Quixote.
- BRAUD, Philippe, 1993, *La violence politique dans les démocraties européennes occidentales*, Paris, L'Harmattan.
- BRAUD, Philippe, 2004, *Violences politiques*, Paris, Ed. du Seuil.
- BRITO, Carlos, 1998, *Tempos de Subversão: Páginas vividas na Resistência*, Lisboa, Edições Avante.
- BRITO, Carlos, 2013, *Álvaro Cunhal: sete fôlegos do combatente*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- BRITO, Casimiro de, 1974, *Jardins de Guerra*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- BRITO, J.M.B. de, 1999, *Revolução e Democracia*, Lisboa, Editorial Notícias.
- CABRAL, Alexandre Villaverde, 1974, *Um português em Cuba*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- CAETANO, Marcelo, 1977, *Minhas memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo.
- CASTRO, Pedro Jorge, 2010, *O inimigo nº 1 de Salazar: Henrique Galvão, o líder do ataque ao Santa Maria e do sequestro do avião da TAP*, Lisboa, Esfera dos Livros
- CARDINA, Miguel, 2008, *A tradição da contestação. Resistência estudantil em Coimbra no marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus
- CARDINA, Miguel, 2010, *A Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus, Lisboa, Tinta-da-China
- CARDINA, Miguel, 2010, *Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo*, in Revista Crítica de Ciências Sociais, p. 208 a 229.
- CARDINA, Miguel, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, Tinta-da-China.
- CARDOSO, António Monteiro, 2009, "Desertar ou ficar. Os comunistas e a incorporação no exército colonial", II Colóquio *Os Comunistas em Portugal – 1921-2009*, Org. Revista Política Operária, Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência.

- CASANELLAS, Pau, 2011, *Moror matando. O franquismo en crisis ante la violencia política (1968-1077)*. Tese de doutoramento apresentada na universidade Autónoma de Baecelona
- CASTANHEIRA, Alexandre, 2003, *Outrar-se ou a Longa Invenção de mim*, Porto, Campo das Letras Editores
- CASTANHEIRA, José Pedro, 2012, *Jorge Sampaio. Uma biografia*, Edições Nélson de Matos, Porto Editora
- CASTRO, Pedro Jorge, 2010, *O inimigo nº 1 de Salazar: Henrique Galvão, o líder do ataque ao Santa Maria e do sequestro do avião da TAP*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- CATANZARO, R. e MANCONI, L. (a cura di), 1995, *Storie di lotta armata*, Bologna, Il Mulino.
- Citações do Presidente Mao, 1972, Pequim, Edições em Língua Estrangeira.
- CLEMENTI, Marco, 2007, *Storia delle Brigate Rosse*, Roma, Odradek.
- COELHO, Mário Baptista (coord), *Portugal. O Sistema político e constitucional. 1974-1987*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- COELHO, Mário Brochado, 2010, *Confronto. Memória de uma cooperativa cultural. Porto 1966-1972*, Porto, Afrontamento
- COHN-BENDIT, Daniel, 1988, *A Revolução Que Tanto Amamos*, Lisboa, D. Quixote.
- CORDEIRO, José Manuel, 2009, ““Ao Serviço do Povo Venceremos”. A oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974)”, *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, III Série, nº 5, p. 119-158.
- CORDEIRO, José Manuel, 2014, *A imprensa clandestina e do exílio no período 1926-1974*, Conselho Cultural, Universidade do Minho.
- CORREIA, Hélder Manuel Bento Correia, 2000, *Comité Marxista-Leninista Português. Breve História de uma Organização Política (1964-1975)*, Trabalho apresnetado no âmbito do Mestrado de História Contemporânea, no Seminário de História de Portugal, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- COSTA, Hélder, 2005, *O Saudoso Tempo do Fascismo*, S.I., Parvoíces
- COSTA, João Bénard da, 2003, *Nós, os vencidos do catolicismo*, Coimbra, Tenacitas.
- COSTA, Ramiro, 1979, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal (1820/1975)*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1998, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- CUNHA, Adelino, 2008, “O fracasso do Golpe de Beja”, in PAÇO, António Simões do (coord.), 2008, *Os anos de Salazar*, vol. 18, Lisboa, Planeta De Agostini, p. 90-95
- CUNHAL, Álvaro, *O Radicalismo Pequeno-Burguês de Fachada Socialista*, Lisboa, Edições Avante.

- CUNHAL, Álvaro, 1974, *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições Avante.
- CUNHAL, Álvaro, 1994, *Acção Revolucionária, Capsitulação e Aventura*, Lisboa, Edições Avante.
- CUNHAL, Álvaro, 1996, *Duas Intervenções Numa Reunião de Quadros*, Lisboa, Edições Avante!
- DACOSTA, Fernando, 2001, *Nascido no Estado Novo*, Lisboa, Editorial Notícias
- DEBRAY, Régis, 1967, *Révolution dans le Révolution. Lutttes Armées et Lutte Politique en Amerique Latine*, Paris, Maspero.
- DELGADO, Iva e FIGUEIREDO, António (coord.), 1991, *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- DELGADO, Iva, 1998a, *Braga: cidade proibida*, Braga, Governo Civil de Braga
- DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos e FARIA, Telmo (coords.), 1998b, *Humberto Delgado, as eleições de 58*, Lisboa, Editor Assírio Bacelar.
- DINI, Vitorio, 1981, *Il discorso delle armi: l'ideologia terroristica nel linguaggio delle Brigade Rose e di Prima Linea*, Roma, Savelli.
- DUBOIS, Jean-Paul, 2005, Entrevista ao suplemento "Mil Folhas", *Público*, 5 de Novembro.
- EAGER, Paige Whaley, 2008, *From freedom fights to terrorists. Human and political violence*, Ashgate Imprint.
- ELBAUM, Max, 2002, *Revolution in the Air. Sixties Radicals Turn to Lenin, Mao and Che*, London/New York, Verso.
- ELORZA. Antonio (ed.), 2000, *La Historia de ETA*, Madrid: Temas de Hoy.
- ENGELS, Friedrich, 1975, O papel da violência na História, Lisboa, Editorial Estampa.
- ESTANQUE, Elísio, BEBIANO, Rui, 2007, *Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra*, Lisboa, ICS.
- FARIA, Teodoro de, 2014, *O Concílio Vaticano II: 50 anos depois*, Cascais, Lucema
- FARINHA, Luís, 1998, *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FASANELLA, Giovanni, FRANCESCHINI, Alberto, 2004, *Che cosa sono le BR: le radici, la nascita, la storia, il presente*, Milano, BUR.
- FERNANDES, José Manuel, 2012, *Era uma vez a Revolução*, Lisboa, Alêtheia Editores
- FERREIRA, Sofia, 2010, "1958-1962, Quatro anos que estremeceram o regime", in Catálogo da Exposição «Resistência. Da alternativa Republicana à luta contra a Ditadura (1891-1974)», Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Porto.
- FERREIRA, Ana Sofia, 2011, «As greves no Litoral Norte português no agitado verão de 1958», in

- VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo e PEREIRA, Joana Dias (coord.), *Greves e Conflitos Sociais em Portugal no Século XX*, 1ª edição, Lisboa, Edições Colibri.
- FERREIRA, Ana Sofia, 2013, “O conflito sino-soviético dentro do PCP e o surgimento da FAP”, publicado na *Revista História & Luta de Classes*, Setembro de 2013.
- FERRY, Luc, e RENAUT, Alain, 1988, *La Pensée 68. Essai sur l'anti-humanisme contemporain*, Paris: Gallimard.
- FEUER, Lewis, 1969, *The Conflict of Generations: The Character and Significance of Student Movements*. New York : Basis Books.
- FINK, Carole; GASSERT, Philipp; JUNKER, Detlef, 1988, 1968. *The World Transformed*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FONSECA, Inês, 2008, *Dois Mortos em Aljustrel*, in PAÇO, António Simões do (coord.), 2008, *Os anos de Salazar*, vol. 19, Lisboa, Planeta De Agostini, p. 74 a 85.
- FRANK, Robert, 2000, «Imaginaire politique et figures symboliques internationales: Castro, Hô, Mao et le Che», in G. Dreyfus-Armand et al (orgs), *Les années 68. Le temps de la contestation*, Paris, Complexe, 31-47.
- FREIRE, João, 2007, *Pessoa Comum no Seu Tempo. Memórias de um médio-burguês de Lisboa na segunda metade do século XX*, Porto, Edições Afrontamento
- FUENTES, Norberto, MASCARENHAS, Oscar, 2011, *Autobiografia de Fidel Castro*, Alfragide, Casa das Letras
- FURTADO, Peter (Direc.), REIS, António (Direc. Da edição portuguesa), 1995, *História do Século XX*, Lisboa, Alfa.
- GALIZA, Rui Daniel (textos), PINA, João (fotos), 2007, *Por Teu Livre Pensamento. Histórias de 25 ex-presos políticos portugueses*, Rio Maior, Assírio e Alvim.
- GALLI, Giorgio, 2004, *Piombo Rosso. La storia completa della lotta armata in Italia dal 1970 a oggi*, Milano, Baldini Castoldi Dalai Editore.
- GALVÃO, Henrique, 1974, *O assalto ao “Santa Maria”*, Edições Delfos, Lisboa.
- GARMENDÍA, José María, 1995, *Historia de ETA*, San Sebastián: R&B Ediciones.
- GERVÁSIO, António, 1996, *Luta de Massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do País*, Edições Avante, Lisboa.
- GIANNULI, Aldo, 2008, *Bombe a Inchiostro*, Milano, Futuropassato.
- GITLIN, Todd, 1987, *The Sixties Years of Hope, Days of Rage*, New York, Bantman Books.
- GODINHO, Paula, 2001, *Memórias da Resistência Rural no Sul (Couço 1958-1962)*, Oeiras, Celta Editora
- GOMES, João Varela, 1980, *Tempo de Resistência*, Ler Editora, Lisboa.

- GORENDER, Jacob, 1987, *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à Luta Armada*, São Paulo, Editora Ática.
- GOULART, Pedro, 2002, *Resistência*, Lisboa, Edições Dinossauro.
- GRANDI, Aldo, 2003, *La generazione degli anni perduti. Storie di Potere Operario*, Turim, Giulio Einaudi Editore.
- GUERRA, João Paulo, 1993, *Memória das Guerras Coloniais*, Porto, Afrontamento.
- GURR, Ted, GRAHAM, H.D., 1969, *Violence in America*, New York, Signet Books.
- GURR, Ted, 1970, *Why Men Rebel*, Princeton, Princeton University Press
- GUTIERREZ, G., 1972, *Teologia de la liberación*, Salamanca.
- HOBSBAWM, Eric, 2011, *A Era dos Extremos. História Breve do século XX (1914-1991)*, Editorial Presença, Lisboa, 5ª edição.
- HONDERICH, Ted, 1982, *Political Violence*, London, Institute of Commonwealth Studies.
- HOORMANT, François, 2000, *Au pays de l'Avenir Radieux. Voyages des intellectuels français en URSS, à Cuba et en Chine populaire*, Paris, Aubier.
- HUBERMAN, Leo; SWEETZ, Paul M., 1961, *Cuba: Anatomy of a Revolution*, New York, Monthly Review Press.
- JAMESON, Frederic, 1984, "Periodizing the 60s", in SAYERS, Sohny e STEPHENSOM, Jameson (eds), *The Sixties without Apology*, Minneapolis: University of Minneapolis Press, p. 178-209.
- KAMINSKY, Sarah, 2009, *Adolfo Kaminsky, une vie de faussaire*, Paris, Calmann-Levy
- LEMOS, Artur, 2007, *Por caminhos não andados: Seminários dos Olivais 1945-1968*, Mafra, Digital XXI Editora.
- LETAMENDÍA, Francisco, 1994, *Historia del nacionalismo vasco y de ETA*, 3 vols., San Sebastián: R&B Ediciones.
- LÉVY, Benny, (sob o pseudónimo de Pierre Victor), 1974, *On a raison de se révolter*, Paris, Gallimard.
- LINDIM, Isabel, 2012, *Mulheres de Armas*, Editora Objectiva, Carnaxide.
- LOFF, Manuel, PEREIRA, Conceição Meireles, 2006, *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)*, Porto, Universidade do Porto.
- LOPES, Joana, 2007, *Entre as brumas da memória. Os católicos portugueses e a ditadura*, Porto, Ambar.
- LUNA, Giovanni de, (sob o pseudónimo) Luigi Barberis, 1976, *Torino: progetto reazionario*, Turim, Ed. Lotta Continua.
- LUNA, Giovanni de, 2009, "La ragioni di un decennio. 1969-1979, Militanza, violenza, sconfitta,

memoria, Milão, Feltrinelli Editore.

MADEIRA, João, 1996, *Os Engenheiros de Almas: O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa.

MADEIRA, João, 2003, *O PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)*, *Estudos do Século XX*, 3, 209-243.

MADEIRA, João, 2004, “O Marcelismo e as oposições: o PCP e a extrema-esquerda”, in ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires, *A Transição Falhada: o Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias.

MADEIRA, João, FARINHA, Luís e PIMENTEL, Irene, 2007, *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, Lisboa, Esfera dos Livros.

MADEIRA, João, 2008, “Uma primavera quase escaldante”, in PAÇO, António Simões do (coord.), 2008, *Os anos de Salazar*, vol. 19, Lisboa, Planeta De Agostini, p. 86-91.

MADEIRA, João, 2008, *O efeito Martins Rodrigues e o desvio esquerdista de Maio de 1964 no PCP*, comunicação apresentada no “Colóquio Os Comunistas em Portugal 1921-2008”, PO/BMRR, Novembro de 2008.

MADEIRA, João, 2013, *História do PCP. Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta da China.

MADEIRA, João, 2015, *Francisco Martins Rodrigues. Documentos e Papeis da Clandestinidade e da Prisão*, Ela por Ela e Abrentes Editoras.

MAGRO, José, 1975, *Cartas da prisão*, Lisboa, Edições Avante.

MAITAN, Lívio, 1970, *Cuba : réformisme militaire et lutte armée en Amérique Latine*, S.I.

MANCONI, Luigi, 2008, *Terroristi italiani. Le Brigate Rosse e la guerra totale (1970-2008)*, Milano, Rizzoli.

MANYA, Judithe, 2004, *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale 1921-1974*, Thèse pour le doctorat en Science Politique, Bordeaux, CEAN.

MARCUSE, Harold, 2001, *Legacies of Dachau: The uses and abuses of a concentration camp (1933-2001)*, Cambridge University Press.

MARQUES, Fernando Pereira, 1976, *Criar poder popular: reflexões e documentos dum ex-militante da LUAR sobre um partido e uma prática*, Lisboa, Edições Ulmeiro.

MARQUES, Fernando Pereira, 2005, *A Praia sob a Calçada. Maio de 68 e a <<Geração de 60>>*, Lisboa, Âncora.

MARQUES, J. A. Silva, 1976, *Relatos da clandestinidade. O PCP visto por dentro*, Lisboa, Edições Jornal Expresso

MARTINS, João Paulo; LOUREIRO, Rui, 1980, *A extrema-esquerda em Portugal (1960-1974): os*

- Marxistas-Leninistas e os Trotskistas*, in *História*, nº 17, pág. 8-23
- MARTINS, João Paulo e LOUREIRO, Rui, 1980, «A extrema-esquerda em Portugal (1960-1974]. As organizações armadas em Portugal de 1967 a 1974», in *História* nº 18, pag. 14-26
- MARTINS, Susana, 2005, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras
- MARTINS, Susana, 2008, “O Golpe da Sé é desarticulado”, in PAÇO, António Simões do, (Coord.), 2011, *Os anos de Salazar*, Lisboa, Planeta DiAgostini, vol. 16, p. 31 a 42
- MARTINS, Susana, 2011, *Luta Armada na Frente Patriótica de Libertação Nacional – Uma querela permanente*, texto apresentado ao I Congresso Greves e Conflitos Sociais, IHC
- MARWICK, Arthur, 1998, *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and The United States*, c. 1958-1974, Oxford, Oxford UP.
- MASCARENHAS, João Mário, 2000, *Hermínio da Palma Inácio*, Lisboa, Museu da República e da Resistência.
- MASSEY, Jacques, 2010, *ETA, Histoire Secrète d'une guerre de cent ans*, Flammarion.
- MEADE, Robert C, 1990, *The Red Brigades: the story of italian terrorism*, London, Basingstoke.
- MICHAUD, Yves, 1978, *Violence et Politique*, Paris, Gallimard.
- MIGUEL, Fancisco, *Uma vida na Revolução*, 1977, Porto, A Opinião.
- MORTÁGUA, Camilo, 2009, *Andanças para a Liberdade*, vol. 1, Lisboa, Esfera do Caos.
- MORTÁGUA, Camilo, 2013, *Andanças para a Liberdade*, Vol. 2, Lisboa, Esfera do Caos.
- NARCISO, Raimundo, 2000, *ARA: Acção Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, D. Quixote
- MOTA, Francisco Teixeira, 2011, *Henrique Galvão: Um Heroi Português*, Alfragide, Oficina do Livro.
- NEVES, José, 2008, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta-da-China.
- NEVES, José (coord.), 2013, *Álvaro Cunhal. Política, História e Estética*, Lisboa, Tinta-da-China
- NEGRI, Toni, 1977, in *Textes des prisonniers de la Fraction Armée Rouge et derniers letters d'Ulrike Meinhof*, Paris, Maspero.
- NEGRI, Toni, 1978, *La Classe Ouvrière contre l'État*, Paris, Galilée.
- NIEBURG. H.L., 1974, *La violenza politica*, Napoli, Guida ed.
- NIETHAMMER, Lutz, 1989, «Para qué sirve la historia oral», *Historia y Fuente Oral*, nº 2, Barcelona, Universidad de Barcelona
- NORONHA, Ricardo, 2008, *Lenine em Portugal: A corrente marxista-leninista e os escritos do «Camarada Campos»*, Congresso Internacional Karl Marx, 14 a 16 de Novembro de 2008, na

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

OLIVEIRA, César, 1993, *Os anos decisivos*, Lisboa, Editorial Presença.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de, 2010, “A História Oral em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 63, p. 139-156

OTTAVIANO, Franco, 1993, *La Rivoluzione nel Labirinto. Sinistra e Sinistro dal 1956 agli anni ottanta*, Messina, Rubbettino Editore.

PANSA, Giampaolo, 1980, *Storie italiane di violenza e terrorismo*, Roma, Laterza.

PASSERINI, Luísa, 1984, *Torino operaria e fascista*, Roma/Bari, Laterza; PASSERINI, Luísa, 2003, *Memoria e utopia. Il primato dell'intersoggettività*. Torino, Bollati Boringhieri.

PATRIARCA, Fátima e MATOS, Luís Salgado (Org.), 2012, *Estado, Regime e Revoluções. Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*, Lisboa, ICS.

PEDRO, Edmundo, 2011, *Memórias. Um combate pela liberdade*, Lisboa, Âncora, Vol. II.

PEREIRA, Rui, Euskadi, 2000, *A guerra desconhecida dos bascos*, Lisboa, Editorial Notícias.

PEREIRA, José Pacheco, 1993, *A Sombra. Estudo sobre a Clandestinidade Comunista*, Lisboa, Gradiva.

PEREIRA, Pacheco, 2001, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política: <<Duarte>>, o dirigente clandestino*, Lisboa, Temas e Debates, vol. II

PEREIRA, Pacheco, 2005, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política: o prisioneiro (1940-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, vol. III.

PEREIRA, José Pacheco Pereira, 2008, *O um dividiu-se em dois. Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*, Lisboa, Alêtheia Editores.

PEREIRA, José Pacheco, 2013, *As armas de papel*, Lisboa, Temas de Debates.

PEREIRA, Victor, 2014, *A ditadura de Salazar e a emigração: o Estado português e os seus emigrantes em França*, Lisboa, Temas e Debates: Círculo de Leitores

PERRAULT, Gilles, 1984, *Un Homme à Part*, Fayard

PETIT, Olivier, 1971, *Portugal à hora da Luta Armada*, Lisboa, LCI

PIMENTEL, Irene, 2007, *A história da PIDE*, Mem Martins, Círculo de Leitores/Temas e Debates.

PINHEIRO, Patrícia McGowan, 1998, *Misérias do Exílio*, Lisboa, Contra-Regra.

PORTA, Donatella della, 1990, *Il terrorismo di Sinistra*, Bologna, Società Editrice Il Mulino.

PORTELLI, Alessandro, 1996, “Italian Oral History. Roots of a paradox”, DUNAWAY, David K, BAUM, Willa K. (eds.), *Oral history: An interdisciplinary anthology*, Walnut Creek, Altamira Press

PORTELLI, Alessandro, 2006, “What Makes Oral History Different”, in PERKS, Robert, THOMSON, Alistair, *The Oral History Reader*, London/New York, Routledge, p. 32-42

- PRÉEL, Bernard, 2000, *Le Choc des Générations*, Paris, La Découverte.
- RABY, Dawn Linda, 1990, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*, trad. Port. s.l., Salamandra.
- RODRIGUES, Francisco Martins, 1974, *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso movimento*, Lisboa, Edições Unidade Popular.
- RODRIGUES, Francisco Martins, 2008, *Os anos do silêncio*, Lisboa, Dinossauro/Abrente.
- RODRIGUES, Francisco Martins, 2008, “O Crime de Belas”, in PAÇO, António Simões do Paço (coord.), *Os Anos de Salazar: 1965 Ei-los que partem*, vol. 21, Planeta De Agostini, p. 74-81
- RODRIGUES, Francisco Martins, 2009, *História de uma vida*, Lisboa, Dinossauro/Abrente.
- RODRIGUES, Miguel Urbano, 2004, *O Tempo e o Espaço em que vivi, II Tomo – Revolução e Contra-Revolução na América Latina*, Porto, Campo das Letras Editores.
- ROLLEMBERG, Denise, 2001, *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*, Rio de Janeiro, Mauad.
- ROSA, Frederico Delgado, 2008, *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão (direcção de), 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- ROSAS, Fernando, 1998, “O Estado Novo (1926-1974)”. In MATTOSO, José, (direcção de), *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando, 2003, Portugal século XX (1890-1976), *Pensamento e Acção Política: Ensaio Histórico*, Lisboa, Editorial Notícias
- ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.), 2004, *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias.
- ROSAS, Fernando (coord.), PIMENTEL, Irene Flunster, MADEIRA, João, FARINHA, Luís, REZOLA, Inácia, 2009, *Tribunais Políticos: Tribunais militares especiais e tribunais políticos durante a ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates: Círculo de Leitores
- ROSAS, Fernando, 2012, “Memória da Violência e Violência da Memória”, in GASPAR, Carlos, PATRIARCA, Fátima, MATOS, Luís Salgado de (Org.), *Estado, Regimes e Revoluções: Estudos em Homenagem a Manuel de Lucena*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- ROSAS, Fernando, 2012, *Salazar e o Poder: a arte de saber durar*, Tinta-da-China, Lisboa.
- ROSS, Daniel, 2004, *Violent Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SABINO, Amadeu Lopes, SOUSA, Jorge de Oliveira, MORAIS, José, PAIVA, Manuel, 2009, *À Espera de Godinho. Quando o futuro existia*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1984, *Instrução sobre alguns*

aspectos da Teologia da Libertação, Roma.

SANTOS, José Hipólito, 2011, *Felizmente Houve a LUAR: Para a História da Luta Armada Contra a Ditadura*, Âncora, Lisboa.

SANTOS, José Hipólito dos, 2012, *A Revolta de Beja*, Lisboa, Âncora Editora.

SCHIFRES, Sebastien, 2008, *Le mouvement autonome en Italie et en France (1973-1984)*, Université Paris VIII

SERRA, Jaime, 1999, *As explosões que abalaram o fascismo: o que foi a ARA (Acção Revolucionária Armada)*, Lisboa, Edições Avante.

SERRÃO, Joel, BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, 1999, *Dicionário de História de Portugal*, suplemento 9, Porto, Livraria Figueirinhas.

SOARES, Mário, 1974, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia Editora.

SOMMIER, Isabelle, 2003, *Les annés de plomb: un passé qui ne passe pas*, Revue Mouvements n° 27/28, Paris.

SOMMIER, Isabelle, 2008, *La violence politique et son deuil: L'après 68 en France et en Italie*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

TARI Marcello, 2013, *Um piano nas barricadas. Autonomia Operária (1973-1979)*, Lisboa, Edições Antipáticas

TELO, António José, 1989, «Portugal, 1958-1974: sociedade em mudança», in Hipólito de la Torre (org.), *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)*, Mérida, UNED, Centro Regional de Extremadura.

THOMSON, Paul, 1978, *The Voice of the Past: Oral History*, Oxford, Oxford University.

TILLY, Louise e SCOTT, Joan W., 1987, *Woman, work and family*, Londres.

TORRES, Falusino, 2008, *Diário da Batalha de Praga. Socialismo e Humanismo*, Porto, Edições Afrontamento

TROTTA, Giuseppe e MILANA, Fábio, 2008, *L'Operaismo degli anni Sessanta. Da «Quaderni rossi» a «classe operaria»*, Biblioteca dell'Operaismo.

Vários Autores, 1965, *Diálogo ou Violência?: Texto integral das conferências e dos debates*, Lisboa, Publicações Europa-América.

VARELA, Raquel, 2008, “O assalto ao pacote Santa Maria”, in PAÇO, António Simões do (coord.), 2008, *Os anos de Salazar*, vol. 18, Lisboa, Planeta De Agostini, p. 29-33.

VARON, Jeremy, 2004, *Bringing The War Home. Revolutionary Violence in the Sixties and The Seventies*, Berkeley, University of California Press.

VELOSO, José António, 1985, “A Teologia da Libertação e as Injustiças Sociais”, *Separata da Revista Celebração Litúrgica*, n° 5, Ano B, Braga.

- VENTURA, Cândida, 2012, *O Socialismo que eu vivi*, Lisboa, Bizâncio, 3ª edição.
- VIEGAS, A. Encarnação, 1998, *Emídio Guerreiro, Uma vida pela liberdade*, Notícias Editorial.
- VIEGAS, Tereza, 1996, “As Brigadas Revolucionárias: A Resistência Armada à Ditadura (1970-1974)”, in *História (Nova Série)*
- WISLER, Dominique, 1994, *Violence politique et mouvements sociaux : étude sur les radicalisations sociales en Suisse durant la période 1969-1990*, Geneve, Georg ed, 1994.
- WILKINSON, Paul, 1986, *Terrorism and the Liberal State*, London, Macmillan.
- WOODSWORTH, Paddy, 2002, *Guerra sucia, manos limpias. ETA, el GAL y la democracia española*. Trad. esp. Barcelona, Crítica.
- ZIZEK, Slavoj, 2008, *Violência. Seis Notas à Margem*, Lisboa, Relógio de Água Editores